

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 105, 2º semestre de 2009

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 105, 2º semestre de 2009 - Ano 29, ISSN 0101 2428

© 2010 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Eduardo Albuquerque de Barros Braga

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

488p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| DISCURSOS | 33 |
| <hr/> | |
| CERIMÔNIA DE SANÇÃO DA LEI QUE ANISTIA ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO IRREGULAR NO BRASIL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA | |
| DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE SANÇÃO DA LEI QUE ANISTIA ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO IRREGULAR NO BRASIL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – BRASÍLIA-DF, 02/07/2009 | 33 |
| CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO FÉLIX HOUPHOUËT-BOIGNY PELA BUSCA DA PAZ | |
| DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO FÉLIX HOUPHOUËT-BOIGNY PELA BUSCA DA PAZ - PARIS-FRANÇA, 07/07/2009 | 37 |
| V CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA COMUNIDADE DAS DEMOCRACIAS | |
| DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA V CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA COMUNIDADE DAS DEMOCRACIAS - LISBOA, 12/07/2009 | 43 |
| CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE INVESTIMENTOS DA GENERAL MOTORS DO BRASIL | |
| DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE INVESTIMENTOS DA GENERAL MOTORS DO BRASIL - CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL - DF , 15/07/2009 | 47 |

VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE, ARMANDO GUEBUZA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE, ARMANDO GUEBUZA - PALÁCIO ITAMARATY, 21/07/2009 53

37ª CÚPULA DO MERCOSUL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA 37ª CÚPULA DO MERCOSUL - ASSUNÇÃO, PARAGUAI, 24/07/2009 57

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MÍDIA SOBRE A PAZ NO ORIENTE MÉDIO

APRESENTAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MÍDIA SOBRE A PAZ NO ORIENTE MÉDIO, ORGANIZADO PELAS NAÇÕES UNIDAS - RIO DE JANEIRO, 27/07/2009 BRASÍLIA, DF , 10/03/2009 61

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA NIGÉRIA, UMARU YAR'ADUA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA NIGÉRIA, UMARU YAR'ADUA - PALÁCIO ITAMARATY – BRASÍLIA-DF, 29/07/2009 69

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-CHILE

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-CHILE - SÃO PAULO-SP , 30/07/2009 73

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A CERIMÔNIA DE ABERTURA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - QUITO-EQUADOR , 10/08/2009

79

DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DO MÉXICO, FELIPE CALDERÓN

DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DO MÉXICO, FELIPE CALDERÓN, APÓS CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS - BRASÍLIA-DF, PALÁCIO ITAMARATY , 17/08/2009

81

ENCONTRO COM O PRESIDENTE DE SERRA LEOA, ERNEST BAI KOROMA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ENCONTRO COM O PRESIDENTE DE SERRA LEOA, ERNEST BAI KOROMA - BRASÍLIA-DF, PALÁCIO ITAMARATY, 19/08/2009

85

ACORDO DE COOPERAÇÃO EM TV DIGITAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO EM TV DIGITAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA - BARILOCHE - ARGENTINA, 28/08/2009

87

**VISITA DO PRESIDENTE DO MALAUI,
BINGU WA MUTHARIKA**

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DO MALAUI, BINGU WA MUTHARIKA - PALÁCIO ITAMARATY, 16/09/2009 89

PRÊMIO WOODROW WILSON FOR PUBLIC SERVICE

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM JANTAR DE ENTREGA DO PRÊMIO WOODROW WILSON FOR PUBLIC SERVICE - NOVA YORK-EUA, 21/09/2009 93

64ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

DISCURSO NO DEBATE GERAL DA 64ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS - NOVA YORK, 23/09/2009 101

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL, CELSO AMORIM, NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS**

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, CELSO AMORIM, NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS - NOVA YORK, 25/09/2009 105

**II CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA -
ISLA MARGARITA-VENEZUELA**

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A II CÚPULA AMÉRICA DO SUL - ÁFRICA - ISLA MARGARITA-VENEZUELA, 26/09/2009 109

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA RIO 2016 AO COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI)

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA RIO 2016 AO COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI) - COPENHAGUE, DINAMARCA, 02/10/2009 113

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL E BÉLGICA: NOVAS FRONTEIRAS DE NEGÓCIOS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL E BÉLGICA: NOVAS FRONTEIRAS DE NEGÓCIOS - BRUXELAS, BÉLGICA, 05/10/2009 115

III CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA III CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA - ESTOCOLMO, SUÉCIA, 06/10/2009 123

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO PELOS REIS DA SUÉCIA - ESTOCOLMO-SUÉCIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO PELOS REIS DA SUÉCIA - ESTOCOLMO-SUÉCIA, 06 DE OUTUBRO DE 2009, 06/10/2009 131

SEMINÁRIO EMPRESARIAL “BRASIL-COLÔMBIA: NOVAS FRONTEIRAS PARA AS RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS”

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL “BRASIL-COLÔMBIA: NOVAS FRONTEIRAS PARA AS RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS” - SÃO PAULO, 19/10/2009 133

SOLENIDADE DE POSSE DO MINISTRO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SOLENIDADE DE POSSE DO MINISTRO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES - PALÁCIO ITAMARATY, 20/10/2009 DURANTE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA RIO 2016. LAUSANNE, SUÍÇA, 17/06/2009 139

CERIMÔNIA DE POSSE NA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DISCURSO PROFERIDO PELO EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE POSSE NA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 27/10/2009 145

CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO CONSULADO-GERAL DO BRASIL E DO ESCRITÓRIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM CARACAS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO CONSULADO-GERAL DO BRASIL E DO ESCRITÓRIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM CARACAS - CARACAS - VENEZUELA, 29/10/2009 149

FÓRUM DA INOVAÇÃO FRANÇA-BRASIL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO DO FÓRUM DA INOVAÇÃO FRANÇA-BRASIL, ALUSIVO AO ENCERRAMENTO DO ANO DA FRANÇA NO BRASIL - SÃO PAULO - SP, 10/11/2009 153

VISITA DO PRESIDENTE DE ISRAEL, SHIMON PERES

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DE ISRAEL, SHIMON PERES - PALÁCIO ITAMARATY, 11/11/2009 157

DECLARAÇÃO SEGUIDA DE ENTREVISTA COLETIVA, CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DA FRANÇA, NICOLAS SARKOZY - PARIS - FRANÇA , 14/11/2009

159

CÚPULA MUNDIAL SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SESSÃO DE ABERTURA DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR - ROMA - ITÁLIA, 16/11/2009 163

306ª SESSÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, NA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO - 306ª SESSÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - GENEVRA, 16/11/2009 167

VISITA DA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA KIRCHNER

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA KIRCHNER - PALÁCIO ITAMARATY, 18/11/2009 175

VISITA DO PRESIDENTE DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA, MAHMOUD ABBAS

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA, MAHMOUD ABBAS - SALVADOR - BA, 20/11/2009 179

VISITA DO PRESIDENTE DO IRÃ, MAHMOUD AHMADINEJAD

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS ASSINATURA DE ATOS, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DO IRÃ, MAHMOUD AHMADINEJAD - PALÁCIO ITAMARATY, 23/11/2009 183

CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO III ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-IRÃ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO III ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-IRÃ - PALÁCIO ITAMARATY, 23/11/2009 185

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA TCHECA, VÁCLAV KLAUS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA TCHECA, VÁCLAV KLAUS - PALÁCIO ITAMARATY, 24/11/2009 189

19ª REUNIÃO DE CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ABERTURA DA 19ª REUNIÃO DE CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO – ESTORIL - PORTUGAL, 30/11/2009 191

VII REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA VII REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC - SUÍÇA, 30/11/2009 193

ENCONTRO COM A PRIMEIRA-MINISTRA DA UCRÂNIA, YULIA TYMOSHENKO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ENCONTRO COM A PRIMEIRA-MINISTRA DA UCRÂNIA, YULIA TYMOSHENKO - KIEV - UCRÂNIA, 02/12/2009 195

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-ALEMANHA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-ALEMANHA - HAMBURGO - ALEMANHA, 04/12/2009 199

38ª REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A 38ª REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM - MONTEVIDÉU - URUGUAI, 08/12/2009 209

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL AO PERU

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS ASSINATURA DE ATOS, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL AO PERU - LIMA - PERU, 11/12/2009 213

CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-15)

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SESSÃO PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - COPENHAGUE-DINAMARCA, 17/12/2009 217

SESSÃO PLENÁRIA DE DEBATE INFORMAL NA CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-15)

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO PLENÁRIA DE DEBATE INFORMAL NA CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-15) - COPENHAGUE-DINAMARCA, 18/12/2009 219

ATOS INTERNACIONAIS 223

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES 237

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AO PAQUISTÃO (02/07/2009) 237

SITE ELETRÔNICO DO CINQUENTENÁRIO DAS RELAÇÕES BRASIL-CORÉIA DO SUL (02/07/2009) 237

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A PARIS - 6 E 7 DE JULHO DE 2009 (05/07/2009) 237

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ITÁLIA, PARA PARTICIPAR DA CÚPULA DE L'ÁQUILA - ROMA E ÁQUILA, 7 A 10 DE JULHO DE 2009 (07/07/2009) 238

| | |
|---|-----|
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A PORTUGAL - LISBOA, 11 E 12 DE JULHO DE 2009 (10/07/2009) | 238 |
| ATENTADOS NA INDONÉSIA (17/07/2009) | 239 |
| REUNIÃO MINISTERIAL DA CPLP - PRAIA, 20 DE JULHO (18/07/2009) | 239 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE, ARMANDO GUEBUZA - BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 20 A 23 DE JULHO DE 2009 (20/07/2009) | 239 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE ISRAEL, AVIGDOR LIEBERMAN - SÃO PAULO E BRASÍLIA, 21 E 22 DE JULHO DE 2009 (21/07/2009) | 240 |
| XVII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MÍDIA SOBRE PAZ NO ORIENTE MÉDIO - RIO DE JANEIRO, 27 E 28 DE JULHO DE 2009 (21/07/2009) | 240 |
| REUNIÃO MINISTERIAL DA CPLP - PRAIA, 20 DE JULHO - DECLARAÇÃO DA PRAIA SOBRE A PROJEÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO E COMUNICADO FINAL (22/07/2009) | 241 |
| TRÁFICO DE RESÍDUOS PERIGOSOS PROVENIENTES DO REINO UNIDO (22/07/2009) | 249 |
| VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO MÉXICO, PATRICIA ESPINOSA CANTELLANO - BRASÍLIA, 23 DE JULHO DE 2009 (22/07/2009) | 249 |
| VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO MÉXICO, PATRICIA ESPINOSA CANTELLANO - BRASÍLIA, 23 DE JULHO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (23/07/2009) | 250 |

| | |
|---|-----|
| XXXVII REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM E CÚPULA DOS PRESIDENTES DO MERCOSUL - ASSUNÇÃO, 23 E 24 DE JULHO DE 2009 (23/07/2009) | 258 |
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PARAGUAI - ASSUNÇÃO, 24 E 25 DE JULHO DE 2009 (23/07/2009) | 258 |
| ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AO SRI LANKA 24/07/2009 | 259 |
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PARAGUAI - ASSUNÇÃO, 24 E 25 DE JULHO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (25/07/2009) | 259 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E TURISMO DE GRANADA, PETER DAVID - BRASÍLIA, 28 DE JULHO DE 2009 (27/07/2009) | 264 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA NIGÉRIA, UMARU YAR'ADUA - BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2009 (28/07/2009) | 264 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO EGITO, AHMED ABOUL GHEIT - BRASÍLIA, 29 E 30 DE JULHO DE 2009 28/07/2009 | 264 |
| VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DO CHILE, MICHELLE BACHELET - SÃO PAULO, 30 DE JULHO DE 2009 (29/07/2009) | 265 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE ASSUNTOS EXTERIORES E COOPERAÇÃO DA ESPANHA, MIGUEL ÁNGEL MORATINOS - BRASÍLIA, 29 E 30 DE JULHO DE 2009 (29/07/2009) | 265 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA NIGÉRIA, UMARU YAR'ADUA - BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (29/07/2009) | 266 |

| | |
|--|-----|
| ATENTADOS NA ESPANHA (30/07/2009) | 267 |
| VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DO CHILE, MICHELLE BACHELET - SÃO PAULO, 30 DE JULHO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (30/07/2009) | 267 |
| DISTRIBUIÇÃO DE LEITE EM PÓ DOADO PELO BRASIL A HONDURAS 30/07/2009 | 272 |
| ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NA GUINÉ-BISSAU (30/07/2009) | 272 |
| FALECIMENTO DA EX-PRESIDENTE DAS FILIPINAS, CORAZON COJUANGCO-AQUINO (01/08/2009) | 273 |
| DESPEJO DE PALESTINOS EM JERUSALÉM ORIENTAL (03/08/2009) | 273 |
| VISITA AO BRASIL DA PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE, MINISTRA DA PRESIDÊNCIA E PORTA-VOZ DO GOVERNO DA ESPANHA, MARIA TERESA FERNÁNDEZ DE LA VEGA - BRASÍLIA, 3 A 5 DE AGOSTO DE 2009 (03/08/2009) | 273 |
| III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL- AMERICANAS (UNASUL) E POSSE DO PRESIDENTE RAFAEL CORREA - QUITO, 10 DE AGOSTO DE 2009 (07/08/2009) | 274 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE HONDURAS, JOSÉ MANUEL ZELAYA - BRASÍLIA, 12 DE AGOSTO DE 2009 (11/08/2009) | 274 |
| SENTENÇA CONTRA A SENHORA AUNG SAN SUU KYI (11/08/2009) | 274 |
| 60 ANOS DAS CONVENÇÕES DE GENEBRA SOBRE DIREITO HUMANITÁRIO (12/08/2009) | 275 |

| | |
|---|-----|
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO MALI, MOCTAR OUANE (12/08/2009) | 275 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO PERU - LIMA, 14 DE AGOSTO DE 2009 (13/08/2009) | 275 |
| VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DO MÉXICO, FELIPE CALDERÓN HINOJOSA - SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA, 15 A 17 DE AGOSTO DE 2009 (14/08/2009) | 276 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO PERU - LIMA, 14 DE AGOSTO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (15/08/2009) | 276 |
| VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DO MÉXICO, FELIPE CALDERÓN HINOJOSA - BRASÍLIA, 17 DE AGOSTO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO 17/08/2009 | 281 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE SERRA LEOA, ERNEST BAI KOROMA - BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 18 A 22 DE AGOSTO DE 2009 (18/08/2009) | 286 |
| DIA MUNDIAL HUMANITÁRIO (18/08/2009) | 286 |
| 50 ANOS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (18/08/2009) | 286 |
| PEDIDO DE PAINEL NA OMC SOBRE MEDIDAS ANTIDUMPING NORTE-AMERICANAS CONTRA O SUCO DE LARANJA BRASILEIRO (19/08/2009) | 287 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE SERRA LEOA, ERNEST BAI KOROMA - BRASÍLIA, 19 DE AGOSTO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (19/08/2009) | 288 |

| | |
|---|-----|
| FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CORÉIA, KIM DAE-JUNG (19/08/2009) | 288 |
| ATENTADOS NO IRAQUE (19/08/2009) | 289 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA - 19 A 21 DE AGOSTO (19/08/2009) | 289 |
| ACORDOS DE RESIDÊNCIA (21/08/2009) | 289 |
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À BOLÍVIA - VILLA TUNARI, 22 DE AGOSTO DE 2009 (21/08/2009) | 290 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO DO EQUADOR - BRASÍLIA, 24 DE AGOSTO DE 2009 (24/08/2009) | 290 |
| ENCONTRO DOS PRESIDENTES EVO MORALES AYMA E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA EM VILLA TUNARI - COMUNICADO CONJUNTO - 22 DE AGOSTO DE 2009 (22/08/2009) | 290 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO BURUNDI - 25 E 26 DE AGOSTO DE 2009 (24/08/2009) | 293 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS EXTERIORES DA AUSTRÁLIA - BRASÍLIA, 25 DE AGOSTO DE 2009 (24/08/2009) | 294 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A PARIS - 26 E 27 DE AGOSTO DE 2009 (25/08/2009) | 294 |
| REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)- SAN CARLOS DE BARILOCHE, 28 DE AGOSTO DE 2009 (27/08/2009) | 294 |

| | |
|--|-----|
| VI REUNIÃO MINISTERIAL DO FORO IBAS - BRASÍLIA, 31 DE AGOSTO E 1º DE SETEMBRO (28/08/2009) | 295 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ÍNDIA - BRASÍLIA, 31 DE AGOSTO E 1º DE SETEMBRO (28/08/2009) | 295 |
| 27º ENCONTRO ECONÔMICO E 36ª COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA BRASIL- ALEMANHA - VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO - 31 DE AGOSTO E 1º DE SETEMBRO DE 2009 (28/08/2009) | 296 |
| CÚPULA EXTRAORDINÁRIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - SAN CARLOS DE BARILOCHE, 28 DE AGOSTO DE 2009 – DECISÃO (28/08/2009) | 296 |
| CONTENCIOSO DO ALGODÃO – ARBITRAGEM (31/08/2009) | 298 |
| ASSINATURA DE NOTAS REVERSAIS SOBRE CESSÃO DE ENERGIA DE ITAIPU (01/09/2009) | 302 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À TUNÍSIA - TÚNIS, 2 DE SETEMBRO DE 2009 (01/09/2009) | 303 |
| REUNIÃO MINISTERIAL SOBRE A RODADA DOHA - NOVA DELHI, 3 E 4 DE SETEMBRO DE 2009 (02/09/2009) | 303 |
| III REUNIÃO DE COORDENAÇÃO CONSULAR BRASIL - MÉXICO - CIDADE DO MÉXICO, 31 DE AGOSTO E 1º DE SETEMBRO (03/09/2009) | 303 |
| SUSPENSÃO DE ACORDOS DE ISENÇÃO DE VISTOS COM HONDURAS (03/09/2009) | 304 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO MARROCOS - RABAT, 5 DE SETEMBRO DE 2009 (04/09/2009) | 304 |

| | |
|---|-----|
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA FRANÇA, NICOLAS SARKOZY BRASÍLIA, 6 E 7 DE SETEMBRO DE 2009 (04/09/2009) | 305 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA FRANÇA, NICOLAS SARKOZY - BRASÍLIA, 6 E 7 DE SETEMBRO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (07/09/2009) | 305 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA FRANÇA, NICOLAS SARKOZY - BRASÍLIA, 6 E 7 DE SETEMBRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (07/09/2009) | 313 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE EL SALVADOR, MAURÍCIO FUNES, 9 E 10 DE SETEMBRO DE 2009 (09/09/2009) | 313 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA COLÔMBIA, JAIME BERMÚDEZ, 9 DE SETEMBRO DE 2009 (09/09/2009) | 314 |
| II DIÁLOGO BRASIL-UE SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (09/09/2009) | 314 |
| ENCONTRO DO MINISTRO CELSO AMORIM COM REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS DO VÔO 447 DA AIR FRANCE (09/09/2009) | 314 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE EL SALVADOR, MAURÍCIO FUNES, 9 E 10 DE SETEMBRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (09/09/2009) | 315 |
| VISITA AO BRASIL DA CHANCELER DO SURINAME, LYGIA KRAAG-KETELDIJK - 10 DE SETEMBRO DE 2009 (09/09/2009) | 315 |
| REAPROXIMAÇÃO ENTRE A ARMÊNIA E A TURQUIA (09/09/2009) | 317 |
| RELATÓRIOS SOBRE TRABALHO FORÇADO E INFANTIL DO DEPARTAMENTO DE TRABALHO DOS ESTADOS UNIDOS (10/09/2009) | 317 |

| | |
|--|-----|
| ENCONTRO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DO PRESIDENTE DA GUIANA, BHARRAT JAGDEO, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO TACUTU - BONFIM (RR), 14 DE SETEMBRO DE 2009 (11/09/2009) | 318 |
| VISITA AO BRASIL DA CHANCELER DO SURINAME, LYGIA KRAAG-KETELDIJK - 10 DE SETEMBRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (11/09/2009) | 318 |
| VISITA AO BRASIL DE DELEGAÇÃO MINISTERIAL DA NIGÉRIA (14/09/2009) | 320 |
| REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA DEFESA DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - QUITO, 15 DE SETEMBRO DE 2009 (14/09/2009) | 320 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO MALAUI, BINGU WA MUTHARIKA - 16 E 17 DE SETEMBRO (15/09/2009) | 321 |
| ENCONTRO ENTRE OS PRESIDENTES DO BRASIL E DA GUIANA, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO TACUTU - FRONTEIRA BRASIL-GUIANA , 14 DE SETEMBRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (15/09/2009) | 321 |
| VISITA AO BRASIL DO USTR , RON KIRK - 16 E 17 DE SETEMBRO (16/09/2009) | 324 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO MALAUI, BINGU WA MUTHARIKA - 16 A 17 DE SETEMBRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (16/09/2009) | 324 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO HAITI - PORTO PRÍNCIPE, 18 DE SETEMBRO DE 2009 (17/09/2009) | 325 |

| | |
|--|-----|
| RECONDUÇÃO DE JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO AO CARGO DE PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA - MENSAGENS DE CONGRATULAÇÕES (19/09/2009) | 326 |
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A NOVA YORK POR OCASIÃO DA 64ª ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU - 21 A 24 DE SETEMBRO DE 2009 (20/09/2009) | 327 |
| COMUNICADO CONJUNTO SOBRE O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O BUTÃO - NOVA YORK, 21 DE SETEMBRO DE 2009 (21/09/2009) | 327 |
| CÚPULA DE LÍDERES DO G-20 - PITTSBURGH (EUA), 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2009 (23/09/2009) | 327 |
| VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO REINO DA BÉLGICA - BRUXELAS, 4 E 5 DE OUTUBRO DE 2009 (24/09/2009) | 328 |
| DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS GRUPOS DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO NA REUNIÃO DE CÚPULA DO G-20, PITTSBURGH (EUA), 25 DE SETEMBRO DE 2009 - SITUAÇÃO DA RODADA DOHA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) (25/09/2009) | 329 |
| II CÚPULA AMÉRICA DO SUL - ÁFRICA (ASA) - ISLA MARGARITA, VENEZUELA, 26 E 27 DE SETEMBRO DE 2009 (26/09/2009) | 330 |
| ENCONTRO ENTRE O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E O PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - ILHA MARGARITA, 27 DE SETEMBRO DE 2009 (26/09/2009) | 331 |
| REPRESSÃO A MANIFESTAÇÕES EM GUINÉ-CONACRI (29/09/2009) | 331 |

| | |
|--|-----|
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A COPENHAGUE, POR OCASIÃO DA 121ª SESSÃO DO COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, PARA ESCOLHA DA CIDADE-SEDE DAS OLIMPÍADAS DE 2016 (30/09/2009) | 332 |
| DESASTRES NATURAIS NO SUDESTE ASIÁTICO (01/10/2009) | 332 |
| ENCONTRO DE ALTO NÍVEL SOBRE O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO (02/10/2009) | 333 |
| ACORDO DE SEDE PARA O ESTABELECIMENTO DO ESCRITÓRIO DE COORDENAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI) NO BRASIL (02/10/2009) | 333 |
| ESCOLHA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO COMO SEDE DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 (03/10/2009) | 333 |
| III REUNIÃO DE CÚPULA DA PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL- UNIÃO EUROPEIA - ESTOCOLMO, 6 DE OUTUBRO DE 2009 (05/10/2009) | 334 |
| ATENTADO CONTRA O ESCRITÓRIO DO PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS EM ISLAMABADE (05/10/2009) | 334 |
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À SUÉCIA - ESTOCOLMO, 6 DE OUTUBRO DE 2009 (05/10/2009) | 335 |
| TERCEIRA CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA - DECLARAÇÃO CONJUNTA - ESTOCOLMO, 6 DE OUTUBRO DE 2009 (06/10/2009) | 335 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL, JACOB ZUMA - SÃO PAULO E BRASÍLIA, 8 E 9 DE OUTUBRO DE 2009 (08/10/2009) | 343 |

| | |
|---|-----|
| MENSAGEM DE CONGRATULAÇÃO DO PRESIDENTE LULA AO PRESIDENTE BARACK OBAMA, PELO RECEBIMENTO DO PRÊMIO NOBEL DA PAZ (09/10/2009) | 343 |
| VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE CABO VERDE, JOSÉ MARIA NEVES - BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO, 13 A 17 DE OUTUBRO DE 2009 (09/10/2009) | 344 |
| ATENTADOS TERRORISTAS DIANTE DA EMBAIXADA DA ÍNDIA EM CABUL (09/10/2009) | 344 |
| ACIDENTE COM AVIÃO DA MINUSTAH NO HAITI (09/10/2009) | 344 |
| BRASILEIROS NO MUNDO: II CONFERÊNCIA SOBRE AS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR (13/10/2009) | 345 |
| RENOVAÇÃO DO MANDATO DA MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI (14/10/2009) | 345 |
| PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-INDONÉSIA (14/10/2009) | 345 |
| ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (15/10/2009) | 346 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, XEQUE ABDALLAH BIN ZAYED AL NAHYAN (15/10/2009) | 347 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO MALI, À GUINÉ EQUATORIAL E AO TOGO 15/10/2009 | 347 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE - SÃO PAULO, 19 DE OUTUBRO DE 2009 (16/10/2009) | 348 |

| | |
|--|-----|
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE -SÃO PAULO, 19 DE OUTUBRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (19/10/2009) | 348 |
| ATENTADO NO IRÃ (19/10/2009) | 350 |
| MÊS CULTURAL DO BRASIL EM TIMOR LESTE (22/10/2009) | 351 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À GUINÉ-BISSAU - BISSAU, 25 DE OUTUBRO DE 2009 (23/10/2009) | 351 |
| SITUAÇÃO NA SOMÁLIA (25/10/2009) | 352 |
| ATENTADOS NO IRAQUE (26/10/2009) | 352 |
| ATENTADO EM CABUL (28/10/2009) | 353 |
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À VENEZUELA - CARACAS E EL TIGRE, 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2009 (29/10/2009) | 353 |
| ACORDO EM HONDURAS (30/10/2009) | 353 |
| IV REUNIÃO DO CONSELHO ECONÔMICO E COMERCIAL CONJUNTO BRASIL-CANADÁ - BRASÍLIA, 30 DE OUTUBRO DE 2009 (30/10/2009) | 354 |
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À VENEZUELA - CARACAS E EL TIGRE, 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (31/10/2009) | 354 |
| XXVIII REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO GRUPO DO RIO - MONTEGO BAY, JAMAICA, 5 DE NOVEMBRO DE 2009 (03/11/2009) | 360 |

| | |
|--|-----|
| REUNIÃO MINISTERIAL DA CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - CALC - MONTEGO BAY, JAMAICA, 6 DE NOVEMBRO DE 2009 (03/11/2009) | 360 |
| COLÔMBIA – EQUADOR (05/11/2009) | 361 |
| REUNIÃO DOS MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CALC - PLANO DE AÇÃO DE MONTEGO BAY (06/11/2009) | 361 |
| VISITA AO BRASIL DA ALTA COMISSÁRIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS, NAVANETHEM PILLAY - 7 A 13 DE NOVEMBRO (06/11/2009) | 368 |
| IV REUNIÃO DO CONSELHO ÍTALO-BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, INDUSTRIAL, FINANCEIRA E PARA O DESENVOLVIMENTO (09/11/2009) | 369 |
| MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DE ANSELMO DUARTE (09/11/2009) | 369 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE ISRAEL, SHIMON PERES - 10 A 15 DE NOVEMBRO DE 2009 (09/11/2009) | 370 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO REGIONAL DE BURKINA FASO, ALAIN BÉDOUMA YODA - 11 A 14 DE NOVEMBRO (10/11/2009) | 371 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A GENEBRA - 13 A 16 DE NOVEMBRO (11/11/2009) | 371 |
| MEMORANDO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS PARA A PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS - BRASÍLIA, 12-NOV-2009 (12/11/2009) | 372 |

| | |
|---|-----|
| FORMAÇÃO DO NOVO GABINETE MINISTERIAL NO LÍBANO (12/11/2009) | 374 |
| VIAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À FRANÇA E À ITÁLIA - PARIS E ROMA, 14 A 16 DE OUTUBRO DE 2009 13/11/2009 | 375 |
| POSIÇÃO COMUM DO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DO GOVERNO DA REPÚBLICA DA FRANÇA SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (14/11/2009) | 375 |
| VISITA DA PRESIDENTA DA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, AO BRASIL - BRASÍLIA, 18 DE NOVEMBRO DE 2009 (16/11/2009) | 378 |
| VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER - BRASÍLIA, 18 DE NOVEMBRO DE 2009 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (18/11/2009) | 379 |
| VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER - BRASÍLIA, 18 DE NOVEMBRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (18/11/2009) | 390 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA, MAHMOUD ABBAS (19/11/2009) | 390 |
| EXPANSÃO DE ASSENTAMENTO NA CISJORDÂNIA (19/11/2009) | 391 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO IRÃ, MAHMOUD AHMADINEJAD - 23 DE NOVEMBRO DE 2009 (20/11/2009) | 392 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA TCHECA, VÁCLAV KLAUS - MANAUS, BRASÍLIA, SÃO PAULO E RECIFE, 22 A 26 DE NOVEMBRO DE 2009 (22/11/2009) | 392 |

| | |
|--|-----|
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO IRÃ, MAHMOUD AHMADINEJAD - BRASÍLIA, 23 DE NOVEMBRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (23/11/2009) | 393 |
| ACIDENTE EM MINA DE CARVÃO NA CHINA 23/11/2009 | 395 |
| PROMOÇÃO COMERCIAL DO BRASIL NA ÁFRICA: FEIRA INTERNACIONAL DE LOMÉ E FEIRA INTERNACIONAL DE BAMAKO (25/11/2009) | 395 |
| VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA POLÍTICO-CONSULTIVA DO POVO DA CHINA (26/11/2009) | 396 |
| MASSACRE NAS FILIPINAS (26/11/2009) | 396 |
| II REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA DEFESA DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - QUITO, 27 DE NOVEMBRO DE 2009 (26/11/2009) | 396 |
| DECLARAÇÃO DE MANAUS - REUNIÃO DE CÚPULA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - 26 DE NOVEMBRO DE 2009 (26/11/2009) | 397 |
| DECLARAÇÃO DOS CHEFES DE ESTADO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA - 26 DE NOVEMBRO DE 2009 (27/11/2009) | 399 |
| BRASIL-UE: III REUNIÃO DO COMITÊ DIRETIVO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E ASSINATURA DE ACORDO NA ÁREA DE PESQUISA SOBRE ENERGIA DE FUSÃO (27/11/2009) | 401 |
| VII REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC - GENEVRA, 30 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO DE 2009 (27/11/2009) | 401 |

| | |
|--|-----|
| REUNIÃO MINISTERIAL TRILATERAL MERCOSUL-ÍNDIA-SACU (28/11/2009) | 402 |
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A PORTUGAL PARA A XIX CIMEIRA IBERO-AMERICANA - ESTORIL, 29 DE NOVEMBRO A 1º DE DEZEMBRO DE 2009 (29/11/2009) | 403 |
| ATENTADO NA RÚSSIA (29/11/2009) | 403 |
| VII REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC - GENEVRA, 30 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO DE 2009 - DECLARAÇÃO DOS MINISTROS DO G-20 (29/11/2009) | 403 |
| MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DO MINISTRO CELSO AMORIM AO PRESIDENTE ELEITO DO URUGUAI (30/11/2009) | 405 |
| REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL-ESPANHA- PORTUGAL - ESTORIL, 30 DE NOVEMBRO DE 2009 - COMUNICADO DE IMPRENSA (30/11/2009) | 405 |
| PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA VII REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC - GENEVRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2009 (30/11/2009) | 406 |
| ÍNDIA-MERCOSUL-SACU - REUNIÃO MINISTERIAL INFORMAL - GENEVRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO (30/11/2009) | 406 |
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À UCRÂNIA - KIEV, 1º E 2 DE DEZEMBRO DE 2009 (30/11/2009) | 407 |
| VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA - BERLIM E HAMBURGO, 3 E 4 DE DEZEMBRO DE 2009 (01/12/2009) | 408 |

| | |
|--|-----|
| DECLARAÇÃO CONJUNTA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, E DO PRESIDENTE DA UCRÂNIA, VICTOR YUSHCHENKO - KIEV, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2009 (02/12/2009) | 409 |
| RODADA SÃO PAULO DO SGPC - GENEVRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2009 (02/12/2009) | 413 |
| COMUNICADO DE IMPRENSA CONJUNTO POR OCASIÃO DA VISITA À ALEMANHA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DE SEU ENCONTRO COM A CHANCELER DA ALEMANHA, ANGELA MERKEL (03/12/2009) | 415 |
| ATAQUE NA SOMÁLIA (04/12/2009) | 418 |
| XXXVIII REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM (CMC) E CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS - MONTEVIDÉU, 7 E 8 DE DEZEMBRO DE 2009 (06/12/2009) | 418 |
| INAUGURAÇÃO DE PÁGINA ELETRÔNICA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA COP-15 (07/12/2009) | 419 |
| EVENTO PARALELO À COP-15: BIOCOMBUSTÍVEIS E MUDANÇA DO CLIMA (07/12/2009) | 419 |
| ATENTADOS NO IRAQUE (08/12/2009) | 420 |
| ADESÃO DO BRASIL COMO MEMBRO ESPECIAL DA CORPORACÃO ANDINA DE FOMENTO (CAF) (08/12/2009) | 420 |
| VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA VENEZUELA, NICOLÁS MADURO MOROS - BRASÍLIA, 10 DE DEZEMBRO DE 2009 (09/12/2009) | 420 |

| | |
|---|-----|
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PERU - LIMA, 10 E 11 DE DEZEMBRO DE 2009 (10/12/2009) | 421 |
| VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A COPENHAGUE, POR OCASIÃO DA 15ª CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO DA ONU SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-15) - 16 A 18 DE DEZEMBRO DE 2009 (15/12/2009) | 421 |
| APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE ADESÃO DA VENEZUELA AO MERCOSUL PELO SENADO FEDERAL (16/12/2009) | 421 |
| PARCERIA BRASIL-ESTADOS UNIDOS EM BIOCOMBUSTÍVEIS (16/12/2009) | 422 |
| ASSASSINATO DO GOVERNADOR DO DEPARTAMENTO DE CAQUETÁ, COLÔMBIA (23/12/2009) | 423 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO EGITO - CAIRO, NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2009 (24/12/2009) | 423 |
| CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM 2012 (24/12/2009) | 423 |
| SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NO SURINAME (29/12/2009) | 425 |
| VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À TURQUIA - ANCARA, 3 A 5 DE JANEIRO DE 2010 (31/12/2009) | 425 |
| ARTIGOS | 427 |
| <hr/> | |
| ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, INTITULADO “O BRASIL E OS DIREITOS HUMANOS: EM BUSCA DE UMA AGENDA POSITIVA”, PUBLICADO NA REVISTA “POLÍTICA EXTERNA”, VOL. 18, Nº 2 - SET-OUT-NOV/2009. 01/09/2009 | 427 |

ENTREVISTAS

437

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À OFFSHORE MAGAZINE, DA NORUEGA - OSLO - NORUEGA, 01/10/2009 437

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO JORNAL VENEZUELANO EL UNIVERSAL - CARACAS - VENEZUELA , 29/10/2009 445

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO JORNAL ALEMÃO “DIE ZEIT” - ROMA - ITÁLIA, 15/11/2009 453

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À REDE BRITÂNICA INDEPENDENT TELEVISION NEWS (ITN) - MANAUS-AM , 26/11/2009 463

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AOS JORNAIS POLITIKEN (DINAMARCA) E DAGBLADET (NORUEGA) - COPENHAGUE, 17/12/2009 469

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO DA SILVA, AO JORNAL EL MUNDO, DA ESPANHA - BRASÍLIA - DF, 29/12/2009 475

ÍNDICE REMISSIVO

481

DISCURSOS

CERIMÔNIA DE SANÇÃO DA LEI QUE ANISTIA ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO IRREGULAR NO BRASIL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE SANÇÃO DA LEI QUE ANISTIA ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO IRREGULAR NO BRASIL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – BRASÍLIA-DF, 02/07/2009

Meu caro companheiro Tarso Genro,
Ministro da Justiça,

Meu caro companheiro Romeu Tuma
Júnior, Secretário Nacional de Justiça,

Senador Romeu Tuma,

Deputados Federais Carlos Zarattini,
Nelson Markezelli e William Woo,

Senhoras e senhores imigrantes
beneficiados com a lei de anistia,

Meus amigos e minhas amigas,

Primeiramente...

Meu caro Luiz Paulo Fernando, nosso
companheiro Diretor da Polícia Federal,

Nosso Presidente da Funai,

Nosso Diretor da Polícia Rodoviária
Federal,

Demais companheiros aqui presentes,

Primeiramente, gostaria de agradecer,
em nome do povo brasileiro, a todos os
imigrantes que ajudaram e continuam a
ajudar a construir o nosso país. Esta terra
é generosa, e sempre recebeu de braços

abertos todos os que vêm para trabalhar,
criar seus filhos e construir uma vida nova.

É por isso que as medidas que adotamos
hoje darão aos imigrantes os mesmos direitos
e deveres previstos na Constituição Federal
para os nossos compatriotas, à exceção
daqueles exclusivos de brasileiros natos.
Entre esses direitos, destaca-se a liberdade
de circulação no território nacional e o pleno
acesso ao trabalho remunerado, à educação, à
saúde pública e à Justiça.

Essas novas leis significam que o Brasil
se coloca cada vez mais à altura da realidade
migratória contemporânea, das condições
globais do desenvolvimento econômico e
social, e do respeito fundamental aos direitos
humanos. Elas são, também, resultado de um
amplo debate nacional, com a participação de
diferentes setores da sociedade e dos próprios
imigrantes que tiveram, assim, a oportunidade
de esclarecer os problemas que enfrentam e
propor soluções.

É preciso destacar que essa anistia vem num momento muito especial, em que se aprofunda e se amplia o processo de integração da América do Sul. Ao longo de muitas décadas, o Brasil sempre acolheu europeus, asiáticos, árabes, judeus, africanos e, mais recentemente, temos recebido fortes correntes migratórias de nossos irmãos da América do Sul e da América Latina.

Somos, na verdade, uma nação formada por imigrantes. Uma nação que comprova na prática como as diferenças culturais podem contribuir para a construção de uma sociedade que busca sempre a harmonia e combate com rigor a discriminação e os preconceitos. Não só somos um povo misturado, como gostamos de ser um povo misturado. Daí vem grande parte de nossa identidade, de nossa força, de nossa alegria, de nossa criatividade e do nosso talento.

Não podemos esquecer que a própria Constituição brasileira, quando trata dos direitos e garantias fundamentais, estabelece que todos são iguais perante a lei, sejam brasileiros ou estrangeiros residentes. O Estado brasileiro, por meio de compromissos firmados em vários acordos internacionais, reconhece que os migrantes são titulares de direitos e deveres que devem ser respeitados.

Defendemos que a migração irregular é uma questão humanitária e não pode ser confundida com a criminalidade. Adotamos sobre essa questão uma abordagem abrangente e equilibrada, levando em consideração os princípios da universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos.

Para milhares de brasileiros, viver em países como Estados Unidos, Japão, Itália, Espanha, Portugal, por exemplo, significa um sonho de progresso. Mas para muitos dos nossos vizinhos, o Brasil é visto como uma

chance real de melhorar a sua vida. Aqui, esses estrangeiros têm direito à saúde pública e, seus filhos, à educação gratuita, o que, infelizmente, não ocorre em muitos dos países que recebem imigrantes brasileiros.

Consideramos injustas as políticas migratórias adotadas recentemente em alguns países ricos, que têm como um dos pontos a repatriação dos imigrantes. Para nós, a repressão, a discriminação e a intolerância não lidam corretamente com a raiz do problema. Já disse várias vezes e repito: ninguém deixa sua terra natal porque quer, mas sim porque precisa ou porque acha que pode construir uma vida digna e melhor para si e para seus filhos em outro lugar. Falo isso por experiência própria. Foi isso que aconteceu com a minha família quando deixamos o sertão do Nordeste, em Pernambuco, rumo ao estado de São Paulo. Fomos buscar oportunidades, trabalho, estudo, melhores condições de vida. Por isso mesmo, julgo que os países mais ricos devem ter um enfoque solidário na questão da migração. Devem estabelecer parcerias que promovam o desenvolvimento das regiões e países onde se origina a migração, criando oportunidades, trabalho e melhores condições de vida.

A sociedade brasileira contrapondo-se a várias manifestações de intolerância que ocorrem em nível internacional faz questão de festejar a própria hospitalidade. Como se viu no ano passado, por exemplo, nas comemorações do centenário da migração japonesa. Sempre acreditei na solidariedade como um valor fundamental para o desenvolvimento social. O Brasil, com responsabilidade e equilíbrio, foi e continuará sendo um país aberto e solidário aos migrantes de todas as partes do mundo.

Meus companheiros e companheiras, vocês estão percebendo que eu vim com um traje de imigrante hoje. Eu vim com um pouco de

Bolívia e um pouco de Paraguai. Não poderia vir um pouco de peruano, de chinês, de japonês, de colombiano, porque aí não seria uma roupa própria para este momento aqui. Aí viraria uma fantasia com tantas cores e com tanta roupa junto.

Mas eu queria concluir dizendo para vocês que este é mais um exemplo que o Brasil quer dar ao mundo. Quando o primeiro ministro Gordon Brown esteve no Palácio da Alvorada, fazendo uma reunião bilateral, já começava a ter insinuações, em vários jornais brasileiros e estrangeiros, de que a perseguição aos imigrantes iria começar a acontecer, sobretudo os pobres que transitam pelo mundo à procura de uma oportunidade, às vezes até por problema político no seu país, e às vezes, também, porque as pessoas e o ser humano é nômade, gosta de procurar um lugar em que ele se sente bem.

E eu disse, naquela ocasião, que não deveria ser colocada culpa da crise provocada pelos homens de olhos azuis, em cima dos negros, e dos índios, e dos pobres do mundo. Porque no fundo, no fundo, a crise, se ela prejudica todo mundo, certamente ela prejudicará os mais pobres. E a gente está vendo, muitas vezes, o que acontece com brasileiros em países europeus.

Eu penso que nesse momento, em que a América do Sul está discutindo o seu problema de integração, ainda muito incipiente, na medida em que nós estamos falando em integração na América Latina, na medida em que nós estamos com uma dívida histórica com o povo africano, que nunca poderá ser paga em dinheiro, mas será paga em gestos como esses, de solidariedade e de reconhecimento, eu acho que essa oportunidade é uma oportunidade para que possamos mexer com a consciência e com os corações dos dirigentes do mundo inteiro.

Eu, na próxima quarta-feira, estarei na Itália, participando do G-8. Quero que o Tarso prepare uma resenha, ou seja, não precisa mais que uma folha de papel, um resumo do que nós estamos fazendo aqui, para que eu possa dizer a todos os presidentes dos países mais importantes do mundo, porque o Brasil toma posição, mostrando a contrariedade do Brasil com a política a ser adotada pelos países ricos. Eu tenho consciência da quantidade de brasileiros que vivem no Paraguai, são mais de 400 mil brasileiros. Eu tenho consciência da quantidade de brasileiros que mora na Bolívia, são centenas ou dezenas de milhares de brasileiros espalhados pelo mundo. E é bom que seja assim, é bom que a gente crie um mundo sem fronteiras, ou com fronteiras mais maleáveis, que permitam não apenas máquinas, produtos agrícolas, commodities atravessarem as fronteiras, mas que o ser humano seja olhado pelo seu lado bom e não se confunda o ser humano como exemplo de coisa ruim na travessia de uma fronteira.

É verdade que nós vamos continuar sendo duros no combate ao narcotráfico. É verdade que nós vamos continuar sendo duros com o contrabando. É verdade que nós vamos continuar sendo duros com os crimes internacionais. Mas é verdade que nós temos que ser generosos com os seres humanos de qualquer parte do mundo que aqui queiram vir pousar e preparar o seu futuro. É assim que o Brasil manda esse projeto de lei para o Congresso Nacional.

Eu disse no começo do meu discurso: o Brasil é o que é pela mistura que nós vimos tendo desde 1500, com portugueses, com alemães, com italianos, com árabes, com japoneses, com espanhóis, com chineses, com latino-americanos. Ou seja, todos os que vieram para cá foram atendidos com muita

decência. Eu tenho dito aos presidentes dos países: o Brasil não quer mais e nem menos. Nós não queremos nenhum privilégio a nenhum brasileiro, em nenhuma parte do mundo. Nós queremos apenas que vocês tratem os brasileiros no exterior como nós tratamos os estrangeiros aqui no Brasil: como irmãos, como parceiros e como brasileiros.

Um abraço. Parabéns Tarso Genro. Parabéns, Tuma. Eu espero que o Congresso Nacional, na sua generosidade, vote logo esse projeto de lei. Boa sorte.

CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO FÉLIX HOUPHOUËT-BOIGNY PELA BUSCA DA PAZ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, NA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO FÉLIX HOUPHOUËT-
BOIGNY PELA BUSCA DA PAZ - PARIS-FRANÇA, 07/07/2009

Excelentíssimo senhor Pedro Pires,
Presidente da República de Cabo Verde,

Excelentíssimo senhor Abdoulaye Wade,
Presidente da República do Senegal,

Excelentíssimo senhor José Sócrates,
Primeiro-ministro da República portuguesa,

Excelentíssimo e querido amigo Mário
Soares, ex-Presidente de Portugal e Vice-
Presidente do júri,

Excelentíssimo senhor Henri Konan Bédié,
ex-Presidente da Costa do Marfim e protetor
do Prêmio,

Senhor Abdou Diouf, ex-Presidente do
Senegal e paraninfo do Prêmio,

Minha querida companheira Marisa,

Senhor Koichiro Matsuura, Diretor-geral
da Unesco,

Meu caro Alioune Traoré, Secretário
executivo do Prêmio Félix Houphouët-
Boigny,

Meus queridos companheiros Ministros
brasileiros que me acompanham nesta viagem,
Celso Amorim, das Relações Exteriores;
Tarso Genro, da Justiça; Fernando Haddad, da
Educação; e Juca Ferreira, da Cultura,

Convidados, amigos e amigas da Unesco,

Primeiro, eu queria que os tradutores
pudessem me ajudar. Pedir desculpas aos
jovens que entraram aqui com a faixa “Lula,
tome conta da Amazônia! Não deixe a
Amazônia acabar!”. Muitas vezes, por um
problema de linguagem, não se sabe quem
é, e o papel da segurança, às vezes, é não
permitir. Mas eu acho que o alerta destes
jovens é um alerta que vale para todos nós,
porque a Amazônia tem que ser, realmente,
preservada. Eu queria que, também, eles não
ficassem nervosos com os seguranças, porque
é o papel da segurança não permitir. De
qualquer forma, o mal-entendido permitiu que
toda a imprensa fotografasse a reivindicação
dos jovens, que deve ser a reivindicação de
toda a Humanidade. A Amazônia tem que ser
preservada e cuidada com muito carinho.

Agradeço ao presidente Mário Soares e ao
senhor Alioune Traoré por me terem indicado
para o Prêmio Houphouët-Boigny. Sinto-me
honrado de compartilhar essa distinção com
mulheres e homens que dedicaram suas vidas
em favor da paz e de um mundo mais justo.

Agradeço aos chefes de Estado e de Governo que se deslocaram a Paris para participar desta cerimônia.

Os ideais que inspiram o Prêmio, que são também os da Unesco, decorrem do legado do presidente Félix Houphouët-Boigny. Ele liderou a libertação de seu país. Integrou uma geração de líderes africanos que conduziram a luta de seu continente contra o colonialismo. Foi um precursor da integração econômica, social e cultural da África. Seu exemplo de tolerância é fonte de inspiração.

Recebo este Prêmio, não tanto como uma homenagem à minha trajetória pessoal - sindical e política - e mais como o reconhecimento das conquistas recentes do povo brasileiro.

Lutei nas fábricas, nos espaços sindicais e na arena política de meu país. Em todos esses momentos, sem perder a combatividade, nunca renunciei à busca do entendimento, à construção de consensos e ao fortalecimento da democracia.

Senhoras e senhores,

A promoção de uma cultura de paz é um dos pilares da Unesco.

Conhecemos os horrores e os sofrimentos produzidos por todas as guerras. Os conflitos armados são uma afronta à racionalidade humana. É inadmissível tentar invocar o nome de Deus para justificá-los. É inaceitável justificar a agressão como medida preventiva. É intolerável querer transformar a diferença entre as civilizações -- em motivo de conflitos.

A paz é causa e consequência da luta pela liberdade, da democracia. É prerrogativa para o fortalecimento do estado de Direito, para a promoção da igualdade, para o combate à pobreza e à fome. Ela se confunde com a própria dignidade humana e dela se alimenta.

A paz tem múltiplas faces. Construí-la requer persistência. Exige mais do que pôr

de lado as armas. Não haverá paz verdadeira enquanto não forem enfrentadas as raízes profundas dos conflitos, enquanto houver fome, desigualdade e desemprego, mas também enquanto persistir a intolerância étnica, religiosa, cultural e ideológica.

A paz no plano doméstico é tão importante quanto a ausência de guerras entre as nações. Com intensa participação da sociedade civil, elaboramos um conjunto de políticas voltadas para os setores menos favorecidos.

No Brasil, entendemos o elevado preço de deixar tantos de seus filhos entregues à própria sorte. O Estado brasileiro retomou seu papel essencial no fomento ao desenvolvimento e na promoção do bem-estar, sobretudo em face da enorme dívida social do País. Isso nos ajuda a construir uma cultura de paz.

Investimos no aprimoramento do ensino público e gratuito em todos os níveis. A Educação para Todos é uma ferramenta essencial para que todos possam tornar-se cidadãos. Pouco mais de seis anos após o lançamento do programa Fome Zero, a desnutrição já se tornou problema marginal no Brasil. Com o programa Bolsa Família, mais de 40 milhões de brasileiros deixaram a condição de indigentes. O índice de desigualdade é o mais baixo das últimas três décadas no meu país.

Provamos ser perfeitamente compatível articular equilíbrio macroeconômico com ações capazes de distribuir renda e gerar inclusão social. O País voltou a crescer de modo sustentado. Foram criados milhões de novos empregos formais. Consolidamos uma ampla rede de proteção social.

O Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer. Muitas demandas ainda seguem pendentes.

Mas os brasileiros voltaram a confiar em si próprios, a ter esperança no futuro.

Senhoras e senhores,

Para vencer a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, não basta avançar no âmbito nacional. É uma ilusão imaginar que a prosperidade e a democracia podem ser logradas em meio à miséria. O desenvolvimento e a estabilidade de nossos vizinhos são fundamentais para a construção de nosso próprio progresso.

Não tenho dúvidas de que as Metas de Desenvolvimento do Milênio serão alcançadas no Brasil. Mas é necessário assegurar que sejam atingidas na América Latina como um todo e nos demais países em desenvolvimento.

O momento é propício. A América do Sul vive uma vigorosa onda de democracia, encabeçada por segmentos historicamente deserdados e marginalizados, que hoje encontram seu lugar e sua voz numa sociedade mais solidária. Por isso, não podemos permitir retrocessos. Por isso, condenamos de forma veemente o golpe em Honduras, no último domingo.

Estamos forjando instituições supranacionais novas que refletem uma concepção de integração ampliada, solidária, com forte componente social e que leva em consideração a necessidade de reduzir as assimetrias entre os seus membros.

A Unasul já mostrou a que veio. Foi decisiva para a solução pacífica das disputas internas que sacudiam a Bolívia. Vai enfrentar a violência e a criminalidade transnacional com instrumentos próprios, como os Conselhos de Defesa e o Conselho de Combate às Drogas.

Nossa parceria vai além da criação de um espaço econômico continental. Queremos que a articulação de nossa diversidade seja um fator de multiplicação de nossa força.

A América Latina e o Caribe formam a primeira zona desnuclearizada do globo. O Brasil é um dos poucos países a consagrar em sua Constituição o uso da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

Os arsenais nucleares são peças ultrapassadas e obsoletas, de um tempo já superado de equilíbrio do terror. Por essa razão, não basta opor-se à proliferação nuclear. É necessário, igualmente, lutar pelo desarmamento nuclear.

Outra relíquia da Guerra Fria que acabamos de sepultar foi a exclusão de Cuba do convívio regional. O próximo passo deverá ser o fim do embargo a esse país. Essa medida será um sinal importante da disposição dos Estados Unidos em relacionar-se com toda a região, e certamente contribuirá muito para a paz nas Américas.

No Haiti, emprestamos um novo significado a operações de paz da ONU. A atuação do Brasil e de outros países no âmbito da Minustah mostra que a segurança coletiva tem de combinar-se com a justiça social e o respeito à soberania nacional.

Senhoras e senhores,

Por meio da cooperação Sul-Sul, procuramos contribuir para a redução das desigualdades no mundo. Acabo de participar da reunião de Cúpula da União Africana e verifiquei a vitalidade com que aquele continente irmão se impõe como senhor de seu destino, com respeito à diversidade e à pluralidade das opções políticas entre seus membros.

Sem ingerências externas, a África forja sua inserção soberana no mundo, preservando o espaço necessário para a elaboração e a execução de políticas que permitam superar suas vulnerabilidades e realizar todo o seu potencial. As ações no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nos permitem ampliar o leque de parcerias para o desenvolvimento.

Na condição de coordenador dos trabalhos da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas em Guiné-Bissau, saudamos a realização de eleições pacíficas, na sequência

dos tristes acontecimentos que vitimaram o presidente Nino Vieira e outros líderes políticos daquele país.

A solução para a crise no Oriente Médio também nos interessa, porque interessa à Humanidade. E nada que interesse à Humanidade pode nos ser alheio.

A experiência brasileira de abrigar grandes comunidades árabe e judaica em convivência harmoniosa desmente as teses sobre a inevitabilidade do choque de civilizações. O Oriente Médio não está fadado a ser fonte de conflito e de sofrimento. É fundamental avançar rapidamente na criação de um Estado palestino que seja economicamente viável, socialmente integrado e que possa conviver em paz com o Estado de Israel.

Meu governo apoia o Plano Árabe de Paz e outras iniciativas internacionais, como as da Conferência de Annapolis. Esses esforços precisam ter continuidade para que tragédias, como a que assistimos recentemente em Gaza, não se repitam.

Caros amigos e amigas,

Não podemos ficar prisioneiros dos paradigmas que ruíram. A exclusão não é inerente às sociedades humanas, tampouco, inevitável. Nas últimas décadas, predominou a tese, nem sempre de forma explícita, de que o desenvolvimento era possível apenas para uma parcela da população. Os que não podiam ser incorporados à produção, ao mercado e à cidadania eram vistos como empecilhos ao crescimento econômico, como elementos disfuncionais. Qualquer esforço para enfrentar a pobreza e a desigualdade era visto, e até hoje o é por alguns, como assistencialismo ou populismo. Milhões de homens e mulheres eram tidos como um estorvo e não como importante ativo para construir nações prósperas, livres, democráticas e soberanas.

A história está se encarregando de desmentir essas falsas teorias. Felizmente, já não vigoram as teses do Estado mínimo, sem presença reguladora forte. O mercado já não é uma panacéia que resolve tudo.

É hora de recuperar as melhores tradições humanistas de líderes como o presidente Houphouët-Boigny, fazendo desses ideais uma agenda progressista e uma agenda factível.

É hora de colocar o tema do desenvolvimento no centro da agenda internacional.

Segundo dados da FAO, mais de 1 bilhão de pessoas no mundo passam fome nos dias de hoje. É lamentável que no início do século XXI, marcado pelos avanços científicos e tecnológicos sem precedentes, um sexto da população do globo ainda padece do flagelo da fome.

A Ação Global Contra a Fome e a Pobreza, que lancei em 2004 em parceria com outros líderes, concluiu que seriam necessárias outras iniciativas baseadas em Mecanismos Financeiros Inovadores. Alguns passos foram dados, especialmente no campo dos medicamentos para os países pobres da África. Mas é preciso aprofundar esse esforço.

A crise econômica mundial só tende a agravar a situação dos mais pobres. Nos países desenvolvidos o impacto social da recessão é absorvido mais facilmente, tendo em vista a persistência de uma ampla rede de proteção social.

Em muitos países em desenvolvimento a situação é outra. Há uma perversa combinação entre redução das exportações e dificuldades para obter financiamento internacional.

As remessas enviadas pelos trabalhadores migrantes que vivem nos países desenvolvidos diminuem, comprometendo uma importante fonte de recursos de vários governos mas, sobretudo, de muitas famílias. Os imigrantes vêem sua situação

piorar a cada dia, com o recrudescimento da xenofobia nos países ricos.

Não é substituindo um conservadorismo fracassado por um nacionalismo protecionista que vamos sair dessa crise. É a atuação conjunta e o esforço coordenado que surtirão efeito.

Em meu país, respondemos à recessão com políticas anticíclicas. Legalizamos também dezenas de milhares de trabalhadores estrangeiros que ajudam a construir a prosperidade do Brasil. Eles passam a ter todos os benefícios dos cidadãos brasileiros.

A crise tornou evidente que a concentração do processo decisório nas mãos de poucos é uma receita falida. As reuniões do G-20 Financeiro, em Washington e Londres, reconheceram o papel dos países em desenvolvimento na manutenção da estabilidade econômica global.

A consolidação do diálogo entre países emergentes, como a recente Cúpula dos Brics realizada em Ecaterimburgo, ajuda a preencher a lacuna deixada pela crise de representação nas relações internacionais.

Da mesma forma, meu governo se empenhou na criação do Fórum Índia-Brasil-África do Sul, o Ibas, que reúne três grandes democracias pluriculturais e pluriétnicas da África, da Ásia e da América do Sul.

Vemos nesta multiplicidade de iniciativas passos importantes em direção a um mundo multipolar, regido pelos princípios do multilateralismo.

Senhoras e senhores,

Um mundo mais democrático na tomada de decisões que afetam a todos é a melhor garantia de nossa segurança coletiva, dos direitos dos mais vulneráveis e da preservação da saúde do Planeta. Isso só será possível com a reforma dos mecanismos de governança globais. A reforma do Conselho de Segurança da ONU é um passo fundamental nesse sentido. O déficit

de participação permanente dos países em desenvolvimento no Conselho só agrava o risco de erosão de sua legitimidade e autoridade.

Reordenar a arquitetura financeira mundial, aumentar os recursos do FMI e do Banco Mundial, e criar linhas de crédito sem as absurdas condicionalidades do passado, eram decisões inadiáveis. Agora precisam ser colocadas em prática.

Concluir a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio, de forma equilibrada também será positivo para reanimar os fluxos comerciais, capaz de gerar círculos virtuosos de crescimento nos países em desenvolvimento.

A proteção e a promoção dos direitos humanos é tarefa inadiável. Para o Brasil, o engajamento construtivo é sempre preferível ao isolamento. O estabelecimento do Conselho de Direitos Humanos em 2005, primeiro órgão reformado da ONU, confere enfoque universalista e não-discriminatório no tratamento internacional do tema.

O Mecanismo de Revisão Periódica Universal, imune à antiga seletividade política, é ferramenta singular em sua imparcialidade. A solidariedade e a persuasão - e não a mera condenação - são os meios mais eficazes para o engajamento dos governos e da sociedade civil.

Outro desafio a ser enfrentado de forma resoluta é a mudança do clima. Em Copenhague, no final do ano, precisamos chegar a um pacto global que seja justo e ambicioso para que possamos legar às gerações seguintes um planeta viável. A responsabilidade histórica dos países desenvolvidos pelas emissões de gases de efeito estufa é indiscutível. Seus compromissos de redução não podem ser tergiversados.

Os países em desenvolvimento também contribuirão para enfrentar o aquecimento global. Com o Plano Amazônia e uma das

matrizes energéticas mais limpas do mundo, o Brasil está fazendo a sua parte. Nosso esforço, contudo, deve ser compatível com as necessidades da promoção do desenvolvimento e da luta contra a fome e a miséria.

Senhoras e senhores, meus amigos e minhas amigas,

A Unesco tem um papel importante frente ao desafio de construir um mundo mais próspero, igualitário e democrático, como está registrado em sua própria Constituição. Diz a Constituição da Unesco: “uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”.

É no ambiente arejado dessa Organização que temas sensíveis poderão ser tratados de modo construtivo em escala global. O diálogo contínuo que se trava na Unesco tem facilitado o abrandamento de tensões políticas internacionais, com soluções inovadoras e pacíficas.

Assim como o desenvolvimento e a igualdade social, o diálogo é componente essencial para a paz.

O Brasil crê na convivência pacífica entre culturas e civilizações diferentes. Por isso, o Rio de Janeiro vai sediar, em 2010, o terceiro Fórum Mundial da Aliança das Civilizações. Esperamos poder recebê-los no Brasil nessa ocasião, motivados pelo mesmo espírito de

paz que nos une neste dia tão especial.

Amigos e amigas,

É sempre possível eleger a paz e não a guerra; a democracia e não a tirania; o triunfo dos direitos humanos e não o arbítrio; a igualdade social e o bem-estar coletivo, não a exploração. Essas escolhas demandam coragem, vontade política e clareza de objetivos. Espero que esses valores não faltem nunca à Humanidade.

Uma vez mais, gostaria de agradecer pela indicação deste tão importante Prêmio, não só como presidente do Brasil, mas também em nome do menino do sertão brasileiro que sonhou que, um dia, sua vila, seu país e seu planeta poderiam ser um lugar diferente. Eu tenho a convicção... meu caro presidente do júri, Mário Soares, meus companheiros presidentes da Unesco, meus companheiros presidentes de países africanos, companheiros convidados,

Eu estou convencido de que a liberdade que nós conquistamos no mundo, que ainda tem muita deficiência, será vencida totalmente porque nós, líderes importantes como vocês, já aprenderam que a única possibilidade de uma nação crescer, educar os seus filhos e garantir cidadania é se essa nação estiver em paz. A paz não é uma coisa qualquer. Ela é fundamental para garantir a subsistência da vida humana.

Um grande abraço e muito obrigado.

V CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA COMUNIDADE DAS DEMOCRACIAS

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA V CONFERÊNCIA MINISTERIAL
DA COMUNIDADE DAS DEMOCRACIAS - LISBOA, 12/07/2009

Senhores Ministros,
Senhoras e Senhores,

Na última ocasião em que me dirigi à Comunidade das Democracias, em 2005, a economia mundial se encontrava em momento de franca expansão. O objetivo dos nossos encontros era cultivar valores democráticos em conjuntura econômica favorável. Não queremos que a crise financeira sirva de justificativa para que o longo ciclo de democratização que o mundo testemunhou nas últimas três décadas seja desacelerado ou interrompido.

A relação entre democracia e desenvolvimento não é direta nem automática. Mas é certamente simbiótica: o regime democrático favorece o desenvolvimento econômico e a redistribuição de riquezas. Da mesma forma, a promoção do desenvolvimento contribui para preservar a democracia como regime político. Isso não significa que em cenários de contração econômica, a governança democrática estará comprometida. Queremos e podemos evitar que isso aconteça.

Esta Conferência se realiza em momento em que a mais grave crise econômica de nossa geração dá os primeiros sinais de arrefecimento

- mas seus efeitos continuam a se propagar, principalmente nos países mais pobres. Estudos demonstram que muitos dos ganhos conquistados nos últimos anos em termos de crescimento econômico, redução da pobreza, geração de emprego e desenvolvimento social foram comprometidos. Em vários países, as Metas do Milênio estão seriamente ameaçadas.

É fundamental que a comunidade internacional dê seguimento aos esforços de coordenação para que a retração econômica não coloque em risco os valores da democracia e da paz.

Senhoras e Senhores,

A liberdade política e o progresso social estão intimamente ligados. Semear um é colher o outro. Um indivíduo não pode participar de forma integral da vida política de seu país sem o acesso apropriado à alimentação, à educação e à saúde. Ao mesmo tempo, são cruciais para a justiça social o respeito aos direitos individuais, a liberdade de opinião, o respeito às leis e o direito de escolher o próprio governo.

O Brasil investe na consolidação de suas instituições democráticas. Vivemos a rica experiência do multipartidarismo. Temos uma imprensa livre e uma opinião pública vibrante.

O reconhecimento da primazia dos direitos humanos está acima de dúvida.

Também procuramos incentivar o fortalecimento da democracia em outros países. Temos, no Mercosul, a Cláusula Democrática. A UNASUL é uma organização nova, que já tem contribuído para a preservação da democracia na América do Sul. Durante recente crise na Bolívia, teve importante atuação.

A América do Sul passa por um processo de mudanças profundas. Setores antes marginalizados têm uma participação mais ativa na vida política dos países. Precisamos trabalhar para consolidar e aprofundar a democracia. Uma maior ênfase na cooperação produzirá resultados tangíveis. A força do exemplo é sempre preferível à ingerência; a persuasão é mais eficaz que a imposição. A persuasão será mais forte quando for conduzida por organizações regionais, como é o caso, por exemplo, da União Africana.

A América Latina e o Caribe foram unânimes na condenação do golpe militar contra o Presidente de Honduras, Manuel Zelaya - um inaceitável retrocesso no processo de consolidação dos regimes democráticos no continente. A deposição de um Presidente eleito democraticamente é um precedente perigoso que precisamos evitar. O Brasil apóia os esforços da Organização dos Estados Americanos para restabelecer a ordem democrática naquele país. Aplaudimos as tentativas de encontrar uma solução pacífica para a crise, no quadro das resoluções da OEA.

Senhoras e Senhores,

A democracia é um objetivo que devemos perseguir em várias frentes. A construção de uma ordem internacional mais justa e democrática é tão importante quanto o fortalecimento dos regimes democráticos dentro dos países.

Da mesma forma que a democracia pressupõe uma sociedade plural, o multilateralismo depende da multipolaridade. Desde o início do Governo Lula, a Política Externa Brasileira tem buscado ampliar as formas de interlocução e de diálogo entre países e regiões. O Fórum IBAS - composto por Índia, Brasil, África do Sul, três grandes democracias multiculturais, uma de cada parte do mundo em desenvolvimento -, as Cúpulas América do Sul - África (ASA) e América do Sul - Países Árabes (ASPA) e iniciativas regionais ajudam a consolidar uma nova multipolaridade, onde os países emergentes desempenham papel mais relevante.

A Cúpula G8+G5/6, em Áquila, deu um passo significativo nesse sentido. As reuniões do G20 em Washington e Londres, convocadas a propósito da crise, proporcionaram avanços para a governança global.

As mudanças que já estão em curso no campo econômico-financeiro precisam agora ser acompanhadas pela democratização dos órgãos políticos. As decisões tomadas nas Nações Unidas, em fóruns de vocação universal como a Assembléia Geral, devem ser cumpridas. É na ONU que países não representados em outras estruturas de gestão podem ser ouvidos.

Senhoras e senhores,

Devemos trabalhar juntos para gerar um ciclo positivo de crescimento econômico e redistribuição da riqueza mundial. É hora de os países ricos honrarem suas obrigações referentes à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. A África deve continuar no centro de nossas atenções. Países de economia frágil como o Haiti também não devem ser negligenciados.

O fortalecimento do sistema multilateral do comércio favorece ao mesmo tempo a promoção do desenvolvimento em escala global e a construção de uma ordem

internacional mais justa e equitativa. A conclusão da Rodada Doha contribuirá para os esforços internacionais com vistas à erradicação da pobreza e da fome. Não é aceitável que, após laboriosas negociações, demandas adicionais sejam feitas pelos países desenvolvidos. É acintoso que os países ricos distribuam mais recursos a seus agricultores ineficientes na forma de subsídios do que ajuda aos países em desenvolvimento.

Amigos e Amigas,

O Brasil, como todos, foi afetado pela crise. Mas de forma mais amena, se comparado aos países ricos e mesmo a outros países em desenvolvimento. Em grande medida, isso se deve à pujança do mercado interno e à diversificação dos nossos parceiros comerciais externos. Mesmo com a crise - e até por causa dela - os investimentos na área social e o estímulo à atividade produtiva devem continuar prioritários.

O desemprego, a desigualdade e a fome alimentam o extremismo e exacerbam a xenofobia e o fanatismo.

A insegurança econômica pode tornar-se séria ameaça à governança democrática, como ocorreu no período entre - guerras.

No Brasil, o Presidente Lula acaba de promulgar lei de anistia aos imigrantes indocumentados. Esse ato beneficiará milhares de estrangeiros que vivem no Brasil, principalmente provenientes de países vizinhos.

É com satisfação que verifico no Projeto de Declaração Final desta Conferência menção expressa ao fato de a democracia ser insustentável sem o respeito estrito ao princípio da não-discriminação. Como defendemos no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o racismo é incompatível com a democracia.

Registro também satisfação pela menção à Aliança de Civilizações, cuja idéia essencial

é o diálogo, o intercâmbio e a cooperação em favor da paz. Aproveito a oportunidade para, em nome do Presidente Lula e no meu próprio, convidar a todos a comparecer ao III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações, a realizar-se no Rio de Janeiro, em maio de 2010.

Obrigado.

CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE INVESTIMENTOS DA GENERAL MOTORS DO BRASIL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE INVESTIMENTOS DA GENERAL
MOTORS DO BRASIL - CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL - DF , 15/07/2009

Eu quero cumprimentar a Governadora Yeda Crusius,

Cumprimentar a Dilma,

Cumprimentar os Deputados Federais aqui presentes, o Henrique Fontana, líder do governo; o Beto Albuquerque, vice-líder; o Cláudio Diaz; nosso Fernando Marroni; e o companheiro Vieira da Cunha,

Quero cumprimentar o Presidente Jaime Ardila, Presidente da GM do Brasil,

O nosso companheiro Aldemir Bendine, Presidente do Banco do Brasil,

A Maria Fernanda, Presidente da Caixa Econômica Federal,

Nosso querido companheiro, amigo de tantos anos, José Carlos Pinheiro Neto, Vice-Presidente da GM do Brasil,

Luiz Moan, Diretor de assuntos institucionais da GM,

E cumprimentar os demais membros da GM,

Secretários de Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitos que estão aqui presentes,

Eu termino, agora, uma reunião do G-8 na cidade de L'Aquila, na Itália, onde estavam presentes, primeiro o G-8, depois o G-8 mais G-5, depois o G-8 mais países africanos mais Austrália mais Indonésia, ou seja, no fundo,

era uma reunião que envolvia as 20 maiores economias do mundo e é incomensurável o orgulho de ser brasileiro no momento em que a gente percebe que as nossas empresas no Brasil estão melhores do que suas matrizes nos países desenvolvidos. Eu estive com o Berlusconi, eu estive com a Angela Merkel, estive com o Sarkozy, estive com o Obama, e todos eles boquiabertos com o resultado da indústria automobilística brasileira.

Eu dizia para o Ardila que a gente poderia estar melhor se não fosse a precipitação do setor no final do ano, possivelmente levada pelo pânico que foi criado durante os meses de outubro e novembro. Eu tive que ir para a televisão no dia 22 de dezembro fazer apologia do consumo para ver se convencia as pessoas que estavam com medo de consumir, fazer uma dívida, perder o seu emprego e não poder pagar. Eu fui dizer que, se elas não comprassem, elas iam perder o emprego mais rapidamente. Jamais imaginei fazer isso na vida, mas eu estava sentindo que havia um pânico na sociedade, e todo mundo estava entrando em compasso de espera. É como se um grupo de mulheres fosse a um baile e chegasse na porta, “bom, nós só vamos entrar se tiver homens para dançar”, ou um grupo de

homens fosse para o baile, “só vamos entrar se tiver mulheres”, sem botar a cara para ver se tinha ou não.

Nós estávamos convencidos de que a crise tinha chegado por último no Brasil, antes da quebra do Lehman Brothers, não tem um especialista no Brasil, sabe, que não dizia que a crise chegaria no Brasil com efeito de no máximo 1% do PIB, se ela chegasse. Depois da queda da Lehman Brothers nós tivemos o agravamento com o desaparecimento do crédito total e geral. E foi tão grave que uma empresa como a Petrobras, que antes todo mundo ficava oferecendo dinheiro, não conseguia mais crédito em lugar nenhum do mundo e teve que vir nos bancos públicos brasileiros disputar espaço com as pequenas e médias empresas que tinham a preferência desses bancos.

Então, a gente dizia que o Brasil tinha entrado por último na crise, a gente dizia que o Brasil ia sair primeiro da crise. Porque nós acreditávamos naquilo que estava acontecendo no Brasil.

É importante lembrar que, como eu sou um homem de muita fé, nós lançamos um Programa de desenvolvimento do Brasil antes da crise. Ou seja, quando a crise chegou que todos os presidentes dos países do mundo estavam anunciando programas de investimentos, nós tínhamos começado o PAC em janeiro de 2007, portanto, um ano e meio antes da crise nós tínhamos começado um Programa.

O que nós fizemos? Eu digo sempre que quem guarda tem, ou seja, se você for cuidadoso e souber fazer a sua poupança adequadamente, na hora da dificuldade você tem a disponibilidade. Como nós fizemos as coisas certas no ano de 2003, e todo mundo sabe que nós fizemos o maior ajuste fiscal que alguém já teve coragem de fazer - o de 2003, senão a gente não sobreviveria - e fizemos um

superávit de 4,25, vamos lembrar dos meus companheiros, quantas críticas eu recebi porque eu aumentei o superávit para 4,25. A gente tinha clareza de que o Brasil precisava conquistar uma palavra chave no mundo dos negócios, no mundo do investimento, era credibilidade, sobretudo para uma pessoa da minha origem, da base social que eu vim para presidente, se a gente não conquistasse a credibilidade, a gente não teria conseguido dar o passo seguinte, porque a encenra começaria no primeiro passo.

Pois bem, quando veio a crise nós dizíamos que estávamos numa situação boa e que nós iríamos sair da crise o mais rapidamente.

Os números da indústria automobilística, obviamente que não valem para todo o setor industrial brasileiro. Mas os números da indústria automobilística, pela importância que a cadeia da indústria automobilística tem no PIB industrial, mais ou menos 24%, é um sinal extraordinário.

Vamos ver aqui alguns números: só falando da GM aqui, ou seja, ela bateu o recorde mensal, obviamente estou falando de 84 anos aqui, mas de todo o tempo dela aqui no Brasil, mesmo nos bons melhores momentos das últimas décadas, ela vendeu 58.646 veículos. É recorde mensal.

Os números representam um aumento de 20% em relação ao mês anterior e de 12,5% em comparação a junho do ano passado, que foi um ano de ouro. Vejam... Vamos pegar a história aqui, para a gente ver. Em junho do ano passado, eu reuni a equipe econômica duas vezes e a discussão nossa era como desativar o aquecimento da economia que está crescendo demais. Era preciso colocar um freio no crescimento da economia, porque estava se vendendo muito e a inflação podia dar sinais de volta. Isso foi em junho. Quando chega em setembro, a crise desativou, de forma exagerada, aquilo que a gente queria desativar

de forma tranquila e pacífica. Também em junho - este é um dado importante - foi ultrapassada, pela primeira vez, a barreira dos 300 mil veículos vendidos no Brasil.

A Federação Nacional da Distribuição de Veículos anunciou que as vendas de veículos no País somaram 300.174 unidades em junho. Trata-se de um acréscimo de 21,54% sobre maio e de 17,3% sobre junho de 2008, que foi um ano excepcional. O cenário supera o de 2008, até então considerado o melhor da história. A média de vendas diárias, no primeiro semestre de 2009, cresceu 14% em relação ao mesmo período no ano passado. Com desempenho recorde no acúmulo de seis meses e perspectiva de superar o resultado de 2008, as montadoras preparam contratações e várias empresas já estão fazendo hora extra aos sábados. Na General mesmo, foram negociadas horas extras aos sábados e já vem sendo adotado por outras empresas do setor. Vocês sabem que outras empresas estão adotando.

Por ora, a expectativa da Fenabrave é de que as vendas de automóveis comerciais (incompreensível) 2009, alcancem 2.783.466 unidades. Isso representa um crescimento de 4,20% sobre o total das vendas realizadas em 2008. Considerando também caminhões, ônibus e motos, a indústria automobilística brasileira deve fechar o ano com 4.895.143 veículos vendidos, uma alta de 3,13% sobre 2008.

Estes números aqui são apenas para os deputados terem, para fazer discurso lá na Câmara daqui a pouco. Mas, o fato concreto, companheiros, é este. Olhem, eu posso assegurar para vocês, primeiro... Estava ouvindo a tua fala ali e estava ouvindo antes o nosso presidente da GM... Fica provado que banco público não é ruim como alguns diziam nos últimos anos. Ficou provado que um banco público bem gerenciado é uma obra-prima na hora em que falta dinheiro no mercado, porque uma das vantagens comparativas do Brasil

com os países desenvolvidos... A primeira é que os nossos bancos não estavam envolvidos no subprime, e a segunda é que nós tínhamos bancos públicos muito sólidos, desde o BNDES, com o aporte de R\$ 100 bilhões que nós fizemos, a mais, até a decisão nossa de fortalecer a participação da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, e de fazer com que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica comprassem carteiras de bancos menores, de fazer com que o Banco do Brasil comprasse a Nossa Caixa, em São Paulo, comprasse 50% do Banco Votorantim, em São Paulo.

Porque para nós, começou a ser o crédito o principal problema. Um sistema capitalista não funciona sem capital, e se o capital está desaparecido, como é que a gente vai fazer? Graças a Deus, a gente tinha alguns bancos públicos nos estados e tínhamos BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica. Eu espero que, daqui para a frente, ninguém nunca mais fale mal de banco público. Aliás, na conversa que eu tive com o Obama, eu disse que o problema dos Estados Unidos é que eles não tinham um sistema sólido, com alguns bancos públicos importantes... Eu tenho certeza que se, na época, os americanos soubessem o que iria acontecer no sistema financeiro depois da quebra do Lehman Brothers, eles teriam salvado o Lehman Brothers. É que eles não tinham certeza da gravidade e do medo que [se] criou no mundo inteiro.

Bem, dito isso, eu queria dizer, Yeda, companheiros prefeitos, secretários e GM, a alegria dessa confiança no Brasil, a alegria de a Governadora ter a disposição de negociar os limites do possível para que o seu estado volte a crescer e volte a investir. Da parte do governo federal... Eu tenho conversado muito com vocês e tenho dito o seguinte: não há nenhuma razão para ter qualquer desconfiança de qualquer coisa neste país. Este país aprendeu, definitivamente, que por

mais dura que seja uma verdade, ela é melhor do que 50 mentiras contadas. Sobretudo na parte econômica, não há como mentir, porque o resultado é incontornável, porque você pode mentir por pouco tempo. Vejam que nós adquirimos condições - e eu disse para vocês na última reunião do grupo de conselhos (incompreensível). Nós estamos desonerando a indústria, os produtos. Agora, é preciso que a gente facilite para que o povo possa comprar carro. Por que qual é a lógica? O carro continua sendo, depois da mulher ou depois do homem, a paixão do ser humano. Ou seja, este é um dado concreto: o carro é uma paixão. Quem já tem, quer trocar todo ano, e quem não tem, quer ter o primeiro. Às vezes o cidadão pensa em ter o primeiro carro antes de ter a primeira mulher, porque ele começa a querer ter carro com 14 anos, com 15 anos de idade, com 16 anos de idade. Então, vejam, é uma paixão. Agora, ele só vai poder comprar o carro se as prestações forem compatíveis com o seu contracheque. Se não, ele vai se contentar em ficar olhando na rua o carro passar. Quantos moleques de dez anos, neste país, sabem a marca de todos os carros, sabem a marca de todos os caminhões? Porque é uma paixão.

Então, se houver essa compreensão entre os entes federados do Brasil mais os empresários, de que nós juntos poderemos facilitar com que o povo tenha acesso a esse bem... Agora mesmo, quando nós desoneramos máquina de lavar, fogão, o que tem acontecido? A máquina de lavar cresceu as vendas 30%. Por que cresceu? Porque a máquina de lavar é um dos itens da independência da mulher, e é um dos jeitos que se tem de fazer os homens também lavarem roupa. É pegar a roupa dele e jogar.

Então, vejam, nós... Obviamente que não dá para a gente fazer isso de forma aleatória, mas se a gente for pegando setor por setor,

tentando estruturar, nós vamos fazer, porque é assim que tem que ser feito. Vocês sabem da nossa preocupação com caminhões e com ônibus, e que queremos dar um jeito... Se nós tivéssemos que dar um jeito em motocicleta, se nós tivéssemos que dar um jeito no financiamento de barcos, agora, se nós vamos anunciar aí, financiamento de ônibus escolar, nós temos que renovar a frota de caminhões. E eu parei com aquela bobagem de ficar preocupado: quem é que vai ficar com o caminhão velho? Vai ficar com o caminhão velho quem só tiver dinheiro para comprar caminhão velho, mas nós temos que dar oportunidade para que quem quiser um novo, possa comprar um novo. Nós diminuimos os juros de 13,3% ao ano para 4,5% ao ano; aumentamos para 96%... 96 meses o financiamento. Por quê? Porque nós queremos que o motorista autônomo, que está carregando 70% das coisas que nós usamos neste país, por estrada, tenha um carro novo, que vai ser mais tranquilo para ele, vai dar mais rentabilidade... Criamos o fundo de aval...

Então, nós aprendemos, também, a viver em um mundo em que a gente não precisa ter desconfiança de ninguém. Primeiro, porque o Brasil não quer voltar atrás. Depois, todo mundo sabe que o País não pode estar bem sem os estados estarem bem. Os estados não podem estar bem sem as cidades estarem bem. Então, no fundo, no fundo, nós estamos em um grande transatlântico: ou todo mundo rema junto ou, na hora em que ele afundar, é como o Titanic, salvam-se poucos.

E nós achamos que o Brasil entrou em uma fase primorosa de se transformar em uma grande economia. Se a gente continuar nesse ritmo, eu não tenho dúvida de que nos próximos dez anos nós seremos a quinta economia do mundo, e eu penso que o Brasil tem condições para isso, sobretudo se o Brasil

for ousado. Nós temos um mercado na América do Sul, que nós ainda trabalhamos aquém das nossas possibilidades e temos um mercado africano que nós não estamos levando muito a sério. E queria que a indústria automobilística pensasse nisso, porque são mercados de quase 800 milhões de habitantes, são mercados que estão consolidando a democracia. Nós temos trabalhado junto com outros governos para tentar construir projetos entre Brasil e Estados Unidos, entre Brasil e Alemanha, entre Brasil e França, para construir coisas nesses países desenvolvidos.

Todo mundo está consciente, e eu disse na reunião do G-8: na hora em que os países que habitualmente consumiam diminuam o seu consumo, nós temos que arrumar novos consumidores para comprar os produtos sofisticados que os países ricos fazem. Só tem um jeito: é a gente criar esses novos consumidores nos países que têm possibilidade. E o continente africano é uma extraordinária oportunidade, como nós todos rezamos para a China continuar crescendo, para a Índia continuar crescendo.

O dado concreto é que ouvi do presidente Obama que os Estados Unidos não vão voltar a ser os consumidores que eram antes. Não vão e não podem porque o povo está muito endividado. Então, vamos aproveitar o que nós temos de bom. Temos mercado, temos capacidade de produção, temos capacidade de consumo e temos um leque muito grande ainda para a gente fazer as nossas ações.

Por isso, meus parabéns, Governadora do estado. Meus parabéns, Prefeito de Gravataí. Meus parabéns à GM por essa confiança. Eu espero que, nesses próximos dias, nós recebamos aqui outras empresas automobilísticas anunciando a mesma coisa. Quando a empresa anuncia uma crise, manda

trabalhador embora e, três meses depois, a empresa começa a chamar horas extras, significa que ela está acreditando no futuro e está percebendo que ela foi precipitada no mês de dezembro.

Eu acho que é compreensível o clima de pânico que se instalou no mundo, no mundo, e eu penso que nós não superamos totalmente. Não vamos, também, ser conformistas e achar que está tudo resolvido. A questão do crédito ainda tem tendências sérias, o spread ainda está alto e nós vamos tratar de ir construindo as coisas para melhorar a situação deste país.

Parabéns e boa sorte. Eu espero que a gente possa, daqui a alguns anos, ser os compradores de um desses 380 mil carros novos que vocês vão produzir com design brasileiro.

Um abraço.

VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE, ARMANDO GUEBUZA

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE A VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE,
ARMANDO GUEBUZA - PALÁCIO ITAMARATY, 21/07/2009**

Excelentíssimo senhor Armando Guebuza,
Presidente da República de Moçambique,

Senhor Oldemiro Marques Balói, Ministro
dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de
Moçambique, em nome de quem saúdo os
integrantes da delegação moçambicana,

Embaixador Ruy Nogueira, Ministro
Interino das Relações Exteriores, por meio de
quem cumprimento os Ministros brasileiros
presentes,

Senhoras e senhores embaixadores,

Senhoras e senhores convidados,

Companheiros e companheiras,

É com grande prazer que recebo o
Presidente Guebuza novamente em Brasília.
Seu retorno ao Brasil é testemunho do
extraordinário desenvolvimento das relações
entre nossos países. Realizamos cinco visitas
presidenciais nos últimos seis anos: duas em
Maputo e três em Brasília. Elas resultaram
em iniciativas que dão contornos concretos
ao objetivo de aprofundar nosso diálogo e
aproximar nossos povos.

Moçambique é um parceiro estratégico
e prioritário das relações do Brasil com a
África. Hoje damos mais um passo para
consolidar uma aliança que é modelo de

cooperação para o desenvolvimento e que
revela o potencial transformador da relação
Sul-Sul. Trata-se de esforço singular, que
reflete a confiança que temos em Moçambique
e o interesse brasileiro em estreitar, cada vez
mais, os vínculos com o país. Tenho orgulho
do que já conseguimos alcançar.

O presidente Guebuza sabe que fez
da África uma prioridade para a política
externa brasileira. Acabo de reiterar essa
mensagem na Cúpula da União Africana,
no início do mês. Conforme manifestei aos
líderes africanos em Sirte, o Brasil deseja
ser sócio em projetos de desenvolvimento.
Oferecemos aos nossos parceiros africanos
financiamento e tecnologia, que ajudarão a
mitigar carências em setores cruciais como
a agricultura e a saúde. Propus a realização,
no Brasil, de encontro entre ministros da
Agricultura de toda a África para discutir
parcerias para fomentar, em solo africano, a
revolução verde que o Brasil conheceu nas
últimas décadas. A experiência brasileira em
matéria de tecnologia e políticas públicas
voltadas para o pequeno e médio agricultor
estará a serviço dessa cooperação.

O compromisso do Brasil com os nossos

irmãos moçambicanos não para aí. A fábrica de antirretrovirais, uma das maiores iniciativas brasileiras em cooperação, é objeto de especial atenção do meu governo. Estou certo de que os trâmites legislativos possam ser concluídos a tempo de vermos funcionando a fábrica antes do final do próximo ano, porque este ano já não dá mais. Quando estiver funcionando a plena capacidade, Moçambique produzirá remédios para outras regiões da África, será um centro de capacitação e treinamento para o continente.

Na área esportiva, inauguramos em Maputo, no dia 19 de junho, com a presença do ministro Orlando Silva, a fábrica de bolas do programa Pintando a Cidadania. Técnicos brasileiros treinarão profissionais moçambicanos para a operação e manutenção de suas instalações. A meta é colaborar com a massificação do esporte nas 12 províncias de Moçambique, atendendo a 150 mil jovens em programas sociais voltados para a diminuição da evasão escolar e desenvolvimento da autoestima e do trabalho em equipe de crianças e jovens, sobretudo os menos favorecidos.

Meu caro amigo Presidente,

O empresariado compartilha nosso otimismo. É por isso que os investimentos brasileiros estão chegando a Moçambique com força. O projeto de extração do carvão em Moatize, pela Vale, foi responsável até o momento pela geração de três mil postos de trabalho em Moçambique. Sei que Vossa Excelência visitará, a partir de amanhã, as instalações do Projeto Carajás e poderá verificar os benefícios que aporta para toda a região. Temos certeza de que a extração mineral em Moçambique irá, tal como no Brasil, impulsionar iniciativas com ganhos sociais, econômicos e ambientais.

A participação da Camargo Corrêa no projeto hidrelétrico de Nkuwa coloca o

empresariado brasileiro na linha de frente da geração de energia no país. Como demonstra a experiência em nosso país, a disponibilidade de energia é elemento fundamental para qualquer processo de crescimento econômico sustentável e robusto como o de Moçambique. Também podemos avançar bilateralmente em matéria de biocombustíveis. Vamos elaborar nos próximos meses com um plano de ação que deverá propiciar uma nova dimensão de desenvolvimento da matriz energética de Moçambique, gerando empregos no campo e contribuindo para combater o aquecimento global.

Estou convencido de que muito em breve a produção mineral e energética moçambicana será um fator determinante de transformação dos fundamentos da projeção externa da África Austral.

Caro amigo Guebuza,

Desde minha última visita a Maputo, em outubro de 2008, já se encontram em discussão novos mecanismos de estímulo ao intercâmbio comercial e de investimentos entre os nossos países. Há alguns dias, missão brasileira foi a Moçambique discutir a extensão de financiamento, no montante inicial de US\$ 300 milhões, para novos projetos a serem executados por empresas brasileiras.

Determinei ao ministro Miguel Jorge que organize nova e expressiva missão empresarial a Moçambique em outubro deste ano.

Assinamos hoje o programa executivo para construção do centro de formação profissional do Senai em Maputo que se ocupará da preparação de quadros técnicos necessários para construir um país moderno e competitivo.

As nossas relações vêm se estendendo também a novos campos. Como resultado da visita do ministro Nelson Jobim, da Defesa, o Exército brasileiro oferecerá

treinamento a militares moçambicanos na área de missão de paz.

Estamos, ainda, estudando prestar cooperação para o levantamento da plataforma continental de Moçambique.

Senhor Presidente,

Seu país é um exemplo para todos, de que a paz se constrói com diálogo e com respeito à diversidade de opiniões. A realização de eleições gerais multipartidárias de forma regular, democrática e pacífica, confere grande prestígio internacional a Moçambique.

O dinamismo de sua economia consolida a posição de Moçambique como país modelo para os Estados em situação pós-conflito. Por intermédio de Vossa Excelência, quero saudar o povo moçambicano pelas conquistas econômicas e sociais nestes últimos anos.

Transmito a calorosa saudação de todos os brasileiros e faço votos de prosperidade a Moçambique e de muita saúde a Vossa Excelência e aos irmãos moçambicanos.

Muito obrigado.

37ª CÚPULA DO MERCOSUL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA 37ª CÚPULA DO MERCOSUL - ASSUNÇÃO, PARAGUAI, 24/07/2009

Caro companheiro e amigo presidente do Paraguai, Fernando Lugo,

Companheira presidente da Argentina, Cristina Kirchner,

Companheiro Tabaré Vázquez, presidente do Uruguai,

Companheiro Evo Morales, presidente da Bolívia,

Companheira Michelle Bachelet, presidente do Chile,

Nosso querido companheiro Carlos Álvares, presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul,

Companheiros integrantes de delegações oficiais,

Amigos e amigas participantes desta reunião,

Tenho grande satisfação em retornar a Assunção para discutir com nossos companheiros Presidentes projetos que irão fortalecer e aprofundar nosso processo de integração.

Este é o momento também de evocar a figura de Raúl Alfonsín, um dos responsáveis pela aproximação Argentina-Brasil, que esteve na raiz de nosso Mercosul. Quero me associar às homenagens a ele prestadas pelo governo argentino e pelo povo da irmã nação Argentina.

Caro companheiro Lugo,

Nosso encontro se realiza em meio a uma das mais graves crises da economia mundial. Seu custo econômico e social não está ainda totalmente claro, mas algumas lições já são evidentes.

A mão invisível do mercado não foi capaz de oferecer soluções economicamente responsáveis e socialmente justas. Foi a mão visível do Estado que começou a retirar a economia mundial da beira do abismo.

Na América Latina, felizmente, nossos países vinham operando na contramão do pensamento único conservador. Resistimos à crise porque fizemos o contrário do que muitos nos recomendavam.

No Brasil, por exemplo, mantivemos e fortalecemos os bancos públicos e um Estado regulador vigoroso, que impediu a repetição da aventura financeira praticada nos centros do capitalismo mundial.

Políticas públicas voltadas para a garantia de direitos fundamentais e do bem-estar coletivo protegeram os que estavam em situação de maior vulnerabilidade. E eles são nossa prioridade.

Não basta recuperar a credibilidade do sistema bancário e financeiro. É fundamental sustentar os níveis de emprego e da produção.

Caros colegas,

Nosso processo de integração ainda se defronta com dificuldades. Mas os críticos da integração regional não podem desconhecer certas realidades.

Foi graças ao dinamismo do comércio Sul-Sul, e em especial do comércio intra-Mercosul, que conseguimos atenuar o impacto decorrente da redução da demanda dos países desenvolvidos. Nosso comércio intrabloco já está retomando sua função de poderoso indutor do crescimento e atuando como importante fator anticíclico.

As estatísticas revelam que o Mercosul gerou benefícios para todos nós. Em 2008, as importações brasileiras de nossos sócios atingiram nível recorde, de cerca de US\$ 15 bilhões, um crescimento de 28% com relação ao ano anterior.

O perfil das nossas trocas tem também qualidade inegável. Mais de 90% do comércio do Brasil com os sócios do Mercosul é composto de produtos manufaturados. No caso do Uruguai, o Brasil importa mais produtos manufaturados e semimanufaturados do que primários. Mais de 70% das exportações argentinas de automóveis vêm para o Brasil.

Avançamos também na cooperação industrial e agrícola com o Paraguai e a Venezuela, com participação de diferentes agências e órgãos do governo brasileiro.

Mas temos de ir muito além da integração comercial. Necessitamos de uma integração produtiva, energética e de infraestrutura que reduza nossas assimetrias.

A crise afetará nosso comércio em 2009. Mas, diferentemente do passado, não seremos forçados a recorrer a instituições como o Fundo Monetário Internacional. Hoje o Brasil empresta recursos ao Fundo para que este ajude, sem as condicionalidades do passado, os países em desenvolvimento e pobres.

Apesar das dificuldades, temos que fazer um esforço imenso para evitar o protecionismo. Temos de manter o volume e a qualidade do nosso intercâmbio. E para isso, nossa união é fundamental para a retomada do crescimento.

Enquanto o mundo se debate com a escassez de crédito, estamos criando instrumentos de financiamento próprios. Concluímos a negociação sobre o Banco do Sul, que em breve entrará em atividade.

O sistema de pagamentos em moedas locais, em funcionamento entre Argentina e Brasil, pode estender-se a outros países da região. Sua ampliação reduzirá custos e irrigará a economia. Aqui tem apenas um problema: é que nós precisamos educar os nossos empresários a gostar das nossas moedas e não precisarem tanto de dólares, como eles fazem hoje.

Vamos realizar com os países da região acordos de troca de divisas. Nossa liquidez não pode depender dos humores dos grandes bancos internacionais.

Quando a crise entrava em sua fase mais aguda, no final de 2008, o Mercosul aprovou a criação de um fundo garantidor de crédito para micro, pequenas e médias empresas engajadas em iniciativas de integração produtiva.

Temos que aproveitar este momento de redefinições não só para aprofundar nossa integração, mas para aprimorar nossas relações com outros países em desenvolvimento. A entrada em vigor do acordo com a Índia e a assinatura de instrumento com a União Aduaneira do Sul da África são passos extremamente importantes. A diversificação de mercados é essencial para superar a crise e evitar crises futuras.

Querido companheiro Lugo,

Estamos reforçando cada vez mais a dimensão social do Mercosul. As reuniões do Conselho do Mercado Comum não estão

restritas à presença apenas dos titulares das pastas de relações exteriores, de economia e de comércio. Passaram a contar com o ativo envolvimento dos integrantes da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais. A nomeação da Dra. Maria Magdalena Rivarola como diretora do Instituto Social do Mercosul ajudará o órgão a se afirmar como centro de excelência para as nossas políticas públicas.

Nossos ministros da Saúde e do Desenvolvimento Social estiveram reunidos ontem na sessão ampliada do Conselho para discutir a crise da gripe “A” e outros temas relevantes. Já há massa crítica suficiente para criar uma Secretaria Técnica de Saúde para o Mercosul.

Além da saúde, questões como migração, previdência e legislação trabalhista também requerem de nós muito mais atenção. Na contramão da onda xenofóbica que atinge o mundo desenvolvido, meu governo regularizou a situação de dezenas de milhares de irmãos sul-americanos que se encontravam em situação irregular no Brasil.

Os avanços alcançados nos campos político-institucional e social do Mercosul nem sempre são devidamente reconhecidos. O próprio Focem é um exemplo disso. Ele é algo concreto, operacional, e já começa a produzir resultados.

O primeiro projeto brasileiro apresentado ao Fundo, de construção da Biblioteca da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, acaba de ser aprovado. Essa Universidade pensará nossa realidade. Será um espaço de troca de ideias entre estudantes e professores do nosso continente. E o Brasil aumentará, de forma voluntária, sua contribuição ao Focem.

A redução das assimetrias é uma opção estratégica de nossos governos. Merece

atenção contínua. Tenho a convicção de que nenhum projeto de integração será exitoso se os benefícios do desenvolvimento não forem distribuídos de forma solidária e equilibrada. Nenhum de nossos países pode desenvolver-se separado de seus vizinhos. Não podem haver ilhas de prosperidade cercadas de mares de desigualdades.

Caros Presidentes,

Os parlamentares do Mercosul lançaram as bases para uma representação cidadã regional. As eleições diretas serão um marco no processo de integração, reforçando nosso compromisso com a democracia e a transparência.

O Parlamento do Mercosul deve consolidar-se como canal de manifestação e debate sobre os rumos do processo de integração. Também aprofundamos a relação do Mercosul com a sociedade civil.

Ao falar de cidadania e democracia no Mercosul, quero reiterar a condenação mais veemente ao golpe contra o presidente de Honduras, Manuel Zelaya. Trata-se de retrocesso que nossa região não pode tolerar, e não podemos transigir. Repudiamos veementemente a quebra da ordem democrática em Honduras e apoiamos os esforços da comunidade internacional para que o presidente Zelaya possa retornar a Tegucigalpa no mais breve prazo possível e exercer as funções que o voto popular lhe conferiu.

Companheiros e companheiras,

O Mercosul é uma realidade, mas também uma obra em construção, que requer esforços em frentes múltiplas. Os êxitos dessa construção vão ter reflexos em nossa presença nos tabuleiros mundiais onde se tomam decisões cruciais para o nosso futuro.

Concluo minhas palavras expressando meu reconhecimento ao companheiro Fernando Lugo pelo excelente trabalho realizado durante a Presidência paraguaia.

Desejo ao companheiro Tabaré Vázquez toda a sorte que, certamente, ele precisará para conduzir o Mercosul no próximo semestre.

E vamos continuar trabalhando em conjunto para alcançar os objetivos que todos nós traçamos.

Muito obrigado e boa reunião.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MÍDIA SOBRE A PAZ NO ORIENTE MÉDIO

APRESENTAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE
MÍDIA SOBRE A PAZ NO ORIENTE MÉDIO, ORGANIZADO PELAS NAÇÕES
UNIDAS - RIO DE JANEIRO, 27/07/2009 BRASÍLIA, DF , 10/03/2009

“Senhor Kiyotaka Akasaka, Subsecretário-Geral de Informação Pública das Nações Unidas. Senhor Giancarlo Summa, Diretor do Centro de Informação da ONU no Rio de Janeiro. Senhora Karen Abuzayd, Comissária Geral da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos. Colegas Embaixadores. Embaixadoras. Jornalistas. Membros da Sociedade Civil.

É para mim um grande prazer dirigir-me a esse público sobre um tema tão importante. Achei que não poderia faltar, como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, a um evento sobre a paz no Oriente Médio. Se eu cheguei a ser criticado por me ter deslocado ao Oriente Médio durante o Conflito de Gaza, seria até estranho não poder me deslocar até o Rio de Janeiro para falar sobre esses problemas.

Vou fazer algumas observações baseadas na experiência que o Brasil tem tido sem ter a pretensão de descobrir ou ter uma fórmula mágica nova para um assunto tão discutido. Queria iniciar, talvez, mencionando por que o Brasil está tão interessado e tão empenhado nessa questão, para surpresa inclusive de alguns brasileiros, que, curiosamente, acham

que o Brasil não deveria se interessar por assuntos que vão além de sua órbita mais imediata.

A primeira razão - sem nenhuma ordem hierárquica - é que o Brasil tem uma enorme comunidade árabe e uma importante comunidade judaica. Ambas tendo contribuído e sendo parte do que é o tecido social brasileiro hoje. Portanto, nada do que ocorre num conflito que envolve, de um lado, israelenses, e de outro lado, árabes, pode nos ser estranho.

Em segundo lugar, em função mesmo dessa grande comunidade, nós temos situações em que cidadãos brasileiros também são ameaçados pelo conflito. Isso ocorreu há cerca de três anos, no Líbano. Eu me recordo de ter chegado ao Líbano no dia seguinte ao cessar-fogo, mas, antes disso, nós tivemos que estabelecer uma verdadeira ponte aérea e retiramos três mil brasileiros do Líbano, no que foi, seguramente, a maior operação que o Brasil já fez desse gênero. Sem dispor de uma frota no Mediterrâneo, sem dispor de outro ativo que não a simpatia dos países da região que respeitaram os brasileiros e que nos ajudaram nessa tarefa.

Em terceiro lugar, o que ocorre no Oriente Médio, embora envolva essencialmente árabes, palestinos e israelenses, na realidade, interessa a toda a humanidade, porque ali está em jogo não apenas o destino de dois povos ou dos povos que estão circundando essa região, mas, em grande medida, está também sendo jogada a sorte da paz no mundo. Se há uma região no mundo em que isso ocorre de maneira mais evidente, é, sem dúvida alguma, o Oriente Médio.

O Brasil, como um dos maiores países do mundo, uma das grandes economias, um país que participa ativamente, por exemplo, do Conselho de Segurança, independentemente de o CS ser reformado ou não - esperamos que o seja -, o Brasil, juntamente com o Japão, é o país que mais vezes participou do CS como Membro Não Permanente. Então, frequentemente, nós somos chamados a atuar, a opinar e a agir em temas que dizem respeito à paz e à segurança no mundo e, certamente, a situação do Oriente Médio é uma das mais importantes.

Por todas essas razões e algumas outras de natureza afetiva, seja em relação aos países árabes, seja Israel, e também de interesses de outra natureza que também sempre estão presentes nas relações humanas, o Governo do Presidente Lula tomou uma série de atitudes, uma série de iniciativas em relação ao Oriente Médio que tem contribuído para uma percepção do papel que o Brasil pode desempenhar.

Logo no início do governo, o Presidente visitou alguns países árabes, e me recorde que numa dessas visitas, no Egito, o então encarregado das relações externas da Palestina nos procurou, procurou o Presidente Lula, mas também a mim, para expressar a importância de

que o Brasil tivesse um representante especial para o Oriente Médio, cargo que nós criamos - o Embaixador Ouro Preto, que está aqui conosco - e também tivéssemos um escritório em Ramalá, o que abrimos, tomou ainda algum tempo, mas, cerca de um ano depois, isso foi feito. Mas no contexto dessas visitas, o presidente Lula tomou também a importante iniciativa de convocar uma reunião de cúpula entre países árabes e a América do Sul.

Além do aspecto econômico, dos investimentos, das relações culturais, essa Cúpula também teve o mérito de possibilitar que o diálogo, que era mantido muito estreito dentro da própria região ou eventualmente envolvendo alguma superpotência, passasse também a ser objeto de uma discussão mais ampla. Uma discussão em que não necessariamente há sempre acordo, mas uma discussão em que há opiniões trocadas com franqueza e com serenidade.

Da mesma maneira, e mais ou menos simultaneamente, o Brasil e seus parceiros no MERCOSUL começaram a discutir um acordo de livre comércio com Israel. Na realidade, o Acordo entre o MERCOSUL e Israel é o primeiro acordo de livre comércio que o MERCOSUL tem com um parceiro de fora da região. Isso demonstra, desde o início, que o nosso interesse se dirigiu aos dois lados.

Pouco depois dessa Cúpula, que nós chamamos de ASPA - em português "América do Sul - Países Árabes" -, eu também fui a Israel. Estive, inclusive, com o Primeiro Ministro Sharon, com o Presidente, na época não era ainda o Shimon Peres, mas estive com o Presidente e estive com o Ministro das Relações Exteriores. Tinha ido à Palestina um pouco antes, ainda no contexto da convocação dessa Cúpula dos Países Árabes e América

do Sul. Mais tarde, estive por duas vezes mais a pedido do Presidente Lula na própria região, sem contar outras visitas que eram mais de caráter bilateral e que tinham outros propósitos, mas em função da crise no Oriente Médio estive mais duas vezes: uma, pouco depois da Conferência de Annapolis nos Estados Unidos, e eu vou voltar a Annapolis, e mais recentemente esse ano, já durante os ataques a Gaza.

Em todas essas visitas pude perceber um grande interesse tanto da parte dos árabes, especificamente dos palestinos, quanto da parte de Israel, numa maior participação do Brasil nos processos de paz. Na realidade, se há algo que nós sentimos de limitado no processo de paz, no Mapa do Caminho, no que tem sido discutido até hoje, não são tanto as propostas, mas o fato de que os interlocutores são sempre os mesmos. Falta um arejamento nessas discussões e é isso que nós interpretamos que pode ser um dos papéis que o Brasil, não só o Brasil, mas outros países em desenvolvimento, outros países de outras regiões, outros países da América do Sul, podem fazer para contribuir para a paz.

Eu diria mesmo que é curioso e paradoxal que no Brasil haja críticas ou dúvidas sobre o nosso envolvimento nesses esforços quando, na realidade, o que se verifica, quando se discute tanto com Israel quanto com os países árabes, é que o Brasil é praticamente requisitado a estar presente. Aliás, a propósito da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Avigdor Lieberman, que é a primeira visita de um ministro israelense ao Brasil em mais de vinte anos - não por falta de convite - recordava que a primeira vez que eu, pessoalmente, ouvi um chamado a que o Brasil estivesse mais presente foi do então Ministro

das Relações Exteriores Shimon Peres. Pouco depois dos Acordos de Washington, em 1993, ele estimulou muito que o Brasil, até pela boa relação que tem com o mundo árabe, também pudesse ter uma participação mais intensa nas discussões de paz no Oriente Médio. E mais recentemente quem acompanhou o noticiário a respeito da visita do Ministro Avigdor Lieberman terá também visto como ele, em mais de um momento, disse que o Brasil era um dos países ou o país em melhor posição para fazer uma mediação ou uma facilitação do diálogo no Oriente Médio pelas razões que já expus. E foi até mais longe porque disse que o Brasil era também um dos países em boa posição para discutir com o Irã a questão das armas nucleares ou do programa nuclear iraniano, certificando-se de que esse programa não seria destinado à área militar.

Do lado árabe, evidentemente, além daquela solicitação inicial feita ao final de 2003 ao Presidente Lula, muitas outras vezes ouvimos manifestações semelhantes, sobretudo do Presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, que várias vezes nos estimulou a ter uma presença forte e que, inclusive, creio eu, foi o primeiro a ter a ideia de que o Brasil pudesse participar também, pelo que pude ouvir e perceber na Conferência de Annapolis. Nós vemos que há dos dois lados do conflito um grande interesse nessa participação do Brasil. Claro que o Brasil não tem frota no Mediterrâneo, o Brasil não dispõe de meios de ajuda que possam ser usados como pressão econômica. O que o Brasil pode trazer?

Primeiro, a própria cultura que inspira a nação brasileira. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem fronteira com dez nações e que não tem uma guerra há mais de 130, 140 anos, o que é algo notável. Segundo,

o convívio que existe no Brasil entre as várias comunidades, que se vê não apenas como uma coexistência pacífica, mas mais do que isso, como uma verdadeira integração. Está aqui comigo o Embaixador Ruy Nogueira, que estudou no mesmo colégio que eu, Mello e Souza, um colégio laico, onde eu tinha colegas de nome judeu, de origem judaica, colegas árabes, e nós não notávamos, não era uma coisa que sequer chamasse atenção de ninguém, era um convívio absolutamente normal e natural. Eu até comentei outro dia com o Ministro Lieberman e ele ficou um pouco surpreso porque eu contei a ele que o meu casamento, que foi realizado em uma igreja, em grande parte por motivos familiares - mas no Brasil casamento na igreja pode ter efeitos civis - e o meu padrinho de casamento, “best man” como se diz em inglês, era judeu. Ele ficou muito surpreso com essa ausência de limites e delimitações entre as culturas, mas eu acho que essa é uma característica da população brasileira. Mas, além disso, o Brasil tem naturalmente um peso grande nas Nações Unidas, tem um peso grande em muitos dos foros. E isso fez com que eu - e também o Presidente Lula - me animasse a ir várias vezes à região e participasse inclusive da Conferência de Annapolis com um empenho muito grande, com uma esperança muito grande de que ela contribuísse efetivamente para a paz. E digo que o fiz com muito interesse porque é muito difícil você separar, num caso como esse, como em qualquer outro caso na realidade, as experiências puramente políticas das experiências humanas. E se há uma experiência humana realmente chocante que eu tive ao longo desses anos, tive outras, mas uma delas é visitar a Palestina. Você tem a sensação de estar em outro planeta, em que

a linha mais curta entre dois pontos não é uma reta, mas é uma curva muitas vezes dez vezes o tamanho da reta que você faria. Claro que nós sabemos que isso tem a ver também com as questões de segurança de Israel, tem a ver com terrorismo, não estou entrando nas causas. É claro que as causas têm que ser discutidas, mas o fato é que essa sensação é profundamente pungente. A primeira vez que eu visitei a Palestina tive essa impressão que era muito chocante.

Estivemos em Annapolis, achamos que a Conferência teve um resultado positivo baseado no Mapa do Caminho e no Plano de Paz árabe, mas que tinha uma característica nova em relação ao que vinha sendo discutido até então. Na minha opinião, havia duas características principais: uma era a participação mais ampla da comunidade internacional e a outra, que foi específica da Declaração, é que várias etapas do Mapa do Caminho não eram objeto de um sequenciamento tão rígido quanto eram antes, então não havia de que antes acontecesse isso para que depois acontecesse aquilo. Havia, como dizem em inglês, um “telescoping”, uma conjugação das etapas de tal maneira que se pudesse avançar. Isso era algo que dava esperança de que pudessemos ter realmente um contato. O outro aspecto era naturalmente essa participação ampla da comunidade internacional e de uma forma interessante. Havia ali cerca de cinquenta países mais ou menos, representativos de várias partes do mundo, países em desenvolvimento também, não diretamente envolvidos no conflito, mas todos os países com uma visão pragmática, uma visão de buscar resultados, diferentemente do que às vezes acontece em certos foros internacionais. Isso permitiu que houvesse esse resultado que nos deu muita esperança.

Por isso mesmo, logo em seguida, eu estive tanto em Israel, quanto na Palestina, e também na Jordânia, na Síria e, mais recentemente, no Egito. Tivemos esperança de que fosse possível realmente ter algum progresso, que infelizmente não se realizou. Fatores variados, certamente não há que por a culpa aqui ou ali, mas tanto do ponto de vista da situação na própria Palestina, que se deteriorou em termos da divisão entre a Autoridade Palestina - o Fatah e o Hamas - também a perspectiva de mudanças em Israel e nos Estados Unidos, enfim, o fato é que não se conseguiu fazer avançar um processo que parecia que poderia avançar.

Voltando a uma experiência pessoal, eu tinha estado na Palestina uns dois anos e meio, três anos antes, e a minha impressão foi até pior. Não havia então um processo de paz, no entanto a situação parecia menos tensa do que a que eu vi logo depois de Annapolis, houve inclusive alguns tiroteios e alguns atentados não longe do hotel onde nós ficamos. Nessa ocasião fui recebido também, como sempre, por todos os principais interlocutores dos dois lados e me aconteceu até uma coisa curiosa, para demonstrar como um país como o Brasil, que tem a confiança dos dois, pode ajudar. E eu acho que hoje eu posso dizer isso porque, aliás, creio até que já disse isso publicamente - na época não poderia ter dito - mas eu cheguei a ser portador de uma mensagem do Presidente Bashar Al-Assad para o Primeiro-Ministro Olmert. Não estou querendo dizer que eu fui o único portador dessa mensagem, ele deve ter mandado por várias vias, e certamente outras mais eficientes do que a minha, mas ele chegou a me pedir, ao final da conversa com o Presidente Assad, e eu perguntei “bom, eu estou indo daqui para Israel, passarei em

Israel, alguma mensagem em especial?” e ele disse que estava pronto para retomar as conversações com a intermediação da Turquia, a única demanda que faziam era a de que não se começasse da estaca zero, mas dos pontos aonde as negociações haviam sido interrompidas anteriormente. A base mais ou menos era o que havia sido discutido no tempo do Barak e Arafat, no tempo ainda do Presidente Clinton. E eu levei essa mensagem ao Primeiro-Ministro Olmert, na parte em que tivemos uma conversa a sós, e ele reagiu positivamente. Ele até disse “o nosso problema com a Síria é outro”, e mencionou outras questões, mas disse que em relação ao tema das fronteiras do Golan ele estava disposto. Enfim, transmiti de volta o que eu tinha ouvido ao meu colega sírio e sei que pouco depois realmente começaram as conversas, interrompidas apenas quando houve o problema de Gaza seis meses atrás. Isso é apenas para ilustrar como o Brasil é um interlocutor respeitado e confiado pelos dois lados, que não desperta animosidade de um lado ou de outro. Claro, uma desconfiança aqui ou ali pode haver, mas no conjunto eu diria que o Brasil é um parceiro bastante confiável.

Infelizmente o processo de Annapolis não avançou, até houve certo retrocesso, mas como sou inveteradamente otimista - creio que deve fazer parte da descrição profissional de um diplomata ser otimista -, até porque é muito fácil e muito tentador ser pessimista, porque sempre soa mais inteligente ser pessimista. Ser otimista sempre soa ingênuo, como uma pessoa que não está dentro da realidade, mas como sou otimista, começo a detectar novamente sinais positivos, apesar de todos os problemas que existem, eu vejo

que a discussão em torno de dois Estados vai novamente se firmando, a despeito do que ocorreu no período pré-eleitoral em Israel. Vejo também que os ataques com foguetes de Gaza em Israel têm diminuído muito, o que também é algo positivo.

É claro que há duas ou três coisas que mesmo sem querer estabelecer nenhum sequenciamento, teriam impacto forte no encaminhamento das conversas de paz, pelo que eu posso sentir. Uma delas é o fim dos assentamentos, eu acho que é algo muito importante, e não adianta a pessoa ter um sofisma, porque às vezes você ouve de um lado “não são assentamentos novos, são apenas pequenas extensões dos assentamentos antigos, é um crescimento vegetativo”. Para quem está do outro lado, para quem vê isso pelo lado da Palestina, é simplesmente a consolidação de uma situação que para eles não é aceitável. Outro ponto importante, pelo menos quantitativamente há algum progresso, mas confesso que recentemente não tive a oportunidade de ouvir o outro lado, é a questão das barreiras, dos “check points”, um dos fatores que tornava a situação no terreno da Palestina há um ano pior do que ela era três anos antes. Um exemplo era o próprio motorista da nossa Embaixadora, que está aqui presente, que antes levava dez minutos para levar os filhos à escola e depois passou a levar uma hora e meia. Essas coisas dizem respeito à vida diária, são pequenas humilhações que acabam tendo um peso. Por outro lado, há também que melhorar a questão da segurança, mas pelo que ouvi do próprio Ministro Lieberman, tem havido progresso também no que diz respeito ao fortalecimento do aparelho de segurança da autoridade palestina, se é que nós podemos chamar assim.

Encerro com dois ou três comentários. Primeiro, em um processo de paz - e o Presidente Lula sempre tem insistido nisso - todos têm que estar envolvidos. De que maneira exatamente eu não sei, mas se houver uma facção, sobretudo se ela tiver alguma força e uma base territorial, que se sinta isolada do processo de paz, a tendência é que ela se radicalize cada vez mais. Como atraí-los para um processo de paz sem, ao mesmo tempo, aceitar teses que eram defendidas, era um desafio e nós ficamos muito contentes que um homem com o gabarito do Senador Mitchell seja agora o mediador para os Estados Unidos para essa questão. Quando o Presidente Lula pela primeira vez foi à Síria, ou quando eu fui à Síria três ou quatro vezes, como nós fomos censurados por esse gesto, que agora há uma verdadeira romaria como se estivessem imitando o caminho de São Paulo, uma romaria para Damasco dos Chanceleres, dos negociadores, em alguns casos até dos Chefes de Governo, Chefes de Estado ocidentais que, por nenhuma outra razão, não é por gostar mais ou menos da Síria, porque é um interlocutor indispensável, e eu volto a outro ponto, como o Irã é um interlocutor indispensável. Não vou entrar no mérito se a gente gosta ou não, mas sem que o Irã participe de um processo de paz, haverá o perigo de que esse processo sempre volte a se perder, a se deteriorar. Como é o engajamento do Irã, como isso ocorrerá, é algo complexo. Eu acho que o Presidente Obama tomou iniciativas positivas, a liderança iraniana, a meu ver, não respondeu ainda da maneira adequada, quem sabe poderá responder, e tem vários aspectos que em uma outra conversa, digamos, em um “brainstorming”, eu poderia até mencionar, mas no momento não creio que seja o caso,

mas eu acho que o engajamento dos países que têm influência na região é absolutamente fundamental, porque você pode querer ignorar esses países, mas ignorar ao custo de um processo ficar ameaçado.

O processo de Annapolis deve ser retomado o mais breve possível. Há uma conferência que havia sido marcada para Moscou e eu acho que ela deve ser retomada. O fato de um maior número de países participarem dessas discussões dá maior legitimidade ao processo e isso vale para todos. Há um número maior de vozes que têm influência e essa influência em geral será usada de maneira moderadora, tanto de um lado, quanto de outro. Como eu sou um otimista e também gosto de pensar no futuro, sempre fico imaginando como seria possível sair desse círculo de giz que de certa maneira foi traçado e que limita essa discussão do conflito a essas questões indispensáveis, sem dúvida alguma, essenciais, mas sobre as quais é tão difícil fazer progresso.

Inspirado no que eu vi em 1993, 1994, quando se iniciou aquele processo de Casablanca também sobre os aspectos econômicos - o que eu vou falar pode parecer excessivamente ingênuo, e talvez seja -, mas a comunidade internacional tinha que pensar numa zona de paz e cooperação do Oriente Médio. Eu ouvi do Ministro Lieberman, por exemplo, expressões sobre o perigo nuclear iraniano e de uma corrida nuclear que possa ser causada pelo programa iraniano e eu não nego que isso ocorra, mas também existe a certeza, pelo menos em grande parte do mundo, de que Israel dispõe de armas nucleares. Então como é que nós podemos criar uma zona livre de armas de destruição em massa e também de armas químicas, de armas biológicas em todo o Oriente Médio? Eu acho que isso é

fundamental, que essas discussões não podem estar longe, porque a segurança de Israel ou a segurança da Palestina não existem fora desse contexto mais amplo.

E também sobre o aspecto econômico, porque você só consegue garantir a paz quando a maior parte da população, quando a maior parte dos setores da população dos vários lados, passa a ter um interesse real na paz, um “stake” na paz, e eu acho que isso foi o que o processo de Casablanca tentou fazer há quinze anos, mas talvez esteja na hora, dentro de um processo como esse de Annapolis, de nós pensarmos também, porque a Palestina é muito pobre, não é? Muito pobre e muito sem perspectiva, nível de desemprego altíssimo, tudo isso leva ao desespero. Nada disso justifica o terrorismo, mas de alguma maneira explica que haja um caldo de cultura fácil para propostas mais radicais se desenvolverem. Uma maior cooperação econômica entre os países da região seria, certamente, algo positivo. Haveria muitos outros pontos para mencionar. Em algum momento, dentro dessa evolução, e isso estava implícito nesse processo de Casablanca, uma normalização da relação dos países árabes com Israel, mas na medida em que haja um estado palestino viável, um estado palestino coeso, um estado palestino sem restrições, isso tenderá a ocorrer e a melhor segurança que pode existir para Israel, a meu ver, é a possibilidade de viver em paz com seus vizinhos e a sua vizinhança alargada. E o Brasil gostaria de poder ajudar com a sua experiência, com os poucos recursos que têm, mas demos já vinte milhões de dólares para a Palestina, para obras sociais, o Brasil gostaria de poder participar dessa aventura, mas aventura no melhor sentido da palavra, da construção da paz no Oriente Médio. Muito obrigado.”

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA NIGÉRIA, UMARU YAR'ADUA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA NIGÉRIA, UMARU YAR'ADUA - PALÁCIO ITAMARATY – BRASÍLIA-DF, 29/07/2009

Presidente da República Federal da Nigéria,
Umaru Yar'Adua,

Senhor Ojo Maduekwe, ministro das Relações Exteriores da República Federal da Nigéria, e demais membros da delegação nigeriana,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, por meio de quem cumprimento os ministros brasileiros aqui presentes,

Senhoras e senhores do corpo diplomático,
Amigos e amigas,

Você não quer que eu dê a bola logo, ou a bola é depois? Não, no final eu dou a bola. Antes de começar a falar, eu vou presentear o Presidente com uma bola autografada pelo Pelé.

Quero dar as boas-vindas do governo e do povo brasileiro ao presidente Yar'Adua. Sua visita ocorre em um momento excepcional das relações entre o Brasil e a Nigéria. Num passado doloroso, a escravidão uniu nossos países antes mesmo de sermos Estados soberanos. Hoje temos orgulho de o Brasil ser a segunda maior nação de população negra do mundo, após a Nigéria.

Compartilhamos tradições e culturas. Temos um patrimônio de amizade e de simpatia que facilita nossas relações.

Meu governo tem buscado formas inovadoras de apoiar e valorizar a cultura africana. Enviei ao Congresso projeto de lei que cria uma universidade para 10 mil alunos brasileiros e africanos em Redenção, no estado do Ceará, no Nordeste brasileiro, onde teve início a luta pela libertação dos escravos no Brasil.

Em novembro próximo vamos realizar seminário sobre o ensino da história da África na diáspora. Esse evento, co-patrocinado pela Unesco e União Africana, visa a aumentar o intercâmbio entre universidades. Ajudará na implementação da lei que institui o ensino da história e da cultura afro-brasileiras nas escolas do Brasil. Nossa aproximação cultural recebeu grande impulso com a inauguração, no ano passado, da Casa da Nigéria, em Salvador.

Senhor Presidente,

Fui duas vezes à Nigéria. Recebi o presidente Obasanjo nas celebrações do 7 de Setembro, em 2005. Tenho, agora, o privilégio

de tê-lo aqui conosco. Nossa agenda bilateral privilegia a exploração de parcerias que favoreçam o desenvolvimento econômico e a justiça social de nossa sociedade.

O extraordinário aumento do nosso comércio bilateral também ilustra a aproximação de Nigéria e Brasil. Nossas trocas quintuplicaram entre 2002 e 2008, ultrapassando a cifra de US\$ 8 bilhões. A Nigéria é hoje o nosso principal parceiro comercial na África e o décimo no mundo. O Brasil é o segundo maior importador da Nigéria.

É crescente a presença empresarial brasileira na Nigéria. O ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge, que lá esteve há pouco mais de um mês, trouxe-me relato muito favorável da perspectiva de negócios. Convido o empresariado nigeriano a conhecer melhor as oportunidades oferecidas pelo Brasil.

Com a assinatura do Memorando de Entendimento e Energia vamos incrementar nossa cooperação. A experiência do programa Luz para Todos pode ser de grande utilidade nas nossas relações. Esse Programa levou eletricidade a mais de 2 milhões de residências em todo o nosso País.

Alegra-me saber que a produção da Petrobras na Nigéria já é a segunda mais importante da empresa no exterior. Deverá tornar-se a primeira ainda este ano. O petróleo extraído pela Petrobras em território nigeriano poderá chegar a 400 mil barris diários.

O Memorando de Entendimento sobre Esporte, que assinamos, promoverá contatos e atividades nas áreas de Educação Física, capacitação de técnicos de futebol, produção de material esportivo, além da implementação do programa Segundo Tempo na Nigéria.

O ajuste complementar em biotecnologia fomentará intercâmbio de pesquisadores

e estudantes e a elaboração de projetos conjuntos ajudará o desenvolvimento do setor agrícola na Nigéria. A propósito, propus na Cúpula de Sirte, da União Africana, uma reunião entre os ministros da Agricultura da África e do Brasil. Queremos discutir formas de viabilizar uma revolução verde na África e enfrentar os desafios da segurança alimentar.

Amigo Presidente,

Temos buscado atuar em sintonia com as organizações africanas. Apreciamos o papel da Nigéria na manutenção da paz e da estabilidade regionais.

Nossos países trabalham conjuntamente em benefício da Guiné-Bissau. Como líder da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, Vossa Excelência foi muito feliz ao dizer que não há golpes para o bem. Os golpistas em Honduras também devem perceber o mal que estão fazendo para a democracia na América Central.

O Brasil aprecia o papel do seu país na promoção da Cúpula América do Sul-África. Tenho convicção de que a segunda edição da Cúpula ASA na Venezuela, ainda este ano, coroará de êxito esse esforço comum.

Senhor Presidente,

Nigéria e Brasil são dois grandes países em desenvolvimento, convencidos da necessidade de construir uma ordem internacional mais justa e equânime. A reforma das instituições globais não pode ignorar a crescente importância da África e da América do Sul.

A Nigéria tem papel essencial na convergência das propostas da União Africana e do G-4 para a reforma do Conselho de Segurança. A contribuição nigeriana para o G-20, na OMC, é muito valorizada pelo Brasil. Um regime de comércio mais equilibrado, sem o subsídio dos países ricos, trará benefício para os países produtores agrícolas e para os que importam alimentos e matéria-prima.

A Nigéria também desempenhou, com grande sucesso, a primeira presidência africana do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra. Sob a liderança nigeriana, o Conselho fortaleceu-se em sua vocação para o diálogo, substituindo a atitude contraproducente de tempos passados por um ambiente de cooperação e persuasão.

Presidente Yar'Adua,

A nova política do Brasil para a África veio para ficar. Meu país está, definitivamente, decidido a contribuir para que essa relação se aprofunde, a cooperar com o fortalecimento da democracia e da paz no continente africano.

Com esse espírito, convido todos a erguerem um brinde à prosperidade do povo nigeriano, ao permanente aprimoramento das relações entre Brasil e Nigéria, e à felicidade de Vossa Excelência e da primeira-dama.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-CHILE

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO
EMPRESARIAL BRASIL-CHILE - SÃO PAULO-SP , 30/07/2009

Excelentíssima senhora Michelle Bachelet,
Presidente da República do Chile,

Senhora Monica Serra,

Senhor Presidente da Câmara dos
Deputados, Michel Temer,

Senhores Ministros chilenos e brasileiros,
e demais integrantes das delegações dos dois
países,

Senhores Presidentes da Fiesp e da Sofofa,
Senhoras e senhores empresários,

Jornalistas,

Amigos e amigas,

É uma alegria vir a São Paulo encerrar este
Seminário, ao lado da minha querida amiga
Michelle Bachelet e de empresários chilenos
e brasileiros que nos ajudam a fortalecer a
aliança entre nossos países.

Na semana passada, Michelle e eu nos
reunimos em Assunção com os demais
parceiros do Mercosul. Falamos, mais
uma vez, da crise econômica e financeira
internacional. Examinamos as razões pelas
quais nossos países, ao contrário de outras
conjunturas, mostraram-se preparados para
enfrentar essa grave adversidade. Enquanto
países do mundo rico se deixaram levar pela
promessa dos ganhos fáceis da especulação,

fizemos outra aposta. Chile e Brasil optaram,
claramente, pela economia da produção, do
emprego e da distribuição de renda. Hoje
vemos que a solidez dos fundamentos das
nossas economias está diretamente vinculado
ao nosso compromisso em combater a pobreza
e a desigualdade.

Querida Presidenta,

A amizade entre os nossos países é
histórica. Nossa relação vem atravessando um
período excepcional nos últimos anos. Desde
quando lançamos a Aliança Renovada, em
2006, reafirmamos compromissos e adotamos
instrumentos para fortalecer nossa cooperação.
A conformação da comissão bilateral Brasil-
Chile, presidida pelos ministros de Relações
Exteriores, permitirá impulsionar os principais
temas da agenda bilateral, com destaque para
o comércio, investimentos, temas sociais,
infraestrutura e energia.

Acelera-se a integração da América do
Sul. A região pôde contar com a liderança
criativa, firme e serena da presidenta Bachelet
à frente da nossa Unasul, sobretudo para
superar o impasse político na Bolívia, no ano
passado. Sob sua condução, progressos foram
alcançados em várias frentes de integração.

No plano da infraestrutura física estamos avançando a passos decididos. Em breve poderemos inaugurar, juntamente com o presidente Evo Morales, o corredor bioceânico Santos-Iquique. Ele ajudará a desenvolver mercados e as trocas do interior de nosso continente. Estimulará o crescimento de regiões menos favorecidas. Aumentará, particularmente, o fluxo de pessoas e mercadorias entre os nossos países.

Para tanto, simplificaremos os trâmites de controle fronteiriço. O Memorando de Entendimento entre a nossa Receita Federal e o Serviço Federal de Aduanas chileno, assinado hoje, é importante passo nessa direção.

Senhoras e senhores,

Brasil e Chile devem seguir determinados a fazer do comércio e dos investimentos um fator de desenvolvimento. Em 2008, nossas trocas alcançaram a cifra recorde de US\$ 8,8 bilhões. O Chile foi, no ano passado, o segundo parceiro comercial do Brasil na América Latina e Caribe. Como nossas economias são complementares, tenho certeza de que os níveis de comércio afetados pela crise voltarão a crescer em breve. Eventos como os de hoje são fundamentais para tanto. O Chile é o maior investidor latino-americano no Brasil.

Aqui, me permitam, 30 segundos de improviso. É uma vergüenza que um país de menos de 20 milhões de habitantes, com o PIB muito menor do que o brasileiro, invista... para cada US\$ 4 que o Chile investe aqui, nós investimos US\$ 1 lá. Eu compreendo que durante muito tempo a gente não olhou com bons olhos para os nossos irmãos da América do Sul. Mas eu acho que está na hora... e Deus queira que essa crise tenha servido de lição para o governo, para os empresários, para os trabalhadores e para todos nós da América do Sul. Eu espero que Deus tenha iluminado cada um de nós e que a gente perceba que

a diversificação dos nossos investimentos, a diversificação dos nossos comércios, a diversificação dos nossos produtos e a diversificação dos nossos parceiros é uma grande garantia contra a crise que, como esta, pode se repetir em vários momentos, se a gente não acabar com a especulação, se a gente não acabar com os paraísos fiscais e se a gente não acabar com a maldita ideia de alguém achar que pode ganhar dinheiro apostando na loteria o dia inteiro. É preciso ganhar dinheiro produzindo produtos e isso, sim, gera riqueza para o nosso país.

Certamente que já houve uma evolução importante das nossas empresas e elas estão cada vez presentes no Chile, também no setor financeiro e distribuição de derivados do petróleo. Nós já tomamos a decisão, Michelle, de que o nosso Banco do Brasil vai ter que ter agências em Estados importantes onde o Brasil tenha uma boa balança comercial, porque já tivemos há 20 anos, há 25 anos. Ou seja, não há porque retroceder e o Brasil não ter uma participação mais forte nos países com que o Brasil mantém uma boa relação política e, sobretudo, uma boa balança comercial.

A entrada em vigor de instrumentos que negociamos nos últimos dois anos, relativos às zonas francas e ao comércio de tecidos, oferecerá oportunidade para diversificar e incrementar o comércio. No plano energético, Brasil e Chile podem ajudar a estabelecer um mercado mundial de combustíveis renováveis, combustíveis mais limpos e baratos que os derivados de petróleo, que geram mais empregos e renda para o trabalhador do campo. A esse respeito, precisamos definir data para ida, ao Chile, de missão brasileira na área de biocombustíveis, para discutir com os nossos irmãos chilenos.

É de extrema importância alcançar uma matriz tecnológica comum, e nós precisamos trabalhar isso porque agora, em dezembro

deste ano, vamos ter em Copenhague a grande conferência mundial sobre a questão climática. Eu já senti o que os países ricos estão preparando para propor em Copenhague. Eles querem continuar com o mesmo padrão de consumo, com o mesmo padrão de produtividade, com o mesmo padrão de vida que têm e querem que nós sejamos os sequestradores do carbono que eles colocam no ar.

Nós já começamos uma discussão e acho, Michelle, que nós temos que convocar uma reunião da Unasul antes de a gente ir para Copenhague, para que a gente discuta seriamente uma proposta da América do Sul. Obviamente que nós queremos contribuir para sequestrar carbono, obviamente que nós queremos fundo para ajudar na preservação ambiental. Mas é preciso que o fundo seja acompanhado de um compromisso de que eles vão diminuir, substancialmente, as emissões de gases de efeito estufa, porque senão eles ficarão crescendo e nós, decrescendo. Não é justo, não é possível, e essa discussão nós já fizemos.

Eu contava para a Michelle que o G-5 já se colocou contra essa posição do G-8, e nós vamos para Copenhague numa disputa muito forte, política, porque nós não poderemos deixar prevalecer os interesses dos países ricos ou os interesses de algumas ONGs que acham que a gente tem que continuar pobre como nascemos. Nós temos o direito de progredir e, para isso, é preciso que a gente cresça industrialmente e economicamente. Então, nós vamos bem preparados para esse debate de Copenhague. Eu tenho certeza de que os interesses do Brasil e os interesses do Chile são totalmente iguais, e nós vamos fazer uma boa disputa lá.

Também o turismo é outro setor com enorme potencial. Na América Latina, o Chile é o segundo país que mais envia turistas para

o Brasil, sendo que, no mundo todo, é o quinto país a enviar turistas para o Brasil. Pense como o chileno gosta de viajar!

Outra iniciativa que irá dinamizar o comércio, sobretudo no âmbito das micro, pequenas e médias empresas, é o instrumento que firmamos com vistas à criação de programa de exportações por remessas postais no Chile, a exemplo do Exporta Fácil, que é um programa brasileiro.

Fico satisfeito em anunciar, ainda, nossos entendimentos na área da Previdência Social, que beneficiarão brasileiros que residem e trabalham no Chile, e os chilenos que vivem e trabalham no Brasil.

Aqui, vocês que passaram seis anos pedindo para o Chile comprar carne brasileira, a nossa querida Michelle Bachelet abriu espaço para que a carne brasileira pudesse entrar no Chile. Então, é importante vocês agradecerem, batendo uma salva de palmas para a nossa querida Michelle.

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos recebendo, mais uma vez, uma estadista, uma grande companheira que, nos últimos anos, vem se dedicando ao aprofundamento das relações entre Chile e Brasil e trabalhando pela integração da América do Sul. A integração regional é a melhor maneira de nós, sul-americanos, buscarmos o desenvolvimento com justiça social. Ela vai muito além da criação de um simples espaço econômico. Está baseada em valores compartilhados e no entendimento de que a soma de esforços resultará em soluções melhores para as nossas sociedades.

Nosso compromisso com a democracia, todo mundo sabe, é inabalável. Por isso, a presidente Michelle e eu, a exemplo de todos os presidentes da região, condenamos, de forma enfática, o golpe contra o presidente hondurenho Manuel Zelaya. Nós respaldamos todos os esforços para que o presidente

Zelaya volte ao seu país o quanto antes, a fim de retomar o mandato que lhe foi outorgado pelo povo.

Senhores empresários,

Estou convencido de que o papel do setor privado de nossos países continuará a ser decisivo, mas sei também que o Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, desempenha papel fundamental para que nossos ideais mais altos sejam alcançados.

Minha querida amiga Michelle Bachelet, e aos membros de sua delegação, mais uma vez quero expressar minha grande satisfação de participar deste Seminário Empresarial.

Aos empresários chilenos e brasileiros aqui presentes: vocês precisam compreender que nós, políticos, só sabemos fazer política, e quem tem que saber fazer negócio são vocês. Essa crise está a nos provocar, e a gente não pode ficar sentado na varanda da nossa casa esperando que um comprador ou um vendedor passe, batendo palmas, para a gente vender ou comprar. Eu tenho feito boas provocações aos meus companheiros ministros, de vez em quando ao Paulo Skaf, de vez em quando ao Tigre, lá no Rio Grande do Sul, de vez em quando no Rio de Janeiro, de vez em quando o Armando Monteiro Neto: este é o momento de nós fortalecermos as relações que já temos e é o momento de a gente criar novas parcerias.

Eu tenho andado, e o Miguel Jorge tem feito uma experiência... Antigamente a gente gostava muito de ir para Paris, onde se comprava muito pouco de nós, mas nós íamos para lá. Era chique dizer aqui que a gente tinha ido a Paris. Ou ia para Londres, que comprava pouco da gente também, mas era charmoso a gente dizer que ia para Londres. Ou ia para os Estados Unidos ou para a Europa, em vários outros países da Europa em que normalmente a gente já tem uma balança comercial muito equilibrada, muito

desenhada. A chance de você vender um corte de pano que um mascate carrega embaixo do braço, na Avenida Paulista, é zero. No Jardim Brasil é zero. No Morumbi é três menos zero. Mas se a gente for no Jardim Miriam, a gente vende. Se a gente for na Vila Prudente, a gente vende. Se for na Vila Carioca, onde eu morei muito tempo, a gente vende.

Então, o que nós precisamos, neste momento, ousar, ser desafortados? É a gente fortalecer, enquanto país, enquanto Mercosul, enquanto Unasul, enquanto parcerias estratégicas que nós temos, alianças com outros blocos que precisam comprar de nós. Eu tenho dito todos os dias: nós vamos vender máquinas agrícolas nossas em Paris? Não. Nós vamos vender máquinas agrícolas nossas na Alemanha? Onde é que nós poderemos vender? Junto a nossos parceiros da América Latina, junto à África, junto aos países que estão em um processo de desenvolvimento similar, um pouco mais ou um pouco menos do que nós. É essa a grande descoberta que nós precisamos fazer e colocar em prática.

Eu tenho viajado muito. Sobretudo os empresários da construção civil, Paulo, tem uma gama de oportunidades para esses empresários. Em vez de aquele que perde uma obra aqui ficar entrando na Justiça para evitar que a obra comece, ele deveria procurar outra obra e, quem sabe, ganhar até mais dinheiro do que ganharia nessa disputa na Justiça. É apenas uma questão de inteligência, uma questão de sobrevivência e uma questão de esperteza política.

Essa crise que, na minha opinião, já vai fazer parte das coisas que a gente vai contar, do passado, essa crise abre uma oportunidade para Chile, para Brasil, para todos os países da América Latina e para os países pobres, uma oportunidade, uma descoberta que não está escrita em livros ainda. Se os iguais se derem as mãos, estabelecerem

complementaridades entre eles, a chance de nós ficarmos ricos é muito mais fácil do que se a gente ficar dependendo que os países ricos nos tornem ricos.

Um abraço e boa sorte a todos vocês.

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A CERIMÔNIA DE ABERTURA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - QUITO-EQUADOR, 10/08/2009

Uma palavra: dia 24 de agosto está marcada a reunião dos chanceleres e dos ministros da Defesa. Bem, é muito importante que nesta reunião nós trabalhemos a presença do chanceler colombiano e do ministro da Defesa da Colômbia. É muito importante o papel dos membros da Unasul que estão aqui para convencê-los a comparecer à reunião, para que a gente possa fazer uma discussão mais profunda sobre a situação.

Eu penso que, dependendo do resultado dessa reunião, nós poderíamos fazer uma reunião dos presidentes. Poderíamos fazer uma reunião de presidentes para que a gente pudesse avaliar qual o comportamento que nós vamos ter. Eu não consigo ver a possibilidade de a gente aumentar os conflitos na nossa querida América do Sul, no momento em que tudo indica que quanto mais paz nós tivermos, mais chances nós temos de recuperar o tempo perdido, (incompreensível) ao nosso povo a melhoria de vida que ele precisa.

Eu penso que isso vai se resolver com muita conversa, muito debate, as pessoas vão ter que ouvir coisas que não gostam, vão ter

que ouvir coisas que gostam. Mas eu penso que todos nós, na política, sabemos que é entre conquistar e ceder que a gente vai construindo o caminho do meio para encontrar a tranquilidade que nós precisamos.

Eu queria, Rafael, você como presidente da Unasul agora... Eu penso que, quem sabe fosse o caso de nós pensarmos, em algum momento, de a Unasul convidar o governo dos Estados Unidos para uma discussão profunda sobre a relação deles com a América do Sul e com a América Latina. Porque, normalmente, eles indicam uma pessoa de terceiro escalão, uma... Mas as coisas acontecem pelo Departamento de Estado.

Então, é preciso que a gente, em algum momento, possa decidir o seguinte: bom, teve aquela reunião de Trinidad e Tobago, o Obama é que pediu a reunião com a Unasul, e foi uma bela reunião. Eu imaginava que a partir dali nós fôssemos ter avanços. Quem sabe fosse o caso de pensarmos, em uma reunião convocada pela Unasul, a gente convocar o Obama para discutir essa questão dos Estados Unidos e América Latina, porque

as informações que nós temos é que ainda existem embaixadores que se metem em eleições de outros países. Essa quarta frota nos preocupa profundamente, por conta do pré-sal. E eu acho que nós deveríamos discutir esse compromisso nosso diretamente com o governo americano, diretamente com eles.

Então, eu não sei, você, como o Presidente Pro Tempore poderia, depois da nossa reunião presidencial, quem sabe a gente decidisse chamar para uma conversa concreta e objetiva sobre o futuro das relações. A mim, como presidente do Brasil, incomoda esse clima de inquietação no nosso continente, me incomoda, e penso que vai ser sofrido, as pessoas vão ter que aprender a ouvir duras verdades, mas nós vamos ter que nos colocar de acordo sobre o futuro da Unasul. Se não houver essa coisa amistosa entre nós, esse grau de confiança entre nós e mais sinceridade entre nós, em vez de estarmos criando uma instituição de integração, nós estaremos criando um clube de amigos cercados de inimigos por todos os lados. Então, isso não funciona, não dá certo.

Então, eu penso que essa reunião dos ministros da Defesa com Relações Exteriores é importante. E, depois do resultado dela, nós poderemos fazer uma presidencial, até antes da ONU.

Obrigado.

DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DO MÉXICO, FELIPE CALDERÓN

DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DO MÉXICO, FELIPE CALDERÓN, APÓS CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS - BRASÍLIA-DF, PALÁCIO ITAMARATY , 17/08/2009

Excelentíssimo senhor Felipe Calderón, Presidente do México,

Senhora Patricia Espinosa, secretária das Relações Exteriores do México, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da delegação mexicana,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Senhores ministros Guido Mantega, da Fazenda; Ivan Ramalho, interino do Desenvolvimento; Edison Lobão, de Minas e Energia; e Sergio Rezende, da Ciência e Tecnologia,

Senhoras e senhores membros da delegação mexicana e da delegação brasileira,

Senhoras e senhores,

Meninas e meninos da imprensa brasileira e da imprensa mexicana - depois vocês me pagam pelo “meninas e meninos”.

Tenho a grande satisfação de receber o presidente Felipe Calderón, presidente do México, aqui em nossa casa, em Brasília. Com sua visita, consolidamos uma parceria verdadeiramente estratégica. Estamos construindo respostas conjuntas para as

aspirações de bem-estar e prosperidade de nossos povos. Temos pressa em realizar todas as possibilidades de uma amizade sincera e antiga, mas que ainda não alcançou todo o seu potencial.

México e Brasil são dois grandes países. Representamos, juntos, mais da metade do território, da população e da produção da América Latina e do Caribe. Comungamos valores e ideais, lutamos pela paz, pelo fortalecimento do multilateralismo e pela promoção do desenvolvimento com justiça social. Estamos conscientes das responsabilidades que temos na região e no mundo.

A crise econômica internacional desmistificou a suposta supremacia do mercado e dos modelos importados. Ao mesmo tempo, abriu espaço para que países emergentes como os nossos impulsionem as necessárias reformas nas estruturas da governança global. Defendemos uma economia que incentiva o trabalho e a produção, e não a especulação desenfreada. Essas posições, defendemos conjuntamente no G-20 Financeiro e no

diálogo do G-5 com o G-8. Hoje ninguém pode duvidar de que somos parte indispensável da solução de um problema que não criamos.

Caro amigo presidente Calderón,

A América Latina não pode estar ausente desse debate. Também nisso, México e Brasil estão juntos. Como coordenador do Grupo do Rio, o México está empenhado em institucionalizar a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento. Sua decisão de convocar para 2010, na Cidade do México, a segunda CALC interpretou o sentimento coletivo de todos os países latino-americanos e caribenhos. Não vamos esperar mais 200 anos para voltar a nos reunir em torno de uma agenda nossa, sem tutelas externas.

No imediato, a América Latina tem um desafio inadiável: o de contribuir para que a democracia em Honduras seja restaurada. Com esse propósito, México e Brasil tomaram posição firme a favor do retorno imediato e incondicional do presidente Zelaya a Tegucigalpa.

Precisamos agir com urgência no marco das resoluções da OEA e de nossas convicções democráticas. Não podemos tolerar nem transigir com atentados à ordem constitucional. É essa a lição que aprendemos ao longo de duras décadas de luta para devolver a liberdade e a paz à nossa região.

Senhor Presidente,

A parceria que estamos construindo se assenta em números fortes. Nosso comércio mais do que dobrou desde 2003, atingindo no ano passado US\$ 7,4 bilhões. A crise mundial nos deixou um desafio: não só recuperar esses níveis de intercâmbio, mas superá-los, em vista do enorme potencial de duas economias emergentes e altamente dinâmicas.

As importações brasileiras provenientes do México, e mexicanas, desde o Brasil, ainda ocupam uma pequena parte de nosso comércio exterior. As pautas de exportação são pouco

elaboradas. Os acordos de preferências comerciais são restritos e acanhados, sobretudo para dois países com importante papel nas negociações comerciais internacionais. Por isso, estamos empenhados em ampliar o acordo comercial Brasil-México.

Acrisesublinhou a importância de buscarmos diversificar nossos parceiros, enriquecer o leque de produtos e internacionalizar nossas empresas. A ampliação do acordo rumo ao livre comércio Mercosul-México dará força a essa estratégia.

As extraordinárias oportunidades no campo dos investimentos apontam o caminho para duas economias com tantas complementaridades. Empresas mexicanas têm US\$ 17 bilhões aplicados aqui, o que faz do Brasil o principal destino de investimentos do México no exterior. Faço um chamamento aos homens de negócios brasileiros para que sigam esse exemplo e multipliquem sua presença no México, hoje na modesta casa de apenas US\$ 1 bilhão.

Empresas mexicanas e brasileiras têm conquistado presença cada vez mais forte nos mercados mundiais, inclusive dos países desenvolvidos. Elas são a ponta-de-lança da globalização de nossas economias. Estão ganhando espaço e competitividade para conquistar liderança no cenário internacional de indústrias e serviços. Não há razão para que essa aposta não aproxime, cada vez mais, nossos dois mercados.

Tenho certeza de que foi esta a mensagem que o presidente Calderón transmitiu no seu encontro com empresários brasileiros no sábado, em São Paulo. Sei que Vossa Excelência também se reuniu com empresas do etanol e visitou o Centro de Pesquisa da Petrobras. No momento em que a segurança energética ganha prioridade na agenda global, está aberto o caminho para unirmos nossas forças e competência tecnológica.

Conte com meu apoio para ampliarmos a nossa parceira em energia, sobretudo na área dos combustíveis renováveis, pois sabemos que a diversificação das fontes é fundamental. Não me canso de insistir que a experiência brasileira demonstra que os biocombustíveis desempenharão cada vez mais um papel importante na matriz mundial, limpa e barata.

Estamos assinando hoje acordos de cooperação técnico-científica nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e espacial. Eles também apontam para os desafios do futuro e para nossa determinação de construí-lo juntos.

Meu caro amigo presidente Calderón,

México e Brasil estão determinados a fortalecer as instâncias de coordenação e decisão coletivas e a defender o respeito aos direitos humanos. Sabemos, também, que não há desenvolvimento sustentável sem justiça social para todos. Somos países megadiversos, multiétnicos e multiculturais. Somos, acima de tudo, democracias que se fortalecem com o aumento da participação popular.

Aprendemos no Brasil a admirar as notáveis conquistas da civilização mexicana. As lutas sociais que mobilizaram essa nação ao longo de sua rica história ajudaram a despertar toda a América Latina e continuam a nos desafiar e a nos inspirar na construção de sociedades mais justas e menos desiguais.

É com esse México, orgulhoso de seu passado e confiante no seu futuro, que o Brasil quer ter relação cada vez mais forte. O excelente diálogo que tivemos hoje me dá a certeza de que esse também é o desejo do presidente Calderón e a expectativa do povo mexicano.

Meu caro amigo presidente Calderón,

Uma última palavra sobre a sua visita ao Brasil. Eu penso que o presidente Calderón ainda tem três anos e quatro meses de mandato na Presidência do México. Eu tenho um ano e três meses e meio na Presidência do

Brasil. Portanto, nós ainda temos um tempo extraordinário para fazer o que nós ainda não fizemos, apesar de já termos feito muito na melhoria das relações México e Brasil.

Essa crise econômica, embora tenha causado prejuízos a muitos países, embora tenha causado desemprego, fechamento de empresas, quebra de bancos importantes, há uma verdade do outro lado dessa moeda da crise que nós precisamos tirar proveito dela. Eu sempre acho que uma crise vem, nem sempre para fazer apenas o mal, mas ela vem para nos desafiar e nos alertar de coisas novas que nós precisamos fazer. É inconcebível, do ponto de vista econômico, que dois países - um com 110 milhões de habitantes, outro com 200 milhões de habitantes, com PIBs sem muita diferença, com renda per capita mais ou menos igual, os dois países juntos somando 300 milhões de habitantes - é incompreensível que nós tenhamos um fluxo de balança comercial de apenas US\$ 7,4 bilhões. Isso é nada na relação de dois países do tamanho do México e do Brasil. Eu acho que essa crise, presidente Calderón, tanto para o Brasil quanto para o México, está a nos obrigar a fazer no século XXI coisas que nós tanto consolidamos no século XX.

O presidente Calderón sabe que não é de hoje. Desde o tempo do presidente Fox que eu sonho com o México com um olhar mais forte para a América Latina e para a América do Sul. E também eu sonho com o Brasil mais voltado também para a América Central, Caribe e México. Nós temos alguns meses pela frente e eu acho que nós poderíamos aumentar, primeiro, a discussão com os nossos empresários - empresários mexicanos e empresários brasileiros; segundo, fazer com que haja uma intensificação na relação dos nossos ministros na área de Ciência e Tecnologia, na área de Indústria e Comércio, na área de Minas e Energia, para que a gente

possa descobrir todas as oportunidades que o México oferece, de investimento brasileiro. O México descobrir, e já descobriu muito, todas as possibilidades de investimento no Brasil para que a gente construa uma nova era na relação México e Brasil.

Acho que, sobretudo, essa crise demonstra que quanto mais nós diversificarmos a nossa balança comercial, quanto mais nós interagirmos com outros países, menos dependentes nós ficaremos de uma única economia. Eu senti o resultado, presidente Calderón, aqui no Brasil, de 2003 a 2009. Eu viajava com o ministro Celso Amorim para Davos, no dia 25 de janeiro de 2003, quando eu e Celso discutíamos a necessidade de mudar um pouco a geografia comercial do mundo. Nós não poderíamos ficar dependentes apenas dos dois blocos mais ricos do mundo: de um lado, os Estados Unidos; do outro lado, a Europa. E resolvemos fazer como mascates: sair com os produtos brasileiros, com empresários brasileiros, para todos os países da América Central, da América do Sul, da África, Árabes e muitos países asiáticos.

Hoje, com a graça de Deus, nós temos uma balança comercial tão diversificada que já não dependemos mais dos Estados Unidos ou da

União Européia. Se bem que, nesse período, a nossa balança comercial cresceu anualmente 20% com a União Européia e com os Estados Unidos. Mas ela cresceu 400% com a África, 500% com o Mundo Árabe, cresceu de forma extraordinária na América Latina, cresceu de forma extraordinária na América do Sul. E eu acho que este mundo estará mais aberto se México e Brasil estiverem juntos, porque juntos nós seremos mais fortes, teremos mais influência e poderemos fazer com que o povo mexicano e o povo brasileiro, no final dos nossos mandatos, tenham ganho muito mais do que ganharam até agora.

Eu dizia ao presidente Calderón que nós nos reunimos muito pouco. Dois países importantes, nós temos que nos reunir mais. Calderón tem que vir mais vezes ao Brasil e eu tenho que ir mais vezes ao México, até que a gente consiga diminuir a desconfiança, muitas vezes generalizada, que existe entre investidores brasileiros e mexicanos, que não têm certeza de onde colocar o seu dinheiro ou, quem sabe, tenham medo dessa relação.

O desafio para nós dois, meu caro Calderón, é mudar e aperfeiçoar essa história extraordinária de relação entre México e Brasil.

Muito obrigado.

ENCONTRO COM O PRESIDENTE DE SERRA LEOA, ERNEST BAI KOROMA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, DURANTE ENCONTRO COM O PRESIDENTE DE SERRA LEOA,
ERNEST BAI KOROMA - BRASÍLIA-DF, PALÁCIO ITAMARATY, 19/08/2009

Excelentíssimo senhor doutor Ernest Bai Koroma, presidente da República de Serra Leoa,

Senador José Sarney, presidente do Senado Federal,

Senhora Zainab Bangura, ministra dos Negócios Estrangeiros de Serra Leoa, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da delegação de Serra Leoa,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Senhor Ivan Ramalho, ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Senhoras e senhores embaixadores,

Representantes dos Ministérios brasileiros,
Amigos e amigas,

É uma grande honra receber o presidente de Serra Leoa, dr. Ernest Koroma, no Brasil. Sua corajosa liderança e engajamento pessoal na pacificação de seu país tem sido uma inspiração para todos os amantes da paz e da justiça.

A eleição de Vossa Excelência representou um passo irreversível na marcha do povo de Serra Leoa rumo à reconciliação política e à estabilidade econômica. Espelha o amadurecimento de um continente que se está unindo para assegurar um futuro de dignidade

para todos os seus cidadãos. Sob sua liderança, Serra Leoa se junta a tantos outros países africanos na construção de uma sociedade próspera e vibrante.

Senhor Presidente,

A primeira visita de um chefe de Estado de Serra Leoa a nosso país é oportunidade para consolidar um diálogo que começamos no ano passado, na reunião da Unctad, em Acra. Já passamos das palavras à ação. No âmbito do acordo de cooperação técnica, missão brasileira esteve este ano em Serra Leoa para identificar projetos que respondem às aspirações de bem-estar e prosperidade do seu povo.

Sei que a prioridade brasileira - a segurança alimentar - é também compartilhada por Vossa Excelência. Vamos fazer da agricultura, especialmente da produção de alimentos, uma fonte de progresso, de emprego e de esperança de uma vida digna para milhares de trabalhadores. Vamos juntar esforços e conhecimentos para combater doenças, cujas principais vítimas são os mais pobres.

Sabemos da prioridade que o programa Agenda para Mudanças, do seu governo, confere ao combate ao HIV-Aids e à malária. O apoio que o Brasil oferece para capacitar

e treinar profissionais de Saúde é exemplo prático da cooperação Sul-Sul em ação.

A experiência brasileira com biocombustíveis e fontes renováveis de energia mais limpas e baratas abre a perspectiva de mais emprego e renda no campo. É também nossa resposta ao desafio da mudança do clima. Queremos também desenvolver oportunidade de parceria nos campos da construção civil e agronegócio.

Senhor Presidente,

O Brasil se soma à comunidade internacional em apoio à luta de Serra Leoa para superar o legado de uma guerra traumática. No âmbito da Comissão de Construção da Paz estamos empenhados em fortalecer a capacidade institucional de seu país. A experiência do Brasil no Haiti e em Guiné-Bissau não deixa dúvidas: sem cidadania e desenvolvimento econômico e social, não haverá paz duradoura.

Nossa aliança para a paz e o desenvolvimento reflete uma convicção profunda. Os países africanos são aliados fundamentais no Brasil na luta para transformar o mundo em que vivemos. Por isso, precisamos trabalhar de forma cada vez mais estreita e coordenada. Somente assim estaremos aptos a desempenhar nosso

legítimo papel na defesa de uma governança global mais justa e equitativa.

Devemos impedir que uma crise mundial causada pelos países ricos represente retrocesso em todos os nossos avanços no combate à pobreza e à fome. Nesse esforço, as Nações Unidas não podem estar ausentes. O debate em torno de sua reforma não deve perder impulso. O Conselho de Segurança só recuperará a sua credibilidade e eficácia se incorporar membros permanentes da África e da América Latina e Caribe. Como coordenador do Comitê Africano sobre a reforma daquele órgão, Serra Leoa ocupa posição de responsabilidade nessa luta.

Meus amigos e minhas amigas,

A visita do presidente Koroma ao Brasil, às vésperas da 2ª Cúpula América do Sul-África, é particularmente oportuna. Os acordos que estamos firmando e os compromissos que estamos assumindo atestam o potencial de nossa parceria, mas também nos inspiram a trabalhar juntos pelo êxito da reunião de Caracas.

É com essa convicção que convido todos a levantarem um brinde em homenagem ao futuro das relações entre Serra Leoa e Brasil e à prosperidade de nossos povos.

Obrigado.

ACORDO DE COOPERAÇÃO EM TV DIGITAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO EM TV
DIGITAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA - BARILOCHE - ARGENTINA, 28/08/2009

Querida companheira, presidenta da Argentina, companheira Cristina, Ministros Diana e ministro De Vido, Ministro Celso Amorim, Ministro Hélio Costa, Meu caro representante do primeiro-ministro Taro Aso, Embaixador do Japão na Argentina, Amigos e amigas,

É uma imensa satisfação saber que o governo da Argentina decidiu adotar o sistema de TV Digital ISDB-T. Essa decisão tem uma importância excepcional. Ela traz componente tecnológico fundamental para a parceria entre os nossos dois países. Nossa cooperação em setor tão estratégico como o da TV Digital representa etapa decisiva na construção de uma moderna infraestrutura de comunicações para interligação de nossos países e a integração de nosso continente. O governo brasileiro não poupou esforços científicos nem financeiros para viabilizar esse sistema. Ele apresenta características que ajudarão no desenvolvimento de um padrão tecnológico comum entre países que precisam

se inserir, de forma competitiva, na economia globalizada.

A adoção de um sistema comum de TV Digital cria as condições para estabelecermos um pólo tecnológico regional. Estaremos, assim, difundindo e, sobretudo, desenvolvendo tecnologias próprias adaptadas às nossas necessidades específicas. E estaremos promovendo a inclusão digital, porta de entrada para a sociedade de informação. Já estamos vendo os benefícios desse sistema no Brasil. Ele está viabilizando a consolidação de nosso projeto de TV pública, que oferecerá aquilo que muitas vezes não encontramos na TV aberta: programação de qualidade em matéria de cultura, educação e cidadania. Ao mesmo tempo, representa poderoso instrumento para democratizar o acesso à informação de governo e a serviços sociais, para a população de todas as regiões do País.

Esperamos pôr em prática, quanto antes, uma forte cooperação com a Argentina na área da televisão digital. Dessa forma, a Argentina também poderá oferecer à sua população, ao longo do seu vasto território, todos os

benefícios de um sistema de comunicações moderno e competitivo.

Companheira Cristina,

Depois da brilhante coordenação da reunião da Unasul de hoje, onde, mais uma vez, você teve um papel de destaque, você não poderia terminar o seu dia melhor, firmando esse acordo da TV Digital.

Parabéns e boa sorte ao povo argentino.

VISITA DO PRESIDENTE DO MALAUI, BINGU WA MUTHARIKA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DO MALAUI, BINGU WA MUTHARIKA - PALÁCIO ITAMARATY, 16/09/2009

Senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal,

Professora Eta Banda, ministra das Relações Exteriores do Malauí, por meio de quem cumprimento os demais integrantes da delegação do Malauí,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, por meio de quem cumprimento os demais ministros de Estado, Parlamentares,

Senhoras e senhores do corpo diplomático, Amigos e amigas da imprensa,

A primeira visita de um líder do Malauí ao Brasil abre a oportunidade para nossos países se conhecerem melhor. Queremos hoje aproximar dois povos que a história e a geografia afastaram no passado.

O Malauí é uma jovem e vibrante democracia. Está entre aqueles países que chamaram a si a responsabilidade de conquistar a segurança e o bem-estar de seu povo. Como nós, seu país sabe que esse é o caminho para alcançar a paz. Seus expressivos índices de crescimento estão associados a sólidas políticas sociais. O Malauí e o Brasil demonstraram que desenvolvimento econômico e distribuição de renda não são incompatíveis. Podem e devem andar juntos.

Sob a liderança do presidente Mutharika, o Malauí saneou suas finanças, permitindo ao Estado transformar-se em indutor estratégico do desenvolvimento. Revolucionou sua agricultura. O país deixou de depender da ajuda humanitária para transformar-se em exportador de alimentos.

O Acordo de Cooperação Técnica que assinamos servirá de moldura para uma parceria de grande alcance social e econômico. A experiência brasileira mostra que não há política efetiva de segurança alimentar sem uma agricultura familiar robusta. Essa é uma idéia que nos aproxima.

A capacitação brasileira em tecnologia e políticas públicas voltadas para o pequeno e médio agricultor estará a serviço dessa cooperação. No campo da bioenergia, são promissoras as oportunidades para projetos conjuntos.

Em vista de sua importante experiência na geração e uso do etanol, o Malauí apresenta todas as condições para estar na vanguarda da produção e consumo de biocombustíveis na África.

Também queremos ver o Malauí à frente da luta contra a Aids. A fábrica de antirretrovirais que o Brasil constrói em

Moçambique permitirá ao Malawi beneficiar-se dos medicamentos ali produzidos e da capacitação e treinamento que serão oferecidos a todo o continente.

Senhor Presidente,

Embora tenha crescido nos últimos anos, o intercâmbio econômico entre o Malawi e o Brasil ainda está aquém do possível. Nossa parceria requer bases econômicas mais sólidas.

Os projetos de agroindústria, infraestrutura, turismo e mineração em andamento na região do Lago Malawi abrem horizontes para ampliar o volume de comércio e investimentos entre nossos países.

Estou seguro de que a missão empresarial brasileira que pretendemos enviar ao seu país em 2010 saberá identificar e explorar essas oportunidades. A expressiva presença de homens de negócios do Brasil em outros países da África Austral permitirá explorar sinergias com o Malawi.

Em minha participação na recente Cúpula da União Africana, levei a mensagem de que o Brasil quer ser sócio no desenvolvimento desse continente com o qual estamos historicamente ligados. Mais do que uma prioridade diplomática, minha mensagem expressa o sentimento do povo brasileiro.

Na Cúpula África-América do Sul, na Venezuela, no final deste mês, vamos reafirmar o compromisso de fazer desse diálogo um eixo central das relações Sul-Sul. Queremos forjar uma inserção soberana no mundo sem ingerências externas. Estamos estreitando laços políticos, econômicos e culturais para realizar todo o potencial de nossas sociedades.

Caro presidente Mutharika,

O Malawi e o Brasil reagiram à crise financeira com firmeza e determinação. Na contramão da ortodoxia liberal, não apostamos

na integração irresponsável aos mercados mundiais em busca de ganho fácil, mas ilusório. Implementamos medidas de apoio à produção e de estímulo ao consumo popular que compensaram a contração dos mercados externos.

Com isso, aceleramos nossa saída da recessão e estamos puxando a recuperação mundial. A crise demonstrou que não é mais possível excluir os países em desenvolvimento das decisões globais.

A ONU e seu Conselho de Segurança devem ser reestruturados em benefício de uma maior participação dos países em desenvolvimento. Também devemos unir forças para que as negociações de Doha sejam concluídas de forma equilibrada. Será um duro golpe nas esperanças dos países mais pobres se agricultores africanos continuarem a ter de competir com produtos subsidiados pelos países ricos.

O Malawi e o Brasil já demonstraram sua força no campo agrícola. Pedem apenas que seus agricultores possam mostrar toda a sua competitividade nos mercados internacionais. O aquecimento global também ameaça diretamente os países em desenvolvimento e sua produção agrícola. A comunidade internacional precisa reduzir drasticamente as emissões, mas sem comprometer o direito dos países pobres ao crescimento. O Brasil estará, em Copenhague, comprometido com esse objetivo. Essas são mensagens que levarei, na próxima semana, à Assembleia Geral das Nações Unidas e à reunião do G-20 em Pittsburgh.

Senhor Presidente e caro amigo,

Sei que o lema de seu governo é o de levar o Malawi “Da pobreza à prosperidade”. Estou convencido de que sua visita inaugura uma nova e promissora etapa em nossas relações.

Poderíamos bem chamá-la “Da cooperação à prosperidade”.

É com esse propósito, Presidente, que dou as boas-vindas a Vossa Excelência e peço a todos que levantem um brinde em homenagem ao presidente Mutharika e a todo o povo do Malawi.

Muito obrigado.

PRÊMIO WOODROW WILSON FOR PUBLIC SERVICE

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM JANTAR DE ENTREGA DO PRÊMIO WOODROW WILSON FOR PUBLIC SERVICE - NOVA YORK-EUA, 21/09/2009

Cumprimentar meu companheiro, ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Queria cumprimentar o senhor Rex Tillerson, presidente da Exxon Mobil,

Nosso companheiro Eike Batista, presidente da EBX,

Cumprimentar os nossos convidados, companheiros da diplomacia brasileira, da diplomacia americana,

Os jornalistas,

Os empresários,

E, sinceramente, eu, depois do filme, não teria nenhuma razão para fazer nenhum pronunciamento aqui.

Por uma razão, por uma razão muito forte: a vida de um ser humano na política, ela só dá certo se as pessoas não tiverem medo de mudar de posições e, sempre que possível, mudar para melhor. Eu lembro que, em 1985, eu não acreditava que um trabalhador pudesse chegar à Presidência da República pela via do voto direto e, quatro anos depois, eu tive 47% dos votos do meu país para Presidente da República e passei a acreditar que era possível, daí porque disputei tantas eleições e perdi tantas eleições até chegar a Presidência da República.

Eu tive muitas dúvidas ao assinar a famosa Carta ao povo brasileiro. Era uma inflexão muito forte que eu tinha que fazer na minha carreira de sindicalista e eu fui convencido pelos meus companheiros a assinar a Carta ao povo brasileiro e a lê-la, e eu acho que ela realmente contribuiu para mudar a trajetória da minha campanha.

Eu precisava encontrar um vice-presidente que não fosse do PT e que não fosse mais da esquerda do que eu, porque ele ia ter que ser um pouco mais conservador e uma pessoa que representasse um outro segmento da sociedade. E, um dia, eu fui convidado para visitar um empresário que estava comemorando 50 anos de vida empresarial lá no estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e eu não queria ir a esse jantar porque eu me perguntava: o que eu vou fazer em um jantar, na casa de um empresário tão rico, eu não o conheço, o que eu vou fazer lá? E lá fui eu convencido pelos companheiros a ir ao aniversário do então senador da República, presidente da Coteminas, o companheiro José Alencar. E lá, depois de ouvir... Eu nunca tinha visto o José Alencar, nunca tinha conversado com ele e depois que o José Alencar terminou o discurso contando a sua história, eu disse aos

meus companheiros: acabei de encontrar o vice-presidente da República que eu preciso para conquistar os votos que eu preciso obter. Eu já estava cansado de ter 30% dos votos, eu precisava ter 50% dos votos e, certamente, o José Alencar deu uma contribuição extraordinária.

Mas a última que aconteceu na minha vida foi agora na crise econômica. No auge da crise econômica, no mês de dezembro, eu estava inquieto com as manchetes dos jornais que apregoavam o fim do mundo, ou seja, era o fim dos Estados Unidos, era o fim da Alemanha, era o fim da França, era o fim da China, o fim da Rússia, o fim do Brasil. A impressão que se tinha era que o mundo ia acabar e que não tinha mais jeito. E eu lembro que era próximo do Natal e eu lia as manchetes dos jornais que diziam que o trabalhador não podia, não queria comprar porque ele tinha medo de comprar, fazer uma dívida e depois ficar desempregado e não poder pagar a sua dívida.

Eu que passei 15 anos da minha vida, ou mais, lutando contra o consumismo desenfreado, fui para televisão para convocar o povo brasileiro a consumir porque se ele não consumisse, aí sim, ele ia perder o emprego de verdade e isso deu resultados extraordinários, sobretudo no consumo das pessoas mais pobres do nosso país.

Eu queria dizer essas coisas antes, porque o mundo está precisando, cada vez mais, de lideranças com a cabeça muito arejada. O mundo está precisando de lideranças que não sejam donos da verdade absoluta, mas que sejam capazes de construir, junto com os mais diferentes segmentos da sociedade, a proposta que possa conduzir o seu país a modelo de desenvolvimento, a prática de distribuição de riqueza que possa tornar o mundo mais justo e mais democrático.

Eu, por exemplo, fiquei muito surpreso de ver o Gerdau, aí, falando de mim, porque é

incrível, sete anos atrás, eu acho que o Gerdau e outros companheiros empresários tinham medo de mim, porque achavam que eu ia fazer do Brasil uma República sindicalista, o que era impossível, tal a dimensão do Brasil. E também porque durante muito tempo se falava muito do “risco Lula”, mas não era só para mim, não. Agora se fala de risco de outras pessoas. E eu acho uma bobagem imensa. Eu acho uma bobagem imensa alguém achar que um presidente, ganhando as eleições democraticamente, ele vai mudar a lógica de uma coisa que o povo brasileiro gostou. Você ter estabilidade econômica, você ter inflação baixa, você ter um Estado que seja indutor, que seja regulador, mas ao mesmo tempo um Estado que não queira ser o administrador ou o gerente, e se você mantiver o poder aquisitivo do povo é tudo o que o povo deseja na vida. Eu acho que o Brasil estava desabituaado a isso, porque nós passamos muitos anos, muitos anos, preocupados com a dívida externa brasileira; muitos anos preocupados com as taxas de juros praticamente inimagináveis; muitos anos em que a gente tinha que construir superávit, superávit, superávit e que a capacidade de investimento do Estado brasileiro era quase nenhuma.

O único grande momento que o Brasil teve de investimento em infraestrutura foi no governo Geisel, em 1975. Havia tido no Juscelino, em [19]55, e havia tido no Getúlio Vargas, em [19]50. Mas havia 25 anos que o nosso país não tinha investimento em infraestrutura planejado, então o País não estava habituado ao dinamismo do crescimento. Eu acho que muita gente no Brasil já não acreditava mais que o Brasil pudesse dar um salto de qualidade, e eu penso que nós conseguimos. Eu penso que nós conseguimos fazer aquilo que para alguns parecia impossível, porque durante muito tempo, também, nós brasileiros fomos doutrinados a nos achar cidadãos

inferiores, cidadãos menores, cidadãos menos competentes, ou seja, a autoestima estava sendo jogada fora. E, quando nós ganhamos as eleições, a primeira coisa que eu fiz foi tentar fazer uma propaganda recuperando a autoestima. Colocamos o jogador de futebol Ronaldo para dizer uma frase na televisão: “Eu sou brasileiro e não desisto nunca”, que era para criar a autoestima de que nós poderemos fazer as coisas.

Bem, hoje eu penso que o Brasil está se consolidando enquanto uma nação que não quer jogar fora o século XXI, como se jogou as oportunidades no século XX. Todos vocês sabem que de 1950 a 1980, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo, percentualmente. Ou seja, nós éramos, durante 30 anos, no século XX - de [19]50 a [19]80 - o que a China é nos últimos 15 anos. Entretanto, nós não cuidamos de fazer a coisa da forma correta: fazer distribuição de renda, fazer investimento na educação, fazer as reformas que precisavam ser feitas. E, ao não fazer isso, nós perdemos o trem da história e ficamos atrasados.

Pois bem, eu queria dizer isso a vocês porque acho que Estados Unidos e Brasil podem trabalhar muito mais, podem construir uma parceria muito mais forte e é preciso que a gente comece a pensar no que nós queremos para a nossa querida América do Sul, para nossa querida América Latina, porque o Brasil tem muita responsabilidade do lado de baixo e os Estados Unidos têm muita responsabilidade do lado de cima. Ou seja, há toda uma América Central empobrecida que depende muito dos Estados Unidos e o Brasil tem muitos vizinhos em situações mais desfavoráveis do que o Brasil, e que não adianta o Brasil crescer se a gente não ajudar aqueles vizinhos a crescerem junto; não adianta os Estados Unidos continuarem crescendo, se a gente não alavancar o crescimento dos países que estão próximos, porque no fundo, no fundo, eu

penso que isso seria bom para os países mais ricos.

Então, eu queria, de coração, começar dizendo que as minhas primeiras palavras são de gratidão pela outorga que o Instituto Woodrow Wilson me faz deste prêmio. Aceito a distinção como uma homenagem ao povo brasileiro. Ele tem sido o principal protagonista das transformações que meu país vem experimentando nos últimos anos.

Todo mundo sabe que retomamos o crescimento e logramos mais justiça social preservando a estabilidade econômica e aprofundando a nossa democracia. Hoje eu posso dizer para vocês, e com muito orgulho, diante da imprensa brasileira e da imprensa de outros países, que o Brasil, definitivamente, é um país de instituições sólidas e democráticas. Ninguém mais no mundo pode ter dúvida de que o nosso país vive uma democracia, e cada vez mais participativa, cada vez mais engajada à sociedade.

Só para os senhores terem uma ideia, eu já fiz, nesses sete anos de governo, 57 conferências nacionais. Ou seja, são momentos em que a sociedade decide a política do governo, as orientações para o governo. A última vai ser de telecomunicações, que nós vamos fazer uma grande no final do ano, para que a gente discuta o papel da comunicação no país, sobretudo, nessas coisas que nem nós conseguimos mais entender, porque do jeito que está a Internet, a cada dia tem uma revolução no nosso nariz e nós não temos regulação, não temos nada para fazer. É preciso saber como tratar dessas coisas que estão acontecendo no mundo de hoje.

Todo mundo sabe que no primeiro dia do meu governo eu convoquei... convoquei o país a uma cruzada contra a fome e contra a miséria. Eu lembro que quando vim conversar com o presidente Bush, no dia 10 de dezembro de 2002, eu já eleito presidente da República

e ele já com dois anos de mandato, tinha acontecido, em 2001, o atentado às torres aqui, em Nova York. E eu, então, conversava com o presidente Bush, ele estava, na época, muito obsessivo com o combate ao terrorismo e descobrir quem tinha feito os atentados à torre, e a necessidade de fazer a guerra com o Iraque, e falava, falava, e eu compreendia o drama de um presidente que tinha tido o seu país agredido da forma vergonhosa com que foram agredidos os Estados Unidos.

Mas eu dizia ao presidente Bush: “Presidente, a minha guerra é outra. A minha guerra não é contra o Iraque, Presidente, a minha guerra é contra a fome no meu país, porque tem 44 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e eu preciso resolver esse problema”. Bem, eu imaginava que o presidente Bush fosse até ficar zangado comigo, porque eu não queria aderir à tese da guerra com o Iraque, mas, no fundo, no fundo, nós nos tornamos amigos e tivemos uma relação, eu diria, mais do que razoável, ou poucas vezes o Brasil teve uma relação tão positiva como nós tivemos. Está certo que não conseguimos avançar na reforma da ONU, está certo que não conseguimos avançar na Rodada de Doha, na OMC. Mas, de qualquer forma, você não precisa conquistar tudo, você vai conquistando com o tempo.

Uma coisa importante que eu gostaria de convencer as pessoas a entenderem: nós passamos quase 50 anos dizendo que só poderia haver distribuição de riqueza se a economia crescesse. No Brasil, então, se inventou uma coisa que era fantástica, que dizia o seguinte: o Brasil tem que crescer para depois distribuir. E o Brasil estava vivendo o auge do “milagre brasileiro”. Em [19]73 a economia brasileira cresceu 14%. E o nosso amigo... hoje, nosso amigo... Vejam como é a mudança da cabeça das pessoas: eu passei 30 anos da minha vida brigando com o Delfim Neto. E hoje o Delfim

é um dos grandes amigos que eu construí nesse processo de governança no País. E o Delfim dizia que era preciso deixar o bolo crescer para depois distribuir. E eu dizia: “Esse bolo cresceu, os outros comeram e nós ficamos sem a nossa parte no bolo”.

O que nós queríamos provar, na verdade? É que não existe dualidade entre o bolo crescer e você distribuir, ou você distribuir... O que aconteceu no Brasil? É que, na medida em que nós começamos a fazer política de transferência de renda, na medida em que nós começamos a aumentar um pouquinho de dinheiro na mão das pessoas mais pobres, elas se transformaram em consumidores potenciais, que faz com que o varejo, no Brasil, nunca mais parou de vender.

Os economistas brasileiros não falavam a palavra “crédito consignado”. Quando nós criamos o crédito consignado, e foi em uma discussão com a Febraban, em São Paulo, que eu perguntei: “Por que vocês não financiam casa própria?” Eles disseram: “Porque a gente não tem garantia”. Aí eu voltei e falei: será que não pode emprestar dinheiro para os pobres porque não tem garantia? Nós oferecemos a folha de pagamento. Hoje, o crédito consignado é uma das razões do sucesso do consumo de uma parte da classe média baixa brasileira e dos aposentados, ou seja, são mais de US\$ 50 bilhões de crédito para pessoas que jamais pensavam em poder entrar em um banco para tomar dinheiro emprestado.

Bem, essas coisas permitiram que nós chegássemos a este momento que eu diria, quase que mágico, na história do País. Eu digo “quase que mágico”, porque eu vivi muito tempo do outro lado, como dirigente sindical. E eu vivi inflação de 80% ao mês, eu vivi inflação de 40% ao mês, eu vivi inflação de 50% ao mês, ou seja, a incerteza. Marisa e eu íamos ao supermercado, comprávamos um monte de latas de óleo para poder guardar, ou

seja, o nosso investimento era comprar latas de óleo, era comprar coisas que não estragassem e colocar embaixo da pia, que era a vantagem que gente tinha porque, a 80% ao mês, o nosso salário não valia quase coisa nenhuma.

Então, para mim, a estabilidade econômica é uma conquista fundamental, e que, podem ter certeza, o nosso país nunca mais vai voltar aos tempos de desmandos, em que a inflação corroía o poder aquisitivo da população mais pobre, e que algumas pessoas ganhavam muito dinheiro às custas da inflação. Esse tempo acabou, e nós aprendemos que a estabilidade é boa, que a inflação baixa é boa, que os juros baixos é bom, e que isso tudo pode gerar perspectiva de emprego.

Não sei se vocês acompanharam pela imprensa, no mês de agosto, nós batemos recorde de geração de empregos com carteira profissional assinada. Foram 242 mil novos postos de trabalho criados. E este ano, quando todo mundo está em crise, nós iremos chegar ao final do ano com a criação de mais de 1 milhão de novos empregos, com emprego formal, melhorando a vida das pessoas.

Bem, eu aprendi, como sindicalista, que salários dignos para todos não só garante melhores condições de vida para trabalhadores como se transforma em poderoso fator de crescimento de estabilidade macroeconômica. Aqui, quando a gente dizia isso, há 20 anos, no Brasil, se dizia que era um discurso esquerdista. Isso era uma bobagem, essa era uma tese do Henry Ford, ou seja, que dizia que os seus trabalhadores precisariam ganhar bem para poder comprar o carro que produziu, para poder a indústria crescer. Era uma tese, e no Brasil isso não era compreendido.

Eu lembro que teve dois momentos importantes que aconteceram no Brasil mais recentemente. E, aqui, alguns empresários brasileiros lembram disso, e eu gosto de repetir isso sempre. Em agosto de 2003, eu

fui visitar a Ford, lá em São Bernardo do Campo, e eu disse que os trabalhadores logo iam ver o espetáculo do crescimento. Bom, eu passei três ou quatro meses apanhando, porque a quantidade de charge na imprensa com relação ao espetáculo do crescimento era uma coisa abusiva. Bem, o que aconteceu é que, em 2004, a economia cresceu 5,8%, e ninguém que me criticou pediu desculpas.

Agora, na época da crise, eu disse outra vez: a crise não chegará ao Brasil como ela chegou aos Estados Unidos, ela não chegará ao Brasil como ela chegou à Alemanha. Por quê? Porque nós já tínhamos feito o PAC no dia 22 de janeiro de 2007. A gente não esperou a crise chegar para que a gente tivesse um grande programa de investimento, o maior já feito no Brasil nos últimos 50 anos, que hoje representa praticamente R\$ 646 bilhões, mais de US\$ 350 bilhões investidos. Só uma empresa como a Petrobras tem R\$ 174 bilhões para serem investidos até 2013. Fora os empresários que estão aqui, se tudo o que vocês estão investindo, que me falaram, for verdade, nós vamos passar de 1 trilhão aqui.

Bem, a verdade é que eu tinha convicção de que a crise não poderia bater no Brasil como ela bateu nos outros países, eu tinha convicção. E eu tinha convicção de que não houvesse a queda do Lehman Brothers, nem chegaria ao Brasil a crise. Possivelmente, não sei de quem é a culpa, vocês é quem devem saber, mas certamente se o governo passado tivesse tido, quem sabe, a coragem de colocar US\$ 60 bilhões no Lehman Brothers, possivelmente ele não tivesse quebrado e nós não tivéssemos feito o crédito desaparecer, como desapareceu. Como é que se explica que o crédito desapareceu no mundo, num piscar de olhos, que nem empresas poderosas conseguiam pegar mil dólares emprestados no exterior?

Então, eu penso que, no Brasil, quando eu

dizia que a gente não ia sofrer a crise é porque as coisas já estavam encaminhadas, porque os investimentos já estavam decididos, porque as coisas já estavam acontecendo, do ponto de vista da construção, nós já estávamos colhendo. O que aconteceu, na verdade, é que houve um pouco de covardia de alguns setores da economia brasileira, que tiraram o pé do breque ou, melhor, pisaram muito rapidamente no breque. Ou seja, muitas empresas que deram férias em dezembro, que deram férias em novembro, que deram férias em janeiro, sem necessidade.

Porque, vejam que engraçado: no Brasil nós tivemos uma parada brusca da indústria automobilística e, em março, quem queria comprar um carro tinha que esperar quatro meses, porque não tinha mais carro para vender. Ou seja, na verdade, eu também acho que as pessoas foram levadas pelo pânico, pelo... por muito pânico divulgado pelas manchetes, pelos críticos.

De qualquer forma, eu posso dizer para vocês que a nossa economia está mais sólida do que já estive em qualquer outro momento. E eu estou prevendo: acreditem que nós vamos ter um 2010 extremamente promissor para o nosso país. Extremamente promissor. Nós tomamos todas as medidas que tínhamos que tomar. Quando foi necessário comprar bancos, nós compramos; quando foi necessário desonerar, nós desoneramos; quando foi necessário criar programa de investimentos, nós criamos. E eu acho que isso tudo colocou o Brasil em uma situação altamente confortável.

Obviamente que poderíamos estar melhor se não tivesse havido a crise. Mas, de qualquer forma, eu acho que foi um alerta, porque tinha gente que dizia: “Ah, o Lula tem sorte, o Lula tem sorte. O Lula nunca pegou uma crise”. Ora, essa crise que nós pegamos, ela é infinitamente maior do que a crise do México, do que a crise russa, do que a crise...

Entretanto, o Brasil estava melhor, o Brasil não estava debilitado.

Bem, nós tivemos uma outra coisa importante no Brasil, que é o investimento em educação. Eu vou dar dois dados para vocês, e vou entrar no pré-sal para terminar o meu discurso, porque eu comecei dizendo que não ia falar, e já estou aqui contando prosa para vocês o tempo inteiro.

Eu, possivelmente, a minha obsessão por investimento em educação, talvez seja pelo fato de eu não ter tido oportunidade de estudar quando eu tinha idade para estudar. Possivelmente, alguém que estudou muito, que fez curso, que fez curso e que fez curso, fez pós-graduação, ao se formar não tenha a sensibilidade de que existem milhões que precisam estudar e que é preciso alguém criar as condições para essas crianças estudarem.

Pois bem, eu vou dar dois números para vocês, importantes. Na semana passada, eu me transformei no presidente que mais vai fazer universidades na história do Brasil até hoje. Juscelino tinha dez, nós já estamos com 11 e temos mais três para serem aprovadas no Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, nós estamos fazendo 105 extensões universitárias no Brasil, levando curso para todo o interior do País, sobretudo, para as regiões mais pobres do País. E estamos fazendo mais escolas técnico-profissionais em oito anos do que tudo o que foi feito no século, no Brasil. Ou seja, nós vamos fazer, em oito anos, uma vez e meia o que foi feito em cem anos, em escolas técnico-profissionais, em institutos de tecnologia, para que a gente passe a ideia para as pessoas de que não existe outro caminho para o Brasil senão fazer investimento muito forte na educação.

É por isso que no novo marco regulatório do pré-sal, que mandamos ao Congresso Nacional, nós propusemos não só a partilha, mas nós propusemos a constituição de um

fundo, e esse fundo tem algumas prioridades, e a primeira delas é a educação. A educação, a ciência e tecnologia, o combate à pobreza, a questão ambiental e a questão cultural são as (incompreensível) das coisas que nós queremos fazer investimento com esse fundo.

E por que criamos o fundo? Porque a história mostra muitos países muito ricos em petróleo que continuam com o povo muito pobre. Muita gente com corrente de ouro, com relógio de ouro, com tudo de ouro, com carros e mais carros, e o povo continua pobre. Então, nós estamos fazendo uma lei para não permitir que algum governo irresponsável, em algum momento da história do Brasil, utilize o dinheiro para fazer o mesmo que sempre aconteceu, que uma pequena parte continue rica e a maioria fica pobre.

Como nós achamos que a riqueza de um povo está na sua formação, está no seu conhecimento, está na capacidade tecnológica da cabeça das pessoas, nós, então, vamos apostar tudo na educação, para ver se a gente consegue fazer com que o pré-sal se transforme em um grande patrimônio, de o Brasil ser exportador de conhecimento e não apenas exportador de óleo cru, como alguns poderiam imaginar.

De qualquer forma, eu queria terminar dizendo para vocês que nós chegamos até onde chegamos porque muita gente participou. Ou seja, nós nunca tivemos problema de aprovar nada importante no nosso Congresso Nacional. E Congresso, eu não preciso dizer, cada país tem um Congresso e sabe como é que é, sabe como funciona. Às vezes, as pessoas acham que demora para a gente aprovar uma coisa no Congresso brasileiro, mas, aqui, o Obama está esperando um bocado de meses para indicar o embaixador do Brasil e ainda não conseguiu indicar embaixador do Brasil. Embaixador eu indico com mais facilidade, eu indico com mais facilidade.

Mas, de qualquer forma, essa é a democracia, é assim mesmo que as coisas funcionam. O que as pessoas precisam compreender é que este momento que o Brasil está vivendo não é um momento apenas econômico, é um momento político muito forte. A construção da Unasul, a construção do Conselho de Defesa Sul-Americano, a construção do Conselho de Combate ao Narcotráfico na Unasul, ou seja, o estabelecimento de uma política de convivência democrática, e esse é o sacrifício que nós temos que fazer.

E eu tenho convocado, pedido ao presidente Obama, e já pedi ao presidente Bush, que nós poderemos construir grande parte das coisas que é preciso construir juntos. Ou seja, Estados Unidos e o Brasil são por demais grandes para ficarem tão distantes nas questões estratégicas da política. Muitas vezes, nós, parece que desconfiamos uns dos outros, e eu acho que esse distanciamento permite que as coisas andem mais devagar, quando nós temos pressa.

Essa é uma região pacífica, uma região tranquila, democrática. A democracia, com o que aconteceu agora, em El Salvador, é o último (incompreensível) que os setores de esquerda ganharam as eleições, mas ganharam de forma muito madura, muito responsável. E eu não tenho dúvida nenhuma que nós, Brasil e Estados Unidos, precisamos cooperar para que a gente possa garantir que a democracia seja consolidada.

Por isso é que Brasil e Estados Unidos repudiaram o que aconteceu em Honduras. Nós não podemos aceitar mais golpe militar. Não temos o direito de aceitar que alguém se ache no direito de tirar uma pessoa eleita democraticamente e colocar, no seu lugar, uma pessoa que ele entenda que seja boa. Eu acho que a posição dos Estados Unidos e a do Brasil, juntos, é importante, porque fortalece a democracia no nosso continente.

No mais, eu queria dizer para vocês que eu saio daqui... Vou sair daqui só sexta-feira, mas vou antecipar aqui. Eu saio daqui satisfeito por esse prêmio. Acho que é sempre importante. E eu venho aqui muito mais porque eu acho que as pessoas mais pobres do Brasil é que fizeram com que nós pudéssemos ganhar esse prêmio. Eu não sei se quando eu deixar a Presidência, eu vou ter um instituto, se eu vou ter alguma coisa, mas certamente isso aqui estará em algum lugar de destaque, para que as pessoas saibam que um dia o Brasil foi lembrado. E vocês, ao homenagearem a mim e ao Brasil, vocês fizeram um gesto, eu diria, que eu respeito muito, que é o gesto de reconhecer uma nação, quando ela toma as posições que o Brasil tem tomado.

Estejam certos de uma coisa: nós aprendemos a nos respeitar. E quem aprende a se respeitar, quem aprende a levantar a cabeça, não tem por que não vencer na vida. E o Brasil, podem ficar certos, nos próximos 10 ou 15 anos, na hora que nós começarmos a tirar o pré-sal, nós nos transformaremos numa grande economia.

Por último, dizer para vocês uma novidade: o Brasil, na última segunda-feira, fez o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. Portanto, acho que poucos países do mundo fizeram o zoneamento agroecológico. O Brasil fez e, portanto, a gente vai ter o nosso etanol sem ferir a Amazônia, sem ferir o Pantanal, sem ferir o Alto Paraguai, e eu espero que isso seja suficiente para que vocês comecem a comprar um pouquinho do nosso etanol, porque as nossas...

Obrigado, e que Deus nos ajude a continuar essa caminhada.

64ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

DISCURSO NO DEBATE GERAL DA 64ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS - NOVA YORK, 23/09/2009

Meus cumprimentos ao presidente da Assembléia Geral, Ali Treki, ao secretário-geral, Ban Ki-moon, e a todos chefes de Estado e delegados presentes.

Senhoras e senhores,

A Assembléia Geral das Nações Unidas tem sido e deve ser cada vez mais o grande foro de debate sobre os principais problemas que afligem a humanidade.

Quero abordar aqui três questões cruciais, que me parecem interligadas, três ameaças que pairam sobre nosso planeta: a persistência da crise econômica, a ausência de uma governança mundial estável e democrática e os riscos que a mudança climática traz para todos nós.

Senhor Presidente,

Há exatamente um ano, no limiar da crise que se abateu sobre a economia mundial, afirmei, desta tribuna, que seria um grave erro, uma omissão histórica imperdoável, cuidarmos apenas das consequências da crise sem enfrentarmos as suas causas.

Mais do que a crise dos grandes bancos, essa é a crise dos grandes dogmas. O que caiu por terra foi toda uma concepção econômica, política e social tida como inquestionável. O que faliu foi um insensato modelo de

pensamento e de ação que subjogou o mundo nas últimas décadas. Foi a doutrina absurda de que os mercados podiam autorregular-se, dispensando qualquer intervenção do Estado, considerado por muitos um mero estorvo. Foi a tese da liberdade absoluta para o capital financeiro, sem regras nem transparência, acima dos povos e das instituições. Foi a apologia perversa do Estado mínimo, atrofiado, fragilizado, incapaz de promover o desenvolvimento e de combater a pobreza e as desigualdades; a demonização das políticas sociais, a obsessão de precarizar o trabalho, a mercantilização irresponsável dos serviços públicos. A verdadeira raiz da crise foi o confisco de grande parte da soberania popular e nacional - dos Estados e dos governos democráticos - por circuitos autônomos de riqueza e de poder.

Afirmei que era chegada a hora da política. Disse que governantes - e não tecnocratas arrogantes - deveriam assumir a responsabilidade de enfrentar a desordem mundial. O enfrentamento da crise e a correção de rumo da economia mundial não poderiam ficar apenas a cargo dos de sempre. Os países desenvolvidos - e os organismos multilaterais onde eles eram hegemônicos -

foram incapazes de prever a catástrofe que se iniciava e, menos ainda, de preveni-la.

Os efeitos da crise se espalharam por todo o mundo, golpeando inclusive e, sobretudo, àqueles que há anos vinham reconstruindo suas economias com enormes sacrifícios. Não é justo que o custo da aventura especulativa seja assumido pelos que nada tem a ver com ela: os trabalhadores e as nações pobres ou em desenvolvimento.

Passados doze meses, constatamos que houve alguns progressos mas que persistem muitas indefinições. Ainda não há uma clara disposição para enfrentar, no âmbito multilateral, as graves distorções da economia global. O fato de ter sido evitado o colapso total do sistema parece ter provocado em alguns um perigoso conformismo.

A maioria dos problemas de fundo não foi enfrentada. Há enormes resistências em adotar mecanismos efetivos de regulação dos mercados financeiros. Países ricos resistem em realizar reformas nos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial. É incompreensível a paralisia da Rodada de Doha, cujo acordo beneficiará sobretudo as nações mais pobres do mundo. Há sinais inquietantes de recaídas protecionistas. Pouco se avançou no combate aos paraísos fiscais.

Mas muitos países não ficaram de braços cruzados. O Brasil - um dos últimos, felizmente, a sentir os efeitos da crise - é hoje um dos primeiros a sair dela. Não fizemos nenhuma mágica. Simplesmente havíamos preservado nosso sistema financeiro do vírus da especulação. Havíamos reduzido nossa vulnerabilidade externa, passando da condição de devedores à de credores internacionais.

Decidimos, junto com outros países, aportar recursos para que o FMI empreste dinheiro aos países mais pobres sem os condicionamentos inaceitáveis do passado. Mas, sobretudo, desenvolvemos antes da crise, e depois que

ela eclodiu, políticas anticíclicas.

Aprofundamos nossos programas sociais, especialmente os de transferência de renda. Aumentamos os salários acima da inflação. Estimulamos, por meio de medidas fiscais, o consumo para impedir que se detivesse a roda da economia.

Já saímos da breve recessão. Nossa economia retomou seu ímpeto e anuncia um 2010 promissor. As exportações recuperam seu vigor. O emprego se recompõe de forma extraordinária. O equilíbrio macroeconômico foi preservado sem afetar as conquistas populares. O que o Brasil e outros países demonstraram é que também nos momentos de crise precisamos realizar audaciosos programas sociais e de desenvolvimento.

Mas não tenho a ilusão de que poderemos resolver nossos problemas sozinhos, apenas no espaço nacional. A economia mundial é interdependente. Estamos todos obrigados a atuar além de nossas fronteiras. Por isso, é imprescindível refundar a ordem econômica mundial.

Nas reuniões do G-20 e nos muitos encontros que mantive com líderes mundiais tenho insistido sobre a necessidade de irrigar a economia mundial com importantes créditos. Tenho defendido a regulação financeira, a generalização de políticas anticíclicas, o fim do protecionismo, o combate aos paraísos fiscais. Com a mesma determinação, meu país propõe uma autêntica reforma dos organismos financeiros multilaterais.

Os países pobres e em desenvolvimento têm de aumentar sua participação na direção do FMI e do Banco Mundial. Sem isso não haverá efetiva mudança e os riscos de novas e maiores crises serão inevitáveis. Somente organismos mais representativos e democráticos terão condições de enfrentar complexos problemas como os do reordenamento do sistema monetário internacional.

Não é possível que, passados 65 anos, o mundo continue a ser regido pelas mesmas normas e valores dominantes quando da conferência de Bretton Woods. Não é possível que as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança sejam regidos pelos mesmos parâmetros que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Vivemos um período de transição no âmbito internacional. Caminhamos em direção ao mundo multilateral. Mas também multipolar, seguindo as experiências de integração regional, como ocorre na América do Sul com a constituição da UNASUL. Esse mundo multipolar não será conflitante com as Nações Unidas. Ao contrário. Poderá ser um fator de revitalização da ONU. De uma ONU com a autoridade política e moral para solucionar os conflitos do Oriente Médio, garantindo a coexistência de um Estado Palestino com o Estado de Israel; de uma ONU que enfrente o terrorismo sem estigmatizar etnias e religiões, mas atacando suas causas profundas e promovendo o diálogo de civilizações; de uma ONU que assuma a ajuda efetiva a países - como o Haiti - que buscam reconstruir sua economia e seu tecido social depois de haver recuperado a estabilidade política; de uma ONU que se comprometa com o Renascimento africano que hoje assistimos; de uma ONU capaz de adotar políticas eficientes de preservação e ampliação dos Direitos Humanos; de uma ONU que possa avançar no caminho do desarmamento estabelecendo um real equilíbrio entre este e a não-proliferação; de uma ONU que lidere cada vez mais as iniciativas para preservar o ambiente; de uma ONU que, por meio do ECOSOC, incida nas definições sobre o enfrentamento da crise econômica; de uma ONU suficientemente representativa para enfrentar as ameaças à paz mundial, por meio de um Conselho

de Segurança renovado, aberto a novos membros permanentes.

Senhor Presidente,

Não somos voluntaristas. Mas sem vontade política não se pode enfrentar e corrigir situações que conspiram contra a paz, o desenvolvimento e a democracia. Sem vontade política persistirão anacronismos como o embargo contra Cuba. Sem vontade política continuarão a proliferar golpes de Estado como o que derrocou o Presidente constitucional de Honduras, Manuel Zelaya, que se encontra, desde segunda-feira, refugiado na embaixada do Brasil em Tegucigalpa. A comunidade internacional exige que Zelaya reassuma imediatamente a Presidência de seu país e deve estar atenta à inviolabilidade da missão diplomática brasileira na capital hondurenha.

Sem vontade política, por fim, crescerão as ameaças hoje representadas pela mudança climática no mundo. Todos os países devem empenhar-se em realizar ações para reverter o aquecimento global.

Preocupa-nos a resistência dos países desenvolvidos em assumir sua parte na resolução das questões referentes à mudança do clima. Eles não podem lançar sobre os ombros dos países pobres em desenvolvimento responsabilidades que lhes são exclusivas.

O Brasil está cumprindo a sua parte. Vamos chegar a Copenhague com alternativas e compromissos precisos. Aprovamos um Plano de Mudanças Climáticas que prevê a redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020. Diminuiremos em 4,8 bilhões de toneladas a emissão de CO₂, o que representa mais do que a soma dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos.

Em 2009, já podemos apresentar o menor desmatamento dos últimos 20 anos. A matriz energética brasileira é das mais limpas do planeta: Quarenta e cinco por cento da energia consumida no país é renovável. No

resto do mundo apenas 12% é renovável, enquanto que nos países da OCDE essa proporção não supera 5%. Oitenta por cento de nossa eletricidade provém igualmente de fontes renováveis. Vinte e cinco por cento de etanol está misturado à gasolina que consomem nossos veículos. Mais de 80% dos carros produzidos no país têm motor flex, o que permite a utilização indiscriminada de gasolina ou álcool.

O etanol brasileiro e os demais biocombustíveis são produzidos em condições cada vez mais adequadas, sobretudo a partir do zoneamento agroecológico que acabamos de implantar, mandando para o Congresso Nacional.

Proibimos a cana-de-açúcar e as usinas de álcool em áreas de vegetação nativa. A decisão vale para toda Amazônia e nossos principais biomas.

O plantio da cana-de-açúcar não ocupa mais do que 2% de nossas terras agricultáveis. Distinto de outros biocombustíveis, ele não afeta nossa segurança alimentar nem compromete o equilíbrio ambiental. Empresários, trabalhadores e governo firmaram um importante compromisso para assegurar o trabalho decente nos canaviais brasileiros.

Todas essas preocupações fazem parte da política energética de um país autossuficiente em petróleo e que acaba de descobrir grandes reservas que nos colocarão na vanguarda da produção de combustíveis fósseis. Mas o Brasil não renunciará à agenda ambiental para

ser apenas um gigante do petróleo. Queremos consolidar nossa condição de potência mundial da energia verde.

Por outro lado, deve-se exigir dos países desenvolvidos metas de redução de emissões muito mais expressivas do que as atuais, que representam mera fração do que é recomendado pelo Painel Intergovernamental para a Mudança do Clima.

Causa-nos também profunda preocupação a insuficiência dos recursos até agora anunciados para as necessárias inovações tecnológicas que preservarão o ambiente nos países em desenvolvimento.

A resolução desses e outros impasses só ocorre se as ameaças ligadas às mudanças climáticas forem enfrentadas a partir da compreensão de que temos responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Senhor Presidente,

Os temas que estão no centro de nossas preocupações - a crise financeira, a nova governança mundial e a mudança do clima - têm um forte denominador comum. Ele aponta para a necessidade de construir uma nova ordem internacional, sustentável, multilateral, menos assimétrica, livre de hegemonismos e dotada de instituições democráticas. Esse mundo novo é um imperativo político e moral.

Não basta remover os escombros do modelo que fracassou, é preciso completar o parto do futuro. É a única forma de reparar tantas injustiças e de prevenir novas tragédias coletivas.

Obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, CELSO AMORIM, NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO
BRASIL, CELSO AMORIM, NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS
NAÇÕES UNIDAS - NOVA YORK, 25 DE SETEMBRO DE 2009

“Senhora Presidente,

Eu gostaria de agradecer a pronta decisão do Conselho de Segurança de aceitar o pedido do governo brasileiro para que essa reunião fosse convocada urgentemente.

Como sabem os membros do Conselho de Segurança, o Presidente José Manuel Zelaya abriga-se, juntamente com familiares e colaboradores mais próximos, na chancelaria da Embaixada brasileira em Tegucigalpa desde segunda-feira, 21 de setembro de 2009.

O Presidente Zelaya chegou à Embaixada de maneira pacífica e por seus próprios meios.

Foi recebido em sua legítima qualidade de Presidente constitucional de Honduras e permanece sob a proteção da Embaixada.

Tão logo soube da chegada do Presidente Zelaya à Embaixada, telefonei para ele. Ele me disse que retornou ao seu país com o objetivo de voltar ao poder por meios pacíficos, através do diálogo.

Não tenho motivo para colocar em dúvida as suas palavras.

Desde o dia em que abrigou o Presidente Zelaya em suas instalações, a Embaixada brasileira tem estado cercada.

Tem sido submetida a atos de assédio e intimidação pelas autoridades de facto.

O fornecimento de água e eletricidade foi interrompido e as linhas de telefone foram cortadas.

As comunicações por meio de telefones celulares foram bloqueadas. Equipamentos que emitem sons perturbadores foram instalados em frente à Embaixada.

O acesso a alimentos foi severamente restringido. A circulação de veículos oficiais da Embaixada foi impedida.

O Encarregado de Negócios do Brasil tem estado, na prática, proibido de deslocar-se da Chancelaria para sua residência, uma vez que a polícia informou que qualquer pessoa que deixar as instalações da Embaixada a ela não poderá retornar. Foi o que aconteceu com a esposa do Encarregado de Negócios do Brasil, que deixou o prédio da Embaixada e não foi autorizada a voltar.

Essas medidas tomadas pelas autoridades de facto claramente violam as obrigações decorrentes da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

Recordo que a Corte Internacional de Justiça estabeleceu a inviolabilidade das missões diplomáticas como princípio basilar das relações internacionais, a ser respeitado em todas as circunstâncias, mesmo em caso

de rompimento de relações diplomáticas ou de guerra.

Eu gostaria de agradecer os governos, organismos e grupos que contribuíram para aliviar o cerco à Embaixada, ou que condenaram as ações tomadas contra a Embaixada.

Senhora Presidente,

O Governo brasileiro está profundamente preocupado com a possibilidade de que os mesmos indivíduos que perpetraram o golpe de Estado em Honduras venham a ameaçar a inviolabilidade da Embaixada para prender o Presidente Zelaya a força.

Isso não é uma mera suspeita. Recebemos indícios concretos sobre essa possibilidade.

Primeiro a decisão de enviar à Embaixada um oficial de justiça munido de um mandado de busca. Evidentemente, os funcionários brasileiros recusaram-se a receber o mandado e não permitiram a entrada do oficial de justiça na Embaixada.

O regime também mudou o tratamento formal concedido à Embaixada, o qual parece implicar que esta teria deixado de gozar do status diplomático.

Além de declarações públicas de igual teor, o Governo de facto enviou uma comunicação diretamente ao Ministério das Relações Exteriores na qual se refere à Embaixada como “uma das instalações que o Governo brasileiro ainda mantém em Tegucigalpa”. Tudo isso parece um prelúdio para outras ações.

Num comunicado público, tentam até negar a responsabilidade pela segurança do Presidente Zelaya e por danos a propriedades no bairro em que se encontra a Embaixada.

Tais atos violam totalmente a Convenção de Viena e, mais imediatamente, a recente decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela qual o governo de facto de Honduras não poderá ameaçar a segurança do Presidente Zelaya e de todos

aqueles abrigados na Embaixada do Brasil.

Senhora Presidente,

É imperativo que o Governo de facto de Honduras respeite e cumpra plenamente a Convenção de Viena no que se refere à Embaixada do Brasil, em particular sua inviolabilidade e a segurança de seu pessoal e das pessoas que se encontrem nas instalações daquela Embaixada.

O Brasil rejeita categoricamente todas as ameaças contra nossa Embaixada e a segurança do Presidente Zelaya e aqueles sob sua proteção.

Entendo que, ao convocar esta sessão, o Conselho de Segurança reconhece que a situação da Embaixada do Brasil em Honduras constitui uma ameaça à paz e à segurança de nossa região.

Qualquer ação contra a Embaixada do Brasil, seu pessoal ou as pessoas sob sua proteção será considerada uma violação flagrante da segurança.

Senhora Presidente,

Meu país apóia o diálogo baseado na Resolução pertinente da OEA e nos esforços conduzidos pelo Presidente Oscar Arias da Costa Rica.

O Brasil apóia firmemente a Carta das Nações Unidas. Apóia firmemente também a democracia e a solução pacífica das controvérsias.

Como tal, não poderia negar proteção a um Presidente democraticamente eleito e reconhecido por toda a comunidade internacional como o único Governante legítimo de Honduras.

Um pronunciamento claro deste Conselho servirá certamente como um fator de dissuasão contra o agravamento dessa crise. Também constituirá sinal de apoio aos esforços diplomáticos da comunidade internacional em favor da restauração pronta e pacífica do Presidente Zelaya ao poder.

Esperamos sinceramente que a sessão de hoje seja devidamente entendida em Honduras como um sinal de que atos de desrespeito contra a Embaixada do Brasil devem cessar imediatamente.

O Brasil entende que o Conselho deve manter-se ocupado do assunto até que isso não aconteça.

Obrigado.

II CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA - ISLA MARGARITA-VENEZUELA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, DURANTE A II CÚPULA AMÉRICA DO SUL -
ÁFRICA - ISLA MARGARITA-VENEZUELA, 26/09/2009

Caro companheiro presidente Hugo Chávez,

Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo da África e da América do Sul,

Quero cumprimentar o ministro do Equador, que representa Rafael Correa, que é o nosso presidente pro tempore da Unasul,

Quero cumprimentar o nosso companheiro presidente da União Africana, o presidente Kadafi,

Quero cumprimentar o Jean Ping, presidente da Comissão Permanente Africana,

Quero cumprimentar todas as delegações da África e da América do Sul e, sobretudo, cumprimentar os representantes de organismos internacionais,

Meus amigos, minhas amigas,

Primeiro, Chávez, este livro aqui é um trabalho feito pelo governo brasileiro com informações de todos os países, apenas para dar uma dimensão, para que todos nós possamos conhecer o que somos. É um primeiro livro, que deve ser distribuído a todos. Está em várias línguas, portanto... só não temos em árabe. Mas logo, logo nós vamos produzir também, com uma tradução em árabe para que todos os líbios possam ler.

Eu vou ser muito breve, Chávez, muito específico, porque eu penso que nós precisamos ouvir muitos companheiros convidados que vieram participar deste encontro.

Estamos reunidos para dar um passo na consolidação de uma aliança entre dois continentes determinados a moldar o seu futuro. A América do Sul e a África estão construindo uma ponte de diálogo e de colaboração. Queremos reduzir distâncias, aproximar povos e consolidar uma parceria em prol do desenvolvimento e da paz.

Foi essa visão audaz que reuniu africanos e sul-americanos pela primeira vez em Abuja, no ano de 2006. O mecanismo concebido pelo presidente Obasanjo está hoje no centro de nossa agenda diplomática.

É com muito orgulho e otimismo que vejo os resultados concretos que estamos colhendo. Nos últimos seis anos, o comércio entre as duas regiões saltou de 6 para 36 milhões de dólares. Esse processo de fortalecimento de nossa soberania econômica só faz ganhar força.

Desde nossa primeira Cúpula, essas trocas já aumentaram 50%. Queremos fazer da cooperação um fator de emancipação

técnica e tecnológica. Compartilhamos experiências bem-sucedidas em matéria de saúde, agricultura e energia. Acreditamos no poder de transformação de uma parceria entre regiões que vivem realidades semelhantes e enfrentam problemas comuns. O Brasil e a América do Sul apostam nos 800 milhões de africanos que querem realizar a promessa de um continente com vastas riquezas naturais e sólidas perspectivas de crescimento.

Nada disso seria possível sem os dramáticos avanços que a África tem conquistado. Graças aos esforços da União Africana e dos organismos sub-regionais, o continente caminha para a construção da paz e a consolidação da democracia.

É isso que vi, em julho último, quando fiz minha décima visita ao continente para participar da Cúpula da União Africana. Por isso, não hesito em dizer que a Unasul tem muito que aprender com a União Africana. Assim como a África, a América do Sul atravessa um momento de transformações sem precedentes.

Também estamos determinados a enfrentar coletivamente os múltiplos desafios que devem unir e não dividir-nos. É esse o sentido da criação do Conselho Sul-Americano de Defesa. Inspiram-nos os notáveis avanços institucionais da União Africana, que demonstraram que é possível fazer da diversidade um instrumento de união e força.

É esse o sentido da condenação unânime ao golpe de Estado em Honduras. Lutamos muito para varrer, para a lata do lixo da história, as ditaduras militares de outrora. Não podemos permitir retrocessos desse tipo em nosso continente. Essa é uma lição importante para nós, sul-americanos, no limiar de um século moldado pela democracia e pelo multilateralismo.

Prezados amigos,

Desde nossa primeira Cúpula, em Abuja, a economia mundial enfrentou uma das maiores crises de sua história. Incapazes de assumir seus próprios erros, alguns governantes buscam transferir o ônus da crise para os mais fracos. Responsabilizam imigrantes pelo desemprego, mas vacilam em coibir os bônus milionários pagos aos executivos que promoveram a crise. Adotam medidas protecionistas, que oneram bens e serviços exportados por países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, se mostram lenientes com os paraísos fiscais.

A comunidade internacional precisa e tem que reagir. Na reunião do G-20 em Pittsburgh, Cristina, Zuma e eu reiteramos que a prioridade não deve ser salvar bancos falidos. Precisamos oferecer respostas aos milhões que perderam empregos e tiveram esperanças frustradas.

Os sinais de recuperação econômica não nos autorizam a abandonar as medidas de estímulo ao consumo e à produção, nem de combate à pobreza e à fome. Afinal, os países mais pobres têm pressa em recuperar suas economias e as perspectivas de prosperidade para os seus povos.

Não podemos ser complacentes com sinais do retorno à especulação desenfreada. A mão visível do Estado deve preencher o vácuo regulatório deixado pela mão invisível do mercado. Não há melhor resposta à crise que a integração. A aposta que fizemos no eixo Sul-Sul foi vitoriosa. Graças ao crescimento das trocas entre América do Sul e África, nossos países sofreram menos com a retração da demanda nos países ricos.

Amigos e amigas,

Multiplicam-se, a olhos vistos, novos desafios globais: a crise financeira, o

agravamento da mudança climática e a insegurança energética e alimentar. Ao mesmo tempo, permanecem sem solução as velhas mazelas da fome, da pobreza e do armamentismo. As organizações políticas e econômicas multilaterais não podem mais prescindir do peso e da legitimidade conferida pelos países em desenvolvimento.

Precisamos reforçar nossa aliança na OMC em prol de um resultado equilibrado da Rodada de Doha. Somos unidos pela determinação de eliminar distorções, sobretudo no comércio agrícola. Somente assim os países mais pobres poderão fazer do comércio uma alavanca de desenvolvimento.

Nossos países estão comprometidos com avanços ambiciosos na Cúpula de Copenhague sobre a mudança do clima. Afinal, assim como na crise financeira, são os países em desenvolvimento as primeiras e maiores vítimas do aquecimento global. Por isso, estamos determinados a assumir nossas responsabilidades em ajudar a conciliar crescimento econômico e proteção ambiental. Mas os países industrializados não podem ignorar seus compromissos mandatários de redução de emissões.

Nesse debate sobre a nova governança global, uma coisa é certa: o Conselho de Segurança das Nações Unidas perdeu relevância. Devemos trabalhar juntos pela sua reforma, sob pena de perder a oportunidade de garantir nosso direito a uma voz nas grandes questões da agenda internacional.

Somos 65 países, com mais de 1 bilhão de habitantes, que querem ser ouvidos. Nosso amadurecimento institucional no fortalecimento da paz e segurança é prova de que temos o que dizer e contribuir.

Senhoras e senhores,

O século XXI nos encontra cada vez mais

unidos. Não há desafio global que não possa ser enfrentado, conjuntamente, pela África e pela América do Sul. E não há desafio global que possa ser enfrentado sem a América do Sul e sem a África. A integração regional, o multilateralismo e a cooperação Sul-Sul são nossas armas na construção de um mundo mais justo.

É essa a mensagem que nossa Cúpula lança. Contem com o Brasil para ajudar a solidificar cada vez mais essa ponte de amizade e de cooperação que estamos construindo sobre o Atlântico.

Meus amigos e minhas amigas,

Mais um minutinho, Chávez, para não abusar do tempo. Eu quero dizer a vocês da minha alegria de estar podendo viver este momento. Eu me lembro o quanto foi difícil fazermos a primeira reunião África-América do Sul, na Nigéria. Eu me lembro quantas pessoas não acreditavam que nós pudéssemos realizá-la. Quando a Venezuela se propôs a fazer a II Cúpula, muita gente dizia que era muito difícil trazer africanos para a América do Sul e para a Venezuela.

Pois bem, a verdade é que durante séculos os países da América do Sul olhavam para a Europa e os Estados Unidos e não viam o continente africano. Mas a verdade também é que, durante séculos, o continente africano olhava para a Europa e para os Estados Unidos e não enxergava a América do Sul. Não faz muito tempo que nós descobrimos que estamos mais próximos, que temos mais identidade e que, portanto, temos mais similaridades para trabalharmos juntos e construir o nosso futuro.

Eu estou convencido de que a terceira Cúpula será infinitamente melhor do que a primeira, será aperfeiçoada em relação à segunda e, cada vez mais, nós iremos

produzir mais oportunidades e mais políticas comuns entre os países africanos e os países sul-americanos. E certamente, logo, logo teremos outros países da América do Sul, ou melhor, da América Latina querendo participar e nós vamos achar importante que todos participem, porque não é possível que nós repitamos no século XXI os mesmos erros que nós cometemos no século XX, os erros de acreditarmos que a fortuna dos nossos países, o bem-estar dos nossos povos, estariam subordinados à contribuição que os países ricos dariam para nós. Isso aconteceu no continente africano e aconteceu no continente sul-americano. Levou muitas décadas, se levaram até séculos para nós descobriremos que na hora em que nós nos juntarmos, nós poderemos construir muito mais oportunidades entre nós do que as oportunidades que os países ricos criaram para nós em todo o século XX.

Eu penso que esta Cúpula... se nós, ao terminar esta Cúpula, começarmos a trabalhar com um grupo de trabalho fixo sobre temas específicos determinados por nós, e os nossos ministros se encontrem de quando em quando, a gente poderá chegar à próxima Cúpula com resultados extraordinários, sobretudo na

ação política que nós precisamos ter daqui para a frente. Não é possível que a maioria dos países, e a maioria com votos na ONU, a maioria com votos na OMC, a maioria com votos em todos os fóruns multilaterais, a gente não consiga estabelecer a nossa lógica nesses fóruns multilaterais, porque muitas vezes estamos subordinados a orientações políticas que não combinam com aquilo em que nós acreditamos.

Por isso, Chávez, eu estou feliz. Eu, sinceramente, quando vejo esta quantidade de representantes dos países africanos, quando eu vejo aqui todos os governantes com representantes dos governos da América do Sul, eu digo que valeu a pena acreditar, valeu a pena fazer a primeira, valeu muito mais a pena fazer a segunda e, certamente, valerá muito mais a pena a gente sair daqui com a data da terceira, porque a integração África-América do Sul não tem mais retorno. Daqui para a frente será sempre mais forte, sempre mais produtiva e eu acho que nós iremos descobrir, entre nós, oportunidades que nós não descobrimos nas nossas relações seculares com o mundo rico.

Muito obrigado, Chávez.

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA RIO 2016 AO COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI)

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
NA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA RIO 2016 AO COMITÊ
OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI) - COPENHAGUE, DINAMARCA, 02/10/2009

Senhor Presidente,
Senhores e senhoras membros do Comitê
Olímpico,

Companheiros da delegação brasileira,
Amigos e amigas,

Com muito orgulho, represento, aqui, as esperanças e sonhos de mais de 190 milhões de brasileiros. Muitos nos acompanham pela TV neste momento, em telões nas areias de Copacabana, nas vitrines das lojas de São Paulo ou em pequenos televisores às margens do rio Amazonas. Estão todos unidos, torcendo pelo Rio de Janeiro.

Somos um povo apaixonado pelo esporte, apaixonados pela vida. Olhando para os cinco aros do símbolo olímpico, vejo neles meu país. Um Brasil de homens e mulheres de todos os continentes: americanos, europeus, africanos, asiáticos, todos orgulhosos de suas origens e mais orgulhosos de se sentirem brasileiros.

Não só somos um povo misturado, mas um povo que gosta muito de ser misturado. É o que faz nossa identidade. Digo com toda franqueza: chegou nossa hora. Chegou! Entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil é o único país que não sediou os

Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Entre os países que disputam hoje a indicação, somos os únicos que nunca tivemos essa honra. Para os outros, será apenas mais uma Olimpíada. Para nós, será uma oportunidade sem igual. Aumentará a autoestima dos brasileiros, consolidará conquistas recentes, estimulará novos avanços.

Essa candidatura não é só nossa. É também da América do Sul, um continente com quase 400 milhões de homens e mulheres e cerca de 180 milhões de jovens. Um continente que, como vimos, nunca sediou os Jogos Olímpicos. Está na hora de corrigir esse desequilíbrio.

Para o movimento olímpico, essa decisão abrirá uma nova e promissora fronteira. O COI já mostrou ser capaz de enfrentar e vencer desafios. Mantendo acesa a chama da tradição, soube modernizar os Jogos. Introduziu novas modalidades. Abriu-se a novas tecnologias. Atraiu um número cada vez maior de países. O desafio agora é outro: expandir as Olimpíadas para novos continentes. É hora de acender a pira Olímpica em um país tropical, na mais linda e maravilhosa cidade - o Rio de Janeiro.

Para a América do Sul, será um momento mágico. Para o movimento olímpico, uma oportunidade de sentir o calor de nosso povo, a exuberância da nossa cultura, o sol da nossa alegria. E de passar uma mensagem clara para o mundo: as Olimpíadas pertencem a todos os povos, a todos os continentes, à humanidade inteira.

Aprendemos muito nos últimos tempos. Na realização exitosa dos Jogos Pan-Americanos de 2007; nas Olimpíadas, ano passado, em Beijing; na visita às obras do Parque Olímpico de Londres; nos encontros pelo mundo com membros da família olímpica.

Esse é o motivo pelo qual meu governo está tão comprometido com a candidatura do Rio.

Demos todas as garantias possíveis à realização dos Jogos. Aprovamos financiamento significativo e abrangente, conscientes do legado que os Jogos deixarão para o Rio de Janeiro.

Meus amigos e minhas amigas,

O Brasil vive um excelente momento. Trabalhamos muito nas últimas décadas. Temos uma economia organizada e pujante, que enfrentou sem sobressaltos a crise que ainda assola tantas nações.

Vivemos num clima de liberdade e de democracia. Nos últimos anos, 30 milhões de brasileiros saíram da pobreza e 21 milhões

passaram a integrar a nova classe média.

A superação de dificuldades é o que marca a história recente do Brasil e a trajetória de milhões de brasileiros.

Acabo de participar da Cúpula do G-20, em Pittsburgh, na qual se desenhou, por consenso, um novo mapa econômico mundial. Esse mapa reconhece a importância de países emergentes como o Brasil no cenário global e, sobretudo, na superação da crise mundial. Tenho o orgulho, como brasileiro, de ter participado desse processo e de ver o Brasil como parte da solução.

A parceria que a candidatura do Rio propõe à família olímpica leva em conta esse novo cenário, no qual nosso país conquistou o seu lugar.

As portas do Brasil estão abertas para a maior festa da Humanidade: os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, no Rio, uma das mais belas e acolhedoras cidades de todo o mundo.

Precisamos do apoio e da visão de futuro das senhoras e dos senhores.

O Rio está pronto. Os que nos derem esta chance não se arrependerão.

Estejam certos: os Jogos Olímpicos do Rio serão inesquecíveis, pois estarão cheios de paixão, da alegria e da criatividade do povo brasileiro.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL E BÉLGICA: NOVAS FRONTEIRAS DE NEGÓCIOS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL E
BÉLGICA: NOVAS FRONTEIRAS DE NEGÓCIOS - BRUXELAS, BÉLGICA, 05/10/2009

Sua Alteza Real, Príncipe Philippe,
Senhor Yves Leterme, ministro dos
Negócios Estrangeiros da Bélgica,
Senhor Thomas Leysen, presidente da
Federação das Indústrias Belgas,
Companheiros empresários brasileiros,
Empresários belgas,
Senhores embaixadores,
Jornalistas,

Meus amigos e minhas amigas,
Meu caro vice-governador do estado do
Espírito Santo aqui presente, já com uma
proposta para fazer um grande porto de águas
profundas no Espírito Santo.

Meu caro prefeito João Carlos Coser,
prefeito de Vitória, no Espírito Santo,

Meus companheiros, estou vendo agora o
Paulo Sérgio, dos Transportes; meu querido
Miguel Jorge, meu querido Brito,

Meus amigos e minhas amigas,

Tenho grande prazer em participar deste
Seminário. Vamos aprofundar uma parceria
com muita história, mas que está voltada
para o futuro de duas economias dinâmicas
e competitivas.

Tecnologia e investimentos belgas
ajudaram a construir nossa indústria
e infraestrutura urbana. A Companhia
Siderúrgica Belgo-Mineira foi símbolo
pioneiro da industrialização brasileira. Esse
legado nos inspira. Queremos que a Bélgica
amplie ainda mais sua posição de investidor
privilegiado no Brasil.

Em 2008, o estoque de investimentos
belgas no Brasil alcançou US\$ 1,9 bilhão.
Mas, tenho certeza, poderemos fazer muito
mais. O Brasil superou a pequena recessão
que nos afetou. Crescerá este ano e, a partir
de 2010, voltará a crescer ao patamar de 5%
ao ano.

Abrem-se extraordinárias oportunidades
de negócios: as obras do Plano de Aceleração
do Crescimento, os preparativos para a Copa
do Mundo de 2014, para as Olimpíadas de
2016, o trem de alta velocidade entre o Rio de
Janeiro, São Paulo e Campinas e, sobretudo,
a exploração do petróleo na camada pré-sal.
Chegou o momento de voltar a investir. Penso
que as possibilidades para os empresários
belgas estão, sobretudo, em projetos de

logística portuária e hidrovia. Estamos modernizando essa infraestrutura fundamental para a competitividade da economia brasileira. Este é um movimento de duas mãos. O setor privado brasileiro enxerga na Bélgica um portal de acesso prioritário à Europa. Empresas como a Citrosuco, a Votorantim, e a WEG e a Duratex fazem de Bruxelas sua base de operações no continente europeu.

E também temos tecnologia a oferecer. As experiências brasileiras não deixam dúvidas sobre as vantagens competitivas da produção de etanol e do biodiesel. No momento em que a Bélgica busca diversificar sua matriz energética e cumprir metas ambientais, os biocombustíveis oferecem alternativa segura, limpa e eficaz. É natural que acreditemos na aliança empresarial belgo-brasileira.

A AB-Inbev é hoje a maior fabricante de cervejas do mundo e uma das cinco maiores empresas de produtos de consumo. A Sonaca possui três importantes filiais em São José dos Campos, totalmente articuladas com a Embraer, hoje a terceira maior fabricante de aviões no mundo.

Senhoras e senhores,

Fizemos uma aposta mútua e estamos colhendo os frutos. Nosso comércio duplicou nos últimos quatro anos, alcançando a 7 bilhões de dólares em 2008. O Brasil absorve 40% das exportações da Bélgica para a região. Somos seu principal sócio na América Latina.

A crise internacional fez dos países emergentes e em desenvolvimento os novos motores da economia global. No Brasil, bens e serviços belgas encontram mercado alternativo e sólido e confiável contra os choques futuros.

A cooperação econômica também se beneficiará de ações da área científica e tecnológica. Amanhã, a Agência Espacial Brasileira e o Centro Espacial de Liège firmam acordo que facilitará o desenvolvimento de

atividades conjuntas entre firmas e instituições prestadoras de serviços ópticos e espaciais.

A resposta à crise passa, efetivamente, pela geração de emprego pela inovação.

O Memorando de Entendimentos entre a Capes e a WBI beneficiará programas de intercâmbio entre instituições de pesquisa. Vamos produzir sinergias estratégicas em setores de ponta.

Amigos e amigas, em um mundo carente de soluções para desafios globais sem precedentes, o Brasil oferece alternativas. O Brasil, como a Bélgica, leva a sério suas responsabilidades ambientais e sociais. No âmbito do Plano Nacional de Mudança Climática, lançado em dezembro passado, acabamos de concluir o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. Esta é nossa resposta àqueles que questionam a possibilidade de fazer do etanol à base de cana uma nova commodity energética. O Fundo Amazônia é prova de que estamos comprometidos com a preservação de nosso patrimônio ambiental. Mas poderemos fazer mais se a comunidade internacional contribuir com recursos financeiros e tecnológicos adicionais.

Senhoras e senhores, o G-20 tem adotado decisões para superar os momentos mais dramáticos da crise. Na Cúpula de Pittsburgh, na semana passada, tomamos medidas concretas para reformar a governança econômico-financeira e regular os mercados. Não podemos abandonar as políticas anticíclicas de estímulo à demanda. Ao mesmo tempo, temos de concluir a Rodada de Doha. Uma maior abertura de mercados e a eliminação de subsídios darão mais dinamismo à economia mundial, ajudando, sobretudo, os países mais pobres, que são as principais vítimas da recessão mundial. Todo este esforço será em vão, no entanto, sem uma maior vigilância do Fundo sobre o

sistema financeiro. Só evitaremos novas crises com uma supervisão rigorosa, sobretudo dos países que ameaçaram a estabilidade global. No passado, essa supervisão foi exercida apenas sobre os países em desenvolvimento. Hoje, muitos desses países estão ajudando na retomada econômica mundial.

A resposta à crise não está em alimentar novas bolhas especulativas desvinculadas da economia real. Ainda existem trilhões de dólares em ativos tóxicos nas carteiras de muitos bancos, que precisam ser limpos. Para que os agentes privados voltem a recuperar a confiança no mercado é preciso regras claras, previsíveis e válidas para todos. É o que podemos oferecer no Brasil. O Estado brasileiro não abdicou de suas funções de regulação, nem abandonou o pequeno e médio empresário à própria sorte. O Brasil seguirá trabalhando pelo fortalecimento do mercado interno, o que contribuirá para a retomada da demanda global.

Em 2005, Sua Alteza Real, o Príncipe Philippe, chefiou importante missão de mais de 80 empresários belgas ao Brasil. No ano que vem, o Príncipe herdeiro dirigirá nova missão econômica e comercial ao meu país. Encontrará uma economia mais consolidada e empresários com planos mais ambiciosos. Encontrará, uma vez mais, a confiança no potencial de nossa parceria e a certeza de bons negócios.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu queria dizer mais duas palavras, aproveitando a presença do Príncipe aqui, e de tantos empresários belgas interessados na Copa do Mundo do Brasil e nas Olimpíadas. A Bélgica, que nos anos 20, na visita do Rei, começou a investir no Brasil e acreditou no Brasil, tem muito mais razão em 2010 de fazer novos investimentos no Brasil, por uma razão muito simples, que eu sei que é considerada por qualquer investidor do

mundo. O Brasil hoje descobriu que é mais fácil crescer, se desenvolver e distribuir renda se o governo cumpre com a sua parte e age com muita responsabilidade.

Eu confesso a vocês que eu precisava ganhar as eleições no Brasil para provar que o Brasil podia ser um país sério, para quebrar alguns dogmas que de vez em quando eram publicados pelos meios de comunicação, de que o Brasil não podia distribuir renda porque era preciso crescer primeiro.

Durante a década de 70, o Brasil chegou a crescer até 14% ao ano. E, na época, eu era dirigente sindical, e nós ouvíamos dizer que era preciso o bolo crescer mais para que, depois que o bolo estivesse muito grande, distribuir o bolo. O que aconteceu é que o bolo cresceu, alguém comeu e a maioria do povo ficou sem o seu pedaço de bolo. Nós, então, precisávamos provar ao mundo que duas coisas não são incompatíveis: primeiro, o crescimento interno com o crescimento das nossas exportações; segundo, crescer distribuindo renda ao mesmo tempo.

Então, nós ficávamos naquela angústia acadêmica: quem é que nasce primeiro: o ovo ou a galinha? Nós temos que crescer para distribuir ou distribuir para a gente crescer? E nós, então, resolvemos fazer uma aposta em uma coisa que até então não tinha sido feita no Brasil, que foi distribuir renda para colocar uma parte da sociedade, que sempre esteve excluída do desenvolvimento, no mercado consumidor do País.

E o que aconteceu é o que os senhores e as senhoras têm acompanhado pelos jornais e pela imprensa especializada em economia. O Brasil está crescendo de forma mais justa, o Brasil está crescendo de forma mais sustentável, o Brasil está crescendo regionalmente mais do lado mais pobre e um pouco menos do lado mais rico. A renda do trabalhador está aumentando até um pouquinho mais do que

a renda dos empresários na distribuição da riqueza nacional, e a parte mais pobre do Brasil, que era o Norte e o Nordeste, está tendo desenvolvimento muitas vezes maior do que a parte mais rica do País.

E por que isso está acontecendo? Porque quando você fazia qualquer estudo no Brasil você iria constatar uma coisa inaceitável: o maior número de mortalidade infantil, no Nordeste brasileiro; o maior número de desnutrição, no Nordeste brasileiro; o maior número de analfabetismo, no Nordeste brasileiro; e vai por aí afora.

Aí quando você ia estudar, o maior número de universidades, no Sul do País; o maior números de doutores, no Sul do País; o maior número de pesquisadores, no Sul do País; a menor taxa de analfabetismo, no Sul do País; Ou seja, havia uma contradição nas oportunidades criadas pelo Estado para permitir que o Brasil se tornasse um país mais equânime. Aí é que entra o papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Decidir, junto com o investidor, qual é o melhor lugar para fazer um investimento, qual é o lugar que a gente poderia ajudar a desenvolver, porque é esse o papel do Estado. Se não for esse o papel do Estado, não precisa nem de Estado. Os governantes têm que ter alguma responsabilidade. Por exemplo, agora, na recuperação da indústria naval, e os empresários belgas que têm investimento no Brasil e os empresários brasileiros sabem que, na década de 70, o Brasil tinha a segunda indústria naval do mundo, nós só perdíamos para o Japão, e nos anos 90, nós destruimos a nossa indústria naval, nós que tínhamos 50 mil trabalhadores na indústria naval, nos anos 70, caímos para 2.600 trabalhadores no ano 2000.

A nossa gloriosa Petrobras, ela tinha uma direção que dizia que a Petrobras não sabia fazer plataforma, não sabia fazer sonda, não sabia fazer cascos de navios e que, portanto,

nós tínhamos que importar todo esse material de outros países. Nós tomamos a decisão de que nós iríamos construir a plataforma no Brasil, construir a sonda no Brasil e que nós iríamos mostrar que nós tínhamos tecnologia e, por isso, era necessária a decisão política. O que acontece hoje é que as plataformas são produzidas no Brasil até com 75% de componentes nacionais, as sondas são construídas no Brasil com alto componente nacional. E, assim, nós já recuperamos e já temos novamente 50 mil trabalhadores na indústria naval, com a construção dos estaleiros do Rio funcionando corretamente, a construção de estaleiro em Pernambuco, a construção de estaleiro no Rio Grande do Sul, a construção de estaleiro, que vamos começar na Bahia, e a construção de estaleiro, que certamente vamos construir no Ceará.

Uma grande nação, do tamanho do Brasil, que encontra as reservas de petróleo que nós encontramos, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados. Um país que tem a responsabilidade de tomar conta de 360 milhões de hectares de terra da Amazônia, um país que tem a maior quantidade de terras agricultáveis do Planeta e um país que tem 365 dias por ano em que é apto para a agricultura, não pode prescindir de se transformar em uma grande nação.

E acho que o Brasil não pode repetir os erros que cometeu no século XX, onde o Brasil não acreditava em si, onde o Brasil achava que tudo que era feito nos outros países era melhor, que nós éramos coitadinhos e que nós, então, tínhamos que pedir licença para todo mundo, para que nós fizéssemos as coisas.

Eu aprendi, na minha luta sindical, nos anos 70 e nos anos 80, que nenhum interlocutor respeita o interlocutor que não se respeita. E a forma de o Brasil ser respeitado no mundo é, em primeiro lugar, o Brasil acreditar no seu

potencial. O Brasil acreditar em si mesmo. Porque não é possível que um país que tem a terceira fábrica de fabricar avião do mundo e que, para o nosso prazer, muitos aviões que voam na Bélgica são da Embraer, inclusive o avião de Sua Majestade, seja vendido ao mundo apenas como as favelas do Rio de Janeiro ou seja vendido ao mundo apenas como o Carnaval e futebol. Ou seja, no fundo, no fundo, muita gente, nascida no Brasil, se dizendo brasileiro, tem culpa da pequenez com que durante muito tempo as pessoas de fora viram o Brasil.

Nós não temos que contar nenhuma vantagem, não temos que contar nenhuma mentira, nós não temos que esconder nada, nós temos que mostrar o Brasil como ele é. O Brasil, que tem uma população, em uma parte dele, tão rica quanto a Bélgica e que tem, em outra parte dele, gente tão pobre como a África. Nós não temos que esconder isso. O que nós precisamos é assumir o compromisso - e quem for ao Brasil vai perceber - que nós estamos fazendo um processo de reparação naquilo que os que pensavam que sabiam governar fizeram do Brasil. Porque até os anos 70 o Brasil tinha pouca favela e favela era uma coisa poética. Os grandes compositores brasileiros faziam música expondo os poemas sobre as nossas favelas. E foram-se amontoando os pobres encima de pobres, porque a economia brasileira passou praticamente 25 anos crescendo de forma vergonhosa, com uma dívida externa praticamente impagável, com uma inflação que chegava a 80% ao mês. E eu era dirigente sindical nessa época, e eu tinha, na minha consciência e no meu bolso, o que valia o salário da gente em uma inflação. Eu ia ao supermercado com a minha mulher, eu comprava tanta lata de óleo que não cabia no meu armário. Eu nem ia utilizar aquilo durante um ano, mas era um jeito de eu me livrar

da inflação, era um jeito de eu compensar o salário ser corroído 80% ao mês.

Então, eu tinha vontade de ser presidente para provar que era possível governar diferente do que o Brasil era governado. No Brasil, quando se pensava em fazer qualquer política para os pobres, se falava em gasto, qualquer coisa para o rico era investimento. E nós mudamos: é investimento para o rico, mas é investimento para o pobre. Quem é que disse que dar alimento para as pessoas tomarem café de manhã e almoçar é gasto? É investimento puro.

A primeira medida que nós tomamos, no Brasil, foi dizer: não se utiliza a palavra “gasto” em se tratando de investimento em educação. Porque é normal que as pessoas da área econômica digam ao presidente: “Você não pode gastar nisso, você não pode gastar naquilo”. E eu falei: parem com a palavra gasto, porque se falar “investimento” você vai ficar mais feliz e o dinheiro vai aparecer.

Foi assim que nós criamos o Bolsa Família, que hoje garante alimentação básica para mais de 11 milhões de famílias no Brasil. Foi assim que nós fizemos o crédito consignado. Pobre, no Brasil, não entrava em banco, não tinha direito de fazer empréstimo, e nós criamos o crédito consignado que hoje coloca no mercado mais de R\$ 90 bilhões, o equivalente a quase US\$ 50 bilhões.

O pobre brasileiro aprendeu a entrar em shopping e comprar o que comer, comprar iogurte, que até outro dia era coisa de rico no Brasil, só criança abastada podia comer iogurte. Eu lembro, quando eu era metalúrgico, passavam as pessoas vendendo iogurte na rua, a minha mulher tinha três filhos, ela comprava um para cada um, não tinha o segundo. E hoje as coisas estão melhorando porque nós acreditamos que distribuir renda é a melhor forma de fazer o nosso país crescer.

E mostrar que durante a crise econômica o Brasil estava muito preparado, mas ele estava preparado porque nós fizemos um sacrifício antes. Eu, em 2003, fiz o maior ajuste fiscal da história do meu país. Eu duvido que um economista, daqueles bem tradicionais, tivesse coragem de fazer o ajuste fiscal que eu fiz. E eu fiz com a convicção de que eu precisaria trocar o meu capital político para consertar o Brasil.

E hoje, depois de passados alguns meses da crise, eu posso dizer a vocês: o Brasil está sólido, este ano nós vamos ter crescimento positivo. Eu tenho dito aos empresários brasileiros que a economia brasileira não vai crescer mais este ano porque no mês de outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro os empresários brasileiros se deixaram impressionar pelas manchetes dos jornais e meteram o pé no breque, pararam com muitos investimentos, inclusive com projetos que já estavam contratados no nosso banco de investimento. A indústria automobilística brasileira parou completamente. Mas, já em março, quem quisesse comprar um carro tinha que esperar três ou quatro meses para comprar um carro.

Tomamos todas as medidas que tínhamos que tomar. Diferentemente de outros países, que não tinham coragem de mexer com o sistema financeiro, nós compramos bancos, colocamos fundo garantidor para bancos pequenos, assumimos o crédito de financiamento de carro usado, compramos bancos para adquirirmos expertise. E, hoje, a indústria automobilística brasileira é motivo de orgulho para o mundo, porque é a única que está crescendo efetivamente.

Este ano estamos batendo recorde de produção e de venda de carro, caminhões e tratores. Isso porque, na época da crise do alimento, nós tomamos uma atitude de

financiar 100 mil tratores para a agricultura familiar e 300 implementos agrícolas, num financiamento de R\$ 25 bilhões, mais ou menos US\$ 13 bilhões. E em dez meses, esse programa vendeu 12 mil tratores aos agricultores familiares. Normalmente...o Tigre está aqui, que é o companheiro da Federação dos Empresários do Rio Grande do Sul, onde tem muita produção de máquinas agrícolas, ele sabe que 70% da venda dos tratores, hoje, no Brasil, é vendida para o pequeno agricultor, financiada por esse (incompreensível).

No auge da crise do subprime, nós anunciamos a construção de 1 milhão de casas populares e tomamos a decisão de desonerar muitas das coisas de material da construção civil.

Eu, quando disse que a crise no Brasil seria apenas uma marolinha, talvez uma marolinha um pouco maior, mas o dado concreto é que nós tínhamos a convicção de que o PAC, nós criamos em 2007, o PAC não foi por conta da crise... Nós temos US\$ 359 bilhões até 2013, gerando estradas, gerando portos, ferrovias, hidrovias, hidrelétricas, saneamento básico nas favelas, urbanização, casas populares... Em algum momento a crise tinha que se afastar. E foi exatamente o que aconteceu.

Para que os empresários belgas tenham clareza, possivelmente eu tenha sido o empresário, o Presidente que mais assustou empresários brasileiros, no passado. Eu duvido que tenha um presidente que tenha tratado eles com a dignidade e com o respeito que eu tenho tratado, chamando-os a participar da elaboração das políticas que o governo precisa colocar em prática, da mesma forma que chamamos os trabalhadores. Cada vez que vamos fazer uma política de desoneração, nós chamamos os empresários, mas chamamos os trabalhadores, para saber qual é a parte que os trabalhadores vão ganhar naquela política de

desoneração que o Estado faz. E isso me dá a garantia de que o Brasil finalmente encontrou o seu destino, a sua vocação de ser uma grande nação.

Segundo o Banco Mundial, em 2016, se nós continuarmos crescendo, nós vamos ser a quinta economia do mundo. E posso dizer para vocês: é muito importante que esse crescimento seja em parceria com os empresários belgas, porque a América do Sul tem 400 milhões de habitantes, porque todos os países têm um potencial de crescimento extraordinário, porque todos foram asfixiados durante 25 anos... E acho que, tanto o Brasil pode utilizar a Bélgica como parceira, para a Europa, como a Bélgica pode utilizar o Brasil para os seus parceiros na América do Sul e na América Latina. O que está claro para mim, o que está claro para mim é que essa crise, ela aconteceu para nos ensinar algumas coisas. Primeiro, o sistema financeiro tem que ser regulado. Nós não temos o direito de admitir, enquanto governantes, que o sistema financeiro ganhe rios de dinheiro sem financiar um lápis, um sapato, uma caneta ou um parafuso. Não é possível. O sistema financeiro não pode viver da troca de papéis entre bancos, pagando bônus milionários a pessoas que os levaram à falência e que ainda não tem nenhum preso. Mas levaram os bancos à falência e nós, então, agora aprendemos.

Eu fico feliz porque, hoje, eu vou a uma reunião com o presidente Obama, com o Hu Jintao, com o primeiro-ministro Singh, com o Sarkozy, com o Gordon Brown, com o Berlusconi, com a Angela Merkel, com todos, com todos, e eu percebo que todo mundo agora está preocupado em regular o sistema financeiro.

No Brasil, ele já era regulado. No Brasil, os bancos não podiam alavancar mais que dez vezes o seu patrimônio líquido. E no chamado

mundo desenvolvido, se nós quisermos pegar alguns países como os Estados Unidos, que não tinha limite de alavancagem, ou seja, as pessoas estavam emprestando e financiando o que não tinham.

Então, essa crise é um momento extraordinário, inclusive para a gente repensar as nossas parcerias estratégicas em nível comercial, no âmbito internacional. Quanto mais pulverizada nós tivermos a nossa relação comercial, quanto mais países nós tivermos vendendo e comprando, quanto menos nós dependermos de um ou de outro bloco, mais sorte nós teremos de nos livrar da crise econômica.

Quando nós assumimos o governo, o Brasil tinha sua balança comercial quase 30% com a Europa e quase 30% com os Estados Unidos, era mais ou menos equilibrada. E o restante era com o resto do mundo mas, sobretudo, uma boa parte com a América do Sul e a América Latina.

Nós tomamos a decisão: priorizar nossa relação com a América Latina, a partir do Mercosul; priorizar a nossa relação com o continente africano, porque os brasileiros pegavam um avião, passavam por cima da África e nem olhavam para o continente africano. E nós visitamos, no primeiro mandato, 21 países africanos, para estabelecer relações políticas, culturais, inclusive de agradecimento pelo o que os africanos fizeram no Brasil, quando escravizados, e agradecê-los, porque a nossa cor e o nosso jeito de ser têm muito a ver com a mistura que se deu entre índios, europeus e africanos.

Depois, nós fomos para o Oriente Médio, uma coisa fantástica. Desde 1847, 1847, que uma autoridade brasileira não ia ao Líbano, não ia à Síria e não ia a quase todos os países árabes, porque não era importante ir para lá. Eu lembro que nós fizemos uma feira,

em Dubai, que gastamos US\$ 500 mil para fazer a feira, US\$ 500 mil. Vendemos no dia seguinte US\$ 50 milhões, mas a pequenez de alguns era apenas de dizer que nós tínhamos gasto US\$ 500 mil para fazer uma feira. As pessoas acham que os outros têm que comprar coisas do Brasil porque o Brasil é pobrezinho, porque tem a Amazônia, porque tem índio, porque tem um metalúrgico dirigindo. Não. As pessoas vão comprar coisas do Brasil quando o Brasil tiver competitividade e qualidade para disputar no mercado internacional. E é isso que nós queremos de vocês, companheiros empresários belgas.

É essa competência histórica que vocês adquiriram, esse conhecimento, que irmanados ao nosso conhecimento, vão poder permitir que a Bélgica seja maior e que o Brasil seja maior e que nós dois juntos tenhamos mais importância no cenário político, econômico e comercial do mundo.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.

III CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA III CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA - ESTOCOLMO, SUÉCIA, 06/10/2009

Quero cumprimentar o nosso companheiro Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional das Indústrias do Brasil,

Quero cumprimentar os senhores e as senhoras embaixadores,

Empresários,

Meus amigos e minhas amigas do Brasil e da Suécia,

Estamos aqui para dar uma nova dimensão às relações econômicas entre países que querem aprofundar uma longa e duradoura parceria. Minha admiração pela Suécia vem desde meu tempo de líder sindical. Aqui descobri que patrões e empregados podem cultivar uma relação de respeito e cooperação. Esta é base do modelo de bem-estar social e altíssimo índice de desenvolvimento humano que este país conquistou. Foi também uma inspiração quando eu trabalhava no chão da fábrica e continua sendo, agora que estou na Presidência do Brasil.

Há mais de um século, empresas europeias vêm se instalando no Brasil, consolidando uma aliança exemplar entre nossos países. São Paulo é uma verdadeira cidade industrial

europeia: são centenas de empresas gerando milhares de empregos. O estoque de investimentos de países da União Europeia no Brasil é de US\$ 142 bilhões. E, hoje, capitais brasileiros começam a fazer o caminho inverso, levando tecnologia e experiência brasileiras. Não surpreende, portanto, que, entre 2003 e 2008, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Suécia praticamente triplicou, passando de US\$ 938 milhões para US\$ 2,28 bilhões.

Não surpreende que, entre 2003 e 2008, o comércio entre a União Europeia e o Brasil tenha passado de US\$ 31 bilhões para US\$ 82 bilhões. Estamos criando as condições para multiplicar esses avanços e identificar novos horizontes de cooperação.

Amigas e amigos,

É essa nossa resposta à crise internacional. O Brasil resistiu, de forma sólida, à instabilidade dos mercados financeiros internacionais. Perseguimos uma política econômica consistente e o Estado brasileiro não abdicou de sua função reguladora. Já retomamos a trajetória de crescimento.

O Brasil vive hoje um ciclo virtuoso amparado por um mercado interno pujante

com expansão da renda dos trabalhadores, controle da inflação e queda dos juros - os mais baixos dos últimos anos. O resultado é a ascensão de uma classe média robusta, que já representa mais da metade da população. Ao mesmo tempo, os programas sociais do governo redistribuíram renda e reduziram de forma dramática os níveis de pobreza. Hoje, todo brasileiro é um pequeno ou um grande potencial consumidor.

Esse ciclo de expansão só será duradouro se eliminarmos os conhecidos gargalos logísticos em matéria de infraestrutura energética e transportes. Por isso, o governo está executando um plano ambicioso de investimentos que farão do Brasil um canteiro de obras: os projetos do Plano de Aceleração do Crescimento, a Copa do Mundo de 2014, o trem bala ligando o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas e, agora, os Jogos Olímpicos de 2016, no Brasil.

Também estamos investindo na conectividade digital. Dobramos para 64 milhões o número de usuários de internet nos últimos quatro anos. Ganha a sociedade, com comunicações mais rápidas e seguras, e ganha o setor privado, com excelente oportunidade para investimentos.

Senhoras e senhores,

Em um momento em que o mundo vive o desafio da mudança climática, europeus e brasileiros estão demonstrando que é possível crescer de forma saudável, em harmonia com o meio ambiente. E podemos fazer tudo isso garantindo a segurança energética global. Sabemos da urgência de encontrarmos alternativas renováveis, limpas e eficientes. Nossos países estão decididos a reduzir de forma drástica nossa dependência dos combustíveis fósseis. Estamos desmistificando a noção de que a expansão dos biocombustíveis seria ameaça à segurança alimentar e à preservação das florestas.

No Brasil, cresce a produção de alimentos. Em 2009, a taxa de desmatamento será a menor dos últimos 20 anos. Graças ao rigoroso controle das queimadas, diminuiremos, até 2020, em 4,8 bilhões de toneladas a emissão de CO₂. Isso representa mais do que a soma dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos.

O Brasil está pronto a contribuir com os esforços europeus de incorporar os biocombustíveis em sua matriz energética. A Suécia é parceira consolidada neste desafio de explorar o potencial das fontes alternativas. A entrada em vigor do nosso acordo bilateral sobre cooperação em bioenergia reforça a posição estratégica da Suécia como principal mercado europeu para o etanol brasileiro.

O resultado já se vê nas ruas de Estocolmo, onde ônibus e outros veículos circulam movidos a etanol brasileiro. Por meio de projetos triangulares, também queremos levar a revolução dos biocombustíveis para a esfera internacional. O Brasil está entusiasmado com perspectivas de levar tecnologia, segurança energética e alternativas de emprego e renda para a África, América Latina e Caribe.

Senhoras e senhores,

Sob a presidência sueca, estou convencido que podemos fazer da parceria estratégica Brasil-União Europeia uma poderosa voz na defesa de uma governança global mais justa e solidária.

Contamos com a liderança europeia para ajudar a garantir que o G-20 cumpra seu solene compromisso de concluir rapidamente a Rodada de Doha. Só assim faremos do comércio internacional um instrumento efetivo de desenvolvimento, sobretudo para os países mais pobres.

No combate à pobreza, sei que também podemos contar com o empenho dos empresários em favor do cumprimento das Metas do Milênio da ONU. São todas medidas

que farão um mundo mais justo, mas também de mais consumidores.

Senhoras e senhores,

Parto de Estocolmo com a certeza de que esta também é a visão dos empresários europeus e brasileiros aqui reunidos. Temos a oportunidade de consolidar definitivamente uma parceria exemplar, guiada por laços de complementaridade e por um compromisso com a construção de um mundo mais solidário. Confio em que este Seminário será um passo concreto nessa direção.

Meus amigos e minhas amigas, permitam-me agora dois minutinhos. O intérprete me perdoe, mas duas coisas importantes.

Tudo o que eu queira falar aqui, ou que já tenha falado o Ministro Miguel Jorge, ou que já tenha falado um outro empresário, nós não conseguiremos dar a dimensão das coisas que estão acontecendo no Brasil. O fato mais concreto, meu caro José Emanuel Durão, meu caro Primeiro-Ministro da Suécia... o que está acontecendo no Brasil, hoje, em primeiro lugar, é o fato de os brasileiros terem aprendido a gostar de ser brasileiros. Esse é o dado mais extraordinário, que é a recuperação da autoestima de um povo que durante décadas teve a sua autoestima jogada para baixo, porque a eles foi dito, durante muito tempo, que tudo o que nós fazíamos era inferior e que, portanto, nós tínhamos que ser tratados como cidadãos de segunda classe.

A segunda coisa, é que nós fizemos, possivelmente, a política mais responsável das últimas décadas no nosso país. Todo mundo lembra o que nós fizemos em 2003, enquanto ajuste fiscal. Possivelmente, um economista preciso e inteligente não faria o ajuste fiscal que eu fiz em 2003. E eu só fiz porque nós tínhamos muito capital político e era possível trocar o capital político por fazer as coisas que nós acreditávamos e que sabíamos que depois nós iríamos colher os

bons resultados que estamos colhendo hoje.

Nós, como uma formiga, trabalhávamos enquanto outros cantavam; trabalhávamos e economizávamos enquanto outros queriam que nós fizéssemos a coisa de forma atabalhoada, sem que a gente desse os passos corretos que a economia do Brasil precisaria dar. O que as pessoas não se lembram é que eu fui dirigente sindical durante um bom tempo em meu país, e eu vivi com dezenas de planos econômicos, verdadeiras mágicas inventadas e anunciadas em um belo dia como se fossem a salvação do nosso país. E, passados alguns meses, o plano terminava, os prejudicados entravam na justiça, a União pagava os esqueletos que iam se amontoando todo santo ano no nosso país.

Eu vivi no Brasil com inflação a 80% ao mês e, portanto, eu não sei de jornais e não sei de livros, os efeitos da inflação na vida de quem vive de salário no país. Quem vive de especulação não sente a inflação, quem vive de salário sabe o que é a inflação de 80%. Por isso é que nós resolvemos fazer do controle da inflação quase que uma profissão de fé. Ela não vai voltar a subir no Brasil, porque nós sabemos que, quando ela voltar, quem perde é aquele que recebe salário no final do mês: são os aposentados e é a parte mais pobre da população do nosso país.

Ao mesmo tempo, nós tomamos a atitude... e isso é importante dizer e repetir até as pessoas entenderem que não era correta aquela tese de que você só pode distribuir se a economia crescer. Empresários suecos que têm empresas no Brasil sabem o que aconteceu na década de 70, no final da década de 60, no Brasil, quando a economia chegava a crescer 14% ao mês e que diziam para nós... Ao ano, ao mês era demais. Bem, que crescia 13, 10, 8, 14% ao ano e que diziam para nós: Olhem, primeiro a economia tem que crescer, quando ela crescer nós vamos distribuir. E essa economia cresceu

de 1950 a 1980 os números que a China está crescendo hoje: E, quando veio a crise da dívida externa, nos anos 80, o que a gente descobriu é que alguém tinha comido o bolo que era para a gente comer. Não sobrou bolo para o povo comer.

Pois bem, nós resolvemos fazer um teste e resolvemos provar que a tese acadêmica que você só pode distribuir se crescer, nós provamos que era possível crescer e simultaneamente distribuir ou, às vezes, até você distribuir para que a economia pudesse crescer. Nós passamos a fazer política de transferência de renda aumentando o salário mínimo, criando o Bolsa Família e fazendo políticas sociais que eram para garantir que uma grande parte da população que vivia fora do mercado pudesse entrar no mercado.

Meu caro Primeiro-Ministro, meu caro Durão Barroso, eis que, quando a crise chegou, quem sustentou o comércio brasileiro foi exatamente a parte pobre do País. Você que conhece bem o Brasil, se você for ao Nordeste brasileiro, você vai perceber que os shoppings do Nordeste estão vendendo mais do que os shoppings do Sudeste, porque lá tem mais gente ganhando salário mínimo. As políticas sociais, por menor que seja a quantia em dinheiro que a pessoa receba, elas fazem mais efeito nos lugares mais pobres do País. E, hoje, nós podemos afirmar, aqui, aos empresários suecos: os brasileiros já sabem que quem evitou que o Brasil tivesse uma crise profunda foi, de um lado, o povo pobre consumindo e a classe média brasileira e, de outro lado, o Estado cumprindo com o seu papel de indutor e de regulador da economia.

Eu fiquei muito triste quando percebi que países ricos, importantes, não tinham sequer um banco de referência. Os empresários que têm empresas no Brasil sabem que foi graças à existência do BNDES, graças à existência do Banco do Brasil e graças à existência

da Caixa Econômica Federal que o nosso crédito não sucumbiu como sucumbiram os créditos de outros países. E quando a crise deu sinais de que o crédito tinha desaparecido, nós não vacilamos um minuto, passamos a comprar bancos. Compramos um banco importante em São Paulo; compramos um outro banco importante que tinha a maior carteira de financiamento de carro usado; estabelecemos um seguro garantidor para que os bancos pequenos pudessem captar recursos; garantimos a esses bancos o seu funcionamento. E aquilo que a gente dizia que a crise no Brasil seria uma “marola”, um pouco mais alta, um pouco menor, a verdade é que o Brasil foi o último a entrar na crise e foi o primeiro a sair da crise. Não perdemos um minuto em tomar todas as medidas que tivemos que tomar de financiamento, de redução de impostos, nos setores mais importantes da economia, para que a economia brasileira voltasse a funcionar.

Hoje, passado um ano do auge da crise... porque a crise eu divido em dois momentos, Durão Barroso: eu divido primeiro no subprime, que era só a especulação habitacional nos Estados Unidos, a dívida das famílias e depois, com a quebra do Lehman Brothers, porque aí o crédito realmente desapareceu. Pois bem, um ano depois da quebra do Lehman Brothers, do desaparecimento de crédito, o Brasil hoje... Eu vou dar um dado para vocês e para você que entende bem do Brasil, Durão Barroso: quando nós chegamos, em 2003, no governo, o Brasil total tinha 380 bilhões de créditos; hoje, só o Banco do Brasil tem isso. O crédito que representava 23%, hoje representa mais de 43%. Em uma demonstração de que as medidas rápidas que o Estado tomou... porque é engraçado, nas pesquisas feitas, na hora em que o sistema financeiro quebra, a única coisa respeitada no mundo, em que as pessoas confiavam, era o Estado.

E foi muito engraçado porque eu lembro que eu até telefonei para o Obama e contei da experiência do Banco do Brasil, contei da experiência da Caixa Econômica porque era visível que eles tinham salvado parte da economia brasileira. Mesmo quando a indústria automobilística brasileira se acovardou e pôs o pé no breque, o carro estava andando a 100 por hora pisou com o pé no breque com muita força, deu férias coletivas no mês de dezembro, desempregou gente no mês de janeiro, quatro meses depois a indústria automobilística brasileira já voltava a bater recorde de produção. E hoje, nós já somos o quinto produtor de automóveis do mundo e estamos produzindo recordes no ano de 2009, mais do que produzimos no ano extraordinário, que foi 2008.

Qual é a lição que nós tiramos de tudo isso? Primeiro, é que nós não podemos repetir os erros que nós cometemos antes da crise. O sistema financeiro tem que existir, somos gratos ao sistema financeiro, mas eles têm que existir para financiar o desenvolvimento dos países e não para pagar bônus muito altos a metas nem sempre cumpridas e, quando cumpridas, são cumpridas não com a fabricação de produtos, com o financiamento de produtos, mas com troca de papéis: eu dou um papel para o Durão Barroso, que dá um papel para o Primeiro-Ministro, que dá um papel para o presidente da Federação, que dá um papel para o Presidente, que dá um papel para o Armando Monteiro, que dá um papel para vocês. No final, todo mundo ficou rico e não gerou um microfone desses, não gerou um copo desses. Não há economia que se sustente em um mundo assim, não há.

Então, eu fico muito feliz quando, junto com os companheiros aqui, participo do G-20 e percebo que essa não é uma preocupação do presidente do Brasil, é uma preocupação da União Europeia, é uma

preocupação da Suécia, é uma preocupação dos Estados Unidos, é uma preocupação de todos os países do mundo, porque, na verdade, nós não precisaríamos ter passado a crise que nós passamos.

E por que eu acho que os empresários suecos, que há cem anos acreditaram no Brasil e fizeram investimentos, têm que fazer mais agora? Porque agora nós acabamos de conquistar as Olimpíadas, porque agora nós vamos fazer a Copa do Mundo de 2014. E se a Suécia quiser repetir a final de 58, tem que fazer investimento no Brasil. E porque agora nós temos o pré-sal, e porque agora nós temos mais de US\$ 359 bilhões para investimento, só da Petrobras, 178 bilhões até 2017.

E nós queremos que vocês que estão no Brasil há tanto tempo... até a primeira greve que eu fiz na vida foi em uma empresa sueca! Eu só cheguei à Presidência por causa daquela greve, da nossa querida Scania-Vabis do Brasil.

Então, é importante, é importante. E eu tenho chamado a atenção dos empresários brasileiros, que os empresários brasileiros precisam não ter medo de virar empresários multinacionais. É importante que a gente construa parceria. Porque o Brasil, de vez em quando, se comporta como se fosse um país pobrezinho.

O Brasil, Durão Barroso, quer participar da governança global, e o Brasil tem que saber que participar da governança global tem mais responsabilidade. Nós temos que colocar dinheiro, em vez de pedir dinheiro, nós temos que ajudar a financiar, nós temos que garantir que as coisas funcionem corretamente. Por isso que os empresários brasileiros precisam aprender a investir no exterior, fazer parceria com outras empresas, porque uma empresa multinacional é muito importante para um país, é uma bandeira do Brasil em qualquer lugar do mundo que ela

for. E os empresários suecos, que já sabem o que é o Brasil, podem construir parcerias com as empresas brasileiras.

Eu vou dizer uma coisa, para terminar: nós passamos muito tempo jogando oportunidades fora. Acho que tem poucos países no mundo que tiveram tantas oportunidades e jogaram tantas oportunidades fora. Um pouco por conta disso, um pouco porque, no Brasil, nós gostamos de falar mal de nós. O Brasil, acho que é o único povo que conta piada das suas próprias desgraças. É uma coisa fantástica! E, muitas vezes, nós éramos induzidos a não acreditar.

Eu lembro, agora, que nós fomos disputar essas Olimpíadas, quantas vezes eu vi na televisão: “Ah, o Brasil não tem condições. O Brasil vai disputar com Chicago, vai disputar com Tóquio, com Madri. Quem é o Brasil? Se enxerga, Brasil”. Era como se nós não pudéssemos ter uma Olimpíada.

Ora, o que os países já tiveram, com raríssimas exceções, que são mais do que nós? Mais ricos? Mas quem é que tem mais criatividade do que o povo brasileiro? É só perguntar para os empresários estrangeiros que têm fábrica no Brasil, que eles vão te dizer que os empresários mais criativos do mundo e que aprendem com mais facilidade, são os trabalhadores brasileiros.

Tinha gente que achava, Durão Barroso, que a gente não poderia fazer a Copa do Mundo, porque não estava preparado. Ora, se nós fizemos uma em 1950, por que não poderíamos fazer em 2014?

Então, eu acho que isso está sendo superado aos poucos. Nós estamos aprendendo a gostar do Brasil, nós estamos aprendendo a ver que o Brasil produz melhor.

Eu trabalhei na Villares 17 anos. E eu fazia uma peça... era uma empresa com o Japão. A gente fazia umas roldanas para aquelas

escavadeiras, para aquelas de tirar essas águas... aquela escavadeira que limpa os rios, aí. A roldana que nós fazíamos no Brasil era dez vezes melhor do que aquela feita no Japão, melhor acabamento, fantasticamente. Eu mesmo fazia, melhor do que os japoneses.

Você passava o dedo na do Japão, você se cortava, você passava o dedo na do Brasil, vinha a vontade de você ficar alisando, assim, de tão lisa que era. E nós achávamos que o Japão era melhor do que nós. Ora, eles são mais ricos do que nós, eles têm mais dinheiro do que nós, mas não são melhores do que nós. É isso que nós temos que acreditar.

É por isso que eu queria convidá-los, os que já estão lá a continuarem fazendo os investimentos no Brasil, e, os que não estão ainda, não percam a oportunidade, porque nós aprendemos a crescer, aprendemos a entender que o Brasil pode ser uma grande economia. E trabalhamos com a convicção, Durão Barroso, que se a situação continuar do jeito que está, até 2016, nós estaremos entre a 5ª ou a 6ª economia do mundo. Aí, se o G-8 continuar, eu quero saber se vou ser chamado para o G-8, como titular. Porque a verdade é que, hoje, discutir economia tem que lembrar da China, da Índia, do Brasil, da África do Sul, de alguns países africanos. Não é possível a gente esquecer esses países.

Então, eu queria convidá-los a conhecer este novo Brasil. Queria que o Armando Monteiro fizesse uma série de seminários, que levasse para conhecer as coisas que estão acontecendo no Brasil, a quantidade de investimento que a Petrobras vai fazer, a parceria que vocês podem construir conosco, na construção de plataformas, na construção de navios, na construção de sondas. Só a Petrobras, são 200 navios encomendados. Nós vamos precisar de muitos estaleiros, porque nós vamos começar a buscar o petróleo lá no fundo do mar, são 7 mil metros de profundidade. A única

preocupação que eu tenho é que se a gente perfurar muito é capaz de a gente trazer um japonês na ponta da broca, de tão fundo que é o nosso petróleo.

É com essa convicção que eu queria convidá-los, companheiros suecos, companheiros da União Européia, a continuarem acreditando no Brasil. Porque o Brasil não vai jogar fora o século XXI como jogou fora o século XX.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO
PELOS REIS DA SUÉCIA - ESTOCOLMO-SUÉCIA**

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO PELOS REIS DA SUÉCIA
- ESTOCOLMO-SUÉCIA, 06 DE OUTUBRO DE 2009, 06/10/2009

Com grande alegria volto à Suécia, onde sempre sou acolhido com generosidade e afeto, como todos os brasileiros. Foi assim em minha primeira vinda, como sindicalista, nos anos 80, ou em 2007, quando realizei Visita de Estado a convite do Casal Real. Esta é a tradição sueca. Receber a todos, sem distinção, com braços abertos e hospitaleiros.

Esse afeto é recíproco e leva um nome muito especial, o da Rainha Sílvia. Em sua mais recente visita ao Brasil, em novembro passado, ela participou, junto com Marisa, de evento organizado pela Fundação Mundial para a Infância. Seu carinho com as crianças do Brasil espelha um compromisso com o futuro do país onde mantém raízes e milhões de admiradores.

Majestades,

Solidariedade e confiança no futuro. São esses mesmos sentimentos que forjaram a amizade entre nossos dois países. Defendemos o multilateralismo como a garantia maior da paz.

Valorizamos a democracia moldada na luta pela justiça social. Sabemos que não há desenvolvimento sustentável se não

cuidarmos da saúde do mundo que vamos legar às próximas gerações.

O mecanismo de consultas políticas que estamos lançando entre nossas Chancelarias multiplicará nossa capacidade de levar nossa parceria para a agenda internacional.

Nossa aliança é cada vez mais necessária num mundo confrontado com desafios sem precedentes. Ela é especialmente oportuna quando celebramos, aqui em Estocolmo, a III Cúpula da Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Européia.

Estou seguro de que, sob a Presidência sueca, Brasil e União Européia aprofundarão uma sólida parceria em temas cruciais para a comunidade internacional.

Na recente Cúpula do G-20, o Brasil e a União Européia mostraram que, juntos, podem contribuir decisivamente na defesa de uma governança global mais legítima e eficaz.

A Suécia soube resistir à tentação do dogmatismo do mercado. Não questionou as responsabilidades estratégicas do Estado na condução da economia.

Assim como a Suécia, sabemos que, sem a necessária regulamentação e supervisão do

sistema financeiro, corremos o risco de incidir nos abusos do passado.

Não podemos tampouco postergar ainda mais a conclusão da Rodada de Doha.

Contamos com o empenho da Suécia para eliminar um dos maiores entraves à retomada do crescimento e ao desenvolvimento dos países mais pobres.

Ao aproximar-se a Cúpula de Copenhague, precisamos encontrar soluções para a mudança climática sem frustrar as expectativas de desenvolvimento dos países mais pobres.

Por meio do Fundo Amazônia, o Brasil vem demonstrando que dispõe de vontade política e capacitação técnica para oferecer uma resposta a esse desafio.

Em Copenhague, apresentaremos números que confirmam nossa contribuição efetiva para a redução das emissões de gases de efeito estufa. A criação de um mercado internacional de biocombustíveis pode ser poderoso instrumento para responder a esse desafio.

Por isso, alegro-me com os avanços na implementação do acordo sobre bioenergia, que assinamos durante minha visita em 2007.

Fico especialmente entusiasmado com a perspectiva de levarmos essa cooperação tecnológica em biocombustíveis para terceiros países. Estaremos assim também colaborando para a superação da pobreza e da insegurança energética em muitos países pobres, sobretudo na África.

Majestades, Senhoras e Senhores,

Nossa parceria se fundamenta em bases robustas. O Plano de Ação da Parceria Estratégica, que concluímos hoje, faz mais do que espelhar a riqueza de nosso diálogo e a amplitude de nossos interesses.

Ele oferece um roteiro para continuar a aprofundar essa aliança também nas áreas ambiental, de defesa, de energia renovável, de ciência e tecnologia e de educação e cultura.

É o que prevê o Acordo de Cooperação em Economia, Indústria e Tecnologia, que estamos assinando. Vamos reforçar nossa parceria em inovação em alta tecnologia industrial.

O Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos que hoje constituímos ajudará a ampliar e diversificar nossas trocas. Temos motivos para otimismo, pois as oportunidades são incontáveis. Foi o que verifiquei no encontro que mantive hoje com importante grupo de empresários suecos.

Majestades,

Aguardo o prazer e a honra de receber o Casal Real no Brasil, em março do próximo ano, quando espero poder retribuir a gentileza e a cálida amizade com que fui recebido nas duas visitas que fiz à Suécia no espaço de pouco mais de dois anos.

É com esse espírito que proponho um brinde ao êxito do Governo sueco à frente do Conselho da União Européia, à felicidade de Vossas Majestades e de toda a Família Real, e à prosperidade deste extraordinário país e de seu povo.

Obrigado.

SEMINÁRIO EMPRESARIAL “BRASIL-COLÔMBIA: NOVAS FRONTEIRAS PARA AS RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS”

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL “BRASIL-COLÔMBIA: NOVAS FRONTEIRAS PARA AS RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS” - SÃO PAULO, 19/10/2009

Meu querido amigo presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe,

Meu caro amigo José Serra, governador do estado de São Paulo,

Senhor Jaime Bermúdez, ministro das Relações Exteriores da Colômbia,

Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Senhor Luis Guillermo Plata, ministro do Comércio, da Indústria e do Turismo da Colômbia,

Companheiro Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil,

Meu caro amigo Paulo Skaf, presidente da Fiesp,

Meu caro Luis Carlos Villegas, presidente da Associação Industrial da Colômbia,

Senhores embaixadores e integrantes das delegações brasileira e da Colômbia,

Amigos empresários e empresárias,

Companheiros da imprensa,

Meus amigos e minhas amigas,

Esta é a quarta vez que recebemos o presidente Uribe, só neste ano.

A Colômbia e o Brasil estão fazendo uma aposta numa parceria fundamental para o futuro de nossos países e da América do Sul.

Sua localização estratégica e vocação para unir o Atlântico e o Pacífico tornam a Colômbia um sócio indispensável do Brasil neste projeto de integração regional.

No momento em que a economia global se debate com uma recessão sem precedentes, nosso continente já está retomando o seu crescimento.

Apresentamos todas as condições para transformar nossa região em pólo dinâmico da economia mundial. Possuímos um mercado de 400 milhões de consumidores e um parque produtivo avançado.

Somos uma região de paz, rica em energia e abundante em recursos naturais.

Estamos dotando o continente dos instrumentos necessários para financiar o nosso desenvolvimento. O Banco do Sul vem somar-se à CAF como mecanismo fundamental de sustentação do nosso projeto de integração.

Medidas inovadoras, como o sistema de pagamentos em moeda local, tornarão nosso intercâmbio mais ágil e barato.

Senhoras e senhores,

Em 2004, afirmei que a Colômbia e o Brasil tinham todas as condições para dobrar o comércio em poucos anos. Cumprimos nossa promessa, Uribe. Em 2008, nosso intercâmbio ultrapassou os US\$ 3 bilhões, com um crescimento de quase 100% das exportações colombianas, se bem que ainda o déficit é grande para a Colômbia.

Estamos equilibrando e ampliando essas trocas. A conclusão das negociações Mercosul-Colômbia sobre serviços, certamente, ampliará o leque de oportunidades.

Enfrentamos agora novo desafio. O de demonstrar que temos todas as condições de ser um dos motores dessa recuperação do crescimento na nossa América do Sul.

É esta a visão que trouxe o presidente Uribe a São Paulo, à frente de importante delegação de homens de negócios.

Queremos hoje aprofundar as parcerias estabelecidas entre empresas brasileiras e fornecedores colombianos, em recente visita a Bogotá.

Nossa economia cresce, abrindo espaço para importação de bens e serviços de qualidade.

Os empresários brasileiros já identificaram as vantagens dessa parceria. Somos o terceiro maior investidor na Colômbia. Investimentos brasileiros de US\$ 1,3 bilhão estão presentes nos mais variados setores da economia colombiana.

Assim como o Brasil, a Colômbia aposta nos investimentos em infraestrutura como resposta à crise. Só a Rota do Sol, rodovia que ligará Bogotá à costa atlântica, envolve investimentos da ordem US\$ 2,6 bilhões.

E, certamente, as empresas brasileiras esperam participar desta que será a maior obra viária do país.

Essa é uma via de duas mãos. A empresa colombiana ISA arrematou um bloco de exploração de petróleo na Bacia de Sergipe-Alagoas.

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos apostando também nas energias renováveis. Nossos países estão na vanguarda do desenvolvimento de fontes alternativas. As metas ambiciosas adotadas pelo governo Uribe garantem a adição de 10% de etanol à gasolina, e 100% dos veículos novos serão flex fuel até 2016.

As condições para isso estão asseguradas. Estamos concluindo acordo que ampliará a produção de cana para um milhão de hectares. Portanto, vamos gerar empregos, renda e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Temos todas as condições de assumir uma posição de liderança na Conferência de Copenhague. Para tanto, propus ao presidente Uribe uma reunião em Manaus com todos os presidentes da região amazônica, a fim de coordenar uma posição conjunta para a Conferência do Clima em Copenhague.

Assim como o Brasil, a Colômbia acredita que a segurança energética é plenamente compatível com a segurança alimentar. Por isso, o Brasil apoia a modernização da agropecuária colombiana. O BNDES pode financiar a revitalização do setor de frigoríficos, laticínios e maquinário agrícola.

São todas medidas que farão da Colômbia um dos principais polos industrial, agropecuário e energético da América do Sul. Levarão também à região Norte do Brasil os benefícios da integração de nosso continente.

Precisamos agora trabalhar para aumentar o turismo e multiplicar as conexões aéreas. A fusão entre a Avianca e a Taca é um passo

fundamental nessa direção. Finalmente, nossos empresários não terão mais de fazer escala em Miami para poder realizar negócios.

O esporte também multiplica oportunidades. É o que promete a realização no Brasil da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, e veja que eu já disse ao companheiro Uribe que nós iremos trabalhar para que a Colômbia possa realizar os Jogos Pan-Americanos em Bogotá, em 2015. Até porque, em se tratando de esporte, o Brasil precisa tomar cuidado para não inflacionar o mercado. Em 2011 nós vamos realizar os Jogos Militares, são mais de 6 mil atletas do mundo inteiro. Em 2013 nós vamos fazer a Copa das Confederações, que é antes da Copa do Mundo. Em 2014, a Copa do Mundo. Em 2015 nós tínhamos a Copa das Américas, que nós resolvemos passar para o Chile e ocuparmos a data do Chile, que me parece que é em 2019. Em 2016 nós, então, teremos as Olimpíadas aqui no Brasil.

Uribe, quero, de coração, agradecer o compromisso que você assumiu comigo. Eu me encontrei com um delegado importante da Colômbia lá em Copenhague e eu tenho a convicção de que o teu pedido foi acatado por ele e, certamente, com o voto da Colômbia nós tivemos a maior vitória que um país já teve para conquistar as Olimpíadas: 40 votos de diferença. É a maior de toda a história dos Jogos Olímpicos.

A integração regional também passa pela consolidação da América do Sul como uma zona de paz e democracia. Não podemos repetir retrocessos como o de Honduras, onde estamos unidos na condenação ao golpe.

Quero ressaltar o empenho do presidente Uribe em fortalecer a Unasul e fazer dela um foro de construção da confiança. Só por meio do diálogo aberto e transparente encontraremos soluções para os problemas

comuns. Vamos fazer dos desafios de hoje as oportunidades de amanhã.

Contamos com a Colômbia no projeto de desenvolvimento do avião de carga da Embraer. Que isso seja um ponto de partida para o lançamento de uma indústria regional de defesa.

Meu caro amigo presidente Uribe,

Esse é o sentido de nosso encontro hoje: insistir na opção pela integração, bilateral e regional. Com a casa em ordem, com economias estáveis, estamos avançados no caminho que nos levará às sociedades prósperas, justas e abertas que almejamos.

Contamos com o empenho de nosso empresariado nessa empreitada.

Uma vez mais, eu quero agradecer ao presidente Uribe. Quero agradecer aos empresários por esta visita. Quero agradecer à Fiesp, Paulo Skaf, sob a tua presidência, por mais essa disposição arrojada. E dizer duas palavras, Uribe, sem tomar muito o seu tempo, porque sei que você também quer voltar rápido para Bogotá.

Eu penso - Paulo Skaf, governador José Serra, presidente Uribe, Miguel Jorge, companheiros empresários e empresárias - que finalmente nós descobrimos que nós existimos. E finalmente nós descobrimos que é plenamente possível estabelecermos com os países da América do Sul uma relação que, algum tempo atrás, nem nós estabelecíamos com eles e nem eles conosco, porque todos nós, como os países colonizados, estávamos sempre achando que os benefícios que nós precisaríamos viriam de fora, dos países ricos.

De repente, nós descobrimos que o potencial na relação comercial Brasil-Colômbia, nós ainda não exploramos 20% dele. Não é possível que um país que tenha o tanto de quilômetros de fronteira seca [como] a Colômbia tem com o Brasil, sejam

os Estados Unidos responsáveis por 45% das exportações colombianas, coisa que o Brasil deveria pelo menos disputar essa hegemonia com os Estados Unidos e importar muito mais da Colômbia.

Mas isso não aconteceu por má fé de ninguém. Isso aconteceu ao longo de quase todo o século XX porque nós aprendemos a nos olhar como adversários.

Espero que nenhum empresário colombiano fique ofendido, nenhum empresário brasileiro, mas historicamente o Brasil era vendido como se fosse o grande inimigo para a economia da Colômbia, para a economia do Peru, para a economia da Venezuela, para a economia da Bolívia. O Brasil era vendido como se fosse o grande adversário econômico, como se fosse um império para os países da América do Sul.

Não só na Colômbia, mas em vários outros países havia quase uma doutrinação a convencer as pessoas de que o Brasil era perigoso: “Olhe, cuidado com os empresários brasileiros, o Brasil é império, cuidado com os militares brasileiros.” Essa coisa foi se formando a interesse daqueles que queriam tirar proveito das relações privilegiadas.

Aqui, do nosso lado, as pessoas diziam: “Para que fazer negócio com a Colômbia, um país pobre, pequeno, não produz nada.” Com a Bolívia, com o Peru... ou seja, havia quase uma doutrinação para que nós nos distanciássemos.

Obviamente que quando o presidente Alfonsín e o presidente Sarney pensaram na criação do Mercosul, nesse processo de integração que depois culminou já no governo Collor, nós demos um passo importante. Depois, achamos que estava fracassando e resolvemos retomar o fortalecimento do Mercosul.

O que aconteceu, de fato? O que aconteceu é que nós começamos a compreender que nós

temos uma possibilidade tão extraordinária de fazer negócios na América do Sul, que nós ainda não exploramos o que temos que explorar. E é um país do tamanho do Brasil, com a economia brasileira, com o potencial tecnológico que tem o Brasil, com as instituições de financiamento que tem o Brasil, é o Brasil que tem que tomar a dianteira para facilitar que aconteçam os negócios.

É o Brasil que tem que financiar parte do desenvolvimento para a integração regional, é o Brasil que tem que ajudar na construção das rodovias, das hidrelétricas, das pontes, das telecomunicações que precisam no continente. Ou o Brasil reconhece que é um país grande, reconhece que é a maior economia deste continente e resolve exercer o seu papel, não de hegemonia, mas o seu papel de fortalecer a parceria e a integração, ou as coisas não acontecem.

Muitas vezes aqui no Brasil, Uribe, nós tratamos um financiamento para um país pobre como se fosse um investimento para um país rico, quando na verdade nós deveríamos estar criando as condições para facilitar esse financiamento. Nós aprendemos isso e estamos fazendo isso, mas é preciso fazer muito e muito mais.

Ora, se os empresários colombianos deixaram de ter medo dos empresários brasileiros, se os empresários brasileiros passaram a olhar o mundo além dos Estados Unidos e da Europa, está colocada, Miguel Jorge, uma situação extraordinária. Você, agora, que tem viajado... Eu tenho... A Presidência tem emprestado o “Sucatão” para o nosso companheiro Miguel Jorge levar empresários para a África, nos lugares mais distintos. Já foram 860 empresários para a África, em vários países. É para a gente descobrir - aqui tem muito árabe, aqui tem muito judeu, aqui tem muito turco - é para a gente descobrir oportunidades de fazer negócios.

Vocês se lembram quando nós fomos a Dubai, a primeira vez? Fizemos uma feira, em que gastamos US\$ 500 mil para fazer aquela feira. As críticas que faziam a nós eram que nós tínhamos gasto US\$ 500 mil para fazer a feira. Ninguém falou dos 50 milhões que a gente vendeu apenas em uma noite, só falou dos US\$ 500 mil que nós gastamos.

Então, eu penso que o momento da crise econômica, Uribe, é um momento excepcional para a gente repensar as coisas que nós fazíamos e que achávamos que não tínhamos outro caminho.

A crise econômica é para a gente pensar: espera aí, tudo o que eu fiz no século XX foi extraordinariamente bem, chegamos até aqui. Agora, no século XXI eu vou ter que fazer um pouco mais, eu vou ter que, quem sabe, ser um pouco mais arrojado, eu vou ter que procurar novas fronteiras. E se a gente não procurar fronteiras, a gente não vende. Acabou o tempo em que o mundo era totalmente distante, um país do outro, em que a gente ficava esperando as pessoas virem aqui comprar.

Daqui, eu estou vendo o Roger ali sentado. Aliás, está fazendo um investimento de US\$ 380 milhões na Colômbia. E pode até fazer um pouco mais, porque eu ouvi dizer que lá tem muito carvão. Mas até o Roger sabe que não adianta a Vale do Rio Doce achar que é grande e ficar sentado em uma cadeira no Rio de Janeiro, na sede da Vale do Rio Doce, se não for para a rua vender. É preciso disputar cada milímetro. Não existe moleza, Paulo, é preciso disputar cada milímetro.

Eu acho, Uribe, que essa tua vinda aqui a São Paulo, a essa reunião dos empresários, e mais vezes que nós vamos à Colômbia, é uma oportunidade extraordinária. Nós poderíamos ter 10 bilhões, 8 bilhões de fluxo comercial entre os dois países. Nós poderíamos estar fazendo mais investimento na Colômbia, além de um 1,3 bilhão, o BNDES tem dinheiro para isso.

O que eu acho, Uribe, é que nós precisamos construir as propostas, os projetos e, sobretudo, na questão da seguridad, o Brasil tem que ter um acordo forte com a Colômbia, porque nós temos uma fronteira muito grande e nós não temos o direito de permitir que o narcotráfico ganhe da instituição chamada Estado, nem o colombiano, nem o Estado brasileiro.

Por isso, eu quero dar os parabéns.

Uribe, eu tenho um ano e dois meses de mandato. Você, se não... Você pode ter mais ... Agosto, terminaria o teu mandato? A toma [tomada] de posse seria em agosto? Então você tem, teoricamente, dez meses. Eu penso, Uribe, independentemente do que vai acontecer depois, da Suprema Corte, esquece... Eu queria...

Vamos dedicar esses dez meses teus e esses dez meses meus para que a gente possa, no mínimo, dobrar o comércio existente hoje entre Brasil e Colômbia. Vamos fazer os acordos que faltam para nós fazermos. Até porque em um momento de crise como este, não é importante que a gente esteja muito dependente de um país, não é prudente.

Portanto, a diversificação das nossas relações comerciais é uma necessidade de sobrevivência. A dependência de um país ou de dois países é muito ruim.

Vejam vocês empresários, o que aconteceu com o Brasil algum tempo atrás. A gente tinha, praticamente, 58% da nossa balança comercial com os Estados Unidos e com a Europa. Nós diversificamos muito e hoje nós temos bem menos. Nós temos... Crescemos muito com a África, crescemos muito com o Oriente Médio, crescemos com a Ásia, mas, sobretudo, crescemos muito na América Latina.

Eu acho que Brasil e Colômbia podem e devem fazer muito mais.

Muito obrigado.

SOLENIDADE DE POSSE DO MINISTRO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE SOLENIDADE DE POSSE DO MINISTRO DA SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SAMUEL
PINHEIRO GUIMARÃES - PALÁCIO ITAMARATY, 20/10/2009 DURANTE
APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA RIO 2016. LAUSANNE, SUÍÇA, 17/06/2009

Meu querido companheiro vice-presidente da República, José Alencar,

Meu companheiro presidente do Senado Federal, José Sarney,

Meu companheiro embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, ministro de Estado chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, e sua senhora Maria Maia,

Embaixador Celso Amorim, na pessoa de quem cumprimento todos os companheiros ministros aqui presentes,

Meu caro e querido companheiro Daniel Vargas, que foi ministro interino até este momento, e foi secretário-executivo do então ministro Gabeira [Mangabeira],

Bem, primeiro meus agradecimentos a você, Daniel. O Gabeira [Mangabeira] não está aqui. Está, certamente, em Chicago, porque ele voltou para a universidade, senão ele perderia a titularidade dele na escola. Mas eu quero fazer agradecimento aqui.

Primeiro, no dia em que o companheiro José Alencar e a direção do PRB entraram no

meu gabinete para que a gente aprovasse o nome do companheiro Gabeira [Mangabeira] para ministro, foi um dia muito importante e eu pude discutir com o ministro Gabeira [Mangabeira], Samuel e companheiros... Mangabeira. Eu resolvi discutir que era importante que nós tivéssemos alguém pensando o Brasil um pouco mais para a frente do que o mandato de um presidente permite pensar.

Eu dizia que nós, em 2022, exatamente no dia 7 de setembro de 2022, nós iremos completar 200 anos de Independência. E eu queria, na verdade, que fosse trabalhado, com muita inteligência e com muita utilização da inteligência brasileira, das universidades, um esboço daquilo que a gente queria construir para quando nós completássemos 200 anos de Independência. E o Mangabeira saiu a campo trabalhando.

É preciso reconhecer, publicamente, que o companheiro Mangabeira produziu infinitamente mais do que o tempo permitiria

que um ser normal produzisse em tão pouco tempo. A colaboração do Mangabeira, junto com o ministro Jobim, na produção do Plano Estratégico de Defesa, foi uma coisa extraordinária.

Depois, nós já temos propostas semielaboradas sobre várias coisas que nós precisamos para o Brasil. Portanto, além das coisas que você vai criar, Samuel, tem coisas já semielaboradas que podem ser aperfeiçoadas para que a gente comece a colocar em prática essas coisas.

E quero agradecer ao Daniel, porque o Daniel assumiu a interinidade e manteve a mesma preocupação de trabalhar que tinha o ministro Mangabeira. Visitou todos os ministros, conversou com todos os ministros, à procura de continuar com a mesma intensidade e com a mesma, eu diria, quase obsessão de apresentar uma proposta para construir o país do futuro que nós precisamos.

Quando foi há poucas semanas, o mesmo PRB e o mesmo José Alencar me procuraram dizendo que, na medida em que o companheiro Mangabeira tinha deixado o governo, eles então queriam indicar uma outra pessoa para o Ministério e me indicaram o companheiro Samuel Pinheiro Guimarães.

Possivelmente, os estilos sejam diferentes - eu estou com um mosquito aqui no meu olho; se tivesse alguém com uma lata daquele produto que mata mosquito poderia vir jogar aqui, senão ele vai... - possivelmente os estilos sejam diferentes. A causa é a mesma, o país é o mesmo e as principais preocupações já foram teorizadas também pelo companheiro Samuel Pinheiro Guimarães.

Eu penso, companheiro Mangabeira [Samuel], que o Brasil historicamente padeceu de um erro, que é ser pensado apenas de quatro em quatro anos. E um país pensado de quatro em quatro anos não pode dar muito certo

porque, como troca o Presidente de quatro em quatro anos, se cada um que entrar tiver uma forma diferente de enxergar o Brasil, a forma de governança será um tipo de sanfona: vai e volta, vai e volta, sem que a gente consiga colher o resultado concreto de um programa de longo prazo no nosso país.

No primeiro mandato que eu tive como presidente da República, havia uma certa angústia das pessoas, que diziam assim para mim: “Lula, quando você deixar a Presidência, qual é a marca que você quer deixar?” Essa era uma pergunta que faziam jornalistas, que faziam companheiros meus de vários partidos políticos, que faziam alguns intelectuais. E a gente, na verdade, estava tão metido na sobrevivência cotidiana do exercício do mandato, que a gente não tem tempo de pensar mesmo em longo prazo. Ou seja, quando você começava a pensar em longo prazo, entrava um ministro dizendo que o Paulo Bernardo tinha contingenciado o orçamento dele. E quando o orçamento é contingenciado, não tem nem médio e nem longo prazo, é tudo no curto prazo, é tudo no curto prazo. E é engraçado que o contingenciamento era avisado em uma reunião ministerial, mas, ao terminar a reunião, o Paulo Bernardo era o culpado de tudo e eu era o cara que tinha o poder de fazer o Paulo Bernardo liberar dinheiro. Graças a Deus, Paulo, sobrevivemos.

Ora, as coisas começaram a mudar quando, em 2006, antes das eleições, nós pensamos em construir o PAC. Os militares já tinham trabalhado com os planos decenais, em alguns momentos, que deram resultados.

Quando nós pensamos o PAC, Samuel, nós íamos lançá-lo antes da campanha eleitoral. Foi um amigo nosso, seu e meu, que me propôs que não era prudente a gente lançar o PAC antes das eleições, porque a gente iria transformá-lo em uma peça eminentemente

eleitoral e, portanto, ele poderia perder credibilidade. O que me confortou é que esse amigo me disse: “Olhe, Lula, você vai ganhar as eleições sem o PAC.” Então, me deu força, não precisei virar super-homem, mas aquilo me deu uma força muito grande. E eu deixei o PAC para lançar em janeiro de 2007.

Eu poderia avocar aqui os ministros presentes. O PAC, depois de elaborado, deu muito mais consistência à atuação do governo. Por quê? Porque cada um sabia o que tinha que fazer do dia 22 de janeiro ao dia 31 de dezembro de 2010. Cada um já tinha a sua previsão de gastos, cada um já tinha as suas prioridades e, portanto, era apenas fazer a coisa acontecer.

E posso dizer aqui, Samuel, que todos os programas feitos pelos Ministérios, a partir de 2006, foram infinitamente superiores a tudo que tinha sido feito até 2006. Por quê? Porque os ministros tinham aprendido.

Então, houve essa correção. Nós, agora, vamos ter que trabalhar com uma espécie de PAC 2011-2015. E vamos ter que trabalhar porque nós temos a Copa do Mundo em 2014, nós temos as Olimpíadas em 2016, nós temos a Copa das Confederações em 2013, nós temos os Jogos Militares em 2011, e a Copa da Confederação que nós tínhamos, nós passamos... A Copa das Américas, que era em 2015... Imaginem, 2011, os Jogos Militares; 2013, Copa das Confederações; 2014, Copa do Mundo; 2015, Copa das Américas; 2016, Olimpíadas. Ninguém aguenta assim, é muito esporte em um período de quatro anos.

Mas, de qualquer forma, essas decisões vão ter que exigir do governo, ainda em 2010, preparar toda a estrutura que a infraestrutura necessita para que a gente possa fazer essas coisas acontecerem no nosso país.

Então, no mínimo, a gente tem que trabalhar já [a partir] de agora até 2016. Ora, de 2016 para 2022, faltam apenas seis anos. Se você está

trabalhando de 2010 a 2016, nada mais justo do que ampliar a cabeça e a gente fazer até 2022.

E aí é pensar concretamente as coisas que nós precisamos fazer para tornar o Brasil moderno, tornar o Brasil avançado, sem aquela concepção atrasada de que o Estado não tem um papel a cumprir no País.

Se tem uma coisa extraordinária que essa crise econômica permitiu foi que aqueles que têm olhos, mas que não queriam enxergar, enxergassem, é que não é possível um país sobreviver se o Estado for débil e for fraco e o mercado for forte, não é possível. Porque tem coisas que o mercado não sabe fazer e tem coisas que o mercado não quer fazer. Portanto, essas coisas somente o Estado é que pode fazer.

Então, nós, companheiro Samuel, vamos ter que deixar como legado para quem vier depois de nós pelo menos o desenho, o esboço, a matriz daquilo que nós queremos para as nossas crianças, para a tua netinha, que eu vi agora há pouco. Em 2022, ela deverá estar com, no mínimo, 13 anos, 13, 14 anos. Já vai estar na rua fazendo passeata, fazendo greve, chamando os governantes de pelegos, de ditadores, de antidemocráticos, pode ficar certo. Eu espero que você esteja com uns 90, vivinho, para poder ver ela fazer as passeatas, sem chupeta, sem aquele “negocinho” na mão, mas com uma bandeira, querendo universidade pública e gratuita.

Bem, o dado concreto é que este país, Samuel, tem que ser pensado, ele tem que... não é tarefa fácil, mas ele tem que ser pensado. Nós já temos um acúmulo de trabalho muito grande, nós agora estávamos discutindo ali um pouco da educação.

O ProUni colocou, em quatro anos ou cinco anos, quase a mesma quantidade de estudantes que as universidades federais brasileiras, todas juntas, colocaram desde o tempo em que elas existem. Ou seja, se continuar nesse ritmo a

gente vai, com um programa desse, criar, em pouco tempo, o que todas as universidades federais fizeram ao longo de um século. Eu acho que isso é pensar o futuro.

Na área da Defesa, você não precisa pensar mais porque já foi pensado, e todo o projeto da área da Defesa é até 2020. Portanto, nós temos oito ou nove anos pela frente ou dez anos para trabalhar.

Mas a questão da Amazônia, a questão da Amazônia não está bem pensada e bem elaborada. Nós não firmamos ainda uma... a palavra correta é uma doutrina sobre a utilização da Amazônia. Nós temos paixões pela Amazônia, cada um do seu jeito. Tem gente que tem paixão e acha que uma motosserra resolve tudo. Tem outros que têm paixão e acham que tem que virar um santuário da humanidade: não pode mexer. E tem aqueles que têm... que são razoáveis, que acham que é possível extrair da Amazônia, sem estragar a nossa floresta e sem derrubá-la, explorar a forma correta de tirar o sustento de milhões de famílias que moram na região e, ao mesmo tempo, quem sabe, extrair dali uma riqueza que ainda não foi explorada, que é a nossa biodiversidade.

Isso é preciso pensar, já tem esboço disso também, já tem muita conversa com governadores de estados, nós já fizemos conversas imensas com governadores de todos os estados amazônicos. Estamos nos preparando agora para Copenhague, em 2010. E vamos continuar trabalhando, porque é, possivelmente... A Amazônia e o pré-sal são duas coisas extraordinárias com que nós temos que nos preocupar com muito carinho, porque podem ser a redenção deste país, além do nosso povo, que é a coisa mais importante que nós temos.

Então, Samuel, eu gostaria que você desse ao Ministério a mesma dedicação que você deu

à tua vida diplomática. Eu gostaria que você colocasse o teu tempo, a tua inteligência, para que a gente pudesse deixar, quando sairmos do governo, alguma coisa mais consistente para aqueles que virão depois de nós.

Não é que os que virão depois de nós irão utilizar aquilo que nós fizemos. Mas eles poderão extrair daí o chamado elixir, ou seja, as coisas melhores que tem, para poder transformar este país em uma nação que, segundo o Banco Mundial, em 2016 poderá ser a quinta economia do mundo. Se duvidarem, a gente pode ser a quarta. E não duvidem muito, porque nós não sabemos ainda a quantidade de petróleo do pré-sal, nós não sabemos ainda a riqueza total da biodiversidade da Amazônia, nós ainda não exploramos as coisas que nós temos que explorar.

A integração da América Latina ainda é muito incipiente, nós ainda não estabelecemos as trocas na área de ciência e tecnologia, nanotecnologia, comércio, estrada, comunicação, que nós temos que fazer. Por enquanto, nós estamos em uma fase de admirar o que foi feito na Europa. E nós, agora, é que começamos a fazer.

Só para você ter ideia, Samuel, a primeira ponte entre Brasil e Peru fomos nós que inauguramos, no nosso governo; a primeira ponte entre Brasil e Bolívia fomos nós que inauguramos. Estamos há quantos anos para fazer a segunda ponte com o Paraguai, e a gente não consegue fazer? A segunda, Sarney. E a gente não consegue fazer. Estamos há mais de dez anos trabalhando nisso, o Paraguai trabalha com essa possibilidade há 20 anos, e ela não sai.

Então, além de tudo isso, Samuel, era preciso pensar um pouco na... Um pouco... que é uma coisa que hoje, como governo, eu sei, um pouco na estrutura do Estado brasileiro. Era preciso que a gente pensasse como a

gente modernizar o aparelho de Estado e o funcionamento da máquina do Estado. Porque nós fomos criando uma quantidade de teia de aranha, uma quantidade de embaraços, que nós mesmos, hoje, que governamos, sentimos dificuldades. Possivelmente, Salomão, porque quando a gente era oposição, a gente propunha tudo para atrapalhar quem estava governando a governar. Porque é sempre assim, a oposição está sempre desconfiando de quem está governando. Na Constituinte foi o auge da força que o movimento social teve neste país, foi o momento mais participativo de todo o Congresso Nacional. E nós, embora tivéssemos o “Centrão”, nós conseguimos juntar uma maioria que aprovou grande parte das coisas que estão aí, muitas maravilhosas, mas muitas, hoje, eu percebo a dificuldade de você gerenciar uma cidade, um estado e o País.

Então, Samuel, você percebe que a tarefa não é pequena. Eu não sei se você vai ter tempo de escrever os “550 [500] anos de periferia”, como diz o Chávez. Não sei. Porque, dentre outras coisas, ele é guru do Chávez. Chávez, antes de cumprimentar, pergunta: “Cadê os 500 anos de periferia? Cadê meu amigo Samuel Pinheiro?”

Então, Samuel, eu só posso te desejar, meu querido, toda a sorte do mundo. Quero que você saiba que eu tenho a convicção de que você tem competência, inteligência e capacidade de trabalho para fazer esse serviço. Vai depender, agora, de você montar a equipe e começar a trabalhar.

No mais, eu espero que... Você vai ter um gabinete melhor do que o meu, porque o Gabeira... o Mangabeira, antes de sair, o Mangabeira falou: “Ô Presidente, o senhor deveria era mudar para o meu gabinete. É muito maior que o seu, no Palácio do Planalto, é muito...” É melhor, não é, Jobim? Então,

você vai ter um gabinete melhor do que o meu. Eu só espero que você produza muito mais do que eu, porque a geração de 2022 vai ganhar muito mais do que a geração atual está ganhando.

Parabéns e boa sorte, companheiro Samuel.

CERIMÔNIA DE POSSE NA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DISCURSO PROFERIDO PELO EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE POSSE NA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 27/10/2009

Minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Senhor Presidente da República e a Vossa Excelência pela confiança em mim depositada.

Assumo a Secretaria-Geral das Relações Exteriores com motivação e entusiasmo, ao ver o Brasil no caminho do progresso, enfrentando seus desafios econômicos e sociais com seriedade e coerência; e ao constatar o inabalável compromisso da sociedade brasileira com a democracia.

Sob a liderança do Presidente Lula e de Vossa Excelência, as novas possibilidades que se abrem para o Brasil no plano internacional estão sendo aproveitadas com criatividade, determinação e sabedoria. É uma honra poder participar, em Brasília, deste trabalho de definição de nossa atuação externa, em um contexto de renovação e ampliação de nossa agenda diplomática.

Minha geração sabe que os avanços dos últimos anos não teriam sido possíveis sem a coragem e perseverança de tantos que nos precederam. Ao render homenagem ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - que deixa o Itamaraty para assumir novas e importantes responsabilidades como Ministro

Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos - busco inspiração no seu exemplo de integridade pessoal e ousadia intelectual. Se hoje somos vistos como um País de crescente influência global, é graças a profissionais como Samuel, que não se resignaram a pensar o Brasil como um ator fadado a um destino periférico.

Como consequência indireta da crise econômica que abalou o mundo em 2008, vivemos a era do fim dos dogmas - como afirmou o Presidente Lula há poucas semanas, perante a Assembléia Geral da ONU. Neste mundo mais pluralista, o Brasil se situa na vanguarda dos acontecimentos, demonstrando capacidade de promover novas sínteses e evitar falsas opções. É assim que temos sido capazes de conjugar crescimento econômico e distribuição de renda, fortalecimento do estado e aprimoramento da economia de mercado, aprofundamento de nossas raízes democráticas e abertura para o mundo.

No mesmo espírito, sob a orientação de Vossa Excelência, a política externa tem conseguido conciliar um forte engajamento com o nosso entorno sul-americano e uma vocação universal para o diálogo; uma pauta

econômica com um número crescente de parceiros - e uma atenção especializada em matéria de comércio internacional - com uma participação ativa nos grandes debates políticos contemporâneos: a defesa de interesses nacionais específicos e a busca de uma governança global mais legítima e eficaz.

Na era do fim dos dogmas, não se trata de escolher entre o Norte e o Sul, entre o comercial ou o político. O desafio que se nos apresenta é o de trabalharmos em parceria com nossos vizinhos, em um esforço comum de melhoria das condições de vida de nossas sociedades, em ambiente de paz e democracia, multiplicando contatos com todas as regiões e atores.

Vossa Excelência acaba de retornar de um longo périplo na África, o que é mais uma demonstração desse esforço de multiplicação de contatos. Neste novo mundo, um objetivo incontornável é o de promovermos a democratização dos mecanismos de coordenação internacionais para enfrentarmos questões globais - seja na esfera do comércio e finanças, seja em relação ao meio ambiente, aos direitos humanos, ao desarmamento e não proliferação, à paz e segurança internacionais.

Senhor Ministro, caros colegas,

Tive o privilégio de frequentar durante vários anos um verdadeiro “Curso de Pós-Graduação Celso Amorim em Relações Internacionais e Diplomacia”. Um ambiente de trabalho e reflexão em que não há lugar para o ceticismo, mas onde sempre há espaço para o exame de uma questão a partir de um novo ângulo; um laboratório de ideias onde a força persuasiva dos argumentos e o direito internacional, se contrapõem aos argumentos da força e à arbitrariedade; uma escola onde se fala todos os idiomas e não se perde o foco sobre o Brasil.

Regresso de Washington com um retrato atualizado do interesse e respeito que o Brasil desperta nos Estados Unidos e - de certo modo

- no mundo, se considerarmos que Washington permanece um centro de atividade diplomática de primeira importância. Se encontrei portas abertas no Governo, no setor privado, no mundo acadêmico, isto se deve, em grande parte, a desenvolvimentos no plano interno, no Brasil, que vão de nossa recém-conquistada autossuficiência energética até o êxito dos programas sociais. Mas outra importante parte é fruto de uma presença internacional que opera saltos quantitativos e qualitativos e é acompanhada pela Casa Branca e pelo Departamento de Estado e outros agentes nos Estados Unidos e no mundo, como uma oportunidade, um vetor de paz e estabilidade.

Caros colegas,

Sou extremamente grato ao Itamaraty pelas oportunidades profissionais e experiências humanas que me propiciou, nestes quase trinta anos de carreira diplomática, em que trabalhei em quatro continentes e ocupei uma variedade de posições na Secretaria de Estado.

Sei também que, para incumbir-me adequadamente de minhas novas funções, precisarei contar sempre com o valioso conselho dos Subsecretários e demais Chefes da Casa, e valer-me do inestimável apoio dos colegas e funcionários como um todo. Por intermédio do Embaixador Ruy Nogueira, colega e amigo de muitos anos, saúdo a todos na Secretaria de Estado e no exterior, e me comprometo desde já a trabalhar em sintonia com este corpo de profissionais das Relações Exteriores, reconhecido, mundo afora, por seu preparo e competência.

Quero deixar registro da presença na plateia da Embaixadora Vera Pedrosa, com quem trabalhei no passado e que constituiu uma fonte de inspiração e estímulo para mim. Tenciono manter contato frequente com os Secretários-Executivos e outras autoridades da administração pública, com os membros do Congresso Nacional, com a sociedade civil.

Aos jovens, que ingressaram recentemente na carreira diplomática, transmito uma saudação especial, na expectativa de vir a conhecê-los individualmente. Sei que reflito a vontade do Ministro Celso Amorim, ao deixar claro desde já meu empenho em continuar a trabalhar por uma ampliação do quadro de diplomatas que nos aparelhe para os desafios do século XXI, com uma representação cada vez mais multiétnica e equilibrada em termos de gênero.

Tenho a sorte de contar com uma família afetuosa e solidária que se espalha por vários estados do Brasil e alguns países do mundo. Mas concluo com um agradecimento singularizado a Tânia, minha mulher, e meus filhos Miguel e Thomas, pelo amor e compreensão que deles sempre recebi.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO CONSULADO-GERAL DO BRASIL E DO ESCRITÓRIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM CARACAS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO CONSULADO-
GERAL DO BRASIL E DO ESCRITÓRIO DA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL EM CARACAS - CARACAS - VENEZUELA, 29/10/2009

Primeiro, eu queria dizer a vocês da minha alegria de estar vendo nascer aqui em Caracas um Consulado-Geral brasileiro, um escritório da Caixa Econômica Federal, um escritório da ABDI, um escritório da Embrapa, e também assisti, ao longo desses últimos anos, muitas empresas brasileiras aqui chegarem para construir parcerias produtivas com o governo da Venezuela.

Eu não poderia deixar de cumprimentar o nosso embaixador, o nosso companheiro Simões, a nossa querida Mariângela Rebuá, consulesa-geral, a nossa querida Maria Fernanda, e todos os companheiros que têm contribuído para que isso aconteça.

Eu penso, companheiros ministros brasileiros que estão aqui - Lobão, Dilma e Hélio Costa - que tem um sentido histórico o que nós estamos fazendo, porque tanto Brasil como Venezuela, nós fomos durante muitos anos ocupados por colonizadores europeus. Então, toda a nossa cabeça estava voltada para atender os interesses dos colonizadores.

Depois que nós conseguimos a nossa independência, no final do século XIX, nós começamos um processo, muitas vezes, de

brigas internas entre nós, que ocupou uma parte do nosso tempo. Depois, todos nós aqui na América Latina, ficamos mais outras décadas sendo colonizados indiretamente por países ricos, sejam da Europa ou sejam os Estados Unidos. E apenas nos últimos anos nós estamos vivendo quase uma consciência coletiva de que grande parte dos problemas que nós temos poderá ser, com muita tranquilidade, resolvida por nós mesmos se nós confiarmos uns nos outros.

O presidente Chávez costuma dizer, nos encontros que temos, da Unasul ou em encontros bilaterais, que muitas vezes, como participante do Exército bolivariano, ele era obrigado a dar aulas na academia militar pregando quase que o antagonismo contra o Brasil porque era essa a doutrina vigente. O Brasil era o perigo, o Brasil era o inimigo. Ora, em política, Maquiavel nos ensinava que não existe nada melhor do que dividir para reinar. Então, o que acontecia: os países poderosos criavam desconfianças entre nós, arrumavam inimigos entre nós mesmos e nós passávamos a achar que a solução do problema da América do Sul vinha da bondade de países de outros

continentes e não da nossa boa relação, não da consolidação das nossas instituições.

E eu penso que o exemplo do que está acontecendo aqui hoje, com a Caixa Econômica montando o seu escritório, não para fazer aquilo que os bancos da Venezuela têm que fazer, mas para colocar à disposição dos companheiros da Venezuela os conhecimentos que a Caixa Econômica adquiriu nesses 150 anos de existência no nosso País, como um banco extremamente bem sucedido. E nós não queremos parar por aí. Nós não queremos parar com a Embrapa, com a ABDI, com a Caixa Econômica Federal, não [queremos parar] com o nosso Consulado-Geral. Nós defendemos a ideia que o Banco do Brasil, mais do que qualquer outra coisa, tem que ter agências do Banco do Brasil em todos os países da América do Sul para funcionar, não apenas para atender os brasileiros no exterior, mas para participar. Por que o Citibank está aqui? Por que o Deutsche Bank está aqui? Por que tem tantos bancos com nomes estrangeiros aqui e não pode ter um nome que vai soar de forma maravilhosa para os venezuelanos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal?

É apenas uma decisão que já está tomada, já conversamos muito com o ministro Guido Mantega, e o Brasil tem que assumir a responsabilidade de como o país maior da América do Sul, com a economia maior da América do Sul, o Brasil tem que ser o primeiro país a fazer gestos. Não os gestos de antigamente, em que os países grandes queriam ter hegemonia no Continente, queriam ser o (incompreensível) como falam os espanhóis. Nós não queremos nada disso. Nós não queremos ser líderes, nós não queremos ter hegemonia, nós apenas queremos tratar todo mundo em igualdade

de condições, do menor ao maior, porque é assim que a gente conquista respeito, é assim que a gente consolida a democracia e é assim que a gente dá os passos importantes para o desenvolvimento do nosso continente.

Tudo isso aqui parece pouco se a gente imaginar o que a gente quer para o futuro. Mas se a gente olhar para um passado não muito distante, o que se pensava da relação Sul-Sul e o que se pensava da relação na América do Sul, isso aqui, para quem acredita em Deus como eu, é um milagre, é um milagre, porque os adversários existem, os contra existem. É uma doutrina e doutrina não é uma coisa que a gente muda rapidamente com um discurso. São anos e anos e anos de persistência, para que a gente possa consolidar cada degrau dessa escada da construção da integração da América do Sul e da América Latina.

E nós estamos aqui, Maria Fernanda e Celso, num momento extraordinário. Hoje o Senado brasileiro aprovou, na Comissão de Relações Exteriores, a entrada da Venezuela no Mercosul. Ainda falta uma etapa, que é a votação em Plenário, mas eu estou convencido de que os senadores brasileiros, nesse tanto tempo de debate que fizeram, amadureceram, e hoje acho que a grande maioria tem consciência da importância dessa parceria. E nós sonhamos que um dia todos os países da América do Sul estejam participando do Mercosul. Ele vai ficar maior, mais forte, economicamente mais importante, comercialmente mais importante e politicamente muito mais importante.

Portanto, eu queria, querida Mariângela, dizer para você que eu espero que você cumpra com aquilo que você falou aqui: tratar os brasileiros com a dignidade que os brasileiros merecem ter no exterior. Às vezes um brasileiro pode até, perante as leis de um país, não estar legalizado. Mas, para o nosso

Consulado, ele sempre estará legalizado e é por isso que o Consulado tem que fazer, tem que transformar este espaço aqui em um pedacinho... Você olha o mapa do Brasil, Mariângela, e você escolhe qual é o pedaço do Brasil que você quer transformar este Consulado aqui, para quando os brasileiros e as brasileiras que estão aqui colocarem o pé, eles saberão que tem uma Consulesa-Geral, e uma companheira e não uma adversária, como há 30 anos ou 20 anos, que os brasileiros tinham medo de procurar o Consulado no exterior e serem denunciados, ou qualquer coisa parecida.

Então, meus parabéns à Caixa Econômica Federal, meus parabéns ao companheiro Celso Amorim, porque tem sido um batalhador incansável para aumentar a criação de consulados-gerais, para aumentar as embaixadas, e parabéns ao nosso companheiro Simões, por ter feito um trabalho exuberante aqui na Venezuela.

E quero dizer ao companheiro Álvaro, que nós vamos seguir seus passos, mensalmente, eu não sei se a Fernanda estabeleceu metas para você, sabe. Não terá bônus, só metas, porque eu acho que se a gente conseguir consolidar esta parceria com a Venezuela, nós estaremos criando a chance de despertar em outros países irmãos, da América do Sul e da América Latina, a extensão de mais escritórios da Caixa para outros países, para que um dia, que não está muito longe, venezuelanos, brasileiros, bolivianos, paraguaios, uruguaios não tenham mais diferença entre si. Todos nós estaremos falando “portunhol”, todos nós estaremos [falando] “portunhol”. E todos nós, e todos nós iremos transitar livremente sem barreiras nas nossas fronteiras.

O Brasil fez um gesto há dois meses, quando a Europa começou a aprovar leis

para criar dificuldades aos imigrantes, quando a Itália criou dificuldades, no Brasil, nós fizemos um gesto de legalizar mais de 100 mil estrangeiros que estavam no Brasil para que eles pudessem ser considerados cidadãos brasileiros.

Portanto, parabéns, um abraço e espero que na próxima visita minha a Caracas, que eu possa não apenas visitar a Embaixada, mas visitar o nosso Consulado-Geral e dar uma passadinha na Caixa Econômica para pegar um dinheirinho emprestado (incompreensível).

Um abraço.

FÓRUM DA INOVAÇÃO FRANÇA-BRASIL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE ALMOÇO DO FÓRUM DA INOVAÇÃO FRANÇA-BRASIL, ALUSIVO AO
ENCERRAMENTO DO ANO DA FRANÇA NO BRASIL - SÃO PAULO - SP, 10/11/2009

Meu caro companheiro Juca Ferreira,
ministro da Cultura,

Meu caro companheiro Gilberto Kassab,
prefeito de São Paulo,

Senhor Sylvain Itté, cônsul-geral da França,
Senhor Yves Saint-Geours, comissário do
Ano da França no Brasil,

Meus amigos franceses,

Amigos brasileiros,

Empresários,

Inovadores,

O Ano da França no Brasil, ele será encerrado neste domingo. Mas o significado do verbo encerrar só tem sentido na agenda específica das comemorações. Porque, a exemplo do que ocorre aqui, no Fórum, estamos no começo de uma caminhada longa e profícua, que enriquecerá cada vez mais nossas nações.

A consolidação da parceria estratégica entre França e Brasil ganha ainda mais significado com a realização deste evento. O Fórum da Inovação pode ser, e é, um espaço fértil para o desenvolvimento de ações nas áreas tecnológicas, industriais e comerciais entre as empresas francesas e as empresas

brasileiras. Essas ações visam à expansão dos negócios e, principalmente, ao incremento do potencial inovador. É imperativo e salutar inovar nossas indústrias, nossos laboratórios, nossas universidades.

Nessa linha, outra iniciativa estabelecida em setembro, pelos dois governos, é o Grupo de Altos Executivos entre França e Brasil. Esse grupo tem o desafio de fortalecer ainda mais os laços econômicos e comerciais, em benefício das duas sociedades.

Hoje, o Brasil já é o principal parceiro comercial da França na América Latina, fora da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Somos o quarto parceiro comercial da França.

As trocas comerciais franco-brasileiras foram intensificadas em 2008, alcançando quase 9 bilhões de dólares. Isso significou uma progressão de 12,8% em relação a 2007.

Com todas as ações combinadas entre a França e o Brasil, acreditamos que os resultados dessa parceria podem ser ainda melhores. A parceria entre França e Brasil já tem resultados práticos e de envergadura. Na área da defesa, firmamos acordos para

a construção do primeiro submarino de propulsão nuclear brasileiro, além de outros quatro submarinos convencionais, e a construção no Brasil de 50 helicópteros na Helibras. Esses acordos, que movimentarão cerca de R\$ 24 bilhões, são importantíssimos para a economia, para a defesa, para o desenvolvimento tecnológico do Brasil, a partir da transferência de conhecimento, e para a cooperação internacional. Criamos um centro franco-brasileiro da biodiversidade, que fortalecerá a capacidade científica e tecnológica dos dois países e promoverá a formação de novos talentos.

Aqui, uma coisa que eu tenho feito uma certa provocação aos nossos companheiros franceses: a França ainda não soube dimensionar, não soube tirar proveito de ser o único país europeu com fronteira na América do Sul. A França ainda não aprendeu a trabalhar politicamente, de forma correta, explorando o fato de ser o único país europeu com participação na biodiversidade da Amazônia. Há 50 anos, há 40 anos, possivelmente, isso não teria nenhuma importância. Mas, no século XXI, com o problema do aquecimento global e com a importância que ganha a manutenção das florestas no mundo, a França precisa assumir o seu lado sulamericano e o seu lado latinoamericano. A França tem que olhar tanto para a União Europeia, olhar para os países do Leste Europeu, que são a parte pobre que está adentrando a parte rica da União Europeia, mas sempre com um olhar para a América do Sul, continente do qual a França faz parte. É preciso compreender isso para que não seja apenas a ocupação de um espaço colonizado, como foi no passado. É preciso que a França comece a dar importância na parte territorial sua na América do Sul. Eu penso que isso será de uma extraordinária grandeza na relação Europa-América do Sul, França e América do Sul.

Eu estou certo de que o diálogo entre a França e o Brasil é indispensável para o progresso das duas nações. Diálogo esse que deve ir além das parcerias comerciais, que, se vistas de forma isolada, já são da maior relevância. Quero ressaltar, porém, que essa aproximação é possível em virtude da afinidade que existe entre os nossos povos.

Prova disso é o vigor do Ano do Brasil na França e agora o Ano da França no Brasil. Em 2005, com o Ano do Brasil na França, houve um crescimento de 27% de turistas franceses no Brasil. Foi registrado, também, aumento nas matrículas em cursos de português na França, da ordem de 20%, em comparação ao ano anterior. Para o Ano da França no Brasil foram realizados mais de 390 eventos, em 22 estados brasileiros, com atividades que vão da arte à ciência.

O Juca já falou aqui dos investimentos. Pouco para o tamanho, mas é importante que, além de tudo o que houve, nós distribuimos por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - a Capes - bolsas de estudo para que nossos estudantes tenham oportunidade de se aprofundar em outra cultura e trocar experiências e saberes. Das cerca de 4.400 bolsas distribuídas pela Capes neste ano, 27% são para estudos na França. O número de bolsistas na França mantidos pela Capes praticamente dobrou de 2003 para 2009. E, de 2007 para cá, temos mais bolsistas estudando na França do que nos Estados Unidos. Esse é um dado extremamente importante na preferência que o Brasil começa a ter pela França. Isso traduz a sinergia entre a França e o Brasil e a necessidade de dialogarmos cada vez mais.

Portanto, eu quero agradecer a todos vocês, franceses e brasileiros que têm se empenhado para reforçar e inovar esse diálogo que, comprovadamente, só traz benefícios às duas sociedades. Eu espero que esse encontro possa

possibilitar, daqui para frente, que França e Brasil ajam de acordo com as necessidades e de acordo com a grandeza dos dois países. Parabéns a franceses e parabéns a brasileiros!

VISITA DO PRESIDENTE DE ISRAEL, SHIMON PERES

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DE ISRAEL, SHIMON PERES - PALÁCIO ITAMARATY, 11/11/2009

Excelentíssimo senhor Shimon Peres, presidente de Israel,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, por intermédio de quem cumprimento todos os ministros brasileiros aqui presentes,

Senhor Stas Misezhnikov, ministro do Turismo de Israel, por intermédio de quem cumprimento os demais integrantes da delegação de Israel,

Embaixadores,

Jornalistas,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu vou ser muito breve, porque depois nós vamos responder algumas perguntas para a imprensa aqui presente.

Eu só queria dizer que a visita do presidente Shimon Peres ao Brasil é uma extraordinária oportunidade para renovarmos a nossa antiga amizade. Amizade que data do nascimento do Estado de Israel, que foi reiterada quando Oswaldo Aranha presidiu a histórica sessão das Nações Unidas, em 1947, quando se aprovou a criação do Estado de Israel.

Naquele momento, a comunidade internacional apostou na paz para o Oriente Médio, castigado por tantas aventuras coloniais. Apostou na promessa de prosperidade para seus povos. Essa também foi nossa aposta, a aposta brasileira, da diplomacia brasileira.

A paz no Oriente Médio é esperança de todos. Os interlocutores estão identificados, as dificuldades são conhecidas, e as soluções existem. Mas a paz e a reconciliação somente serão alcançadas pelo diálogo e pela negociação. Repudiamos todos os atos de terrorismo praticados sob qualquer pretexto, por quem quer que seja.

Recordo e homenageio a coragem pessoal do embaixador Souza Dantas, em Paris, e de dona Aracy, em Hamburgo, que ajudaram a salvar as vidas de centenas de judeus na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial.

Os acordos que assinamos hoje em áreas tão variadas, como o turismo, produção cinematográfica e cooperação técnica, ajudarão a enriquecer o diálogo entre dois povos que celebram a vida.

Caro amigo presidente Shimon Peres,

Vossa excelência, como homem de larga experiência política, ganhador do Prêmio Nobel da Paz, sabe que não haverá paz sem concessões políticas.

Em 1996, ainda sob o impacto do brutal assassinato do primeiro-ministro Rabin, Vossa Excelência disse: “Se quisermos deixar para a próxima geração um mundo sem guerras, nossa geração deve passar pelas agonias da paz”.

Sabemos que são altos os custos para se alcançar uma reconciliação duradoura. Mas, certamente, israelenses e palestinos não devem temer os sacrifícios da paz. Uns como os outros podem contar com o Brasil para a construção de uma paz cujas repercussões positivas transcenderão as fronteiras do Oriente Médio, espalhando-se para toda a Humanidade.

Shalom!

**DECLARAÇÃO SEGUIDA DE ENTREVISTA COLETIVA,
CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DA
FRANÇA, NICOLAS SARKOZY - PARIS - FRANÇA , 14/11/2009**

Bem, eu penso que os companheiros da imprensa brasileira e francesa não vão precisar que o presidente Sarkozy e eu leiamos aqui alguns dos parágrafos do nosso acordo porque vocês ou já receberam ou vão receber.

Há um dado muito concreto que eu gostaria de dizer a vocês. Eu penso que os números que a ministra Dilma anunciou demonstram uma coisa, presidente Sarkozy, muito séria. Somente a diminuição de gás efeito estufa por conta do desmatamento da Amazônia, que assumimos até 2020, equivale à proposta que o presidente Obama está mandando ao Congresso Nacional. É importante ver que o Brasil não está brincando nessa questão do clima. Nós estamos assumindo compromissos factíveis, verdadeiros, e achamos que, pelas características do Brasil, a gente pode ajudar a que o mundo reflita com mais seriedade e com mais serenidade os riscos que nós mesmos estamos causando à humanidade.

Segundo, dizer ao meu amigo Sarkozy que, finalmente, França e Brasil acordaram. Nós sempre fomos muito amigos. Os brasileiros sempre gostaram muito dos franceses, menos

no futebol, sabe. Mas sempre gostamos muito dos franceses. Não, é porque vocês inventaram um tal de Platini, depois inventaram um tal de Zidane, que tiraram a gente de três Copas. Mas, de qualquer forma, a amizade política continua e a amizade de Estado para Estado está cada vez mais forte.

Mas a verdade é essa, é que Brasil e França sempre foram muito parceiros, sempre se gostaram muito, muitos franceses vão ao Brasil, muitos brasileiros vem a Paris, ou seja... Mas nós nunca levamos muito a sério a relação entre o Estado francês e o Estado brasileiro. E o presidente Sarkozy, ao tomar posse, deu um passo gigantesco para consolidar essa que era uma boa amizade política, cultural, sabe, em uma relação profissional entre o Estado francês e o Estado brasileiro. Ou seja, além de sermos amigos, nós precisamos ter um pensamento estratégico para os próximos 50, 100, ou quem sabe, para o século XXI inteiro.

E começamos a estabelecer nessa ideia da estratégia entre França e Brasil os acordos do submarino, os acordos dos helicópteros, os acordos dos aviões caça, que mantém os

mesmos princípios que nós acordamos em Brasília. Todo mundo sabe que essa não é uma coisa simplista, é uma coisa complicada e que nós temos concorrentes e que, portanto, nós temos que conversar com muito jeito. Mas mais importante, e isso, presidente Sarkozy, me permita lhe dizer uma coisa aqui: a França é o único país da Europa que pode orgulhosamente dizer que tem 700 quilômetros de fronteira na Amazônia com o Brasil. É um privilégio extraordinário ao mesmo tempo ser um país europeu e um país amazônico.

Da mesma forma, a França tem um pé cultural muito forte no continente africano. Ora, se nós - e o Brasil também tem um pé muito forte no continente africano - se nós não transformarmos essas características naturais em uma força política que permita que nas negociações não sejamos apenas França ou apenas Brasil ou apenas França e Brasil, mas que seja um conjunto de forças políticas, que tenham coisas de bens comuns, de interesses comuns, a gente terá muito mais dificuldade de fazer o mundo contemporâneo fazer as mudanças que precisam ser feitas, desde a questão climática à questão da governança global.

Lamentavelmente, na política, é mais fácil ser conservador, porque ser conservador é você não querer mudar nada, é ficar tudo como está. Eu não sei se os franceses sabem disso, os brasileiros sabem. Mas, quando eu digo conservador, não é no sentido ideológico, é no sentido prático da vivência humana.

Quando, no Brasil, você tem uma pessoa pobre morando em uma área de risco e começa a chover, e a gente vai tentar convencer aquela pessoa a sair daquele local porque ela vai morrer, ela não quer sair, ela quer ficar lá, porque ali ela conhece e, ali, ela pensa que nada vai lhe acontecer.

E o novo é uma novidade que nem todo mundo tem coragem de enfrentar.

E eu queria dizer que o presidente Sarkozy teve coragem de enfrentar o novo. E qual é o novo? É não repetir a mesmice do século XX, é pensar no século XXI adentrando ao século XXII, é pensar no amanhã em vez de ficar discutindo o ontem, o anteontem, é discutir o futuro em vez de discutir o passado.

Então, esse documento que nós assinamos é um documento histórico, que eu espero que possa servir de paradigma para balizar as discussões que os chefes de Estado deverão ter em Copenhague em 16 de dezembro e 17 de dezembro.

Queria dizer mais uma coisa, presidente Sarkozy: a França e o Brasil precisam ficar muito atentos, porque essas coisas todas são muito fáceis de falar, a discussão ambiental, na universidade, é fácil de ser feita, muitas vezes, dentro dos congressos, ela é fácil de ser feita. Mas, na hora em que chega na vida prática, que você tem que transformar a teoria em números práticos e concretos, e objetivos definidos, as coisas começam a ficar mais difíceis.

Pois bem, desde o Protocolo de Quioto, pouca coisa avançou. Eu, de vez em quando, penso, Sarkozy, que a desgraça, por maior que ela seja, ela, às vezes, acontece para chamar o homem, na sua pequenez diante do universo, a pensar um pouco grande.

O gás de efeito estufa, na hora em que ele é lançado na atmosfera, não tem privilégio de país rico e país pobre. Esta foi uma sabedoria de Deus, ao fazer a Terra redonda, e ao fazer ela girar, porque todos nós estaremos passando, em algum momento, por todos os lugares. E isso, obviamente que aumenta... se o mundo fosse retangular ou quadrado, em que tivesse mais gás em cima do território americano, ou em cima do território chinês, ou em cima do território brasileiro, a gente

construiria até um muro no alto, para não permitir que o gás de efeito estufa adentrasse. Mas não, o mundo é redondo. Ele está girando, e todos nós estamos sendo vítimas da mesma irresponsabilidade nossa.

Então, veja, o que nós temos que ter cuidado? Nós não temos o direito de permitir que o presidente Obama e o presidente Hu Jintao façam um acordo com base, apenas, nas duas realidades políticas e econômicas dos seus países. Ou seja, no fundo, no fundo, de um lado, o que a gente está percebendo é a tentativa da criação de um G-2, com interesses específicos para resolver o problema político e climático dos dois países, sem se importar com as responsabilidades que nós temos que ter com o conjunto da humanidade, envolvendo pobres e ricos, Norte e Sul.

Eu fiquei com a responsabilidade de ligar para o presidente Obama, vou ver se na segunda-feira eu falo com ele, porque é preciso que os Estados Unidos, como a maior economia do mundo, seja o mais ousado do mundo, para melhor, e não para trás. Que a China, que não tem a mesma responsabilidade que os países desenvolvidos, mas que cresce de forma extraordinária, tenha que ter um pouco mais de ousadia na sua proposta.

Ninguém está exigindo que qualquer pessoa faça o impossível. O que nós queremos é que todos nós façamos apenas o razoável, e que tenhamos a coragem de deixar para os futuros seres humanos, que ainda vão vir, um mundo pelo menos igual àquele que nós herdamos dos nossos pais.

Por isso, eu queria dizer, presidente Sarkozy, da minha alegria profunda de o Brasil e França terem chegado a esse acordo. Isso aqui é um marco histórico na relação entre os dois países e é um sinal histórico de que França e Brasil não estão brincando quando discutem a questão. Muito obrigado.

CÚPULA MUNDIAL SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SESSÃO DE ABERTURA DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR - ROMA - ITÁLIA, 16/11/2009

Bem... Lugo, tudo bem?

Cumprimentar a mesa coordenadora dos trabalhos,

Cumprimentar os chefes de Estado e de Governo,

Cumprimentar as senhoras e senhores chefes de delegação,

Cumprimentar os ministros,

Meus amigos e minhas amigas,

Minha presença aqui, em mais esta importante reunião da FAO, renova meu compromisso e o do meu governo com aquela que tem sido nossa primeira prioridade: a segurança alimentar e a erradicação da fome.

Faço parte daqueles milhões de brasileiros que deixaram sua região natal para escapar do flagelo da fome. Tenho da fome, da pobreza e da exclusão social uma experiência de vida, mais do que uma percepção intelectual.

Historicamente, milhões de homens e mulheres do meu país foram empurrados para fora da sociedade por um modelo de crescimento concentrador de renda, que reproduzia a desigualdade. A economia estava organizada para atender apenas 60% dos brasileiros, deixando os restantes entregues à própria sorte.

Milhões de seres humanos eram vistos como estorvo. Qualquer esforço para socorrê-los da pobreza, da exclusão e da desigualdade era visto - e ainda o é, por alguns - como “assistencialismo” ou “populismo”. Havia que inverter essa lógica perversa.

Os milhões, que antes não encontravam lugar em nossa sociedade, passaram a ser, pouco a pouco, nosso maior ativo. Hoje eles formam parte da nova fronteira econômica, social e política que está moldando um outro Brasil: uma nação mais próspera, soberana e cada vez mais democrática.

Delegados e delegadas,

A experiência brasileira e de outros países mostra que o enfrentamento do problema da fome exige, antes de mais nada, vontade e determinação política.

Foram iniciativas políticas que permitiram ao Brasil retirar 20 milhões e 400 mil pessoas da pobreza e reduzir em 62% a desnutrição infantil, quebrando o ciclo perverso que perpetua a miséria e a desesperança. Alcançamos esses resultados criando uma forte rede de proteção social articulada com políticas de estímulo à agricultura familiar.

Programas como o Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero, que atendem mais de 50 milhões de brasileiros, garantem que os alimentos cheguem, efetivamente, à mesa dos que mais precisam. Além disso, estimulam a produção agrícola, promovem o desenvolvimento local e contribuem para criar um vasto mercado de consumo popular.

Nosso mercado interno teve papel decisivo para que o Brasil fosse um dos últimos países a entrar na recente crise internacional e um dos primeiros a sair dela. A agricultura familiar é componente essencial dessa estratégia, produzindo 70% dos alimentos consumidos no País e representando 10% do Produto Interno Bruto. São 4 milhões e 300 mil famílias gerando alimentos e biocombustíveis de forma plenamente compatível e sustentável.

Esses resultados não seriam possíveis sem um novo ímpeto à reforma agrária. De 2003 a 2009, assentamos o equivalente a 60% de todas as famílias até hoje beneficiadas pela reestruturação fundiária do País. Além do acesso à terra, expandimos em 500% o crédito à pequena agricultura, ampliamos a assistência técnica e desenvolvemos a infraestrutura de armazéns públicos. Mais de 1 milhão e 300 mil famílias são beneficiadas com o seguro agrícola.

O Programa de Aquisição de Alimentos destina produtos da agricultura familiar a todos os grupos ameaçados pela insegurança alimentar. Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que serve diariamente 52 milhões de refeições gratuitas aos alunos do ensino público, agora é obrigado a comprar da agricultura familiar, no mínimo, 30% de tudo o que distribui.

Sem falar no programa Luz para Todos, que já levou energia elétrica, gratuitamente, para 2 milhões e 146 mil famílias - mais de 10 milhões de pessoas -, principalmente na

zona rural, tornando cada vez mais próxima a universalização do acesso à energia em nosso país.

Tais avanços produtivos e sociais foram acompanhados de valiosas conquistas ambientais. Entre outras, a redução drástica do desmatamento, a ampliação das áreas florestais protegidas e o completo zoneamento agroecológico do País.

Mas o Estado brasileiro não está sozinho nesse esforço. Conta com o engajamento indispensável dos movimentos populares e de diversos setores da sociedade civil, por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, diretamente vinculado à Presidência da República. Com isso, logramos alcançar o 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio bem antes do prazo estabelecido. Agora trabalhamos para a total erradicação da fome no Brasil.

Senhoras e senhores,

Frente à ameaça de um colapso financeiro internacional, causado pela especulação irresponsável e pela omissão dos Estados na regulação e na fiscalização do sistema, os líderes mundiais não hesitaram em gastar centenas e centenas de bilhões de dólares para salvar os bancos falidos. Com menos da metade desses recursos, seria possível erradicar a fome em todo o mundo.

O combate à fome, contudo, continua praticamente à margem da ação coletiva dos governos. É como se a fome fosse invisível. Muitos parecem ter perdido a capacidade de se indignar com um sofrimento tão longe de sua realidade e experiência de vida. Mas os que ignoram ou negam esse direito acabam por perder sua própria humanidade.

Quando lançamos o Fórum Mundial de Combate à Pobreza, em Genebra, em 2004, propugnamos uma verdadeira parceria global para mobilizar vontade política e apoio financeiro.

Na última reunião do G-8 mais o G-5, em L'Áquila, demos um passo importante. Na Declaração sobre Segurança Alimentar, nos comprometemos a destinar US\$ 20 bilhões a essa causa. Mas ainda é insuficiente para enfrentar a tragédia cotidiana da fome no Planeta.

Necessitamos, sim, de medidas que funcionem em situações emergenciais. O mais importante, no entanto, são as soluções de longo prazo, capazes de prevenir as calamidades.

É fundamental que os países desenvolvidos cumpram os compromissos assumidos e aumentem os níveis da Assistência ao Desenvolvimento. O sistema multilateral de comércio precisa livrar-se dos vergonhosos subsídios agrícolas dos países ricos. Eles sabotam a incipiente agricultura dos países mais pobres, cancelam suas esperanças de fazer dela uma ponte para o desenvolvimento.

Não teremos êxito no combate à fome se não mudarmos radicalmente os padrões de cooperação internacional. É preciso virar a página dos modelos impostos de fora. Não faz sentido que o FMI e o Banco Mundial imponham ajustes estruturais que inviabilizem as políticas públicas de estímulo à agricultura dos países mais pobres. Não podemos desperdiçar as experiências acumuladas nos próprios países beneficiários.

Esse é o caminho trilhado pelo Brasil para cooperar com as nações mais pobres na luta contra a insegurança alimentar. Transferimos, sem condicionalidades, a tecnologia de ponta que revolucionou nossa agricultura e compartilhamos nossas exitosas políticas públicas de inclusão social.

Tenho, nesse sentido, recebido dezenas de líderes africanos no Brasil, e visitei 21 países na África, alguns deles mais de uma vez. Ontem, realizamos um encontro África-

Brasil para discutir a participação da Embrapa no desenvolvimento da agricultura na savana africana.

O papel das Nações Unidas e, particularmente, da FAO é decisivo para construir um mundo sem fome. A FAO tem legitimidade para conduzir esse debate, garantindo a participação ampla de governos e da sociedade civil.

Por esse motivo, o Brasil tem devotado o melhor de seus esforços para a reforma do Comitê de Segurança Alimentar. Ele deve tornar-se um foro representativo de todos os atores relevantes na construção de uma parceria global para a agricultura e a segurança alimentar.

Atitudes isoladas e voluntaristas serão sempre paliativas. Na falta de ação coletiva e coordenada, a pobreza extrema e a exclusão social continuarão a gerar focos de instabilidade e conflito. Um mundo de desempregados, miseráveis e famintos jamais terá paz e segurança duradouras. Sem horizontes, sem esperanças, sem futuro para mais de 1 bilhão de seres humanos, como esperar um convívio harmonioso e cooperativo entre os povos? Sobretudo porque não há carência de alimentos. Ninguém ignora que já produzimos o suficiente para alimentar, com sobras, toda a Humanidade.

Mais que um lamento, esta é uma convocação. Já afirmei, e faço questão de reiterar, que a fome é a mais terrível arma de destruição em massa existente no nosso Planeta. Na verdade, ela não mata soldados, ela não mata exércitos. Ela mata, sobretudo, crianças inocentes que morrem antes de completar um ano de idade. Vencê-la está, realisticamente, ao alcance de nossas mãos. Só assim abriremos caminho para um mundo justo, livre e democrático com que todos nós sonhamos.

Muito obrigado.

306ª SESSÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, NA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO - 306ª SESSÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - GENEBRA, 16/11/2009

Excelentíssima Senhora Presidenta do Conselho de Administração da OIT, Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo,

Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral da OIT, Embaixador Juan Somavia,

Excelentíssimo Senhor Representante do Grupo Empregador, Sr. Daniel Funes de Rioja,

Excelentíssimo Senhor Representante do Grupo Trabalhador, Sir Roy Trotman,

Excelentíssimo Senhor Representante do Grupo Governamental, Embaixador H.E. Mr Abdul Hannan,

Senhoras e Senhores Embaixadores,

Senhoras e Senhores,

Amigos que reencontro e outros com os quais terei o prazer de novas relações,

Naturalmente voltar à OIT é um prazer muito grande. Passei aqui momentos interessantes e difíceis. Não há momentos interessantes que não sejam difíceis e nem momentos difíceis que não sejam interessantes. Foi para mim uma experiência diplomática única lidar não apenas com a representação de países - que é o que estamos acostumados a fazer no mundo da diplomacia -, mas lidar também com a representação de trabalhadores

e empregadores. Creio que me preparou um pouco também para as funções de Ministro que voltei a assumir no Governo do Presidente Lula, um governo muito voltado ao diálogo com a sociedade civil, um governo que pelo próprio nome do seu partido representa os trabalhadores, mas que também nunca se furtou ao diálogo com os empresários, com os homens de negócio do nosso país. É esse espírito de diálogo e de conciliação que existe na OIT, na busca de soluções comuns, que também serve de inspiração para o Governo do Presidente Lula. Por isso mesmo, ele já esteve aqui mais de uma vez em momentos importantes para trazer a sua mensagem.

Gostaria de agradecer ao Diretor-Geral, meu querido amigo Juan Somavia, pelo convite que me dirigiu - por meio de nossa querida Presidenta do Conselho de Administração - para participar desta reunião do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social da Globalização. Recordo-me que a primeira reunião deste Grupo de Trabalho, em seu formato atual e com o nome atual, ocorreu em novembro de 2000, durante período em que tive a honra de presidir o

Conselho de Administração da OIT. É um grande prazer retornar a esta casa para falar de tema tão relevante.

A tarefa de promover a dimensão social da globalização nunca foi tão crucial como nos dias de hoje, e creio que isso já foi de alguma maneira assinalado e será aprofundado pelo Diretor-Geral. Vivemos período de crescimento inédito nos índices de desemprego e subemprego. Embora todos os países tenham sido severamente afetados pela recessão, os mais pobres têm suportado o fardo maior da crise - que é econômica e financeira em sua origem, mas social e humana em suas consequências.

A crise revelou as graves deficiências da atual governança econômica global. Na medida em que economias nacionais mergulhavam em recessão, na medida em que populações inteiras passaram a sofrer privações incalculáveis, ficou ainda mais evidente que as instituições internacionais devem ser reformadas, sob o risco de perderem legitimidade e relevância. Sistemas regulatórios complacentes falharam em sua tarefa de prevenir a crise.

Durante anos e décadas, as instituições financeiras internacionais se dedicaram a exigir dos países pobres o cumprimento de receituário macroeconômico rígido. Sequer advertiram contra os perigos da jogatina em que se havia transformado o mercado financeiro. Frequentemente foram críticas de medidas anticíclicas e negligenciaram as implicações sociais de políticas econômicas. Reverenciaram a mão invisível do mercado e subestimaram o papel regulador do Estado.

Senhora Presidenta,

Na abertura da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente Lula lembrou que “mais do que uma crise de grandes bancos, esta é uma crise de grandes dogmas”. É nossa obrigação reformar a governança

global e proteger os mais pobres dos piores efeitos dessa crise.

A OIT tem um papel fundamental nesses esforços. De fato, desde sua criação, ainda sobre os escombros da I Guerra Mundial, a OIT sempre se empenhou em estabelecer uma fundação social sólida para a economia internacional. Harold Butler, segundo Diretor-Geral da OIT, já afirmava, em 1932, que tanto a dimensão social quanto a dimensão econômica são essenciais. Devem, portanto, ser examinadas como partes interdependentes de uma única abordagem política que promova o desenvolvimento econômico, a criação de empregos e a justiça social.

A OIT tem o mérito de reunir e promover o entendimento entre trabalhadores, empregadores e governos. Espelho da economia real, esta entidade tem sido o símbolo da defesa de empresas sustentáveis, do emprego decente, da proteção social universal e da disseminação da liberdade de associação e de expressão. As convenções e as recomendações da OIT são a base normativa para que se possa avançar em direção a um processo de globalização mais justo.

O Brasil apoiou fortemente a participação da OIT nas presentes discussões sobre a governança global e os esforços para superar a crise. Como sublinhado pelo Presidente Lula na Cúpula Mundial pelo Emprego, em junho último: “no momento em que tantos paradigmas caem por terra, a OIT representa uma reserva política, mas também ética e moral.”

A adoção do Pacto Global pelo Emprego foi passo particularmente importante. Ao atribuir papel central a medidas anticíclicas e à proteção social, a proteção aos mais vulneráveis, no âmbito de planos de recuperação, o Pacto é referência para o sistema da ONU e para as instituições de Bretton Woods. Na mesma linha, o Brasil apresentou, no ECOSOC,

resolução cujo objetivo é o de integrar o Pacto Global pelo Emprego na agenda de Fundos e Programas das Nações Unidas como um todo e também de instituições financeiras internacionais. Porque não basta sair da crise; é preciso sair da crise criando empregos e criando empregos dignos.

É nossa responsabilidade que o Pacto seja implementado nos níveis internacional e nacional. A superação da crise é desafio de todos, mas exige soluções específicas, adaptadas às circunstâncias de cada um. A troca de experiências sobre políticas bem-sucedidas é instrumento útil para auxiliar Governos a delinearem medidas eficientes: permite conceber soluções distintas para problemas diferentes. Não há país que não tenha bons exemplos a oferecer, nem país que nada tenha a assimilar. Eu costumo dizer - em um outro foro, o foro dos direitos humanos, mas creio que isso vale para a área do trabalho - que nessas áreas, tanto os direitos humanos quanto o trabalho, não há professores nem alunos, todos podem aprender e todos podem ensinar.

O princípio de um piso básico de proteção social - consagrado no Pacto - teve papel decisivo na rápida recuperação econômica brasileira. A cobertura de saúde universal e a segurança de renda garantida aos pobres, aos desempregados, aos idosos e aos portadores de deficiência pouparam o Brasil dos efeitos mais sérios da crise. Graças a essas políticas e a programas como o Bolsa Família - que beneficia 11 milhões de famílias, ou seja, quase 50 milhões de pessoas -, a desigualdade no Brasil, o flagelo que nos acometeu e continua nos acometendo, tem caído de maneira notável, continuada e consistente. E a queda da desigualdade através de programas como o Bolsa Família não só transferiu renda, mas ensinou a criação de empregos, dinamizando as economias locais. Portanto, é uma falácia

supor que é preciso primeiro crescer para depois criar justiça social, que é primeiro necessário ter índices econômicos positivos, para depois criar empregos.

A cooperação Sul-Sul pode e deve contribuir para aliviar a pobreza e os efeitos da crise. O Brasil está muito empenhado na cooperação Sul-Sul e tem desenvolvido cooperação triangular com a OIT nas áreas de seguridade social e eliminação do trabalho infantil em países como Haiti, Paraguai, Equador, Bolívia, Peru, Angola, Moçambique e Timor-Leste. O Governo brasileiro está pronto a continuar trabalhando com a OIT e também com outros países em desenvolvimento - e quem sabe também com outros países ricos que queiram compartilhar conosco essas experiências - para poder levar boas práticas e intercambiar lições.

Senhora Presidenta,

É difícil exagerar o impacto da crise econômica global nos níveis de emprego e pobreza no mundo. A OIT estima que mais de 40 milhões de empregos foram perdidos durante a crise. Os efeitos serão sentidos por muito tempo. Nesse contexto, os resultados da Cúpula do G20 em Pittsburgh, em que a OIT se exprimiu pela sempre eloquente voz do Diretor-Geral Juan Somavia, são uma conquista importante. Ao destacarem a face humana da crise, os Chefes de Governo declararam que o mercado financeiro ou outros não deve ser um fim em si mesmo, e, sim, um instrumento que ofereça crédito e recursos à economia real, o que é muito importante para empresários e trabalhadores. Houve consenso sobre a necessidade de que o sistema financeiro opere de maneira responsável e sob marcos regulatórios bem definidos. A Declaração dos Líderes de Pittsburgh lembra que “grandes falhas de regulação e supervisão (...) criaram fragilidades financeiras perigosas”, que estão na raiz da crise que enfrentamos. O documento

dos Presidentes e Primeiros-Ministros também ressalta ser preciso promover “uma recuperação durável que crie os bons empregos de que nossas populações necessitam.”

O encontro de Ministros do Trabalho e Emprego, nos EUA, previsto para o primeiro semestre de 2010, em seguimento à Declaração de Pittsburgh, será momento-chave nos esforços de construção de um sistema econômico e financeiro que recompense a economia real, e não a virtual; remunere os trabalhadores, e não especuladores; e retribua as empresas produtivas, e não as que se dedicam à ciranda financeira. O sucesso da recuperação e do novo modelo de crescimento que se deseja promover será medido igualmente não só pela quantidade, mas também pela qualidade dos empregos criados. É nesse contexto que o conceito de trabalho decente, promovido por essa Organização, especialmente pelo seu Diretor-Geral, ganha especial importância.

As Reuniões de Cúpula e Ministeriais do G-20 são oportunidades valiosas de coordenação de posições e de exame de propostas para a recuperação da crise. A participação de países em desenvolvimento e de organizações como a OIT são a garantia de que o diálogo no Grupo não se limitará apenas a refletir os interesses dos ricos ou visões tecnocráticas estreitas. Fico satisfeito em saber que entre os documentos preparatórios deste Grupo figuram relatórios que refletem as visões de diferentes setores e regiões. Como ressaltei na Conferência das Nações Unidas sobre a Crise Econômica e Financeira e o Impacto sobre o Desenvolvimento, em junho último, é importante que haja oportunidades para que todos, sem exceção, possam defender seus pontos de vista. Foi precisamente a participação dos países mais pobres em foros como a Assembléia Geral e Conferências que nos permitiu conferir a ênfase devida aos impactos sociais da crise,

inclusive sobre o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O desenvolvimento econômico e a inclusão social também dependem de melhor acesso a mercados para produtos agrícolas dos países em desenvolvimento. A crescente pobreza rural na África subsaariana e no sul e sudeste da Ásia já atingiu mais de 600 milhões de pessoas. No entanto, infelizmente, enquanto não se conclui a Rodada de Doha, países da OCDE gastam mais em subsídios para premiar a ineficiência de seus produtores do que em Assistência para o Desenvolvimento em favor de vítimas da fome, pobreza e exclusão social.

Segundo a FAO, são necessários US\$ 44 bilhões para revitalizar a agricultura no mundo em desenvolvimento - um montante modesto se comparado às muitas dezenas de bilhões de dólares gastos todos os anos em subsídios pelos países ricos aos seus agricultores. A disponibilização de recursos é importante para aliviar as necessidades imediatas dos países mais pobres. Sobre isso, discutem-se hoje na FAO questões ligadas à segurança alimentar. Acabo de vir do Mali, um país pobre da África, mas um país empenhado em melhorar a situação. Desenvolveu um programa de cooperação na área de melhora do cultivo do algodão. E ali eu vi algo curioso, algo que eu não sabia o que era: uma pequena haste, um pequeno pedaço de pau, onde havia uma criação de insetos. Eram insetos que devoravam outros insetos, devoravam os insetos predadores que afetavam a produção de algodão. Mas eu pensei e disse para o Presidente do Mali, que estava comigo, que o pior predador não estava ali, porque o pior predador para países como o Mali - que produzem algodão e enfrentam a concorrência internacional - são os subsídios pagos pelos países ricos. Infelizmente, nós ainda não inventamos um inseto que possa devorar esse predador. A

ajuda aos países pobres é muito importante, mas não é suficiente. Cooperação, investimento, transferência de tecnologia, compartilhamento de conhecimento e treinamento profissional são centrais para promover uma globalização mais justa e inclusiva.

Como pude presenciar em recente viagem que incluiu o Mali, mas também o Togo, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial, somente para citar alguns exemplos, os esforços de cooperação Sul-Sul promovidos pelo Brasil, mas também por outros países, seguem nessa direção.

Por que eu enfatizo a cooperação Sul-Sul? Porque não se trata apenas de dinheiro, se trata de compartilhar experiências. Países como o Brasil, como a Argentina, como outros da América do Sul, como a África do Sul, são países que passaram e passam ainda por situações muito parecidas com as de outros países em desenvolvimento, mas mais pobres do que nós. Portanto, nós podemos dividir com eles as experiências que tivemos, não há duzentos anos como os países ricos, mas que tivemos e continuamos a ter agora. Por isso, a cooperação Sul-Sul deve ser uma preocupação de todos os organismos internacionais, e eu fico contente de verificar que é uma preocupação do Diretor-Geral da OIT, uma preocupação dessa Organização.

Senhora Presidenta,

O Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social da Globalização foi criado em período de grandes incertezas com relação à economia internacional. Em novembro de 2000, ainda era possível sentir o gosto amargo deixado pelo fracasso da Reunião Ministerial da OMC, no ano anterior, em Seattle. Viviam-se atmosfera de grande pessimismo com relação ao processo de globalização. E eu creio que, em parte, a conspiração positiva, eu diria, que resultou na minha indicação como Presidente do Conselho de Administração,

se deveu justamente a esse gosto amargo, a essas dúvidas que existiam. Porque sendo eu também, naquela época, Embaixador na OMC e preocupado com temas sociais, como sabia o Diretor-Geral, poderia talvez, pelo menos, ajudar no diálogo.

A criação do Grupo de Trabalho, e sua transformação em Grupo de Trabalho sobre globalização e não apenas sobre liberalização comercial, representou importante alento e injetou novo ânimo aos debates sobre o tema. Ouso afirmar que, a partir de nossas discussões, foi de certa maneira plantada a semente para o lançamento, em 2001, da agenda de desenvolvimento de Doha. Este Grupo de Trabalho aprofundou a discussão sobre questões até então negligenciadas e que de modo algum poderiam ser jogadas para debaixo do tapete. Havia a idéia sobre a globalização, como às vezes há sobre o mercado, que os problemas são resolvidos automaticamente, com a mera expansão da globalização. Foi a OIT o organismo pioneiro que começou a discutir a globalização não apenas sobre seus aspectos grandiosos, não apenas sobre seus aspectos charmosos, mas também sobre seus aspectos dramáticos, desequilíbrios e assimetrias. Ao trazer-se o debate para o foro apropriado, naquela ocasião, em 2001, afastou-se o fantasma do protecionismo, que para muitos inspirava a chamada “cláusula social”. Isto permitiu o lançamento de negociações comerciais importantes também para os trabalhadores. Importantes sobretudo para os países em desenvolvimento, principalmente para aqueles das áreas mais pobres que dependem de acesso a mercados e necessitam de condições de concorrência adequadas. É o caso da África, onde estive recentemente, e onde pude apurar que 80-85 % da mão de obra está no setor rural.

Por isso, é de fundamental importância concluir a Rodada Doha. Eu sou um otimista,

ainda creio que é possível concluir a Rodada Doha. Os resultados das discussões mantidas até hoje contêm benefícios inequívocos para os países em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres, em termos de redução e eliminação de subsídios e acesso a mercados. Seu valor global é ainda maior no contexto da crise econômica internacional. Isso foi reconhecido pelos líderes. Falta a capacidade de transformar essa declaração política numa ação real e operacional. Temos de concluir a negociação rapidamente, porque a oportunidade não durará para sempre.

A Rodada Doha, que chegou a ser chamada Rodada do Milênio antes de seu lançamento, é a última das grandes negociações do século XX. Estou convencido de que no século XXI será cada vez mais difícil separar aspectos sociais, ambientais, comerciais, econômicos e financeiros. Teremos de tratar as questões de forma integrada. Teremos o duplo desafio de superar visões pré-concebidas, sem permitir que a complexidade dos temas sirva de pretexto para o protecionismo. Estou seguro de que este Grupo terá uma importante contribuição a dar nesse grande debate que temos pela frente. E, sinceramente, eu diria, pensando até naquelas discussões que houve em Seattle e depois nos avanços que fizemos em Doha, que os países mais ricos, mais do que estarem preocupados em obter alguns dólares a mais com a vinda de alguma manufatura a mais, deveriam preocupar-se com esse novo mundo que nos temos que criar, em que teremos que tratar das questões sociais, das questões da mudança do clima, das questões financeiras e das questões comerciais, em conjunto. Essa é a verdadeira agenda democrática - democrática em seu sentido mais profundo - que creio deveríamos perseguir.

Senhora Presidenta,

Um ambiente de recessão e tensões sociais é solo fértil para o nascimento de

preconceitos e práticas nefastas. Tal atmosfera frequentemente conduz a atos de discriminação contra grupos vulneráveis. Em tempos de crise econômica, políticas de promoção da igualdade e de combate a todas as formas de discriminação devem ser reforçadas ainda mais. Eu sei que a igualdade de gênero está no coração do trabalho decente.

O preconceito contra trabalhadores migrantes tornou-se também especialmente preocupante. Não raro, está incrustado em legislações nacionais e em políticas governamentais. A Alta Comissária para os Direitos Humanos tem condenado com veemência essas políticas, que, em suas próprias palavras, tratam o migrante como “lixo tóxico”. Isso é o maior dos absurdos que temos que enfrentar nos dias de hoje. Esses mesmos migrantes, que são chamados para perfazer as tarefas que as populações mais sofisticadas dos países ricos não querem perfazer, no momento da crise, são tratados como se fossem totalmente desprezíveis e como se devessem ser mandados de volta para seus países de origem. O Brasil, que é um país em desenvolvimento, aprovou recentemente uma legislação que permite a regularização e residência temporária em benefício de praticamente todos os imigrantes irregulares no País. Não é que o Brasil seja um país extraordinário, mas se um país em desenvolvimento pode fazer isso, por que países ricos não podem fazê-lo? É uma pergunta que também deve fazer parte das preocupações das dimensões sociais da globalização e das dimensões sociais da crise.

A OIT tem muito a oferecer neste momento em que se esboça uma nova governança econômica global. O Presidente Franklin Roosevelt, ainda nos anos 1930, afirmou: “sempre soubemos que o egoísmo desmedido era um erro moral; sabemos, agora, que é também um erro econômico”. Na essência,

Roosevelt nos dizia que a promoção do emprego - e eu diria hoje, emprego decente - deve estar no centro de nossas estratégias de recuperação. Esta é a lição que a OIT tem buscado propagar ao longo de seus 90 anos de existência. Essa é a lição que todos devemos escutar.

Muito obrigado.

VISITA DA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA KIRCHNER

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTE DA ARGENTINA, CRISTINA KIRCHNER - PALÁCIO ITAMARATY, 18/11/2009

Excelentíssima senhora Cristina Fernández de Kirchner, presidenta da Argentina,

Senador José Sarney, presidente do Senado, Deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, por intermédio de quem cumprimento os demais ministros brasileiros aqui presentes,

Meu companheiro Jorge Taiana, ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, por intermédio de quem cumprimento os demais ministros argentinos,

Companheiros parlamentares, senadores, deputados,

Senhoras e senhores embaixadores,

Demais membros integrantes da delegação argentina,

Empresários,

Amigos da imprensa brasileira e da imprensa argentina,

Sua visita, Cristina, é sempre um evento especial, ocasião para reafirmar a aliança estratégica entre Argentina e Brasil.

Neste quarto encontro presidencial de nosso Mecanismo de Integração e Coordenação,

temos a oportunidade de dar mais um passo para realizar todo o nosso potencial.

A despeito de dificuldades, que alguns tentam exagerar, estamos maduros para enfrentar, de forma solidária e coordenada, os desafios que devem nos unir, jamais nos separar.

Juntos defenderemos melhor nossos interesses nacionais e faremos prevalecer uma nova visão de integração regional. Ajudaremos a moldar um mundo mais limpo e seguro para as próximas gerações.

Cara amiga Presidenta,

Esta reunião é especialmente oportuna no momento em que ainda não se dissipou uma crise mundial que questiona velhos paradigmas e requer respostas inovadoras.

Temos atuado juntos na esfera global. Mas temos também de buscar respostas bilaterais para enfrentar a crise.

Ao Brasil interessa uma Argentina forte, competitiva e próspera. Esse objetivo coincide com nosso interesse nacional. Ele é inseparável de nossa inserção no mundo do século XXI.

Essa relação em que os dois países ganham se traduz nos números de nosso comércio,

dos investimentos e da cooperação bilateral. Nunca nossos países foram tão integrados. Nunca nossos destinos foram tão inseparáveis.

O Brasil é o principal mercado para os produtos industrializados argentinos. Eles representam quase 70% das exportações da Argentina para o nosso país. Em 2009, de cada dez automóveis exportados pela Argentina, nove vieram para o Brasil.

O BNDES é parceiro entusiasta de nossa integração. Desde 2005, foi desembolsado US\$ 1,2 bilhão para projetos de ampliação e modernização da infraestrutura da Argentina e do seu parque produtivo. Outro US\$ 1,5 bilhão está destinado a setores prioritários como gasodutos, saneamento e abastecimento de água. Novas operações em exame de US\$ 4,5 bilhões não deixam dúvidas de que continuamos a apostar no extraordinário potencial da Argentina e de nossa parceria.

Juntos garantimos a adoção de um padrão de TV Digital comum na América do Sul, que abre importante espaço para a integração da infraestrutura de comunicações regional. A decisão comum nessa matéria, de Argentina, Brasil, Chile, Peru e Venezuela, consolida nossa região na vanguarda do acesso democrático à informação.

Empresas dos dois países são hoje grandes investidoras no outro lado da fronteira, onde geram renda e empregos. Em 2008, nosso intercâmbio alcançou quase US\$ 31 bilhões, um recorde. A importação de bens e equipamentos brasileiros ajudou a aumentar a competitividade das exportações argentinas para o resto do mundo.

Temos o desafio de retomar e superar os níveis anteriores, demonstrando que faremos do comércio uma alavanca para a retomada do crescimento.

O caminho a seguir é o incremento das exportações argentinas, não a diminuição das exportações brasileiras. Por isso, apoiamos

esforços de longo prazo para aumentar a competitividade do parque produtivo na Argentina. Nossa resposta à crise deve ser mais comércio e mais investimentos; mais negócios e integração produtiva. O protecionismo não é solução, apenas cria distorções difíceis de reverter.

Querida companheira Cristina,

Temos motivos para confiar no progresso de nossa parceria. Hoje, monitoramos o andamento dos 20 projetos em carteira: da cooperação nuclear e o sistema de pagamentos em moeda local até a interconexão energética.

Fizemos notáveis avanços em setores como a livre circulação de pessoas, o financiamento de projetos de integração produtiva e a complementação na indústria naval. Mas precisamos ir mais rápido. O projeto do satélite conjunto, por exemplo, está maduro. Exige de nós definições políticas e compromissos financeiros.

A Declaração Conjunta que acabamos de assinar aponta o caminho a seguir se quisermos consolidar, definitivamente, essa verdadeira comunidade de interesses. Nada disso será possível sem um Mercosul revigorado e uma Unasul consolidada. Esses mecanismos são a pedra de toque de uma integração sul-americana estável, justa e soberana.

Seria importante dar um grande e coordenado impulso às questões pendentes do Mercosul nas sucessivas presidências pro tempore que Argentina e Brasil terão no ano de 2010.

No G-20 Financeiro, defenderemos uma arquitetura financeira internacional com maior regulação, supervisão e participação dos países em desenvolvimento.

A ação conjunta de Argentina e Brasil permitiu incluir a OIT entre os convidados às Cúpulas de Londres e Pittsburgh, dando mais peso nas discussões do grupo para as questões do mundo do trabalho, que devem estar no

centro de nossas preocupações. Na OMC, não abdicaremos de um acordo que favoreça a agricultura nas regiões mais pobres; na Conferência sobre Mudança do Clima, cobraremos das nações industrializadas metas ambiciosas e apoio financeiro e tecnológico para os países que são as maiores vítimas do aquecimento global. Em todos esses tabuleiros, estamos comprometidos com soluções eficazes, legítimas e democráticas para os problemas mundiais.

Dentro desse espírito, exigimos a pronta restituição do presidente Manuel Zelaya. Caso contrário, as eleições de 29 de novembro estarão comprometidas e estará lançado um precedente extremamente perigoso. Este é o consenso de toda a América Latina e Caribe.

Companheira Cristina,

Temos um destino comum que vamos construindo por vontade de nossas sociedades e com a serena determinação de quem sabe que nossa parceria é em defesa das liberdades, na construção da prosperidade e na criação de um mundo mais justo.

É com essa convicção que eu queria dizer aos empresários brasileiros aqui presentes e aos empresários argentinos uma coisa que eu disse quando estive em Buenos Aires, com a Cristina, no debate empresarial: cada dia mais, argentinos e brasileiros precisam se enxergar e se entender como parceiros. Os dois países são muito interdependentes, os dois países precisam um do outro. Ao Brasil interessa que a Argentina cresça, se fortaleça, se industrialize e à Argentina deve interessar que o Brasil cresça e se fortaleça, porque cada vez mais tende a crescer o comércio entre nós.

Lógico que temos que levar em conta o tamanho da população brasileira, temos que levar em conta a diferença entre os dois países existente hoje. Mas é importante também que vocês saibam que na próxima reunião que

nós vamos fazer na Argentina, daqui a mais ou menos 90 dias, um tema prioritário será o tema dos investimentos e financiamentos do Brasil na Argentina. Porque se a gente ficar apenas olhando a diferença no déficit comercial de um ou de outro e, por conta disso, diminuirmos a nossa relação comercial, todos perderemos.

Então, o que nós precisamos fazer... e os empresários brasileiros precisam compreender isso, os empresários argentinos precisam compreender isso, e o governo brasileiro e o governo argentino precisam compreender isso: quanto mais investimentos brasileiros fizermos na Argentina, quanto mais financiamentos fizermos na Argentina, mais equilibrada será a nossa balança comercial, porque serão empresas produzindo na Argentina para exportar para o Brasil parte dos produtos fabricados na Argentina.

Por isso, nós tomamos uma decisão, Cristina e eu, que não está no documento assinado por nós - vai ser assinado depois -, uma decisão de que os nossos ministros de Indústria e Comércio, mais a ministra Débora, da Argentina, Miguel Jorge, Celso Amorim e Taiana, e mais os dois ministros da Economia, a cada 45 dias, vão ter que encontrar um jeito... A cada 45 dias jantam em Buenos Aires uma vez, outra vez jantam no Brasil, para que a gente não permita que qualquer problema individual ou de um segmento empresarial na relação comercial crie impedimento das boas relações entre os dois países.

É com essa afirmação e esse chamamento aos empresários brasileiros, que eu gostaria de propor a todos vocês um brinde em homenagem à nossa querida companheira Cristina Fernández de Kirchner, e em celebração à amizade fraterna entre o povo brasileiro e o povo argentino.

Muito obrigado.

VISITA DO PRESIDENTE DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA, MAHMOUD ABBAS

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA, MAHMOUD ABBAS - SALVADOR - BA, 20/11/2009

Excelentíssimo senhor Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina, Companheiro Jaques Wagner, governador do estado da Bahia,

Embaixador Riad Al Malik, ministro das Relações Exteriores, em nome de quem saúdo os demais integrantes da delegação da Autoridade Palestina,

Ministro Celso Amorim, em nome do qual cumprimento a delegação brasileira,

Embaixadoras, embaixadores,

Amigos jornalistas,

Amigos da Bahia,

É uma grande honra receber o presidente Mahmoud Abbas em Salvador, por ocasião da celebração do Dia da Consciência Negra no Brasil.

Nesta data de conscientização e valorização de nosso rico passado étnico-cultural, queremos transmitir uma mensagem de paz, tolerância e igualdade para todas as vítimas de discriminação e de preconceito no mundo.

Nada mais simbólico do que realizar esta celebração na primeira capital do Brasil, onde a formação da nação brasileira é revelada em toda a sua complexidade.

Nada mais simbólico do que contarmos com o privilégio da presença do presidente Abbas, um defensor da causa e dos direitos do povo palestino.

Senhor Presidente,

Não é só sangue negro que corre nas veias do povo brasileiro. A identidade árabe também está inscrita em nosso DNA. A contribuição trazida pelos imigrantes árabes permanece forte em nossa cultura e na maneira de ser dos brasileiros.

Os cerca de dez milhões de brasileiros descendentes de árabes contribuem imensamente para o progresso do Brasil e orgulham-se de conviver com uma comunidade judaica vibrante e ativa, da qual faz parte o nosso querido governador Jacques Wagner.

Nossa política externa reflete essa diversidade e pluralismo. São de longa data as relações do Brasil com o Oriente Médio, particularmente com os povos árabes e com o povo palestino em especial. Essas relações, sustentadas no passado por vínculos humanos, têm-se intensificado nos últimos anos. Isso não é obra do acaso, mas reflexo da importância

política e econômica atribuída pelo Brasil à região, amparada em laços afetivos de cooperação e amizade.

Para citar alguns exemplos concretos, abrimos Escritório de Representação em Ramalá, criamos o cargo de Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio e ajudamos a realizar a Cúpula América do Sul-Países Árabes.

Ao mesmo tempo, nosso comércio com o Mundo Árabe quadruplicou, desde 2002. Um futuro acordo de livre-comércio entre Mercosul-Palestina reforçará esses vínculos.

O Brasil sediará uma conferência econômica dirigida à diáspora palestina e às comunidades empresariais ibero-americanas, para fomentar investimentos e negócios na Palestina.

Presidente Abbas,

A paz e a estabilidade no Oriente Médio interessam à Humanidade. E tudo que interessa à Humanidade não nos é alheio. O Brasil quer ajudar a construí-la. Estou convencido de que o processo de paz se beneficiará da contribuição de outros países, além dos que tradicionalmente estiveram envolvidos.

A paz justa e duradoura na região depende do estabelecimento de um Estado palestino próspero, coeso e sem restrições, que garanta a segurança de Israel e que tenha seus direitos e os de sua população respeitados. A comunidade internacional não pode se conformar com menos do que isso.

A expansão dos assentamentos na Cisjordânia deve ser congelada. As fronteiras do futuro Estado palestino devem ser preservadas. Os palestinos devem ter maior liberdade de circulação nos Territórios Palestinos Ocupados. A situação humanitária na Faixa de Gaza é insustentável. A dignidade humana não pode continuar a ser ignorada.

O Brasil acredita que não se chegará ao entendimento por meio da exclusão e do isolamento. Advogamos o diálogo com todas as partes que genuinamente querem construir um futuro melhor para as próximas gerações.

Encorajo a Autoridade Nacional Palestina a seguir buscando a unidade de seu povo e um ambiente de convivência democrática. Aqueles que se amparam em dogmas inabaláveis semeiam a discórdia e fomentam, na verdade, a permanência do conflito.

Senhor Presidente,

O Brasil considera que o desenvolvimento é o principal antídoto contra o radicalismo e a desesperança. Respalamos com contribuições concretas nosso interesse em participar mais ativamente das discussões para a estabilidade do Oriente Médio. Dentro de nossas limitações, fizemos recentemente duas doações importantes.

Em 2007, na Conferência de Paris, ofertamos US\$ 10 milhões à Autoridade Nacional Palestina, uma das maiores contribuições dentre os países em desenvolvimento não-islâmicos. Esses recursos têm sido empregados na Cisjordânia, em projetos de cooperação nas áreas de saúde, infraestrutura e educação.

Em março último, anunciamos nova doação, em valor equivalente, desta vez para a reconstrução de Gaza. Compartilhamos o sofrimento de sua população, duramente atingida pelo conflito do início do ano e pela terrível escassez decorrente do bloqueio que lhe é imposto.

Em conjunto com a Índia e a África do Sul, levamos adiante o projeto, financiado pelo Fundo Ibas, de construção do um centro esportivo em Ramalá.

Meu querido Abu Mazen,

Como tive oportunidade de dizer ao presidente Shimon Peres, não precisamos

inventar soluções mágicas para a questão palestina. Os caminhos são conhecidos.

E Vossa Excelência é parte do patrimônio construído ao longo de anos de negociação. Sua dedicação, moderação e liderança injetam ânimo e confiança nos que acreditam num Oriente Médio em paz. A persistência é o único caminho contra o conformismo.

Confio em que Vossa Excelência continuará a colocar os interesses e os direitos do povo palestino acima de seus próprios. O Brasil estará sempre ao lado dos que preferem o diálogo e a persuasão.

Com essa convicção, peço a todos que a gente possa, daqui do Brasil, ficar torcendo para que o presidente Mahmoud Abbas e o povo palestino possa, junto com o povo de Israel, encontrar definitivamente a paz, porque o mundo precisa dela.

“Salámu Alêikum!”, Que a paz esteja com todos.

VISITA DO PRESIDENTE DO IRÃ, MAHMOUD AHMADINEJAD

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS ASSINATURA DE ATOS, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DO IRÃ, MAHMOUD AHMADINEJAD - PALÁCIO ITAMARATY, 23/11/2009

Excelentíssimo senhor Mahmoud Ahmadinejad, presidente do Irã,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, por intermédio de quem cumprimento os ministros brasileiros aqui presentes,

Senhor Manouchehr Mottaki, ministro das Relações Exteriores do Irã, por intermédio de quem cumprimento os demais ministros da delegação iraniana,

Senhores embaixadores aqui presentes,

Senhoras e senhores jornalistas,

Os laços centenários que unem Irã e Brasil estão hoje sendo renovados com a visita do Presidente Ahmadinejad a nosso país.

No mundo em que vivemos, a distância geográfica e a diversidade cultural não devem servir de pretexto para manter os povos afastados. Pelo contrário, é necessário descobrir afinidades, explorar parcerias e discutir temas da agenda global. Este é o sentido do diálogo que lançamos hoje.

Senhor Presidente,

O Irã e o Brasil são dois grandes países em desenvolvimento. Têm aspirações comuns em matéria de progresso econômico e social.

É grande nosso potencial de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, do comércio e dos investimentos. Os acordos que firmamos hoje contribuirão para ampliar e aprofundar nossa relação.

Nosso comércio dobrou durante meu governo. Em 2007, alcançou quase US\$ 2 bilhões. Apesar do recuo no ano passado, é alvissareiro que em 2009 as trocas não tenham perdido vigor, mesmo num contexto de crise econômica mundial.

O Irã é um dos maiores mercados para as exportações agrícolas brasileiras. Em breve poderá voltar a ser o principal destino das exportações brasileiras no Oriente Médio.

A expressiva delegação empresarial que acompanha Vossa Excelência saberá explorar ainda mais nossas complementaridades. No mesmo sentido, a missão que meu Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio chefiará proximamente a Teerã deverá identificar novas oportunidades de comércio, investimentos e cooperação.

Irã e Brasil são países com grande potencial energético. Vivemos também o desafio de desenvolver fontes alternativas de energia.

Pretendemos realizar, em parceria, projetos de geração de energia elétrica. E vamos levar para o Irã a experiência brasileira com veículos movidos a gás e a etanol.

Nossa larga experiência em agropecuária pode ajudar o Irã a conquistar sua segurança alimentar.

Nas áreas de ciência e tecnologia, vamos promover a colaboração entre universidades e centros de pesquisas.

Presidente Ahmadinejad,

Num mundo cada vez mais multipolar, é fundamental reforçar as relações Sul-Sul e consolidar os mecanismos de integração em nossas regiões.

Vemos positivamente os esforços do Irã para criar um mercado comum na Ásia Central, no âmbito da Organização de Cooperação Econômica.

O Brasil tem se empenhado em fortalecer o Mercosul e construir a União Sul-Americana de Nações. Com muito diálogo, tolerância e paciência, estamos trabalhando pela integração continental. Reconhecemos que, sem estabilidade e cooperação regional, não haverá paz e prosperidade duradouras.

A política externa brasileira é balizada pelo compromisso com a democracia e o respeito à diversidade. Defendemos os direitos humanos e a liberdade de escolha de nossos cidadãos e cidadãs com a mesma veemência com que repudiamos todo ato de intolerância ou de recurso ao terrorismo.

Presidente Ahmadinejad,

Reconhecemos o direito do Irã de desenvolver seu programa nuclear para fins pacíficos, com pleno respeito aos acordos internacionais. Esse é o caminho que o Brasil vem trilhando, em obediência à nossa Constituição, que proíbe a produção e a utilização de armas nucleares.

Não-proliferação e desarmamento nuclear devem andar juntos. O Brasil sonha com um Oriente Médio livre de armas nucleares como ocorre em nossa querida América Latina.

Encorajo, assim, Vossa Excelência a continuar o engajamento com países interessados, de modo a encontrar uma solução justa e equilibrada para a questão nuclear iraniana.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores,

A experiência brasileira de abrigar grandes comunidades árabe e judaica em convivência harmoniosa desmente o mito de que o Oriente Médio está condenado aos conflitos e sofrimentos que tem vivido por décadas.

Mantemos um diálogo aberto e franco com todos os países da região. Com esse espírito, recebi, nos últimos dias, os Presidentes de Israel e da Autoridade Palestina. A Shimon Peres e a Mahmoud Abbas reiterei a posição brasileira sobre o conflito no Oriente Médio. Defendemos o direito do povo palestino a um Estado viável e a uma vida digna, ao lado de um Estado de Israel seguro e soberano.

Mas a busca de um entendimento, nesse e em outros temas regionais, exige a incorporação de novos interlocutores genuinamente interessados na paz. Para dialogar, é necessário construir canais de confiança, com desprendimento e coragem. São esses mesmos valores e princípios que devem prevalecer na busca de paz no Oriente Médio.

O Irã pode ter um papel decisivo não só no Oriente Médio, mas também na Ásia Central. Confiamos na experiência milenar de sua cultura para forjar uma ordem internacional harmônica em sua própria região. Será particularmente importante a contribuição iraniana para lograr a unidade dos palestinos,

sem a qual suas aspirações de liberdade não poderão ser alcançadas.

Senhor Presidente,

Sua vinda ao Brasil e minha visita ao Irã em 2010 fortalecerão o diálogo entre dois países que partilham desafios e têm a vontade de superá-los.

Esse diálogo é e será marcado pela franqueza e pela disposição de colocar a paz mundial acima de qualquer outro interesse. Por isso vejo que podemos olhar com muita confiança para nosso futuro.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO III ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-IRÃ

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, DURANTE A CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO III ENCONTRO
EMPRESARIAL BRASIL-IRÃ - PALÁCIO ITAMARATY, 23/11/2009**

Primeiro, eu queria, em meu nome e em nome do presidente Ahmadinejad, pedir um pouco de desculpas a vocês, porque a nossa reunião foi longa e não pudemos fazer a reunião no horário que estava previsto.

Ao mesmo tempo, o Presidente tem que visitar o Senado do Brasil e que, portanto, a nossa reunião dos presidentes com os empresários ficou um pouco prejudicada. Eu prometo consertar isso quando, no mês de abril ou maio, for a Teerã e levarmos uma grande delegação de empresários brasileiros, para que a gente possa fazer uma virtuosa e uma exitosa reunião.

Mas eu queria dizer aos empresários do Irã que estão aqui presentes que Irã e Brasil, embora tenham relações há mais de cem anos, nós nos conhecemos muito pouco e, possivelmente, não tenhamos explorado nem 5% da oportunidade de negócios que existe entre as duas grandes nações. Na área de ciência e tecnologia, na área da agricultura, na área da indústria e comércio, na área de energia, certamente nós temos um campo extraordinário para explorar em benefício do povo iraniano, do povo brasileiro, dos

empresários iranianos e dos empresários brasileiros.

Nós tomamos uma decisão dos dois presidentes, em que, de agora até a minha visita a Teerã, vários ministros brasileiros e técnicos vão estabelecer um processo de visitação ao Irã, vários técnicos e ministros iranianos vão estabelecer um programa de visitação ao Brasil, para que a gente possa, em Teerã, assinar mais acordos e fazer com que a economia dos dois países continue crescendo e que a gente possa garantir, para o povo iraniano e para o povo brasileiro, um futuro mais justo e mais promissor.

Penso, também, que é importante a experiência brasileira na diversificação da sua balança comercial. O Brasil, hoje, tem um fluxo, na sua balança comercial totalmente diversificado, com quase todos os países do mundo, e não dependemos mais, como dependíamos, há 20 anos, apenas de dois blocos. Daí porque a importância do Irã para o Brasil e, certamente, a importância do Brasil para o Irã.

Eu penso que daqui para frente, depois dessa visita de vocês ao Brasil, é importante que

começemos a procurar novas oportunidades de negócio, em todas as áreas, não existe limite. E, afinal de contas, vocês são homens de negócios, os nossos empresários são homens de negócios e, na medida em que vocês comecem a conversar entre si, vocês vão descobrir quanto tempo nós perdemos não fazendo essas conversas há dez ou há quinze anos.

Eu quero agradecer ao presidente Ahmadinejad, da sua visita ao Brasil. Quero agradecer à grande delegação empresarial do Irã que veio ao Brasil. E posso prometer ao presidente Ahmadinejad que nós pretendemos levar ao Irã número igual ou maior de empresários brasileiros, para que os dois países possam estabelecer grandes negócios, grandes parcerias, porque o mundo exige muito mais ousadia hoje do que exigia há vinte ou trinta anos. Hoje, nós não podemos ficar sentados nas nossas cadeiras esperando oportunidades. Hoje, nós temos que procurar oportunidades, porque, nesse mundo competitivo e globalizado, quem ficar muito tempo sentado vai perder oportunidades. E nem Irã e nem o Brasil podem perder as oportunidades que existem entre os dois países.

Portanto, é com desculpas por não ter feito a grande reunião com os empresários que eu quero, de coração, agradecer a presença de todos vocês aqui no Brasil. Espero que tenham feito algumas reuniões importantes, e eu espero que, na próxima visita do Presidente ao Brasil, a gente possa fazer uma grande reunião de negócios, em São Paulo, que é o grande centro industrial do nosso país.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês!

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA TCHECA, VÁCLAV KLAUS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA TCHECA, VÁCLAV KLAUS - PALÁCIO ITAMARATY, 24/11/2009

Excelentíssimo senhor Václav Klaus,
presidente da República tcheca,

Senhora Livia Klausova,

Minha querida companheira Marisa,

Ministro Martin Pecina, ministro do Interior da República tcheca, por intermédio de quem cumprimento os demais membros da delegação,

Embaixador Antonio Patriota, secretário-geral das Relações Exteriores, por intermédio de quem cumprimento as demais autoridades brasileiras,

Senhores Embaixadores,

Senadores,

Deputados,

Convidados,

Companheiros da imprensa,

Meus amigos e minhas amigas,

Tenho grande prazer em dar as boas-vindas ao presidente Klaus, da República tcheca, nesta sua primeira viagem ao Brasil. Mas quero convidá-lo, desde já, a voltar no ano que vem. É que, em abril de 2010, estaremos comemorando os 50 anos da fundação de Brasília. Vamos recordar a epopeia que foi a construção desta nova capital.

Lembraremos, em particular, o papel singular desempenhado por Juscelino Kubitschek, bisneto de um imigrante tcheco. Virou presidente da República, deu grande impulso à industrialização do País e realizou a antiga promessa de levá-lo para o interior.

Essa celebração será também uma oportunidade para a nação brasileira reafirmar seu apreço e carinho pelo povo tcheco, por sua contribuição para a construção do Brasil que hoje prospera neste cerrado.

Senhor Presidente,

Não imagino expressão mais eloquente do enorme potencial de amizade e cooperação entre nossos países. Somos o maior parceiro comercial da República Tcheca na América Latina. Desde o início de meu governo, nossas trocas triplicaram, alcançando US\$ 670 milhões em 2008. Mas podemos fazer muito mais. As condições para isso já estão dadas.

Na contramão da tendência mundial, a economia brasileira retomou um crescimento vigoroso ainda este ano. Isso nos dá a certeza de que, em 2010, a expansão do PIB será superior a 5%. Está aí uma excelente opção para diversificar o comércio exterior tcheco.

Isso verão os muitos empresários de sua comitiva, que amanhã estará em São Paulo e em Recife. Da mesma forma, a Comissão Mista bilateral ajudará a fortalecer nossos vínculos econômico-comerciais.

Por sua localização estratégica, a República Tcheca é um importante centro distribuidor de mercadorias e serviços para a Europa Central e do Leste. Isso a torna especialmente atrativa para os empresários brasileiros que, cada vez mais, buscam diversificar mercados.

O acordo de cooperação na área de defesa, que estamos negociando, permitirá trocarmos experiências no campo de operações internacionais de manutenção da paz. Ao mesmo tempo, devemos explorar nossas complementaridades industriais para promover o desenvolvimento de equipamentos de defesa.

Na área de educação, temos grande interesse em estimular o diálogo entre universidades brasileiras e tchecas e facilitar o intercâmbio de cientistas, pesquisadores e estudantes.

Senhor Presidente,

Somos países com vocação multilateral, voltados para a construção de consensos e para o diálogo. A presidência tcheca no Conselho Europeu, no primeiro semestre deste ano, empenhou-se no fortalecimento da parceria estratégica entre União Europeia e Brasil.

A reunião ministerial do Grupo do Rio-União Europeia, em Praga, reforçou nosso diálogo político em torno dos complexos desafios globais do século XXI. Contamos com o ativo envolvimento tcheco nas negociações sobre mudanças do clima. Como berço da revolução industrial, a Europa precisa assumir um papel de liderança.

O Brasil está fazendo sua parte. Vamos reduzir em quase 40% nossas emissões

estimadas para 2020. Acredito que todos os países, especialmente os mais ricos, devem fazer com que a Cúpula de Copenhague produza resultados claros e ambiciosos.

Senhor Presidente,

Neste ano, celebramos 20 anos da Revolução de Veludo, que colocou a então Tchecoslováquia no caminho da democracia. Há 20 anos o Brasil realizava suas primeiras eleições diretas para presidente da República, pondo fim a décadas de regime de exceção. Sabemos, por experiência própria, como são preciosas as conquistas do pluralismo e da representatividade na construção de uma sociedade próspera e solidária.

Esses mesmos valores orientam a política externa brasileira. Somente com práticas mais democráticas moldaremos uma governança global verdadeiramente legítima e eficaz. Sem efetiva representação dos países em desenvolvimento, os organismos internacionais continuarão desacreditados. É esse ingrediente que fez do G-20 o principal foro da governança econômica mundial.

Com essa convicção defendemos, na OMC, que a Rodada de Doha assegure aos países mais pobres os benefícios do livre comércio agrícola. Precisamos, agora, democratizar as instâncias políticas e de segurança.

Por essa razão, esperamos trabalhar juntos pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Entendo esse gesto como um voto de confiança na capacidade brasileira de contribuir para a nova ordem mundial que todos almejamos.

É com esse espírito que convido todos os presentes a erguerem suas taças e brindarem comigo à saúde e à felicidade pessoal de Vossa Excelência, da sua esposa, e à amizade dos brasileiros pelo povo tcheco.

19ª REUNIÃO DE CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ABERTURA DA 19ª REUNIÃO DE CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO – ESTORIL - PORTUGAL, 30/11/2009

Meus agradecimentos aos meus queridos amigos, presidente Cavaco Silva e primeiro-ministro José Sócrates, e ao povo português pela hospitalidade fraterna com que nos recebe, na bela cidade de Estoril.

Quero saudar os meus companheiros chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos,

E quero pedir permissão para a companheira Cristina, para fazer minhas as palavras dela com relação à homenagem ao nosso Mujica, eleito presidente do Uruguai, e também com relação a Honduras.

A escolha do tema “Inovação e Conhecimento” como foco de nossos trabalhos é muito oportuna, especialmente num momento em que a comunidade internacional enfrenta desafios sem precedentes. Vivemos um momento de mudança de paradigmas que requer respostas criativas e eficazes.

A crise econômica e financeira obrigou-nos a repensar como a riqueza vinha sendo produzida e distribuída nos últimos anos. Reforçou a importância da economia real, do trabalho e da sustentabilidade. Evidenciou a

necessidade de superar um modelo baseado no trabalho informal, no baixo custo da mão de obra, na mera produção de commodities. Deixou patente que não podemos seguir utilizando inadequadamente recursos naturais escassos.

Hoje, mais do que nunca, dependemos da infinita capacidade humana de reinvenção e de superação. Uma progressiva convergência de novas tecnologias, principalmente nas áreas de informação, biotecnologia e nanotecnologia, vem abrindo novos horizontes de cooperação.

A criação de economias do conhecimento na América Latina é instrumento fundamental para superar as desigualdades, fortalecer a cidadania e facilitar nossa inserção competitiva na economia global.

Mas os benefícios desse processo só virão com investimentos progressivamente maiores em pesquisa e inovação. Isso exige vigorosa ação do Estado, sem a qual passaremos ao largo dessa nova revolução tecnológica, como em momentos históricos anteriores.

Precisamos democratizar o acesso às tecnologias modernas, sobretudo na

informação e comunicação. Elas são a chave para o emprego, o desenvolvimento profissional e, sobretudo, para a participação política.

No Brasil, temos feito um grande esforço nessa direção. Estamos equipando as escolas públicas com internet de alta velocidade. Distribuímos milhares de computadores portáteis para alunos e professores da rede pública de educação básica. Estendemos aos quase 5.500 municípios brasileiros a implantação de telecentros comunitários, que são espaços de convivência, aprendizado e lazer.

Os programas brasileiros de inclusão digital e de governo eletrônico utilizam o software aberto e livre. Essa opção reduz custos e permite a construção de ambiente digital seguro e favorável à troca de experiências e conhecimentos.

Desde 2004, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior vem gerando políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento da ciência e da inovação tecnológica.

Os investimentos em inovação também são um dos pilares da Política de Desenvolvimento Produtivo, lançada em 2008, com investimentos de US\$ 24 bilhões na infraestrutura nacional de Ciência e Tecnologia até 2010.

A aprovação da Lei de Inovação dá marco legal aos desafios da promoção do conhecimento. Ela estabelece novos mecanismos de fomento para as atividades inovadoras em empresas.

O programa Primeira Empresa apoiou a criação e capacitação de 1.400 novas empresas de base tecnológica, amparadas por 17 redes que cobrem todo o País.

A inovação tecnológica foi decisiva para a revolução agrícola brasileira. Graças ao trabalho da Embrapa, cultivos de alto valor econômico e fundamentais para a segurança

alimentar foram adaptados para os trópicos. Isso fez do Brasil não apenas um grande celeiro para o mundo, mas viabilizou a política de erradicação da fome e de inclusão social.

Buscamos compartilhar esses sucessos com nossos vizinhos sul-americanos e com os países africanos. Transferimos, sem condicionalidades, a tecnologia de ponta que revolucionou nossa agricultura e nossas exitosas políticas públicas de inclusão social.

A crescente adoção de um sistema comum de TV Digital na América do Sul cria as condições para estabelecermos um pólo tecnológico regional. Estaremos, assim, difundindo e, sobretudo, desenvolvendo tecnologias próprias, adaptadas às nossas necessidades específicas.

Meus amigos,

Não haverá desenvolvimento sustentável se não cuidarmos da inovação. Este será um elemento essencial para o sucesso da Conferência de Copenhague sobre as mudanças climáticas.

O Brasil assumiu um compromisso ambicioso, o de reduzir em quase 40% nossas emissões estimadas até 2020. Esse esforço exige inovação. No momento em que todos os países buscam diversificar sua matriz energética e cumprir metas ambientais, os biocombustíveis oferecem alternativa segura [segura], limpa e eficaz.

A reunião de países amazônicos que realizamos em Manaus, na semana passada, é um exemplo de como podemos atuar conjuntamente. Mas iremos mais rápido se a comunidade internacional contribuir com recursos financeiros e tecnológicos adicionais.

O Brasil está pronto para contribuir. Juntos, saberemos fazer da inovação e do conhecimento uma alavanca para enfrentar os desafios deste século que se inicia.

Obrigado.

VII REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA VII REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC - SUÍÇA, 30/11/2009

Esta Conferência Ministerial, postergada por tanto tempo, proporciona a ocasião para uma reflexão coletiva sobre a Organização. A OMC é um ativo importante, mas pode perder a relevância caso os membros não estejam preparados para investir o capital político necessário para equipá-la para a agenda do século XXI, uma agenda que estará inevitavelmente ligada ao desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Os Ministros do G-20, no comunicado aprovado ontem, reiteraram que estão prontos a atuar. Hoje pela manhã, todos os países em desenvolvimento emitiram este mesmo sinal em uma declaração ministerial.

Ainda enfrentamos os efeitos de uma das mais severas contrações econômicas da história. A crise teve origem nos países ricos, mas os mais pobres estão pagando o maior preço. Apesar de as disciplinas da OMC ajudarem a prevenir a disseminação ampla do protecionismo, as ações defensivas que surgiram após a crise ainda podem transformar-se em consideráveis forças desagregadoras.

A Rodada Doha foi lançada com vistas a trazer a dimensão do desenvolvimento

à OMC. Ao longo dos últimos oito anos, construímos um pacote negociador que contém potenciais benefícios para os países em desenvolvimento e para os Membros da Organização como um todo.

Estamos no meio de uma crise. Uma crise de paralisia. Quanto mais tempo levamos para sair dela, maior será o impacto em termos de estagnação econômica e de perdas de postos de trabalho. Em alguns dos países mais pobres, isto significa que menos pessoas escaparão da pobreza absoluta e da fome.

Parar o relógio não é uma opção. As circunstâncias econômicas mudam, barganhas feitas no passado acabam sendo superadas por novos desdobramentos.

Temos de agir coletivamente e com urgência. Ao invés de concentrar-nos no que deu errado, temos de manter o foco no que é necessário para concluir as negociações. É preciso que essa avaliação aconteça nas próximas semanas e nos próximos meses se quisermos manter o compromisso de concluir a Rodada em 2010.

A alternativa será mais protecionismo, mais fragmentação do comércio internacional, mais desigualdade social e instabilidade política.

Enquanto tentamos superar este impasse, o Brasil tem buscado meios de atender algumas das expectativas de desenvolvimento em torno da Rodada. Como anunciei mais cedo hoje, e em linha com a Declaração de Hong Kong, até meados de 2010, o Brasil concederá tratamento “duty-free-quota-free”, com cobertura de 80% de todas as linhas tarifárias, aos Países de Menor Desenvolvimento Relativo. Esse percentual aumentará gradualmente pelos próximos quatro anos, até cobrir a totalidade das linhas tarifárias. A nossa esperança é que os países desenvolvidos façam o mesmo em breve.

ENCONTRO COM A PRIMEIRA-MINISTRA DA UCRÂNIA, YULIA TYMOSHENKO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE ENCONTRO COM A PRIMEIRA-MINISTRA DA
UCRÂNIA, YULIA TYMOSHENKO - KIEV - UCRÂNIA, 02/12/2009

Senhora primeira-ministra Yulia
Tymoshenko,

Companheiros ministros da Ucrânia,
Companheiros ministros brasileiros,

Eu saio da Ucrânia, Primeira-Ministra, com a sensação de que estamos descobrindo uma parte do mundo que nós conhecíamos muito pouco. Os ucranianos descobriram o Brasil há muito tempo. Ou seja, há 120 anos que chegaram os primeiros imigrantes ucranianos para morar no Brasil e hoje perfazem uma comunidade de 450 mil descendentes de ucranianos que lá moram, e lá ajudam os brasileiros a construir o Brasil.

Mas, do ponto de vista econômico e do ponto de vista político, nós estivemos muito distantes. Parte das razões nós sabemos, mas agora não há nada que possa atrapalhar o crescimento das relações entre Brasil e Ucrânia.

Nós temos muitas, mas muitas similaridades. Muitas coisas são bastante comuns entre Ucrânia e Brasil na perspectiva de desenvolvimento, na perspectiva da criação de parcerias entre empresários brasileiros e empresários ucranianos, e na perspectiva

da melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro e do povo ucraniano.

Um país com o alto grau de conhecimento científico e tecnológico que tem a Ucrânia, com 50 milhões de habitantes, e um país emergente com 200 milhões de habitantes, como o Brasil, não podem ter apenas um bilhão de fluxo na balança comercial. É muito pouco. Eu tenho a convicção de que a Ucrânia produz muitas coisas que interessam ao Brasil, tenho a convicção de que o Brasil produz muitas coisas que interessam à Ucrânia, e o que está necessitando, nesse momento, é que os ucranianos conheçam mais o Brasil e o Brasil conheça mais a Ucrânia, para que esse desejo possa se transformar numa realidade econômica, política e social.

O Brasil, Primeira-Ministra, já resolveu os problemas que tínhamos, internos, com relação ao Cyclone. Esse projeto está praticamente com quase todos os problemas internos brasileiros resolvidos. Tem um problema agora da Ucrânia, que é um problema de financiamento para concluir os 25% que faltam do projeto, e eu e o meu ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

assumimos o compromisso de trabalhar com o nosso Banco de Desenvolvimento para ver a solução, porque nós não temos o direito de deixar uma obra que tem 75% pronta, ficar paralisada por causa de 25%. O Brasil tem interesse, a Ucrânia tem interesse, é necessário para o desenvolvimento científico dos dois países e, portanto, nós vamos tratar de concluir. E eu quero ver se nós inauguramos ainda em 2010, antes de eu terminar o meu último ano de governo.

Também, a conversa com o presidente Viktor e a assinatura dos acordos foram um passo extremamente importante. Acho que tudo começa com uma visita e tudo começa com os primeiros protocolos assinados. Agora é preciso que a gente dê sequência às visitas dos ministros da Ucrânia ao Brasil, às visitas dos ministros do Brasil à Ucrânia, de preferência a partir do ano que vem, acompanhados de setores empresariais específicos em cada área, para que nós comecemos a transformar em realidade os desejos que foram colocados no protocolo.

Por último, Primeira-Ministra, na questão energética. Essa é uma área que nós sabemos a competência tecnológica da construção de turbinas pela Ucrânia, e sabemos a competência da engenharia brasileira em construir hidrelétricas. O Brasil tem 85% da sua energia elétrica renovável, portanto, é uma das fontes mais limpas do mundo, e na matriz geral nós temos 47% de energia limpa. E ainda temos... Talvez sejamos o único país do mundo a ter o carro flex-fuel. Hoje, praticamente 99% dos carros brasileiros produzidos são carros flex-fuel, ou seja, eles podem utilizar 100% de álcool, 100% de gasolina, 50% de álcool, 50% de gasolina. Pode-se fazer qualquer mistura, que o motor funciona e não tem nenhum problema. E também estamos produzindo muito biodiesel

no Brasil para misturar no óleo diesel. Hoje nós já utilizamos uma mistura de 5% de biodiesel no óleo diesel.

E temos interesse em construir muitas hidrelétricas. Nós estamos levando para Copenhague uma decisão do governo brasileiro, que é uma decisão voluntária que foi transformada em lei, que o Brasil, até 2020, assumiu o compromisso de uma redução de emissão de gases de efeito estufa de 36,1[%] a 39,8[%]. E foi muito importante que o Brasil tenha tomado a decisão, porque aí os outros países começaram a tomar decisão. A China tomou uma decisão, os Estados Unidos também tiveram que anunciar um número, mesmo que pequeno, mas anunciaram um número. Nós estaremos em Copenhague junto com muitos países do mundo e, sobretudo, muitos países europeus, que nós queremos ver se é possível concluir um acordo e apresentar para a sociedade uma meta objetiva para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. E, por isso, a predominância da construção de energia elétrica via hidrelétrica. E, sobretudo, se você não precisar fazer mais grandes lagos, você fizer hidrelétricas, que nós chamamos de fio d'água, que a água passa normalmente, nós vamos ter uma quantidade de hidrelétricas importante a ser construídas no Brasil, e certamente seria muito interessante que os empresários do setor energético pudessem conversar, para que a gente construísse essa parceria, sabe? Produzir uma parte daqui, produzir uma parte no Brasil, e atender aos interesses dos dois países.

Bem, também temos interesse na questão da indústria de defesa. Amanhã o meu Ministro da Defesa e o nosso Comandante da Aeronáutica, o brigadeiro Saito, vão fazer uma visita a algumas empresas da Ucrânia, e depois eu gostaria que a Primeira-Ministra

pudesse recebê-los, para que tivessem uma conversa antes deles regressarem ao Brasil, e ver em que a gente pode dar seguimento.

O Brasil tem um plano estratégico de renovação e mudanças nas Forças Armadas Brasileiras que vai até 2020 e, portanto, é um tempo longo que nós precisamos trabalhar, construindo tijolo por tijolo.

Mas também temos interesse na indústria naval. O Brasil já teve, a década de 70, a segunda indústria naval do mundo. Perdíamos apenas para o Japão. No ano 2000, essa indústria estava desmontada, e nós, agora, começamos a recuperá-la. E agora, que nós descobrimos petróleo em águas profundas, nós vamos precisar ter uma forte indústria naval e uma forte indústria petrolífera, com a construção de muitas plataformas, muitas sondas, muitos navios petroleiros, muitos navios de apoio. E aí, também, nós poderemos construir uma parceria entre empresas da Ucrânia e empresas brasileiras.

De forma, Primeira-Ministra, que eu saio daqui com a convicção de que deveria ter vindo antes à Ucrânia. Eu passei uma vez aqui, quando eu ia para a China, mas só visitei aqui a igreja e tive que embarcar para a China. Mas eu penso que eu deveria ter vindo antes, porque o leque de oportunidades de fazer negócios é muito grande.

Eu quero que - eu já disse isso ao Presidente, disse aos ministros que estão aqui, disse na Federação do Comércio, e vou dizer à Primeira-Ministra - que eu serei um grande incentivador para que empresários brasileiros visitem a Ucrânia.

O nosso governador Alcides, que é de um estado muito importante lá no Brasil, grande produtor de grãos, ele estará vindo aqui em fevereiro com uma delegação de empresários brasileiros, para ver se é possível construir negócios aqui.

Bem, eu posso lhe dizer que vou trabalhar pensando nas parcerias que Ucrânia e Brasil podem construir. Há um leque extraordinário, sobretudo no setor agrícola, com a transferência de tecnologia, a construção de fábrica de fertilizante, juntos, ou seja, há uma enormidade de coisas que nós poderemos fazer juntos.

Eu acho que neste mundo globalizado, eu disse aos empresários, Primeira-Ministra, que neste mundo globalizado nós precisamos diversificar o máximo possível a nossa relação comercial. Não podemos ficar dependendo de um único país porque, quando acontece uma crise dessas, quem está dependente sofre mais. Então, é melhor ter cinquenta parceiros do que ter um só. Um parceiro só é que nem avião de um motor só, ou seja, não dá total segurança.

Então, eu penso que... Quando eu casei, eu queria ter muitos filhos, porque um filho só era muito perigoso, então eu fui logo ter cinco filhos. Então, a Ucrânia precisa procurar cinquenta parceiros, cem parceiros, duzentos parceiros, porque nós temos a África toda, nós temos o Oriente Médio todo, nós temos a América Latina toda. Ou seja, nós não podemos ficar esperando apenas os grandes.

E, também, eu sei que a Ucrânia está junto com o Brasil na luta... nas instituições multilaterais, na OMC, na renovação da ONU, e vamos continuar trabalhando juntos.

Para mim, foi muito gratificante essa visita, muito corrida. Mas eu espero agora receber o governo da Ucrânia no Brasil. Eu sei que tem eleições em janeiro, sei que não se faz visita no mês de Natal. Mas, depois das eleições, eu espero que os ministros e o governo estejam visitando o Brasil e, sobretudo, os empresários ucranianos.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-ALEMANHA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, DURANTE SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-
ALEMANHA - HAMBURGO - ALEMANHA, 04/12/2009

Eu quero dizer para vocês da alegria de estar aqui em Hamburgo, cumprimentado o senhor Axel Gedaschko, ministro da Economia,

Os meus ministros brasileiros que estão aqui: ministra Dilma, ministro Guido, ministro Miguel Jorge, ministro... Quem mais está aí? O Ministro dos Portos.

Cumprimentar os empresários brasileiros,
Os empresários alemães,

E o tradutor vai ter um problema, porque o meu discurso por escrito foi superado pela apresentação do Guido, certamente pela apresentação do Miguel Jorge, e certamente - o Pedro Brito não falou - mas, certamente, superado pela apresentação da Dilma. Vou pedir para a minha assessoria ler os discursos deles antes de eu ser chamado à mesa para que eu não repita aqui.

Mas, de qualquer forma, não poderia haver local mais apropriado para este seminário de Hamburgo. Aqui, firmou-se o primeiro acordo de cooperação econômica com o recém independente império do Brasil, em 1827. Ao reunir representantes dos setores públicos e privados dos dois países, este encontro ajuda a identificar áreas prioritárias de interesse

comum. Reforça uma parceria histórica entre Brasil e Alemanha.

Ainda no século XX, no Sul do Brasil, imigrantes alemães construíram o que hoje é um importante polo industrial. Seu nome: Novo Hamburgo, lá no Rio Grande do Sul.

A cooperação com a Alemanha proporcionou ao Brasil um salto em nossa industrialização, nos anos 50 e nos anos 60. As indústrias automobilísticas e de bens de consumo foram as locomotivas do desenvolvimento brasileiro na segunda metade do século XX.

É chegada a hora de um novo salto, de um novo impulso. Queremos, uma vez mais, contar com o nosso parceiro alemão. Temos - como mostrou a Dilma, e mostrou o Guido e o Miguel Jorge - cenários repletos de oportunidades para investidores. Não vou falar da Copa do Mundo, não vou falar das Olimpíadas, e não vou falar do PAC ou do Pré-Sal, porque aqui já foram por demais divulgados. Mas vou falar de uma coisa que os alemães precisam, têm contribuído conosco, também têm tecnologia, que é o uso dos biocombustíveis.

O mundo desenvolvido está comprometido, e a União Europeia está comprometida, até 2020, utilizar 10% de etanol no combustível fóssil. Se isso for verdade, é preciso que a gente comece a discutir desde já que tipo de parceria nós vamos construir. Não apenas para atender às necessidades de um país como a Alemanha, mas para atendermos às necessidades da maioria dos países desenvolvidos. Eu acredito que os alemães têm clareza de que não é possível continuar produzindo etanol do milho. Também os alemães têm clareza que não é possível produzir mais etanol de beterraba.

E, aí, nós vamos chegar à conclusão de que a cana-de-açúcar produzida no Brasil, ou produzida em qualquer país africano, que precisa de investimentos para se desenvolver, pode ser a nova matriz energética que nós estejamos precisando criar para as próximas décadas. É apenas uma questão de tempo e uma questão de maturação na nossa cabeça.

O Brasil tem tecnologia e tem vantagens competitivas, e os companheiros alemães sabem disso. Sabem das oportunidades, sabem do quanto é lucrativo a construção disso, e sabem por que a indústria automobilística alemã, no Brasil, produz o automóvel mais limpo do mundo, que são os carros flex-fuel, que hoje atendem a demanda interna do mercado brasileiro, produzindo praticamente 90% dos carros que podem misturar 100% de etanol, que podem utilizar 100% de gasolina, que podem misturar a proporção que quiser, que o motor funciona e a tecnologia é alemã. Afinal de contas, as indústrias automobilísticas alemãs e outras indústrias de componentes de automóveis têm muita responsabilidade por isso. É apenas uma questão de tempo. E eu sei que não é fácil a gente mudar os hábitos e os costumes.

Mas nós estamos indo para Copenhague, dia 16, 17 e 18 de dezembro. Todos nós estamos

preocupados com o aquecimento global, todos nós estamos preocupados com a mudança que climática, e todos nós estamos vendo o debate que está acontecendo no mundo inteiro, o que fazer para que a gente diminua o aquecimento global ou, pelo menos, não permita que ele aumente do jeito que está aumentando.

Vocês estão acompanhando o debate. O debate está muito mais comprometendo os países ricos do que os países em desenvolvimento. Os países ricos têm duas tarefas importantes que têm que cumprir: uma primeira delas é o pagamento da dívida histórica, porque emitem gases de efeito estufa há muito mais tempo por causa do processo de industrialização. E diminuí-los significa ou diminuir o padrão de consumo ou aumentar os investimentos em tecnologia e, ao mesmo tempo, investir dinheiro para que os países que ainda têm florestas as mantenham de pé, para que possam sequestrar o carbono que o mundo precisa.

Esse debate é inexorável. Ele vai acontecer e as pessoas podem ser mais rápidas ou menos rápidas. Mas o dado concreto é que nós precisamos fazer esse debate e ele não pode passar de Copenhague. O Brasil tomou uma atitude que muita gente imaginava que o Brasil não teria coragem de tomar: nós somos o primeiro país a mostrar ao mundo que, até 2020, nós nos comprometemos com a redução da emissão de gases de efeito estufa de 36.1 a 38.9. Ao mesmo tempo, isso será cumprido com o compromisso nosso de, até 2020, reduzir o desmatamento na Amazônia em 80%, trabalhar a agricultura de forma diferente, sem fazer tanto manejo da terra, utilizando o plantio direto, mudar a nossa matriz energética para o setor siderúrgico, em vez de carvão mineral, carvão vegetal, utilizar o potencial hídrico que o Brasil tem, para construir hidroelétricas e produzir energia elétrica, já que nós somos um país que tem

uma matriz de energia, no setor elétrico, 85% totalmente renovável, e a matriz geral, 47% totalmente mais limpa que os outros países.

E tudo isso nós poderemos construir junto com um país como a Alemanha, que tem discutido muito, que tem mostrado interesse e que, dentre os países desenvolvidos, é o país que melhor tem tomado iniciativas para que a gente possa apresentar ao mundo uma proposta muito objetiva.

Não é essa a visão dos Estados Unidos, não é essa a visão da China. E quando o Brasil tomou a atitude, é porque nós queremos chegar em Copenhague desafiando os outros países a cumprirem pelo menos aquilo que o Brasil está se propondo a cumprir.

Embora o Brasil não faça parte dos países do Anexo I, a nossa proposta é uma proposta voluntária. Nós tomamos a atitude de transformar em lei a nossa proposta voluntária, que foi aprovada na Câmara e foi aprovada no Senado. E, portanto, quem quer que seja o governo brasileiro, nos próximos anos, ele terá obrigação de lei de cumprir as metas que o Brasil assumiu publicamente.

Em segundo lugar, nós temos que ter clareza da importância que tem a Alemanha para o Brasil e da importância que tem o Brasil para a Alemanha. A verdade é que nós temos um fluxo de intercâmbio comercial ainda aquém do tamanho dos dois países, do potencial dos dois países e da riqueza dos dois países. No ano passado, chegamos praticamente a US\$ 21 bilhões, e, neste ano, caiu para 13 bilhões, em função da crise econômica. Isso demonstra que nós ainda não exploramos corretamente todo o potencial de trocas comerciais entre Brasil e Alemanha. E eu acho que está na hora de nós começarmos a pensar não apenas no potencial do Brasil, mas o que significa o Brasil no Mercosul, e portanto vamos tratar de fazer o acordo União Europeia e Mercosul, possivelmente no ano

que vem, quando a Argentina será presidente do Mercosul e a Espanha será presidente da União Europeia, para ver se a gente consolida o vencimento da crise econômica aumentando as oportunidades de comércio entre o Brasil e a Alemanha, entre Brasil-Alemanha e o restante do mundo.

Uma outra coisa extremamente importante que eu queria dizer para vocês é que nós precisamos levar para o Brasil aquilo que é a excelência da competência científica e tecnológica da Alemanha, sobretudo quando se discute inovação. Talvez o presidente da Confederação Nacional da Indústria, o Armando Monteiro, tenha falado da inovação. A inovação é uma palavra bonita, ainda pouco utilizada no Brasil, e que nós queremos transformar a inovação em uma palavra tão necessária e tão conhecida como é o futebol e o samba. Ou seja, que todo mundo perceba que somente através de um amplo processo de inovação é que nós vamos poder colocar os nossos produtos nos mercados e, também, a gente pode melhorar a qualificação dos produtos que nós fabricamos no Brasil. E, sobretudo, termos o conhecimento que a pequena e micro empresa alemã adquiriu, nesses últimos anos.

Portanto, nós temos que trabalhar com muita força, para que a gente possa promover uma maior participação desses pequenos empreendedores na sofisticação das coisas que nós produzimos no Brasil, e isso pode ser feito em parceria com a excelência do pequeno e médio empreendedor alemão.

Uma coisa importante que eu queria dizer para vocês, que eu não ouvi falar, na exposição do ministro Guido Mantega, e também não era obrigação dele falar, é que nós precisamos conhecer as razões pelas quais o Brasil está em uma situação confortável. Muita gente acha que é pura sorte do governo. Outros acham que Deus está de férias no Brasil e,

portanto, as coisas estão dando certo no nosso país. Outros acham que o Brasil está bem porque a economia mundial estava bem. Mas, agora, o Brasil está bem e a economia mundial está mal.

Então, é preciso que a gente olhe os números da macroeconomia, tão bem colocados pelo companheiro Guido Mantega, pelo Miguel Jorge, que a gente olhe para as oportunidades mostradas pela companheira Dilma Rousseff, mas é importante que a gente saiba que tem outros fatores, não tão estudados pelos economistas, não tão estudados pelos empresários, que é a razão de parte do sucesso do Brasil.

Alguns me criticaram muito, quando eu disse que a crise no Brasil era uma marola - para o meu intérprete entender, marola é uma onda pequena. Ora, porque nós discutíamos a crise em dois momentos. Primeiro, nós discutíamos a crise do subprime, ou seja, a bolha imobiliária americana, e discutíamos os efeitos perversos que poderia causar em uma economia como o Brasil. Até então, eu acreditava que o sistema financeiro alemão era muito sólido, que o sistema financeiro japonês era muito sólido, que o sistema financeiro escocês era muito sólido, e que o problema era apenas os bancos alemães.

Ora, o que nós percebemos? É que o sistema financeiro como um todo estava com uma doença quase que esquizofrênica. O sistema financeiro, ao longo das últimas duas décadas, possivelmente pela predominância da teoria do Estado mínimo, possivelmente pela prevalência de uma teoria de que o mercado resolveria todos os problemas do país, o sistema financeiro mundial achou por bem se descolar do setor produtivo, e resolveu ganhar dinheiro com especulação. “Eu tenho um papel, que eu vendo ele para um empresário alemão, que pega aquele papel, vende para o presidente

do Banco do Brasil, que pega aquele papel e vende para um empresário japonês, que pega aquele papel e vende para um francês...” Ou seja, era gente ganhando milhões e milhões de euros ou de dólares sem produzir uma única caneta desta ou um único copo deste, apenas especulando.

E o que aconteceu, de fato? Na hora em que o sistema financeiro se descolou do setor produtivo, nós vimos, o que aconteceu na economia mundial. E aí quando quebrou o Lehman Brothers é que nós vimos a fragilidade do sistema financeiro, porque nenhuma empresa alemã e nenhuma empresa brasileira conseguia mais crédito em lugar nenhum do mundo. Ou seja, eu cansei de ouvir dizer que existiam trilhões e trilhões de dólares atravessando os oceanos, sobrevoando o espaço aéreo de todos os países, mas quando quebrou o Lehman Brothers, que poderia ter sido salvo se o presidente Bush tivesse feito uma intervenção na hora correta e, quem sabe, colocado US\$ 60 bilhões ou US\$ 70 bilhões, nem uma empresa como a Petrobras que tinha US\$ 174 bilhões de investimento conseguia pegar US\$ 1 mil emprestado do sistema financeiro internacional. E aí o crédito desapareceu, e esse foi um problema sério na Alemanha e foi um problema muito sério no Brasil.

Bem, nós tomamos as medidas que entendíamos que deveríamos tomar, o Guido Mantega mostrou aqui, nós compramos bancos quando era preciso comprar banco. Por exemplo: um dia, nós, em uma reunião com a indústria automobilística, descobrimos que o mercado de carro usado não estava funcionando porque os bancos pequenos que financiavam carro usado e os bancos das montadoras não tinham dinheiro. Nós liberamos R\$ 100 bilhões do compulsório, que era dinheiro do Tesouro, ainda assim esse dinheiro não supriu as necessidades.

Então, o que nós fizemos? Nós, não apenas criamos um fundo garantidor para garantir aos bancos pequenos tomar dinheiro emprestado e financiar, como nós compramos o banco que tinha maior expertise em financiamento de carro usado para que o Banco do Brasil começasse a financiar carro usado no Brasil. Ou seja, nós não demoramos um dia para tomar todas as decisões que nós entendíamos que deveríamos ter tomado. E aí, explica um pouco o sucesso do Brasil. Ou seja, é que nós não ficamos pensando. No dia 22 de dezembro do ano passado, eu fiz uma coisa que eu jamais imaginei fazer.

Eu fui para a televisão, em rede nacional, fazer apologia ao consumo. Eu que passei... Eu passei metade da minha vida criticando a sociedade de consumo e, diante da crise, diante do terrorismo que a imprensa nacional e internacional vinham fazendo, com relação à crise, dizendo que o povo não estava comprando porque estava com medo de perder o emprego e, se ele perdesse o emprego, ele não ia conseguir pagar a prestação. Eu fui para a televisão, em um pronunciamento de oito minutos, para dizer para o povo: “É verdade que você pode perder o seu emprego. Mas é verdade, também, que você perderá o emprego mais facilmente se você deixar de comprar. Então, é importante você comprar. Compre, de forma responsável, não comprometa todo o seu orçamento. Mas, se você não comprar, a roda gigante da economia vai parar, e aí você vai ver que a indústria não produz, o comércio não compra, não vende e, aí sim, nós vamos ter uma crise profunda”. E isso teve um impacto extraordinário no consumo da sociedade brasileira.

E nós tínhamos, também, a vantagem que o mundo rico não tinha: nós tínhamos um mercado interno virgem, um mercado interno cheio de pessoas com muita vontade de comprar alguma coisa e que não tinham

dinheiro para comprar, e que era preciso a gente fazer com que essas pessoas tivessem acesso ao mercado e que pudessem comprar.

Eu lembro da discussão que eu tive com a indústria automobilística. Porque nós temos um problema, que é um problema cultural, não é culpa individual de ninguém. Na crise, Armando, o empresário não quer perder, ele quer continuar tendo a mesma margem de lucro, mesmo na crise. Ou seja, quando, na verdade, numa crise, todos nós temos que fazer a política da compensação. E eu dizia para a indústria automobilística brasileira: “O povo brasileiro mais pobre, ele tem três paixões na vida, três ou quatro. Qual é a primeira paixão de um homem ou de uma mulher? A da mulher é casar com um homem bonito, a do homem é casar com uma mulher bonita, de preferência rica, ele quer uma paixão, mas não tem mulher rica dando sopa e nem homem rico dando sopa. A segunda paixão é ter uma casa própria. A terceira paixão do brasileiro é ter um carro. A quarta, hoje, é um computador”.

Mas o carro, eu lembro da discussão que nós fazíamos, no Ministério da Economia, e o pessoal me dizia o seguinte: “Olha, mas o trabalhador, ele vai comprar um carro, se ele tiver mais de cinco anos para pagar a prestação, o carro vai ficar depreciado, ele vai perder dinheiro”. Eu falava: “Gente, pelo amor de Deus, vocês não conhecem o povo pobre deste país. Ele, se comprar um carrinho, para pagar em dez anos, o prazer dele, além de andar, quando tiver dinheiro para colocar gasolina, é ficar, no final de semana, lavando o carro no portão de casa, passando esponja na calota do carro, no vidro, como se estivesse limpando uma criancinha de dois meses, é um xodó. Então, nós precisamos criar as condições de que a prestação do carro, da televisão, da geladeira, do fogão, caiba dentro do bolso dele. Se couber dentro

do bolso dele, nós vamos vender o que tiver para vender no nosso país”.

E foi esse mercado interno que recuperou a economia brasileira. Pasmem, para uma coisa que eu vou dizer para vocês: foi exatamente esse mercado interno, sustentado pela parte mais pobre da população, que não permitiu que a economia brasileira tivesse o mesmo prejuízo que teve a economia de outros países.

No mês passado, saiu uma pesquisa no Brasil: as classes D e E, do Norte e do Nordeste, a classe mais pobre do Brasil, consumiu 5% a mais do que as classes A e B do Sul do país.

Ora, qual é o milagre? O milagre, a Alemanha já fez, no começo do século XX, e depois voltou a fazer no pós-guerra. Ora, se eu pego uma nota de US\$ 1 mil e dou apenas para a Dilma Rousseff, ela vai ter US\$ 1 mil. Ela vai comer bem no restaurante, vai dar gorjeta para o garçom, ainda vai tomar um bom vinho... Então, é uma pessoa forte e vai se beneficiar. Mas se eu pego esses US\$ 1 mil, e dou para cem pessoas - US\$ 10 cada um -, eu vou ter, no mínimo, dez pessoas pobres, mas cada uma conseguindo comprar uma coisinha para levar para dentro de casa. Não vai comer a comida da qualidade de alguém que tem US\$ 1 mil, mas vai comer a comida necessária para sobreviver até o dia seguinte.

E foi isso que aconteceu no nosso país, e eu vou citar alguns números aqui, para não ficar lendo o meu discurso chato. Eu quero que vocês compreendam, porque essas coisas normalmente não são faladas, e essas coisas eu sinto a necessidade de falar, para vocês conhecerem o que está acontecendo de verdade no nosso país.

Bem, só na agricultura familiar - o pequeno agricultor brasileiro - nós, este ano, estamos financiando R\$ 15 bilhões, o equivalente a US\$ 8 bilhões. Quando nós chegamos

ao governo, isso significava R\$ 2 bilhões. Nós estamos colocando R\$ 15 bilhões para financiar a agricultura familiar.

Quando saiu a crise de alimento, no ano passado, o preço de commodities estourou, a soja aumentou de preço. No Brasil, até o feijão, o saco de feijão, saiu de R\$ 60,00 para R\$ 200,00. Não tinha nenhuma explicação, porque nós não exportamos feijão. Ora, o que acontecia, de fato? Como o subprime já tinha estourado, os espertalhões, que exploraram o subprime, estavam saindo do subprime para ir para a Bolsa de Valores, para a Bolsa de Futuro de Mercado comprar e explorar alimentos.

Nós criamos, no Brasil, um programa chamado “Mais e Melhores Alimentos”, e colocamos R\$ 25 bilhões, o equivalente a, mais ou menos US\$ 13 bilhões disponibilizados para a agricultura familiar comprar tratores e implementos agrícolas. Pasmem: em dez meses, vendemos 16 mil tratores de 78 cavalos, ficando esse programa responsável por 78% da produção e da venda de tratores no nosso país. Se tiver alguém da indústria automobilística brasileira aqui, sabe que essa é a mais pura verdade.

Ora, o que nós provamos com isso? O trabalhador pequeno, ele não comprava trator não é porque ele não precisasse, não é que ele não queria, é porque não tinha oportunidade, não tinha crédito e não tinha nada para que ele fosse incentivado. Na hora em que nós apresentamos a oportunidade, esses trabalhadores foram comprar tratores. E é o programa de mais sucesso que nós temos no Brasil, hoje.

Mas, além disso... e esse dado eu gosto de dar para vocês porque, certamente, um companheiro alemão, que nasceu em Hamburgo, está com 60 anos de idade, ou 50, não sabe o que é morar numa cidade sem energia elétrica. No Brasil, quando a ministra

Dilma era ministra de Minas e Energia ainda, nós descobrimos que o Brasil tinha mais de 11 milhões de pessoas ou praticamente 2 milhões e 100 mil famílias, ou 200 mil famílias, sem energia elétrica, no século XXI. E resolvemos criar o programa chamado Luz para Todos. Já investimos R\$ 14 bilhões, o equivalente a praticamente US\$ 8 bilhões, totalmente gratuito, financiado pelo governo, levando energia elétrica na casa das pessoas mais pobres, sobretudo no campo.

Só para vocês terem o número na cabeça: já utilizamos 1 milhão de quilômetros de fio. Imagine quantas vezes a gente poderia enrolar o planeta Terra com 1 milhão de quilômetros de fio. Já utilizamos cinco milhões de postes, já utilizamos 800 mil transformadores e já atingimos 2 milhões e 100 mil residências no País. Sabe o que significou isso? Oitenta e três por cento das pessoas que receberam luz compraram televisão; 79% compraram geladeira; 47% compraram aparelho de som, ou seja, nós conseguimos pegar pessoas que viviam no século XVIII e, em uma fração de segundo, levar essas pessoas para o século XXI. E isso, antigamente, no Brasil, não se podia fazer porque o Tesouro Nacional dizia que era gasto, ele dizia que nós íamos gastar 14 bilhões e eu proibi de utilizar a palavra gasto, é investimento. Quem mora no meio do mato tem o mesmo direito de quem mora em um apartamento de cobertura no centro de São Paulo ou no centro de Brasília.

O Programa Bolsa Família... O Programa Bolsa Família, que diziam que era esmola, que era assistencialismo, atende hoje, praticamente, 12 milhões de pessoas. E é investimento direto no bolso das pessoas. E ele está... O Bolsa Família é um programa do Programa Fome Zero. Ou seja, estamos atendendo praticamente quase 50 milhões de pessoas com esse programa de pessoas que

recebem uma pequena ajuda no final do mês para comprar.

Eu vou dar um exemplo para vocês do significado: para alguém da classe média brasileira, para a minha delegação que está aqui - para não falar mal de ninguém -, R\$ 80, ou US\$ 60, não vale nada. Dependendo do dia do ano, a gente toma uns whiskies, pega US\$ 60, e dá de gorjeta para o garçom. Mas para uma dona de casa, que tem três ou quatro filhos, pega US\$ 60 ou US\$ 70 na mão, ela vai comprar alimento para levar para casa para comer, pelo menos, 15 dias.

E tem uma história muito interessante: uma senhora foi para a televisão dizer que ela tinha duas netas. Ela comprava um lápis só. E ela cortava o lápis no meio para dar metade para cada neto ir para a escola. E ela estava muito orgulhosa porque, depois do Bolsa Família, ela podia comprar uma caixa de lápis para cada neto.

E muita gente, se fosse pensar na macroeconomia, não faria isso. Porque, durante mais de vinte anos, o meu país não tinha sequer liberdade de decidir a sua política econômica. O que ia gastar, era o Fundo Monetário Internacional que ia ao Brasil dizer o que os nossos homens tinham que fazer. E a obediência era cega. E, muitas vezes, o Brasil assumia compromisso e não cumpria. E eu fui criado por uma mulher que nasceu e morreu analfabeta. Mas uma coisa é sagrada, palavra é palavra. Palavra, você não tem que assinar documento. Um cidadão deu a palavra, ele tem que cumprir.

É por isso que ontem à noite eu fiz uma homenagem ao Presidente da Alemanha, porque ele era Presidente do FMI quando eu tomei posse na Presidência. E eu disse para ele: “Eu vou respeitar os tratados. Agora, eu quero que o Brasil seja respeitado enquanto nação”. E isso foi cumprido e, por isso, eu fiz

questão de elogiá-lo ontem à noite, no jantar.

Só para vocês terem ideia: o salário mínimo. No Brasil, os economistas diziam que se a gente aumentasse o salário mínimo, ia causar inflação. Faz seis anos que nós aumentamos o salário mínimo todo ano e a inflação está controlada. Cada aumento que nós damos para o salário mínimo significa colocar na economia R\$ 20 bilhões. Ou seja, significa o povo pobre tendo dinheiro para comprar um quilo de carne a mais, para comprar um televisor a mais, para comprar uma geladeira a mais, um sapato, uma camisa, e até viajando de avião o povo agora está. Tem gente que não gosta, tem gente que não gosta, que acha que lugar de pobre é ficar dentro de casa ou lá no seu bairro. Mas eu adoro quando vejo um pobre viajar de avião, porque significa que ele está melhorando de vida, a classe média está melhorando de vida e o empresário está melhorando de vida, porque é a cadeia de consumo funcionando, na sua plenitude. E é isso que nós queremos para o nosso país.

E, aí, nós criamos uma coisa chamada “crédito consignado”. No Brasil, nós tínhamos um problema, as pessoas não tinham como tomar dinheiro emprestado. Nem o grande empresário tinha, porque o BNDES tinha pouco dinheiro para emprestar. E o coitado do trabalhador e o aposentado só conheciam banco na hora de receber o seu pagamento, e ainda pegava uma fila desgraçada para poder receber a sua ninharia.

Então, nós resolvemos criar um crédito. Uma vez, em um debate com os bancos, eu perguntei: “Por que vocês não emprestam dinheiro para pobre?” “Ah, porque não tem garantia”. Então, nós resolvemos dar como garantia o contracheque dele, o salário dele era a garantia.

Aqui está o nosso companheiro Secretário-Executivo da Previdência Social. Aposentado não tinha direito de entrar em banco, a não ser

para receber o seu salário. Criamos o crédito consignado. A pessoa pega o dinheiro no banco, faz um contrato, ou com o sindicato, se ele estiver na ativa, ou diretamente com o banco. Ele não pode gastar mais que 30% do salário dele por mês. Vocês sabem quanto nós já colocamos no mercado, nos últimos três anos e meio? Cento e cinco bilhões de reais, o equivalente a quase US\$ 60 bilhões, na mão do povo pobre, para ele consumir. Ele não está nem depositando em dólar, nem está... Ele está consumindo as coisas que são feitas no Brasil.

Só para vocês terem ideia, em 2003, quando nós chegamos ao governo, todo o crédito disponibilizado, no Brasil, era o equivalente a R\$ 380 bilhões, não é isso, Guido? Todo o crédito disponibilizado para 190 milhões de habitantes era de apenas R\$ 380 bilhões. Hoje, só o Banco do Brasil, Armando Monteiro, tem mais crédito disponível do que tinha todo o Brasil.

Em 2004, o BNDES tinha R\$ 40 bilhões para emprestar. Neste ano, vai emprestar 128 bilhões, quase quatro vezes mais. Porque nós éramos um país em que os dirigentes diziam que nós éramos capitalistas. E eu nunca vi um país capitalista funcionar sem capital e sem crédito, ou seja, era preciso restabelecer a lógica de uma economia capitalista, fazer com que o dinheiro circulasse no País e funcionasse o País - e olha que isso era difícil para mim, era quase tudo contra.

Entretanto, quando a gente chega ao governo, a gente tem que fazer as coisas que são possíveis fazer, porque o povo é bondoso, mas o povo cobra. E eu tinha comigo uma coisa extremamente importante: qualquer presidente da República no Brasil, qualquer, se ele fracassar, como muitos fracassaram, não tem problema. Eles deixam a presidência, vêm aqui, para a Alemanha, passam dois anos fazendo palestra, vão para Harvard fazer o curso de pós-graduação, vão morar um tempo

no exterior, depois eles voltam e concorrem outra vez, achando que o povo já esqueceu o que eles fizeram.

Eu tinha clareza de que eu não podia errar, eu tinha clareza de que a cobrança em cima de mim seria muito maior do que a cobrança em cima de qualquer outro presidente. E eu tinha clareza de que se eu fracassasse, ia demorar 200 anos para um metalúrgico, sem diploma universitário, querer ser presidente da oitava economia do mundo. E as pessoas perguntavam para mim: “Mas, Lula, você quer ser presidente? Você não fala alemão, você não fala inglês, você não fala espanhol”. Como se isso fosse o máximo do máximo. Ninguém nunca perguntou para o Obama se ele fala português, ou fala alemão, ninguém nunca perguntou. Ninguém nunca perguntou para o Helmut Kohl se ele falava inglês ou não. Ou seja, mas, de mim, a cobrança era uma loucura. Então, quando eu tomei posse, eu tinha clareza de que a gente tinha que ganhar e tinha que provar que nós tínhamos competência para governar o nosso país.

Pois bem, companheiros, eu vou terminar dizendo para vocês o seguinte: é com muito orgulho que aqui, nessa Hamburgo, que reconheceu a independência do nosso país em 1827, que eu posso dizer para vocês: é esse Presidente da República, que não tem diploma universitário, que vai passar para a história como o Presidente que mais fez universidade no Brasil e que mais fez escolas técnicas profissionais.

Em cem anos, toda a elite brasileira que governou o Brasil, em cem anos, fez 140 escolas técnicas. Nós, em oito anos, vamos entregar ao Brasil 214 novas escolas técnicas, para qualificar a mão de obra do País, para que quando um empresário quiser investir no Brasil, ele vai ver que nós vamos ter mão de obra tão qualificada quanto ele tem no seu país. E essas escolas

técnicas são de altíssima qualidade.

E eu faço isso porque eu sei o quanto uma profissão valeu para mim. E se a profissão valeu para mim, valerá para os outros brasileiros. E, aí, o Brasil deverá ser exportador não de commodities apenas, não de minério de ferro, de petróleo ou de soja, nós queremos exportar o conhecimento. Queremos exportar a nossa inteligência para que a gente possa fazer o nosso país ser muito maior.

Nós já fizemos 12 universidades federais novas e 105 extensões universitárias, levando extensões para todo o interior do País, para que os filhos dos pobres, no mais longínquo lugar do País, possam ter acesso à possibilidade de estudar. E criamos um programa chamado ProUni. Fizemos um convênio com as universidades privadas, fizemos uma isenção de imposto, o equivalente ao imposto é transformado em bolsa de estudos. Neste ano, nós temos 545 mil jovens pobres, da periferia do meu país, dos quais 40% negros, fazendo universidade e alguns já viraram doutores no nosso país. É isso, é isso que vai permitir que junto com todas essas obras que a Dilma mostrou, que junto com todos esses números econômicos que o ministro Guido mostrou, e junto com aquilo que o companheiro Miguel Jorge falou, é isso que deve ser o grande atrativo para que os empresários alemães voltem a ter para com o Brasil o mesmo ímpeto que vocês tiveram na década de 50 e na década de 60.

Dizem que não é justo uma pessoa ser feliz sozinha. A felicidade é ótima quando se constrói em dois. Então, meus companheiros alemães e meus companheiros brasileiros, não vamos ser egoístas, e cada um ser feliz sozinho. Vamos juntar a nossa força econômica, a nossa inteligência, a nossa capacidade produtiva, o nosso conhecimento, e vamos ser felizes juntos.

Muito obrigado.

38ª REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE A 38ª REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM - MONTEVIDÉU - URUGUAI, 08/12/2009

Obs: Por problemas técnicos, o início do áudio deste discurso não foi gravado

Esta Cúpula do Mercosul se realiza sob o signo da esperança.

Ao eleger o companheiro José Mujica como seu próximo Presidente, o povo uruguaio enviou uma clara mensagem de confiança na integração regional. Também saúdo meu companheiro Evo Morales por sua consagrada reeleição.

Uruguaios e bolivianos disseram sim a projetos de mudança em proveito dos trabalhadores. Mas também fizeram uma aposta irrevogável pelo Mercosul e por uma América do Sul mais integrada.

Este também é o momento de destacar a atuação do presidente Tabaré Vázquez à frente de nosso bloco, neste semestre. Agradecemos sua visão e liderança.

Companheiros Presidentes,

Nossa aposta na integração, hoje aparece mais acertada do que antes. A crise financeira internacional, nascida no coração do capitalismo, exige de nós ações coordenadas. Seu alcance ainda é incerto. Mas fica cada dia mais evidente que os países em desenvolvimento são hoje o motor da

retomada do crescimento mundial. Nossas respostas nacionais assim o indicam.

No Brasil, por exemplo, saímos da recessão e vamos gerar, ainda neste ano, mais de 1,3 milhão de empregos formais. As perspectivas de crescimento, em 2010, são muito boas. Esperamos crescer acima de 5%. Em 2010, vamos crescer pelo menos 5%. Reagimos à crise com mais produção, mais emprego e maior combate às desigualdades sociais.

No momento em que os trabalhadores estrangeiros eram responsabilizados pelo desemprego nos países ricos, o Mercosul manteve seus braços abertos e solidários àqueles que aqui vêm buscar trabalho digno e uma vida melhor.

Os países em desenvolvimento têm a tarefa de construir um novo paradigma, centrado no compromisso com o crescimento sustentável, na luta pela justiça e na conquista da cidadania. Mas precisamos ampliar nosso espaço nas principais instâncias decisórias do mundo. É o que a Cristina e eu tentamos e estamos fazendo no G-20.

O fortalecimento dessa instância de governança mundial está estritamente ligado à sua legitimidade. Nenhuma decisão

econômica importante poderá ignorar o ponto de vista dos países do Sul.

Na Conferência sobre Clima, em Copenhague, temos a oportunidade e a obrigação de fazer com que nossa voz seja escutada. O Brasil está empenhado em construir resultado ambicioso e equilibrado, que conte com a contribuição de todos os países.

Senhores Presidentes,

Em todos esses temas, o Mercosul precisa ser cada vez mais ouvido. Temos todas as condições de ser um núcleo de integração e de desenvolvimento sustentável num mundo cada vez mais competitivo e globalizado.

Disponemos da maior reserva agrícola do mundo. Somos um dos principais polos mundiais da produção de veículos. Somos, também, uma potência energética em expansão, com tecnologias avançadas na área de energias limpas e renováveis. Nosso mercado consumidor avança na esteira de nossas políticas de promoção da igualdade e de redistribuição de renda.

A adesão da Venezuela agrega escala e complementaridade a nosso bloco. Companheiro Chávez, finalmente amanhã o Senado Federal, no Brasil, vai aprovar a entrada da Venezuela no Mercosul. Nosso comércio intrazona foi dos primeiros a sair da crise. As trocas do Brasil com seus sócios devem alcançar US\$ 28 bilhões neste ano. Com a conclusão da sétima rodada de negociações sobre serviços, os empresários do Mercosul terão ainda maiores oportunidades de comércio e investimento. É o que prometem a expansão do setor do petróleo no Brasil e os preparativos para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Companheiros Presidentes,

Para consolidar nossa unidade, precisamos concluir a eliminação da dupla cobrança

da Tarifa Externa Comum. Com ambição, agilidade e equilíbrio, devemos superar divergências conjunturais e atacar de frente as assimetrias. Nesse esforço, é fundamental aprimorarmos os mecanismos do Focem.

Em 2010, serão quase US\$ 500 milhões em benefício, sobretudo, do Paraguai e do Uruguai. Vamos realizar projetos de integração produtiva que ajudarão a capacitar empreendedores dos setores de petróleo e gás e automotivo. Devemos acelerar o funcionamento do Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas. Ele aumentará o acesso ao crédito para esses que são a grande maioria dos que movimentam o Mercosul. O Fundo de Agricultura Familiar dará condições mais dignas e sustentabilidade para milhares de famílias no campo.

Queremos fortalecer o Sistema de Pagamentos em Moedas Locais. Esperamos que Paraguai, Uruguai e Venezuela possam unir-se à Argentina e ao Brasil nessa iniciativa. São esses avanços que habilitarão o Mercosul a se beneficiar da diversificação de mercados, especialmente com outros parceiros do Sul, como a Índia e a África Austral.

O acordo da Rodada São Paulo sobre Sistema de Preferências, que alcançamos em Genebra sob a presidência da Argentina, também deverá contribuir para aumentar o comércio entre países em desenvolvimento. A União Europeia permanece um parceiro fundamental. Renovamos nossa determinação em concluir um acordo em bases justas e equilibradas.

Caros companheiros,

A verdadeira integração transcende a dimensão comercial. Ela tem de avançar no terreno produtivo, na construção de infraestruturas física e energética, mas, sobretudo, no engajamento da sociedade civil. Mas a integração exige também instituições. Temos de avançar nessa direção.

No Brasil, o Conselho Social e Participativo criou canais de diálogo com a sociedade sobre integração. Com o Instituto Social do Mercosul, os movimentos sociais de toda nossa região estão se engajando nesse debate. O Parlamento do Mercosul se consolida a passos rápidos. Em breve, alcançaremos um acordo sobre proporcionalidade que tornará realidade a representação cidadã.

Senhores Presidentes,

Não poderia concluir sem registrar nosso agradecimento coletivo ao companheiro Chacho Alvarez, que deixa a Presidência da Comissão de Representantes Permanentes. Sua lucidez, entusiasmo e espírito de equipe fizeram com que o Mercosul avançasse, em meio a muitas dificuldades. Estou certo de que em seus projetos futuros, o Chacho continuará a ter no nosso bloco uma fonte de inspiração.

À nossa querida companheira, presidenta Cristina, só posso fazer votos de uma Presidência Pro Tempore plena de realizações no próximo semestre. Conte, desde já, Cristina, com o apoio decidido e irrestrito do Brasil para o sucesso da sua presidência.

Muito obrigado.

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL AO PERU

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS ASSINATURA DE ATOS, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL AO PERU - LIMA - PERU, 11/12/2009

Não sei por que o meu microfone é mais baixo do que o do Alan García.

Bem, Presidente, eu penso que quando terminar a nossa reunião, você vai ter que ligar, fazer um telefonema para a dona Marisa e explicar para ela por que eu vou chegar em casa às três horas da manhã. No sábado passado, voltando da Alemanha, cheguei no aeroporto de São Paulo às 4 horas da manhã. No sábado agora, vou chegar em casa às 3 da manhã, e é preciso você convencer a dona Marisa de que eu estava trabalhando aqui no Peru.

Bem, eu acredito que o Peru, o Brasil, a América do Sul, nós estamos vivendo um momento muito singular na nossa história. Eu estava vendo os dois empresários, o Paulo Skaf representando o Brasil, e o Don Mario representando os empresários peruanos, e fico imaginando se dez anos atrás seria possível a gente fazer um empresário peruano acreditar no Brasil, ou se seria possível fazer um empresário brasileiro acreditar no Peru.

Havia desconfianças históricas. Na verdade, durante séculos passados houve quase uma doutrinação para que nós, países sul-americanos, ficassemos de costas uns

para os outros, acreditando que as soluções dos nossos problemas viriam todas do Norte. Mirávamos Europa, mirávamos Estados Unidos e mirávamos o Japão. E nunca tínhamos acreditado que grande parte das soluções dos problemas que nós temos na América do Sul decorre exatamente do tempo que ficamos afastados uns dos outros.

Nós descobrimos isso há algum tempo. Mas entre descobrir e começar o processo de recuperação do tempo perdido, leva muito tempo. Porque, também, todas as normatizações, regulações e a formação intelectual das nossas burocracias era no sentido de que nós teríamos que tratar os países da América do Sul com muito mais dureza e dificuldade do que os países ricos do Norte.

Aliás, há uma coisa interessante. É que até outro dia, nas relações com os países do Norte, eram eles que impunham as regras. Eles chegavam com um pacote pronto e a nós era dado o direito de reclamar e, poucas vezes, de mudar. E entre nós, nós estamos querendo fazer uma relação de iguais, de parceiros em que ninguém, obrigatoriamente, é obrigado a ter uma política em que só um ganha, mas

é uma política de ganha-ganha, onde todos precisam levar vantagem dos acordos que estamos fazendo.

E houve um tempo em que os países menores da América do Sul tinham um medo muito grande do Brasil. Eu dizia ao presidente Alan García que, numa reunião com o presidente Calderón e com os empresários mexicanos, os empresários mexicanos tinham medo dos empresários brasileiros e não tinham medo dos empresários americanos. É fantástico, mas era assim: parecia que os empresários brasileiros eram os que representavam o grande império, e não os empresários americanos.

Isso eu chamo de lavagem cerebral, a que nós fomos submetidos durante séculos e que, finalmente, eleições de pessoas com compreensões mais democráticas, com o aprimoramento da consciência política dos empresários brasileiros e peruanos, nós começamos a avançar.

Os empresários brasileiros, Alan - e tem muitos aqui que você conhece -, sabem que desde 2003 eu tenho feito uma pressão imensa para que eles façam investimento na América do Sul, para que eles façam investimento na África, porque a similaridade que existe entre nós permite extraordinárias oportunidades de investimentos do Peru no Brasil, do Brasil no Peru, e também é uma forma de equilibrar a balança comercial. Não é justo, não é economicamente correto que um país tenha grande superávit comercial diante do outro sem criar as condições para que o outro se torne mais competitivo e que haja um certo equilíbrio.

Eu poderia pegar a Petrobras, que está aqui, que ainda está investindo pouco no Peru; poderia pegar a Vale do Rio Doce, que está aqui; e as coisas que eu mais discuto com eles é fazer investimento no Peru, produzir coisas no Peru, gerar empregos no Peru e exportar o

excedente para o Brasil para que a gente possa equilibrar a balança comercial entre Brasil e Peru. Esse é o comércio mais justo, é aquele que na hora em que tivermos que fechar a conta, no final do ano, todo mundo está feliz e alegre porque o comércio beneficiou os dois países. É com essa lógica que eu tento incentivar os empresários brasileiros a percorrerem os países da América do Sul, da América Latina, da América Central e da África, e eu penso que nós estamos colhendo resultados extraordinários.

Mas, nesta reunião de hoje, o Alan García, democrático como é, permitiu que nós não fizéssemos apenas uma reunião ministerial. Ele permitiu que nós ouvíssemos quatro governadores, que aqui eles chamam de presidentes regionais, e nós ouvíssemos dois representantes dos estados brasileiros: do Acre e de Rondônia. E eu confesso, meu caro companheiro Alan García, que foi a grande lição que eu levo desta reunião.

Estejam certos os governadores de que está gravada na minha cabeça a ideia da descentralização de muitas das políticas que já poderiam ter acontecido se estivessem sob a responsabilidade das regionais e não estivessem centralizadas na burocracia federal em Brasília ou em Lima. Acho que foi uma coisa...

Eu tenho cinco horas de voo até São Paulo e, certamente, eu vou maturando essas queixas que eu ouvi do governador, porque não tem explicação, Paulo Skaf. Não tem explicação que uma dona de casa de Rondônia tenha que comprar um tomate, que às vezes vai buscar em São Paulo, com 5.000 quilômetros de distância, se a 100 quilômetros tem um companheiro peruano produzindo o tomate que ela precisa. Não existe... Não existe, do ponto de vista da lógica da sobrevivência humana. Da lógica da supremacia de uma nação sobre a outra existe, mas da minha

lógica e da lógica das pessoas de bom senso não pode existir. Não é não pode, não deve existir, e eu acho que isso que nós ouvimos hoje vai permitir a gente fazer essa correção.

E fico mais feliz ainda quando eu soube que mais de 130 companheiros do Acre, o vice-governador, junto com governadores peruanos e deputados nossos vieram para cá de ônibus, de carro, e passaram mal quando chegaram a 5.000 metros de altura, mas estão aqui. Porque aqui (incompreensível) brincaram na neve. Vocês vejam que um brasileiro não precisa atravessar o Atlântico para pegar um pedaço de neve. É só vir aqui nos Andes peruanos e pegar essa neve, e pode vir de carro, de ônibus. Não precisa vir de avião.

Então, eu acho que isso, Alan, eu acho que é um sinal, um sinal importante. Eu acho que nós descobrimos a essência da razão pela qual nós governamos o Peru e o Brasil: é aproximar o nosso povo, é permitir que eles tenham oportunidades que estavam tão distantes no século passado, é permitir que essas oportunidades se transformem em investimentos, em empregos e em geração de renda.

Nós vamos assinar aqui 16 acordos hoje... 15 ou 16 acordos, porque tem sempre um que não dá certo na última hora. Nós vamos nos reunir outra vez no primeiro trimestre do ano que vem para ver se a gente conclui o acordo da produção de energia elétrica aqui no Peru, para atender a demanda interna do Peru e para atender a demanda do Brasil. E obviamente que precisamos fazer uma discussão profunda porque nós queremos construir uma parceria que deixe o povo do Peru satisfeito e que deixe o povo brasileiro satisfeito.

Mas é uma oportunidade extraordinária de nós começarmos a resolver as deficiências energéticas que possam existir no Peru ou que possam existir no Brasil. E em março, eu quero ver, ministro Lobão, se a gente pode concluir

uma assinatura e, quem sabe, fazer uma festa aqui em Lima e o Alan García oferecer um grande jantar aqui, um jantar de gala. Ou, quem sabe, façamos até uma reunião na nossa fronteira. Quem sabe a gente possa fortalecer a nossa fronteira, com o governador do Acre... Em Cruzeiro do Sul, que tem um aeroporto novo que ainda não foi transformado em internacional. Mas, de qualquer forma, nós temos a chance de fazer isso.

Nós estamos trabalhando no Brasil, Alan, e eu tenho certeza que no Peru também, um momento muito importante dos nossos países. É a autoafirmação da seriedade com que nós tratamos a economia do meu país e do teu país, e que hoje muitos países ricos sentem inveja de não ter a mesma solidez econômica que nós temos, embora tenham mais tecnologia, mais patrimônio e mais dinheiro.

Se o mundo fosse olhado com um pouco mais de humanidade, a gente poderia ver o seguinte: a quantidade de dinheiro que os países ricos tiveram que tirar do Tesouro para salvar os bancos que estavam ganhando dinheiro especulando - acima de US\$ 400 bilhões -, imaginem se esse dinheiro que foi dado para os bancos, sem nenhuma reclamação, tivesse sido investido para ajudar os países em desenvolvimento a se desenvolverem um pouco mais, como seria muito mais fácil e como nós não teríamos a crise.

Então, eu penso, Alan, que esta reunião de hoje foi muito importante. Acho que Peru e Brasil estão cimentando um alicerce muito forte de uma relação que vai servir de exemplo para as relações que possamos ter com outros países. E eu quero que você saiba, Alan, que não apenas eu pessoalmente, mas acho que Brasil e Peru podem dar outros exemplos na questão da defesa. Nós temos que construir uma unidade no nosso Conselho de Defesa, nós temos que pensar no nosso Conselho de Combate ao Narcotráfico.

Nós, na América do Sul... olha só no mapa o tamanho deste continente, todo ligado. Deus quando fez a gente, Ele fez para a gente ser próximo, porque não tem empecilho para que a gente se junte. Dá para ir a pé. É um pouco longe, na verdade, mas dá para ir a pé. E eu não sei por que nós ficamos tão distantes, ficamos olhando além do Pacífico, ficamos olhando além do Atlântico, quando nós estamos próximos. Olhem o mapa do Brasil e do Peru, é como se nós estivéssemos (incompreensível), o Alan García conversando com outro e eu conversando com outro aqui, e nós não nos conhecemos, embora estejamos aqui grudados. Foi assim que Deus fez o nosso continente.

E eu penso que nós estamos dando um passo, um passo, para que com mais coragem, com mais ousadia a gente não deixe de olhar além oceano, mas que a gente olhe um pouco para nós e perceba que eu posso te ajudar mais, que você pode me ajudar mais e que o povo brasileiro e o povo peruano podem ganhar muito.

E a tua sensibilidade... eu só acho que você tem um defeito, Alan, um defeito grave: eu acho que você precisa participar mais das reuniões da Unasul. Porque sabe o que acontece? Muitas vezes tem companheiros que não gostam de participar de reunião porque não se decidem as coisas na reunião. Mas política é exatamente isso. O que é importante é que você participe com mais força para que as tuas ideias comecem a ser escutadas por outras pessoas, porque nós só vamos construir a Unasul forte, o Conselho de Defesa forte, o Conselho de Segurança que você está propondo que a gente pode criar. Mas, sobretudo, uma ideia de uma carta que você demandou, de criar nesta parte do

mundo uma zona de paz, uma zona de não agressão, uma zona de prosperidade e uma zona de justiça social.

Eu acho que é isso que o povo peruano, o povo brasileiro, argentino, boliviano, venezuelano querem de nós. É preciso saber se a gente vai ter competência para atender essa demanda do nosso povo.

Portanto, parabéns, e obrigado, Alan.

CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-15)

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, NA SESSÃO PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA DAS PARTES DA
CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA
DO CLIMA - COPENHAGUE-DINAMARCA, 17/12/2009

Senhor Presidente,
Senhores chefes de Governo,
Senhores chefes de Estado,

Uma primeira palavra de agradecimento ao governo da Dinamarca pela amistosa acolhida que nos dispensa nesta reunião.

A mudança do clima é dos problemas mais graves que enfrenta a Humanidade. Controlar o aquecimento global é fundamental para proteger o meio ambiente, permitir o crescimento econômico e superar a inaceitável exclusão social. O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD alertou, em 2007, que a mudança do clima poderia estar gerando o maior retrocesso da história. Não podemos permitir que isso ocorra.

O controle do aquecimento global depende de um esforço coletivo. Temos que implementar urgente e plenamente os compromissos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Os efeitos da mudança do clima já se fazem sentir, sobretudo entre os mais pobres. Precisamos de ações concretas e justas, amparadas em meios financeiros e tecnológicos expressivos. Elas devem refletir a participação de cada país, ao

longo dos últimos séculos, no aumento da temperatura. É fundamental respeitar o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Um aumento máximo da temperatura média global de dois graus centígrados é referência importante para nosso esforço coletivo de mitigação. Essa meta deve ser periodicamente atualizada, de modo a acompanhar o avanço do conhecimento científico. A ambição de reduzir, em 50%, as emissões globais de gases de efeito estufa em 2050, em comparação com o ano de 1990, ajudará a assegurar esse objetivo. Mas esta ambição será vazia e sem sentido se não houver compromissos claros de curto e médio prazos.

Aqui em Copenhague não há lugar para conformismo. Os países desenvolvidos devem assumir metas ambiciosas de redução de emissões à altura de suas responsabilidades históricas e do desafio que enfrentamos. Segundo o IPCC, a redução deveria ser de 25% a 40%, até 2020, em comparação com 1990. Se quisermos ser realmente ambiciosos, devemos almejar o patamar de 40%.

Quero falar com toda clareza e franqueza. Esta Conferência não é um jogo onde se

possa esconder cartas na manga. Se ficarmos à espera do lance de nossos parceiros, podemos descobrir que é tarde demais. Todos seremos perdedores.

Meus caros amigos,

A preservação do Protocolo de Quioto é absolutamente necessária para que o regime internacional mantenha seu rigor. Ele não pode ser substituído por instrumento menos exigente. Os países desenvolvidos devem tomá-lo como referência para a definição de metas de cortes profundos. Essa é a essência do conceito de comparabilidade do Plano de Ação de Bali.

Os países em desenvolvimento devem dar sua contribuição ao esforço global de mitigação. Muitos estão aprofundando suas ações, mesmo na ausência dos recursos internacionais.

O Brasil dispõe de uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Oitenta e cinco por cento de nossa energia elétrica é de origem hídrica. Quarenta e sete por cento do total de nossa energia é renovável. Fomos pioneiros na produção e uso generalizado de biocombustíveis.

A Amazônia é um grande patrimônio dos povos que a habitam. Daí o nosso compromisso de reduzir seu desmatamento em 80% até 2020.

O Congresso Brasileiro aprovou Projeto de Lei de iniciativa do Executivo, que contém um conjunto de ações envolvendo combate ao desmatamento, agricultura, energia e siderurgia. Essas medidas deverão reduzir o crescimento das emissões brasileiras de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9%, até 2020. Esse esforço nos custará US\$ 160 bilhões. Ou seja, US\$ 16 bilhões por ano, até 2020. Mas essa não é uma proposta para barganhar. É um compromisso que assumimos com a nação brasileira e com o mundo.

Outros países em desenvolvimento também apresentaram propostas expressivas. Mas tal ambição só poderá se concretizar plenamente se os fluxos internacionais de apoio tecnológico e financeiro deixarem de ser - como são hoje - tímida promessa ou talvez apenas uma miragem.

O combate à mudança do clima não pode fundamentar-se na perpetuação da pobreza. A mitigação é essencial. Mas a adaptação é um desafio prioritário para os países em desenvolvimento, sobretudo para as pequenas ilhas e países sujeitos à desertificação, especialmente na África. É inaceitável que os países menos responsáveis pela mudança do clima sejam suas primeiras e principais vítimas.

A Convenção estabeleceu a obrigação dos países desenvolvidos de oferecer apoio financeiro e tecnológico para os países em desenvolvimento. Será muito difícil aprofundar as iniciativas de mitigação ou reforçar a capacidade de adaptação, sobretudo dos países pobres e vulneráveis, sem que os fluxos financeiros tenham forte componente de financiamento público. Mecanismos de mercado podem ser muito úteis, mas nunca terão a magnitude ou a previsibilidade necessárias para a transformação do que realmente queremos.

O Brasil participa desta Conferência com a determinação de obter resultados ambiciosos. Mas essa ambição tem de ser compartilhada com todos. As fragilidades de uns não podem servir de pretexto para recuos ou vacilações de outros. Não é politicamente racional, nem moralmente justificável colocar interesses corporativos e setoriais acima do bem comum da Humanidade. A hora de agir é esta. O veredicto da história não poupará os que faltarem com as suas responsabilidades neste momento.

Muito obrigado.

**SESSÃO PLENÁRIA DE DEBATE INFORMAL NA
CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-15)**

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE SESSÃO PLENÁRIA DE DEBATE INFORMAL NA CONFERÊNCIA
DAS PARTES DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA
DO CLIMA (COP-15) - COPENHAGUE-DINAMARCA, 18/12/2009

Senhor Presidente,
Senhor Secretário-Geral,
Senhores e senhoras chefes de Estado,
Senhores e senhores chefes de Governo,
Amigos e amigas,

Confesso a todos vocês que estou um pouco frustrado porque há muito tempo discutimos a questão do clima e, cada vez mais, constatamos que o problema é mais grave do que nós possamos imaginar.

Pensando em contribuir para a discussão nesta Conferência, o Brasil teve uma posição muito ousada. Apresentamos as nossas metas até 2020, assumimos um compromisso e aprovamos no Congresso Nacional, transformando em lei que o Brasil, até 2020, reduzirá as emissões de gases de efeito estufa de 36,1% a 38,9%, baseado em algumas coisas que nós consideramos importantes: mudança no sistema da agricultura brasileira; mudança no sistema siderúrgico brasileiro; mudança e aprimoramento da nossa matriz energética, que já é uma das mais limpas

do mundo; e assumimos o compromisso de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020.

E fizemos isso construindo uma engenharia econômica que obrigará um país em desenvolvimento, com muitas dificuldades econômicas, a gastar até 2020 US\$ 166 bilhões, o equivalente a US\$ 16 bilhões por ano. Não é uma tarefa fácil, mas foi necessário tomar essas medidas para mostrar ao mundo que, com meias palavras e com barganhas, a gente não encontraria uma solução nesta Conferência de Copenhague.

Tive o prazer de participar ontem à noite, até às duas e meia da manhã, de uma reunião que, sinceramente, eu não esperava participar, porque era uma reunião onde tinha muitos chefes de Estado, figuras das mais proeminentes do mundo político e, sinceramente, submeter chefes de Estado a determinadas discussões como nós fizemos antes [ontem], há muito tempo eu não assistia.

Eu, ontem, estava na reunião e me

lembrava do meu tempo de dirigente sindical, quando estávamos negociando com os empresários. E por que é que tivemos essas dificuldades? Porque nós não cuidamos antes de trabalhar com a responsabilidade com que era necessário trabalhar. A questão não é apenas dinheiro. Algumas pessoas pensam que apenas o dinheiro resolve o problema. Não resolveu no passado, não resolverá no presente e, muito menos, vai resolver no futuro. O dinheiro é importante e os países pobres precisam de dinheiro para manter o seu desenvolvimento, para preservar o meio ambiente, para cuidar das suas florestas. É verdade. Mas é importante que nós, os países em desenvolvimento e os países ricos, quando pensarmos no dinheiro, não pensemos que estamos fazendo um favor, não pensemos que estamos dando uma esmola, porque o dinheiro que vai ser colocado na mesa é o pagamento pela emissão de gases de efeito estufa feita durante dois séculos por quem teve o privilégio de se industrializar primeiro.

Não é uma barganha de quem tem dinheiro ou quem não tem dinheiro. É um compromisso mais sério, é um compromisso para saber se é verdadeiro ou não o que os cientistas estão dizendo, que o aquecimento global é irreversível. E, portanto, quem tem mais recursos e mais possibilidades precisa garantir a contribuição para proteger os mais necessitados.

Todo mundo se colocou de acordo que precisamos garantir os 2% de aquecimento global até 2050. Até aí, todos estamos de acordo. Todo mundo está consciente de que só é possível construirmos esse acordo se os países assumirem, com muita responsabilidade, as suas metas. E mesmo as metas, que deveriam ser uma coisa mais simples, tem muita gente querendo barganhar as metas. Todos nós poderíamos oferecer

um pouco mais se tivéssemos assumido boa vontade nos últimos períodos.

Todos nós sabemos que é preciso, para manter o compromisso das metas e para manter o compromisso do financiamento, a gente, em qualquer documento que for aprovado aqui, a gente tem que manter os princípios adotados no Protocolo de Quioto e os princípios adotados na Convenção-Quadro. Porque é verdade que nós temos responsabilidades comuns, mas é verdade que elas são diferenciadas.

Eu não me esqueço nunca que quando tomei posse, em 2003, o meu compromisso era tentar garantir que cada brasileiro ou brasileira pudesse tomar café de manhã, almoçar e jantar. Para o mundo desenvolvido, isso era coisa do passado. Para a África, para a América Latina e para muitos países asiáticos, ainda é coisa do futuro. E isso está ligado à discussão que estamos fazendo aqui, porque não é discutir apenas a questão do clima. É discutir desenvolvimento e oportunidades para todos os países.

Eu tive conversas com líderes importantes e cheguei à conclusão de que era possível construir uma base política que pudesse explicar ao mundo que nós, presidentes, primeiros-ministros e especialistas, somos muito responsáveis e que iríamos encontrar uma solução. Ainda acredito, porque eu sou excessivamente otimista. Mas é preciso que a gente faça um jogo, não pensando em ganhar ou perder. É verdade que os países que derem dinheiro têm o direito de exigir a transparência, têm direito até de exigir o cumprimento da política que foi financiada. Mas é verdade que nós precisamos tomar muito cuidado com essa intrusão nos países em desenvolvimento e nos países mais pobres. A experiência que nós temos, seja do Fundo Monetário Internacional ou seja

do Banco Mundial nos nossos países, não é recomendável que continue a acontecer no século XXI.

O que nós precisamos... e vou dizer, de público, uma coisa que eu não disse ainda no meu país, não disse à minha bancada e não disse ao meu Congresso: se for necessário fazer um sacrifício a mais, o Brasil está disposto a colocar dinheiro também para ajudar os outros países. Estamos dispostos a participar do financiamento se nós nos colocarmos de acordo numa proposta final, aqui neste encontro.

Agora, o que nós não estamos de acordo é que as figuras mais importantes do planeta Terra assinem qualquer documento, para dizer que nós assinamos documento. Eu adoraria sair daqui com o documento mais perfeito do mundo assinado. Mas se não tivemos condições de fazer até agora - eu não sei, meu querido companheiro Rasmussen, meu companheiro Ban Ki-moon - se a gente não conseguiu fazer até agora esse documento, eu não sei se algum anjo ou algum sábio descerá neste plenário e irá colocar na nossa cabeça a inteligência que nos faltou até a hora de agora. Não sei.

Eu acredito, como eu acredito em Deus, eu acredito em milagre, ele pode acontecer, e quero fazer parte dele. Mas, para que esse milagre aconteça, nós precisamos levar em conta que teve dois grupos trabalhando os documentos aqui, que nós não podemos esquecer. Portanto, o documento é muito importante, dos grupos aqui.

Segundo, que a gente possa fazer um documento político para servir de base de guarda-chuva, também é possível fazer, se a gente entender três coisas: primeiro, Quioto, Convenção-Quadro, MRV, não podem adentrar a soberania dos países - cada país tem que ter a competência de se autofiscalizar

- e, ao mesmo tempo, que o dinheiro seja colocado para os países efetivamente mais pobres.

O Brasil não veio barganhar. As nossas metas não precisam de dinheiro externo. Nós iremos fazer com os nossos recursos, mas estamos dispostos a dar um passo a mais se a gente conseguir resolver o problema que vai atender, primeiro, a manutenção do desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Nós passamos um século sem crescer, enquanto outros cresciam muito. Agora que nós começamos a crescer, não é justo que voltemos a fazer sacrifício.

No Brasil ainda tem muitos pobres. No Brasil tem muitos pobres, na África tem muitos pobres, na Índia e na China tem muitos pobres. E nós também compreendemos o papel dos países mais ricos. Eles, também, não podem ser aqueles que vão nos salvar. O que nós queremos é apenas, conjuntamente, ricos e pobres, estabelecer um ponto comum que nos permita sair daqui, orgulhosamente, dizendo aos quatro cantos do mundo que nós estamos preocupados em preservar o futuro do planeta Terra sem o sacrifício da sua principal espécie, que são homens, mulheres e crianças que vivem neste mundo.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Ajuste Complementar do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para Implementação de Projetos na Área de Desenvolvimento Social. 01/07/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para implementação de Projetos Inovadores de Cooperação Horizontal em Benefício do Desenvolvimento Sustentável na Cadeira de Algodão nos Países da África. 01/07/2009

Ajuste Complementar do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para a Implementação de Projetos nas Áreas de Agricultura e Pecuária. 01/07/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para Implementação do Projeto “Apoio A Estruturação do Programa Nacional de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme da Republica de Gana”. 07/07/2009

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo dos Emirados Árabes Unidos e o Governo da República Federativa do Brasil com o Objetivo de Promover o Intercâmbio Comercial e Turístico entre os Dois Países por meio da Isenção Recíproca de Imposto de Renda de Empresas de Transporte Aéreo. 14/07/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura da República Federativa do Brasil e a Agência Federal para Pesca da Federação Russa. 20/07/2009

Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Corporação Estatal de Energia Atômica “ROSATOM”, da Rússia, sobre Cooperação no Campo do Uso da Energia Nuclear para Fins Pacíficos. 21/07/2009

Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Reabilitação do Cefloma – Centro Florestal de Machipanda”. 21/07/2009

Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Capacitação Técnica em Matéria de Prisões”. 21/07/2009

Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Implantação de Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique”. 21/07/2009

Programa Executivo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Fortalecimento do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde”. 21/07/2009

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre isenção de PIS, FINSOCIAL e COFINS para aeronaves japonesas operando no Brasil. 22/07/2009

Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai. 25/07/2009

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito para Promover Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Países da África. 29/07/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Árabe do Egito sobre Cooperação Mútua entre Institutos Diplomáticos. 29/07/2009

Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação na Área de Energia entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria. 29/07/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria na Área de Biotecnologia. 29/07/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para o Estabelecimento da Comissão Bilateral Brasil-Chile. 30/07/2009

Memorando de Entendimento para a Promoção do Projeto “Exportação por Envios Postais para Médias, Pequenas e Micro Empresas” entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério da Economia, Fomento e Reconstrução da República do Chile. 30/07/2009

Acordo para a Formalização do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e Cessão de Uso de Terrenos, com Base na Reciprocidade, para as Embaixadas da República Federativa do Brasil e da República Democrática de Timor-Leste. 31/07/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Realização de Atividades de Cooperação Técnica com Terceiros Países. 04/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas de Informações sobre Água”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Apoio ao Processo de Implementação de Bancos de Leite Humano no México”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do INEGI na Área de Estatística”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do INEGI na Área de Geografia”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos entre Brasil e México sobre Práticas Integrativas e Complementares e Competência Intercultural na Oferta de Serviços de Saúde” (cooperação prestada). 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos Mexicanos no Tema de Sanidade Vegetal”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Transferência de Tecnologias e Agronegócios: Casos de Biofertilizantes e Sementes”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Capacitação em Formação Profissional nas Áreas de Turismo, Hospitalidade, Saúde e Informática”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos e de Atividades Educativas do CONALEP”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento da Educação Técnica e Profissional do México nas Áreas de Aeronáutica, Energias Renováveis, Telecomunicações e Educação à Distância”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos

para Implementação do Projeto “Prospecção e Seleção de Genótipos de *Jatropha curcas* com Potencial de Uso Industrial”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Capacitação em Prognóstico Climático e de Colheitas com Base no Uso de Modelos para a Tomada de Decisões em Política Agrícola”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Consolidação de Sistema de Avaliação e Certificação de Competências Laborais para a Formação Profissional Técnica”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Transferência de Experiências do CONALEP ao SENAI em Sistemas de Avaliação e Certificação de Competências Laborais e de Gestão da Qualidade”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Área de Estatística”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o

Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Área de Geografia”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada a Desastres e População Exposta”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos entre Brasil e México sobre Práticas Integrativas, Complementares e de Competência Intercultural na Oferta de Serviços de Saúde”. 11/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para a Implementação do Projeto “Apoio ao Programa da Luta Contra a Drépanocytose no Senegal”. 11/08/2009

Ata Final da II Reunião da Comissão Mista Cultural: Anexo 2: Programa Executivo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para o Período de 2009 a 2012. 12/08/2009

Ata Final da II Reunião da Comissão Mista Cultural: Anexo 3: Programa Executivo

do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para os anos 2009-2012. 12/08/2009

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 13/08/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali Relativo ao Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. 13/08/2009

Carta de Intenções sobre a Cooperação no Domínio do Desenvolvimento Social, entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome da República Federativa do Brasil e o Ministério da Assistência e Reinserção Social da República de Angola. 15/08/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Formalização da Cessão de Uso de Imóveis para a Embaixada do Brasil em Angola e para a Embaixada de Angola no Brasil. 17/08/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Cessão Recíproca de Imóveis para o Funcionamento dos Centros Culturais do Brasil em Angola e de Angola no Brasil. 17/08/2009

Ata de Compromisso entre a Embaixada da República Federativa do Brasil e a Fundação

Eduardo dos Santos “FESA”, de Angola. 17/08/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa para a Criação de Comissão Mista. 19/08/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. 19/08/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia na Área de Defesa Civil e Assistência Humanitária. 22/08/2009

Comunicado Conjunto - Encontro dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Evo Morales Ayma em Villa Tunari, Bolívia. 22/08/2009

Memorando de Entendimento em Matéria de Pesquisa e Desenvolvimento de Processos para a Industrialização dos Recursos Evaporíticos do Salar de Uyuni entre o Ministério de Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Mineração e Metalurgia do Estado Plurinacional da Bolívia. 22/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Projeto “Apoio à Implementação de Sistema Nacional de Arquivos de Timor-Leste”. 28/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Projeto “Programa de Formação em Gestão de Microempreendimentos e Auto-Emprego”. 28/08/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Projeto “Criação do Observatório do Mercado de Trabalho Nacional de Timor-Leste”. 28/08/2009

Arranjo Administrativo na Área dos Transportes entre o Ministério dos Transportes da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ecologia, da Energia, do Desenvolvimento Sustentável e do Mar, Encarregado das Tecnologias Verdes e das Negociações sobre o Clima da República Francesa. 07/09/2009

Declaração de Intenções entre o Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministro da Defesa da República Francesa. 07/09/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério da Imigração, da Integração, da Identidade Nacional e do Desenvolvimento Solidário da República Francesa para a Criação de um Mecanismo Bilateral de Consultas sobre Questões Migratórias. 07/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o

Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica para Repressão ao Crime Organizado”. 10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Prevenção da Transmissão Vertical da Sífilis e do HIV”. 10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado da Mosca da Fruta no Suriname”. 10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio para o Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Suriname”. 10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)”. 10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para

a Implementação do Projeto “Fortalecimento Metodológico do Censo Escolar no Suriname”. 10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Biocombustíveis no Suriname”. 10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Uso, Armazenamento e Distribuição de Materiais de DST/HIV/AIDS”. 10/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo e Produção da Mandioca no Suriname”. 10/09/2009

Programa Executivo Relativo ao Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para os anos 2009-2012. 14/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Mapeamento Geológico e da Geodiversidade da Fronteira Guiana-Brasil”. 14/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana”. 14/09/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Promoção do Comércio e do Investimento. 14/09/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Criação do Comitê de Fronteira. 14/09/2009

Declaração de Intenções entre o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa. 18/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia para a Implementação do Projeto “Fortalecimento do Sistema de Sementes do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF)”. 25/09/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia para a Implementação do Projeto “Fortalecimento em Atenção Integral e Vigilância Epidemiológica em DST/HIV/AIDS na Bolívia”. 25/09/2009

Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Implementação do Projeto “Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. 30/09/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Serviço Público Federal dos Assuntos Estrangeiros, Comércio Exterior e Cooperação para o Desenvolvimento do Reino da Bélgica sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. 04/10/2009

Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica. 06/10/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério de Relações Exteriores do Reino da Suécia sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. 06/10/2009

Plano de ação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação Esportiva 2009 – 2011. 09/10/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área do Esporte. 09/10/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa

do Brasil e o Departamento de Comércio e Indústria da República da África do Sul para Promoção do Comércio e Investimento. 09/10/2009

Plano de Ação para a Implementação da Declaração sobre Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da Indonésia. 15/10/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área da Saúde. 15/10/2009

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e as Nações Unidas relativo aos Arranjos para a Quinta Sessão do Fórum Urbano Mundial. 21/10/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Capacitação na Cadeia Produtiva da Mandioca na Nicarágua”. 22/10/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Apoio Institucional ao Programa de Viviendas de Interés Social”. 22/10/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Plano de Energização Rural para o Desenvolvimento”. 22/10/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República do Mali para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Rizicultura no Mali”. 22/10/2009

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Guiné Equatorial para Cooperação em Matéria de Saneamento Básico. 23/10/2009

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Guiné Equatorial para a Cooperação em Matéria de Esportes. 23/10/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa para a Implementação do Projeto “Apoio à Formação Profissional e Tecnológica do Togo nas Áreas de Formação Pedagógica e Mecânica de Automóveis”. 24/10/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa para a Implementação do Projeto “Apoio Institucional ao Ministério da Ação Social pela Luta contra a Exploração Sexual das Crianças e Adolescentes do Togo”. 24/10/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre Cooperação em Matéria de Comunicação Pública. 27/10/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação no Setor Alimentar e nos

Setores de Investimento e Comercialização de Alimentos. 30/10/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Estabelecimento de um Regime de Depósitos Francos. 30/10/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias da República Bolivariana da Venezuela para a Implementação da Radiodifusão de Televisão Digital Terrestre na República Bolivariana da Venezuela. 30/10/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil – Paraguai em Hernandarias - Fase IV Ampliação e Expansão”. 03/11/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação em Matéria de Legado Econômico, Social e Material e Legados Referentes a Atividades Físicas e Desportivas, Relativos à Organização das Olimpíadas. 04/11/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos Colombianos nas Áreas de Monitoramento Hidrológico, de Qualidade de Água e de Automatização

das Redes Hidrológicas e Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos sobre Gestão dos Recursos Hídricos”. 10/11/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências em Programas e Projetos Turísticos”. 10/11/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Realização de Diagnóstico Turístico no Eixo Apaporis-Tabatinga”. 10/11/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica para o Incremento do Conhecimento sobre a Palma Azeiteira e a Mamona como Fontes de Biomassa para a Produção de Biodiesel”. 10/11/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Plano de Energização Rural Vinculado ao Desenvolvimento Local – Segunda Fase”. 10/11/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Fortalecimento no Diagnóstico Molecular e Tipificação das Espécies de Leishmania, sua Georreferenciação e Análise Espacial”. 10/11/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia para Implementação do Projeto “Implementação de um Programa de Aproveitamento do Material Reciclável para a Região de Letícia-Tabatinga”. 10/11/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Promoção de Ações Conjuntas em Benefício de Terceiros Países. 11/11/2009

Memorando de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) para a Promoção da Cooperação Sul-Sul no Campo dos Direitos Humanos. 12/11/2009

Memorando de Entendimento para a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação com Burkina Faso. 12/11/2009

Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço com Burkina Faso. 12/11/2009

Programa Executivo do Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo (2009-2012). 13/11/2009

Programa Executivo do Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar Ações de Cooperação na Área de Gestão de Políticas Públicas. 17/11/2009

Carta de Intenções sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA). 18/11/2009

Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (ANMAT) da Argentina. 18/11/2009

Acordo de Facilitação Turística entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. 18/11/2009

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Programa de Controle da Dengue”. 18/11/2009

Declaração Conjunta - Visita de Trabalho à República Federativa do Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. 18/11/2009

Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para Implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Emprendimientos. 18/11/2009

Protocolo entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Nacional Palestina sobre Cooperação Técnica. 20/11/2009

Memorando de Entendimento para Cooperação Bilateral entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Energia da República Islâmica do Irã. 23/11/2009

Convênio Interinstitucional entre a Organização para Pesquisa em Agricultura, Educação e Extensão da República Islâmica do Irã e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) da República Federativa do Brasil. 23/11/2009

Programa Executivo do Acordo Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Irã para os anos 2009-2012. 23/11/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Islâmica do Irã. 23/11/2009

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Vice-presidência de Ciência e Tecnologia da República Islâmica do Irã para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. 23/11/2009

Memorando de Entendimento na Área Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia. 02/12/2009

Protocolo de Intenções entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil e o Comitê Estatal de Regulação Nuclear da Ucrânia sobre a Cooperação no Domínio da Segurança Nuclear e Proteção contra Radiações. 02/12/2009

Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente da Ucrânia, Victor Yushchenko. 02/12/2009

Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Combate à Mudança do Clima entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha. 03/12/2009

Declaração Conjunta de Intenções sobre Cooperação em Matéria de Segurança Pública entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha. 03/12/2009

Protocolo de Intenções sobre o Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação 2010/11. 03/12/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Alemanha sobre Cooperação Econômica, sobretudo nos Domínios da Infraestrutura e da Segurança, com vistas à Copa do Mundo Brasil, em 2014, e aos XXXI Jogos Olímpicos e XV Jogos Paraolímpicos no Rio de Janeiro em 2016. 03/12/2009

Carta de Intenções com a Alemanha para a Segunda Fase do BRAGECRIM. 03/12/2009

Programa Executivo entre a República Federativa do Brasil e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Relativo ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Nuclear para a Promoção da Cooperação Sul-Sul. 07/12/2009

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau”. 07/12/2009

Programa Executivo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), para a Implementação do Projeto “Desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação no Brasil como Primeira Etapa da Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPS)”. 08/12/2009

Acordo de Cooperação em Matéria de Desenvolvimento do Transporte Fluvial nos Rios Amazônicos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru. 11/12/2009

Memorando de Entendimento em Cooperação Sanitária na Área de Pescado e Derivados entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) da República Federativa do Brasil e o Instituto Tecnológico Pesqueiro (ITP) da República do Peru. 11/12/2009

Declaração sobre o Estabelecimento de Voos Regionais Transfronteiriços entre Brasil e Peru. 11/12/2009

Emenda ao Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, de 29 de dezembro de 1964, para Apoiar a Implementação de Ações na Área de Políticas Públicas. 21/12/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe do Egito em Cooperação Esportiva. 27/12/2009

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe do Egito para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico. 27/12/2009

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AO PAQUISTÃO 02/07/2009

O Governo brasileiro realizará doação de produtos alimentícios para assistência humanitária ao Paquistão, onde existem aproximadamente dois milhões de deslocados internos, vítimas do agravamento dos conflitos na Província do Oeste.

Os recursos, da ordem de 50 mil dólares, serão repassados por meio do Programa Mundial de Alimentos, que mantém centros de distribuição na região. A doação terá o acompanhamento da Embaixada do Brasil em Islamabad.

SITE ELETRÔNICO DO CINQUENTENÁRIO DAS RELAÇÕES BRASIL-CORÉIA DO SUL 02/07/2009

Entrou em funcionamento, no dia 22 de junho corrente, o sítio eletrônico sobre o cinquentenário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República da Coréia, cujo endereço é “<http://www.brasilcoreia.mre.gov.br>”.

A iniciativa evidencia a importância atribuída pelo Brasil às relações com a Coréia e o reconhecimento da contribuição prestada pela comunidade coreana no Brasil

ao desenvolvimento nacional.

O sítio apresenta documentos oficiais de referência, textos sobre as relações bilaterais e imagens sobre os dois países.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A PARIS - 6 E 7 DE JULHO DE 2009 05/07/2009

O Presidente Lula realiza visita à França. No dia 6 de julho, manterá encontro, em Paris, com o Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates.

No dia 7, o Presidente terá encontro com o Presidente da França, Nicolas Sarkozy, para discutir temas da agenda internacional e avaliar a implementação da parceria estratégica entre o Brasil e a França. O Presidente Sarkozy será o convidado de honra para assistir às comemorações do 7 de setembro.

Ainda no dia 7, o Presidente participará de solenidade promovida pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO) em que será agraciado com o Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz. O Presidente foi escolhido por sua ação em favor da busca da paz, do diálogo, da democracia, da justiça social, da igualdade dos direitos, bem como por sua grande contribuição à erradicação da pobreza e à proteção dos direitos das minorias.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À ITÁLIA,
PARA PARTICIPAR DA CÚPULA DE
L'ÁQUILA - ROMA E ÁQUILA,
7 A 10 DE JULHO DE 2009
07/07/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará a Itália, de 7 a 10 de julho, para participar da Reunião de Cúpula do G-8 e do G-5, na cidade de l'Aquila. A participação do Brasil no evento reflete o crescente peso do país nos diversos foros de governança e coordenação do cenário internacional contemporâneo, tais como o G20 financeiro e o grupo dos BRICs.

No dia 8 de julho, o Presidente Lula se reunirá com os Chefes de Governo do G-5 (Brasil, África do Sul, China, Índia e México), para coordenar posições sobre os temas principais da agenda dos encontros com os líderes do G-8 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia): crise econômica e financeira internacional; governança global; segurança alimentar; e mudança do clima.

No dia 9 de julho, o Presidente Lula e os demais Chefes de Governo do G-5 e do Egito se reunirão com seus homólogos do G-8 para tratar de questões relacionadas ao desenvolvimento. Em seguida, o Presidente Lula participará de almoço de trabalho sobre o tema “fontes futuras de crescimento no período pós-crise”, ao qual estarão presentes os altos representantes do FMI, do Banco Mundial, da OCDE e da Agência Internacional de Energia. Participará, ainda, na companhia dos Chefes de Governo da Austrália, da Indonésia e da Coreia do Sul, de sessão sobre comércio internacional, com a presença do Diretor-Geral da OMC, e da reunião do “Foro de Grandes Economias sobre Energia e Clima”,

com a participação do Primeiro-Ministro da Dinamarca.

No dia 10 de julho, o Presidente Lula participará de sessão sobre segurança alimentar, juntamente com seus homólogos do G-5, do G-8 e de países africanos e euro-asiáticos, além de altos representantes de organismos das Nações Unidas e de instituições financeiras internacionais.

O Presidente Lula também manterá encontros bilaterais com autoridades estrangeiras, entre as quais os líderes da Alemanha, Austrália, Itália, Japão, México e Suécia.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
A PORTUGAL - LISBOA,
11 E 12 DE JULHO DE 2009
10/07/2009

O Ministro Celso Amorim visitará Lisboa, nos dias 11 e 12 de julho, para participar da V Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias.

A I Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias, realizada em Varsóvia, em 2000, foi convocada por iniciativa dos Estados Unidos, Chile, Índia, Coreia do Sul, Mali, Polônia e República Tcheca, com o objetivo de analisar maneiras de fortalecer as instituições e os valores democráticos no âmbito nacional, regional e global. As Conferências seguintes ocorreram em Seul (2002), Santiago (2005) e Bamako (2007).

O tema central da V Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias será “As implicações da atual crise econômica e financeira para a governança democrática”.

No dia 11 de julho, haverá workshop com a participação da sociedade civil e negociação do Projeto de Declaração de Lisboa. No dia 12, o Ministro Celso Amorim fará pronunciamento

na cerimônia de abertura da sessão ministerial da Conferência.

ATENTADOS NA INDONÉSIA

17/07/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, dos atentados ocorridos, na manhã de hoje, no centro de Jacarta, que causaram várias mortes e deixaram muitos feridos.

Ao reiterar sua condenação a todas as formas de terrorismo, o Governo brasileiro reafirma sua confiança no processo democrático da Indonésia e transmite suas condolências às famílias das vítimas e ao Governo indonésio.

REUNIÃO MINISTERIAL DA CPLP - PRAIA, 20 DE JULHO

18/07/2009

O Ministro Celso Amorim participará da XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na cidade de Praia, Cabo Verde, em 20 de julho. O evento terá como tema central a “Solidariedade na CPLP e a crise internacional”.

A Reunião do Conselho de Ministros também discutirá a preparação da VIII Cúpula da CPLP, que será realizada em Luanda, em julho de 2010.

Entre os principais temas a serem examinados na Reunião do Conselho de Ministros destaca-se a atual situação política em Guiné-Bissau, bem como as ações de cooperação da Comunidade, em particular as destinadas ao Timor-Leste e ao fortalecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

Por iniciativa do Brasil, também será tratada a questão da convocação do Fórum da Sociedade Civil da CPLP, cuja primeira reunião o Brasil se propõe a organizar em 2010.

À margem do Conselho de Ministros, também será realizada a “I Reunião de Ministros da CPLP Responsáveis pela Coordenação dos Assuntos do Mar”, à qual deverá comparecer o Comandante da Marinha, a fim de deliberar sobre uma “Estratégia de Oceanos para a CPLP”.

O Ministro Celso Amorim manterá ainda reuniões bilaterais com o Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, com o Primeiro-Ministro José Maria Neves, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Brito.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE, ARMANDO GUEBUZA -

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO,
20 A 23 DE JULHO DE 2009

20/07/2009

O Presidente de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, realizará visita de trabalho ao Brasil no período de 20 a 23 de julho. É a sua segunda visita ao Brasil, onde esteve em 2007, como convidado especial das celebrações do Sete de Setembro.

O Presidente moçambicano virá acompanhado dos Ministros de Negócios Estrangeiros; da Indústria e Comércio; da Energia; e dos Transportes e Comunicações.

No dia 20 de julho, no Rio de Janeiro, o Presidente Guebuza manterá encontros com o Governador Sérgio Cabral, com o Prefeito Eduardo Paes e com os Presidentes do BNDES e da Fiocruz.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que visitou Moçambique em 2003 e 2008, receberá o Presidente Guebuza em Brasília, no

dia 21 de julho, e o homenageará com almoço.

Por ocasião da visita deverão ser assinados acordos nas áreas de serviços aéreos, formação profissional e tecnologia social.

Durante sua permanência no Brasil, as autoridades moçambicanas manterão encontros com representantes de empresas brasileiras que atuam em Moçambique.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE
ISRAEL, AVIGDOR LIEBERMAN -
SÃO PAULO E BRASÍLIA,
21 E 22 DE JULHO DE 2009
21/07/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Avigdor Lieberman, realizará visita ao Brasil nos dias 21 e 22 de julho. No dia 21, em São Paulo, o Ministro Lieberman manterá encontros na área empresarial. No dia 22, em Brasília, será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e terá encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim, que oferecerá almoço em sua homenagem. Na seqüência, será realizada entrevista coletiva de imprensa no Palácio Itamaraty.

A visita do Ministro Lieberman - que retribui visitas feitas a Israel pelo Ministro Celso Amorim em 2005, 2008 e 2009 - é a primeira de um Chanceler israelense ao Brasil desde 1987, quando o então Ministro Shimon Peres esteve no País.

Nos últimos anos, o relacionamento Brasil-Israel fortaleceu-se com a multiplicação de visitas de autoridades de lado a lado. Além

disso, verificou-se um crescente intercâmbio comercial, que atingiu a cifra recorde de US\$ 1,6 bilhão em 2008. Outro marco nas relações bilaterais é o acordo de livre comércio, assinado em 2007, entre o MERCOSUL e Israel, o primeiro do bloco sul-americano com um parceiro extra-regional.

Durante a visita, será assinado acordo na área de serviços aéreos.

XVII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DE MÍDIA SOBRE PAZ
NO ORIENTE MÉDIO - RIO DE JANEIRO,
27 E 28 DE JULHO DE 2009
21/07/2009

Será realizado, em 27 e 28 de julho, no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, o XVII Seminário Internacional de Mídia sobre Paz no Oriente Médio - Uma visão da América do Sul. O evento é organizado conjuntamente pelo Governo brasileiro e pela ONU.

O encontro tem como objetivo promover o diálogo entre israelenses e palestinos, por meio do estreitamento de laços entre formadores de opinião e atores envolvidos com o processo de paz da região. Cerca de 200 convidados, entre políticos, autoridades governamentais, representantes da sociedade civil, acadêmicos e jornalistas -- oriundos principalmente do Oriente Médio, do Brasil e dos demais países da América do Sul -- deverão participar da conferência no Rio de Janeiro.

O Ministro Celso Amorim proferirá palestra de abertura na manhã de 27 de julho.

REUNIÃO MINISTERIAL DA CPLP -
PRAIA, 20 DE JULHO - DECLARAÇÃO
DA PRAIA SOBRE A PROJEÇÃO DA
LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO E
COMUNICADO FINAL
22/07/2009

DECLARAÇÃO DA PRAIA SOBRE A
PROJEÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA
NO MUNDO

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores da CPLP, reunidos na cidade da Praia, debateram a orientação estratégica sobre a questão da difusão e promoção da Língua portuguesa.

Reafirmaram que a Língua é um meio fundamental de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores comuns, numa perspectiva aberta e universalista.

A utilização progressiva do português como língua de trabalho em organizações internacionais, de raiz universal ou regional, é uma realidade. É um idioma falado em mais de vinte instituições internacionais, nomeadamente na União Africana, na União Européia, na União Sul-Americana de Nações (UNASUL), na Organização dos Estados Americanos e nas Cimeiras Ibero-Americanas. Concordaram que a CPLP e os Estados membros têm que ser mais ambiciosos, em particular no sistema das Nações Unidas.

A ação conjunta nesta matéria deve guiar-se pelos seguintes pressupostos: realismo nos objetivos a fixar, pragmatismo na forma de os executar e persistência na concertação da ação política necessária.

A CPLP é uma Comunidade de mais duzentos milhões de pessoas que tem na língua comum uma marca da sua individualidade. A diversidade lingüística e cultural é necessária para enriquecer a Humanidade e evitar fenómenos de massificação propícios à constituição de centros de poder político de participação muito reduzida.

Defender a língua comum é uma forma de democratização do sistema internacional. É igualmente um meio de aumentar a influência conjunta da Comunidade, num momento de recomposição da distribuição do poder à escala global.

Os Ministros estão também conscientes de que é essencial um aumento significativo do Ensino da Língua portuguesa nos seus próprios países, reconhecendo ainda a conveniência dos esforços de promoção do ensino da língua portuguesa noutros países, com ênfase nos países observadores, bem como nos que demonstrem especial interesse.

Visa-se, nuns casos, o enriquecimento da língua enquanto instrumento vital de aquisição de conhecimentos técnicos e científicos e, noutros, a sua própria difusão, coexistindo em harmonia com outros idiomas falados localmente.

As dimensões interna e externa da ação conjunta deverão ser complementares. As decisões que tomamos para melhorar a eficácia do Instituto Internacional da Língua portuguesa contribuirão para reforçar a concretização destes objetivos.

Com o propósito de acelerar os trabalhos para cumprimento das orientações que foram dadas pelos Chefes de Estado e de Governo na VII Cimeira em Lisboa e em Nova Iorque, os Estados membros decidiram organizar

uma Conferência Internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial, a realizar no Brasil durante a Presidência Portuguesa.

Na mesma ocasião, terá lugar uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP para analisar propostas sobre as estratégias de promoção e difusão do ensino da Língua Portuguesa e da sua implantação nas organizações internacionais, com base num relatório, elaborado por peritos designados pelos Estados membros, a apresentar oportunamente pela Presidência Portuguesa, apoiada pelo Secretariado Executivo.

Este relatório abordará também o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico, particularmente no que respeita aos constrangimentos relativos à elaboração do vocabulário ortográfico comum, enquanto pressuposto da sua aplicação.

Esta ação deverá ter lugar em estreita coordenação com o IILP.

A VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 2010, tomará as decisões necessárias que resultem das recomendações apresentadas pelos Ministros.

Feita na Cidade da Praia, a 20 de Julho de 2009.

COMUNICADO FINAL

1. Teve lugar na Cidade da Praia, no dia 20 de Julho de 2009, a XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Na cerimônia de abertura, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde, Engenheiro^o José Brito, deu as boas vindas aos participantes.

Os trabalhos, presididos pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de

Portugal, Dr. Luís Amado, contaram com a participação dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República da Guiné-Bissau, da República Democrática de S. Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste, do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique e do Secretário Executivo da CPLP.

2. Estiveram também presentes, como convidados, nos debates públicos da Reunião, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal e a Secretária de Estado para a Cooperação Internacional da Guiné Equatorial, enquanto Observadores Associados da CPLP.

3. Os Ministros tomaram boa nota dos Relatórios, relativos ao exercício 2008/2009, dos diversos órgãos e instituições da Organização, nomeadamente, a) de Sua Excelência o Presidente do Conselho de Ministros da CPLP, Dr. Luís Amado; b) do Coordenador do Comitê de Concertação Permanente, Embaixador António Russo Dias; c) do Secretário Executivo da CPLP, Engenheiro^o Domingos Simões Pereira; d) do Coordenador da XIX Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, Professor Doutor Manuel Correia; e) da Diretora Executiva do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, Professora Doutora Amélia Arlete Mingas.

4. O debate geral da XIV Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP teve como tema “A Solidariedade na CPLP no Contexto da Crise Económica e Financeira Internacional: Perspectivas Regionais”.

No debate geral, os Ministros realçaram que, embora a origem da atual crise seja localizada, os seus impactos começam já a ser sentidos globalmente e de forma consideravelmente mais dramática tanto nos países menos desenvolvidos como nos grupos sociais mais vulneráveis.

Salientaram, por isso, a necessidade de a CPLP continuar a apoiar ações de cooperação intracomunitária que promovam o desenvolvimento humano, particularmente dos Estados membros mais vulneráveis, e coadjuvem os esforços nacionais de redução da pobreza e promoção do bem-estar social.

Saudaram a iniciativa portuguesa, acolhida pelo Conselho Europeu de 19 de Março deste ano, para a criação, em conjunto com o Banco Mundial, de um mecanismo multilateral complementar de consulta, destinado a estender a outras organizações regionais e financeiras o debate sobre a resolução dos problemas económicos e financeiros globais, num contexto de cooperação internacional e no qual possam participar, conferindo-lhes uma base de legitimidade alargada, organizações políticas e financeiras multilaterais regionais.

Aprovaram a realização de uma Reunião de Altos Funcionários sobre facilitação do comércio como forma de mitigar os efeitos da crise financeira internacional. Receberam com satisfação a oferta brasileira de acolher a Reunião no Brasil e acordaram realizá-la no último quadrimestre de 2009.

Tomaram nota dos resultados da Reunião do G8 em Áquila no sentido de destinar recursos adicionais para a segurança alimentar. Instruíram o Secretariado Executivo, em coordenação com os Estados membros, a estabelecer contactos com vista a instrumentalizar parte importante daqueles recursos em benefício dos países da CPLP.

Os Ministros, ao passarem em revista as atividades desenvolvidas pela Organização, desde a XIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, de Julho de 2008:

5. Congratularam-se com a consolidação da Democracia e do Estado de Direito e com a promoção e respeito dos Direitos Humanos, no espaço da CPLP, que consideraram uma importante contribuição para a paz, segurança

e desenvolvimento humano nos seus países.

6. Manifestaram regozijo pela recente eleição da Vila da Ribeira Grande de Santiago, dita Cidade Velha, para a lista de Patrimônio da Humanidade, reconhecendo, assim, o valor histórico e cultural daquela localidade que constitui um marco na História comum dos países da Comunidade.

7. Reafirmaram a sua determinação, em associar-se à reflexão em curso sobre a reformulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e à adoção de medidas que potenciem a sua concretização; e comprometeram-se a continuar a disponibilizar recursos humanos e materiais para a erradicação da fome e redução da pobreza nos seus países.

8. Sublinharam a necessidade, no âmbito do surto da Gripe A (H1N1) que assola alguns dos Estados membros, de reforçar a cooperação e a solidariedade interna, com vista a uma concertação estratégica para fazer face a pandemia em causa, cujas conseqüências poderão ter um impacto particularmente gravoso nos países mais vulneráveis da Comunidade.

9. Reiterando a importância da concertação político-diplomática para o reforço da atuação internacional da CPLP:

a) Saudaram, assim, os progressos registrados na projeção internacional da CPLP, quer pelo reforço das relações com a Organização das Nações Unidas e suas Agências Especializadas, quer pelo estabelecimento de parcerias com Organizações regionais e sub-regionais em que os Estados membros estão inseridos. Neste âmbito, sublinharam a celebração do Memorando de Entendimento com a Convenção das NU para o Combate à Desertificação (UNCCD) e do Protocolo com a Aliança das Civilizações (AdC).

Reiteraram a necessidade de reformar e revitalizar o sistema das Nações Unidas, em

particular o Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo face às novas realidades da vida internacional. Recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), da Declaração de S. Tomé (2004), da Declaração de Bissau (2006) e da Declaração de Lisboa (2008), reiteraram o seu apoio a que o Brasil integre o Conselho de Segurança como membro permanente.

Manifestaram o endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas: do Brasil, para o biênio 2010-2011, e de Portugal, para o biênio 2011-2012, ao Conselho de Segurança; e do Embaixador Gilberto Paranhos Veloso à sua reeleição para o cargo de membro da Comissão do Serviço Público Internacional (ICSC), para o mandato 2010-2013.

Congratularam-se com a recente nomeação, para o cargo de Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças, da Dr.^a Marta Santos Pais, por considerarem que o seu mandato representa um importante contribuição para a promoção e proteção dos direitos das crianças a nível mundial, temática à qual os países da CPLP conferem particular importância.

Assinalaram com satisfação a nomeação da Dra. Helena Semedo para a o cargo de Diretora Regional da FAO para a África, a primeira mulher a ocupar tal cargo na Organização, e convictos de que, pela sua experiência, trará um contribuição relevante para os desafios que se colocam ao continente em domínios tais como a luta contra a desertificação, o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar.

b) Referindo-se à realização da última Reunião do G8, em Áquila, saudaram a abertura desse importante fórum da

concertação mundial aos países em transição e africanos, sublinhando a presença de Angola e do Brasil, como reconhecimento do papel desses Estados, no debate sobre as questões mais candentes da atualidade internacional.

c) Reafirmaram a validade da resolução adotada pelo X Conselho de Ministros, em Julho de 2005, sobre os Grupos CPLP e o papel central que são chamados a jogar na estruturação das atividades da Organização, solicitando aos Estados membros a sua plena aplicação.

d) Ao procederem à análise da situação interna nos Estados membros, detiveram-se com particular atenção sobre a situação na Guiné-Bissau.

Saudaram e felicitaram a realização das eleições legislativas, em Novembro de 2008, e da 1^a volta das presidenciais, em Junho de 2009, assim como desejaram que a 2^a volta das eleições presidenciais se desenrole em igual clima de tolerância e de respeito pelos valores da democracia. Nesse sentido, instaram as partes ao respeito escrupuloso dos resultados das eleições e congratularam-se, ainda, pelo fato de a Guiné-Bissau, apesar da instabilidade que vem assolando o país há vários anos, manter uma sociedade pluralista e um sistema político de representação popular, o que augura fundadas esperanças de reforço e enraizamento de instituições de representação democrática e de um Estado de direito.

Congratularam-se com a realização, em Cabo Verde, em Abril de 2009, da Mesa Redonda sobre Reestruturação e Modernização dos Sectores da Defesa e da Segurança da Guiné-Bissau, visando encontrar meios e formas de remover os atuais constrangimentos e recomendar meios de injetar nova vida e dinamismo ao programa de reforma.

Sublinharam a importância da realização, em tempo oportuno, da Mesa Redonda de

Doadores para a reforma dos Sectores de Defesa e Segurança, em especial para a constituição de um Fundo Internacional de Pensões de Reforma visando à reintegração sócio-profissional de militares e agentes da polícia desmobilizados, instando tanto o Governo da Guiné-Bissau como os parceiros internacionais a abordarem, determinadamente, as questões políticas, normativas e operacionais identificadas na Mesa Redonda da Praia, e essenciais para o seu sucesso.

Decidiram promover ações em articulação com o Governo, que visam o reforço da posição externa e a criação de condições para a implementação dos programas de reformas e de desenvolvimento econômico e social da Guiné-Bissau. Para o efeito, a Presidência da CPLP deve promover, em coordenação com a CEDEAO, diligências no quadro do Grupo Internacional de Contacto para a Guiné-Bissau com o objetivo de apoiar a realização da Conferência Internacional de Parceiros de Desenvolvimento da Guiné-Bissau, em conformidade com a decisão da Cimeira da CEDEAO.

Apelaram à Comunidade Internacional que apóie o pedido da Guiné-Bissau, feito em Maio último, de estabelecimento da Comissão

Internacional de Inquérito aos assassinatos, ocorridos em Março de 2009, do Chefe de Estado e do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, para a imperiosa salvaguarda do combate rigoroso à impunidade, cuja prevalência poderá minar as instituições do Estado de Direito.

Reafirmaram o seu compromisso em apoiar as autoridades guineenses no processo de reforma dos sectores da defesa e segurança e da justiça, incluindo o combate ao narcotráfico e, para esse efeito, continuar a mobilizar os parceiros internacionais.

Defenderam, assim, a revitalização do Plano Operacional para Prevenir e Combater o Tráfico de Droga na Guiné-Bissau, adotado em Lisboa, em Dezembro de 2007, o que passa tanto pelo empenho das autoridades guineenses como pelo cumprimento dos compromissos assumidos pelos parceiros da Guiné-Bissau, na Conferência de Lisboa, e pela disponibilização de novos apoios que permitam a plena implementação desse Plano Operacional.

Exprimiram, igualmente, o seu apoio à implementação do Plano de Ação da CEDEAO sobre o Tráfico Ilícito de Drogas, Crime Organizado e Abuso de Drogas na África Ocidental, apelando a um empenho reforçado das partes envolvidas e ao apoio da Comunidade internacional.

e) Ao procederem à análise da situação em Timor-Leste, congratularam-se com a tendência positiva da situação política e social no país.

f) Tendo considerado a realização de eleições regulares como elemento fulcral para a consolidação de instituições democráticas e representativas nos Estados membros, congratularam-se com a realização das Missões de Observação Eleitoral da CPLP e com a contribuição que estas Missões vêm dando à credibilização internacional dos processos eleitorais nos Estados membros.

Saudaram o papel da CPLP e dos seus Estados membros na observação eleitoral das eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau.

Manifestaram disponibilidade em proceder ao envio de uma Missão de Observação às eleições gerais em Moçambique, a ter lugar a 28 de Outubro de 2009.

g) Congratularam-se com a realização, a 27 e 28 de Abril de 2009, em S. Tomé, da 1ª Assembléia Parlamentar da CPLP e com

a designação deste país para a 1ª Presidência deste novo órgão da CPLP para os próximos dois anos.

Exprimiram, igualmente, a convicção de que este novo órgão da CPLP, que congrega representantes dos Estados membros democraticamente eleitos, alargará o espectro de atuação da Organização e será uma contribuição eminente para o reforço da ação da CPLP.

h) Saudaram a realização do II Fórum da Aliança das Civilizações, em Istambul, em Abril de 2009, e a acessão da CPLP ao Grupo de Amigos da Aliança das Civilizações, assim como da maioria dos Estados membros. Neste sentido, convidaram os Estados membros que ainda não o fizeram a integrar o Grupo de Amigos da Aliança das Civilizações.

Tomaram nota, com satisfação, da iniciativa do Brasil de acolher o III Fórum da Aliança das Civilizações e de dar um relevo particular à presença da CPLP, como elemento central do evento. Decidiram, assim, mobilizar esforços coletivos, visando dar uma dimensão política e cultural relevante à participação da CPLP no III Fórum, que consideraram ser uma oportunidade notável para a promoção internacional da CPLP e dos seus Estados membros.

i) Tomaram nota da realização, em Lisboa, a 26 e 27 de Março de 2009, do II Encontro de Governos Locais Lusófonos e congratularam-se com a criação, nessa ocasião, do Fórum das Autoridades Locais da CPLP (ForalCPLP) - espaço privilegiado de promoção da cooperação intermunicipal multilateral que, no quadro da CPLP, pode também ajudar a uma maior afirmação da Comunidade junto dos seus cidadãos.

j) Reafirmaram a necessidade de prosseguir a aproximação à Guiné-Equatorial, à Ilha Maurício e ao Senegal, enquanto Observadores

Associados da CPLP, privilegiando a difusão e o ensino da Língua Portuguesa nesses países e a promoção de um relacionamento bilateral, económico e comercial, traduzindo a vontade política para o reforço e alargamento das relações entre estes Estados e a CPLP.

k) Congratularam-se com a apresentação da candidatura de Lisboa para organizar, em 2014, o Congresso Mundial da Água, da International Water Association-IWA, evento que permitirá uma cooperação reforçada no âmbito da gestão sustentável dos recursos hídricos e dos serviços da água entre os países da CPLP.

l) Felicitaram-se pela realização da V Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias, que decorreu em Lisboa no âmbito da Presidência portuguesa, nos dias 11/12 de Julho de 2009 e onde, pela primeira vez, participaram todos os Estados membros da CPLP, o que constitui um reconhecimento da nossa Comunidade como espaço de partilha de valores comuns de democracia e de liberdade.

m) Registaram a escolha de Cabo Verde para abrigar o Centro Regional de Energias Renováveis da África Ocidental e o apelo lançado por aquele país para que seja prestado um apoio consistente à consolidação do Centro.

10. Congratularam-se, no âmbito da cooperação, com a aprovação:

a) Do documento “Cooperação na CPLP - Uma Visão Estratégica de Cooperação Pós Bissau” que constitui a base da estratégia de cooperação da CPLP para o período 2010-2012 e reforça os instrumentos orientadores da cooperação da CPLP através do incremento de metodologias e procedimentos que irão promover a eficácia, coordenação e harmonização das ações de cooperação a desenvolver pela Comunidade.

b) Do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP), pelos Ministros da Saúde da CPLP, instrumento abrangente e integrador de sinergias no âmbito da Saúde que, apostando na cooperação multilateral, visa fortalecer os sistemas nacionais de saúde dos Estados membros da CPLP.

Neste contexto, consideraram fundamental a sua operacionalização e recordaram que o investimento na Saúde é, acima de tudo, um investimento na promoção do desenvolvimento humano e uma importante contribuição para a retoma e dinamização da economia.

11. Congratularam-se com a realização em Brasília, entre os dias 2 e 3 de Junho de 2009, do II Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional e manifestaram o seu apreço com a decisão de priorizar o tema da segurança alimentar e nutricional nas agendas nacional e internacional, bem como com a criação do Grupo de Trabalho para a implementação das iniciativas comunitárias.

12. Tomaram boa nota, na presença dos Ministros e Altos Funcionários responsáveis pela coordenação da política do Mar nos respectivos Estados Membros, do documento “Estratégia da CPLP para os Oceanos” e congratularam-se com a decisão de avançar com o processo de aprovação daquela estratégia e de institucionalizar as reuniões de Ministros do Mar da CPLP. Esta Estratégia conjunta reafirma a importância do Mar para a Comunidade e identifica áreas de potencial cooperação.

13. Felicitaram a iniciativa conjunta do Secretariado Executivo da CPLP, do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Lisboa e do Projeto BIT/STEP Portugal na dinamização do Centro de Informação em Proteção Social (CIPS) na CPLP.

14. Tomaram nota, com satisfação, da realização em Junho de 2009, da III Reunião entre os Observadores Consultivos da CPLP e o Secretariado Executivo, fórum privilegiado para a promoção do diálogo com a sociedade civil dos Estados membros.

15. Tomaram boa nota da nova estratégia, decidida pela atual Direção do Conselho Empresarial, da passagem deste a Confederação Empresarial da CPLP, recomendando que a futura Confederação seja construída de forma gradual e assente em bases financeiras e organizativas auto-sustentáveis.

16. No âmbito da promoção e divulgação da Língua Portuguesa e tendo em vista a reestruturação do IILP, comprometeram-se a renovar o compromisso do Maranhão, no sentido de promover, defender, enriquecer e difundir a Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico e de utilização em fóruns internacionais, assim como língua de promoção econômica e empresarial.

17. Saudaram a conclusão do processo de ratificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa por alguns dos Estados membros e incentivaram os restantes a fazer o mesmo no mais breve prazo possível.

18. Realçaram a importância de impulsionar o processo de implementação da Agenda do Desenvolvimento da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), com vista à consolidação de um regime internacional de propriedade intelectual que promova a transferência e disseminação de tecnologia e o acesso ao conhecimento e à educação, em benefício dos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, assim como dos grupos sociais mais vulneráveis.

19. Adotaram as seguintes Resoluções sobre:

a) O Plano de Apoio à Estabilidade na Guiné-Bissau

b) Cidadania e Circulação na CPLP

c) A Concessão do Estatuto de Observador Consultivo da CPLP

d) A Sede da Representação da CPLP em Díli

e) A Adoção de um Quadro Orientador para a Elaboração dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais da CPLP

f) O Plano Estratégico de Apoio a Timor-Leste

g) O Documento “Cooperação na CPLP - uma Visão Estratégica de Cooperação Pós-Bissau”

h) A Revisão do Regimento do Fundo Especial

i) O Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (CREDE)

j) O Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAP)

k) O Programa Telefood

l) A Reestruturação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)

m) A Instituição do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP

n) O I Fórum da Sociedade Civil da CPLP

o) O Reforço da Cooperação Econômica e Empresarial no Espaço da CPLP

p) O Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2009

q) O Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2009

r) O Relatório da Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP no ano de 2008

20. Aprovaram as seguintes Declarações sobre:

a) O Início de Funções da Assembléia Parlamentar da CPLP

b) A Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de Copenhague

21. Aprovaram, ainda, a Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo.

22. Congratularam-se com os êxitos alcançados pelo Governo e Povo de Angola na consolidação do processo democrático, da reconstrução nacional e do desenvolvimento socioeconômico.

23. Saudaram o papel das Nações Unidas e do Grupo Internacional de Contacto para a Guiné-Bissau (GIC-GB) no acompanhamento da situação política no país; na mobilização de assistência internacional, para o processo de consolidação do Estado e da estabilidade democrática; e nos programas que visam o combate à pobreza e à melhoria das condições de governabilidade do país.

Saudaram, ainda, o papel dos parceiros bilaterais e multilaterais, designadamente a UE e a CEDEAO, no apoio às reformas dos sectores da defesa e segurança, da justiça e da administração pública na Guiné-Bissau e apelaram à Comunidade internacional para renovar os seus compromissos de apoio às referidas reformas, fundamentais para a normalização da vida pública e funcionamento das instituições do Estado.

24. Saudaram a República de Moçambique pela realização, de forma justa, livre e transparente, das terceiras eleições autárquicas, em Novembro de 2008, e pela marcação das quartas eleições gerais e das primeiras eleições para as Assembléias Provinciais, fatos que consubstanciam o esforço na consolidação da democracia e do Estado de direito.

25. Manifestaram satisfação e felicitaram as autoridades Santomenses pelos excelentes resultados obtidos no combate a malária, nomeadamente, pela redução da

doença no País em mais de 90%.

26. Manifestaram satisfação com os progressos conseguidos na estabilização e segurança do Estado timorense, com o reingresso de todos os peticionários à vida civil e o encerramento de 52 campos de deslocados internos de forma pacífica; e com a evolução positiva das reformas dos sectores da Segurança e da Defesa, assim devolvendo a confiança à população e aumentando a coesão da sociedade timorense.

27. Expressaram ao Governo de Cabo Verde, em particular a Sua Excelência o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades o seu agradecimento pela hospitalidade e acolhimento fraterno dispensado a todos os participantes na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Feito e assinado na Cidade da Praia, a 20 de Julho de 2009.

TRÁFICO DE RESÍDUOS PERIGOSOS PROVENIENTES DO REINO UNIDO

22/07/2009

Com base em comunicações recebidas do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Ministério Público Federal, o Ministério das Relações Exteriores instruiu a Delegação Permanente do Brasil em Genebra a apresentar, nos termos da Convenção da Basiléia, denúncia de tráfico de resíduos perigosos provenientes do Reino Unido.

O Ministro Celso Amorim conversou esta tarde com o Chanceler britânico, David Miliband, que se prontificou a dar ao assunto a importância que merece. O Ministro Celso Amorim sublinhou, em particular, os termos do Artigo 9º da Convenção da Basiléia, que

estabelece que o retorno da carga ilícita ao país de origem é de responsabilidade do exportador.

O Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA estão avaliando a necessidade de ações adicionais.

VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO MÉXICO, PATRICIA ESPINOSA CANTELLANO - BRASÍLIA, 23 DE JULHO DE 2009

22/07/2009

A Secretária das Relações Exteriores do México, Patricia Espinosa Cantellano, visitará o Brasil no dia 23 de julho, por ocasião da II Reunião da Comissão Binacional Brasil-México.

Criada em 2007, a Comissão Binacional compreende quatro Subcomissões (Política, Econômica, Cooperação Técnico-Científica e Cooperação Educativo-Cultural) e o Grupo de Trabalho sobre Assuntos Multilaterais.

Além de assuntos bilaterais, os Ministros Celso Amorim e Patricia Espinosa discutirão temas regionais, em particular a crise em Honduras, assim como aspectos do fortalecimento da integração latino-americana e caribenha. Os Chanceleres deverão assinar acordo que autoriza o trabalho de dependentes de pessoal diplomático, consular e de apoio técnico lotados nas respectivas missões diplomáticas.

O encontro dos Chanceleres ocorre no contexto da preparação da visita do Presidente do México, Felipe Calderón, ao Brasil, em 17 de agosto.

Em 2008, o comércio Brasil-México atingiu US\$ 7,4 bilhões, dos quais US\$ 4,2 bilhões corresponderam a exportações brasileiras.

VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA
DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO MÉXICO, PATRICIA ESPINOSA
CANTELLANO - BRASÍLIA, 23 DE
JULHO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
23/07/2009

A Secretária de Relações Exteriores do México, Embaixadora Patrícia Espinosa Cantellano, reuniu-se hoje com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim do Brasil, por motivo da Segunda Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, ao término da qual acordaram emitir o seguinte Comunicado Conjunto:

ASSUNTOS POLÍTICOS

1. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e a Secretária de Relações Exteriores do México, Embaixadora Patrícia Espinosa Cantellano congratularam-se pelo excelente estado das relações bilaterais entre ambos os países, de que é prova a realização da II Reunião da Comissão Binacional Brasil-México.

2. Os Ministros coincidiram em que a presença de Delegações do mais alto nível nesta reunião intensifica o diálogo político e de cooperação entre México e Brasil, em conformidade com a vontade e determinação expressada pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Felipe Calderón Hinojosa.

3. Os Chanceleres destacaram a importância da Comissão Binacional Brasil-México para fortalecer a relação bilateral em todos os seus âmbitos, bem como propiciar o diálogo sobre

diversos temas de interesse comum da agenda regional e internacional.

4. Os Ministros constataram que o entendimento político entre ambos os países sustenta-se em profundos laços históricos, culturais e de amizade, bem como no reconhecimento mútuo do importante papel que Brasil e México desempenham no âmbito regional e mundial, e em coincidências em temas de política internacional.

5. Os Chanceleres ratificaram que o respeito irrestrito ao direito internacional, a conservação da paz, a consolidação da democracia, a promoção e proteção dos direitos humanos, o impulso ao desenvolvimento com justiça social e sustentabilidade ambiental e o reconhecimento da diversidade cultural são princípios norteadores que orientam a atuação internacional de seus países.

6. Nesse contexto de aproximação política bilateral, saudaram a visita do Presidente Felipe Calderón ao Brasil, que será realizada nos dias 15 a 17 de agosto próximo.

ASSUNTOS ECONÔMICOS,
COMERCIAIS E FINANCEIROS

7. As Delegações dos dois países constataram os incrementos registrados nos intercâmbios comerciais entre Brasil e México, com crescente tendência ao equilíbrio das trocas. A pauta do comércio bilateral é ampla e diversificada.

8. Os Chanceleres coincidiram que a ampliação do comércio bilateral e o rechaço ao protecionismo são importantes ferramentas para mitigar os efeitos da crise financeira internacional.

9. Os Chanceleres reiteraram a necessidade de dar cumprimento ao mandato de ampliação e aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica no.53 Brasil-México, acordado pelos Presidentes do Brasil e do México, em agosto de 2007. Nesse

sentido, instaram os negociadores dos dois países a realizar os esforços necessários para a consecução desse objetivo.

10. Os Ministros destacaram a importância da realização, em junho de 2009, no México, da Primeira Reunião do Grupo de Trabalho para a Integração de um Programa de Cooperação e Intercâmbio Técnico para o Desenvolvimento Agro-Alimentar e congratularam-se pela definição de prazos para serem tomadas as ações necessárias para dar seguimento às tratativas em matérias sanitárias e fitossanitárias, o que contribuiria para o fomento do intercâmbio de gêneros agrícolas entre ambos os países.

11. Com o objetivo de favorecer o clima de negócios entre ambos os países, identificar novas oportunidades de negócios e investimentos, e fortalecer ainda mais nossos laços econômicos, ambas as Delegações acordaram promover e apoiar as missões comerciais do México ao Brasil, por ocasião da visita do Presidente Felipe Calderón.

12. Os representantes do Brasil tomaram nota e agradeceram a apresentação que se realizou sobre o ProMéxico, seus objetivos, funções e serviços que oferece esta entidade e expressaram seu interesse de trabalhar coordenadamente com sua contraparte para incrementar os níveis de comércio e investimento.

13. Da mesma forma, ambas as partes acordaram que com base nas oportunidades de negócio entre ambas as economias em espaços para sua complementação, se explorem ações para lograr maior dinamismo das exportações recíprocas e dos investimentos, para o que devem acordar mecanismos novos e eficazes; neste sentido, ambos os governos, através de suas instâncias competentes, intensificarão o intercâmbio de informação sobre as feiras e eventos organizados por Brasil e México nos

quais seria desejável contar com a presença de Delegações oficiais e empresariais. Igualmente intercambiar-se-á informação sobre as principais variáveis macroeconômicas e os setores nos quais existam oportunidades de investimento e alianças estratégicas entre os dois países.

14. Destacaram a importância das diversas atividades empresariais que se desenvolverão no marco da Visita de Estado que realizará o Presidente do México ao Brasil, entre as quais encontros em setores de interesse para explorar alianças estratégicas, a possibilidade de unir esforços de homens de negócios para dinamizar os vínculos de comércio e investimento e a possível assinatura de um Acordo de Cooperação entre ProMéxico e APEX. A Delegação do México informou também que o Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, Investimento e Tecnologia - COMCE pretende realizar sua Reunião Plenária Bilateral no marco da visita que o Presidente Calderón fará a São Paulo.

15. Os Ministros trocaram impressões sobre o setor energético, em matéria de hidrocarbonetos e no aproveitamento de fontes renováveis de energia, em especial dos biocombustíveis.

16. Nesse sentido, recordaram a importância do Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética entre a Secretaria de Energia do México e o Ministério de Minas e Energia do Brasil como marco geral para o desenvolvimento de projetos e iniciativas, por meio de diversas modalidades de cooperação, inclusive em matéria de petróleo, gás e biocombustíveis. Em particular, o Chanceler do Brasil ofereceu o apoio de seu Governo para a realização do Fórum Global de Energia Renovável, que se celebrará nos dias 6, 7 e 8 de outubro próximo, em León, Guanajuato.

17. Os Ministros tomaram nota da negociação de um acordo de cooperação acadêmica, científica e tecnológica entre a PETROBRAS e a PEMEX, com o fim de fortalecer a cooperação entre ambas as empresas.

18. As Delegações do Brasil e do México congratularam-se pelas conversações em curso entre a Nacional Financiera (NAFIN) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para atualizar o Acordo de Cooperação assinado entre ambas as instituições em 3 de julho de 2002 ou para a assinatura de novo Acordo de Cooperação, idealmente por ocasião da próxima visita do Presidente do México ao Brasil.

19. Os Ministros expressaram o interesse de que as respectivas autoridades aeronáuticas nacionais de ambos os países se reúnam em futuro próximo com o propósito de continuar com as negociações em matéria de transporte aéreo.

ASSUNTOS CONSULARES

20. No âmbito Consular, os Chanceleres tomaram nota com satisfação dos progressos alcançados na negociação do Memorando de Entendimento para a Prevenção e a Repressão do Tráfico de Migrantes e expressaram sua expectativa de que esse instrumento possa ser assinado por ocasião da visita do Presidente Calderón ao Brasil. Paralelamente, acordaram celebrar, no México, no prazo mais breve possível, a III Reunião em matéria consular Brasil-México.

21. Os Ministros destacaram, igualmente, a importância da pronta conclusão das negociações do Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos.

22. Os Chanceleres destacaram a abertura do Consulado-Geral do Brasil na Cidade do México e do Consulado do México em Porto

Alegre como gestos da importância conferida por seus governos ao incremento e à facilitação do fluxo de pessoas entre ambos os países, o que trará impactos positivos ao turismo, aos negócios e ao intercâmbio de estudantes.

23. Os Ministros congratulam-se pela assinatura, nesta ocasião, do “Acordo sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no Outro País”, o qual estimulará a adequada lotação de pessoal em suas respectivas Embaixadas e Consulados.

ASSUNTOS DE COOPERAÇÃO EDUCATIVA-CULTURAL

24. Os Chanceleres saudaram os resultados da reunião da Subcomissão de Assuntos de Cooperação Cultural e Educacional, particularmente no que se refere à aproximação de instituições de pesquisa de ambos os países, assim como no que diz respeito ao diálogo sobre futuras iniciativas de mobilidade acadêmica e de divulgação das culturas do Brasil e México.

25. No âmbito da cooperação educativa, os Chanceleres expressaram sua satisfação pela assinatura que terá lugar durante a visita do Presidente Calderón ao Brasil do Memorando de Entendimento para a Cooperação Científica, Tecnológica, Acadêmica e de Inovação entre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT) do México e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Brasil, em cujo marco serão lançados os editais de convocação do Programa do Colégio Doutoral e do Programa de Pesquisas Conjuntas e do Programa Bicentenário de Estágios Pós-Doutorais e Sabáticos.

26. Da mesma forma, congratularam-se pela abertura do Programa de Cooperação em Matéria de Mobilidade Estudantil de

Educação Superior da Secretaria de Educação Pública (SEP) do México, por meio do qual serão outorgadas 100 bolsas de estudo a estudantes brasileiros, bem como pelo início do Programa de Bolsas de Doutorado entre a CAPES do Brasil e a Secretaria de Relações Exteriores do México, no âmbito do qual ambos os países outorgarão até 10 bolsas anuais a partir de 2010. Os Ministros manifestaram seu beneplácito pelos resultados da assinatura do Programa de Trabalho entre a Secretaria de Relações Exteriores do México e a CAPES do Brasil, em 29 de novembro de 2007, em Brasília, assim como da assinatura da “Carta da Cidade do México”, a Carta de Intenções entre o CONACYT e a CAPES, e do Programa de Trabalho entre o Instituto Politécnico Nacional (IPN) e a CAPES, em 29 de fevereiro de 2008, na Cidade do México.

27. Destacaram a missão de nove instituições brasileiras que visitaram instituições educativas e centros de pesquisa do México em fevereiro de 2008, e a visita, em junho do mesmo ano, de uma missão do IPN ao Brasil, nas quais foram gerados acordos com diversas instituições de educação superior e pesquisa de ambos os países. Nesse contexto, reconheceram a importância de promover a celebração de um Encontro de Reitores de Universidades e Instituições de Educação Superior brasileiras e mexicanas.

28. As partes manifestaram o interesse de incentivar a aproximação e o intercâmbio acadêmico entre o Instituto Matías Romero e o Instituto Rio Branco, tendo em vista o Acordo de Cooperação, assinado em 27 de abril de 1999, entre as Academias Diplomáticas de ambos os países.

29. No âmbito cultural, os Chanceleres ressaltaram a exposição de arte moderna “Latitudes. Mestres Latino-americanos na coleção FEMSA”, exibida este ano nas cidades de São Paulo, Brasília e Curitiba; a

Exposição “Cartunistas da América do Sul”, inaugurada em outubro de 2008 e doada à Cidade do México ao final do evento; a proposta brasileira de realização da Exposição “Arte Barroca na América do Sul” no México, em 2010; a exposição arqueológica “Veracruz. Antigas culturas do Golfo do México”, que se apresentará em 2010 nas cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro; e a mostra cartográfica oferecida pelo Acervo Histórico Diplomático da Secretaria de Relações Exteriores do México, para apresentação em centros educativos e culturais do Brasil em 2011. Saudaram, ademais, o compromisso brasileiro de enviar missão cultural ao México, no primeiro semestre de 2010, para a elaboração de novos projetos de intercâmbio e de cooperação nas áreas de museus, patrimônio e cultura indígena.

30. Manifestaram apoio à I Reunião de Produtores Cinematográficos de ambos os países, a ser realizada em São Paulo, em 14 de agosto do corrente ano, bem como saudaram a disposição da ANCINE e da IMCINE de conversar sobre co-distribuição de obras cinematográficas.

ASSUNTOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

31. Os Chanceleres coincidiram na grande importância que ambos os países conferem à cooperação horizontal e no interesse mútuo em desenvolver projetos que impulsionem e reflitam o grande potencial de cooperação entre os dois países, considerando as capacidades já existentes em áreas estratégicas. Nesse sentido, expressaram sua satisfação no tocante aos resultados da III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, realizada por ocasião da missão da Agência Brasileira de Cooperação ao México, de 13 a 17 de julho corrente, na qual foram elaborados 18 projetos de cooperação em matéria de saúde, educação técnica,

formação profissional, recursos hídricos, estatística, geografia e agricultura.

32. Os Ministros destacaram que os projetos então elaborados e apresentados pelas delegações brasileira e mexicana no âmbito da II Reunião da Comissão Binacional Brasil-México estabelecem a carteira prioritária do programa bilateral 2009 - 2011.

33. Os Chanceleres reconhecem a relevância da cooperação em ciência, tecnologia e inovação para a relação bilateral e reafirmaram o desejo de aprofundar o intercâmbio nas diversas vertentes relacionadas à matéria, com o propósito de desenvolver uma associação equilibrada e reciprocamente benéfica. Congratularam-se pelos resultados obtidos a partir de missão mexicana nas áreas de cooperação científica, tecnológica e técnica, entre 6 e 10 de julho corrente, que contribuíram para o satisfatório desempenho da I Reunião do Grupo de Trabalho para Assuntos Científicos e Tecnológicos, instituído pelo Acordo Complementar sobre Cooperação Científica e Tecnológica.

34. Reconheceram que os esforços até então envidados assentaram as bases para que no seio da Comissão Binacional se levasse a cabo a reunião da Subcomissão de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e expressaram sua satisfação sobre a possibilidade de que, no marco da visita do Presidente Felipe Calderón, se assinem acordos interinstitucionais de cooperação científica e tecnológica, em matéria de nanotecnologia, biotecnologia, agropecuária, espaço e saúde. Destacaram, em particular, o avanço obtido nas negociações entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conacyt para a assinatura de Protocolos de Intenções para a criação de Centros bilaterais virtuais em Nanotecnologia e em Biotecnologia.

ASSUNTOS REGIONAIS

35. Ao repassar os principais temas da agenda regional, reafirmaram o firme compromisso com a integração da América Latina e Caribe, sem prejuízo da prioridade que revistam os processos regionais de que participem cada um dos países, dada a convicção compartilhada de que tais processos devam convergir no propósito último, e mais amplo, de integração. Nesse sentido, acordaram analisar esquemas que favoreçam o intercâmbio de experiências e permitam identificar áreas de cooperação, assim como as necessárias sinergias entre os distintos esquemas regionais de integração.

36. Coincidiram sobre a importância da infraestrutura como fator de desenvolvimento social e econômico e como vetor de integração regional. Nesse sentido, reconheceram a relevância de se fomentar o intercâmbio de experiências e identificar possibilidades de cooperação e sinergias entre as iniciativas regionais de integração nas áreas de infraestrutura de transporte e telecomunicações, mediante o diálogo entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Projeto Mesoamérica.

37. Assinalaram a importância da decisão brasileira de aderir ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) e ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), de que o México já participa, que possibilitará a ampliação e a dinamização das relações do Brasil com os países caribenhos e centro-americanos, além de permitir o amparo a projetos de desenvolvimento econômico, social e de integração apoiados por essas instituições.

38. Os Ministros se congratularam pela realização da primeira reunião da Cúpula

América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), em dezembro de 2008, na Costa do Sauípe, Bahia, Brasil, a qual representou marco histórico ao permitir que, pela primeira vez, Chefes de Estado e de Governo de toda a região se encontrassem para discussão aberta e democrática dos temas de interesse comum. Nesse sentido, comprometeram-se a se empenhar para o pleno êxito da segunda reunião da CALC, no México, em 2010.

39. O Ministro Celso Amorim cumprimentou a Chanceler Patricia Espinosa pela Presidência Pro Tempore do Grupo do Rio e ambos reconheceram a importância desse foro de concertação política para integração da América Latina e do Caribe, cuja próxima Cúpula terá lugar no México, em 2010.

40. Destacaram a indiscutível importância do eixo temático da Cúpula Iberoamericana deste ano, que será dedicada à inovação e ao conhecimento, e coincidiram na necessidade se continuar a impulsionar os trabalhos da agenda, o que redundará no êxito da XIX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo e em seu fortalecimento.

41. Manifestaram interesse em seguir trabalhando conjuntamente para o fortalecimento da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), em benefício do maior êxito do processo de integração, expansão e liberalização comercial acordados no âmbito da própria Associação.

42. Assim, comprometeram-se a unir esforços para o fortalecimento da Organização dos Estados Americanos e impulsionar a cooperação para o desenvolvimento econômico e social sustentável, a paz, a segurança e a consolidação da democracia nos Estados Membros.

43. Nesse sentido, recordaram a importância histórica da decisão alcançada durante a Assembléia Geral da OEA celebrada em San Pedro Sula, Honduras, que deixou sem efeito a decisão de 1962 que excluiu o Governo de Cuba de sua participação no Sistema Interamericano. Da mesma forma, os Ministros ressaltaram a importância da OEA como foro de discussão com vistas à normalização institucional de Honduras.

44. Os Chanceleres reiteraram o teor das resoluções da Organização dos Estados Americanos e da Organização das Nações Unidas com respeito à situação em Honduras e reafirmaram a posição de seus Governos de repulsa ao golpe de Estado naquele país. Renovaram seu chamado ao retorno imediato do Presidente constitucional a Honduras, no quadro daquelas resoluções.

45. Dando prosseguimento ao diálogo constante sobre temas da atualidade latino-americana, registraram com satisfação a evolução positiva verificada no Haiti, desde o início das operações da MINUSTAH, e reiteraram sua disposição de seguir apoiando os esforços internacionais, regionais e haitianos em favor de um desenvolvimento duradouro naquele país.

ASSUNTOS MULTILATERAIS

46. Os Chanceleres reafirmaram seu compromisso de trabalhar conjuntamente para fortalecer o diálogo e a cooperação no interior do G-5 (África do Sul, Brasil, China, Índia e México), e para consolidar um diálogo construtivo e em pé de igualdade com os países membros do G-8, que dê atenção aos problemas e desafios que enfrenta a Comunidade Internacional e assinala a voz e a participação dos países emergentes na cambiante governança mundial.

47. Em particular, sublinharam a importância da reunião que os Líderes do G-5 levarão a cabo antes da Cúpula do G-20 em Pittsburgh, com o fim de fortalecer sua coordenação e promover os interesses dos países em desenvolvimento na resposta global à crise econômica e financeira.

48. No âmbito das Nações Unidas, manifestaram a disposição em trabalhar de maneira próxima e coordenada, visando a contribuir para a consolidação do processo de reforma integral das Nações Unidas. Nesse sentido, reiteraram a urgência de reforçar a coerência do sistema, fortalecer o ECOSOC, reconfigurar o Secretariado, revitalizar a Assembleia Geral e reformar de maneira integral o Conselho de Segurança, a fim de assegurar sua maior democratização, transparência, representatividade e eficácia.

49. O Ministro Celso Amorim reiterou suas felicitações à Chanceler Patricia Espinosa pela eleição do México como Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, período 2009-2010. De igual forma, agradeceu o apoio do México ao pleito brasileiro para assento no mesmo órgão, no biênio 2010-2011. Os Ministros saudaram a estreita coordenação mantida entre as respectivas representações permanentes em Nova York e reiteraram a firme disposição de trabalhar conjuntamente em 2010, quando ambos países poderão estar presentes no Conselho de Segurança.

50. A perspectiva de ampla cooperação entre Brasil e México também foi destacada com relação à agenda internacional de desarmamento e não-proliferação. Ambos os Chanceleres saudaram a retomada dos trabalhos da Conferência do Desarmamento, em Genebra, e expressaram disposição em colaborar estreitamente para o êxito da próxima Conferência de Exame do TNP, em

Nova York, em 2010. Recordaram, nesse contexto, a contribuição das Zonas Livres de Armas Nucleares e a atuação dos países que as integram em prol do desarmamento nuclear e da segurança internacional, assim como o papel exercido pelo Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina - OPANAL para a promoção desses esforços. Os Ministros acordaram intensificar a luta contra o tráfico ilícito de armas pequenas e leves, e coordenar esforços para lograr avanços concretos na matéria durante a Quarta Reunião Bienal de implementação do Programa de Ação das Nações Unidas.

51. Os Chanceleres saudaram a realização da III Reunião do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Multilaterais, criado por ocasião da I Reunião da Comissão Binacional com vistas a promover o trabalho conjunto e a discussão de temas de interesse comum no âmbito multilateral. Acordaram celebrar uma IV Reunião no México, no último trimestre do presente ano, com vistas à discussão de temas da agenda do Conselho de Segurança em 2010.

52. Brasil e México se comprometeram a colaborar estreitamente no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e do Protocolo de Kyoto, com o objetivo de alcançar um resultado ambicioso, justo e efetivo na matéria em 2009, levando em conta o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades.

53. Da mesma forma, sublinharam a urgente necessidade de ampliar a escala de recursos disponíveis para enfrentar os efeitos adversos da mudança climática e, neste contexto, acordaram seguir considerando as propostas de estabelecer mecanismos de financiamento internacional, incluindo a proposta do México de um Fundo Verde e a proposta do Brasil, em

conjunto com a do G77, de um mecanismo financeiro.

54. Ambos os Ministros comprometeram-se a redobrar esforços para fortalecer a coordenação da assistência humanitária em casos de desastres, aproveitando os mecanismos existentes e a liderança das Nações Unidas nesta matéria, assim como mediante o desenvolvimento das capacidades nacionais no âmbito da prevenção e mitigação para enfrentar catástrofes.

55. Brasil e México consideram que o combate ao tráfico de drogas e seus delitos conexos, em particular o tráfico ilegal de armas de fogo, munições e seus componentes, constitui uma alta prioridade que requer a aplicação de medidas coordenadas, baseando-se no princípio da responsabilidade compartilhada e em instrumentos internacionais vinculantes nos níveis multilateral e bilateral.

56. Os Chanceleres comprometeram-se a somar esforços para outorgar uma maior visibilidade e fomentar o compromisso político dos Estados no combate à delinquência organizada transnacional nas agendas dos organismos multilaterais dos quais participam, dado o profundo impacto deste flagelo na segurança e no bem-estar dos Estados e de suas populações. Da mesma forma, acordaram impulsionar a adoção universal da Convenção de Palermo e seus três Protocolos complementares e fomentar a cooperação internacional para sua aplicação efetiva.

57. Ambos os Ministros comprometeram-se a fortalecer as instituições que conformam o sistema interamericano de direitos humanos. A Chanceler Patricia Espinosa agradeceu o apoio outorgado pelo Brasil ao candidato mexicano à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o período 2010-2013. Os Ministros assinalaram que os novos

membros da Comissão deverão contribuir para fortalecer a análise jurídica, a objetividade, a independência e a equidade processual que devem caracterizar a Comissão no desempenho de sua alta responsabilidade.

58. Brasil e México coincidem na importância de que a comunidade internacional inicie a reflexão sobre as maneiras pelas quais se pode fortalecer o Conselho de Direitos Humanos, incluindo a pertinência de convertê-lo em órgão principal da Organização das Nações Unidas no campo dos direitos humanos, com vistas à revisão de suas funções e status em 2011.

59. Também reafirmam seu firme compromisso de erradicar toda forma de discriminação, incluída toda forma de discriminação racial, convencidos da importância de continuar construindo uma democracia participativa e inclusiva.

ASSUNTOS DE SAÚDE

60. Ao abordar o tema da influenza A/H1N1, a Secretária Patricia Espinosa Cantellano agradeceu as diversas mostras de solidariedade do povo e do Governo do Brasil em relação a seu país durante as fases críticas da epidemia que afetou o México em um primeiro momento. Os Ministros destacaram o excelente trabalho desempenhado por ambos os Governos para fazer frente exitosamente a esse problema global de saúde pública e para informar a comunidade internacional sobre a referida enfermidade. Da mesma forma, elogiaram a resposta responsável das sociedades brasileira e mexicana diante da epidemia.

61. Os Chanceleres coincidiram na conveniência de identificar ações conjuntas para adotar políticas de saúde pública para responder à epidemia da influenza A/H1N1, baseadas nos direitos das pessoas e nas evidências científicas, assim como para

evitar restrições desnecessárias à atividade econômica e à circulação de pessoas e mercadorias entre os países. Acordaram compartilhar as experiências aprendidas para a vigilância e o controle desta epidemia.

DISPOSIÇÕES FINAIS

62. Por último, e com o objetivo de dar continuidade ao esforço de aprofundar as relações bilaterais, os Ministros comprometeram-se a realizar a Terceira Reunião da Comissão Binacional no México, durante o segundo semestre de 2011. Nesse ínterim, reiteraram sua intenção de manter diálogo a cada ano. Do mesmo modo, os subsecretários farão o mesmo a cada seis meses, a fim de aprofundar a concertação política.

63. A Secretária de Relações Exteriores, Patrícia Espinosa Cantellano, agradeceu o Ministro de Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Amorim, pela hospitalidade e mostras de amizade conferidas à Delegação do México.

XXXVII REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM E CÚPULA DOS PRESIDENTES DO MERCOSUL - ASSUNÇÃO, 23 E 24 DE JULHO DE 2009 23/07/2009

Será realizada em 24 de julho, em Assunção, a XXXVII Cúpula dos Presidentes do Mercosul. Durante o encontro, os mandatários buscarão avançar na discussão de temas relevantes para a consolidação da União Aduaneira, tais como a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, a regulamentação do Fundo Mercosul de Garantias às Micro, Pequenas e Médias Empresas, a regulamentação do Fundo de Agricultura Familiar, a consolidação do Sistema de Pagamentos em Moedas Locais e

o fortalecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM).

A Cúpula será antecedida, no dia 23 de julho, pela XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum. Na Reunião, serão analisados, entre outros assuntos, as sugestões do Parlamento do Mercosul (Parlasul), que constam do “Acordo Político para a Consolidação do Mercosul e Proposições Correspondentes”, aprovado em 28 de abril deste ano. Entre as sugestões dos parlamentares do MERCOSUL, está a proposta do critério de representação cidadã ou proporcional.

Na sessão ampliada do Conselho, que contará também com a presença de Ministros dos Estados Associados ao Mercosul, serão examinadas medidas de proteção em resposta à pandemia de influenza A(H1N1), assim como medidas complementares na área social que permitam aprofundar a cooperação em temas sanitários.

Também no dia 23 de julho será realizada Reunião de Ministros da Economia e Presidentes dos Bancos Centrais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados. Nesse encontro, as autoridades econômicas dos países da região analisarão a conjuntura do bloco e passarão em revista as atividades realizadas ao longo do semestre.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PARAGUAI - ASSUNÇÃO, 24 E 25 DE JULHO DE 2009 23/07/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de trabalho ao Paraguai nos dias 24 e 25 de julho, após participar da Cúpula do MERCOSUL, no dia 24, em Assunção.

A visita dará seguimento aos temas tratados durante a visita de Estado ao Brasil

do Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em 7 e 8 de maio. Entre os temas, destacam-se o diálogo em curso sobre Itaipu, a cooperação na área social e em assuntos migratórios, a ampliação e diversificação do comércio bilateral e o fomento à infra-estrutura em favor da integração bilateral e regional.

Em 2008, o intercâmbio comercial entre Brasil e Paraguai foi de US\$ 3,2 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 2,5 bilhões e importações de US\$ 700 milhões.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AO
SRI LANKA
24/07/2009

O Governo brasileiro realizou doação ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com vistas a contribuir para as ações de assistência humanitária aos deslocados internos no Sri Lanka, vitimados pelo recente conflito civil.

Os recursos, no valor de 50 mil dólares, serão utilizados na aquisição de cerca de 9 mil itens de vestuário, destinados especialmente a mulheres e crianças. A doação será acompanhada pela Embaixada do Brasil em Colombo.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO PARAGUAI -
ASSUNÇÃO, 24 E 25 DE JULHO DE 2009
- DECLARAÇÃO CONJUNTA
25/07/2009

CONSTRUINDO UMA NOVA ETAPA
NA RELAÇÃO BILATERAL

Em atenção a convite do Presidente da República do Paraguai, Fernando Armíndo Lugo Méndez, o Presidente da República Federativa de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou visita de trabalho à República

do Paraguai no dia 25 de julho de 2009, acompanhado de importante comitiva.

Em seus contatos, os Presidentes destacaram os novos tempos vividos em ambos os países, que facilitam uma convergência de visões e compromissos entre os dois governos. Assinalaram a necessidade de dinamizar as relações bilaterais, com o propósito de fortalecer os tradicionais laços de amizade e de cooperação, que permitam superar gradualmente as assimetrias entre os dois países, em um contexto difícil, caracterizado por uma crise econômico-financeira internacional e por uma enorme dívida social que afeta ambos os povos.

Os mandatários, conscientes de que a cooperação bilateral deve promover benefícios mútuos e responsabilidades compartilhadas, sem perder de vista a diferença de escala de desenvolvimento, a heterogeneidade regional e os problemas de vulnerabilidades, com prometeram-se a promover uma genuína cooperação bilateral. Essa cooperação deve superar os obstáculos à integração bilateral, potencializar a unidade dos interesses coletivos, e contribuir para a adoção de políticas regionais que ajudem o Paraguai a superar as desvantagens comparativas decorrentes de sua situação geográfica na região.

Nesse contexto, os Presidentes da República:

1. Manifestaram seu beneplácito e decidido apoio ao sistema democrático representativo vigente nos países da região, ao respeito incondicional dos direitos humanos, à soberania e autodeterminação dos povos.

2. Coincidiram em assinalar a importância da solidariedade como componente central do processo de integração regional em curso, assim como sua intenção de continuar com os esforços para diminuir a pobreza, a desigualdade e outras formas de injustiça social.

3. Ressaltaram a importância de Itaipu, que constitui um marco central da integração entre os dois países, Destacaram os benefícios que essa sociedade na área energética assegura para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e do Paraguai.

4. Reiteraram seu compromisso com a integração energética regional e sublinharam seu potencial para promover o desenvolvimento social, econômico e a erradicação da pobreza. Nesse sentido, renovaram seu empenho em impulsionar o desenvolvimento da infraestrutura energética dos países como elemento de apoio à sustentabilidade da integração sul-americana, fundada na determinação dos povos para avançar com autonomia no caminho da união e da solidariedade.

5. Celebraram os avanços nas negociações com relação aos seis pontos na agenda proposta pelo Paraguai sobre Itaipu e discutidos nas mesas de negociação dos representantes dos dois países. Registraram com satisfação o acordo alcançado para submeter à aprovação congressional novos valores a serem recebidos pelo Paraguai a título de cessão de energia sobre a base de um fator de multiplicação de 15.3 (quinze inteiros e três décimos).

6. Reconheceram a conveniência de que a ANDE possa gradualmente, com a brevidade possível, comercializar, no mercado brasileiro, energia de Itaipu correspondente aos direitos de aquisição do Paraguai. Com esse propósito, acordaram que as duas Partes intercambiarão, nos próximos 60 dias, propostas específicas para a discussão em reuniões de um grupo de trabalho constituído por representantes dos respectivos ministérios da área de energia, dos Diretores-Gerais de Itaipu, de representantes da ELETROBRAS e da ANDE e das Chancelarias. O resultado dessas discussões será informado aos Presidentes

no prazo máximo de três meses, a partir da data desta Declaração. O Presidente Lugo reiterou a reivindicação de que o Paraguai possa habilitar-se, da mesma forma, a dispor gradualmente de energia de Itaipu para oferecer a terceiros mercados com direito de preferência ao Brasil. Considerando o novo quadro de cooperação entre os dois países, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou que o Brasil e o Paraguai devem trabalhar juntos na busca de uma efetiva integração energética regional que contemple, inclusive, a possibilidade de que o Paraguai e o Brasil possam comercializar energia de Itaipu em terceiros mercados a partir de 2023, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e uma maior segurança energética para os países sul-americanos. Nesse sentido, considerarão recomendar uma proposta a seus respectivos Congressos Nacionais.

7. Registraram também a necessidade da contratação pela ANDE e pela ELETROBRAS da totalidade da potência instalada disponível em Itaipu (18 unidades geradoras de 700 MW cada uma) e determinaram que os Diretores-Gerais de Itaipu e os Presidentes da ANDE e da ELETROBRAS estabeleçam as condições da contratação, assegurando a divisão em partes iguais entre os dois países da totalidade da energia produzida na usina, conforme o previsto no Tratado. O grupo de trabalho mencionado no parágrafo anterior terá presente o princípio de que, no balanço geral, o Paraguai não tenha perdas globais em relação à modalidade atual de contratação, sob pena de inviabilizar as alterações consideradas.

8. Determinaram que o grupo de trabalho constituído nos termos do parágrafo seis também examine as condições em que a ANDE possa comercializar no mercado brasileiro energia da hidrelétrica de Acaray e, futuramente, também da represa de Yguazú

quando estiver motorizada, bem como de excedentes disponíveis em outras fontes de geração do Paraguai.

9. Registraram com satisfação que a ANDE e a ELETROBRAS estejam desenvolvendo uma ampla agenda de cooperação que inclui, entre outros pontos, estudo de otimização do sistema paraguaio de transmissão; transferência de experiência em projetos de repotenciação e motorização de usinas; levantamento do potencial energético e estudos de viabilidade de novos projetos hidrelétricos no Paraguai; transferência de experiência na implantação de fontes alternativas; transferência de experiência em projetos de eletrificação rural; capacitação e treinamento em áreas específicas.

10. Instruíram a Diretoria-Executiva e o Conselho de Administração de Itaipu Binacional que, em consulta com a ANDE e a ELETROBRAS, determinem as providências necessárias para que se executem as obras de seccionamento das linhas de transmissão de 500 kV da subestação da margem direita. Acordaram a construção por Itaipu da LT 500kV entre a SE Itaipu-MD e a SE Villa Hayes, e a construção desta. As duas obras serão transferidas sem custo ao Paraguai.

11. Determinaram a constituição de um grupo de trabalho integrado pelos Diretores-Gerais de Itaipu e representantes dos respectivos ministérios das áreas de transporte, energia e obras públicas e das Chancelarias, para definir os termos de referência de um estudo de viabilidade técnica, econômica e socioambiental de obras de navegação previstas no ponto 111:11 do Anexo B do Tratado, e realizar os melhores esforços para que esse estudo de viabilidade esteja concluído em 2010.

12. Instruíram os Diretores-Gerais de Itaipu a adotar as medidas cabíveis para a

conclusão das obras de construção do mirante da margem direita de Itaipu, que deverá valorizar o potencial turístico da represa, com vistas a estar em funcionamento em 2011.

13. Aprovaram os termos do compromisso assinados pelos dois Diretores-Gerais em 15 de agosto de 2008, sobre medidas administrativas que buscam o aperfeiçoamento e a transparência da gestão de Itaipu Binacional, e determinaram sua estrita observância e implementação.

14. Reiterando o princípio de igualdade de direitos e obrigações estabelecido no Artigo III do Tratado de Itaipu, ratificaram com satisfação a decisão do Conselho de Administração de Itaipu Binacional (RCA N° 008/2009) sobre a continuidade das práticas de decisões consensuadas no âmbito da Diretoria-Executiva, consolidação da cogestão plena no âmbito das Diretorias de área que integram a Diretoria- Executiva, e o estabelecimento de um mecanismo para solução de eventuais controvérsias entre os Diretores-Executivos e Diretores correspondentes.

15. O Presidente Fernando Lugo informou sobre a auditoria que a Contrafaria General da República do Paraguai está fazendo da dívida de Itaipu Binacional, e sua intenção de transmitir suas conclusões à parte brasileira.

16. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou a disposição de propor ao Congresso Nacional do Brasil a criação de um fundo de desenvolvimento regional, a ser constituído com recursos orçamentários, para apoiar a implementação de projetos de associação industrial e produtiva, com especial atenção aos setores em que possa desenvolver maior uso industrial da energia no Paraguai, bem como a execução de programas de eletrificação rural.

17. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou igualmente a oferta de financiamento

em termos favoráveis, com recursos do BNDES e do PROEX, para obras de infraestrutura de interesse do Governo paraguaio.

18. Os Presidentes celebraram os progressos alcançados na regulamentação do Regime de Tributação Unificada (RTU), o qual contribuirá para a dinamização da economia de Ciudad dei Este. Nesse contexto, o Presidente Fernando Lugo Méndez recebeu com beneplácito a decisão do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de fixar uma alíquota máxima de 25%.

19. Destacaram, igualmente, os benefícios que resultarão da conclusão das obras de reforma da cabeceira paraguaia da Ponte da Amizade para o trânsito de pessoas e mercadorias,

20. Ressaltaram a necessidade de que, na aplicação dos controles fronteiriços, se atendam as particularidades e necessidades econômicas e sociais da região.

21. Instruíram as autoridades competentes a iniciar os estudos relativos à construção de uma ponte internacional sobre o rio Paraguai, entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, empreendimento que teria um importante papel para a dinamização dos fluxos econômicos e sociais na região do Chaco paraguaio e do Centro-Oeste brasileiro, no contexto de desenvolvimento dos corredores bioceânicos.

22. Reafirmaram sua decisão de iniciar, em breve, as obras da Ponte Porto Meira- Presidente Franco sobre o Rio Paraná. Nesse contexto, reconheceram a necessidade de concluir os projetos básico e executivo para dar início à construção da ponte, considerando o efeito dinamizador que terá como fonte de trabalho na economia regional. Em consequência, anunciaram sua decisão de inaugurar o canteiro de obras do

empreendimento em cerimônia conjunta, no primeiro semestre de 2010.

23. Reconheceram a necessidade de iniciar os estudos de pré- viabilidade para a interconexão ferroviária Cascavel-Ciudad dei Este- Maria Auxiliadora, com posterior conexão a Encarnación, e de concluir os primeiros meses de 2010, como parte integrante do Corredor Ferroviário bioceânico Antofagasta-Paranaguá, a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em coordenação com Ferrocarriles dei Paraguay S.A, (FEPASA).

24. Assinalaram o interesse comum de estimular o desenvolvimento da Hidrovia Paraguai-Paraná e da Hidrovia Tietê-Paraná, para o que instruíram as autoridades responsáveis a cooperar na execução dos estudos de impacto ambiental e das obras necessárias que as viabilizem.

25. Os Presidentes reconheceram os esforços realizados pelas autoridades migratórias no sentido de regularizar a situação de suas respectivas comunidades nos dois países. Nesse aspecto, o Presidente Lula expressou seu reconhecimento pela hospitalidade paraguaia, ao abrigar importante número de brasileiros. A esse respeito, o Presidente Fernando Lugo manifestou que seu governo está comprometido com o fortalecimento da capacidade de atenção

aos imigrantes por parte do órgão pertinente, e que a hospitalidade paraguaia aos estrangeiros continua inalterada.

O Presidente Fernando Lugo acolheu com satisfação a aprovação da Lei 11961, que beneficia a todos os estrangeiros em situação irregular no Brasil. Nesse espírito, expressou a intenção do Governo do Paraguai de depositar, com a possível brevidade, os instrumentos de ratificação dos Acordos de Residência e

Regularização Migratória do MERCOSUL.

Além disso, destacaram os trabalhos que nesse campo vêm desenvolvendo os Grupos de Trabalho Cooperação em Temas Migratórios e de Desenvolvimento Rural e instruíram a celebrar a próxima reunião no curso deste ano.

26. Consideraram importante a democratização do acesso à informação de qualidade e intercambiaram ideias sobre Comunicação Pública e Televisão Educativa, assim como sobre possibilidades de cooperação nessas áreas. A esse respeito, instaram as autoridades competentes a concluir a negociação de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Comunicação Pública.

27. Determinaram a constituição de um Grupo de Trabalho bilateral encarregado da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Fronteiriço para julho de 2010. Nesse sentido, concordaram em reiniciar as atividades dos Comitês de Fronteira sob orientação do referido Plano, para atender às principais demandas sociais das populações de fronteira. Nesse âmbito, deverá ser considerada, entre outros aspectos, a análise de um Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, seguindo o modelo elaborado pelo grupo ad hoc” de integração fronteiriça do MERCOSUL.

28. Congratularam-se pelos excelentes resultados das operações conjuntas de combate ao cultivo de maconha, logrados no âmbito da iniciativa “Nova Aliança”, e saudaram a iniciativa, adotada pela Polícia Federal do Brasil e pela Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai, de aprofundar a cooperação nessa matéria por meio da assinatura de um documento específico que estabelece metas e prazos para a execução de operações conjuntas de investigação e repressão no combate ao narcotráfico em 2009.

29. Celebraram a próxima assinatura de Ajuste Complementar do Centro de Formação Profissional Paraguai-Brasil, em Hernandarias, Fase IV, ampliação e expansão.

Coincidiram em destacar o expressivo aumento das iniciativas de cooperação técnica nos últimos anos, as quais constituem importante contribuição aos esforços de capacitação e fortalecimento institucional.

30. Saudaram os entendimentos alcançados no âmbito da Comissão de Monitoramento do Comércio entre o Paraguai e o Brasil, e destacaram a importância de dar maior ênfase à tarefa conjunta de aumentar e diversificar as exportações do Paraguai ao Brasil, facilitando o acesso efetivo de produtos paraguaios ao mercado brasileiro, sobretudo daqueles com maior valor agregado, e igualmente fomentando os investimentos brasileiros no Paraguai, de forma a aproveitar as complementaridades entre as duas economias. Manifestaram, nesse contexto, sua satisfação com a próxima assinatura do Programa de Trabalho em matéria de Cooperação Industrial.

31. Decidiram estabelecer uma Comissão constituídas pelos dois Chanceleres para acompanhar a implementação dos acordos contidos nesta Declaração.

Os dois Presidentes decidiram reunir-se regularmente a cada três meses com o propósito de projetar todos os aspectos da relação binacional.

Ao concluir suas atividades, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestou seu agradecimento ao povo e ao Governo da República do Paraguai pela hospitalidade y pelas atenções que lhe foram dispensadas, bem como a sua comitiva.

Assunção, 25 de julho de 2009.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
TURISMO DE GRANADA, PETER DAVID
- BRASÍLIA, 28 DE JULHO DE 2009
27/07/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Turismo de Granada, Peter David, realiza visita oficial ao Brasil em 27 e 28 de julho. A visita - a primeira de um Chanceler de Granada ao Brasil - ocorre no contexto da política de aproximação do Brasil com os países do Caribe.

O Ministro granadino será recebido pelo Ministro Celso Amorim. Manterá, ainda, encontros nos Ministérios de Minas e Energia, do Turismo e da Educação, no SENAI, EMBRAPA e EMBRAER. Estão previstos encontros em São Paulo, no dia 27 de julho, nas Associações Brasileiras da Indústria Alimentícia, das Indústrias Exportadoras de Carne Bovina e dos Produtores e Exportadores de Frangos.

Granada designou, em julho de 2007, seu Embaixador no Brasil, Richard Mc Phail, residente em Caracas. Em 22 de outubro de 2008, foi criada a Embaixada do Brasil na capital Saint George's.

As relações bilaterais têm progredido não somente no âmbito político, mas também pela crescente ampliação do fluxo econômico-comercial. As exportações brasileiras passaram de US\$ 2,3 milhões, em 2003, para US\$ 6,8 milhões, em 2008.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA NIGÉRIA, UMARU YAR'ADUA -
BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2009
28/07/2009

O Presidente da Nigéria, Umaru Musa

Yar'Adua, realizará visita oficial ao Brasil em 29 de julho. O Presidente nigeriano virá acompanhado da Primeira-Dama, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Ministro da Defesa, do Ministro da Ciência e Tecnologia, do Ministro dos Esportes e do Ministro da Energia, entre outras autoridades.

Pela manhã, o Presidente da Nigéria assistirá a apresentação sobre o setor energético brasileiro. Em seguida, será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o homenageará com almoço no Palácio Itamaraty.

Por ocasião da visita, deverão ser assinados acordos nas áreas de energia, biotecnologia e esportes.

Esta é a segunda visita de um Chefe de Estado nigeriano ao Brasil desde a posse do Presidente Lula. Em 2005, o então Presidente Olusegun Obasanjo esteve em Brasília para participar das celebrações do Sete de Setembro. O Presidente Lula, por sua vez, foi duas vezes à Nigéria, em 2005 e em 2006.

A Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil na África. Em 2008, o intercâmbio comercial foi de US\$ 8,2 bilhões. O Brasil é o segundo maior importador de produtos nigerianos no mundo. A Nigéria é o maior fornecedor de petróleo do Brasil.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO EGITO,
AHMED ABOUL GHEIT - BRASÍLIA,
29 E 30 DE JULHO DE 2009
28/07/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Ahmed Aboul Gheit, visitará Brasília nos dias 29 e 30 de julho corrente. Será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manterá encontro de

trabalho com o Ministro Celso Amorim, que oferecerá jantar em sua homenagem.

A vinda do Ministro egípcio segue-se às visitas realizadas pelo Ministro Celso Amorim ao Egito em janeiro e em março deste ano.

Além de assuntos bilaterais, a pauta do encontro entre os Ministros inclui a situação no Oriente Médio, particularmente o conflito israelo-palestino. Está prevista a assinatura de Memorando de Entendimento sobre cooperação entre o Instituto Rio Branco e a academia diplomática da Chancelaria egípcia e de Memorando de Entendimento sobre ações conjuntas de cooperação técnica em benefício de países africanos.

Os Ministros examinarão, ainda, oportunidades de incremento e diversificação do comércio bilateral. O Mercosul e o Egito discutem, ainda em fase inicial, a celebração de um Acordo de Livre Comércio. O Egito é o terceiro maior mercado brasileiro na África. O intercâmbio bilateral cresceu quatro vezes desde 2002. Em 2008, as trocas somaram o montante recorde de US\$ 1,6 bilhão.

VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DO
CHILE, MICHELLE BACHELET - SÃO
PAULO, 30 DE JULHO DE 2009
29/07/2009

A Presidente do Chile, Michelle Bachelet, realizará visita a São Paulo em 30 de julho de 2009. A Presidente chilena viajará acompanhada dos Ministros das Relações Exteriores, da Economia, Fomento e Reconstrução, do Trabalho e Previdência Social, e de Obras Públicas, além de delegação de cerca de 60 empresários chilenos.

Sua programação em São Paulo prevê encontro de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP),

oportunidade em que serão examinados temas da agenda bilateral (comércio, investimentos, integração física e cooperação) e regional (UNASUL e Honduras, entre outros).

O Presidente Lula e a Presidente Bachelet encerrarão o Encontro Empresarial Brasil - Chile. Durante a visita, serão assinados acordos nas áreas de consultas políticas de alto nível, envios postais, serviços aéreos, cooperação em matéria educacional, previdência social e cooperação aduaneira.

Em 2008, Brasil e Chile registraram intercâmbio comercial no valor de US\$ 8,9 bilhões, com crescimento de 16,5% em relação a 2007.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DE ASSUNTOS EXTERIORES E
COOPERAÇÃO DA ESPANHA, MIGUEL
ÁNGEL MORATINOS -
BRASÍLIA, 29 E 30 DE JULHO DE 2009
29/07/2009

O Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, realiza visita a Brasília nos dias 29 e 30 de julho.

No dia 29 de julho, o Ministro Moratinos mantém encontro com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. No dia 30 de julho, tem reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim, que oferecerá almoço em sua homenagem. Na ocasião, deverão analisar as relações bilaterais, os respectivos cenários regionais e temas da agenda internacional de interesse comum.

O Ministro Moratinos estará acompanhado do Secretário-Geral de Comércio do Ministério espanhol de Indústria, Turismo e Comércio e do Presidente do Conselho Superior das

Câmaras de Comércio da Espanha, além de delegação de empresários espanhóis dos setores aeronáutico, ferroviário, de construção civil, energia, bioenergia e turismo.

O fluxo de comércio bilateral cresceu de US\$ 2,53 bilhões, em 2003, para US\$ 6,55 bilhões, em 2008 - o que representou um aumento de cerca de 160%. Em 2008, o estoque dos investimentos espanhóis no Brasil somou US\$ 35 bilhões, posicionando a Espanha como o segundo principal investidor no Brasil.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA NIGÉRIA, UMARU YAR'ADUA
- BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
29/07/2009

Por convite de Sua Excelência, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, o Presidente e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas da República Federal da Nigéria, Sua Excelência Alhaji Umaru Musa Yar'Adua, realizou Visita de Estado ao Brasil em 29 de julho de 2009.

2. A visita é uma afirmação das densas e cordiais relações bilaterais existentes entre o Brasil e a Nigéria. A visita permitiu aos países ampliar seu diálogo fraterno em um ambiente de confiança mútua, com vistas ao fortalecimento dos laços de cooperação em áreas-chave de interesse comum.

3. A visita permitiu aos países valioso intercâmbio de visões e idéias sobre o desenvolvimento de diálogos setoriais em novas áreas de cooperação, como energia e integração regional. Permitiu ainda progresso na implementação de diálogos setoriais em áreas de cooperação previamente acordadas. Foi ainda acertado que os dois governos

farão todos os esforços para a abertura, no mais breve prazo, de uma conexão aérea direta entre Brasil e Nigéria.

4. Foram discutidos vários temas de interesse comum da agenda internacional. Os Presidentes ressaltaram seus valores comuns e reiteraram seu comprometimento com o desenvolvimento e a justiça social para seus povos e com o fortalecimento da cooperação multilateral em defesa da paz e da segurança internacionais.

5. Os Presidentes reiteraram sua preocupação com a Mudança do Clima e defenderam maior comprometimento global, especialmente dos países desenvolvidos, para reduzir as emissões de gases que provocam o efeito estufa. Incitaram a comunidade internacional a encontrar soluções duradouras para o problema da Mudança do Clima, sob o princípio de "Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas, e Respective Capacidades", conforme a Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima".

6. Os Presidentes notaram, com satisfação, o crescimento do comércio bilateral e do fluxo de investimentos. Concordaram em incrementar seu comprometimento em trabalhar pela conclusão exitosa da Roda do Desenvolvimento de Doha, de acordo com os interesses dos países em desenvolvimento.

7. Os Presidentes expressaram satisfação com o fato de que, além dos instrumentos bilaterais já existentes, Brasil e Nigéria assinaram novos acordos nas áreas de Energia, Esportes e Biotecnologia. Os Presidentes observaram que esses acordos serão instrumentais no desenvolvimento da cooperação entre Brasil e Nigéria.

8. Os Presidentes ressaltaram a urgência em alcançar, com a maior brevidade possível, uma reforma significativa do Conselho de Segurança das Nações Unidas,

e comprometeram-se a fazer o possível para atingir esse objetivo. Reiteraram que qualquer reforma do Conselho de Segurança deve incluir maior representação de países em desenvolvimento em categorias permanente e não-permanente de filiação, de maneira a tornar o órgão mais representativo, legítimo e efetivo. Os Presidentes concordaram, ainda, em continuar a trabalhar para atingir resultados concretos nas negociações correntes sobre o assunto na Assembléia Geral das Nações Unidas.

9. Os Presidentes reafirmaram suas disposições, como coordenadores regionais do Fórum ASA, em promover as relações América do Sul-África. Reiteraram seu compromisso com o Fórum e concordaram quanto à necessidade de fomentar um diálogo regional constante entre os Países-Membros da ASA. Comentaram a Cúpula ASA a ser realizada em Caracas em setembro próximo, e reconheceram os esforços da Secretaria Pro Tempore para organizar, com êxito, o evento e suas reuniões preparatórias.

10. Os Presidentes notaram a entrada em vigor do Acordo Sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço.

ATENTADOS NA ESPANHA

30/07/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, dos atentados cometidos na cidade de Burgos e na Ilha de Maiorca, na Espanha.

Ao manifestar suas mais sinceras condolências e solidarizar-se com os familiares das vítimas, o Governo brasileiro reitera seu profundo repúdio a todas as formas de terrorismo.

VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DO CHILE, MICHELLE BACHELET - SÃO PAULO, 30 DE JULHO DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO

30/07/2009

Parceria Brasil-Chile: “Fortalecimento das Relações Bilaterais e da Integração Regional Frente aos Desafios Globais”

A convite do Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Excelentíssima Presidente da República do Chile, Michelle Bachelet Jeria, realizou visita ao Brasil no dia 30 de julho de 2009.

2. Motivados pelo objetivo de estreitar as relações bilaterais, aprofundar o intercâmbio comercial e intensificar os fluxos de investimento entre os dois países, os Chefes de Estado reuniram-se em São Paulo, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

3. Constatando o vasto potencial de aprofundamento das relações bilaterais e reconhecendo a ampla sintonia de posições em foros regionais e multilaterais, os Mandatários decidiram impulsionar um programa de trabalho voltado à consolidação de uma relação estratégica, mediante diferentes ações e iniciativas, tanto na agenda bilateral como na de integração regional sul-americana.

4. Saudaram, nesse sentido, a assinatura do Memorando de Entendimento para o estabelecimento de uma Comissão Bilateral Brasil-Chile, presidida pelos Ministros de Relações Exteriores, com o propósito de institucionalizar, no mais alto nível, o diálogo bilateral e aprofundar a cooperação entre os dois países. A Comissão reunir-se-á uma vez por ano e tratará de todos os principais temas da agenda bilateral.

5. Realçaram a importância do Encontro Empresarial Brasil-Chile, realizado em São Paulo, nos dias 29 e 30 de julho, que muito contribuiu para promover as relações econômicas e comerciais entre os dois países. Assinalaram que o êxito do evento muito se deve à presença de comitivas empresariais de alto nível, numerosas e representativas dos mais diversos setores, que participaram das diversas atividades de promoção comercial, cultural, turística e de investimentos realizadas.

6. Destacaram os significativos avanços nas relações econômico-comerciais, refletidos no nível histórico que alcançou o intercâmbio comercial no ano de 2008, cerca de US\$ 9 bilhões, tornando o Brasil o quarto parceiro comercial chileno no mundo e o Chile o segundo parceiro comercial brasileiro na América Latina.

7. Congratularam-se com os resultados que vêm sendo alcançados na Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Chile e instruíram as autoridades competentes a continuar trabalhando para ampliar as oportunidades comerciais dos exportadores de ambos os países.

8. Determinaram o prosseguimento dos entendimentos nos níveis técnicos e sanitários com vistas à ampliação do número de estabelecimentos frigoríficos habilitados a exportar para o Brasil e para o Chile.

9. Determinaram aos Bancos Centrais dos dois países a examinar a possibilidade de estabelecimento de sistema de pagamento em moeda local e instruíram os Ministérios de Fazenda de ambos os países estudar a possibilidade adotar medidas que contribuam para uma maior integração dos respectivos mercados de capitais.

10. Destacaram o estoque de investimentos diretos do Chile no Brasil, que atualmente ascendem a US\$ 7,4 bilhões, bem como a crescente atuação de empresas brasileiras

no Chile, que já investiram mais de US\$ 2 bilhões.

11. Exortaram os empresários de ambos os países a envidar esforços para impulsionar o encadeamento produtivo entre Brasil e Chile, por meio de alianças empresariais que permitam incrementar o comércio bilateral, bem como os fluxos de investimentos recíprocos, a fim de aproveitar as vantagens competitivas de cada economia.

12. Manifestaram sua satisfação com a ampla liberalização do comércio bilateral, resultante do Acordo de Complementação Econômica N° 35 entre MERCOSUL e Chile (ACE-35). Destacaram, nesse sentido, as oportunidades abertas pela aprovação de resolução que permite a incorporação de mercadorias elaboradas ou originárias de zonas francas ao regime geral do Acordo.

13. Constataram os avanços obtidos na negociação sobre comércio de serviços no âmbito do ACE-35 e instruíram suas respectivas autoridades a fazer todos os esforços para agilizar o processo de internalização do Protocolo de Serviços às respectivas legislações nacionais.

14. Instruíram os órgãos governamentais competentes a dar início a negociações para o estabelecimento de um Acordo Bilateral de Investimentos.

15. Saudaram a assinatura de novo Acordo de Serviços Aéreos entre a Agência Nacional de Aviação Civil do Brasil e a Junta Aeronáutica do Chile, que promove a incorporação de novas frequências em transporte aéreo de passageiros e carga, com impactos positivos para o comércio bilateral e o fluxo de turistas entre os dois países.

16. Expressaram sua satisfação pelo alto nível de cooperação entre indústrias aeronáuticas dos dois países. Ressaltaram, nesse sentido, o fornecimento, pela ENAER, de seguimentos estruturais para aeronaves

produzidas pela EMBRAER e a possibilidade de participação da empresa chilena no programa de desenvolvimento de aeronave de transporte tático militar e reabastecedor estratégico (EMBRAER KC-390). Destacaram que essas iniciativas constituem exemplo concreto de integração produtiva regional com alto valor agregado e conteúdo tecnológico.

17. Instruíram as autoridades competentes a buscar resultados positivos na reunião sobre a revisão do Acordo Bilateral de Transporte Marítimo, a realizar-se na primeira semana de agosto de 2009, no Rio de Janeiro, com o objetivo de aprimorar a qualidade e competitividade do transporte marítimo entre os dois países, de importância central para o incremento dos fluxos bilaterais de comércio.

18. Destacaram a importância do Memorando de Entendimento sobre Envios Postais entre o Ministério das Comunicações do Brasil e o Ministério de Economia, Fomento e Reconstrução do Chile, firmado nesta data, visando à implantação no Chile de programa de promoção de exportação por via postal para pequenas e médias empresas.

19. Manifestaram satisfação com as negociações em curso entre a Receita Federal do Brasil e a Direção-Geral de Aduanas do Chile para elaborar programa de reconhecimento mútuo de operadores econômicos autorizados, que agilizará os trâmites aduaneiros de mercadorias comercializadas entre os países.

20. Determinaram às autoridades competentes intensificar a cooperação bilateral em ciência e tecnologia, com o aumento do número de reuniões e missões de alto nível, a fim de promover resultados concretos no mais breve prazo. Nesse sentido, felicitaram-se pela realização, no segundo semestre deste ano, da II Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação, que resultará em novas frentes de cooperação. Expressaram, ainda, sua satisfação com os entendimentos em

curso para a possível instalação de escritório da EMBRAPA no Chile.

21. Manifestaram sua decisão de reforçar as iniciativas bilaterais de colaboração entre instituições acadêmicas e de pesquisa de ambos os países. Destacaram, nesse sentido, a assinatura, no marco desta visita, de um Programa de Bolsas e Desenvolvimento de Capital Humano entre o Ministério da Educação do Chile, a Comissão Nacional de Investigação Científica do Chile e a Universidade de São Paulo com vistas a possibilitar a estudantes chilenos realizar estudos de pós-graduação na Universidade de São Paulo.

22. Acordaram fortalecer a integração regional por meio do fomento à cooperação técnica em matéria de TV Digital, adequada às necessidades locais de inclusão social, com efeitos sobre a escala de produção de equipamentos transmissores e receptores, produção de conteúdos e desenvolvimento de aplicações de interatividade que permitam a realização de serviços sociais de telemedicina e teleeducação.

23. Coincidiram na relevância de seguir trabalhando em favor da região em matérias de proteção social, superação da pobreza, fomento produtivo e desenvolvimento social. Para isso, instruíram seus organismos encarregados de cooperação internacional, a Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para que em data próxima se reúnam para definir um programa comum de trabalho em matéria de cooperação triangular que tenha como objetivo apoiar a integração e o desenvolvimento dos países da região, em especial aqueles mais vulneráveis.

24. Reconheceram que o acesso a fontes confiáveis e diversificadas de energia contribui, de maneira decisiva, para a segurança energética, condição básica para

o progresso material dos países e bem-estar de seus povos. Nesse sentido, instruíram as autoridades competentes a realizar, ainda em 2009, a primeira reunião da Comissão Mista em matéria de energia e mineração, prevista pelo Memorando de entendimento sobre a matéria (2006), e uma missão ao Chile de especialistas em pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, em conformidade com o Memorando de Entendimento sobre o assunto (2007).

25. Congratularam-se pela troca de instrumentos de ratificação, nesta data, do Convênio de Previdência Social entre Brasil e Chile, que entrará em vigência no próximo mês de setembro. Registraram, ademais, a assinatura, também nesta data, do Acordo Administrativo, que permitirá a efetiva operacionalização do Convênio. Ambos os instrumentos beneficiarão as expressivas comunidades de brasileiros e chilenos que residem e trabalham nos dois países, que assim poderão contabilizar as contribuições previdenciárias realizadas no outro país para fins de recebimento de aposentadoria.

26. Coincidiram em que a integração regional é objetivo estratégico comum, que deve ser impulsionada com base em parceria bilateral de longo prazo. Renovaram, assim, seu compromisso com o aprofundamento da coordenação política entre os dois países em benefício da integração, de forma a fomentar a estabilidade democrática e o desenvolvimento econômico com justiça social.

27. Assinalaram que o corredor rodoviário bioceânico Brasil-Bolívia-Chile, que ligará o porto de Santos, no Brasil, aos portos de Arica e Iquique, no Chile, será contribuição importante para a integração física regional, a intensificação das relações entre os três países, assim como para o desenvolvimento, em especial, do Centro-Oeste do Brasil, do Sul da Bolívia e do Norte do Chile.

28. Manifestaram seu desejo de inaugurar, juntamente com o Presidente da Bolívia, os avanços nas obras do Corredor Bioceânico, ainda em 2009, em local e data a serem acordados pelos canais diplomáticos.

29. Ressaltaram a importância dos estudos de viabilidade do projeto de construção do túnel multimodal de baixa altitude entre o Chile e a Argentina, a fim de viabilizar um corredor ferroviário bioceânico entre Brasil, Argentina, Paraguai e Chile, em benefício das relações econômicas e do turismo em uma das áreas mais dinâmicas da América do Sul.

30. Salientaram o papel fundamental da UNASUL como foro de concertação, de diálogo e de cooperação entre os países sul-americanos. Congratularam-se pela criação do Conselho de Defesa Sul-Americano e do Conselho de Saúde Sul-Americano. Igualmente, expressaram seu interesse de que, por ocasião da III Reunião Ordinária de Chefes de Estado e de Governo, seja aprovada a criação dos Conselhos Sul-Americanos de: Desenvolvimento Social; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; Luta contra o Narcotráfico; e Infraestrutura e Planejamento.

31. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou seu reconhecimento pelos avanços alcançados no âmbito da UNASUL durante a Presidência Pro Tempore do Chile.

32. Os Mandatários destacaram a importância e o caráter inédito da Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC). Registraram, com satisfação, a realização, em Santiago, da primeira Reunião de Altos Funcionários dos Ministérios da Fazenda da CALC, com vistas à coordenação de posições políticas regionais sobre a crise financeira internacional.

33. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou o apoio do Brasil à reeleição do Senhor José Miguel Insulza ao cargo de Secretário-Geral da OEA.

34. Os Chefes de Estado ressaltaram a posição regional frente à ruptura institucional em Honduras e reiteraram a exigência de uma pronta restituição do Presidente José Manuel Zelaya Rosales em suas funções, e o restabelecimento da democracia, de conformidade com resoluções adotadas pelas Nações Unidas, pela OEA e, recentemente, pela Cúpula Presidencial do MERCOSUL.

35. Destacaram a convergência de interesses e a sintonia de posições de seus governos frente aos desafios da globalização, bem como seu firme compromisso com o multilateralismo.

36. Reiteraram seu compromisso com o processo em curso, no marco da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), de revisão e atualização da estratégia antidrogas do hemisfério, destinada a produzir um plano de ação para enfrentar o problema das drogas em seu contexto atual.

37. Recordaram a urgência de levar adiante a reforma das Nações Unidas, em particular de seu Conselho de Segurança, de forma a dotá-lo de maior representatividade e legitimidade. Defenderam a expansão do Conselho nas categorias permanente e não-permanente bem como a ampliação da participação dos países em desenvolvimento em ambas as categorias. Igualmente, enfatizaram a necessidade de que os Estados Membros continuem seus esforços para assegurar negociações intergovernamentais significativas e orientadas a resultados concretos.

38. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou seu agradecimento pelo valioso apoio do Chile à aspiração brasileira de ocupar um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado.

39. Reiteraram seu compromisso com os esforços da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH), assim como da Organização dos Estados Americanos

(OEA) em apoio ao povo e ao Governo haitiano, destacando a contribuição de Brasil e Chile, bem como de outros países latino-americanos no contingente da MINUSTAH. Avaliaram que a situação do Haiti ainda recomenda persistente atenção internacional e que a consolidação da paz depende da promoção do Estado de Direito.

40. Coincidiram no entendimento a respeito da importância de retomar as negociações da Rodada de Doha da OMC. Fizeram um chamado aos negociadores envolvidos para que flexibilizem suas posições, de modo a alcançar soluções que permitam o fortalecimento do Sistema Multilateral de Comércio, com especial atenção para os objetivos dos países em desenvolvimento.

41. Manifestaram preocupação com a crise econômica e financeira, a mais grave desde as turbulências da década de 1930. Destacaram a importância de que a comunidade internacional tome as medidas necessárias para a retomada do crescimento econômico e a criação de empregos. Ressaltaram, nesse sentido, medidas de política fiscal e monetária que foram implementadas no Brasil e no Chile, em particular a ampliação do crédito interno, de programas sociais e de estímulos às pequenas e médias empresas.

42. Tomaram nota dos esforços que vêm sendo conduzidos no âmbito do G20 e da ONU e manifestaram a expectativa de que os compromissos acordados sejam colocados em prática em breve. Ressaltaram a necessidade urgente de reforma na governança das instituições financeiras internacionais para refletir o peso crescente dos países em desenvolvimento na economia mundial, de instrumentos mais flexíveis de provisão de liquidez, de mais recursos para o financiamento ao comércio e da recapitalização dos bancos multilaterais de desenvolvimento. Concordaram em que os

Ministérios da Fazenda de ambos os países mantenham uma estreita coordenação para uma atuação conjunta da América Latina e do Caribe nos foros internacionais, assim como nos âmbitos de cooperação regionais.

43. Ressaltaram sua preocupação frente ao ressurgimento de tendências protecionistas nos países desenvolvidos e enfatizaram a importância de prosseguir em seus esforços em favor de um comércio livre, sem entraves ao fluxo de bens e serviços.

44. A Presidente Michelle Bachelet agradeceu, em seu próprio nome e em nome de sua Delegação, a hospitalidade e as demonstrações de afeto recebidas do povo e do Governo brasileiros e da FIESP durante sua visita a São Paulo e estendeu cordial convite para que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visite o Chile, no final de setembro deste ano, por ocasião do III Foro de Competitividade das Américas.

45. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu o convite e expressou sua satisfação por receber a Presidente Michelle Bachelet, cuja visita confirma a importância das relações entre os dois países e a renovada etapa de frutífera cooperação bilateral, impulsionada no marco da Parceria Brasil-Chile.

DISTRIBUIÇÃO DE LEITE EM PÓ DOADO PELO BRASIL A HONDURAS 30/07/2009

Com relação a notícias divulgadas, em 29 de julho, pela imprensa hondurenha a respeito de distribuição de leite em pó doado pelo Brasil a Honduras, o Governo brasileiro esclarece que as trezentas toneladas de leite em pó e os cento e

cinquenta quilos de sementes doados pelo Brasil a título de auxílio humanitário às vítimas de enchentes em 2008 chegaram a Puerto Cortés (Honduras) em 29 de abril de 2009. A doação foi formalmente entregue, em 13 de maio de 2009, ao Governo hondurenho, representado pela Primeira-Dama, Xiomara de Zelaya, coordenadora do projeto “Red Solidaria”.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NA GUINÉ-BISSAU 30/07/2009

O Governo brasileiro expressa satisfação pela realização, em 26 de julho, de forma transparente e livre, do segundo turno das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, em que saiu vitorioso o candidato Malam Bacai, do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

O Brasil parabeniza o povo bissauguineense pela maneira pacífica como o pleito foi realizado e por mais essa demonstração de empenho pelo fortalecimento da democracia no país.

O Brasil prestou apoio à Comissão Nacional de Eleições de Guiné-Bissau, por meio de missão técnica do Tribunal Superior Eleitoral. Enviou também contribuição financeira para a organização das eleições e representantes para a Missão de Observação Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O Governo brasileiro reitera seu compromisso com a estabilidade, o desenvolvimento e a consolidação da paz na Guiné-Bissau e renova sua disposição de seguir aprofundando a cooperação em benefício daquele país.

FALECIMENTO DA EX-PRESIDENTE
DAS FILIPINAS, CORAZON
COJUANGCO-AQUINO
01/08/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, hoje, a seguinte mensagem de condolências à Presidente Gloria Macapagal-Arroyo, por ocasião do falecimento da ex-Presidente Corazon Cojuangco-Aquino:

“Senhora Presidente,

Recebi com grande pesar a notícia do falecimento da ex-Presidente Corazon Cojuangco-Aquino. A ex-Presidente é identificada na memória dos brasileiros como líder histórica não apenas de seu país, mas de todos que, em qualquer lugar, defendem os valores democráticos.

Transmito, em nome do Governo e do povo brasileiros, nossa solidariedade aos seus familiares.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”

DESPEJO DE PALESTINOS EM
JERUSALÉM ORIENTAL
03/08/2009

O Governo brasileiro deplora a retirada de cerca de cinquenta palestinos de suas casas em Jerusalém Oriental, ontem, 2 de agosto, as quais foram posteriormente ocupadas por cidadãos israelenses.

O Brasil considera a retirada de palestinos de Jerusalém Oriental e de quaisquer outros territórios ocupados contrária ao direito internacional e ao encaminhamento do processo de paz no Oriente Médio.

O Brasil insta as autoridades de Israel a reverter a decisão, dado seu efeito prejudicial à criação de condições mínimas para a paz na região.

Conforme explicitado pelo Ministro Celso Amorim ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Avigdor Lieberman, o Brasil espera que Israel se abstenha de tomar medidas que prejudiquem o progresso das negociações com vistas ao estabelecimento de um Estado palestino viável e sem restrições.

VISITA AO BRASIL DA PRIMEIRA
VICE-PRESIDENTE, MINISTRA DA
PRESIDÊNCIA E PORTA-VOZ DO
GOVERNO DA ESPANHA, MARIA
TERESA FERNÁNDEZ DE LA VEGA -
BRASÍLIA, 3 A 5 DE AGOSTO DE 2009
03/08/2009

A Vice-Presidente do Governo da Espanha, María Teresa Fernández de la Vega, realiza visita ao Brasil no período de 3 a 5 de agosto corrente.

No dia 4 de agosto, a Vice-Presidente da Espanha proferirá palestra no Palácio Itamaraty, sobre mudança do clima. No dia 5, será recebida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que tratarão das relações bilaterais, dos respectivos cenários regionais e de temas da agenda internacional.

Durante a visita, será assinada carta de intenções entre o Ministério da Educação e o Instituto Cervantes sobre a utilização de recursos audiovisuais no ensino do idioma espanhol no Brasil. Também será assinado Memorando de Entendimento para a realização de atividades de cooperação técnica com terceiros países.

O fluxo de comércio bilateral cresceu de US\$ 2,53 bilhões, em 2003, para US\$ 6,55 bilhões, em 2008 - o que representou um aumento de cerca de 160%. O estoque dos investimentos espanhóis no Brasil somou US\$ 35 bilhões em 2008, posicionando a Espanha como o segundo principal investidor no Brasil.

III REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E
DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES
SUL-AMERICANAS (UNASUL) E POSSE
DO PRESIDENTE RAFAEL CORREA -
QUITO, 10 DE AGOSTO DE 2009
07/08/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará Quito, em 10 de agosto, para participar da III Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e da cerimônia de posse do Presidente do Equador, Rafael Correa, em seu segundo mandato.

A Cúpula da UNASUL marcará a transferência da Presidência Pro Tempore (PPT) do Chile para o Equador. Durante o encontro, serão criados, por meio de decisões presidenciais, quatro novos Conselhos ministeriais da UNASUL: Infra-Estrutura e Planejamento; Desenvolvimento Social; Combate ao Narcotráfico; e Educação, Cultura, Tecnologia e Inovação. Virão somar-se aos três já existentes - de Energia, de Saúde e de Defesa. Também está prevista a adoção de uma Declaração Conjunta, centrada na crise econômica e financeira e nos avanços e desafios da UNASUL.

Na véspera da Cúpula, deverá reunir-se o Conselho de Saúde, para analisar a

possibilidade de ações coordenadas de combate à gripe A, conforme sugestão do Presidente Lula durante a última Cúpula do MERCOSUL, realizada em Assunção, em 24 de julho de 2009.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE
HONDURAS, JOSÉ MANUEL ZELAYA -
BRASÍLIA, 12 DE AGOSTO DE 2009

11/08/2009

O Presidente de Honduras, José Manuel Zelaya Rosales, realizará visita ao Brasil no dia 12 de agosto de 2009, em cujo contexto manterá encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir a situação em Honduras.

Ao reiterar sua mais veemente condenação ao golpe de 28 de junho de 2009, o Governo brasileiro insta a que o Presidente Zelaya seja restituído em suas funções de modo incondicional e no mais breve prazo possível.

O Governo brasileiro recorda, ainda, seu apoio às resoluções da OEA e às declarações do MERCOSUL, da UNASUL e do Grupo do Rio, na perspectiva de um retorno pacífico e imediato do Presidente Zelaya.

SENTENÇA CONTRA A
SENHORA AUNG SAN SUU KYI

11/08/2009

O Governo brasileiro deplora a sentença que condenou a Senhora Aung San Suu Kyi a 18 meses adicionais de prisão domiciliar.

O Governo brasileiro junta-se aos apelos feitos para que Aung San Suu Kyi seja libertada imediatamente, de tal modo que as eleições em Mianmar possam realizar-se em clima favorável e gozem de credibilidade.

60 ANOS DAS CONVENÇÕES
DE GENEBRA SOBRE
DIREITO HUMANITÁRIO
12/08/2009

Comemora-se hoje, 12 de agosto, o 60º aniversário das Convenções de Genebra sobre Direito Internacional Humanitário. Principal instrumento jurídico nessa área, as Convenções estabelecem normas universais sobre o tratamento de feridos, prisioneiros de guerra e proteção de civis. O Brasil ratificou as quatro Convenções em 1957.

Por ocasião do 60º aniversário das Convenções, o Governo brasileiro renova seu compromisso com o respeito ao Direito Internacional Humanitário e exorta a comunidade internacional a dar pleno cumprimento aos preceitos das Convenções, em benefício da proteção à vida e à dignidade humana em meio a conflitos armados.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO
MALI, MOCTAR OUANE
12/08/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali, Moctar Ouane, visita o Brasil de 12 a 14 de agosto.

O Chanceler malinês será recebido em 13 de agosto pelo Ministro Celso Amorim, ocasião em que assinarão Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas e Acordo sobre Isenção de Visto para Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. Ainda no Itamaraty, o Ministro do Mali terá encontros para tratar de

cooperação em agricultura e energia.

No dia 14, o Ministro Ouane será recebido pelo Diretor-Presidente da Embrapa, Pedro Antonio Arraes Pereira.

No marco dos programas de cooperação técnica entre o Brasil e os países africanos, foi instalada no Mali a fazenda-modelo de produção de algodão. A iniciativa visa a capacitar países africanos a melhorarem sua competitividade internacional na produção de algodão, fortemente prejudicada pelos subsídios praticados por países desenvolvidos. Inicialmente, o projeto tem por objetivo identificar variedades de algodão adequadas à África e treinar pesquisadores africanos.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO PERU - LIMA,
14 DE AGOSTO DE 2009
13/08/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial a Lima, no dia 14 de agosto. Na oportunidade, será recebido pelo Presidente Alan García e manterá reunião de trabalho com o Chanceler José Antonio García Belaunde.

Nas reuniões, serão examinados temas da agenda bilateral, com ênfase nas iniciativas de desenvolvimento fronteira, e assuntos regionais e multilaterais.

Deverão ser assinados acordos para cooperação técnica nas áreas de eletrificação rural, produção de látex, aquíicultura, produção de castanha e combate ao crime organizado. A visita propiciará, ainda, a aprovação de programas executivos de cooperação educacional e cultural para os anos de 2009 a 2011.

Em preparação à visita do Ministro Celso Amorim, realizaram-se, desde o dia 6 de

agosto, as seguintes reuniões bilaterais, cujos resultados serão apresentados aos Chanceleres de Brasil e Peru no dia 14: Grupo de Trabalho sobre Saúde Fronteiriça; Grupo de Trabalho sobre Controle Fronteiriço; Comissão Mista Cultural e Educacional; e Comissão de Cooperação Técnica.

Em 2008, Brasil e Peru registraram intercâmbio comercial no valor de US\$ 3,2 bilhões, dos quais US\$ 2,3 bilhões corresponderam a exportações brasileiras.

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO
PRESIDENTE DO MÉXICO, FELIPE
CALDERÓN HINOJOSA - SÃO PAULO,
RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA,
15 A 17 DE AGOSTO DE 2009
14/08/2009

O Presidente do México, Felipe Calderón Hinojosa, realizará visita de Estado ao Brasil entre os dias 15 e 17 de agosto.

No dia 15, em São Paulo, o Presidente Calderón participará do encerramento do Encontro Empresarial Brasil-México, na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), e se reunirá com empresários do setor de biocombustíveis.

No dia 16, no Rio de Janeiro, o Presidente mexicano visitará o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da PETROBRAS (CENPES).

No dia 17, o Presidente Calderón será recebido, em Brasília, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocasião em que serão examinadas novas oportunidades para ampliar as relações bilaterais. Os Presidentes deverão, ainda, discutir temas regionais, como a situação em Honduras, aspectos do fortalecimento da integração latino-americana e caribenha e temas da agenda global.

O Chefe de Estado mexicano fará visitas de cortesia, em Brasília, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara de Deputados.

No contexto da visita de Estado do Presidente do México ao Brasil, foram concluídos 18 Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre os dois países, que reforçarão o intercâmbio da cooperação entre os dois países nas áreas de estatística, agropecuária, saúde, banco de leite materno, entre outras. Brasil e México deverão firmar, ainda, acordos relativos a nanotecnologia e biotecnologia.

Em 2008, o comércio entre Brasil e México atingiu US\$ 7,4 bilhões, dos quais aproximadamente US\$ 4,3 bilhões corresponderam a exportações brasileiras.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO PERU - LIMA, 14 DE AGOSTO DE
2009 - COMUNICADO CONJUNTO
15/08/2009

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, realizou nesta data visita oficial ao Peru, atendendo ao convite cordial do Ministro das Relações Exteriores do Peru, Embaixador José Antonio García Belaúnde. Na ocasião, os Chanceleres constataram, com enorme satisfação, o elevado grau de coincidência e diálogo político alcançado por ambos os Governos no marco da Aliança Estratégica entre os dois países, bem como o dinamismo de suas relações bilaterais, particularmente, nos âmbitos de integração física, fronteiriça, energética, econômica e comercial.

2. Neste contexto, os Ministros examinaram os principais temas da agenda bilateral e outros de mútuo interesse, bem como, de modo particular, o grau de avanço e implementação

dos compromissos e acordos assumidos pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alan García Pérez no Encontro Fronteiriço mantido em Rio Branco, Acre, em 28 de abril do ano em curso.

COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

3. Os Chanceleres felicitaram-se pela subscrição, nesta data, dos seguintes Ajustes Complementares ao Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o Peru, os quais estimularão o trabalho conjunto em matéria de cadeias produtivas nas localidades fronteiriças de ambos os países.

- Intercâmbio de experiências e tecnologias para melhorar a qualidade no processo de transformação da castanha na região fronteiriça Brasil-Peru;

- Fortalecimento de capacidades para incrementar a produção aquícola em Madre de Deus;

- Fortalecimento de capacidades para incrementar a produção de Látex de Shiringa na Região de Madre de Dios.

4. Os Chanceleres saudaram os resultados da Primeira Rodada de consultas realizada com vistas à conformação de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, na qual, de forma conjunta, possam ser realizadas ações relativas à complementação econômica, social e ao intercâmbio cultural. Convocaram uma reunião, em Cuzco, em 30 de setembro do ano em curso, de forma a avançar no Acordo Marco sobre a matéria, a ser subscrito na próxima visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Peru.

5. Destacaram os avanços significativos alcançados na negociação de um projeto de Acordo Marco sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, o qual outorgará um maior dinamismo ao intercâmbio e à integração entre as populações fronteiriças de ambos os países. O referido instrumento procura estabelecer

um regime especial de benefício mútuo em matéria econômico-comercial, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos de educação e saúde. Os Ministros instruíram suas respectivas Chancelarias a que realizem os esforços necessários para que o Acordo Marco seja assinado por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Peru.

6. Destacaram a primeira reunião do Grupo Técnico sobre Controle Fronteiriço do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço (GTB), realizada nos dias 11 e 12 de agosto de 2009, na cidade de Lima, e constataram o importante trabalho efetuado, com vistas a contar, no futuro, com um Acordo Marco para o estabelecimento de sistemas de controle integrado nos Passos de Fronteira. A esse respeito, convocaram à II Reunião do Grupo Técnico para os dias 28 e 29 de setembro próximo, na cidade do Cuzco.

7. Tomaram nota dos importantes acordos da II Reunião do Grupo Técnico de Saúde na Fronteira do GTB sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço, realizada em Lima, nos dias 6 e 7 de agosto de 2009, referidos a vigilância epidemiológica, atenção de saúde e saúde ambiental, em benefício das populações fronteiriças de ambos os países.

8. Destacaram a transcendência da participação da população local no processo de integração, em virtude do qual confirmaram a reunião do Comitê de Fronteira Iñapari - Assis Brasil, para 23 de setembro próximo, em Iñapari. Do mesmo modo, saudaram a próxima realização da VII Reunião da Iniciativa MAP (Madre de Dios-Acre-Pando), a realizar-se na cidade de Puerto Maldonado, de 24 a 26 de setembro de 2009.

9. Tomaram nota da realização, de 1 a 3 de setembro, do Seminário Peru-Brasil sobre

Meio Ambiente, que servirá para aprofundar a cooperação ambiental fronteiriça entre os dois países.

10. Acordaram realizar as consultas com as autoridades competentes para examinar a possibilidade de consolidar a relação cambiária de moedas entre os Bancos Centrais de ambos os países, com o propósito de garantir uma adequada compensação dos movimentos de fundos que se registrem nas instituições financeiras nas zonas de fronteira de interesse mútuo.

INTEGRAÇÃO FÍSICA

11. Ambos os Chanceleres expressaram sua confiança em que para fins de 2010 a Estrada Interoceânica Sul estará concluída. Esta estrada facilitará a exportação de produtos brasileiros para a Ásia Pacífico, através do território peruano, abrindo ao mesmo tempo vastas possibilidades conjuntas de investimentos. Permitirá, igualmente, maior acesso das exportações peruanas ao território brasileiro e aos importantes mercados dos países do Atlântico.

12. Os Chanceleres decidiram iniciar negociações para a assinatura de um acordo sobre facilitação de trânsito de veículos particulares que permita, de forma expedita e sob regime simplificado, o trânsito de veículos terrestres particulares através dos territórios de ambos os países, a fim de fomentar um maior fluxo turístico bilateral, particularmente em nível fronteiriço. Do mesmo modo, saudaram os entendimentos entre os governos Regionais do Cuzco e de Madre de Deis, e do Estado do Acre, com vistas a criar uma rota turística Amazônia-Andes-Pacífico.

13. O Ministro García Belaunde recebeu com satisfação o anúncio das medidas adotadas pelo Governo brasileiro para categorizar aeroportos e vôos transfronteiriços, bem como melhorar a infra-estrutura aeroportuária na área de fronteira, o que permitirá uma maior

integração econômica e comercial, e dar um maior impulso ao turismo bilateral.

PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

14. Os Chanceleres ressaltaram sua complacência pela entrada em vigor do Convênio para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com relação ao Imposto de Renda, firmado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006, o qual foi aprovado por seus respectivos países.

15. Ressaltaram a importância do próximo encontro dos Ministros de Comércio do Peru e do Brasil, em Lima, em 17 do corrente, no contexto do mandato presidencial de Rio Branco. Nessa ocasião, o Ministro de Comércio do Brasil liderará uma delegação empresarial importante, que participará de rodada de negócios com empresários e que contribuirá a intensificar o comércio e os investimentos bilaterais.

16. Acordaram dar impulso ao cumprimento dos compromissos do Grupo Executivo de Trabalho Peru-Brasil (GET), para estimular e agilizar o comércio, os investimentos e o turismo bilateral, cuja V Reunião se realizará no segundo semestre do ano em curso, na cidade de Piura.

17. Acordaram apoiar a constituição de um Conselho Empresarial Peruano-Brasileiro com vistas a fomentar uma maior participação do setor privado no processo de integração econômica, como espaço para o diálogo de alto nível para a identificação de associações estratégicas conjuntas, bem como para elevar recomendações a seus Governos.

18. Os Ministros saudaram a realização, em Lima, nos dias 10 e 11 de agosto de 2009, da reunião bilateral entre SENASA Peru e o MAPA, a fim de facilitar maior acesso recíproco aos produtos agropecuários. Nesse sentido, expressaram seu desejo de que os produtos agrícolas com maior prioridade para

o Peru possam aceder ao mercado brasileiro antes do Encontro Presidencial de dezembro de 2009.

19. Destacaram a importância da visita de trabalho que o Ministro dos Transportes e Comunicações do Peru, Enrique Cornejo Ramírez realizará ao Brasil nos dias 14 e 15 de setembro próximo, e que terá como principal objetivo, principalmente, abordar a cooperação bilateral no referente à Televisão Digital Terrestre (TDT), em particular, no relativo à transferência de tecnologia e financiamento de investimentos no Peru.

20. Ressaltaram as importantes iniciativas realizadas nos últimos meses pelos Governos Regionais e Estaduais da área de fronteira brasileira-peruana para o estreitamento dos laços econômico-comerciais na região, especialmente a Semana da Amazônia em Cuzco, a Missão Oficial do Acre a Pucallpa e a Expo Juruá em cruzeiro do Sul, que contará com a participação dos Presidentes Regionais e empresários de Ancash, Huánuco y Ucayali.

ÂMBITO ENERGÉTICO

21. Reiteraram o desejo de seus respectivos Governos de promover e consolidar a integração e interconexão elétrica entre ambos os países, através do desenvolvimento de projetos em território peruano, orientados ao provimento de eletricidade ao mercado peruano e à exportação de energia ao Brasil. A esse respeito ressaltaram a reunião que mantiveram os Ministros de Minas e Energia no Rio de Janeiro, no dia 7 deste mês, bem como os avanços positivos que se vêm registrando, com vistas à assinatura de um acordo bilateral nessa matéria.

ÂMBITO SOCIAL

22. Ressaltaram a próxima celebração de uma Conferência Bilateral sobre Políticas Sociais, orientada a intercambiar experiências sobre os programas que ambos os Governos vêm realizando no âmbito do desenvolvimento

social. A referida conferência se realizará em Brasília, entre os dias 19 e 21 do mês em curso.

23. Saudaram a próxima celebração, em Lima, da VI Reunião da Comissão Mista Antidrogas Brasileiro- Peruana, entre 23 e 27 de novembro de 2009.

24. O Chanceler García Belaunde saudou a promulgação recente, por parte do Governo brasileiro, da Lei de Anistia para Imigrantes Irregulares, instrumento que facilitará a inserção social e produtiva de importante número de peruanos residente no Brasil.

COOPERAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL

25. Ressaltaram as metas alcançadas na II Reunião da Comissão Mista Cultural Brasil-Peru, realizada em Lima, nos dias 11 e 12 de agosto de 2009, na qual foram assinados os Programas Executivos de Cooperação Educacional e Cultural para os anos 2009-2012.

26. Saudaram a proposta de implantar cátedras brasileiras em universidades peruanas, previstas para 2010, bem como os projetos para dar impulso à cooperação educativa na Zona de Integração Fronteiriça.

27. Destacaram a iniciativa da Comissão Mista Cultural de consolidar uma proposta alternativa para a educação bilíngüe nas escolas de fronteira, inicialmente em Iñapari-Assis Brasil, Puerto Esperanza-Santa Rosa e Islândia Benjamin Constant.

28. Expressaram sua anuência pelos avanços obtidos para a implantação de um liceu brasileiro-peruano no Peru através de um projeto piloto para o qual foi escolhido o Colégio N° 1032 “República del Brasil”, localizado na cidade de Lima.

29. Coincidiram em promover um maior intercâmbio cultural e uma cooperação em matéria artística, com iniciativas conjuntas em áreas como cinema, televisão e artes plásticas, entre outras.

30. Comprometeram-se, igualmente, a promover a cooperação entre entidades públicas de rádio e televisão dos dois países.

31. Acordaram estabelecer um intercâmbio regular de estudantes das academia diplomáticas de ambos os países, a partir do ano letivo 2010.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

32. Ambos os Ministros destacaram a importância dos trabalhos desenvolvidos pela ABC e APCI na Reunião do Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Projetos de Cooperação Técnica Brasil-Peru, entre os dias 10 e 14 de agosto, com a presença de importante delegação brasileira.

33. Destacaram a cooperação bilateral para implementar um Centro de Tecnologia Ambiental para a aplicação de tecnologias na indústria, sob o controle do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil e do “Servicio Nacional de Adiestramiento em Trabajo Industrial (SENATI)” do Peru.

34. O Chanceler do Peru agradeceu a oferta de apoio brasileiro para a implementação pelos Ministros de Ambiente e de um Centro de Capacitação Ambiental para complementar os esforços peruanos na melhora da gestão integrada e sustentável dos ecossistemas amazônicos, com impacto positivo para a cooperação ambiental fronteira, dando cumprimento às orientações do Grupo de Cooperação Ambiental Fronteira (GCAF).

35. Ambos os Chanceleres destacaram os importantes avanços nas conversações sobre os projetos “Capacitación Técnica para la Represión del Crimen Organizado” y “Fortalecimiento de las Capacidades para el Desarrollo del Plan Nacional de Electrificación Rural”, os quais deverão ser firmados no marco da visita do Presidente Lula em dezembro de 2009.

ÂMBITO DE SEGURANÇA E DEFESA

36. Os Chanceleres destacaram a

cooperação que se vêm desenvolvendo em matéria de vigilância da Amazônia entre as Forças Aéreas de ambos os países e, nesse sentido, o Ministro García Belaunde agradeceu o valioso apoio da Força Aérea Brasileira na instalação do software X-400 no Posto de Comando da Força Aérea do Peru.

ÂMBITO REGIONAL

37. Ressaltaram a posição regional frente à ruptura institucional em Honduras e reiteraram a exigência de pronto retorno do Presidente José Manuel Zelaya ao exercício pleno de suas funções e a restauração pacífica da democracia naquele país, no marco da reconciliação nacional e da paz, em conformidade com as resoluções e declarações emitidas pela ONU, OEA UNASUL, MERCOSUL, CAN e outras instâncias internacionais.

38. Comprometeram-se em unir esforços para o êxito da III Cúpula do Foro América do Sul - Países Árabes (ASPA), que se realizará em Lima no primeiro semestre de 2011. Do mesmo modo, sublinhou o importante trabalho que vêm realizando os países membros da UNASUL para promover o diálogo com o continente africano, através do Foro América do Sul-África (ASA), e com os países árabes, por meio do ASPA.

39. Decidiram cooperar com o processo de vinculação jurídica do Peru ao “Memorando de Entendimento para o intercâmbio de informação sobre a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais relacionados” do MERCOSUL. Por outro lado, decidiram continuar com o desenvolvimento dos trabalhos no marco do Grupo de Trabalho sobre Armas de Destruição em Massa do MERCOSUL.

40. Durante sua visita oficial ao Peru, o Chanceler Celso Amorim foi recebido em audiência especial pelo Presidente Alan García Pérez, a quem fez chegar o cordial

cumprimento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, junto com o desejo de visitar o Peru em 11 de dezembro próximo, acompanhado de uma missão empresarial brasileira, no marco da celebração da Expo Brasil 2009, na qual se difundirão as valiosas expressões da cultura e da gastronomia desse país.

41. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil agradeceu ao Chanceler do Peru pelas atenções recebidas no marco de sua visita oficial ao Peru.

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO
PRESIDENTE DO MÉXICO, FELIPE
CALDERÓN HINOJOSA - BRASÍLIA,
17 DE AGOSTO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
17/08/2009

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Felipe Calderón Hinojosa, realizou uma Visita de Estado ao Brasil, de 15 a 17 de agosto de 2008. Como resultado dessa visita, acordou-se emitir o seguinte:

1. Os Presidentes congratularam-se ao constatar que as relações entre Brasil e México têm sido produtivas e intensas, em especial no que se refere ao diálogo político e às relações econômico-comerciais, assim como nos âmbitos cultural, acadêmico, técnico e científico-tecnológico. Nesse sentido, saudaram os resultados da II Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, realizada no dia 23 de julho de 2009, em Brasília, que permitiu diálogo fluido e profícuo, assim como a implementação de iniciativas concretas de cooperação, nos mais variadas campos, o que reflete, em detalhes, a ampla coincidência de visões e objetivos comuns, assim como a

firme vontade política de ambos os países de trabalharem em conjunto.

2. Reconheceram a importância que a relação bilateral tem para o Brasil e para o México, não apenas para cada um dos países individualmente, mas também como fundamento para o papel significativo que ambos os países desempenham no âmbito regional e mundial. Nesse contexto, reiteraram a profunda vocação latino-americana e caribenha de seus países e o firme propósito de privilegiar a amizade, o diálogo, a concertação política e a cooperação com todos os países da região.

3. Reafirmaram, da mesma forma, que a relação bilateral se fundamenta em profundos laços históricos culturais e de amizade, que tradicionalmente unem Brasil e México, e na promoção conjunta de valores universais como a busca da paz, a consolidação da democracia, o respeito aos direitos humanos, a diversidade cultural e a promoção do desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, ambos os países compartilham o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico e social e combater a pobreza.

4. Destacaram a realização da III Reunião do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Multilaterais, realizada no dia 22 de julho de 2009, em Brasília, que permitiu a continuidade da coordenação e o intercâmbio de pontos de vista sobre os principais temas da agenda internacional, como a participação no Conselho de Segurança, reforma das Nações Unidas, consolidação da paz, desarmamento e não-proliferação, mudança do clima, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, delinquência organizada transnacional, racismo, combate à fome e à pobreza, dentre outros.

5. Coincidiram na importância de que Brasil e México, as dois maiores economias da América Latina, aprofundem suas relações

comerciais e de investimento. Nesse sentido, instruíram suas respectivas autoridades competentes a que se reúnam prontamente para definir os termos e o calendário de uma negociação com o objetivo de que a relação econômica bilateral corresponda às potencialidades de seus mercados, com pleno apego ao marco jurídico-constitucional de ambos os países.

A esse respeito, solicitaram a suas equipes que explorem todas as opções que permitam ampliar o comércio e o investimento, incluindo a possível negociação de um acordo de livre comércio.

Os Presidentes Lula e Calderón fizeram um chamado aos setores privados de ambos os países para que se somem com entusiasmo a esta iniciativa, que terá impactos positivos no comércio, investimento e emprego.

6. Reconheceram a importância das reuniões do Grupo de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil - México, que tem se consolidado como foro de intercâmbio de informações sobre as políticas comerciais de ambos os países e de identificação e superação de obstáculos na relação comercial bilateral.

7. Salientaram o profícuo diálogo mantido por empresários de ambos os países em São Paulo, no dia 15 de agosto, com a presença do Presidente Felipe Calderón. Constataram, com satisfação, que o contato entre empresários brasileiros e mexicanos é freqüente e intenso, o que tem contribuído de forma concreta para a aproximação e integração entre os dois países e para o crescimento dos investimentos mútuos. Nesse sentido, saudaram a assinatura, em Brasília, do Acordo de Cooperação entre APEX e ProMexico, que proporcionará o incremento de oportunidades de negócios entre o Brasil e o México.

8. Manifestaram sua decisão de criar o Foro Estratégico Empresarial Brasil-México,

com o objetivo de propiciar uma nova etapa de vínculos de negócios entre ambos os países e aproveitar ao máximo o potencial de complementação de ambas as economias. O Foro apresentará suas conclusões e recomendações em um prazo de doze meses. O Foro será integrado por personalidades representativas do setor empresarial dos dois países.

9. Convencidos da importância de um maior fluxo de investimentos bilateral, assim como de promover a associação entre os respectivos setores industriais, reiteraram sua disposição de apoiar esforços dessa natureza.

10. Em matéria de energia, manifestaram seu firme apoio à pronta definição de Plano de Trabalho sobre Biocombustíveis no marco do Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética entre os dois Governos, assinado em 2007, a ser implementado pelo Ministério de Minas e Energia do Brasil e pela Secretaria de Energia do México. Ressaltaram, igualmente, a importância da continuidade dos contatos entre a PETROBRAS e a PEMEX com vistas ao aprofundamento da cooperação existente.

11. Sublinharam a disposição de ambos os Governos em promover o aumento do crédito para o setor produtivo, em seus respectivos países, de modo a mitigar os efeitos da crise financeira internacional. Nesse sentido, saudaram a próxima assinatura do novo Acordo de Cooperação entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Nacional Financiera (NAFIN), que fortalecerá o vínculo entre ambas as instituições e promoverá o intercâmbio de experiências em matéria de financiamento.

12. Acolheram com satisfação a próxima realização, no México, da III Reunião de Cooperação em Matéria Consular, ocasião em que as delegações deverão avançar na

negociação do Memorando de Entendimento para a Prevenção e Repressão do Tráfico de Migrantes, assim como dialogar sobre mecanismos para promover o incremento do fluxo de turistas, empresários e estudantes entre os dois países.

13. Expressaram seu compromisso de ampliar os mecanismos para o aproveitamento do potencial de cooperação entre os dois países no âmbito cultural e educativo. No âmbito cultural, decidiram promover a celebração de um Ano do Brasil no México e de um Ano do México no Brasil, como forma de promover o conhecimento recíproco e a divulgação da diversidade cultural de suas respectivas sociedades. Na esfera educativa, destacaram a importância da assinatura do Memorando de Entendimento para a Cooperação Científica, Tecnológica, Acadêmica e de Inovação entre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT) do México e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Brasil.

14. Expressaram sua satisfação pela assinatura de Protocolos de Intenções entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o CONACYT para a criação de Centros bilaterais virtuais em Nanotecnologia e em Biotecnologia, além da subscrição do Memorando de Entendimento para a Cooperação Científica, Tecnológica, Acadêmica e de Inovação, o que demonstra o compromisso de Brasil e México de tomar medidas concretas para ampliar a cooperação científica e tecnológica bilateral.

15. A respeito das atividades de cooperação técnica, congratularam-se pelo grande interesse demonstrado por diversas instituições de ambos os países em promover o intercâmbio de conhecimentos, de forma horizontal e mutuamente benéfica, de que é prova cabal a assinatura de 18 Ajustes Complementares

ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 1974. Em virtude dos referidos instrumentos, o Brasil oferecerá ao México cooperação técnica nas seguintes áreas: geografia e estatística, águas, sanidade vegetal, biofertilizantes e sementes, educação técnica e formação profissional, bancos de leite humano e ofertas de serviços de saúde. O México, por sua vez, proporcionará ao Brasil cooperação nas áreas de vigilância em saúde ambiental, oferta de serviços de saúde, prospecção e seleção de genótipo do pinhão manso, prognóstico climático e de colheitas, geografia e estatística, educação técnica e formação profissional.

16. Coincidiram em que a próxima assinatura dos acordos de cooperação entre as seguintes instituições em muito contribuirão para a concretização dos projetos mencionados no parágrafo anterior: entre Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e o Centro Nacional de Metrologia do México (CENAM); e entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Nacional de Investigações Florestais, Agrícolas e Pecuárias do México (INIFAP).

17. Da mesma forma, coincidiram na conveniência de impulsionar a cooperação para terceiros países, entre eles o Haiti, aproveitando as capacidades e potencialidades que Brasil e México têm alcançado em setores prioritários para o desenvolvimento.

18. Em relação à integração da América Latina e Caribe, reiteraram seu compromisso de dar seguimento ao diálogo permanente em torno da participação de ambos os países nos distintos processos e mecanismos de integração existentes na região, para tornar realidade a convicção compartilhada de que tais processos e mecanismos se comuniquem e converjam no propósito último e mais amplo

da unidade latino-americana e caribenha. Nesse contexto, sublinharam a importância histórica da primeira reunião da Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), realizada em dezembro de 2008, na Costa do Sauípe, Bahia, Brasil, e comprometeram-se com o pleno êxito da segunda reunião da CALC, no México, em 2010.

19. Referendaram, igualmente, seu compromisso de apoiar os procedimentos de consulta e concertação política na América Latina e no Caribe, coincidindo em que o processo de fortalecimento do Grupo do Rio contribuirá para ampliar as capacidades regionais para resolver e atender melhor os desafios que a região enfrenta. Destacaram, também, a vontade de seus Governos de impulsionar, no marco do Grupo do Rio, reflexões sobre temas específicos que contribuam para o aperfeiçoamento do diálogo sobre aspectos de interesse comum para os países da região e somar esforços para assegurar o êxito da XXI Cúpula do Grupo do Rio, que se celebrará no México, em 2010.

20. Reiteraram o apoio de seus Governos às resoluções da Organização dos Estados Americanos e da Organização das Nações Unidas com respeito à situação em Honduras e reafirmaram sua repulsa ao golpe de Estado naquele país. Coincidiram em não reconhecer as autoridades surgidas de uma violação à ordem constitucional interna, assim como qualquer resultado de eleições que não sejam realizadas sob a condução do Governo legítimo. Nesse sentido, renovaram seu chamado ao retorno imediato do Presidente constitucional a Honduras, no quadro daquelas resoluções, e conclamaram o povo de Honduras a um retorno pacífico à ordem institucional. Da mesma forma, acolheram com esperança a designação da Missão de Chanceleres e o Secretário-Geral

da Organização dos Estados Americanos, que proximamente visitará Honduras.

21. Expressaram sua satisfação pelo trabalho desenvolvido entre Brasil e México, junto com África do Sul, China e Índia (G-5), no âmbito do diálogo ampliado com o Grupo dos Oito (G-8), e destacaram seu compromisso de seguir incentivando a participação efetiva das nações emergentes na gestão co-responsável dos problemas e desafios de caráter mundial. Ressaltaram o empenho em participar ativamente da consolidação de estratégias e iniciativas que, de maneira efetiva, possam enfrentar os desafios de um mundo globalizado e cada vez mais independente.

22. Em particular, sublinharam seu propósito compartilhado de aprofundar sua colaboração no G-20 a fim de assegurar uma resposta global à crise econômica que privilegie as prioridades do desenvolvimento equitativo e sustentável e proteja aos mais vulneráveis, assim como uma reforma inclusiva das instituições financeiras internacionais.

23. Manifestaram a disposição de trabalhar de maneira próxima e coordenada visando a contribuir para a consolidação do processo de reforma integral das Nações Unidas. Reiteraram a urgência de revitalizar a Assembléia Geral, fortalecer o ECOSOC, reformar o Conselho de Segurança, promover a coerência do sistema e a reforma administrativa do Secretariado. Saudaram a evolução das negociações na Assembléia Geral para a reforma integral do Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo e democrático, para assegurar maior transparência em seus trabalhos, legitimidade e eficácia na implementação de suas decisões.

24. O Presidente Lula agradeceu o valioso apoio do México à candidatura do Brasil

como Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança para o biênio 2010-2011. Brasil e México reafirmaram a intenção de trabalhar de forma coordenada em 2010, quando ambos os países poderão estar presentes no referido órgão.

25. Coincidiram na importância de buscar alternativas para fortalecer o Conselho de Direitos Humanos a fim de torná-lo mais eficiente e evitar sua politização, assim como a conveniência de convertê-lo em órgão principal da Organização das Nações Unidas no campo dos direitos humanos, com vistas à revisão de suas funções e status em 2011.

26. Manifestaram seu compromisso de fortalecer as instituições que conformam o sistema interamericano de direitos humanos. O Governo do México agradeceu o apoio outorgado pelo Brasil ao candidato mexicano à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o período 2010-2013. Da mesma forma, assinalaram que os novos membros da Comissão deverão contribuir para fortalecer a análise jurídica, a objetividade, a independência e a equidade processual que devem caracterizar a Comissão no desempenho de sua alta responsabilidade.

27. Acordaram colaborar estreitamente no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e do Protocolo de Kyoto, com o objetivo de alcançar um resultado ambicioso, justo e efetivo na matéria em 2009, levando em conta o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades.

28. Sublinharam a urgente necessidade de ampliar a escala de recursos disponíveis para enfrentar os efeitos adversos da mudança climática e, neste contexto, acordaram seguir considerando as propostas de estabelecer

mecanismos de financiamento internacional, incluindo a proposta mexicana de um Fundo Mundial sobre Mudança Climática (Fundo Verde) e a proposta brasileira, em conjunto com a do G77, de um mecanismo financeiro no marco da Convenção.

29. Reiteraram sua plena disposição de fortalecer a aplicação de políticas públicas em benefício da juventude, mediante um enfoque transversal, com o objetivo de que os jovens alcancem melhores oportunidades de desenvolvimento social, econômico e acadêmico. Nesse sentido, ambos os Presidentes se congratularam pelo fato de que a Conferência Mundial da Juventude se realizará no México, em 2010.

30. Destacaram as políticas de saúde pública que implementaram para enfrentar a epidemia da influenza A/H1N1, baseadas nos direitos das pessoas e nas evidências científicas, assim como para evitar restrições desnecessárias à atividade econômica e à circulação de pessoas e mercadorias entre os países. Da mesma forma, expressaram sua vontade de compartilhar as experiências aprendidas para a vigilância e o controle desta epidemia, assim como para o desenvolvimento e fabricação de vacina apropriada.

31. Ainda em matéria de saúde, externaram seu beneplácito ao Convênio de Colaboração que se assinará entre a Fundação Butantan e os Laboratórios de Biológicos e Reativos do México (Birmex).

32. Com o propósito de dar continuidade aos compromissos assumidos, os Presidentes acordaram reunir-se em visita de trabalho pelo menos uma vez ano ano.

33. O Presidente Felipe Calderón Hinojosa agradeceu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela hospitalidade e mostras de afeto que o povo e o Governo do Brasil conferiram a ele e à sua Comitativa Oficial.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE
SERRA LEOA, ERNEST BAI KOROMA
- BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 18 A 22
DE AGOSTO DE 2009
18/08/2009

O Presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma, realizará visita ao Brasil de 18 a 22 de agosto. Será acompanhado dos Ministros de Negócios Estrangeiros, Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Informação.

No dia 19 de agosto, o Presidente Koroma será recebido em Brasília pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Deverão ser firmados acordos para cooperação cultural, isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, criação de mecanismo de consultas políticas e estabelecimento de uma comissão mista bilateral.

O Presidente de Serra Leoa fará visitas aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal. Visitará ainda a sede da Embrapa, onde será recebido pelo presidente da instituição, Pedro Arraes.

No dia 20, no Rio de Janeiro, o Presidente Koroma e delegação visitarão a Fundação Oswaldo Cruz, para tratar de cooperação no combate à malária e ao HIV. Ainda no Rio de Janeiro, o Presidente Koroma conhecerá a Petrobras Biocombustíveis e manterá contatos com o setor de mineração brasileiro.

DIA MUNDIAL HUMANITÁRIO
18/08/2009

No dia 19 de agosto será comemorado o Dia Mundial Humanitário. A data recorda o ataque que, em 2003, vitimou 22 funcionários

das Nações Unidas em Bagdá, entre eles o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Iraque.

O Ministro Celso Amorim presta neste dia homenagem à memória de Sérgio Vieira de Mello, com quem conviveu e por quem nutria grande admiração pessoal e profissional. Ao reiterar aos familiares e colegas de Sérgio Vieira de Mello sua solidariedade, o Ministro lembra que Vieira de Mello legou ao mundo o exemplo maior da dedicação à paz, ao entendimento e ao diálogo.

O Brasil foi um dos principais proponentes da criação do Dia Mundial Humanitário, que visa a prestar homenagem àqueles que perderam suas vidas na promoção da paz e da mitigação do sofrimento humano. O incremento da segurança do pessoal humanitário deve estar no centro das preocupações da comunidade internacional.

O Brasil reitera seu compromisso com o fortalecimento do sistema de ajuda humanitária das Nações Unidas e com os esforços para mitigar o sofrimento causado por desastres associados a fenômenos naturais, conflitos armados e convulsões sociais.

50 ANOS DA COMISSÃO
INTERAMERICANA
DE DIREITOS HUMANOS

18/08/2009

Comemora-se, neste mês, o 50º aniversário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos são as principais instituições do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, responsáveis por zelar pela observância dos princípios e normas estabelecidas pelas

declarações e instrumentos da Organização dos Estados Americanos sobre a matéria.

O Brasil aderiu à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1992 e reconheceu a competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998. Por ocasião do 50º aniversário da CIDH, o Brasil renova seu compromisso com o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, que tem prestado importante contribuição para o avanço da proteção dos direitos humanos no âmbito regional.

PEDIDO DE PAINEL NA OMC SOBRE
MEDIDAS ANTIDUMPING NORTE-
AMERICANAS CONTRA O SUCO DE
LARANJA BRASILEIRO

19/08/2009

O Brasil decidiu apresentar, em Genebra, ao amparo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC, pedido de estabelecimento de painel a respeito de medidas antidumping adotadas pelos Estados Unidos sobre a importação de suco de laranja brasileiro.

O pedido de painel questiona a utilização da prática conhecida como “zeramento” (“zeroing”) em investigação antidumping conduzida pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos sobre o suco de laranja proveniente do Brasil. O uso do “zeramento” infla artificialmente as margens de dumping e constitui prática condenada pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC em diversas oportunidades. Os Estados Unidos, até o momento, não alteraram seus procedimentos internos e continuam a fazer uso do “zeramento” no cálculo das margens de dumping em revisões administrativas.

A decisão do Brasil de pedir o estabelecimento de painel reflete a percepção de que o “zeramento”, além de incompatível com as normas multilaterais de comércio, causa grande incerteza e sérios prejuízos para as empresas exportadoras afetadas. Antes da apresentação do pedido de painel, foram realizadas duas rodadas de consultas com o Governo norte-americano, em 16 de janeiro e 18 de junho de 2009, sem que fosse possível alcançar solução satisfatória para o caso.

O pedido brasileiro deverá ser analisado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC em reunião agendada para 31 de agosto corrente. Caso os Estados Unidos apresentem objeção ao pedido nessa reunião, o painel será automaticamente estabelecido na reunião seguinte do órgão, prevista para setembro próximo.

Informação de Apoio:

“Zeramento” é a prática por meio da qual a autoridade investigadora dos EUA exclui do cálculo da margem de dumping do produto investigado as transações cujos preços de exportação são superiores aos preços de venda no mercado interno do país exportador (o chamado “valor normal”). Essa prática infla artificialmente a margem de dumping, resultando na imposição de direitos antidumping que não existiriam na ausência do “zeramento” ou em direitos majorados para o exportador.

Diferentes modalidades de emprego do “zeramento” foram consideradas incompatíveis com os Acordos da OMC pelo Órgão de Solução de Controvérsias. Entre os contenciosos em que o “zeramento” foi condenado destacam-se: “EC-Bed Linen”; “US-Corrosion-Resistant Steel Sunset Review”; “US-Softwood Lumber V”; “US-Zeroing (EC)”; “US-Zeroing (Japan)”; “US-Stainless Steel (Mexico)”; e “US-Continued Zeroing (EC)”.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE
SERRA LEOA, ERNEST BAI KOROMA
- BRASÍLIA, 19 DE AGOSTO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
19/08/2009

Por convite de Sua Excelência, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, o Presidente da República de Serra Leoa, Sua Excelência Doutor Ernest Bai Koroma, realizou Visita Oficial ao Brasil em 19 de agosto de 2009.

2. Os Presidentes passaram em revista os principais temas de interesse mútuo. Os Ministros de ambos os países se reuniram para discutir possibilidades de cooperação, ocasião em que a parte serra-leonesa fez ampla exposição de seu programa de governo intitulado “Agenda para a Mudança”, que busca equilibrar o crescimento econômico com o investimento social.

3. Os dois Presidentes acordaram, durante a visita, que a parte brasileira enviará a Serra Leoa, até o fim do ano, missão sob a coordenação dos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com participação de representantes dos Ministérios de Minas e Energia e da Saúde, da Eletrobrás, da Embrapa e de outros setores de relevância para a relação bilateral.

4. Os Presidentes reiteraram, ainda, a intenção de estabelecer Embaixadas residentes em Brasília e Freetown.

FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DA CORÉIA,
KIM DAE-JUNG
19/08/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, hoje, a seguinte mensagem de

condolências ao Presidente Lee Myung-bak, por ocasião do falecimento do ex-Presidente, Kim Dae-jung:

“A Sua Excelência o Senhor Lee Myung-bak,
Presidente da República da Coréia
Senhor Presidente,

Em nome do povo e do Governo do Brasil, transmito a Vossa Excelência meu sentido voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente Kim Dae-jung.

A política desenvolvida pelo ex-Presidente Kim Dae-jung (Sunshine Policy) foi um importante marco na história da Península Coreana, pela notável contribuição que ofereceu à aproximação entre os irmãos coreanos.

É meu desejo sincero que o exemplo do ex-Presidente Kim Dae-jung possa inspirar novas iniciativas em favor da paz na Península Coreana.

Mais alta consideração,
Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

Na mesma ocasião, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, enviou a seguinte mensagem de pêsames ao Chanceler Yu Myung-hwan:

“A Sua Excelência o Senhor Yu Myung-hwan,

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio da República da Coreia
Senhor Ministro,

Queira aceitar meu sentido voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente Kim Dae-jung.

A “Política do Sol Brilhante” (Sunshine Policy) do ex-Presidente Kim Dae-jung buscou fazer do povo coreano o principal responsável pela paz peninsular. Seus esforços farão com que seja sempre lembrado como um grande promotor da reconciliação entre os irmãos coreanos.

Num momento em que a cooperação

internacional se mostra fundamental para a superação das várias crises que afetam a todos nós, a luta incansável do ex-Presidente Kim Dae-jung em prol do diálogo deve ser mantida e aprofundada.

Mais alta consideração,
Celso Amorim,
Ministro das Relações Exteriores”

ATENTADOS NO IRAQUE

19/08/2009

O Governo brasileiro recebeu, com grande consternação, a notícia dos atentados terroristas ocorridos no Iraque no dia 19 de agosto, que provocaram elevado número de vítimas e tiveram como alvos, entre outros, prédios de órgãos governamentais, como os Ministérios das Relações Exteriores e das Finanças daquele país.

Ao reiterar seu profundo repúdio a todas as formas de terrorismo, o Governo brasileiro externa suas mais sinceras condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo do Iraque.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ

VERMELHA - 19 A 21 DE AGOSTO

19/08/2009

O Presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Jakob Kellenberger, visita o Brasil de 19 a 21 de agosto. Kellenberger será recebido no dia 20 pelo Ministro Celso Amorim. Terá também encontros, na mesma data, com o Presidente do Senado Federal, o Ministro da Justiça e o Ministro da Defesa, e participará da abertura da Exposição “Humanidade em Guerra”, no Museu Nacional.

Fundado em 1863, o CICV é uma organização humanitária que se baseia nos princípios da neutralidade, imparcialidade e independência. Por meio das quatro Convenções de Genebra de 1949 e de seus Protocolos adicionais de 1977, dos quais o Brasil é signatário, o Comitê recebeu dos Estados o compromisso de prestar proteção e assistência às vítimas de conflitos armados.

O Comitê mantém Escritório em Brasília desde 1991, que presta assessoria jurídica e legislativa, e desenvolve o Programa de Integração das Normas dos Direitos Humanos e Princípios Humanitários Aplicáveis à Função Policial, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

ACORDOS DE RESIDÊNCIA

21/08/2009

Entraram em vigor, em 28 de junho, os Acordos sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e entre Mercosul, Bolívia e Chile.

Os Acordos de Residência permitem que a solicitação de residência seja apresentada com procedimentos simplificados e com isenção de pagamento de multas e de quaisquer outras sanções, independentemente da condição migratória da pessoa que se encontre no território do país.

Por meio da apresentação dos documentos necessários, o peticionário poderá receber residência temporária, válida por dois anos, que pode ser transformada em permanente.

A aquisição de residência assegura os direitos de entrar, sair, circular e permanecer livremente no território do país de recepção. Assegura, também, a igualdade de direitos civis, de reunião familiar, de trato igualitário em matéria laboral, o direito de transferência

de remessas e o direito de acesso à educação pública para os filhos.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À BOLÍVIA - VILLA
TUNARI, 22 DE AGOSTO DE 2009
21/08/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajará à cidade boliviana de Villa Tunari, no Departamento de Cochabamba, em 22 de agosto, para encontro com o Presidente Evo Morales Ayma. Na ocasião, serão tratados os temas de financiamento à infra-estrutura, regularização migratória, situação dos brasileiros na faixa de fronteira, diversificação do comércio, cooperação técnica, científica e tecnológica, comércio e investimentos em hidrocarbonetos, cooperação na área de defesa e combate ao narcotráfico, entre outros.

Os Presidentes participarão de ato de assinatura do Protocolo de Financiamento para o Projeto da Rodovia Villa Tunari - San Ignacio de Moxos, de 306 km de extensão, que contará com financiamento brasileiro. A estrada permitirá a maior integração entre os Departamentos de Cochabamba e do Beni e a dinamização da economia daquela região.

Deverão ser assinados, ainda, acordos nas áreas de cooperação científica e tecnológica para aproveitamento de recursos naturais do Salar de Uyuni, de defesa civil e assistência humanitária, e de cooperação técnica para instalação na Bolívia de centro de formação e capacitação profissional.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia. Em 2008, a corrente de comércio bilateral atingiu cerca de US\$ 4 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 1,1 bilhão e importações de US\$ 2,9 bilhões.

- nº 404 - 22/08/2009

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, COMÉRCIO
E INTEGRAÇÃO DO EQUADOR -
BRASÍLIA, 24 DE AGOSTO DE 2009
24/08/2009

O Ministro de Relações Exteriores, Comércio e Integração do Equador, Fander Falconí Benítez, visitará Brasília, no dia 24 de agosto, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim, seguido de almoço no Palácio Itamaraty.

Durante a visita, os Chanceleres examinarão temas da agenda bilateral. Deverão ser discutidos, igualmente, tópicos de interesse regional, tais como as perspectivas da UNASUL durante a presidência pro tempore do Equador, a Cúpula da UNASUL em Bariloche e a situação em Honduras.

Em 2008, o fluxo comercial entre Brasil e Equador atingiu US\$ 920 milhões, dos quais US\$ 878 milhões corresponderam a exportações brasileiras.

- nº 406 - 24/08/2009

ENCONTRO DOS PRESIDENTES EVO
MORALES AYMA E LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA EM VILLA TUNARI
- COMUNICADO CONJUNTO - 22 DE
AGOSTO DE 2009
22/08/2009

Atendendo ao convite do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales Ayma, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou, em 22 de agosto de 2009, visita de trabalho a Villa Tunari, Província do Chapare do Departamento de Cochabamba, na Bolívia.

Na ocasião, os Presidentes reafirmaram seu firme compromisso com os princípios e os valores democráticos, que garantem o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em respeito ao Estado de Direito e às instituições democráticas.

Em relação à situação de Honduras, ambos os Mandatários reiteraram seu apoio à institucionalidade democrática e ao governo legítimo do Presidente José Manuel Zelaya Rosales, eleito pelo povo hondurenho em eleições livres e democráticas, e afirmaram não reconhecer nenhuma outra autoridade resultante da situação de ruptura da ordem constitucional desse país irmão.

O Presidente Evo Morales manifestou sua condenação aos recentes atentados terroristas na Bolívia. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva compartilhou sua preocupação com atos que vulneram a segurança cidadã, a estabilidade das instituições democráticas, a governabilidade e a convivência pacífica dos povos.

A respeito do Corredor Interoceânico, os Presidentes saudaram a realização do II Encontro Trilateral, realizado em Cochabamba, em 4 de julho de 2009, ocasião em que Bolívia, Brasil e Chile examinaram a evolução das obras em seus respectivos territórios, bem como o tema da regulamentação específica aplicável a essa via interoceânica, com o compromisso de finalizar essas tarefas até 2012. Ambos os Mandatários se comprometeram a comparecer à inauguração desse grande projeto de infraestrutura física, a realizar-se em 2009.

O Presidente Evo Morales referiu-se ao estado das relações entre Bolívia e Chile, a respeito do que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou satisfação com o diálogo construtivo dentro do mais amplo espírito de

fraternidade hemisférica que mantêm aqueles dois Governos no âmbito da “agenda dos treze pontos”.

Os Mandatários passaram em revista o amplo conjunto de temas da agenda bilateral e manifestaram plena disposição de seguir trabalhando em favor do fortalecimento das relações bilaterais, conforme manifestado nos Comunicados Conjuntos de dezembro de 2007, julho de 2008 e janeiro de 2009, bem como em outros encontros entre ambos os Mandatários, e expressaram ainda o interesse em reforçar e ampliar o diálogo político entre seus governos e povos, a fim de impulsionar a cooperação nas áreas, entre outras, de saúde, comércio, defesa, educação, agrícola, transporte e infraestrutura, e integração física e energética.

Nesse sentido, ambos os Presidentes:

Manifestaram sua satisfação com a assinatura do Protocolo de Financiamento brasileiro para a rodovia Villa Tunari - San Ignacio de Moxos, que permitirá maior integração entre os Departamentos de Cochabamba e Beni, concretizando nova interconexão fronteiriça que contribuirá para dinamizar a economia dos povos dessa região.

Congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento em Matéria de Investigação e Desenvolvimento de Processos para a Industrialização dos Recursos Evaporíticos do Salar de Uyuni, que estabelece um marco geral de cooperação conjunta sobre o assunto, em benefício do povo boliviano e das relações entre ambos os países.

Manifestaram também satisfação pela assinatura do Memorando de Entendimento na Área de Defesa Civil e Assistência Humanitária, que permitirá aos dois países trabalharem conjuntamente na prevenção e redução de desastres e no fortalecimento da coordenação bilateral em situações de risco.

Assinalaram igualmente a importância da assinatura do Ajuste Complementar para estabelecimento de um Centro de Formação Profissional na Bolívia, que permitirá a capacitação de mão-de-obra, de forma a contribuir para seu desenvolvimento econômico.

Sublinharam as iniciativas para viabilizar crédito de financiamento para a Rodovia “Hacia el Norte”, que facilitará uma melhor aproximação entre as cidades de La Paz e Riberalta, unindo as populações de Rurrenabaque, Santa Rosa, Australia e el Chorro, e completando, assim, um dos Corredores do Norte que liga os Departamentos da Bolívia ao Estado de Rondônia, no Brasil.

Instruíram suas Chancelarias a tomar as medidas necessárias para concluir, até julho de 2010, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Fronteiriço, que reúna as demandas sociais das populações fronteiriças, bem como a convocar a I Reunião do Mecanismo de Coordenação e Cooperação Brasil - Bolívia, em nível de Chanceleres, após elaborado o referido Plano.

Ressaltaram a importância da próxima reunião entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Vice-Ministério de Investimento Público e Financiamento Externo (VIPFE), em La Paz, no final de setembro deste ano, ocasião em que se tratará da evolução dos projetos em execução, bem como da identificação de novas áreas de cooperação futura.

Manifestaram satisfação com os trabalhos até agora realizados relativos à execução do programa de reassentamento e realocação laboral de famílias brasileiras no Departamento do Pando, que vem implementando a Organização Internacional para Migrações (OIM), no contexto das normas constitucionais bolivianas e do Instrumento Executivo firmado entre os dois

países com a OIM, de maneira coordenada, ordenada e pacífica, sempre em estrito respeito aos direitos humanos das referidas famílias.

O Presidente Morales expressou sua satisfação com a recente promulgação pelo Governo brasileiro da Lei de Anistia Migratória, que permitirá ampla regularização migratória de estrangeiros e, conseqüentemente, de cidadãos bolivianos, mediante procedimentos expeditos. Os Presidentes coincidiram, ademais, em que essa decisão fortalece a integração regional sul-americana e segue tendência inversa de alguns países desenvolvidos que têm adotado medidas mais restritivas com relação aos imigrantes.

O Presidente Morales reiterou o compromisso de seu Governo de facilitar a conclusão da regularização migratória dos nacionais brasileiros na Bolívia, no âmbito dos acordos vigentes tanto bilaterais quanto regionais, incluindo o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUR, Bolívia e Chile.

Expressaram satisfação com os resultados concretos do processo de intensificação e aperfeiçoamento da cooperação policial entre os dois países, no âmbito do combate ao narcotráfico. Nesse sentido, instruíram o Departamento da Polícia Federal do Brasil e a Força Especial de Luta Contra o Narcotráfico da Bolívia a prosseguir ampliando a cooperação bilateral, inclusive por meio de instrumentos jurídicos e logísticos necessários a ações mais efetivas nesse contexto.

Determinaram também intensificar cooperação entre os órgãos de controle fronteiriço dos dois países, especificamente com vistas ao combate, entre outros, ao tráfico de pessoas, de armas, ao contrabando de madeira, à lavagem de dinheiro e ao roubo de veículos.

O Governo da Bolívia reiterou seu agradecimento ao Presidente Lula pelos importantes avanços nas gestões que se vêm realizando para a facilitação de quatro helicópteros para intensificar o combate ao narcotráfico.

Além disso, os Presidentes saudaram a criação do Conselho Sul-Americano de Combate ao Narcotráfico, no âmbito da UNASUL, que permitirá aprofundar o combate conjunto contra esse flagelo.

Os Presidentes expressaram ainda sua satisfação com os avanços do processo de aquisição boliviana de veículos agrícolas, mediante financiamento brasileiro de trinta e cinco milhões de dólares, cujos primeiros lotes deverão ser entregues até o fim de 2009.

Reiteraram sua disposição de prosseguir com os trabalhos com vistas a melhor navegabilidade e uso do Canal Tamengo para transporte de cargas, por meio de cooperação acordada entre ambos os países.

Salientaram os resultados da V Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil - Bolívia, realizada em 23 de março de 2009, em Brasília, ocasião em que se avaliou o comércio bilateral e se reiterou disposição de ambos os países de dar seguimento a ações e iniciativas de cooperação nas distintas áreas e setores relacionadas com o intercâmbio e promoção do comércio bilateral.

Determinaram igualmente intensificar a cooperação para o desenvolvimento e instalação tanto física quanto técnico-industrial de usinas de açúcar em território boliviano.

Nesse contexto se insere o programa de cooperação iniciado entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI e o Ministério de Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural, com vistas a atender aos principais pedidos bolivianos. Nesse sentido,

os Presidentes ressaltaram a próxima visita à Bolívia de missão de especialistas brasileiros, a fim de apoiar o desenvolvimento de projetos açucareiros em San Buenaventura.

O Presidente Morales agradeceu ao Governo do Presidente Lula a adoção do 15º Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados em favor da Bolívia (ARAM-1), pelo qual o Brasil permitirá condições mais favoráveis de acesso a uma série de produtos do setor têxtil boliviano, permitindo absorver quantidade equivalente de até 21 milhões de dólares de exportações bolivianas prejudicadas pela perda de acesso a mercados extra-regionais.

Em relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que ambos os países consideram fundamental, o Presidente Evo Morales assinalou que, no caso de uma expansão na categoria de membros permanentes, a Bolívia apoiará a inclusão do Brasil na referida categoria.

O Presidente do Brasil manifestou seu agradecimento ao povo e ao Governo do Estado Plurinacional da Bolívia, em especial à população e às autoridades de Chimoré e Villa Tunari pela grata e calorosa acolhida, bem como pela hospitalidade oferecida durante sua estada.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO
BURUNDI - 25 E 26 DE AGOSTO DE 2009
24/08/2009

O Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional do Burundi, Augustin Nsanze, visitará o Brasil nos dias 25 e 26 de agosto corrente. Trata-se da primeira visita oficial de um Chanceler burundinês ao País.

O Ministro Nsanze será recebido em 25 de agosto pelo Ministro Celso Amorim, ocasião em que firmarão Acordo Quadro de Cooperação Técnica. O Brasil presta importante cooperação ao Burundi no marco do Fundo IBAS, que, em 2008, aprovou US\$ 1,1 milhão para projeto de combate à AIDS naquele país.

Estão ainda previstos na programação do visitante encontros no Ministério da Saúde, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na EMBRAPA e no IPEA.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS EXTERIORES DA
AUSTRÁLIA - BRASÍLIA, 25 DE
AGOSTO DE 2009
24/08/2009

O Ministro dos Negócios Exteriores da Austrália, Stephen Smith, visitará o Brasil no dia 25 de agosto. Em Brasília, será recebido pelo Ministro Celso Amorim para reunião de trabalho, seguida de jantar no Palácio Itamaraty. Manterá encontros com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer e o Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Os Ministros conversarão sobre os principais temas da agenda multilateral, tais como a crise financeira, reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mudança do clima e desarmamento, entre outros. Na oportunidade, também serão discutidos os detalhes finais do Plano de Ação Brasil-Austrália com vistas a uma Parceria Reforçada, proposto durante a visita do Ministro Celso Amorim à Austrália em agosto de 2008.

O Brasil é o principal parceiro comercial e o principal destino dos investimentos da Austrália na América Latina. O volume do comércio bilateral passou de US\$ 598 milhões em 2003 para US\$ 2,483 bilhões em

2008. Os investimentos australianos no Brasil atingiram US\$ 1,153 bilhão em 2008, o que fez da Austrália o 9º maior investidor no País, à frente de Alemanha, Reino Unido e Suíça.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
A PARIS - 26 E 27 DE AGOSTO DE 2009
25/08/2009

A convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Bernard Kouchner, o Ministro Celso Amorim proferirá a palestra “Agir por uma governança global melhor” na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses, em Paris, no dia 27 de agosto. O Ministro Celso Amorim também manterá encontros com o Ministro Kouchner, no próprio dia 27, e com o Conselheiro Diplomático do Presidente da França, Jean-David Levitte, na véspera, dia 26.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E
DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES
SUL-AMERICANAS (UNASUL)-
SAN CARLOS DE BARILOCHE,
28 DE AGOSTO DE 2009
27/08/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, no dia 28 de agosto, em San Carlos de Bariloche (Argentina), de Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O Presidente Lula estará acompanhado do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do Ministro da Defesa, Nelson Jobim.

A reunião foi convocada durante a III

Cúpula Ordinária da UNASUL, realizada em Quito, em 10 de agosto, quando os Presidentes mantiveram diálogo sobre as implicações da presença de pessoal militar e civil estrangeiro em bases militares colombianas. Na ocasião, decidiu-se que seria necessário aprofundar o debate sobre este e outros temas que podem gerar percepção de risco à estabilidade e à segurança regionais, tais como tráfico de armas, tráfico de drogas e atividades de grupo armados ilegais.

As discussões da Cúpula de Bariloche devem girar em torno de três eixos principais: maior transparência e institucionalização do diálogo sobre assuntos de defesa e segurança na América do Sul; busca de garantias de que acordos que envolvem a presença de pessoal militar estrangeiro não comprometam a segurança e a soberania dos países da região; e estabelecimento de medidas de construção de confiança.

VI REUNIÃO MINISTERIAL DO FORO
IBAS - BRASÍLIA, 31 DE AGOSTO E 1º
DE SETEMBRO
28/08/2009

Será realizada, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, em Brasília, a VI Reunião Ministerial do Foro de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). A reunião, a ser presidida pelo Ministro Celso Amorim, será o primeiro encontro do IBAS com a presença dos novos Chanceleres da Índia, S.M. Krishna, e da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, empossados no primeiro semestre deste ano.

A Reunião Ministerial é realizada anualmente, com rotação entre os três países. Seus principais objetivos são intensificar a concertação política e avaliar o diálogo setorial trilateral e a cooperação prestada a terceiros países.

Na presente reunião, os Chanceleres do IBAS deverão discutir temas regionais e globais e concluir aspectos da preparação da IV Cúpula do mecanismo, prevista para realizar-se em Brasília, em 8 de outubro. Ao final da reunião, será adotada Declaração Ministerial sobre os principais temas discutidos.

Criado em 2003, o IBAS reúne três grandes países em desenvolvimento, oriundos de continentes distintos, com sociedades multiculturais, multiétnicas e democráticas. Juntos, os três países somam população de cerca de 1,4 bilhão de pessoas, e PIB nominal de mais de US\$ 3,2 trilhões.

O IBAS conta hoje com 16 grupos de trabalho, responsáveis pela cooperação intergovernamental em áreas que abrangem, entre outros, os setores de agricultura, ciência e tecnologia, comércio, turismo, cultura e administração tributária. Foram estabelecidos também foros de parlamentares, de acadêmicos, de mulheres e de empresários, que se reúnem anualmente.

O Fundo IBAS, criado para financiar projetos de cooperação em países mais pobres, já desenvolveu iniciativas no Haiti, em Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Estão em curso projetos na Palestina, no Burundi e Laos. O Fundo IBAS foi agraciado pelas Nações Unidas em 2006 com o “Prêmio Parceria Sul-Sul”.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ÍNDIA
- BRASÍLIA, 31 DE AGOSTO E 1º DE
SETEMBRO
28/08/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Índia, S.M. Krishna, visitará Brasília, dias 31 de agosto e 1º de setembro, para participar de encontros bilaterais e

co-presidir, juntamente com o Ministro Celso Amorim, a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia.

O Chanceler indiano será recebido pelo Ministro Celso Amorim, o Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Durante a visita, serão discutidas formas de expandir os fluxos de comércio e de investimento e a cooperação bilateral. Também serão tratados os principais temas da agenda internacional e ações para aprimorar a coordenação dos dois países com vistas à transformação das instâncias decisórias globais.

A IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia apontará iniciativas concretas para estimular a cooperação bilateral em áreas como: agricultura; energia; comércio e investimentos; defesa; ciência e tecnologia; pesquisa espacial; saúde e temas sociais; cultura; e educação.

27º ENCONTRO ECONÔMICO E 36ª
COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA BRASIL-ALEMANHA -
VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO - 31 DE
AGOSTO E 1º DE SETEMBRO DE 2009
28/08/2009

Serão realizados em Vitória, Espírito Santo, em 31 de agosto e 1º de setembro, o 27º Encontro Econômico e a 36ª Reunião da Comissão Mista Brasil - Alemanha.

O Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, acompanhado de altas autoridades, abrirá o Encontro Econômico na segunda-feira, 31 de agosto, juntamente com o Ministro de Economia da Alemanha e o Presidente da Federação das Indústrias Alemãs (BDI).

A cerimônia de encerramento do encontro, no dia 1º de setembro, deverá contar com a

presença do Presidente Lula.

O tema principal do encontro será “crescimento e emprego”. Empresários e representantes governamentais discutirão os seguintes assuntos: a) ampliação da cooperação econômica bilateral; b) perspectivas do mercado energético brasileiro (para energias fósseis e renováveis); c) oportunidades de investimento em infraestrutura no Brasil; e d) preparativos da Copa do Mundo de 2014, com ênfase em logística e infraestrutura.

No dia 1º de setembro, será realizada a 36ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha. A delegação governamental brasileira será presidida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e a alemã pelo Secretário de Estado da Economia, Bernd Pfaffenbach. Serão debatidas as oportunidades de ampliação das relações econômico-comerciais entre os dois países.

A Alemanha é o sexto maior investidor no Brasil com um volume superior a US\$ 17 bilhões. O Brasil é o maior parceiro econômico da Alemanha da América Latina. O mercado alemão ocupa o quinto lugar como destino de exportação dos produtos brasileiros (US\$ 8,85 bilhões - FOB). O volume do comércio entre o Brasil e a Alemanha dobrou nos últimos 4 anos, passando para US\$ 20,87 bilhões em 2008.

CÚPULA EXTRAORDINÁRIA DE
CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-
AMERICANAS (UNASUL) -
SAN CARLOS DE BARILOCHE,
28 DE AGOSTO DE 2009 – DECISÃO
28/08/2009

Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações

Sul-Americanas (UNASUL) - San Carlos de Bariloche, 28 de agosto de 2009 - Decisão

As/Os Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), reunidos em sessão extraordinária, em 28 de agosto de 2009, em San Carlos de Bariloche, República Argentina;

Reafirmando nosso compromisso com os princípios do Direito Internacional referentes às relações de amizade e cooperação entre Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas;

Reconhecendo, igualmente, que os acordos de cooperação militar devem reger-se pelo respeito estrito aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e aos princípios fundamentais do Tratado Constitutivo da UNASUL;

Enfatizando que o respeito irrestrito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, a não ingerência em assuntos internos e a autodeterminação dos povos são essenciais para consolidar a integração regional;

Reiterando nossa disposição de consolidar na América do Sul uma zona de paz, fundamento para o desenvolvimento integral de nossos povos e a preservação de seus recursos naturais, por meio da prevenção de conflitos, da solução pacífica das controvérsias e a abstenção de recorrer à ameaça ou ao uso da força;

Ressaltando a vocação da UNASUL pela solução pacífica das controvérsias e a promoção do diálogo e o consenso em matéria de defesa mediante o fomento de medidas de cooperação, confiança e transparência;

DECIDEM:

1. Fortalecer a América do Sul como zona de paz, comprometendo-nos a estabelecer um mecanismo de confiança mútua em matéria de defesa e segurança, sustentando nossa decisão de abster-nos de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial de

outro Estado da UNASUL.

2. Reafirmar nosso compromisso de fortalecer a luta e cooperação contra o terrorismo e a delinquência transnacional organizada e seus delitos conexos: o narcotráfico, o tráfico de armas pequenas e leves, assim como o rechaço à presença ou ação de grupos armados à margem da lei.

3. Reafirmar que a presença de forças militares estrangeiras não pode, com seus meios e recursos vinculados a objetivos próprios, ameaçar a soberania e integridade de qualquer nação sul-americana e em consequência a paz e segurança na região.

4. Instruir seus Ministros das Relações Exteriores e da Defesa a realizar uma reunião extraordinária, durante a primeira quinzena de setembro próximo, para que, em prol de uma maior transparência, desenhem medidas de fomento da confiança e da segurança de maneira complementar aos instrumentos existentes no marco da OEA, incluindo mecanismos concretos de implementação e garantias para todos os países, aplicáveis aos acordos existentes com países da região e extrarregionais, assim como ao tráfico ilícito de armas, ao narcotráfico e ao terrorismo de acordo com a legislação de cada país. Esses mecanismos deverão contemplar os princípios de respeito irrestrito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial e não ingerência nos assuntos internos dos Estados;

5. Instruir o Conselho de Defesa Sul-Americano a analisar o texto sobre “Estratégia sul-americana. Livro Branco, Comando de Mobilidade Aérea (AMC)” e a realizar uma verificação da situação nas fronteiras, e a elevar os estudos resultantes ao Conselho de Chefes de Estado e de Governo, a fim de considerar cursos de ação a seguir.

6. Instruir o Conselho Sul-Americano de Luta contra o Narcotráfico a elaborar com urgência seu Estatuto e um Plano de Ação

com o objeto de definir uma estratégia sul-americana de luta contra o tráfico ilícito de drogas e de fortalecimento da cooperação entre os organismos especializados de nossos países.

CONTENCIOSO DO ALGODÃO –
ARBITRAGEM
31/08/2009

Foi divulgada hoje, 31 de agosto, a decisão dos árbitros que examinaram o pedido brasileiro de autorização para adotar medidas temporárias contra os Estados Unidos (“retaliação”) no contexto do contencioso sobre subsídios ao algodão. O procedimento arbitral, que define o valor e a forma das contramedidas autorizadas, foi retomado em agosto de 2008, após confirmação de que os Estados Unidos não haviam dado cumprimento às determinações do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC no contencioso. As contramedidas autorizadas poderão vigorar enquanto os EUA mantiverem a atual situação de descumprimento das regras multilaterais de comércio.

De acordo com a decisão dos árbitros, o Brasil está autorizado a adotar contramedidas em um montante que é composto de duas parcelas: (i) um valor fixo de 147,3 milhões de dólares ao ano, relativo aos subsídios que causam prejuízo grave na forma de supressão dos preços internacionais do algodão (subsídios “acionáveis”); e (ii) com relação aos subsídios proibidos, um montante variável que deverá ser calculado a cada ano, atualizado com base em dados relativos a exportações norte-americanas de vários produtos que tiverem se beneficiado do programa de garantias de crédito GSM-102. Os árbitros utilizaram como base dados de 2006, que levariam o valor total das contramedidas a 294 milhões de dólares

naquele ano. Trata-se de valor em si mesmo significativo, o segundo maior autorizado na história da OMC. Tomando por base dados mais recentes, em cálculo preliminar, o Brasil estima que as contramedidas poderiam ser da ordem de 800 milhões de dólares para o ano de 2009.

No que tange à forma das contramedidas autorizadas, o Brasil recebe com satisfação a decisão dos árbitros de não limitá-las ao comércio de bens, de forma a abranger outras áreas tais como serviços ou direitos de propriedade intelectual (“retaliação cruzada”). Os árbitros determinaram que o Brasil terá o direito de aplicar a retaliação cruzada sempre que o total de contramedidas calculadas em determinado ano exceder um “gatilho” calculado com base na variação das importações brasileiras provenientes dos Estados Unidos. Utilizando dados parciais de comércio, o Brasil estima que, em 2009, esse “gatilho” deverá se situar em torno de 460 milhões de dólares, o que possibilitaria a aplicação de contramedidas em montante próximo de 340 milhões de dólares também nas áreas de serviços e direitos de propriedade intelectual.

O Governo brasileiro entende que o instrumento da “retaliação cruzada”, ademais de juridicamente adequado, é justificado à luz da natureza e da gravidade das violações. Nesse contexto, o Brasil avalia que o presente laudo contribui para fortalecer o mecanismo de solução de controvérsias da Organização, ao demonstrar que o sistema é capaz de reconhecer as evidentes assimetrias existentes entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

É lamentável que os Estados Unidos ainda não tenham dado cumprimento às determinações multilaterais no contencioso, após a condenação dos seus subsídios em quatro oportunidades por painéis e

pelo Órgão de Apelação. A persistente inobservância das regras multilaterais por um dos principais Membros da OMC é fonte de especial preocupação, sobretudo quando novas obrigações estão sendo negociadas no âmbito da Rodada de Doha. Para os países em desenvolvimento, sempre mais vulneráveis quando sujeitos a retaliações autorizadas pelo Órgão de Solução de Controvérsias, essa situação compromete a credibilidade e a legitimidade do sistema multilateral de comércio e das negociações sob sua égide.

O pedido de autorização para suspender concessões constitui o último recurso previsto no mecanismo de solução de controvérsias da OMC e o Brasil lastima que a disputa tenha chegado até esse estágio.

A presente decisão arbitral é definitiva e não cabe recurso ao Órgão de Apelação.

O Brasil espera que os EUA dêem pronto e efetivo cumprimento às determinações da OMC no contencioso, de forma que não seja necessária a imposição das contramedidas hoje autorizadas.

Informações de Apoio

I. Recomendações originais do Órgão de Solução de Controvérsias (março de 2005)

(A) Subsídios Proibidos

Step 2

O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) determinou que, na parte do programa que exige a exportação de algodão para o recebimento do subsídio, o Step 2 viola os artigos 3.1(a) e 3.2 do Acordo de Subsídios (proibição de subsídios condicionados à exportação). Além disso, o Step 2 para exportadores constitui subsídio à exportação nos termos do artigo 9.1(a) do Acordo de Agricultura. Como o algodão é produto em relação ao qual os Estados Unidos não inscreveram compromisso em matéria de subsídios à exportação, qualquer concessão de pagamento a esse título para a “commodity”

resulta em infração aos artigos 3.3 e 8 daquele Acordo.

Quanto ao outro ramo do programa, que vincula o subsídio ao uso do algodão norte-americano pela indústria têxtil local, o painel julgou tratar-se de subsídio proibido à luz dos artigos 3.1(b) e 3.2 do Acordo de Subsídios (proibição de subsídios condicionados ao uso de bens domésticos em detrimento de bens importados).

O OSC determinou prazo de até 1º de julho de 2005 para a retirada do subsídio, conforme o disposto no artigo 4.7 do Acordo de Subsídios.

Os EUA eliminaram o programa “Step 2” a partir de 1º de agosto de 2006.

Garantias de Crédito à Exportação

A demanda brasileira, neste tópico, não se restringiu a algodão, abarcando, na verdade, conjunto mais amplo de produtos agrícolas beneficiários de tais garantias. O Órgão de Solução de Controvérsias determinou, com base na alínea (j) do Anexo I ao Acordo de Subsídios e em seus artigos 3.1(a) e 3.2, que as garantias de crédito à exportação constituem subsídios proibidos, uma vez que os prêmios cobrados pelo Governo norte-americano para concedê-las são inadequados para cobrir os custos e perdas dos programas no longo prazo.

Além disso, as garantias de crédito à exportação oferecidas sob os programas “General Sales Manager 102”, “General Sales Manager 103” e “Supplier Credit Guarantee Program” constituem subsídios à exportação que resultam, no sentido do artigo 10.1 do Acordo de Agricultura, em tentativa por parte dos Estados Unidos de evadir-se dos compromissos relativos a subsídios à exportação, o que os torna automaticamente incompatíveis também com o artigo 8 daquele Acordo. Essa decisão é aplicável a (i) algodão, (ii) outros produtos beneficiados pelas garantias, em relação aos quais os Estados

Unidos não inscreveram, ao final da Rodada Uruguai, compromissos relativos ao valor e quantidade máximos que poderiam receber subsídios à exportação (como soja e milho), e (iii) arroz (produto em relação ao qual as autoridades norte-americanas concederam subsídios à exportação em valor superior ao qual se haviam comprometido).

O OSC determinou prazo de até 1º de julho de 2005 para a retirada do subsídio, conforme o disposto no artigo 4.7 do Acordo de Subsídios.

Os EUA fizeram ajustes administrativos, insuficientes, no programa GSM-102 e pararam de conceder garantias de crédito à exportação ao amparo dos programas GSM-103 e SCGP.

(B) Subsídios Acionáveis

O Órgão de Solução de Controvérsias determinou que os subsídios “Marketing Loan”, “Step 2”, “Market Loss Assistance” e “Counter-Cyclical Payments” causam prejuízo grave ao Brasil, pelo significativo efeito depressivo sobre o preço internacional do algodão, em violação aos artigos 5 e 6.3(c) do Acordo de Subsídios. Tais programas, diretamente vinculados ao nível de preços, isolam o produtor norte-americano dos sinais de mercado e levam à produção artificial de excedentes, que, uma vez colocados no mercado mundial, provocam quedas nas cotações ou impedem que os preços subam tanto quanto deveriam. Os subsídios em questão montaram a cerca de US\$12,5 bilhões entre 1999 e 2002. O valor da safra norte-americana de algodão produzida nesse mesmo período de 4 anos foi de \$13,9 bilhões de dólares, o que constitui taxa média de subsídios de 89,5%.

O OSC determinou prazo de até 21 de setembro de 2005 para a retirada dos subsídios ou eliminação dos efeitos adversos por eles causados, conforme o disposto no artigo 7.8

do Acordo de Subsídios.

Além da eliminação do programa “Step 2”, conforme anteriormente mencionado, os EUA nada fizeram em relação aos demais subsídios de apoio doméstico acima indicados.

II. Pedidos de autorização para adotar contramedidas

No que se refere aos subsídios proibidos, o Brasil circulou, no dia 5 de julho de 2005, pedido de autorização para adotar contramedidas sob o Artigo 4.10 do Acordo de Subsídios e para suspender concessões e obrigações para com os Estados Unidos sob o Artigo 22.2 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC). Segundo propôs o Brasil, com relação aos programas de garantias de crédito à exportação, o montante das contramedidas seria calculado com base nos pedidos apresentados por exportadores norte-americanos durante o ano fiscal anterior. No que tange ao “Step 2”, o valor das contramedidas seria equivalente aos desembolsos realizados sob o programa durante o ano safra encerrado mais recentemente. Para fins ilustrativos, e de modo preliminar, o valor das contramedidas relativas aos dois conjuntos de subsídios, com base em dados do ano fiscal e do ano safra de 2004, montaria a cerca de 3 bilhões de dólares.

No dia 6 de outubro de 2005, o Brasil circulou novo pedido de autorização - desta vez relativo aos subsídios acionáveis - para adotar contramedidas sob o Artigo 7.9 do Acordo de Subsídios e para suspender concessões e obrigações sob o Artigo 22.2 do ESC. Nesse segundo pedido, o montante de contramedidas proposto pelo Brasil, calculado de forma preliminar, foi de 1,037 bilhão de dólares. Esta cifra corresponde ao valor médio anual dos excedentes produzidos pelos Estados Unidos como resultado da concessão dos subsídios em tela entre os anos-safra de

1999 e 2002, e resulta da multiplicação do excedente anual médio - estimado em estudo econométrico apresentado pelo Brasil durante o contencioso - pelos preços internacionais vigentes naquele período.

Em ambos os casos, os Estados Unidos apresentaram objeções a elementos contidos nos pedidos brasileiros. Em consequência, o assunto foi duas vezes remetido a procedimento de arbitragem sob o Artigo 22.6 do ESC, com o objetivo de determinar o montante e a forma das contramedidas autorizadas. Essas arbitragens foram suspensas para que as medidas tomadas pelos Estados Unidos para dar cumprimento às determinações do OSC pudessem ser examinadas pelo painel de implementação, que foi estabelecido em 28/9/06.

III. Painel de implementação

Em seu relatório divulgado em 18/12/07, o painel de implementação chegou à conclusão de que os Estados Unidos não implementaram integralmente as determinações do Órgão de Solução de Controvérsias. O painel concluiu que o programa GSM-102, tal como modificado pelos EUA, ainda constituía subsídio proibido nos termos do Acordo de Subsídios. No que tange aos subsídios acionáveis, o painel de implementação considerou dados relativos ao ano-safra de 2005 e 2006 e concluiu que os dois programas remanescentes - “Marketing Loan” e “Counter-Cyclical Payments” - causavam prejuízo grave na forma de supressão dos preços internacionais do algodão.

Os Estados Unidos recorreram novamente ao Órgão de Apelação mas, em relatório divulgado em 2/6/08, este confirmou que os Estados Unidos não haviam dado cumprimento às determinações do OSC.

IV. Retomada dos procedimentos arbitrais sobre “retaliação”

Em 25/8/08, o Brasil solicitou a retomada dos procedimentos de arbitragem para determinar

o montante e a forma das contramedidas autorizadas ao País. Com base em dados mais atualizados e incorporados certos ajustes metodológicos, a documentação apresentada pelo Brasil no curso dos procedimentos de arbitragem solicitou autorização de contramedidas da ordem de 2,5 bilhões de dólares, bem como a possibilidade de adotar medidas de “retaliação” não somente sobre a importação de bens, mas também nas áreas de serviços e propriedade intelectual.

Descrição dos Programas Questionados

- “Marketing Loan Program”: garante aos produtores renda de 52 centavos de dólar por libra-peso da produção de algodão. Se os preços ficarem abaixo desse nível, o Governo norte-americano completa a diferença. É o mais importante subsídio doméstico concedido pelo Governo norte-americano ao algodão;

- “Counter-Cyclical Payments” (Lei agrícola de 2002)/ “Market Loss Payments” (leis orçamentárias de 1998 a 2001): realizados tendo como parâmetro o preço de 72,4 centavos de dólar por libra-peso. Tais recursos custeiam a diferença entre os 72,4 centavos de dólar por libra-peso (“target price”) e o preço praticado no mercado ou o valor de 52 centavos de dólar por libra-peso (“loan rate”), o que for mais alto;

- “Direct Payments” (Lei agrícola de 2002)/ “Production Flexibility Contract” (Lei agrícola de 1996): garantem renda de 6,67 centavos de dólar por libra-peso para produtores com histórico de produção de algodão - produção histórica;

- “Crop Insurance”: dá garantia aos produtores norte-americanos de algodão, com prêmios subsidiados, contra perdas resultantes de condições climáticas adversas, doenças e preços baixos;

- “Step 2”: pagamentos feitos a exportadores e a consumidores (indústria têxtil) norte-

americanos de algodão para cobrir a diferença entre os preços do algodão norte-americano, mais altos, e os preços do produto no mercado mundial, aumentando dessa forma a competitividade do algodão norte-americano;

- “Export Credit Guarantees”: facilitam a obtenção de crédito por importadores não-americanos, aumentando a competitividade do produto norte-americano, em detrimento dos demais competidores naquele mercado importador;

- “Cottonseed Payments”: recursos destinados a auxiliar a indústria do algodão norte-americana a cobrir os custos com o beneficiamento do algodão.

Cronograma do Contencioso

27/Set/02 - Solicitação de Consultas do Brasil aos Estados Unidos

Out/02 a Jan/03 - Reuniões (3) para consultas entre Brasil e Estados Unidos

18/Mar/03 - Estabelecimento do Painel

22-24/Jul/03 - Primeira sessão da primeira audiência com o Painel

7-9/Out/03 - Segunda sessão da primeira audiência com o Painel

2-3/Dez/03 - Segunda audiência com o Painel

26/Abr/04 - Relatório Preliminar do Painel

8/Set/04 - Relatório Final do Painel

13/Out/04 - Apelação dos EUA

12-13/Dez/04 - Audiência com Órgão de Apelação

3/Mar/05 - Relatório do Órgão de Apelação

21/Mar/05 - Adoção do Relatório do Órgão de Apelação

1/Jul/05 - Fim do prazo concedido aos Estados Unidos para retirarem os subsídios considerados proibidos

21/Set/05 - Fim do prazo concedido aos Estados Unidos para retirarem os subsídios que causam prejuízo grave ao Brasil ou eliminar os efeitos adversos por eles causados

28/Set/06 - Estabelecimento do Painel de Implementação

27-28/Fev/07 - Audiência com o Painel de Implementação

27/Jul/07 - Relatório preliminar do Painel de Implementação

18/Dez/07 - Circulação do relatório final do Painel de Implementação

14 e 15/04/08 - Audiência com o Órgão de Apelação

2/06/08 - Circulação do relatório do Órgão de Apelação

25/08/08 - Retomada, pelo Brasil, de procedimento arbitral para estabelecer o montante e a forma de medidas de “retaliação”

2-4/3/09 - Audiência com os árbitros

31/8/09 - Divulgação da decisão arbitral sobre o montante e a forma das medidas de “retaliação” autorizadas ao Brasil

ASSINATURA DE NOTAS REVERSAIS
SOBRE CESSÃO DE
ENERGIA DE ITAIPU
01/09/2009

Os Governos do Brasil e do Paraguai assinaram hoje, em Assunção, notas reversais relativas aos novos valores a serem recebidos pelo Paraguai a título de cessão de energia da hidrelétrica de Itaipu.

As notas reversais prevêm a elevação para 15,3 (quinze inteiros e três décimos) do fator de multiplicação aplicável aos valores estabelecidos no Anexo C (Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade) do Tratado de Itaipu para os pagamentos por cessão de energia.

Segundo as cifras de 2009, com o aumento proposto, os pagamentos anuais feitos ao Paraguai a título de cessão de energia deverão passar de aproximadamente

US\$ 120 milhões para cerca de US\$ 360 milhões.

De acordo com a Declaração Conjunta emitida em 25 de julho de 2009 por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Paraguai, as notas reversais serão submetidas à aprovação do Congresso Nacional.

As notas reversais hoje assinadas entrarão em vigor depois de cumpridos os procedimentos internos para sua aprovação.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
À TUNÍSIA - TÚNIS,
2 DE SETEMBRO DE 2009
01/09/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visita a Túnis em 2 de setembro. Na ocasião, será recebido pelo Primeiro-Ministro, Mohammed Ghannouchi, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdelwahab Abdallah, e pelo Ministro da Defesa, Kamel Morjane. Manterá também encontro com Donald Kaberuka, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), instituição que tem sede na capital tunisiana.

Esta será a terceira visita do Ministro Amorim à Tunísia. O país é o maior fornecedor de fosfato para o Brasil, e várias empresas brasileiras de grande porte têm interesses no mercado tunisiano. Em janeiro passado, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, realizou visita à Tunísia, à frente de missão empresarial.

O Chanceler tunisiano tem visita ao Brasil prevista para o fim do corrente ano. Ainda em 2009, deverá ser realizada nova edição da Comissão Mista Bilateral, em data e local a serem acordados.

REUNIÃO MINISTERIAL SOBRE A
RODADA DOHA - NOVA DELHI, 3 E 4 DE
SETEMBRO DE 2009
02/09/2009

O Ministro Celso Amorim, participa, nos dias 3 e 4 de setembro, em Nova Delhi, de reunião ministerial informal sobre a Rodada de Doha da OMC. Intitulada “Revitalizando Doha: Compromisso com o Desenvolvimento”, a reunião é organizada pelo Governo da Índia e contará com a presença de ministros responsáveis pelo comércio de cerca de 35 países.

O objetivo do encontro é identificar formas de implementar a orientação emanada do encontro de líderes do G20 Financeiro, em Londres, em abril, no sentido de concluir a Rodada de Doha em 2010. As discussões em Nova Delhi buscarão fornecer a base de um compromisso a ser adotado pelos líderes na Cúpula de Pittsburgh (24 e 25 de setembro).

III REUNIÃO DE COORDENAÇÃO
CONSULAR BRASIL - MÉXICO -
CIDADE DO MÉXICO,
31 DE AGOSTO E 1º DE SETEMBRO
03/09/2009

Realizou-se, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, na Cidade do México, a III Reunião de Coordenação Consular Brasil - México. A Reunião tratou das experiências dos dois países nas áreas de apoio a nacionais no exterior, proteção consular e integração com as respectivas diásporas. Como resultado do encontro, decidiu-se programar seminário conjunto e iniciar projeto pioneiro de cooperação consular entre repartições selecionadas dos dois países nos EUA.

Finalizou-se, ademais, acordo para combate ao tráfico de migrantes.

Tratou-se, também, dos problemas de acesso a funcionários consulares e trânsito de passageiros brasileiros no aeroporto do México, havendo sido realizadas visitas às áreas locais de controle e permanência de viajantes.

Durante a Reunião, iniciaram-se conversações para a celebração de acordo de cooperação para apoio a expatriados e avançou-se nas discussões sobre instrumento de transferência de presos e colaboração jurídica em matéria civil, bem como sobre a possibilidade de eventual eliminação da exigência de visto entre ambos os países.

SUSPENSÃO DE ACORDOS DE ISENÇÃO DE VISTOS COM HONDURAS 03/09/2009

Tendo em vista a atual situação interna de Honduras, decorrente do golpe de Estado ocorrido em 28 de junho de 2009, o Governo brasileiro decidiu suspender temporariamente, a partir do dia 5 de setembro, a vigência do “Acordo para a Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço” e do “Acordo Sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns”, assinados pelos Governos do Brasil e de Honduras em 12 de agosto de 2004.

A partir do dia 5 de setembro, portanto, todo portador de passaporte hondurenho precisará de visto para ingressar no Brasil. A decisão não afetará a situação dos portadores de passaportes hondurenhos que já se encontrem no Brasil em situação regular.

A nota pela qual o Governo brasileiro informou da suspensão dos referidos acordos foi entregue, em 1º de setembro, pelo Embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) à Chanceler de Honduras, Patricia Rodas, que agradeceu por ter considerado mais uma mostra de apoio do Governo brasileiro à busca da restauração da ordem democrática em Honduras.

A decisão brasileira baseia-se nas resoluções da OEA e da Organização das Nações Unidas no sentido de não reconhecer o Governo “de facto” instalado naquele país centro-americano e de promover a imediata restituição do Presidente José Manuel Zelaya às funções para as quais foi eleito pelo povo hondurenho.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO MARROCOS - RABAT, 5 DE SETEMBRO DE 2009 04/09/2009

Em seu retorno de Nova Délhi, onde participou de reunião ministerial sobre a Rodada Doha, o Ministro Celso Amorim fará escala no Marrocos, onde manterá encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação, Taïb Fassi-Fihri. Os dois Ministros discutirão temas das relações bilaterais e assuntos de interesse global, em preparação da participação do Brasil e do Marrocos na 64ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Também tratarão do estreitamento das relações comerciais, impulsionadas recentemente pela visita ao Marrocos do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, em janeiro de 2009, à frente de missão empresarial.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA FRANÇA, NICOLAS SARKOZY
BRASÍLIA, 6 E 7 DE SETEMBRO DE 2009
04/09/2009

No contexto das comemorações do Ano da França no Brasil, o Presidente da França, Nicolas Sarkozy, realizará visita de Estado ao Brasil nos dias 6 e 7 de setembro, acompanhado de delegação integrada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros; Cultura e Comunicação; Defesa; Economia e Comércio Exterior; Imigração, Integração, Identidade Nacional e Desenvolvimento Solidário; e Educação Nacional, bem como pelo Secretário de Estado de Transportes.

No dia 7 de setembro, o Presidente Sarkozy participará, na condição de convidado de honra, das cerimônias alusivas à data nacional do Brasil e manterá reunião com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O encontro constituirá oportunidade de avaliar a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica, adotado em dezembro de 2008, bem como tratar de temas de interesse comum da agenda global. Prevê-se a assinatura de acordos nas áreas de: Cooperação policial; Questões migratórias; Defesa; Transportes; e Cooperação técnica, com vistas à criação de um banco de leite humano no Haiti. Também serão assinados, no contexto da visita, acordos interinstitucionais nas áreas de agricultura, transportes, tecnologias da informação e cooperação entre magistrados.

No contexto da Parceria Estratégica Brasil-França foi constituído o Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos, que realizará sua primeira reunião no dia 8 de setembro, sob a condução do Ministro do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e da Ministra da Economia da França, Christine Lagarde, com vistas à ampliação e diversificação do comércio bilateral. Acompanha a Ministra Lagarde importante comitiva de empresários franceses dos ramos de energia, hotelaria, eletricidade, transportes, alimentos, indústria espacial e de defesa, construção e indústria farmacêutica.

A França é o 8º parceiro econômico do Brasil. As trocas entre os dois países cresceram 135% nos últimos cinco anos. Em 2008, o intercâmbio comercial atingiu US\$ 8,8 bilhões. No primeiro semestre de 2009, as exportações brasileiras para a França foram de US\$ 1,6 bilhão, e as importações alcançaram US\$ 1,9 bilhão. A França foi o sexto maior investidor direto no Brasil em 2008, com um total de US\$ 2,2 bilhões. O estoque de investimentos franceses no Brasil é da ordem de US\$ 17,5 bilhões.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA FRANÇA, NICOLAS SARKOZY -
BRASÍLIA, 6 E 7 DE SETEMBRO DE 2009
- DECLARAÇÃO CONJUNTA
07/09/2009

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Francesa, Nicolas Sarkozy, realizou visita de Estado ao Brasil, nos dias 6 e 7 de setembro de 2009, na qualidade de convidado de honra nas cerimônias alusivas à comemoração da Data Nacional brasileira.

Convencidos de que a parceria privilegiada estabelecida entre o Brasil e a França permitirá às duas nações tornarem-se, mais

do que nunca, atores decisivos de uma nova governança mundial, os dois Presidentes realizaram, por ocasião desta visita de Estado, balanço da implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica bilateral adotado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008, e abriram novas perspectivas para o futuro.

Os Presidentes constataram, com satisfação, o fortalecimento das relações entre o Brasil e a França, que se tem refletido na frequência dos contatos e das visitas bilaterais em diferentes níveis e na ampliação da Parceria Estratégica a novas áreas desde a assinatura do Plano de Ação.

Saudaram o grande êxito do Ano da França no Brasil, que se estenderá até o dia 15 de novembro próximo, cujo amplo programa de atividades realizadas em todo o território brasileiro tem contribuído para reforçar os laços históricos de amizade entre as sociedades brasileira e francesa, bem como permitido promover a imagem da França de hoje, marcada por sua diversidade e criatividade.

BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

1. Diálogo político e governança internacional:

O diálogo político mantido em todos os níveis nunca foi tão denso, e testemunha a convergência de visões sobre os grandes temas da agenda internacional, em particular sobre as causas da crise atual e os meios para sua superação, assim como o fortalecimento do multilateralismo, a preservação da paz e da segurança internacionais, o desarmamento e a não-proliferação, a conservação do meio ambiente, a luta contra a mudança do clima e a promoção do desenvolvimento sustentável e da justiça social.

Antes mesmo da reunião do G-20 em Londres, em 1º de abril último, os dois Presidentes trabalharam em uma iniciativa comum de reforma da governança global. Tal

iniciativa foi expressa no projeto da “Aliança para a Mudança”, apresentado em 07 de julho de 2009 sob a forma de artigo conjunto publicado nas imprensas brasileira, francesa e internacional, alguns dias antes da Cúpula de L’Aquila. Os dois Presidentes aproveitarão os próximos encontros entre líderes mundiais para promover essa iniciativa junto a seus pares.

Os resultados obtidos nas Cúpulas de Londres e de L’Aquila já demonstraram que a dinâmica franco-brasileira é pertinente e necessária. Os dois Presidentes aprofundarão sua concertação com vistas à Cúpula do G-20 em Pittsburgh para assegurar a implementação efetiva dos compromissos assumidos em Londres, em particular sobre a reforma das instituições financeiras internacionais, assim como a adoção de regras comuns e universais com o objetivo de reverter os desequilíbrios financeiros atuais, impedir que esses desequilíbrios se reproduzam no futuro e favorecer um crescimento forte e sustentável.

Os dois Presidentes reiteraram seu apoio à ampliação do G-8, incorporando os grandes países emergentes, a fim de reforçar a representatividade desse foro e conferir-lhe maior legitimidade para tratar dos grandes temas globais. Compartilham a visão de que o G-20 constitui o foro adequado para responder aos desafios da crise econômica e financeira, e que o G-8 ampliado tem vocação para tratar de questões políticas e outros temas globais. Manifestaram-se favoráveis a uma reforma conjunta da governança das instituições financeiras internacionais que fortaleça, de modo especial, a participação dos países em desenvolvimento em seus processos decisórios.

Os dois Presidentes saudaram os resultados do diálogo bilateral mantido em 29 de junho passado, em Paris, no contexto da parceria para a reforma da governança internacional, ocasião em que foram escolhidos, como

temas prioritários de concertação bilateral, a segurança alimentar e a inovação no âmbito da energia e da mudança do clima. No que diz respeito à segurança alimentar, concordaram em que o diálogo poderá contribuir para a reforma da FAO.

Manifestaram apoio ao processo de negociação sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas iniciado na Assembléia Geral da ONU. Reiteraram sua determinação de trabalhar de maneira ativa e coordenada para a ampliação do Conselho de Segurança. O Presidente Sarkozy reafirmou o firme apoio da França ao ingresso do Brasil, como membro permanente, em um Conselho de Segurança reformado.

Reiteraram, igualmente, seu apoio ao sistema multilateral de comércio e coincidiram quanto à necessidade de retomar as negociações da Rodada de Doha, com vistas à sua rápida conclusão, com base nos progressos já alcançados, inclusive em matéria de modalidades, de forma a fortalecer os fluxos de comércio, estimular a retomada do crescimento mundial e lutar contra as tentações protecionistas.

2. Cooperação econômica e comercial:

Os Chefes de Estado comprometeram-se a elevar as relações econômicas entre o Brasil e a França com vistas a dinamizar os fluxos bilaterais de comércio e de investimentos, bem como a intensificar o diálogo sobre os temas da agenda econômica e comercial internacional.

Nesse espírito, congratularam-se pelo estabelecimento do Grupo de Trabalho Econômico e Comercial de Alto Nível, que terá sua primeira reunião em São Paulo, no dia 08 de setembro de 2009, sob a presidência dos Ministros competentes. Liderados por Gérard Mestrallet, Presidente da GDF Suez, pelo lado francês, e por José Carlos Grubisich, Presidente da ETH Bioenergia, pelo lado

brasileiro, as reuniões dos representantes do setor privado desse Grupo de Trabalho oferecerão instância de diálogo privilegiado para, entre outros, identificar e propor aos dois Governos ações concretas e projetos estruturantes para estimular o comércio bilateral e os investimentos de lado a lado.

Os dois Presidentes sublinharam, em particular, a importância de aumentar os fluxos de investimentos bilaterais e, com essa finalidade, comprometeram-se a facilitar o intercâmbio de informações sobre oportunidades de negócios.

Os dois Presidentes instaram suas equipes a trabalhar, em particular, pela crescente integração das economias brasileira e francesa, com a participação dos setores público e privado, de modo a aproveitarem o potencial de complementaridade existente. Expressaram, igualmente, sua satisfação pela criação da Câmara de Comércio do Brasil na França, em 5 de março passado, que facilitará os contatos entre os meios empresariais de ambos os países.

3. Cooperação na área espacial:

No contexto dos diferentes acordos firmados em dezembro passado, os dois Presidentes saudaram os trabalhos desenvolvidos por ambas as agências espaciais, os quais vêm avançando de forma consistente, com perspectivas de resultados promissores em matéria de observação do ciclo da água, satélite geostacionário e plataforma multimissão.

4. Cooperação na área da energia nuclear:

O Brasil e a França apóiam o uso pacífico da energia nuclear, em consonância com as normas internacionais reconhecidas pelos dois países em matéria de segurança, não-proliferação e conservação do meio ambiente para as gerações futuras.

O Brasil e a França confirmam o compromisso, assumido pelos dois Chefes de Estado em 23 de dezembro de 2008, de

desenvolver a cooperação bilateral no campo nuclear. O Grupo de Trabalho sobre Energia Nuclear, que se reuniu em 3 de julho de 2009, no Rio de Janeiro, constatou progressos nas diversas áreas de cooperação constantes do Plano de Ação. Os Presidentes dos dois países encorajam a busca de cooperação em matéria de formação de quadros, bem como no que se refere à gestão de detritos radioativos e reatores de pesquisa.

Os dois países encorajam parcerias industriais e buscarão garantir ambiente político e jurídico favorável à conclusão de negociações industriais e comerciais de forma mutuamente benéfica. Nesse espírito, ambos os países encorajam, em particular, respeitadas as respectivas legislações, as negociações entre a AREVA e a Eletronuclear sobre a retomada das obras de Angra III, o desenvolvimento da cooperação sobre tecnologias de prospecção de urânio, assim como o diálogo entre empresas brasileiras e francesas do setor, entre as quais Eletrobrás, Eletronuclear, INB, AREVA, EDF e GDF Suez.

Os dois Presidentes ressaltaram, igualmente, as perspectivas de cooperação para o desenvolvimento de novas centrais nucleares no Brasil, em conformidade com os planos de ampliação do parque energético nacional.

5. Cooperação para o desenvolvimento sustentável:

Convencidos de que os Estados têm a responsabilidade de promover o crescimento responsável e limpo, os dois Presidentes constataram que o processo iniciado no mês de dezembro passado no Rio de Janeiro permitiu avançar rapidamente em todas as áreas definidas na ocasião:

Mudança do clima:

O Grupo de Trabalho bilateral sobre mudança do clima realizará sua primeira

reunião no dia 8 de setembro de 2009 com vistas a aproximar ainda mais as posições dos dois países e fortalecer as respectivas capacidades de facilitar a conclusão de um acordo ambicioso por ocasião da próxima Cúpula de Copenhague.

A França apóia plenamente a proposta do Brasil de organizar, em 2012, uma nova Cúpula sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 20 anos após a primeira, também realizada no Rio de Janeiro. Essa nova cúpula poderá constituir oportunidade privilegiada para efetuar avanços decisivos e necessários em matéria de governança internacional do meio ambiente.

Biodiversidade:

A primeira reunião do Comitê Misto de Coordenação para a Implementação do Protocolo de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico, realizada em Brasília, em 17 e 18 de agosto de 2009, permitiu dar concretude aos compromissos assumidos pelos dois países.

No que respeita ao desenvolvimento sustentável do bioma amazônico, o Comitê Misto estabeleceu 4 prioridades:

- ordenamento territorial, regularização fundiária e zoneamento ecológico e econômico;

- avaliação do estado dos recursos naturais do bioma amazônico, tanto do lado brasileiro quanto do lado francês, mediante a utilização de dados e técnicas de observação espacial, assim como levantamentos de terreno;

- valorização energética dos produtos florestais e dos subprodutos da transformação da madeira;

- gestão para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade florestal.

Na área da cooperação científica, o Conselho Binacional do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica reuniu-se em Brasília, nos dias 2 e 3 de setembro de 2009,

e decidiu lançar convite à apresentação de projetos de pesquisa sobre os diversos temas propostos pelo Comitê Científico do Centro. As universidades e organismos de pesquisa brasileiros e franceses fortalecerão a cooperação recíproca, sobretudo na região fronteira.

O Brasil e a França se congratulam pelos progressos obtidos por meio da reflexão conjunta para o aperfeiçoamento do conhecimento científico mundial sobre a biodiversidade. Reiteram seu compromisso com a promoção do projeto de uma plataforma intergovernamental científica e política sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos (IPBES).

Transportes sustentáveis:

O lançamento, hoje, das obras do Metrô Leve (VLT) de Brasília, pelo Presidente da República Francesa e pelo Governador do Distrito Federal - projeto que será conduzido por consórcio liderado pela empresa Alstom com financiamento parcial da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) -, é outra realização concreta da cooperação bilateral em prol do desenvolvimento sustentável.

A França expressa, igualmente, seu interesse no avanço do projeto de trem de alta velocidade entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

6. Cooperação nas áreas educativa, lingüística e técnica:

Os dois Presidentes, convencidos do caráter prioritário do desenvolvimento do capital humano, congratularam-se pelos avanços registrados na implementação dos compromissos assumidos na área de formação profissional, em particular:

- a constituição de uma rede de estabelecimentos de excelência (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros e escolas técnicas francesas) voltada, em uma primeira fase, aos setores

aeronáutico, automotivo, eletrônico, de hotelaria-alimentação, sanitário e social, a fim de estabelecer intercâmbio de boas práticas e ações inovadoras;

- a realização em Brasília, entre 18 e 20 de novembro de 2009, de um primeiro seminário temático franco-brasileiro dedicado a questões relacionadas aos requisitos para o êxito dos alunos no longo prazo, à formação dos professores de ensino profissional e à certificação profissional.

A realização em Brasília, em 7 de setembro de 2009, do Congresso Nacional de Professores de Francês representa, ademais, nova etapa no desenvolvimento do ensino recíproco dos idiomas, propiciando a aproximação e o enriquecimento mútuo.

Os dois Presidentes se felicitam pelo fato de que, a poucas semanas do 20º aniversário da parceria entre a Escola Nacional de Administração da França (ENA) e a Escola Nacional de Administração Pública do Brasil (ENAP), a Escola Nacional da Magistratura da França (ENM) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Brasil (ENFAM) tenham decidido, hoje, trabalhar conjuntamente.

7. Cooperação na área da defesa:

Os dois Presidentes expressaram sua satisfação pela concretização, desde o fim de 2008, do diálogo estratégico regular entre os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores de ambos os países nas áreas de segurança e de defesa, que propicia intercâmbio aprofundado sobre todas as questões globais e regionais de interesse para os dois países nessas áreas.

A finalização dos contratos comerciais e de financiamento relativos, de um lado, ao desenvolvimento e à produção compartilhados de helicópteros de transporte do tipo EC-725 e, de outro lado, à cooperação em matéria de submarinos, objeto de acordos-quadro

bilaterais e contratos-quadro industriais no mês de dezembro último, no Rio de Janeiro, constitui passo decisivo para a implementação efetiva de uma cooperação tecnológica inédita, inovadora e durável: pela primeira vez, engenheiros e técnicos brasileiros e franceses trabalharão juntos no desenvolvimento e na produção de equipamentos de defesa.

O Brasil e a França também concordaram em intensificar o intercâmbio bilateral com vistas a analisar a viabilidade de uma futura cooperação na área de monitoramento das fronteiras terrestres e marítimas do Brasil.

Os Chefes de Estado tomaram conhecimento da carta de intenções entre as empresas Agrale S.A. e Renault Trucks Défense, mediante a qual os dois grupos se comprometem a analisar a viabilidade de associação industrial para produção e comercialização de veículos terrestres de transporte militar, iniciativa que demonstra sinergia entre os setores industriais de ambos os países na área de defesa.

O Presidente Sarkozy reiterou a disposição da França em aprofundar a parceria tecnológica e operacional na área dos aviões de combate, e garantiu que tal cooperação implicaria ampla transferência de tecnologia e de capacidades industriais.

O Presidente Lula manifestou interesse em explorar conjuntamente com a França possibilidades de cooperação industrial no campo aeronáutico.

8. Outros temas de cooperação:

Temas migratórios:

Convencidos de que o movimento de pessoas é capaz de aproximar os povos e reforçar a cooperação política entre os Estados, os dois Presidentes se congratularam pela assinatura, na data de hoje, de um Memorando de Entendimento que instaura e formaliza diálogo transparente e aberto, bem como intercâmbio regular de informações

sobre questões migratórias, a cargo do Grupo de Trabalho criado com esse fim.

Cooperação transfronteiriça:

Os dois Presidentes expressaram satisfação pelo início efetivo dos trabalhos de construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, de acordo com o calendário estabelecido no mês de dezembro último, com vistas a sua inauguração no final de 2010.

A V Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, realizada nos dias 13 e 14 de agosto de 2009, em Macapá, permitiu expandir ainda mais o campo da cooperação bilateral, ao estabelecer ambicioso programa de trabalho que abre perspectivas promissoras para o desenvolvimento sustentável da Guiana Francesa e do Estado do Amapá, com vistas, entre outros objetivos, à melhoria das comunicações e do comércio, contemplando inclusive a possibilidade de estabelecimento de ligação aérea regional.

Os dois Presidentes coincidiram quanto à importância do uso, pelo Estado do Amapá, da capacidade não-utilizada do terminal de fibras óticas de Saint-Georges de L'Oyapock, o que facilitaria a instalação de postos de controle de fronteira em ambos os países e a inclusão digital dos habitantes daquele Estado.

Segurança pública:

Os dois Presidentes se congratularam pela assinatura de Protocolo Adicional que cria o centro de cooperação policial na fronteira entre a Região da Guiana Francesa e o Estado do Amapá, completando, desse modo, o Acordo de Cooperação e Parceria na Área de Segurança Pública celebrado em Brasília, em 12 de março de 1997. Nesse contexto insere-se a recente instalação de agentes policiais brasileiros em Caiena e em Saint-Georges de L'Oyapock. O centro de cooperação contribuirá para a solução dos problemas de

segurança na região, propiciando condições para o avanço dos programas de cooperação que os dois países pretendem promover com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da Guiana Francesa e do Amapá.

Os dois Presidentes receberam com satisfação a abertura de negociações, no contexto do acordo bilateral de 12 de março de 1997, entre a Polícia Federal do Brasil e a SOFREMI, com vistas à definição das grandes linhas de uma segunda etapa de modernização da Polícia Federal.

9. Cooperação conjunta em terceiros países:

Os Presidentes expressaram sua satisfação com o projeto de criação de banco de leite materno no Haiti, em que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) trabalharão conjuntamente.

Congratularam-se igualmente pelo fato de que o Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Coordenação em Matéria de Tecnologias Avançadas e sua Utilização, firmado em Paris em 15 de julho de 2005, já se tenha refletido na assinatura, em 2009, de acordos concretos com o Cameroun, para desenvolver cooperação no setor de piscicultura e aqüicultura, e com Moçambique, na área de agricultura de conservação com vistas à preservação do solo, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Com respeito aos mecanismos inovadores para o financiamento do desenvolvimento, os Presidentes ressaltaram o sucesso da UNITAID (Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, a Malária e a Tuberculose), criada em setembro de 2006, que tem permitido o financiamento do tratamento de três em cada quatro crianças infectadas pelo vírus HIV, em particular na

África, assim como outros projetos no setor de saúde. Os Presidentes reafirmaram, ademais, a importância dos mecanismos de financiamento inovadores para que se alcancem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e do papel catalisador e coordenador do Grupo Piloto sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento do Desenvolvimento, sublinhando os resultados obtidos na Conferência de Paris do Grupo Piloto, realizada em 28 e 29 de maio de 2009.

NOVOS CAMINHOS PARA O FUTURO

Convencidos de que a Parceria Estratégica entre o Brasil e a França deve dotar-se de objetivos definidos e concretos e com perspectiva de longo prazo, os dois Presidentes acordaram ir além dos compromissos assumidos no Rio de Janeiro, em dezembro de 2008, e em Brasília, hoje. Para tanto, identificaram possibilidades de cooperação nos seguintes campos:

Na área política, os Presidentes manterão diálogo e concertação aprofundados para promover juntos a reforma da governança global. Os dois países se empenharão, em particular, para definir um plano de trabalho global e iniciativas específicas setoriais, a fim de alcançar reformas ambiciosas, sobretudo na perspectiva da reunião do G-8 ampliado, a realizar-se, em 2011, sob a presidência francesa.

Na área dos direitos humanos, o Brasil e a França trabalharão conjuntamente com vistas à reforma do Conselho de Direitos Humanos, em 2011, a fim de reforçar a capacidade do Conselho de lidar com violações de maior gravidade. No quadro de suas relações bilaterais, acordaram igualmente desenvolver, ao longo do ano, suas relações jurídicas em matéria penal, bem como no campo da infância.

Na área da defesa, a parceria bilateral continuará fundada sobre uma visão política

compartilhada e uma cooperação tecnológica aprofundada, a fim de permitir que se aproveitem mutuamente as oportunidades de cooperação em matéria de desenvolvimento e de produção de equipamentos de defesa. Nesse espírito, o Brasil e a França continuarão a estudar diversos eixos promissores de desenvolvimento conjunto nos domínios naval, aeronáutico e terrestre.

Na área espacial, os Presidentes consideram que os progressos alcançados no campo dos satélites de observação prenunciam possível cooperação em outros segmentos das atividades espaciais, tais como o desenvolvimento de sistemas de comunicação militar ou a cooperação em matéria de lançadores. Sublinharam que os projetos de cooperação espacial que vierem a ser identificados deverão incluir transferência de tecnologia e utilização das capacidades industriais existentes.

No campo econômico, será intensificado o intercâmbio sobre políticas adotadas com vistas a superar os efeitos da crise financeira, a qual exige mudanças profundas e sérias de comportamento, normas e regulamentação. Os dois países, determinados a desempenhar papel essencial na definição de novo modelo de crescimento, envidarão esforços para convencer seus parceiros a aderir a valores e princípios comuns.

No campo da exploração e produção de hidrocarburetos, o Brasil e a França envidarão esforços para desenvolver a cooperação bilateral em torno de projetos conjuntos.

Na área do direito do mar, os dois países intensificarão seu intercâmbio para formalizar a cooperação bilateral e facilitar a aquisição mútua de dados sobre o limite exterior da plataforma continental dos dois Estados na fronteira marítima entre o Brasil e a Guiana Francesa.

No campo científico e acadêmico, será dada prioridade à promoção de tecnologias de alto nível. A esse respeito, o intercâmbio universitário será facilitado, contemplando, em particular, a formação cruzada de engenheiros e o reforço dos laços entre os centros de pesquisa. A formação profissional será objeto de particular atenção.

No campo da cooperação administrativa, os dois Presidentes decidiram encorajar a cooperação em matéria de ordenamento territorial, urbanismo e política urbana entre as administrações estaduais e municipais, do Brasil, e territoriais, da França.

Na área das tecnologias da informação, decidiram avançar na discussão de modalidades de cooperação para o desenvolvimento de supercomputadores e de computadores de alto desempenho, a fim de ampliar a capacidade brasileira nestes setores de ponta, inclusive mediante investimentos diretos e fortalecimento da infra-estrutura industrial no Brasil.

Na área do desenvolvimento sustentável, será dado prosseguimento ao trabalho inédito, já iniciado na esteira do Plano de Ação assinado em dezembro de 2008, no Rio de Janeiro, que visa a definir modelos de desenvolvimento que sejam ao mesmo tempo rentáveis e econômicos, sobretudo na área florestal. Os resultados concretos obtidos nesse contexto deverão embasar as posições adotadas nas negociações multilaterais sobre clima e biodiversidade.

Os dois Presidentes, tendo reconhecido o potencial da cooperação bilateral no desenvolvimento dos biocombustíveis, decidiram lançar diálogo aprofundado voltado, sobretudo, ao intercâmbio de informações sobre mercados; à cooperação tecnológica; à cooperação conjunta em terceiros países, em particular na África; e à concertação em foros

internacionais. A primeira reunião do diálogo sobre biocombustíveis ocorrerá no primeiro semestre de 2010.

Por fim, no campo da solidariedade, determinaram que, em matéria de cooperação em terceiros países, três novos projetos-piloto sejam identificados com parceiros africanos, prioritariamente nas áreas de saúde, energias renováveis, agricultura, e segurança alimentar.

O Grupo de Trabalho conduzido pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus da França reunir-se-á em bases anuais para acompanhar a implementação do Plano de Ação.

Os dois Presidentes supervisionarão, pessoalmente, a execução das decisões e compromissos assumidos e a concretização das perspectivas de cooperação futura mencionadas na presente Declaração Conjunta.

Brasília, em 7 de setembro de 2009.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA FRANÇA, NICOLAS SARKOZY -
BRASÍLIA, 6 E 7 DE SETEMBRO DE 2009
- COMUNICADO CONJUNTO
07/09/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Sarkozy decidiram fazer do Brasil e da França parceiros estratégicos também no domínio aeronáutico, onde ambos os países possuem vantagens importantes e complementares.

Neste contexto, o Presidente francês comunicou ao Presidente brasileiro a intenção da França de adquirir uma dezena de unidades da futura aeronave de transporte militar KC-390, e manifestou a disposição dos industriais

franceses de contribuir para o desenvolvimento do programa desta aeronave.

Por seu lado, levando em conta a amplitude das transferências de tecnologia propostas e das garantias oferecidas pela parte francesa, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a decisão da parte brasileira de entrar em negociações com o GIE Rafale para a aquisição de 36 aviões de combate.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE
EL SALVADOR, MAURÍCIO FUNES, 9 E
10 DE SETEMBRO DE 2009
09/09/2009

O Presidente de El Salvador, Mauricio Funes, realiza visita ao Brasil em 9 e 10 de setembro. Trata-se da primeira visita oficial do Presidente salvadorenho ao Brasil, após sua eleição em 15 de março. O Presidente Funes será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre os assuntos principais da visita destacam-se cooperação técnica, financiamento e cooperação energética. El Salvador é beneficiário da cooperação triangular no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos sobre combustíveis. No plano regional, os Presidentes deverão examinar, entre outros tópicos, o diálogo entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e a situação em Honduras.

O Presidente Funes também será homenageado com almoço na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), na capital paulista, em 10 de setembro.

Em 2008, as trocas comerciais entre o Brasil e El Salvador alcançaram US\$ 252, 8 milhões, dos quais US\$ 249,3 milhões corresponderam a exportações brasileiras.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA
COLÔMBIA, JAIME BERMÚDEZ, 9 DE
SETEMBRO DE 2009
09/09/2009

O Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Jaime Bermúdez, realiza visita de trabalho ao Brasil no dia 9 de setembro, quando será recebido pelo Ministro Celso Amorim, a fim de repassar a agenda bilateral e regional, com ênfase em temas de defesa e segurança.

O Chanceler colombiano também manterá encontro de trabalho com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Em 2008, o intercâmbio comercial bilateral totalizou US\$ 3,12 bilhões. O Brasil exportou US\$ 2,29 bilhões, e importou US\$ 829 milhões do país vizinho.

II DIÁLOGO BRASIL-UE SOBRE
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
09/09/2009

Será realizado, nos dias 10 e 11 de setembro, no Palácio Itamaraty, em Brasília, o II Diálogo sobre Sociedade da Informação entre o Brasil e a União Européia. O encontro faz parte do programa de atividades da Parceria Estratégica Brasil-UE e ocorrerá durante a visita ao Brasil do Diretor-Geral para Sociedade da Informação e Mídia da Comissão Européia, Fabio Colasanti.

Participarão do II Diálogo, pelo lado europeu, representantes da Direção-Geral para Sociedade da Informação e Mídia da Comissão Européia e da Delegação da Comissão Européia em Brasília. Pelo lado brasileiro, participarão representantes da

Presidência da República, dos Ministérios das Relações Exteriores; Ciência e Tecnologia; Comunicações; Planejamento, Orçamento e Gestão; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além da ANATEL, do SERPRO, de institutos de pesquisa vinculados ao MCT e de universidades, como a USP e a UnB.

O II Diálogo discutirá estratégias e políticas para acelerar a transformação rumo à economia digital. O encontro também permitirá a troca de experiências no campo de estruturas regulatórias, em prol de mercados de bens e serviços de tecnologias da informação e das comunicações (TICs) mais convergentes e competitivos.

A cooperação em ciência e tecnologia terá destaque na reunião. Serão discutidos mecanismos para fomentar a cooperação entre pesquisadores brasileiros e europeus.

ENCONTRO DO MINISTRO CELSO
AMORIM COM REPRESENTANTES DA
ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DAS
VÍTIMAS DO VÔO 447 DA AIR FRANCE
09/09/2009

Representantes da Associação dos Familiares das Vítimas do Vôo 447 da Air France foram recebidos na tarde de terça-feira, 8 de setembro, pelo Ministro Celso Amorim e pelo Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Oto Maia.

Durante o encontro, os representantes da Associação agradeceram a atenção que o assunto vem recebendo do Itamaraty e expressaram o desejo de maior acesso às informações produzidas no processo de investigação conduzido pelas autoridades francesas.

O Ministro Celso Amorim solidarizou-se uma vez mais com os familiares das vítimas e afirmou que o Itamaraty continuará a dar-lhes todo o apoio possível.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DE EL SALVADOR, MAURÍCIO FUNES,
9 E 10 DE SETEMBRO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
09/09/2009

1. Atendendo a cordial convite de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, Sua Excelência o Presidente da República de El Salvador, Mauricio Funes, realizou uma visita oficial ao Brasil em 9 de setembro de 2009.

2. O Presidente Mauricio Funes agradeceu ao Presidente Lula por sua participação na cerimônia de posse em 1º de junho de 2009, em São Salvador. O Presidente Lula expressou sua satisfação por receber o Presidente Funes em visita oficial pela primeira vez como Presidente da República de El Salvador, acompanhado da Senhora Primeira-Dama e Secretária de Inclusão Social, do Ministro das Relações Exteriores e de uma Comitiva Oficial de alto nível.

3. O Presidente Funes assinalou o compromisso de seu Governo de promover a reconversão do sistema de transporte público de El Salvador, particularmente a renovação da frota de microônibus e ônibus, para o que o Governo de El Salvador pediu um empréstimo do Governo do Brasil por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Presidente Lula manifestou seu pleno respaldo à iniciativa e manifestou sua expectativa de que os trâmites legais nas instâncias correspondentes do

Governo brasileiro se concluam no mais curto prazo possível.

4. Da mesma forma, os Mandatários congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento entre o BNDES e o Banco Multisectorial de Inversiones (BMI) de El Salvador, por ocasião da visita de missão do banco brasileiro a São Salvador, nos dias 7 e 8 de setembro corrente, o qual permitirá uma produtiva cooperação entre ambas as instituições.

5. Ambos os Presidentes destacaram a importância da Cooperação Brasil-El Salvador, Sul-Sul e Triangular, assim como do fortalecimento técnico conferido pelo Brasil às instituições salvadorenhas, desde a assinatura do Acordo Básico de Cooperação entre ambos os Governos, pelo que convieram em instruir as autoridades de Cooperação de seus Governos a realizar em Brasília, no mês de outubro próximo, a VIII Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica Brasil-El Salvador, com o objetivo de acordar o novo Programa de Cooperação bilateral 2009-2011, com ênfase nas seguintes áreas, consideradas prioritárias no Plano de Governo de El Salvador: saúde, educação, trabalhista, segurança, inclusão social, meio ambiente e recursos naturais, agricultura, energia, transporte, turismo, economia, fortalecimento do setor financeiro e esportes.

6. Os Mandatários recordaram a importância de continuar desenvolvendo a iniciativa conjunta que impulsionam Brasil e Estados Unidos da América, na qual El Salvador é país-piloto para a produção de biocombustíveis. No marco de iniciativa indicada, os Presidentes tomaram nota da intenção da Fundação Getúlio Vargas do Brasil de enviar uma delegação a El Salvador com vistas a apresentar às autoridades do

Governo do Presidente Funes os resultados e recomendações do estudo realizado pela mencionada fundação na primeira etapa do programa.

7. O Presidente Mauricio Funes congratulou-se pela incorporação do Brasil como Estado Observador do Sistema da Integração Centro-Americana, em outubro de 2008. O Presidente Lula ressaltou que a participação de seu país no SICA é uma mostra do firme interesse do Brasil em fortalecer as relações políticas, econômicas e de cooperação com a região centro-americana. Nesse marco, reiterou a decisão do Brasil de se incorporar como sócio extra-regional ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), o que contribuirá para o fortalecimento financeiro do mencionado organismo e da região.

8. Ambos os Mandatários comprometeram-se a impulsionar um maior fortalecimento das relações políticas, econômicas e comerciais entre o SICA e o MERCOSUL, incluindo na negociação de um Acordo de Associação que possibilite o aumento do intercâmbio comercial e da cooperação entre os dois blocos de integração, em que se tenham em conta as assimetrias entre suas respectivas economias e o pleno interesse em que resulte em benefícios concretos para as populações de ambos os blocos.

9. Os Presidentes reconheceram a importância da presença de empresários na comitiva salvadorenha, o que contribui para fortalecer os vínculos comerciais entre os setores privados de ambos os países.

10. No que refere à integração da América Latina e Caribe, os Mandatários reiteraram seu compromisso de dar continuidade ao diálogo permanente em torno da participação de ambos os países nos distintos processos e mecanismos de integração existentes na região para materializar a convicção compartilhada de que tais processos e mecanismos se

comuniquem e coincidam no propósito último e mais amplo da unidade latino-americana e caribenha. Neste contexto, sublinharam a importância histórica da primeira reunião da Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), realizada em dezembro de 2008, na Costa do Sauípe, Bahia, Brasil, e comprometeram-se com o pleno êxito da segunda reunião da CALC, no México, em 2010.

11. Ambos os Presidentes referendaram, da mesma forma, seu compromisso de apoiar os mecanismos de consulta e concertação política na América Latina e Caribe, coincidindo em que o processo de fortalecimento do Grupo do Rio contribuirá para a ampliação das capacidades regionais em resolver e atender melhor os desafios que a região enfrenta. Destacaram a vontade de seus Governos em somar esforços a fim de assegurar o êxito da XXI Cúpula do Grupo do Rio, que se celebrará no México, em 2010.

12. Os Mandatários reiteraram o apoio de seus Governos às resoluções da Organização dos Estados Americanos e da Organização das Nações Unidas a respeito da situação em Honduras e reiteraram seu rechaço ao golpe de Estado naquele país.

13. Os Presidentes acolheram com beneplácito os avanços em aspectos-chave da reforma das Nações Unidas, em particular o início, em fevereiro de 2009, das consultas e negociações sobre a Reforma do Conselho de Segurança e reiteraram sua expectativa de que se agilizem os debates e se logrem avanços substanciais. O Presidente Lula reiterou o agradecimento pelo apoio dado por El Salvador para que o Brasil integre um Conselho de Segurança ampliado, como Membro Permanente.

14. Os Mandatários expressaram sua satisfação pela próxima entrada em vigor

do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília em 24 de julho de 2007 e aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro em 27 de agosto de 2009.

15. Ao finalizar sua visita, o Presidente Mauricio Funes agradeceu ao povo e ao Governo da República Federativa do Brasil pelas atenções recebidas durante sua permanência em território brasileiro.

VISITA AO BRASIL DA CHANCELER DO
SURINAME, LYGIA KRAAG-KETELDIJK
- 10 DE SETEMBRO DE 2009
09/09/2009

A Chanceler do Suriname, Lygia Kraag-Keteldijk, realizará visita oficial ao Brasil no dia 10 de setembro. A Chanceler será recebida pelo Ministro Celso Amorim, com quem tratará de temas da agenda bilateral, com ênfase em infra-estrutura, transportes aéreos e marítimos e questões migratórias. Dentre os projetos conjuntos, destacam-se as iniciativas de cooperação técnica, com previsão de assinatura de 10 Ajustes Complementares durante a visita.

A delegação do Suriname incluirá representantes dos Ministérios da Agricultura, da Justiça e de Obras Públicas, além da Companhia estatal de petróleo, Statsoile, que manterão encontros de trabalho nos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos Transportes, da Justiça e na EMBRAPA.

Em 2008, o intercâmbio comercial bilateral totalizou US\$ 75 milhões, com exportações brasileiras para o Suriname de US\$ 46,9 milhões, e importações daquele país de US\$ 28 milhões.

REAPROXIMAÇÃO ENTRE
A ARMÊNIA E A TURQUIA
09/09/2009

O Governo brasileiro saúda a decisão dos Presidentes Serzh Sargsyan e Abdullah Gül de relançar as negociações entre a Armênia e a Turquia com vistas à normalização das relações entre os dois países.

RELATÓRIOS SOBRE TRABALHO
FORÇADO E INFANTIL DO
DEPARTAMENTO DE TRABALHO DOS
ESTADOS UNIDOS
10/09/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento dos relatórios sobre trabalho forçado e infantil produzidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos.

O Governo brasileiro acredita que a ordem internacional deve ser regida por normas e que essas normas são legítimas quando construídas no âmbito multilateral. No que se refere a padrões trabalhistas globais, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é o fórum internacional legítimo e adequado para sua regulamentação e monitoramento das práticas dos Estados. O Brasil, como um dos países fundadores da OIT e membro permanente de seu Conselho de Administração, do qual exerce atualmente a presidência, está absolutamente comprometido com a adoção de padrões mínimos internacionais de trabalho. Tal postura acha-se refletida no fato de que o Brasil é um dos membros que mais ratificaram normas criadas pela OIT.

O Brasil reconhece os resultados do monitoramento da OIT, tendo ratificado, diferentemente dos EUA, as quatro convenções fundamentais que se referem ao combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil

(Convenções n.º 29 e 105 - sobre trabalho forçado, e 138 e 182 - sobre trabalho infantil). O Governo produz relatórios periódicos sobre estas convenções, que são analisados por Comissão de Especialistas em normas trabalhistas. O Brasil tem mantido política de total transparência em relação ao assunto e, até o momento, os relatórios brasileiros têm sido endossados pela Comissão, que teceu diversos elogios aos resultados decorrentes das políticas implementadas pelo Governo.

O Brasil não reconhece a legitimidade de relatórios sobre direitos humanos produzidos unilateralmente por terceiros países, cujas fontes e critérios de elaboração não possuem transparência, elemento necessário para assegurar sua confiabilidade. O Brasil tampouco concorda com a vinculação entre padrões trabalhistas e questões comerciais, dada a possibilidade de que tal procedimento seja usado com fins protecionistas.

ENCONTRO DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E
DO PRESIDENTE DA GUIANA,
BHARRAT JAGDEO, POR OCASIÃO DA
INAUGURAÇÃO DA PONTE SOBRE
O RIO TACUTU - BONFIM (RR), 14 DE
SETEMBRO DE 2009
11/09/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, manterão encontro de trabalho em 14 de setembro em Bonfim (Roraima), por ocasião da inauguração da Ponte sobre o Rio Tacutu, na fronteira entre os dois países.

A Ponte estabelece ligação física direta entre o Brasil e a Guiana e constitui a etapa inicial do projeto de interconexão rodoviária, que deverá ser completado com a pavimentação

da estrada Lethem-Linden, na Guiana, que permitirá ligação, por via terrestre, entre Manaus, Boa Vista e Georgetown, no Mar do Caribe.

Deverão ser assinados os seguintes atos bilaterais no dia 14: Acordo em Matéria de Defesa; Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos (vistos de negócio); Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento; Memorando para a Criação do Comitê de Fronteira; Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto “Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira Brasil - Guiana”; e Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana”.

Em 2008, o fluxo de comércio entre Brasil e Guiana alcançou US\$ 21 milhões, dos quais cerca de US\$ 20,8 milhões corresponderam a exportações brasileiras.

VISITA AO BRASIL DA CHANCELER
DO SURINAME, LYGIA KRAAG-
KETELDIJK - 10 DE SETEMBRO DE 2009
- COMUNICADO CONJUNTO
11/09/2009

Durante a visita de trabalho ao Brasil da Chanceler do Suriname, Lygia Kraag-Keteldijk, os Chanceleres do Brasil e do Suriname repassaram temas da agenda bilateral, regional e multilateral. Na ocasião, os Chanceleres:

2. Manifestaram satisfação com a conclusão, em abril de 2009, da negociação da dívida do Suriname com o Brasil.

3. Congratularam-se com a intensificação e variedade do programa de cooperação técnica entre os dois países. Lembraram, a propósito, a importância da assinatura, naquela data, de 9 Ajustes Complementares sobre cooperação

nas áreas de: Produção de Mandioca; Manejo Integrado da Mosca da Fruta; Reparos Automotivos; Alimentação Escolar; Censo Escolar; Prevenção da Transmissão da Sífilis e do HIV; Uso, Armazenagem e Distribuição de Materiais de HIV; Repressão ao Crime Organizado; e Produção de Biocombustíveis.

4. Coincidiram no interesse em explorar métodos criativos de implementar programa de trabalho conjunto. Concordaram, em um primeiro momento, em priorizar programas nos setores de infra-estrutura, assim como de desenvolvimento industrial e urbano. Com esse propósito, a Chanceler Lygia Kraag saudou o anúncio de ida ao Suriname de missão técnica brasileira. O objetivo da missão será o de identificar possíveis projetos conjuntos, assim como a analisar metodologias de trabalho. A possibilidade e conveniência de contar com recursos externos adicionais também será analisada.

5. Os Chanceleres ressaltaram a importância de buscar alternativas que possibilitem a conexão rodoviária entre Brasil e Suriname. Lembraram, a propósito, que uma ligação direta, respeitando os preceitos da sustentabilidade, constituiria importante instrumento em prol da integração, beneficiando diretamente as populações das regiões próximas à fronteira. Saudaram a ida de missão técnica brasileira ao Suriname, ainda em 2009, com o objetivo de iniciar um intercâmbio de informações sobre a possibilidade de construção de uma estrada interligando diretamente os dois países.

6. Salientaram a importância de examinar, com celeridade, formas de estimular o estabelecimento de linhas regulares de transporte marítimo entre os dois países, de maneira a intensificar o fluxo de comércio, particularmente com os Estados do Norte do Brasil.

7. Congratularam-se com conclusão, em agosto último, da negociação de novo Acordo

de Serviços Aéreos. A aprovação do aumento imediato, de quatro para quatorze frequências semanais - além de sete frequências adicionais a partir de 2010 -, permitirá suprir progressivamente a demanda de transporte aéreo de passageiros e de carga entre os dois países.

8. Decidiram trabalhar em prol do estabelecimento do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Assuntos Migratórios e Consulares, mecanismo que facilitará as comunicações bilaterais nesse tema, considerando o expressivo número de brasileiros vivendo no Suriname hoje. A esse respeito, saudaram a realização de missão técnica brasileira ao Suriname ainda em 2009.

9. Registraram, com satisfação, a realização de missão comercial da área de Castanhal, no Pará, assim como a visita de técnicos surinameses da área de energia à projetos de produção de óleo de palma no Pará. Estimularam a continuidade de missões nesse formato, com vistas a aumentar a cooperação no tema dos biocombustíveis, assim como o comércio entre os dois países.

10. A Chanceler do Suriname agradeceu as doações brasileiras de equipamentos de uso pessoal às Forças Armadas do Suriname. Ambos os Ministros reafirmaram o interesse de seus Governos em reforçar a cooperação bilateral no campo da defesa.

11. Comprometeram-se a estimular o ensino de português, tanto por meio da intensificação das atividades do Centro Cultural Brasil-Suriname, como por meio da criação de leitorados em Universidades surinamesas, com vistas a incrementar o intercâmbio de estudantes, no marco do Programa de Estudantes Convênio de Graduação e Pós-Graduação.

12. Ambos países concordaram sobre a importância de assegurar maior participação dos países em desenvolvimento nas

estruturas da governança mundial. Nesse sentido, O Suriname reiterou seu apoio ao pleito brasileiro de integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente. O Brasil agradeceu ao Suriname pelo seu valioso apoio

13. Reconheceram a importância da consolidação da UNASUL, que deve transformar-se em fator de unidade e cooperação na América do Sul, criando sinergias positivas em áreas como o desenvolvimento da infraestrutura física regional, a potencialização de políticas sociais na região, e a cooperação em matéria de defesa.

14. Instaram a comunidade internacional a apoiar os países em desenvolvimento, por meio de novos e adicionais mecanismos de financiamento internacional, em seus esforços para conservação e gestão sustentável das florestas.

14. Saudaram a entrada do Suriname no Grupo do Rio, e compartilharam a avaliação que o processo de fortalecimento desse foro contribuirá para incrementar a capacidade da América Latina e do Caribe para melhor solucionar e enfrentar os desafios a que a região faz face.

15. A Ministra Lygia-Kraag-Keteldijk agradeceu o Ministro Celso Amorim pela calorosa recepção e hospitalidade e convidou seu contraparte para uma visita oficial ao Suriname em momento oportuno.

VISITA AO BRASIL DE DELEGAÇÃO
MINISTERIAL DA NIGÉRIA
14/09/2009

Entre os dias 14 e 18 de setembro, visita o Brasil delegação nigeriana chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chief Ojo Maduekwe, e composta pelos Ministros

do Petróleo e da Energia, além de cinco altos oficiais das Forças Armadas.

A visita tem por objetivo dar seguimento às conversações mantidas entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Umaru Musa Yar'Adua, em 29 de julho, em Brasília, a respeito da cooperação bilateral no setor de energia.

Preparada conjuntamente pelo Itamaraty e pelo Ministério de Minas e Energia, a programação tem como foco principal a cooperação nas áreas de energia elétrica, petróleo, gás e etanol.

A delegação nigeriana participará de reunião de trabalho no Ministério de Minas e Energia; de oficina empresarial envolvendo empresas brasileiras interessadas na cooperação bilateral no setor elétrico; de visitas à Petrobras, ao BNDES, à EMPEGRON e à ABIMDE, no Rio de Janeiro; e de reunião na FIESP, em São Paulo, com a presença de empresas com interesses na área de defesa, como EMBRAER e AVIBRAS.

Em 2008, a Nigéria foi o décimo maior parceiro comercial do Brasil, e o principal no continente africano, com um total de US\$ 8,2 bilhões de intercâmbio bilateral. A Nigéria é o maior exportador de petróleo para o Brasil.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DE MINISTROS DAS RELAÇÕES
EXTERIORES E DA DEFESA
DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-
AMERICANAS (UNASUL) - QUITO,
15 DE SETEMBRO DE 2009
14/09/2009

Os Ministros Celso Amorim e Nelson Jobim participarão, em 15 de setembro, em Quito, da Reunião Extraordinária de Ministros

das Relações Exteriores e da Defesa da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A reunião foi convocada durante a Cúpula Extraordinária da UNASUL, realizada em San Carlos de Bariloche, em 28 de agosto, quando os Presidentes aprofundaram diálogo sobre as implicações da presença militar estrangeira na região e sobre outros temas que podem gerar percepção de risco à estabilidade e à segurança regionais.

A reunião de Quito deverá tratar de três temas principais: transparência em questões relativas à defesa; promoção de medidas de construção de confiança entre os países da região; e garantias de que acordos de cooperação militar não comprometam a segurança, a soberania e a integridade territorial dos países sul-americanos.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
MALAUI, BINGU WA MUTHARIKA -
16 E 17 DE SETEMBRO
15/09/2009

O Presidente do Malauí, Bingu Wa Mutharika, realizará visita ao Brasil em 16 e 17 de setembro de 2009. O Mandatário malauiano estará acompanhado da Ministra das Relações Exteriores, Eta Elizabeth Banda, e de comitiva integrada pelos Ministros da Indústria e Comércio, Minas e Energia e Transporte e Obras Públicas.

No dia 16 de setembro, o Presidente Bingu Wa Mutharika manterá reunião de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que oferecerá almoço em sua homenagem.

Entre os temas a serem discutidos pelos Presidentes incluem-se a cooperação em agricultura, esportes e HIV/AIDS, bem como os investimentos brasileiros nas áreas de infraestrutura, turismo e mineração.

O Presidente Mutharika deverá também manter contatos com setores empresariais na FIESP, em São Paulo, no dia 17.

ENCONTRO ENTRE OS PRESIDENTES
DO BRASIL E DA GUIANA, POR
OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA
PONTE SOBRE O RIO TACUTU -
FRONTEIRA BRASIL-GUIANA,
14 DE SETEMBRO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
15/09/2009

No dia 14 de setembro de 2009, os Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e da República da Guiana, Bharrat Jagdeo, inauguraram a Ponte sobre o Rio Tacutu - primeira ligação física entre os dois países -, demonstrando o aprofundamento do processo de integração bilateral.

2. O Presidente Jagdeo expressou, em nome do Governo e do povo da Guiana, seu sincero reconhecimento ao Presidente Lula e ao Governo e povo do Brasil pelo apoio prestado na conclusão do projeto da Ponte sobre o Rio Tacutu.

3. Os Presidentes expressaram satisfação com o fato de que a inauguração ocorre no transcurso do quadragésimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

4. Os Presidentes concordaram, também, que a Ponte contribuirá para fortalecer os laços comerciais e promover o turismo e a integração entre brasileiros e guianenses. Nesse contexto, registraram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre a Criação do Comitê de Fronteira e do Acordo para o Estabelecimento de Regime

Especial Fronteiriço e de Transporte entre as Localidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana).

5. Os Presidentes destacaram a importância de melhorar a conexão rodoviária entre os dois países, como parte da integração física do continente sulamericano. Neste particular, o Presidente Lula reiterou a disposição do Brasil em oferecer condições favoráveis para o financiamento da pavimentação da estrada Lethem-Linden, de forma a completar a ligação entre Boa Vista e Georgetown.

6. Os Presidentes tomaram nota da avaliação feita pela missão do Ministério dos Transportes do Brasil, que percorreu a estrada Lethem-Linden entre os dias 8 e 9 de setembro. O Presidente Lula informou que uma equipe interministerial irá a Georgetown nos dias 22 e 23 de setembro de 2009, para avaliar aspectos relacionados ao financiamento da pavimentação da estrada.

7. Registraram a expansão do programa bilateral de cooperação técnica, notando em especial os projetos recentemente acordados, nas áreas de aquicultura, produção de arroz, produção de milho e monitoramento florestal.

8. Saudaram, ainda, a assinatura dos Ajustes Complementares que permitirão a implementação de projetos de cooperação técnica nas áreas de mapeamento geológico e manejo integrado da mosca da fruta.

9. Ressaltando a importância da educação para o desenvolvimento e a integração, o Presidente Lula notou, com satisfação, o estabelecimento de um Letorado em língua portuguesa exercido por um professor brasileiro na Universidade da Guiana. Os Presidentes incentivaram também uma maior cooperação entre instituições de ensino universitário dos dois países.

10. Os Presidentes instruíram suas autoridades competentes a incluir, na agenda do Comitê de Fronteira, o desenvolvimento

futuro do projeto “Escolas de Fronteira”, que facilitará o intercâmbio entre as instituições educacionais em ambos os lados da fronteira, em particular no que se refere ao ensino de inglês e português como segunda língua e à educação indígena.

11. Reconhecendo a importância do intercâmbio de expressões culturais para a promoção do conhecimento mútuo entre os povos, os Presidentes saudaram a assinatura do Programa Executivo sobre cultura e artes para os anos 2009-2012.

12. Os Presidentes concordaram que os dois lados examinarão possíveis áreas de cooperação em energia, especialmente renováveis, inclusive energia hidrelétrica.

13. Os Presidentes determinaram às autoridades competentes que examinem a possibilidade de abrir agências bancárias nas cidades de fronteira, medida que facilitará o comércio e o turismo na região.

14. Os Presidentes expressaram sua satisfação com a assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, que institucionalizará o programa de cooperação entre as forças de defesa do Brasil e da Guiana.

15. Os Presidentes determinaram às autoridades competentes que convoquem, no mais breve prazo possível, reuniões da Comissão Mista de Cooperação Policial e da Comissão Mista sobre Drogas.

16. Saudaram o estabelecimento do Vice-Consulado do Brasil em Lethem, que prestará importante serviço a brasileiros e guianenses na região de fronteira. O Presidente Lula acolheu com satisfação o anúncio do Presidente Jagdeo de que a Guiana está trabalhando na elevação da categoria de sua representação consular no Estado de Roraima.

17. Considerando a importância do comércio e do investimento como um incentivo à promoção do crescimento econômico, os Presidentes acolheram com

satisfação a assinatura de Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento entre Brasil e Guiana e concordaram que um seminário “Como Exportar para o Brasil” deva ser realizado este ano, em Georgetown. Essas iniciativas incentivarão maior colaboração entre os setores privados do Brasil e da Guiana.

18. O presidente Jagdeo expressou sua satisfação com a assinatura, pelo Brasil, do instrumento de adesão ao Banco de Desenvolvimento do Caribe - BDC, como membro regional não-tomador de empréstimos. O instrumento de adesão está atualmente em tramitação no Congresso Nacional brasileiro. Os Presidentes notaram que a adesão do Brasil reforçará o compromisso do país com o desenvolvimento social e econômico da região.

19. No plano regional, os Presidentes reiteraram seu apoio ao processo de integração sulamericana em suas vertentes política, econômica, cultural e social. Reafirmaram seu propósito de promover uma integração inclusiva e equilibrada, bem como seu compromisso com o fortalecimento da UNASUL.

20. O Presidente Bharratt Jagdeo reafirmou o desejo da CARICOM em estreitar relações com o Brasil e, nesse contexto, reiterou o apoio da CARICOM à proposta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de realizar no Brasil, em princípios de 2010, a primeira Cúpula Brasil - CARICOM. Os Presidentes também reconheceram a importância de convocar uma reunião MERCOSUL-CARICOM, conforme expresso na Declaração da Costa do Sauípe de dezembro de 2008.

21. Os Presidentes enfatizaram o compromisso abrangente de seus países em participar ativamente dos esforços globais para enfrentar a mudança do clima. Eles notaram os resultados de seus esforços

nacionais nesse tema. O Presidente Jagdeo informou o Presidente Lula a respeito da “Low Carbon Development Strategy” da Guiana, destinada a direcionar a economia guianense para um modelo de baixa emissão de carbono. Ambos os Presidentes enfatizaram que ações nacionais devem ser fortalecidas pela cooperação internacional e financiamento dos países desenvolvidos. Para tanto, deve haver engajamento significativo com vistas à Conferência de Copenhague e a seus desdobramentos.

22. Os Presidentes expressaram sua preocupação quanto aos impactos da crise financeira e econômica global, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Notaram, em particular, o efeito cumulativo da crise nos desafios peculiares de desenvolvimento enfrentados pelas pequenas economias vulneráveis do Caribe. Reiteraram a necessidade de uma reação global à crise, incluindo medidas para promover o crescimento econômico. Os Presidentes também exortaram a que seja concedido apoio adicional urgente às economias mais vulneráveis, bem como a que seja conferida atenção imediata à necessidade de aliviar e reestruturar o endividamento de tais países, com vistas a restaurar a sua sustentabilidade fiscal e de seu setor externo. Instaram a que medidas urgentes sejam tomadas com vistas a uma reforma significativa das instituições financeiras multilaterais tendo em vista, particularmente, os objetivos tanto de democratizá-las por meio do aumento do poder de voto e a voz dos países em desenvolvimento, como de aumentar a sua efetividade.

23. Os Presidentes concordaram que é necessário reestruturar a governança global, em particular a Organização das Nações Unidas. Reiteraram a urgência na reforma do Conselho de Segurança, com o objetivo de

torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Coincidiram, portanto, na necessidade de expandir o número de membros permanentes e não-permanentes, de forma a incluir mais países em desenvolvimento em ambas categorias. Afirmaram a disposição dos dois países de trabalhar ativamente no âmbito das negociações intergovernamentais em curso na Assembléia Geral. O Presidente Jagdeo reafirmou o apoio da Guiana a que o Brasil venha a integrar o Conselho de Segurança como membro permanente. O Presidente Lula expressou seu agradecimento em reconhecimento a esse importante apoio.

24. Os dois Presidentes saudaram a oportunidade de revisar a agenda bilateral e de intercambiar visões sobre questões de interesse e preocupação comuns nos planos regional e internacional. Por fim, incentivaram seus Ministérios e agências governamentais a envidar esforços para implementar as várias iniciativas acordadas.

Bonfim/Lethem, 14 de setembro de 2009

VISITA AO BRASIL DO USTR , RON
KIRK - 16 E 17 DE SETEMBRO
16/09/2009

Atendendo a convite do Ministro Celso Amorim, o Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), Embaixador Ron Kirk, realiza visita ao Brasil nos dias 16 e 17 de setembro. Estão previstos eventos em São Paulo e em Brasília.

Em São Paulo, no dia 16, o Embaixador Kirk proferirá discurso na Câmara Americana de Comércio e participará de encontro com lideranças empresariais.

No dia 17, em Brasília, o titular do USTR participará de reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim e fará visita à Confederação Nacional da Indústria (CNI).

As negociações da Rodada Doha e o aprofundamento do diálogo bilateral sobre comércio e investimentos estão entre os temas a serem discutidos durante a visita.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DO MALAUI, BINGU WA
MUTHARIKA - 16 A 17 DE SETEMBRO
DE 2009 - COMUNICADO CONJUNTO
16/09/2009

1. Atendendo a cordial convite de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, Sua Excelência o Presidente da República do Malawi, Bingu Wa Mutharika realizou uma visita oficial ao Brasil em 16 e 17 de setembro de 2009.

2. O Presidente Lula expressou sua satisfação por receber o Presidente Mutharika em sua primeira visita oficial ao Brasil, na companhia da Ministra das Relações Exteriores, do Ministro dos Transportes e Infraestrutura Pública, do Ministro da Indústria e Comércio, do Ministro dos Recursos Naturais e Energia e de outros funcionários de alto nível.

3. O Presidente brasileiro felicitou o Presidente malauiano pelos avanços da consolidação da democracia no Malawi, pelo expressivo êxito de seu país em agricultura e promoção da segurança alimentar, bem como pelas iniciativas de combate à pobreza e à corrupção realizadas por seu Governo;

4. O Presidente Mutharika assinalou seu compromisso de promover a modernização e a diversificação da agricultura malauiana, para as quais gostaria de contar com o apoio da cooperação técnica brasileira. Salientou, em particular, o interesse do seu país no desenvolvimento de parcerias na área de agricultura, energia, mineração, comércio, transferência de tecnologia, sobretudo no

campo das energias renováveis, e esportes.

5. O Presidente Lula manifestou seu pleno respaldo à iniciativa do Presidente Mutharika e informou a seu colega malauiano que o Brasil enviará uma missão prospectiva de cooperação técnica, a fim de que sejam avaliadas localmente as principais demandas e possibilidades na área de cooperação.

6. Os dois Presidentes congratularam-se pela assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Malauí, instrumento que futuramente dará cobertura jurídica às iniciativas de cooperação desenvolvidas pelos dois Governos.

7. Os dois Presidentes concordaram em estudar a criação de uma Comissão Mista Bilateral Brasil/Malauí para tratar de temas de interesse recíproco.

8. Os Chefes de Estado destacaram a importância da Cooperação Brasil-Maláui no quadro da cooperação Sul-Sul, e destacaram sua expectativa de que as relações bilaterais adquiram a partir de agora um novo impulso, em particular em áreas que sejam de interesse do Malauí, nas quais o Brasil detenha experiência que possa ser partilhada com instituições malauianas.

9. Os dois Presidentes discutiram a situação na África Austral e saudaram a atuação da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana (UA) na promoção da democracia e do desenvolvimento inclusivo no continente africano;

10. Os Presidentes reconheceram a importância dos contatos no âmbito da FIESP, o que contribuirá para fortalecer os vínculos comerciais entre os setores privados de ambos os países.

11. Os dois Mandatários lembraram a importância da II Cúpula Amércia do Sul-África (ASA), a ser realizada em Caracas, em setembro corrente, que contribuirá para o

aprofundamento dos laços de integração Sul-Sul, em linha com a prioridade de ambos os Governos.

12. Os Presidentes manifestaram seu contentamento com os avanços em aspectos-chave da reforma das Nações Unidas, em particular o início, em fevereiro de 2009, das consultas e negociações sobre a Reforma do Conselho de Segurança e reiteraram sua expectativa de que se logrem avanços mais substanciais. O Presidente Lula reiterou o agradecimento pelo apoio dado pelo Maláui para que o Brasil integre um Conselho de Segurança ampliado, como Membro Permanente.

13. O Presidente Lula agradeceu, em nome do Governo Brasileiro, o apoio prestado pelas autoridades malauianas durante as buscas pelo cidadão brasileiro Gabriel Buchmann, desaparecido durante uma expedição no Malauí.

14. Ao finalizar sua visita, o Presidente Bingu Wa Mutharika agradeceu ao povo e ao Governo da República Federativa do Brasil pela atenção e pela hospitalidade estendidas a ele e sua delegação durante sua permanência em território brasileiro.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO HAITI - PORTO PRÍNCIPE,

18 DE SETEMBRO DE 2009

17/09/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial ao Haiti, em 18 de setembro. Manterá encontro de trabalho com o Presidente René Préval, a Primeira-Ministra Michelle Duvivier Pierre-Louis e o Chanceler Alrich Nicolas. O Ministro Amorim também se reunirá com o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para o Haiti, Hédi Annabi, e com o Comandante das tropas da Missão das

Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o General brasileiro Floriano Peixoto.

Nesses encontros, deverão ser examinados, entre outros temas, a evolução da situação política e econômica do Haiti, a contribuição da MINUSTAH, o andamento dos projetos de cooperação conduzidos pelo Brasil, as possibilidades de ampliação de investimentos brasileiros e a Cúpula Brasil - CARICOM.

No contexto da cooperação trilateral Brasil - França para o Haiti, o Ministro Celso Amorim e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Bernard Kouchner, assinarão, em Porto Príncipe, Declaração de Intenções relativa à instalação de banco de leite materno no Haiti.

Em 2008, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Haiti alcançou US\$ 51 milhões, dos quais cerca de US\$ 49,5 milhões corresponderam a exportações brasileiras.

RECONDUÇÃO DE JOSÉ MANUEL
DURÃO BARROSO AO CARGO DE
PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA
- MENSAGENS DE CONGRATULAÇÕES
19/09/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou em 18 de setembro de 2009 a seguinte mensagem ao Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso:

“A Sua Excelência o Senhor Dr. José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia

Senhor Presidente e caro amigo,

Recebi, com satisfação, a notícia da ratificação pelo Parlamento Europeu da recondução de Vossa Excelência à Presidência da Comissão Europeia. A indicação unânime

de seu nome pelos Estados Membros da União Europeia é um reconhecimento do desempenho de Vossa Excelência na condução da Comissão nos últimos cinco anos e uma reafirmação da confiança em sua liderança frente aos grandes desafios do cenário internacional.

Continuarei a trabalhar com Vossa Excelência para o contínuo aprofundamento da Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia. Aguardo com grande expectativa nosso próximo encontro em Estocolmo, no dia 6 de outubro, para a III Reunião de Cúpula Brasil-UE, evento que certamente repetirá o sucesso das edições anteriores.

Peço-lhe receber, juntamente com minhas mais sinceras congratulações, os votos de continuado êxito no desempenho de suas funções e de felicidade pessoal.

Mais alta consideração.

Luiz Inácio Lula da Silva,

Presidente da República Federativa do Brasil”

Na mesma data, o Ministro Celso Amorim enviou também mensagem de felicitações ao Presidente da Comissão Europeia:

“Senhor Presidente,

Envio a Vossa Excelência os mais calorosos cumprimentos pelo aval democrático do Parlamento Europeu à sua recondução ao cargo de Presidente da Comissão Europeia.

Estou certo de que, nesse novo período de trabalho de Vossa Excelência à frente da Comissão Europeia, continuaremos a avançar na consolidação da Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia, cujo lançamento contou com o seu decisivo apoio.

Receba também, Senhor Presidente, juntamente com as expressões de minha elevada estima, os sinceros votos de êxito e de felicidade pessoal.

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores”.

VISITA DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A
NOVA YORK POR OCASIÃO DA
64ª ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU -
21 A 24 DE SETEMBRO DE 2009
20/09/2009

Entre os dias 21 e 24 de setembro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de trabalho a Nova York.

Na noite do dia 21, o Presidente Lula receberá o prêmio “Woodrow Wilson for Public Service”, outorgado pelo “Woodrow Wilson International Center for Scholars”. No dia 22, participará de jantar com o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon. Na manhã do dia 23, abrirá o debate geral da 64ª Assembléia Geral das Nações Unidas. A programação do Presidente inclui também encontros com altas autoridades mundiais.

O Ministro Celso Amorim acompanhará o Presidente Lula e participará de reuniões ministeriais do IBAS, do G5, dos BRICs e da ASPA. Manterá, também, encontros bilaterais com Chanceleres de diversos países.

A Assembléia Geral, principal foro de deliberação global, deverá privilegiar, em sua 64ª sessão, questões relacionadas à mudança do clima, ao desarmamento e à crise financeira e econômica internacional. O Brasil dará continuidade à busca de soluções para a superação da pobreza; a resolução de conflitos; e a Reforma da ONU, inclusive do Conselho de Segurança.

COMUNICADO CONJUNTO SOBRE O
ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES
DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL
E O BUTÃO - NOVA YORK, 21 DE
SETEMBRO DE 2009
21/09/2009

A República Federativa do Brasil e o Reino do Butão,

Imbuídos do desejo de desenvolver relações de amizade e de cooperação nos domínios político, econômico, cultural e outros, com base nos princípios e normas da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional,

Decidem estabelecer relações diplomáticas a partir da data de assinatura do presente Comunicado Conjunto, em conformidade com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961.

A República Federativa do Brasil e o Reino do Butão partilham da firme convicção de que o estabelecimento de relações diplomáticas contribuirá para o desenvolvimento econômico e social de ambos os Estados e para o fortalecimento da paz e do entendimento mundiais.

Feito na cidade de Nova York, em 21 de setembro de 2009, em dois exemplares, cada um nos idiomas inglês, português e dzongkha, todos os três textos igualmente autênticos.

CÚPULA DE LÍDERES DO G-20 -
PITTSBURGH (EUA),
24 E 25 DE SETEMBRO DE 2009
23/09/2009

Será realizada, nos dias 24 e 25 de setembro, em Pittsburgh (EUA), Cúpula de

Líderes do G-20. Esta é a terceira reunião de Chefes de Estado e de Governo do G-20 desde a eclosão da crise financeira internacional no ano passado.

A Cúpula acontece em momento de arrefecimento da crise, com sinais de recuperação econômica em alguns países, sobretudo nas grandes economias emergentes. Isso se deve, em parte, à implementação das medidas de estímulo debatidas no G-20. O encontro em Pittsburgh representa oportunidade para fortalecer o compromisso com a manutenção dessas medidas, principalmente por parte dos países desenvolvidos.

Na Cúpula de Pittsburgh serão discutidos o modelo futuro de crescimento - que permita construir uma economia mundial mais equilibrada e mais justa -, a implementação de medidas de regulação do sistema financeiro e a reforma das instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, para reforçar a representação e o poder de voto dos países emergentes e em desenvolvimento nos processos decisórios dessas entidades.

A delegação brasileira será chefiada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e integrada pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, e pelo Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão.

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA AO REINO
DA BÉLGICA - BRUXELAS, 4 E 5 DE
OUTUBRO DE 2009
24/09/2009

A convite do Rei Alberto II, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará Visita

Oficial à Bélgica nos dias 4 e 5 de outubro de 2009, acompanhado de expressiva delegação empresarial.

No dia 4 de outubro, o Presidente Lula manterá encontro de trabalho com o Primeiro-Ministro da Bélgica, Herman Van Rompuy, durante o qual serão avaliadas as relações bilaterais e os respectivos cenários regionais, bem como discutidos temas de interesse comum da agenda internacional. No dia 5, o Presidente Lula visitará o Parlamento Federal, onde será recebido pelos Presidentes do Senado e da Câmara de Representantes, na presença de membros do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Bélgica. Em seguida, será recebido pelo Rei Alberto II, que oferecerá almoço em sua homenagem.

Ainda no dia 5 de outubro, o Presidente Lula participará do Seminário “Brasil e Bélgica: Novas Fronteiras Tecnológicas”, na presença de empresários brasileiros e belgas, e do Seminário “Portos e Hidrovias: Oportunidades de Investimento no Brasil”.

Durante a visita, deverão ser assinados os seguintes atos: (i) Acordo sobre a Transferência de Pessoas Condenadas; (ii) Acordo sobre Previdência Social; (iii) Acordo sobre Serviços Aéreos; (iv) Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular; (v) Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas; (vi) Memorando de Entendimentos sobre consultas na área migratória; (vii) Protocolo de Intenções sobre a participação do Brasil como homenageado do Festival Europalia em 2011; (viii) Acordo de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira e o Centro Espacial de Liège; (ix) Memorando de Entendimento entre a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação, e a Wallonie-Bruxelles International (WBI); e (x) Memorando de Entendimentos

sobre cooperação na área de logística de portos.

Em 2008, o intercâmbio comercial entre Brasil e Bélgica ultrapassou a marca dos US\$ 6 bilhões, valor 20% maior do que o registrado em 2007. No ano passado, o estoque de investimentos belgas no Brasil foi calculado em cerca de US\$ 1,9 bilhões.

DECLARAÇÃO CONJUNTA
DOS GRUPOS DE PAÍSES EM
DESENVOLVIMENTO NA REUNIÃO DE
CÚPULA DO G-20, PITTSBURGH (EUA),
25 DE SETEMBRO DE 2009 - SITUAÇÃO
DA RODADA DOHA DA ORGANIZAÇÃO
MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)
25/09/2009

“O comércio internacional foi severamente afetado pela crise econômica mundial. O impacto foi particularmente severo para os países em desenvolvimento, que não dispõem de capacidade estrutural e de recursos financeiros para combater uma crise originada nas economias desenvolvidas.

Os países em desenvolvimento são particularmente vulneráveis e teriam que suportar de modo desproporcional as conseqüências de uma crise de confiança no sistema multilateral de comércio. A conclusão da Rodada Doha de Desenvolvimento, neste momento, contribuiria para aumentar a confiança, prevenir o uso de medidas protecionistas e fornecer o necessário estímulo à economia global.

Em várias ocasiões, desde o início da crise econômica global, líderes mundiais reafirmaram seu compromisso em concluir a Rodada Doha. Essas declarações políticas não se traduziram, porém, em um engajamento efetivo em Genebra.

Os grupos de países em desenvolvimento

da OMC ressaltam a importância que atribuem à conclusão da Rodada Doha em 2010. A contribuição oferecida pelos países em desenvolvimento é sem precedentes na história do comércio multilateral. Exortamos todos os países desenvolvidos a demonstrar verdadeiramente compromisso, flexibilidade e engajamento político.

O Mandato de Doha colocou o desenvolvimento em posição central. O pacote negociador que está na mesa reflete ganhos e concessões obtidos em 8 anos de negociações, e tem o apoio da ampla maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A única maneira de concluir as negociações em prazo razoável é fechar o pacote existente com base em um processo transparente, inclusivo e multilateral.

É chegada a hora de mostrar liderança e ação firme para cumprir a meta de 2010 e preparar o sistema multilateral de comércio para os desafios à frente.”

Membros dos grupos de negociação de apoio a esta declaração

[1] Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tanzânia, Tailândia, Uruguai, Venezuela, Zimbábue.

[2] Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Benim, Bolívia, Botsuana, China, Congo, Costa do Marfim, Cuba, Dominica, República Dominicana, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Índia, Indonésia, Jamaica, Quênia, Rep. da Coreia do Sul, Madagascar, Ilhas Maurício, Mongólia, Moçambique, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Panamá, Peru, Filipinas, Senegal, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Sri Lanka, Suriname, Tanzânia, Trinidad e Tobago, Turquia, Uganda, Venezuela, Zâmbia, Zimbábue.

[3] Argentina, Brasil, Egito, Índia,

Indonésia, Namíbia, Filipinas, África do Sul, Tunísia, Venezuela.

[4] Angola, Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Benim, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Costa do Marfim, Cuba, República Democrática do Congo, Djibuti, Dominica, República Dominicana, Fiji, Gabão, Gâmbia, Gana, Granada, Guiné, Guiné-Bissau, Guiana, Haiti, Jamaica, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Papua-Nova Guiné, Ruanda, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Senegal, Serra Leoa, Ilhas Salomão, África do Sul, Suriname, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Trinidad e Tobago, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.

[5] Angola, Bangladesh, Benim, Burquina Faso, Burundi, Camboja, República Centro Africano, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Djibuti, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maldivas, Mali, Mauritânia, Moçambique, Mianmar, Nepal, Níger, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia.

[6] Angola, Benim, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, República Centro Africano, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Marrocos, Maurício, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.

[7] Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, República Dominicana, El Salvador, Fiji, Granada, Guatemala, Guiana,

Honduras, Jamaica, Ilhas Maurício, Mongólia, Nicarágua, Papua-Nova Guiné, Paraguai, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Ilhas Salomão, Suriname, Trinidad e Tobago.

[8] Benim, Burquina Fasso, Chade, Mali.

II CÚPULA AMÉRICA DO SUL -
ÁFRICA (ASA) -
ISLA MARGARITA, VENEZUELA,
26 E 27 DE SETEMBRO DE 2009
26/09/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, em 26 e 27 de setembro, em Ilha Margarita, Venezuela, da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e África (ASA).

A I Cúpula foi realizada em Abuja, Nigéria, em 2006. Integram a ASA todos os 12 países sul-americanos, e os 53 africanos, bem como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a União Africana (UA). Brasil e Nigéria são Coordenadores Regionais da ASA, e a Venezuela exerce a função de Secretaria Pro-Tempore.

Além de proporcionar espaço para o diálogo político, a ASA busca a cooperação bi-regional em diversos segmentos, com linhas de ação e projetos traçados em oito Grupos de Trabalho, co-presididos por um país africano e outro sul-americano. São eles: (i) Agricultura e Meio Ambiente (Uganda e Guiana); (ii) Temas Educacionais e Culturais (Senegal e Venezuela); (iii) Administração Pública (Benin e Chile); (iv) Temas Sociais e Desporto (Namíbia e Paraguai); (v) Ciência e Tecnologia (Brasil e Camarões); (vi) Comércio e Investimento (Marrocos e Venezuela); (vii) Energia, Infra-Estrutura e Transportes (Brasil

e Nigéria); e (viii) Paz e Segurança (Líbia e Argentina). Todos os Grupos de Trabalho já produziram “Planos Setoriais de Ação”, que serão agora homologados pelos Chefes de Estado e de Governo no encontro em Isla Margarita.

Entre as reuniões mais importantes já realizadas no âmbito da ASA, destacam-se a de Altos Funcionários, que teve lugar em Brasília, em junho de 2008, na qual foi consolidada a estrutura do Mecanismo, e a de Ministros de Comércio e Investimentos, em Marraqueche, também em junho de 2008, quando foi aprovado o Plano de Ação nesse promissor setor.

O Brasil, além de Coordenador Regional e co-presidente de dois Grupos de Trabalho, é sede do Comitê de Embaixadores da ASA. Deu início, ademais, a uma série de atividades de cooperação, entre elas a organização de seminário sobre negociações comerciais, em maio deste ano, e lançará, por ocasião da II Cúpula, catálogo de obras de referência para melhor conhecimento dos países das duas regiões.

Desde 2002, o intercâmbio comercial entre a América do Sul e a África vem crescendo de maneira contínua, havendo passado de US\$ 6,3 bilhões, para US\$ 36,3 bilhões em 2008, aumento de cerca de 470%. Entre 2006, ano da I Cúpula ASA, e 2008, houve aumento de mais de 50% no fluxo de exportações sul-americanas para a África. No ano passado, as exportações da América do Sul para a África ultrapassaram os US\$ 15 bilhões de dólares, e as importações alcançaram US\$ 20 bilhões de dólares. Os principais exportadores sul-americanos para a África são Brasil, Argentina e Venezuela; os maiores importadores de produtos africanos na América do Sul são Brasil, Chile e Uruguai.

ENCONTRO ENTRE O
PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA E O PRESIDENTE DA
VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ -
ILHA MARGARITA,
27 DE SETEMBRO DE 2009
26/09/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manterá encontro de trabalho com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, na Ilha Margarita em 27 de setembro, no marco do mecanismo de encontros presidenciais trimestrais.

Os Presidentes deverão revisar a agenda bilateral, com ênfase nos programas de cooperação nas áreas industrial, agrícola, habitacional e de prestação de serviços bancários para a população de baixa renda. Deverão avaliar também o avanço do comércio bilateral e da integração fronteiriça, bem como as perspectivas do processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

Em 2008, o intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela atingiu US\$ 5,7 bilhões, dos quais US\$ 5,1 bilhões corresponderam a exportações brasileiras.

REPRESSÃO A MANIFESTAÇÕES
EM GUINÉ-CONACRI
29/09/2009

O Governo brasileiro repudia os graves acontecimentos ocorridos em Guiné-Conacri em 28 de setembro, que resultaram na morte de cerca de uma centena de pessoas na capital. O Brasil deplora a repressão das manifestações populares e as violações cometidas contra os direitos humanos e democráticos dos cidadãos guineenses.

O Governo brasileiro exorta as autoridades guineenses a exercerem contenção no controle das manifestações públicas e a assegurarem condições para o pronto retorno à normalidade constitucional e democrática no país.

O Brasil reafirma seu entendimento de que a crise guineense somente será vencida por meio de uma solução politicamente negociada. O Brasil espera que a Guiné possa restabelecer a normalidade constitucional dentro do mais breve prazo possível, mediante realização de eleições presidenciais.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A COPENHAGUE, POR
OCASIÃO DA 121ª SESSÃO DO COMITÊ
OLÍMPICO INTERNACIONAL, PARA
ESCOLHA DA CIDADE-SEDE DAS
OLIMPÍADAS DE 2016
30/09/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajou à Dinamarca para chefiar a delegação brasileira que defenderá a candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2016, por ocasião da 121ª Sessão do Comitê Olímpico Internacional (Copenhague, 1º a 9 de outubro próximo). Trata-se da segunda visita do Presidente Lula à Dinamarca desde a Visita de Estado em setembro de 2007.

A viagem do Presidente Lula a Copenhague expressa o apoio do Governo Federal à candidatura do Rio de Janeiro e a expectativa de que a América do Sul seja escolhida para sediar uma edição dos Jogos Olímpicos pela primeira vez na história do movimento olímpico.

Estão previstos encontros do Presidente Lula com esportistas e personalidades do

movimento olímpico para promover a candidatura brasileira. O Presidente Lula também participará da apresentação da cidade do Rio de Janeiro aos membros do Comitê Olímpico Internacional em 2 de outubro, data em que será feito o anúncio da escolha da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Durante sua estada em Copenhague, o Presidente Lula manterá, ainda, encontros com a Rainha Margrethe II e com o Primeiro-Ministro Lars Løkke Rasmussen. Deverá tratar temas da agenda bilateral, tais como perspectivas de ampliação do fluxo de investimento e da corrente de comércio entre os dois países, bem como dos principais temas da agenda multilateral.

As exportações brasileiras à Dinamarca apresentaram crescimento regular de 2004 a 2008. O intercâmbio comercial totalizou, em 2008, US\$ 777,015 milhões, com superávit dinamarquês de cerca de US\$136,409 milhões. Em 2009, registrou-se, até agosto, superávit da Dinamarca de US\$38,616 milhões.

DESASTRES NATURAIS
NO SUDESTE ASIÁTICO
01/10/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, dos graves danos causados pela série de desastres naturais no Sudeste Asiático e Pacífico, e solidariza-se com os Governos e os povos da Indonésia, Filipinas, Vietnã, Camboja, Samoa e Tonga pelas perdas humanas e materiais sofridas.

Por determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Governo brasileiro está disposto a contribuir para o atendimento às vítimas, por meio da alocação imediata de recursos.

ENCONTRO DE ALTO NÍVEL SOBRE O
PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO
02/10/2009

O Governo brasileiro expressa satisfação com a realização, em 1º de outubro, em Genebra, de novo encontro de alto nível entre representantes dos países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e Alemanha com representantes do Irã, a respeito do programa nuclear iraniano.

O Brasil considera positiva a disposição construtiva demonstrada por todas as partes e saúda a perspectiva de que o diálogo tenha continuidade.

O Governo brasileiro expressa, ainda, sua satisfação com o envolvimento direto dos Estados Unidos nessas conversas e a retomada dos contatos bilaterais de alto nível com o Irã. O Brasil reitera que o fortalecimento do diálogo é a única opção viável para o tratamento da questão nuclear iraniana.

ACORDO DE SEDE PARA
O ESTABELECIMENTO DO
ESCRITÓRIO DE COORDENAÇÃO
DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA
PROPRIEDADE INTELECTUAL
(OMPI) NO BRASIL
02/10/2009

Foi assinado hoje, 2 de outubro, em Genebra, acordo de sede para o estabelecimento do Escritório de Coordenação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) no Brasil. Trata-se de instrumento administrativo que

disciplina as relações daquele Escritório e de seus funcionários com o Governo brasileiro.

A criação do referido Escritório, na cidade do Rio de Janeiro, foi autorizada pela OMPI em dezembro de 2008, num claro reconhecimento da importância do Brasil na área de propriedade intelectual. A OMPI é a agência especializada das Nações Unidas dedicada aos temas relativos ao sistema internacional de propriedade intelectual.

O acordo foi assinado pelo Embaixador Roberto Azevedo, Representante Permanente perante a OMC e demais Organizações Econômicas em Genebra, e pelo Sr. Francis Gurry, Diretor-Geral da OMPI.

ESCOLHA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO COMO SEDE DOS JOGOS
OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016
03/10/2009

O Comitê Olímpico Internacional (COI), reunido em sua 121ª Sessão, decidiu ontem escolher o Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O Rio de Janeiro será a primeira cidade da América do Sul a sediar uma edição das Olimpíadas.

A decisão do COI é uma vitória de todos os brasileiros. Resulta, entre outros motivos, do reconhecimento internacional do papel do Brasil no mundo, da força de sua democracia e da estabilidade de sua economia.

O Ministério das Relações Exteriores manifesta a satisfação em ter participado desse esforço vencedor e parabeniza os demais órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como o Comitê Olímpico Brasileiro, pela escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

III REUNIÃO DE CÚPULA DA
PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-
UNIÃO EUROPEIA - ESTOCOLMO,
6 DE OUTUBRO DE 2009
05/10/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, em 6 de outubro, em Estocolmo, da III Reunião de Cúpula da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia. A Reunião de Cúpula contará com as presenças do Primeiro-Ministro da Suécia e atual Presidente do Conselho da União Europeia, Fredrik Reinfeldt; e do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.

A III Cúpula reflete a intensificação e o aprofundamento das relações entre o Brasil e a União Europeia. O Presidente Lula e as autoridades da União Europeia avaliarão a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica, lançado na Cúpula do Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 2008, que constitui a moldura central do diálogo e da cooperação bilateral. O Plano conta com propostas concretas de ação conjunta nas seguintes áreas: promoção da paz e da segurança por meio do fortalecimento do sistema multilateral; promoção da parceria econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis. Serão tratados, ainda, temas de comum interesse da agenda global, como a crise financeira internacional, a mudança do clima, energia e desarmamento e não-proliferação. Serão também trocadas

avaliações sobre os respectivos cenários regionais e discutidos temas da agenda bilateral.

No contexto da reunião de Estocolmo será realizada a III Cúpula Empresarial Brasil-União Europeia, com expressiva participação de representantes brasileiros e europeus. Durante a reunião empresarial, serão discutidas oportunidades de ampliação e de diversificação do comércio e investimentos nos dois sentidos.

Entre 2002 e 2008, o intercâmbio comercial entre Brasil e União Europeia apresentou crescimento de 183,8%; as exportações tiveram aumento de 197,2%, enquanto as importações cresceram 168,2%. A pauta comercial em 2008 ultrapassou US\$ 82 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos oriundos da União Europeia representaram, em 2008, 47,7% do estoque total de IEDs aplicados no país. Em 2008 o estoque de investimentos da UE no Brasil ultrapassou os US\$ 141 bilhões.

No período de janeiro a agosto de 2009, o intercâmbio comercial entre Brasil e União Europeia alcançou mais de US\$ 40 bilhões.

ATENTADO CONTRA O ESCRITÓRIO
DO PROGRAMA MUNDIAL DE
ALIMENTOS EM ISLAMABADE
05/10/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do atentado suicida realizado em 5 de outubro contra a sede do Programa Mundial de Alimentos, em Islamabad, no Paquistão, que resultou na morte de diversas pessoas.

O Brasil condena o ato nos termos mais veementes e lamenta a morte de inocentes.

O Brasil solidariza-se com as famílias das vítimas, com o Governo do Presidente Asif Ali Zardari e com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

O Governo brasileiro reitera seu repúdio ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações.

VISITA DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À
SUÉCIA - ESTOCOLMO,
6 DE OUTUBRO DE 2009
05/10/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à Suécia amanhã, 6 de outubro. Em Estocolmo manterá reunião de trabalho com o Primeiro-Ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt, e será homenageado com jantar oferecido pelo Casal Real da Suécia.

Por ocasião do encontro com o Primeiro-Ministro sueco, será adotado o Plano de Ação de Parceria Estratégica Brasil-Suécia, que ensejará o aprofundamento do diálogo político e a cooperação em foros multilaterais, bem como a cooperação nas áreas econômica e comercial, de bioenergia, de defesa, de meio ambiente, de ciência, tecnologia e inovação, de educação e cultural. Serão também assinados o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas de Alto Nível e o Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora.

No período de janeiro a agosto de 2009, Brasil e Suécia apresentaram intercâmbio comercial significativo, no valor de US\$ 891,8 milhões. No período de janeiro a abril de 2009, os investimentos suecos no Brasil totalizaram US\$ 99,44 milhões.

TERCEIRA CÚPULA BRASIL-UNIÃO
EUROPÉIA - DECLARAÇÃO CONJUNTA
- ESTOCOLMO, 6 DE OUTUBRO DE 2009
06/10/2009

A Terceira Reunião de Cúpula Brasil-União Européia se realizou em Estocolmo, em 6 de outubro de 2009, presidida pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; o Primeiro Ministro do Reino da Suécia, Fredrik Reinfeldt, na qualidade de Presidente do Conselho da União Européia; e o Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso.

Os líderes discutiram temas globais, situações regionais e internacionais e o fortalecimento das relações Brasil-UE e em particular a implementação do Plano de Ação Conjunto adotado pela Segunda Cúpula, no Rio de Janeiro, em dezembro de 2008.

Desafios Globais, Liderança e Responsabilidade

1. Recordando que sua parceria estratégica fundamenta-se em princípios e valores compartilhados - tais como democracia e inclusão social, primado do Direito, promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos - tanto o Brasil quanto a UE coincidiram quanto à importância de um sistema multilateral efetivo, centrado em uma forte Organização das Nações Unidas, como fator essencial para fazer frente aos desafios globais. Nesse contexto, reconheceram a necessidade de buscar a reforma dos principais órgãos das Nações Unidas, entre os quais a Assembléia Geral, o ECOSOC e o Conselho de Segurança, com vistas a ampliar a representatividade, transparência e efetividade do sistema.

Mudança climática, energia, biodiversidade e desenvolvimento sustentável

2. O Brasil e a UE reiteraram que a mudança do clima é um dos maiores desafios de nosso tempo que exige uma resposta urgente e excepcional por parte da comunidade internacional. Concordaram que a construção de uma economia de baixa emissão de carbono, respeitando a prioridade do desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento, é uma necessidade premente e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para promover o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza. Apoiaram as descobertas científicas do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC e o objetivo de que a temperatura média global não deve exceder 2 graus centígrados acima do nível pré-industrial. Reafirmaram as disposições e os princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), incluindo o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas e as respectivas capacidades, e ressaltaram a importância de sua aplicação plena, eficaz e sustentada. Neste contexto, estão determinados a intensificar esforços negociadores com vistas a um resultado positivo e ambicioso, acordado globalmente e com base no Plano de Ação de Bali, na 15^a Conferência das Partes em Copenhague, em dezembro deste ano.

3. Comprometeram-se a contribuir para o fortalecimento do regime global sobre mudança climática, inclusive por meio de metas claras e ambiciosas a médio prazo e compromissos juridicamente vinculantes para os países desenvolvidos, bem como por meio de ações de mitigação nacionalmente adequadas (NAMA) para países em desenvolvimento, apoiadas e possibilitadas por transferência de tecnologia, fluxos financeiros e capacitação. O pico das emissões globais e nacionais

deve ocorrer o mais rapidamente possível, reconhecendo que o prazo para países em desenvolvimento será mais longo e tendo em conta que o desenvolvimento econômico e social, bem como a erradicação da pobreza, são as prioridades primordiais e absolutas para esses países e que o crescimento com baixa emissão de carbono é indispensável para o desenvolvimento sustentável.

4. Concordaram que a alocação de substanciais recursos financeiros e tecnológicos, bem como capacitação, será crucial para o processo de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento e reconheceram que um pacote financeiro robusto, incluindo vigorosas disposições de financiamento público internacional por parte dos países desenvolvidos, será fundamental para o sucesso da COP-15. Reconheceram que o setor privado também tem um papel a desempenhar no apoio a ações de mitigação e para o desenvolvimento de novas tecnologias favoráveis ao meio ambiente.

5. Nesse contexto, reconheceram os respectivos esforços para o enfrentamento da mudança do clima, incluindo o Plano Nacional sobre Mudança do Clima do Brasil e o Pacote de Energia e Clima da UE. Convocam outros países desenvolvidos e em desenvolvimento a apresentarem, respectivamente, metas ambiciosas de redução de emissões e ações e estratégias de mitigação, o mais rapidamente possível, antes da reunião de Copenhague.

6. O Brasil e a UE estão empenhados em trabalhar em estreita cooperação no mecanismo de Redução de Emissões para o Desmatamento e a Degradação (REDD) e para promover a gestão sustentável das florestas. Comprometeram-se a intensificar esforços para garantir a inclusão do REDD no resultado a ser alcançado em Copenhague e a estabelecer meios eficazes e confiáveis de apoio ao REDD no âmbito da Convenção,

com a alocação de recursos públicos que possam prover vigorosos estímulos para a ação neste setor.

7. Levando em consideração os princípios acima mencionados, os Líderes decidiram estabelecer um quadro de cooperação para a promoção do crescimento com baixa emissão de carbono, por meio de tecnologias limpas e de políticas de sustentabilidade, com vistas a enfrentar os desafios criados pela mudança do clima.

8. A UE e o Brasil concordaram em realizar encontro de alto nível até a Conferência de Copenhague.

9. Tanto o Brasil como a UE salientaram a importância de alcançar um fornecimento de energia sustentável e confiável. A promoção e a utilização da produção de energias renováveis e os esforços destinados a melhorar a eficiência energética são vistos, por ambos os lados, como uma importante contribuição para atender às necessidades do desenvolvimento sustentável, aumentando o acesso à energia, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, e atingindo maior segurança energética. Os líderes expressaram sua grande satisfação com o lançamento oficial da Parceria Internacional para a Cooperação para a Eficiência Energética (IPEEC) em 24 de maio de 2009, na reunião ministerial sobre Energia do G8+5, em Roma. Saudaram seu excelente relacionamento no âmbito da IPEEC e esperam intensificar, nesse quadro, a cooperação sobre questões de eficiência energética. Foi reiterado na Reunião de Cúpula o compromisso do Brasil e da UE de produzir e desenvolver alternativas mais seguras, eficientes e sustentáveis aos combustíveis fósseis.

10. Os líderes reafirmaram o compromisso político do Brasil e da UE com a promoção do uso de energias renováveis, incluindo a produção e uso de biocombustíveis

sustentáveis. Nesse contexto, sublinharam a importância do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar no Brasil. Comprometeram-se a continuar trabalhando em estreita colaboração com os países interessados na promoção de biocombustíveis sustentáveis, bioenergia e outras formas de energia sustentável (como energia solar, eólica, hidráulica e eletrificação rural) no plano internacional. Reiteraram seu compromisso de trabalhar em conjunto no âmbito do Fórum Internacional sobre Biocombustíveis e da Parceria Global para Bioenergia.

11. O Brasil e a UE reiteraram a necessidade de trabalhar em conjunto para atingir a meta global de reduzir significativamente, até 2010, a taxa atual de perda de biodiversidade. Reafirmaram seu compromisso de implementar efetivamente os três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, de trabalhar em favor de quadro global sobre a biodiversidade ambicioso e exequível para a fase posterior a 2010, e de concluir e considerar a adoção, em 2010, de um regime internacional sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios (ABS). Reiterando a necessidade de reforçar a interface entre ciência e políticas sobre a biodiversidade e serviços de ecossistemas para conservação e o uso sustentável da biodiversidade, bem-estar humano de longo prazo e desenvolvimento sustentável, o Brasil e a UE congratularam-se com o processo de estabelecimento de uma Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas (IPBES) que deverá apoiar a Convenção sobre Diversidade Biológica e outras convenções relacionadas à biodiversidade e se comprometem a concluir esse processo no mais breve prazo.

12. A UE saudou a disposição do Governo brasileiro de sediar, no Rio de Janeiro, em 2012, evento de alto nível da Organização das Nações Unidas sobre desenvolvimento

sustentável. Ambas as partes compartilham a opinião de que a “economia verde” deve ser um de seus principais focos. Brasil e UE concordaram que o evento poderá renovar o compromisso político com a relevante temática do desenvolvimento sustentável e definir novas e adequadas iniciativas. Concordaram que o evento poderá também oferecer oportunidade para dar impulso a questões que têm assumido posições de destaque na agenda internacional.

Temas Financeiros e Econômicos

13. Os líderes analisaram a atual crise financeira internacional e o seu grave impacto sobre a economia mundial. Saudaram os avanços em andamento para resolver a crise e os primeiros sinais indicativos de uma diminuição na deterioração da economia mundial. Os dois lados concordaram quanto à importância de manter, no momento, o estímulo a políticas macroeconômicas e financeiras, mas também sublinharam a necessidade de começar a elaborar estratégias para a retirada desses estímulos assim que a recuperação se consolide, e de assegurar a sustentabilidade fiscal a médio prazo. Essas estratégias deverão levar em consideração as circunstâncias específicas dos países.

14. As duas partes reconheceram que seria importante continuar a implementar políticas econômicas seguras e sustentáveis para apoiar o crescimento equilibrado e inclusivo.

15. Registraram com satisfação os resultados da Cúpula de Pittsburgh (24 e 25 de setembro) e a conseqüente consolidação do G-20 como o principal foro para a cooperação econômica internacional. Enfatizaram a necessidade de implementar a agenda acordada em Pittsburgh, com atenção especial para a reforma das instituições financeiras internacionais, a construção de um crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado, o fortalecimento da regulação e da cooperação no setor financeiro, incluindo

práticas de compensação, e o fortalecimento do apoio aos países mais vulneráveis.

16. O Brasil e a UE reiteraram sua adesão ao compromisso do G-20 de evitar a adoção de medidas protecionistas e de retificar quaisquer medidas nesse sentido, de forma a evitar maior deterioração no comércio internacional. O Brasil e a UE expressaram sua determinação de concluir, em 2010, as negociações da Rodada de Doha para o Desenvolvimento, como especificado na Declaração do G-20 em Pittsburgh. Os líderes afirmaram seu compromisso de alcançar um acordo ambicioso, abrangente e equilibrado, para cumprir com os objetivos de desenvolvimento da Rodada de Doha, de promover de maneira significativa os fluxos de comércio em agricultura, bens industriais e serviços no âmbito dos países desenvolvidos, dos países em desenvolvimento e entre eles, assim como de promover regras de comércio efetivas e a facilitação do comércio, bem como de examinar todos os demais assuntos. O Brasil e a UE acreditam que a conclusão da Rodada de Doha em 2010 deverá ocorrer com base no progresso já realizado, inclusive com relação a modalidades e, portanto, conclamam seus demais parceiros na OMC a apresentar suas demandas específicas. O Brasil e a UE sublinham que, se não houver progresso nesse período de tempo, o objetivo de concluir a Rodada em 2010 estará em risco. Com vistas a que a situação possa ser analisada no mais tardar no começo de 2010, o Brasil e a UE concordam em que os Membros da OMC deverão manter, até a próxima Reunião Ministerial da OMC, discussão franca e significativa, inclusive em nível ministerial.

17. O Brasil e a UE tomaram nota do trabalho efetuado pelo Centro Internacional para a Promoção de Empresas (CIPE), no âmbito da Organização das Nações Unidas, para promover a cooperação nas áreas de

empreendedorismo e desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas, governança corporativa, comércio e uma sociedade baseada no conhecimento, por meio de pesquisa, treinamento e consultoria.

Temas regionais e internacionais

18. O Brasil e a UE trocaram opiniões sobre a evolução política recente em suas respectivas regiões com vistas a consolidar a segurança, a estabilidade e a prosperidade na América Latina e no Caribe e na Europa. As partes permanecem engajadas em esforços multilaterais, regionais e bilaterais de promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, da democracia, do primado do Direito e do desenvolvimento equitativo e sustentável em ambas as regiões.

19. O Brasil e a UE continuarão a trabalhar juntos para enfrentar os desafios globais atuais e fortalecer as relações políticas, sócio-econômicas e culturais birregionais, particularmente no contexto do processo das Cúpulas América Latina e Caribe-União Européia e do Diálogo Ministerial Grupo do Rio-União Européia.

20. O Brasil e a UE condenam a violação da ordem constitucional em Honduras e reafirmam sua profunda preocupação com a presente crise política naquele país. Reiteram seu apoio aos esforços regionais de mediação facilitados pela OEA e pelo Presidente da Costa Rica, Oscar Arias, e exortam os atores envolvidos, em particular o governo de fato, a trabalhar com vistas a alcançar uma solução negociada rápida e pacífica para a situação atual. Recordam que a inviolabilidade das missões diplomáticas está consagrada na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 e exigem a garantia da inviolabilidade da Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e o respeito à integridade física do Presidente Zelaya, de sua família e dos membros de seu Governo. O Brasil e a

UE destacam a importância da democracia, do primado do Direito e do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais em Honduras e estão prontos a contribuir para os esforços regionais ora em andamento para facilitar a restauração da ordem constitucional e do processo democrático em todos os seus aspectos.

21. O Brasil e a UE, ao reconhecerem a prioridade que atribuem ao sistema multilateral de comércio e à conclusão da Rodada de Doha, enfatizaram os benefícios políticos e econômicos da integração regional e concordaram em intensificar seus esforços para a retomada das negociações com vistas a concluir um Acordo de Associação MERCOSUL - UE ambicioso e equilibrado, bem como a promover o avanço da agenda Mercosul - UE.

22. Reconheceram suas respectivas iniciativas com vistas à paz no Oriente Médio e saudaram os vigorosos esforços dos EUA e do Quarteto para buscar uma solução que contemple dois Estados democráticos, Israel e Palestina, vivendo lado a lado em paz e segurança, e uma paz abrangente no Oriente Médio com base nas Resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas; nos termos de referência da Conferência de Madri, incluindo terra por paz; o Mapa do Caminho; os acordos previamente alcançados pelas partes; e a Iniciativa Árabe para a Paz. Exortaram todas as partes no conflito a trabalhar para alcançar esse objetivo.

23. Reafirmaram seu empenho em apoiar e promover a implementação integral de seus compromissos assumidos sob os tratados e acordos internacionais de desarmamento e não-proliferação e outras obrigações internacionais relevantes, tendo presentes os três pilares do Tratado de Não-Proliferação: desarmamento, não-proliferação e o desenvolvimento de tecnologia nuclear para

fins pacíficos. Concordaram em continuar a trabalhar juntos, tanto bilateralmente quanto em todos os foros multilaterais relevantes, no tratamento dos temas de desarmamento, não-proliferação e controle de armamentos. O Brasil e a UE cooperarão, em particular, com vistas a garantir um resultado exitoso para a Conferência de Revisão de 2010 do Tratado de Não-Proliferação e para a retomada das negociações na Conferência do Desarmamento, levando em conta o resultado da Sessão de 2009. Trabalharão juntos, também, no âmbito da AIEA, para apoiar e reforçar a AIEA, promover a universalização e conformidade com os sistemas de Salvaguardas da AIEA e assegurar que países que desejem desenvolver programas de energia nuclear para fins pacíficos o façam em conformidade com os mais altos padrões de segurança e não-proliferação. Nesse contexto, os líderes expressaram satisfação com os resultados das Consultas Brasil-UE sobre Desarmamento e Não-Proliferação, que têm se realizado desde 2002.

24. O Brasil e a UE registram com satisfação a realização em 1º de outubro, em Genebra, de nova reunião de alto nível entre China, França, Rússia, Reino Unido, Estados Unidos da América, Alemanha, União Européia e o Irã sobre o programa nuclear iraniano. Saudaram a concordância quanto à necessidade de diálogo intenso e construtivo objetivando ações práticas e medidas de construção da confiança e expressaram seu compromisso de buscar solução negociada para a questão nuclear iraniana, à luz de todos os compromissos internacionais.

25. Os líderes reafirmaram seu compromisso mútuo de combater o crime organizado, a corrupção e as drogas ilícitas, inclusive por meio do Mecanismo de Coordenação e Cooperação ALC-UE sobre Drogas.

26. O Brasil e a UE registraram com satisfação o recente início do Diálogo Estruturado ALC-UE sobre Migrações, que visa a reforçar e promover as relações birregionais em matéria migratória.

27. O Brasil e a UE destacaram a importância de encorajar ações voltadas para a construção da confiança nas sociedades e o fortalecimento de pontes entre os povos, comunidades e nações. Com este fim, reafirmaram seu compromisso de apoio e promoção da Iniciativa das Nações Unidas da Aliança de Civilizações e se congratulam com a realização do III Fórum da Aliança, no Brasil, em maio de 2010, o primeiro fora da área euro-mediterrânea.

Temas bilaterais

28. Os líderes verificaram com satisfação os significativos progressos alcançados na implementação do Plano de Ação Conjunto Brasil-UE e se comprometeram a continuar a promover sua implementação integral, bem como a intensificação e diversificação da relação bilateral.

29. Referiram-se aos resultados positivos da XI reunião da Comissão Mista Brasil-CE, que se realizou em Bruxelas em 7 de julho de 2009. Saudaram a decisão de manter reuniões anuais da Comissão Mista, de forma a permitir a avaliação do andamento da implementação de uma vasta gama de ações bilaterais no âmbito da preparação das reuniões de Cúpula.

30. Em sua avaliação da implementação do Plano de Ação Conjunto, os líderes registraram com particular satisfação:

- a importância do Diálogo Político de Alto Nível para a discussão de temas de interesse comum e o lançamento bem-sucedido do Diálogo sobre Direitos Humanos, que se reuniu em Brasília, em junho, e em Genebra, em setembro de 2009;

- a realização, em Brasília, em 16 de julho de 2009, da primeira reunião do Diálogo

Financeiro e Macroeconômico de Alto Nível. Notaram que a crise econômica e financeira global e as ações regulatórias por ela suscitadas fazem desse diálogo um elemento chave da parceria estratégica, ao estimular a coordenação de políticas e promover o intercâmbio de opiniões sobre a agenda de reformas do G20.

- a reunião do Diálogo de Alto Nível sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima, realizada em Brasília em 30 de abril de 2009, que proporcionou amplo intercâmbio de idéias sobre questões ambientais globais chave e uma discussão construtiva sobre as respectivas abordagens do tema.

- o compromisso de intensificar e ampliar os fluxos bilaterais de comércio e investimentos.

- a instalação, em julho de 2009, do Mecanismo Brasil-CE de Consultas sobre Questões Sanitárias e Fitossanitárias, que tem por objetivo fortalecer a coordenação e cooperação em relação a essas matérias, bem como dos Diálogos-piloto Brasil-CE em Questões Industriais e Regulatórias nas áreas de têxteis e vestuário, produtos florestais, aço, metais não-ferrosos e minerais, visando à criação de ambiente industrial e regulatório favorável às partes interessadas de ambos os lados.

- a importância do estabelecimento de diálogos bilaterais nas áreas de educação, juventude e esporte e políticas culturais, por meio da assinatura de Declarações Conjuntas em maio de 2009, em Brasília.

- a contínua cooperação entre o Brasil e a UE nas áreas de ciência, tecnologia e inovação e o trabalho desenvolvido no âmbito do Acordo Brasil-CE de Cooperação Científica e Tecnológica. Notaram com satisfação o lançamento de edital conjunto para pesquisa sobre biocombustíveis de segunda geração no âmbito do 7º. Programa-Quadro da UE

para Pesquisa e Desenvolvimento. Saudaram, ainda, os resultados do II Diálogo Brasil-CE sobre Sociedade da Informação, realizado em Brasília, em 10 e 11 de setembro de 2009, que discutiu políticas e estruturas regulatórias para acelerar a transformação em direção à economia digital e preparou o caminho para o lançamento de editais conjuntos na área de tecnologias de informação e comunicação (TICs) em 2010.

- a conclusão das negociações do Acordo de Cooperação entre a Euratom e a República Federativa do Brasil na área de pesquisa em fusão de energia, que intensificará a parceria brasileira no projeto Torus Europeu Conjunto (Joint European Torus- JET) e abrirá perspectivas de participação do Brasil em outros projetos e infraestruturas multilaterais e européias de larga escala na área de pesquisa em fusão, inclusive o Reator Experimental Termonuclear Internacional (ITER).

- o diálogo em andamento sobre transporte marítimo e a possibilidade de assinatura de um acordo horizontal na área de transporte aéreo, bem como de um acordo sobre segurança em aviação no primeiro semestre de 2010. Nesse contexto, os líderes também expressaram satisfação com o projeto de realização de Cúpula América Latina-UE de Aviação Civil.

- que a implementação do Plano de Ação também proporcionará vantagens e benefícios para terceiros países. Nesse sentido, reiteraram seu compromisso com a implementação de projetos de cooperação triangular entre o Brasil, a UE e países em desenvolvimento interessados, tais como os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs), Timor Leste e o Haiti nos setores de saúde, energia, agricultura, educação e outras áreas pertinentes. Notaram com satisfação o progresso já alcançado com vistas à identificação de princípios comuns, inclusive aqueles destacados na Agenda de Ação de Acra, modalidades operacionais e

projetos-piloto potenciais. Ambos os lados concordaram em refletir esses aspectos em um programa de trabalho conjunto sobre cooperação triangular que deverá constituir instrumento de trabalho para assegurar coerência e sinergia entre os setores de atuação. Os líderes saudaram os avanços obtidos nesse processo em andamento junto aos países interessados, bem como a intenção de organizar uma reunião trilateral em nível de peritos em 2009.

- nesse contexto, destacaram o compromisso do Brasil e da UE de trabalhar na iniciativa conjunta para o desenvolvimento sustentável da bioenergia na África, com ênfase em biocombustíveis e bioeletricidade. Propõem intensificar a cooperação nessa área, juntamente com a Comissão da União Africana, como um primeiro passo para uma ação mais ampla na área de energia em terceiros países. Ressaltaram que o desenvolvimento da bioenergia sobre uma base social, ambiental e economicamente sustentável pode proporcionar uma importante contribuição para enfrentar a mudança do clima, combater a pobreza e promover o acesso a formas modernas de energia, tais como para transporte, combustível doméstico e eletricidade para áreas rurais e urbanas.

A iniciativa tem por objetivo a elaboração de estudos de país voltados para a análise do potencial de desenvolvimento de produção de bioenergia sustentável, bem como de seu impacto sobre a redução da pobreza, em países e comunidades regionais interessados na África; o investimento público e privado será encorajado com vistas à implementação de projetos de bioenergia; um Grupo de Coordenação examinará as modalidades dessa iniciativa e seu programa de trabalho.

- a importância de envolver a sociedade civil no diálogo bilateral e, nesse contexto, as

recomendações do primeiro encontro da Mesa Redonda da Sociedade Civil entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil e o Comitê Social e Econômico Europeu, realizado em Bruxelas em 7 e 8 de julho de 2009.

31. Os líderes concordaram em facilitar o intercâmbio de informação com vistas a permitir que ambos os lados se beneficiem de oportunidades recíprocas para investimentos públicos e privados. Nesse contexto, registraram com satisfação os resultados da terceira Cúpula Empresarial Brasil-UE, realizada em Estocolmo, em 6 de outubro de 2009.

32. A UE saudou o reconhecimento pelo Brasil do status de economia de mercado para fins de investigações anti-dumping para os Estados-membros da UE Bulgária e Romênia.

33. O Brasil e a UE tomaram nota com satisfação da conclusão mutuamente satisfatória das negociações relativas ao ajuste compensatório de concessões, ao amparo dos dispositivos relevantes do GATT, devidas ao ingresso da Bulgária e da Romênia na UE.

34. Brasil e a UE saudaram a recente conclusão das negociações do acordo para dispensa de vistos de turismo e negócios para portadores de passaporte comum entre a Comissão Européia e a República Federativa do Brasil e se comprometeram a assegurar sua pronta entrada em vigor, de acordo com seus respectivos procedimentos internos. Também registraram que um acordo para dispensa de visto em passaportes diplomáticos e de serviço será negociado proximamente.

35. Tendo presentes o Plano de Ação Conjunto e as Cúpulas anuais entre ambos os lados, os líderes recomendaram que o diálogo político de alto nível se realize no nível de Ministros das Relações Exteriores.

Os líderes expressaram sua especial satisfação ante o exitoso desenvolvimento da parceria estratégica Brasil-UE. Comprometeram-se, ainda, a explorar a possibilidade de instalação de novos diálogos setoriais em áreas de interesse mútuo. Reiteraram seu compromisso de promoção da parceria, com vistas à geração de benefícios concretos para os povos do Brasil, da UE e de terceiros países.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
ÁFRICA DO SUL, JACOB ZUMA - SÃO
PAULO E BRASÍLIA,
8 E 9 DE OUTUBRO DE 2009
08/10/2009

O Presidente da República da África do Sul, Jacob Zuma, realizará visita ao Brasil nos dias 8 e 9 de setembro. O Mandatário sul-africano estará acompanhado, entre outras autoridades, da Ministra das Relações Exteriores e Cooperação, Maite Nkoana-Mashabane; do Ministro do Comércio e Indústria, Robert Davies; e do Ministro dos Esportes, Mankhenkesi Stofile. O Presidente Zuma lidera, ainda, missão de cerca de sessenta empresários.

No dia 8 de outubro, em São Paulo, a delegação sul-africana participará de seminário empresarial e de reunião sobre os preparativos da Copa do Mundo de 2010. No dia seguinte, em Brasília, o Presidente Jacob Zuma manterá reunião de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o homenageará com almoço. Os Ministros sul-africanos terão reuniões com seus homólogos, para discutir possibilidades de aprofundamento das relações bilaterais nas áreas de comércio e investimentos, esportes, obras públicas, turismo, ciência e tecnologia e cooperação para o desenvolvimento. O

Presidente Zuma realizará, ainda, visitas de cortesia ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e ao Supremo Tribunal Federal.

O comércio bilateral Brasil-África do Sul alcançou US\$ 2,5 bilhões em 2008, com US\$ 1,7 bilhões de exportações e US\$ 773 milhões de importações brasileiras. Em abril último, foi firmado Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), organismo de que faz parte a África do Sul.

MENSAGEM DE CONGRATULAÇÃO
DO PRESIDENTE LULA AO
PRESIDENTE BARACK OBAMA,
PELO RECEBIMENTO DO
PRÊMIO NOBEL DA PAZ
09/10/2009

“A Sua Excelência o Senhor
Barack Obama
Presidente dos Estados Unidos da América
É com grande alegria que felicito Vossa
Excelência pelo recebimento do Prêmio Nobel
da Paz deste ano.

Ao agir com a “profunda urgência do agora” a que se referia Martin Luther King em sua luta pelos direitos civis, Vossa Excelência iniciou, em apenas nove meses de mandato, esforços diplomáticos que têm o potencial de criar um ambiente internacional marcado pela paz e pelo desenvolvimento justo e sustentável.

Sou testemunha de seu compromisso genuíno em construir pontes e superar desconfianças.

Estou certo de que o Prêmio ora atribuído a Vossa Excelência o encorajará a perseguir, com ainda maior afinco, a revalorização do multilateralismo, a ênfase no diálogo e no

consenso, a busca de um mundo sem armas nucleares, os esforços pela paz no Oriente Médio e o estabelecimento de um modelo econômico sustentável.

Vossa Excelência pode estar certo de contar com o Brasil para a consolidação desse legado para as próximas gerações.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE CABO VERDE, JOSÉ MARIA NEVES - BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO,
13 A 17 DE OUTUBRO DE 2009
09/10/2009

Entre os dias 13 e 17 de outubro, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, acompanhado da Ministra das Finanças, Cristina Duarte, realizará visita oficial ao Brasil.

No dia 13 de outubro, em Brasília, o Primeiro-Ministro cabo-verdiano manterá encontro de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e será homenageado com almoço pelo Ministro Celso Amorim. Entre os temas a serem discutidos destacam-se a negociação da dívida de Cabo Verde e a cooperação e o comércio bilaterais.

No Rio de Janeiro, o Primeiro-Ministro Neves receberá o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Cândido Mendes e manterá encontros com o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e com representantes da comunidade estudantil cabo-verdiana na cidade, estimada em 400 pessoas.

Em São Paulo, o Chefe de Governo cabo-verdiano manterá encontro com o Governador

José Serra e reuniões com o setor privado. Também será recebido pela diretoria da Fundação Getúlio Vargas, onde se formou.

ATENTADOS TERRORISTAS DIANTE DA
EMBAIXADA DA ÍNDIA EM CABUL
09/10/2009

O Governo brasileiro manifesta sua mais veemente condenação ao atentado terrorista perpetrado no dia 8 de outubro, diante da Embaixada da Índia em Cabul, que resultou na morte de civis e deixou inúmeros feridos.

Ao reiterar seu repúdio a atos de terrorismo em todas suas formas e manifestações, o Governo brasileiro expressa seu profundo pesar aos familiares das vítimas e sua solidariedade ao povo e ao Governo afegãos, bem como ao povo e ao Governo da Índia.

ACIDENTE COM AVIÃO DA
MINUSTAH NO HAITI
09/10/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com profunda consternação, do acidente aéreo ocorrido hoje no Haiti, que vitimou militares uruguaio e jordanianos integrantes da Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti.

Não havia brasileiros a bordo do avião acidentado, que pertencia à Força Aérea do Uruguai.

O Ministro Celso Amorim está dirigindo votos de condolências, em nome do povo e do Governo brasileiros, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, aos Ministros das Relações Exteriores do Uruguai e da Jordânia, e aos familiares das vítimas.

BRASILEIROS NO MUNDO:
II CONFERÊNCIA SOBRE AS
COMUNIDADES BRASILEIRAS
NO EXTERIOR

13/10/2009

Rio de Janeiro, 15 e 16 de outubro

O Ministério das Relações Exteriores realizará nos dias 15 e 16 de outubro de 2009, no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, a II Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior: “Brasileiros no Mundo”. Os Ministros Celso Amorim e Luiz Dulci participarão, na manhã do dia 15, da sessão de abertura da Conferência.

Como ocorreu na primeira edição do evento, em julho de 2008, a Conferência reunirá autoridades dos três Poderes, bem como representantes de organizações e órgãos de mídia brasileiros em outros países, desta vez para debater políticas governamentais para as comunidades nacionais no exterior nas áreas de cultura e educação, trabalho e previdência, serviços consulares, regularização migratória e representação política. Centenas de lideranças comunitárias e representantes de entidades de apoio a brasileiros estarão presentes para tratar desses temas, atualizar a Ata de Reivindicações elaborada no ano passado e deliberar sobre proposta de eleição de um Conselho de Representantes.

A Conferência é organizada pela Subsecretaria - Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do MRE (SGEB), com apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), e será transmitida em tempo real. Os links para o acompanhamento pela Internet, o programa da conferência e outras informações, inclusive quanto a formas de participar e contribuir para os trabalhos, estão

disponíveis no site “Brasileiros no Mundo” em www.brasileirosnomundo.mre.gov.br e na página eletrônica da Fundação Alexandre de Gusmão - www.funag.gov.br.

RENOVAÇÃO DO MANDATO DA
MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS NO HAITI

14/10/2009

O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou ontem, 13 de outubro, a Resolução 1892, que renova o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), até 15 de outubro de 2010.

A resolução foi adotada por unanimidade, o que reitera o entendimento da comunidade internacional de que a presença das Nações Unidas no Haiti continua sendo fundamental para o restabelecimento da segurança e da ordem político-institucional no país e para o lançamento de bases sustentáveis de desenvolvimento econômico-social.

O Brasil tem com o Haiti um compromisso de longo prazo. Há 1.266 militares brasileiros na MINUSTAH (de um total de quase sete mil, oriundos de 17 países). O Comando militar da operação - função ocupada por brasileiros desde seu estabelecimento, em 2004 - atualmente é exercido pelo General Floriano Peixoto.

PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA
ESTRATÉGICA BRASIL-INDONÉSIA

14/10/2009

Durante a I Reunião da Comissão Mista (Brasília, 15 e 16 de outubro) será finalizada a negociação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Indonésia. A Parceria

Estratégica foi firmada durante a visita ao Brasil do Presidente indonésio Susilo Yudhoyono, em novembro passado.

O Plano de Ação aprofunda e amplia o escopo das relações nos planos bilateral, plurilateral e multilateral. Trata, no nível bilateral, entre outros assuntos, de energias renováveis; biotecnologia; defesa; mineração; políticas de inclusão social; cooperação acadêmica e educacional; e cooperação científica e tecnológica.

Na condição de maiores economias do MERCOSUL e da ASEAN, Brasil e Indonésia estimularão o avanço do processo de aproximação entre os dois grupamentos, iniciado na reunião ministerial realizada em Brasília, em novembro de 2008.

O Plano de Ação prevê também que os dois países promoverão maior aproximação entre o MERCOSUL e a ASEAN, estreitarão o diálogo sobre direitos humanos, finanças internacionais, meio ambiente, e governança global.

ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS 15/10/2009

O Brasil foi eleito hoje, 15 de outubro, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, para mandato de dois anos como membro não-permanente do Conselho de Segurança (de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2011). O Brasil contou com 182 votos de um total de 183 países votantes. O Brasil ocupará pela décima vez um assento eletivo no Conselho - frequência só igualada pelo Japão.

Foram também eleitos para o mesmo mandato 2010-2011 a Bósnia e Herzegovina, o Gabão, o Líbano e a Nigéria.

O Conselho de Segurança estará assim composto, em 2010, pelos seguintes países: Áustria, Japão, México, Turquia e Uganda (que cumprem mandato 2009-2010); Brasil, Bósnia e Herzegovina, Gabão, Líbano e Nigéria (eleitos para o mandato 2010-11), além dos cinco membros permanentes (China, França, Estados Unidos, Reino Unido e Rússia).

Nos termos da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança tem a responsabilidade primária de zelar pela paz e segurança internacionais e o poder de determinar a “existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão” (artigo 39). O Conselho é quem decide quais medidas serão tomadas para combater essas ameaças - inclusive por meio do estabelecimento de operações de manutenção da paz.

As prioridades do País como membro eleito do Conselho incluem a estabilidade no Haiti, a situação na Guiné-Bissau, a paz no Oriente Médio, os esforços em favor do desarmamento, a promoção do respeito ao Direito Internacional Humanitário, a evolução das operações de manutenção da paz e a promoção de um enfoque que articule a defesa da segurança com a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

Membro fundador da ONU, o Brasil tem longa tradição de contribuir para as operações de manutenção da paz. Em 1956, tropas brasileiras foram enviadas à primeira Força de Emergência das Nações Unidas em Suez (UNEF I). Desde então, o Brasil participou de mais de 30 operações de paz das Nações Unidas e contribuiu com cerca de 20 mil homens. Atualmente, o Brasil contribui com mais de 1.300 soldados, observadores militares e policiais em três continentes. O maior contingente encontra-se no Haiti, onde um General brasileiro exerce também o

comando militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), integrada por 17 países.

O Brasil foi membro do Conselho de Segurança em 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99 e 2004-05.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DOS
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, XEQUE
ABDALLAH BIN ZAYED AL NAHYAN
15/10/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos, xeque Abdallah bin Zayed al Nahyan, visitará o Brasil nos dias 19 e 20 de outubro, acompanhado de uma comitiva de empresários.

A visita compreenderá encontros em Brasília, com o Ministro Celso Amorim, e no Rio de Janeiro e São Paulo, com os respectivos Governadores.

Os Emirados Árabes Unidos são o segundo principal destino das exportações brasileiras para o mercado médio-oriental, atrás apenas da Arábia Saudita. Em 2008, o comércio bilateral atingiu mais de US\$ 1,9 bilhão, com superávit de US\$ 730 milhões a favor do Brasil.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO MALI, À GUINÉ EQUATORIAL
E AO TOGO
15/10/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visitas ao Mali, no dia 22, à Guiné Equatorial, no dia 23, e ao Togo, no dia 24 de outubro de 2009.

A delegação será integrada por representantes de diferentes órgãos governamentais envolvidos na cooperação

do Brasil com a África, bem como por empresários.

Nos casos do Mali e da Guiné Equatorial, a visita do Ministro Celso Amorim será a primeira de um Ministro das Relações Exteriores brasileiro. No caso do Togo, um Chanceler brasileiro não visita aquele país há 37 anos.

No Mali, além de encontros com o Presidente Amadou Toumani Touré, com o Primeiro Ministro, Modibo Sidibé, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Moctar Ouane, o Ministro Celso Amorim participará da abertura de seminário empresarial bilateral. Deverão ser assinados ajuste complementar na área de rizicultura e acordo sobre atividades remuneradas de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico.

Ainda no Mali, o Ministro Amorim visitará a fazenda-modelo de produção de algodão. A fazenda, iniciativa brasileira coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação e pela Embrapa, prevê o treinamento de cerca de 150 pesquisadores e profissionais do Mali, Burkina Faso, Benim e Chade, numa primeira fase, e de outros países africanos interessados, num segundo momento. Na visita à fazenda, o Ministro Celso Amorim participará da primeira colheita de algodão e lançará a pedra fundamental do Laboratório e Centro de Capacitação.

Na Guiné Equatorial, em 23/10, a programação prevê encontros com o Presidente Teodoro Obiang Nguema M'basogo e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pastor Micha Ondo Bilé. Os empresários que integram a delegação darão sequência, em encontro com representantes do setor privado local, a contatos comerciais iniciados quando da visita do Ministro Miguel Jorge (MDIC) à Guiné Equatorial, em junho passado. Em paralelo à visita ministerial, missão da área

de cooperação negociará a execução de projetos nas áreas de agricultura, esportes e pesca.

No Togo, o Ministro Celso Amorim terá encontros com o Presidente Faure Gnassingbé, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Regional, Kofi Esaw, e com o Ministro da Cooperação do Desenvolvimento e da Ordenação Territorial, Gilbert Bawara. Deverão ser assinados ajuste complementar para apoio à formação profissional e tecnológica no Togo, em especial nas áreas de formação pedagógica e mecânica de automóveis, e projeto de apoio institucional ao “Institut Togolais de Recherche Agronomique” (ITRA). Também nessa última etapa da visita ocorrerá encontro empresarial.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE - SÃO
PAULO, 19 DE OUTUBRO DE 2009
16/10/2009

O Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, realizará visita a São Paulo em 19 de outubro, acompanhado de comitiva de empresários, no quadro da Semana da Colômbia no Brasil.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Uribe manterão encontro de trabalho e encerrarão o Encontro Empresarial Brasil - Colômbia, a ser realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Os Presidentes deverão examinar temas da pauta bilateral, como comércio e investimentos, integração física, cooperação em defesa e energia, e assuntos regionais, como a UNASUL e a situação em Honduras, entre outros. Avaliarão também possíveis ações conjuntas que permitam revitalizar o

intercâmbio comercial entre os dois países.

Em 2008, Brasil e Colômbia registraram intercâmbio comercial de US\$ 3,1 bilhões, dos quais US\$ 2,3 bilhões corresponderam a exportações brasileiras.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA COLÔMBIA, ÁLVARO URIBE - SÃO
PAULO, 19 DE OUTUBRO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
19/10/2009

No marco da missão empresarial que concluiu a “Semana da Colômbia no Brasil”, o Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, realizou visita ao Brasil, no dia 19 de outubro de 2009. Juntamente com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente Uribe participou, na sede da FIESP, do Encontro Empresarial Brasil-Colômbia.

Essa foi a quarta vez em que o Presidente Uribe esteve no Brasil apenas em 2009 - demonstração cabal da crescente aproximação entre os dois países. À margem do encontro empresarial, os Presidentes entabularam conversações sobre a agenda multilateral, regional e bilateral, ao longo das quais puderam avançar na concertação que têm mantido nos mais diversos foros.

Na ocasião, os Presidentes:

1. Reiteraram seu empenho em apoiar os esforços do empresariado dos dois países em buscar formas criativas de superar os efeitos da crise, levando o comércio a retomar os níveis de crescimento que vinha experimentando nos últimos anos.

2. Nesse contexto, saudaram a missão de empresários colombianos à FIESP, a qual, somada à missão de empresários brasileiros à Colômbia, realizada no mês de julho

último, constitui importante ferramenta para fortalecer o intercâmbio bilateral.

3. Ressaltaram o potencial dos investimentos para integrar as cadeias produtivas dos dois países, levando, no marco do desenvolvimento sustentável e inclusivo, à consolidação de um cenário de trocas comerciais mais equilibradas entre Brasil e Colômbia.

4. Coincidiram no entendimento de que os projetos de infra-estrutura constituem elemento essencial nas políticas anticíclicas voltadas a debelar os efeitos da crise financeira internacional sobre suas economias. O Presidente do Brasil reiterou sua disposição de analisar possibilidades de financiamento de exportações brasileiras de bens e serviços, no marco de projetos de infra-estrutura realizados na Colômbia. De sua parte, o Presidente Uribe saudou o interesse de empresas brasileiras em participar de tais projetos.

5. Destacaram que, em setembro último, foram realizados os primeiros contatos, em nível técnico, destinados a estudar a implementação bilateral de um Sistema de Pagamento em Moedas Locais. Ambos instruíram as autoridades competentes a dar continuidade ao estudo do tema.

6. O Presidente Lula, ao manifestar que o Banco do Sul constituirá instrumento fundamental para o desenvolvimento e integração do continente, recordou que o Convênio Constitutivo do Banco do Sul, assinado por sete países da América do Sul em Isla Margarita, em 27 de setembro último, continuará aberto, por 120 dias, para adesão dos outros países da região. Convidou a Colômbia a tornar-se, também, membro fundador do Banco.

7. Destacaram a realização, em junho último, em Cartagena, da I Reunião da

Comissão Bilateral, mecanismo, em nível de chanceleres, voltado a conduzir Programa de Trabalho para o fortalecimento da Relação Especial entre os dois países, com ênfase na identificação de iniciativas conjuntas nas seguintes áreas: ciência e tecnologia; desenvolvimento sustentável da Amazônia; educação e cultura; energia; agroindústria; infraestrutura; e integração de cadeias produtivas.

8. Lembraram que, por ocasião da I Reunião da Comissão Bilateral, também foram realizadas a IV Reunião da Comissão Mista Cultural, Educacional e Esportiva e a VI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, e saudaram seus resultados.

9. Congratularam as equipes técnicas dos dois países pela elaboração do “Programa de Cooperação Técnica 2009-2011” - cujos principais projetos são nas áreas de meio ambiente, turismo, agricultura, criação de gado, saúde e energia -, e do “Programa de Cooperação Educacional e Cultural 2009-2012” - o qual é integrado, entre outras iniciativas, pelo compromisso de desenvolver atividades conjuntas voltadas a encorajar a participação de artistas e demais profissionais das artes de seus países em exposições, concertos, espetáculos, workshops, mostras e outros eventos a serem realizados no território da outra Parte.

10. Saudaram a decisão dos Chanceleres, no marco da I Reunião da Comissão Bilateral, de constituir o Grupo de Trabalho de Biocombustíveis, cuja primeira reunião será realizada em Bogotá, em novembro próximo. O Grupo constituirá mecanismo de concertação de posições a respeito do tratamento de temas relacionados a biocombustíveis nos mais diversos foros,

multilaterais e regionais. Do ponto de vista bilateral, constituirá instância para favorecer o intercâmbio de informações voltadas à promoção das energias renováveis.

11. Registraram satisfação com a realização, em agosto passado, no Rio de Janeiro, da XII Comissão de Vizinhança, foro que tem-se reunido em nível de Vice-Chanceleres, com o intuito de estudar e implementar projetos comuns conducentes à melhoria das condições de vida das populações da fronteira dos dois países.

12. Coincidiram em que a crise financeira internacional, surgida nos países ricos, tornou evidente que os rumos da economia mundial não podem ser definidos por número restrito de países desenvolvidos, sem a contribuição dos países em desenvolvimento. Com esse entendimento, sublinharam a importância de manter a coordenação dos países sul-americanos com vistas a levar posições representativas às grandes negociações globais sobre a crise, inclusive no G-20.

13. Convieram na importância do fortalecimento do multilateralismo e na necessidade urgente de proceder à reforma da Organização das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, com o objetivo principal de torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Em relação ao Conselho de Segurança, os Presidentes insistiram na necessidade de uma reforma ampla. O Presidente Uribe reconheceu a histórica aspiração do Brasil em ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança reformado. Os Mandatários indicaram, ainda, a importância de que a Colômbia tenha voz no Conselho, tema que deve ser considerado de maneira construtiva. A esse respeito, o Presidente Lula reiterou o apoio do Brasil à candidatura

colombiana ao Conselho de Segurança no período 2011-2012.

14. Saudaram a criação de vários Conselhos criados no marco da UNASUL, cuja própria multiplicidade demonstra a riqueza do potencial de diálogo e concertação entre os países da região, com o objetivo de oferecer respostas a problemas comuns.

15. Reiteraram a importância da coordenação política entre os países amazônicos, com vistas à Conferência do Clima, a ser realizada, em dezembro, em Copenhague.

16. Renovaram seu compromisso com a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição (Convenção de Ottawa). Nesse sentido, o Presidente da Colômbia reiterou o convite ao Presidente Lula para participar da Segunda Conferência de Exame da Convenção de Ottawa, que se realizará em Cartagena de Índias, de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2009.

17. O Presidente Álvaro Uribe Vélez manifestou, em seu nome e de sua delegação, seu agradecimento pela hospitalidade e atenção recebidas por parte do povo de do Governo do Brasil.

São Paulo, 19 de outubro de 2009.

ATENTADO NO IRÃ

19/10/2009

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia de atentado terrorista ocorrido no Irã, no dia 18 de outubro, que vitimou mais de 40 pessoas, entre as quais oficiais da Guarda Revolucionária, e feriu cerca de outras 30.

O Brasil reitera seu repúdio a todas as formas de terrorismo e transmite seus votos de pesar e de solidariedade às famílias das vítimas.

MÊS CULTURAL DO BRASIL
EM TIMOR LESTE
22/10/2009

O Ministério das Relações Exteriores promoverá, entre 31 de outubro e 22 de novembro, o Mês Cultural do Brasil em Díli, capital de Timor Leste. O evento busca divulgar a cultura popular brasileira naquele país e fortalecer o uso da língua portuguesa por meio de apresentações e oficinas de música, capoeira, teatro, artesanato, gastronomia, fotografia, cinema e literatura.

O Mês Cultural do Brasil envolverá cerca de 90 artistas e grupos brasileiros, entre os quais a Orquestra Experimental de Câmara (PE), o Maracatu Leão Coroado (PE), o Ilê Aiyê (BA), e o Cordão do Boitatá (RJ); os DJs Daniel Cohen (SP), Eduardo Lima (PE) e Chico Correa (PB); os atores e grupos teatrais Luiz Carlos Vasconcelos (PB), Teatro que Roda (GO) e Pia Fraus (SP); a “chef” de cozinha Patrícia Bon (DF); o fotógrafo João Paulo Barbosa (DF); artesãos do Ceará; capoeiristas brasileiros residentes na Indonésia e na Austrália; e os escritores Ziraldo, Luiz Ruffato e Marçal Aquino.

Será montado, ainda, um “ponto de leitura” no Mercado Lama, espaço que abrigará o Mês Cultural do Brasil. A iniciativa, que conta com o apoio da Diretoria de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura brasileiro, visa a atender a solicitação da Secretaria de Cultura timorense. Diversas editoras cooperam com o Ministério das Relações Exteriores para oferecer obras literárias que

serão colocadas à disposição do público no “ponto de leitura”. Ao término do evento, as obras serão doadas ao Governo timorense.

O elevado número de participantes, a diversidade regional das manifestações culturais representadas, a expectativa do envolvimento direto dos brasileiros residentes no Timor Leste e o volume de recursos envolvidos tornam o Mês Cultural do Brasil no Timor um dos mais importantes eventos culturais a serem promovidos pelo Itamaraty em 2009.

Apesar de ser um dos idiomas oficiais de Timor Leste, a língua portuguesa é falada por apenas cerca de 20% da população timorense. A diplomacia cultural brasileira busca difundir o uso e o aprendizado do português em Timor, por meio da programação cultural da Embaixada em Díli e de iniciativas como o Mês Cultural do Brasil.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
À GUINÉ-BISSAU - BISSAU,
25 DE OUTUBRO DE 2009
23/10/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial à Guiné-Bissau no dia 25 de outubro, acompanhado por representantes da EMBRAPA, da FIOCRUZ e da CAPES, bem como por empresários. Esta será a primeira visita brasileira de alto nível à Guiné-Bissau após a posse do novo Presidente da República, Malam Bacai Sanhá, eleito em julho, em eleições antecipadas em função da morte do então Presidente João Bernardo Vieira.

O Ministro Amorim deverá manter encontros com o Presidente Malam Bacai, com o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Junior, com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Maria Adiatu Djaló Nandigna, e com o Ministro

da Defesa, Artur Silva. Ademais, deverá participar do encerramento do Encontro de Cooperação Técnica e Empresarial Brasil-Guiné-Bissau.

Durante a visita, serão discutidos temas relativos à cooperação e ao apoio do Brasil à reforma do setor de segurança e defesa. Também será inaugurado o Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau, um dos maiores projetos da cooperação brasileira. Construído em parceria com o SENAI, o Centro está em funcionamento parcial e já oferece cursos de formação, contribuindo, assim, para mitigar a reduzida oferta de capacitação profissional para o exercício de atividades produtivas.

Guiné-Bissau é um importante beneficiário da cooperação técnica brasileira. São desenvolvidos projetos nas áreas de educação, defesa, saúde, formação profissional, apoio à agricultura e à pecuária. O Brasil realizou doações para a organização das eleições legislativas em novembro de 2008 e para as eleições presidenciais antecipadas neste ano.

O Brasil preside a Comissão para a Construção da Paz para a Guiné-Bissau nas Nações Unidas. O Governo brasileiro já anunciou que, durante seu novo mandato no Conselho de Segurança da ONU, buscará priorizar o caso da Guiné-Bissau.

SITUAÇÃO NA SOMÁLIA

25/10/2009

O Governo brasileiro acompanha, com profunda preocupação, a espiral de violência na Somália, que vitimou mais de trinta pessoas nos últimos dias e que levou ao ataque ao aeroporto da capital Mogadíscio, em 22 de outubro, na tentativa de se atingir o avião que

conduziu o Presidente Sheik Sharif Ahmed para visita oficial a Uganda.

O Governo brasileiro condena a violência empregada por facções somalis para atingir seus objetivos políticos e exorta-as a respeitar o Governo Federal de Transição e a recorrer ao diálogo como meio para a resolução de suas divergências.

ATENTADOS NO IRAQUE

26/10/2009

O Governo brasileiro condena nos mais fortes termos os atentados ocorridos em 25 de outubro contra o Ministério do Interior do Iraque e as instalações do Governo da Província de Bagdá, que vitimaram mais de 150 pessoas.

O Brasil reafirma seu repúdio a todas as formas de terrorismo e reitera que somente o diálogo democrático e o entendimento levarão à estabilização do Iraque. O Governo brasileiro manifesta sua solidariedade com o Governo e com o povo do Iraque em face dos atentados verificados em Bagdá.

O Governo brasileiro vê com grande preocupação a escalada da violência no Paquistão, onde uma série de ataques terroristas perpetrados nas últimas semanas deixou mais de 250 mortos e outras centenas de feridos entre a população civil.

O Brasil recebeu com consternação a notícia da explosão, hoje, de um carro-bomba em um mercado popular em Peshawar, que matou mais de oitenta pessoas e fez mais de duzentos feridos, a maioria mulheres e crianças.

Ao apresentar suas condolências às famílias das vítimas, o Governo brasileiro reitera sua mais veemente condenação a todos os atos de terrorismo e faz votos de que o povo

paquistanês possa voltar a trilhar o caminho da paz e da estabilidade.

ATENTADO EM CABUL
28/10/2009

O Governo brasileiro repudia com veemência a série de recentes atos terroristas no Afeganistão. O último ataque, perpetrado hoje, em Cabul, causou a morte de doze pessoas, inclusive seis funcionários da ONU, e deixou dezenas de feridos.

Ao manifestar seu pesar e solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao Secretário-Geral das Nações Unidas, o Governo brasileiro reafirma seu repúdio a ataques contra civis e funcionários de organismos internacionais. Da mesma forma, reitera seu apoio aos esforços do Governo e do povo afegãos e da comunidade internacional em prol da restauração da paz e da estabilidade no Afeganistão.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À VENEZUELA -
CARACAS E EL TIGRE,
29 E 30 DE OUTUBRO DE 2009
29/10/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à Venezuela em 29 e 30 de outubro. Trata-se do sétimo encontro presidencial no marco do mecanismo de reuniões presidenciais trimestrais entre o Brasil e a Venezuela.

No dia 29, em Caracas, o Presidente Lula participará da inauguração do Consulado-Geral do Brasil e do escritório da Caixa Econômica Federal e terá jantar de trabalho com o Presidente Hugo Chávez. No dia 30,

em El Tigre, os Presidentes visitarão plantação de soja, no contexto de projeto de cooperação com a Embrapa, conduzirão reunião ampliada e assinarão atos na área de esporte, comércio, distribuição de alimentos, cooperação habitacional, integração fronteiriça e TV digital, entre outros.

Os Presidentes deverão revisar a agenda bilateral, com ênfase nos programas de cooperação nas áreas industrial, agrícola, comércio bilateral, habitacional e de prestação de serviços bancários para a população de baixa renda. Deverão ser examinados, igualmente, temas de interesse regional, em particular o processo de integração sul-americana.

Em 2008, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Venezuela atingiu cerca de US\$ 5,7 bilhões, dos quais US\$ 5,1 bilhões corresponderam a exportações brasileiras.

ACORDO EM HONDURAS
30/10/2009

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia do acordo alcançado ontem, dia 29, em Tegucigalpa, que cria as condições para o restabelecimento da ordem democrática em Honduras.

O Brasil expressa a expectativa de que a normalidade institucional se restabeleça dentro do mais breve prazo em Honduras, com a volta da titularidade do Poder Executivo ao estado prévio ao golpe de estado de 28 de junho.

Ao congratular o povo hondurenho pelo desfecho pacífico da crise, o Brasil confia em que o acordo ontem alcançado permita a plena reintegração de Honduras ao sistema interamericano e internacional e a pronta normalização da situação de sua Embaixada em Tegucigalpa.

IV REUNIÃO DO CONSELHO
ECONÔMICO E COMERCIAL
CONJUNTO BRASIL-CANADÁ -
BRASÍLIA, 30 DE OUTUBRO DE 2009
30/10/2009

Realiza-se hoje, em Brasília, a I Reunião do Conselho Econômico e Comercial Conjunto Brasil - Canadá. A delegação canadense é chefiada pelo Vice-Ministro de Comércio Internacional, Louis Lévesque, e integrada por representantes de diversos órgãos governamentais.

A reunião propiciará discussão sobre temas econômicos internacionais - situação financeira atual, G20 financeiro, Rodada Doha de negociações comerciais e iniciativas de integração regional, entre outros. Na ocasião, serão avaliadas possibilidades de cooperação em matéria de promoção de investimentos e de implementação de políticas públicas. Serão também consideradas possíveis iniciativas de cooperação setorial. A reunião possibilitará ainda diálogo entre os Governos brasileiro e canadense sobre os acordos econômicos bilaterais em fases de implementação ou de negociação por ambos os países.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À VENEZUELA -
CARACAS E EL TIGRE,
29 E 30 DE OUTUBRO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
31/10/2009

Em 30 de outubro de 2009, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frías se reuniram no Estado Anzoátegui, na Venezuela, dando continuidade às reuniões presidenciais trimestrais iniciadas em 2007,

com vistas a repassar a agenda de cooperação bilateral, aprovar atos de execução da cooperação em diferentes campos e examinar a implementação do plano de ação bilateral definido em Maracaibo, em janeiro de 2009.

Abertura de Escritório do IPEA

2. Os Presidentes anunciaram, inicialmente, a intenção de abrir um escritório do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em Caracas, o primeiro daquele Instituto no exterior, que buscará facilitar o intercâmbio de informações e experiências adquiridas no Brasil na área de pesquisa econômica voltada para o desenvolvimento, com ênfase no seu aproveitamento para as políticas públicas nacionais.

3. Recordaram que a abertura de escritório do IPEA se insere no conjunto de medidas de cooperação que se implementam de forma concreta entre o Brasil e a Venezuela e que levaram à abertura também de escritório da ABDI (Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial), da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da CEF (Caixa Econômica Federal).

Cooperação na Área Habitacional e
Inclusão Bancária

4. Ambos os Presidentes expressaram sua satisfação com a incorporação da Caixa e de empresas brasileiras no projeto de Transformação Integral do Bairro San Agustín do Sul, empreendido pelo Ministério do Poder Popular para as Obras Públicas e Moradia venezuelano, e que se inscreve no programa “Bairro Novo-Bairro Tricolor”. Além disso, saudaram a assinatura do Projeto “Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas em Caracas”, ressaltando a experiência e a prática urbanística brasileira e venezuelana, que serão integradas para transformar a qualidade de vida dos habitantes

de menor renda e para contribuir com a eliminação da segregação espacial que separa as favelas dos demais bairros das grandes cidades sul-americanas.

5. Lembraram que a universalização de serviços bancários é um instrumento fundamental de fortalecimento da inclusão social. Tomaram nota dos avanços logrados entre a Caixa e o Ministério de Economia e Finanças com relação ao estabelecimento de pontos de atendimento não-tradicionais em bairros pobres venezuelanos, mediante a assinatura de convênio entre a Caixa e a Corporação Bancária Pública da Venezuela para a criação de projeto piloto de co-responsáveis na Venezuela. Consideraram importante, ademais, que prossigam os entendimentos entre a Caixa e a Corporação Bancária Pública da Venezuela, já que a plataforma tecnológica desenvolvida pela Caixa pode ser um instrumento útil para o fortalecimento da Corporação Bancária Pública da Venezuela como banco público.

Cooperação na Área de Financiamento de Projetos

6. As Partes se congratularam com os avanços alcançados pela comissão técnica bilateral para a realização de estudos operacionais e trâmites para elaborar a estrutura financeira do crédito dos financiamentos brasileiro-venezuelanos. A fim de definir os projetos a serem financiados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES), elaborou-se uma carteira de projetos enfocados no desenvolvimento industrial, na infraestrutura e em outras áreas consideradas estratégicas pela República Bolivariana da Venezuela. Tendo como critérios o nível de execução dos projetos, assim como a viabilidade legal para sua contratação, acordou-se que o Brasil levará a cabo as análises necessárias para o

financiamento dos projetos escolhidos pela Venezuela, a saber: 1) desenho, construção e operação de um complexo siderúrgico, “Empresa Siderúrgica Nacional”, ao valor de USD 865.423.450, e 2) desenho e construção de um estaleiro, “PDVSA-NAVAL”, ao valor de USD 638.000.000.

Integração fronteiriça

7. Os Presidentes sublinharam seu compromisso em seguir trabalhando para harmonizar, com base na reciprocidade, os procedimentos na zona fronteiriça, que envolvem os controles aduaneiros, migratórios, sanitários e policiais, em benefício da integração e das populações locais.

8. Saudaram a realização da II Reunião do Subgrupo de Trabalho sobre Saúde na Fronteira Brasil-Venezuela (STSF), que é parte do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço (GTDF) da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN), realizada em Boa Vista, Roraima, de 09 a 11 de setembro. Na reunião, foi elaborado Plano de Ação Conjunta para o período 2009/2012, que será aplicado nos municípios fronteiriços dos Estados de Roraima e Amazonas, no Brasil, e Bolívar e Amazonas, na Venezuela. Entre as ações previstas, ressaltam-se, dentre outras, a promoção, prevenção, assistência médica integral e acesso a tratamentos pelas populações, com um enfoque intercultural, para garantir a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

9. Ressaltaram, igualmente, o esforço que se empreenderá no fortalecimento da atenção à saúde das populações fronteiriças, incluindo a saúde indígena, particularmente na área de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena do Uairén (Venezuela), bem como na melhora dos fluxos de vigilância epidemiológica e dos sistemas de referência e contra-referência de

pacientes, no tratamento da oncocercose e da malária, na assistência e prevenção do HIV/AIDS, entre outros.

10. Reiteraram o compromisso de ambos Governos em aprofundar os laços de integração entre os estados e municípios fronteiriços, para melhorar a qualidade de vida de suas populações nas áreas de saúde, educação, transporte e comércio. Nesse sentido, os Presidentes ressaltaram a importância da celebração da X Reunião Binacional do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço (X GTDF), a realizar-se em Boa Vista, de 24 a 26 de novembro de 2009.

11. Instruíram suas equipes técnicas a analisar, no marco da X Reunião do GTDF, com vistas a assinatura na próxima reunião presidencial trimestral, os Acordos sobre: 1) Localidades Fronteiriças Vinculadas de Pacaraima e Santa Elena do Uairén; e 2) Facilitação do Comércio e do Transporte fronteiriço nas mencionadas localidades.

12. Os mandatários reconheceram a importância de tratar os temas ambientais comuns, ao amparo do Memorando de Entendimento entre Brasil e Venezuela sobre Cooperação Ambiental, no marco do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço (GTDF) da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN).

13. Congratularam-se, igualmente, pela assinatura do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Regime de Depósitos Francos de mercadorias.

Interconexão por Fibra Ótica

14. Os Presidentes celebraram, com satisfação, a inauguração da primeira fase do projeto de interconexão de fibra ótica no último dia 10 de setembro de 2009, quando se colocou em funcionamento um ponto de interconexão que une Boa Vista, capital do Estado de Roraima, e Santa Elena do Uairén, no Estado Bolívar. Eles reconheceram que, com projetos

como esse, as populações de ambas as nações se beneficiam do acesso a melhores condições de comunicação, se melhora a infraestrutura da zona fronteiriça e se fortalecem os laços de integração entre os países mediante a construção de uma cooperação baseada na igualdade e solidariedade.

15. Felicitaram os Governadores de Roraima, no Brasil, e Bolívar, na Venezuela, por terem apoiado essa importante iniciativa que trará, com tecnologia binacional, comunicação em banda larga mais rápida para as cidades do sul da Venezuela e do Norte do Brasil.

16. Anunciaram os planos binacionais para estender o sistema de fibra ótica CANTV-OI até a cidade de Manaus.

Cooperação Industrial

17. Os Mandatários tomaram conhecimento, com satisfação, da visita que uma equipe de técnicos venezuelanos realizará ao Brasil, entre 08 e 14 de novembro, para conhecer a experiência e os avanços alcançados em matéria industrial. Com o apoio de diversas instituições governamentais brasileiras, a ABDI oferecerá dados para apoiar a Venezuela no desenho de políticas de industrialização, que contribuirão para a diversificação do parque produtivo local.

18. Acolheram com satisfação os resultados da visita do Ministro de Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias da Venezuela (MPPCIT), Jesse Chacón, a Manaus, no último dia 13 de outubro, acompanhado do Ministro de Indústrias Básicas, Rodolfo Sanz, ocasião em que se encontraram com o Governador do Amazonas, Eduardo Braga e com o Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Reginaldo Braga Arcuri, e com a Superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso, a fim de explorar as possibilidades de cooperação na região Norte do Brasil e Sul da Venezuela.

19. Saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento do Eixo Manaus-Puerto Ordaz entre a ABDI e o MPPCTI, que dá seguimento à agenda de trabalho acordada em Manaus, com ênfase em ações de estreitamento da cooperação bilateral nos campos de infraestrutura, comunicações, interconexão fluvial e terrestre, biotecnologia, turismo e complementaridade industrial.

Cooperação agrícola e alimentar

20. Saudaram o resultado da parceria entre a Embrapa, a Odebrecht e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural da Venezuela (Inder). A transferência de tecnologia da Embrapa dará sustentabilidade ao projeto nas vertentes de desenvolvimento e inovação tecnológica. A capacitação técnica dos técnicos venezuelanos é componente prioritário nessa parceria. A cooperação já resultou no plantio de dois mil hectares de soja, que chegarão a sete mil hectares até o final de 2009. Esperam que o aprofundamento da cooperação agrícola permita à Venezuela melhorar sua capacidade de produção de leite e carne de soja e fortalecer seu parque produtivo agro-industrial.

21. Ao término da visita à área de plantio de soja em El Tigre, estado Anzoátegui, manifestaram sua grande satisfação com os resultados práticos que estão sendo alcançados pela cooperação entre a EMBRAPA e o Ministério de Agricultura da Venezuela, com vistas a colaborar para a auto-suficiência agrária da Venezuela e para a sua segurança alimentar.

22. Felicitaram-se pela assinatura da Ata de Início do Projeto de Construção do Frigorífico de San Francisco (Apure), entre a Corporación Venezolana de Alimentos CVA e o Grupo Colorado do Brasil. Esse projeto, que será iniciado a partir do presente encontro entre os Presidentes, permitirá a construção de um frigorífico de alta capacidade de processamento e a transferência de tecnologias

de produção desenvolvidas no Brasil.

23. Os Presidentes também se felicitaram pela assinatura do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (a cargo da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB) e o Ministério do Poder Popular para a Alimentação da Venezuela (por meio do grupo Mercados de Alimentos, c.a. - MERCAL, C.A. - e da Corporação de Abastecimento e Serviços Agrícolas, s.a. - LA CASA, S.A), para o intercâmbio de conhecimentos e experiências no âmbito da participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), contemplado na estratégia brasileira do Programa Fome Zero; e no do sistema de comercialização implementado na “Missão Alimentação”, baseado na colocação de produtos de qualidade em quantidade suficiente e a preços inferiores aos estabelecidos no mercado.

Integração Energética

24. Os Presidentes manifestaram sua satisfação com os avanços e o nível de desenvolvimento da cooperação no setor energético, e com o final das negociações, entre Petrobras e PDVSA, dos estatutos da companhia que operará a Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco, no Brasil. Os Presidentes esperam a assinatura de todos os acordos com a maior brevidade possível, na próxima Assembléia Geral Extraordinária da Refinaria Abreu e Lima.

25. Consideram que a associação Petrobras-PDVSA, concretizada com a Refinaria Abreu e Lima, é estratégica para seus países, por contribuir com o objetivo comum de aumentar sua autonomia no setor de geração de energia e produção de combustíveis, bem como para o desenvolvimento da indústria petroquímica.

26. Esperam que a Refinaria Abreu e Lima seja um incentivo para novas operações conjuntas entre as empresas brasileiras

e venezuelanas do setor de petróleo e combustíveis, bem como de outros setores, e manifestaram sua expectativa de que o empreendimento contribua para acelerar o processo de integração entre ambos os países, com o aproveitamento de sua complementaridade produtiva.

27. Nesse sentido, manifestaram sua satisfação com a assinatura do Acordo de Estudo Conjunto para Campos Maduros entre a PDVSA e a ODEBRECHT Óleo e Gás, que permitirá promover e desenvolver a cooperação na indústria petroleira, e impulsionar o intercâmbio de experiências para o fortalecimento das capacidades dos especialistas de ambos os países.

28. Manifestaram, igualmente, sua satisfação pela assinatura do Memorando de Entendimento entre a PDVSA Industrial e a empresa brasileira MAT S/A, no último dia 30 de setembro, que permitirá fomentar o desenvolvimento do programa de Gás Natural Veicular da República Bolivariana da Venezuela, assim como avaliar a realização de ações de cooperação adicionais nessa matéria.

29. Saudaram, também, a assinatura do Adendo ao Memorando de Entendimento entre a Petroquímica de Venezuela (Pequiven) e a brasileira BRASKEM, para a Implementação de Instalações Petroquímicas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Bahia.

30. Por último, saudaram a possibilidade de fornecimento de equipamentos da Fábrica Carioca de Catalisadores para refinarias na Venezuela.

Biotecnologia

31. Os Presidentes saudaram a conclusão da Carta de Intenções na Área de Biotecnologia, entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e o Ministério do Poder Popular para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias da Venezuela,

que buscará aplicar os conhecimentos do Centro de Biotecnologia de Manaus para o aproveitamento sustentável dos recursos da Amazônia comum aos dois países.

Cooperação em saúde pública

32. Ademais dos avanços relativos à saúde considerados no Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço, os mandatários se felicitaram pela assinatura do Memorando de Entendimento para cooperação entre o Instituto do Coração de São Paulo (INCOR) e o Hospital Cardiológico Infantil Latino-Americano, na Venezuela.

Cooperação em matéria de Esportes

33. Celebraram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva, que procurará fomentar iniciativas bilaterais de promoção do esporte como instrumento de integração social entre os dois países.

Educação

34. Os Presidentes celebraram a realização de reuniões de trabalho entre Instituições de Ensino Superior do Brasil, a Fundação Gran Mariscal de Ayacucho (FUNDAYACUCHO) e o Ministério do Poder Popular para a Educação Superior da Venezuela, a fim de contribuir com a consecução de atividades orientadas a garantir a mobilidade acadêmica, a formação de recursos humanos, o intercâmbio de informações sobre os sistemas de educação universitária e o ensino dos idiomas português e castelhano como língua estrangeira, com o firme propósito de favorecer o desenvolvimento integral e a união intercultural entre os povos de ambas as nações.

35. Considerando que o fluxo de pessoas através da fronteira terrestre entre os países tem aumentado, o que leva a que os habitantes da região sejam mais vulneráveis a problemas relacionados à educação sexual, instruíram suas equipes a trabalhar em conjunto em

programas de educação sobre saúde sexual e reprodutiva, com vistas a prevenir doenças de transmissão sexual, HIV e gravidez precoce.

Turismo

36. Ambos os Presidentes ressaltaram a importância do turismo como área estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e da Venezuela, e, portanto, saudaram a ativação do Grupo de Trabalho de Turismo da COBAN, cuja primeira reunião se realizará no primeiro trimestre de 2010. Igualmente, exortaram seus organismos competentes a avançarem na definição dos termos para um acordo em transporte turístico terrestre, que facilite o fluxo de turistas na zona fronteira binacional.

37. Igualmente, se congratularam pela assinatura da Carta de Intenção entre a Construtora OAS, LTDA. de Brasil e a Venezuelana de Turismo S.A. (VENETUR) para a recuperação física dos Hotéis Guaicamacoto e Gran Caribe, localizados no estado Vargas, na Venezuela, assim como com o início das negociações sobre o Programa de Cooperação na área de turismo entre os dois países, o qual propõe o desenvolvimento de estratégias conjuntas para o período 2010-2012.

38. Por outro lado, ambos os mandatários manifestaram com satisfação a participação da República Federativa do Brasil como “País convidado”, à segunda edição da Feira Internacional de Turismo da Venezuela-FITVEN 2009, celebrada no Centro de Convenções Waraira Repano, de 1º a 4 de outubro de 2009.

Cooperação na Área Mineral

39. Os Presidentes anunciaram a intenção de iniciar cooperação para aperfeiçoar os padrões de fiscalização, controle e certificação de diamantes, no âmbito dos esforços internacionais para combater o comércio

ilícito do diamante e suas conseqüências sociais. O Presidente Lula indicou que deixará especialistas brasileiros à disposição do Governo venezuelano para treinamento nessa área, por meio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O Presidente Hugo Chávez se dispôs a enviar funcionários de alto nível e especialistas do Ministério de Indústrias Básicas e Mineração ao Brasil, para dar seguimento às tratativas nesse sentido.

Coordenação na área social

40. Os Presidentes decidiram acelerar os programas sociais da agenda de integração bilateral relativos à erradicação da fome e da pobreza, ao combate ao analfabetismo e à promoção do bem-estar, a fim de impulsionar, em ambos os países, a implementação de políticas públicas orientadas à inclusão social e à superação das desigualdades econômicas e sociais.

41. Ressaltaram a necessidade de avançar a internacionalização das missões e programas sociais em matéria de saúde, educação, proteção e participação social enfocados no atendimento às necessidades básicas diferenciadas da população em situação de vulnerabilidade como crianças, idosos e deficientes.

42. Decidiram instruir seus Ministros da área social a dar continuidade às iniciativas em andamento e a apresentar novas propostas para a próxima reunião presidencial no Brasil.

Missão Empresarial

43. Os Presidentes viram com satisfação os resultados da visita do Ministro Miguel Jorge a Caracas, acompanhado de missão empresarial brasileira, sobretudo as iniciativas comerciais e de cooperação que ocorrerão em seguimento ao referido encontro com o objetivo de aumentar o fluxo comercial entre Brasil e Venezuela nos dois sentidos. Foi recebida com satisfação a confirmação da data de 24

de novembro para nova visita do Ministro a Caracas para aprofundar a discussão de projetos comuns, como o apoio brasileiro à renovação da frota de veículos da Venezuela.

TV Digital

44. Os Presidentes saudaram a adoção do sistema de TV digital nipo-brasileiro pela Venezuela. Ressaltaram as vantagens, em especial no que concerne ao acesso das populações de baixa renda a serviços de telecomunicações eficientes e de baixo custo.

45. Nesse contexto, os Presidentes ressaltaram a importância de que Brasil e Venezuela realizem esforços conjuntos com vistas à adoção do referido sistema pelos demais países da região.

MERCOSUL

46. Os Presidentes manifestaram sua satisfação com a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Essa decisão significa um importante passo no processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, que contribuirá com os esforços de integração na América do Sul e de sua vinculação com o Caribe.

47. Os Presidentes concordaram em realizar o próximo encontro bilateral em Roraima, em março de 2010.

XXVIII REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO GRUPO DO RIO - MONTEGO BAY, JAMAICA, 5 DE NOVEMBRO DE 2009 03/11/2009

O Ministro Celso Amorim participará da XXVIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio, a se realizar em 5 de novembro em Montego Bay, Jamaica.

A reunião constitui etapa dos trabalhos preparatórios para a XXI Cúpula do Grupo do Rio que acontecerá no México, em fevereiro de 2010. Deverá ser examinada, entre outros temas, a proposta do México relativa à criação de uma nova organização para a América Latina e o Caribe, com base na convergência entre o Grupo do Rio e a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC).

O encontro oferecerá, ainda, oportunidade para avaliação das perspectivas do restabelecimento da ordem democrática em Honduras a partir do acordo alcançado em Tegucigalpa em 29 de outubro.

REUNIÃO MINISTERIAL DA CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - CALC - MONTEGO BAY, JAMAICA, 6 DE NOVEMBRO DE 2009 03/11/2009

Reunião Ministerial da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento - CALC - Montego Bay, Jamaica, 6 de novembro de 2009

O Ministro Celso Amorim chefeará a delegação do Brasil à Reunião Ministerial da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), a se realizar em Montego Bay, Jamaica, em 6 de novembro.

O encontro faz parte dos trabalhos preparatórios para a II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, que se realizará no México, em fevereiro de 2010.

Os Ministros deverão avaliar e discutir a implementação dos compromissos da Declaração emitida pela Cúpula celebrada na Costa do Sauípe em dezembro de 2008, bem como a institucionalização da CALC.

COLÔMBIA – EQUADOR
05/11/2009

O Governo Brasileiro recebeu com satisfação a notícia de que, após a segunda reunião da Comissão de Considerações Sensíveis (Cotacachi, Equador, 3 de novembro), os Chanceleres da Colômbia e do Equador anunciaram que designarão, até o dia 15 de novembro, seus Encarregados de Negócios em Quito e Bogotá.

O Governo Brasileiro também considera auspicioso o anúncio da reativação da Comissão Binacional de Fronteira, presidida pelos Ministros da Defesa dos dois países, assim como a continuidade das Reuniões no marco da Comissão de Considerações Sensíveis.

Ao felicitar os dois governos, o Brasil exorta os dois países a continuar a trabalhar na direção da retomada plena das relações bilaterais.

REUNIÃO DOS MINISTROS DE
RELAÇÕES EXTERIORES DA CALC -
PLANO DE AÇÃO DE MONTEGO BAY
06/11/2009

Montego Bay, 6 de novembro de 2009

A Declaração de Salvador, adotada na Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento - CALC, realizada na Costa do Sauípe, em

Salvador da Bahia, em 16 e 17 de dezembro de 2008, contempla compromissos que visam a fortalecer a cooperação em áreas de interesse comum, com base nos princípios de flexibilidade e de participação voluntária nas iniciativas.

2. Com vistas a implementar os compromissos assumidos na Declaração de Salvador, são adotadas as seguintes iniciativas:

I) Cooperação entre os Mecanismos Regionais e Sub-regionais de Integração

I.1) Promover o diálogo e a cooperação entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração com o objetivo de aprofundar o conhecimento mútuo, identificar possíveis sinergias e oportunidades de iniciativas conjuntas, assim como avaliar a possibilidade de iniciar um processo de convergência em áreas prioritárias.

O diálogo entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração estaria estruturado em quatro grandes áreas: (i) econômico-comercial; (ii) produtiva; (iii) social e institucional; e (iv) cultural. Para tanto, serão compartilhadas informações sobre os seguintes temas:

(i) Dimensão econômico-comercial: medidas que contribuam ao incremento do intercâmbio comercial entre nossos países, baseadas na complementaridade, solidariedade e cooperação; medidas para aproveitar os acordos comerciais intra-regionais existentes; cooperação em certificação digital de origem; capacitação em matéria de certificação técnica e sanitária; critérios para a compilação de dados estatísticos; participação dos pequenos produtores e do setor artesanal; assim como discussão e intercâmbio de experiências em matéria de políticas econômicas regionais.

(ii) Dimensão produtiva: iniciativas existentes em matéria de integração produtiva;

estudos e intercâmbio de informações sobre pequenas e médias empresas (PMEs); mecanismos de facilitação do acesso ao crédito; programas de apoio à qualidade e à inovação tecnológica; e a identificação de mecanismos que, no quadro da ação regional, preservem espaços para a implementação dos planos nacionais de desenvolvimento.

(iii) Dimensão social e institucional: Promover a discussão e a posterior definição de políticas comuns em áreas de interesse direto para os cidadãos, tais como residência, exercício profissional, justiça, normas trabalhistas e previdenciárias; integração educacional; promoção dos direitos humanos; políticas de gênero e intercâmbio de experiências sobre aspectos institucionais dos mecanismos de integração, conforme as legislações nacionais; assim como instar os mecanismos regionais e sub-regionais a que abordem a questão da migração, com vistas a aprofundar o diálogo e ao desenvolvimento de programas de cooperação regional sobre migração.

(iv) Dimensão cultural: integração cultural e o incentivo ao desenvolvimento de indústrias criativas.

I.2) Solicitar ao SELA, à CEPAL e a outras instituições similares a realização, pontualmente, de estudos e trabalhos técnicos da CALC, em áreas de sua competência e em cooperação com os outros mecanismos regionais e sub-regionais de integração, quando apropriado, tomando em conta estudos existentes, como o realizado pela ALADI, MERCOSUL e a Comunidade Andina sobre a Convergência dos Acordos de Integração Econômica na América do Sul.

I.3) Convocar, em colaboração com a “troika” da CALC, uma reunião, em 2010, entre as Secretarias e as Presidências Pro Tempore dos mecanismos regionais e sub-regionais de integração, a fim de iniciar o

diálogo e a cooperação entre esses organismos.

II. Crise Financeira Internacional

Com o objetivo de amenizar os efeitos da crise econômica e financeira, que se originou nos países desenvolvidos, e com vistas a desenhar e a implementar instrumentos que aumentem a liquidez nos países da região e a aumentar o emprego, e conscientes da necessidade urgente de adotar medidas conjuntas para fortalecer as economias da região, acordou-se:

II.1) Propor um amplo diálogo, consultando quando apropriado especialistas ou Ministros de Finanças e seus equivalentes, a fim de construir uma nova arquitetura financeira internacional que garanta a democratização e a transparência da gestão financeira internacional e o fortalecimento dos mecanismos de regulamentação, com vistas a estabelecer instrumentos efetivos de governança, de prevenção de crises e resposta imediata a crises futuras. As políticas atuais de gradação de algumas instituições financeiras internacionais também devem ser reformadas, com vistas a evitar a sua inadequada aplicação a países de renda média, por meio do uso arbitrário do PIB per capita.

II.2) Por sua vez, devemos reduzir ou eliminar as condicionalidades relacionadas à concessão de empréstimos a países em desenvolvimento pelas instituições financeiras multilaterais. No caso do FMI, deveria ser obtida redefinição da concessão dos Direitos Especiais de Saque, transferindo montantes não utilizados pelos países desenvolvidos a países em desenvolvimento; e promover o intercâmbio de informação impositiva entre esses países.

II.3) Concluir o processo de reforma no âmbito do FMI e do Banco Mundial, com vistas a incrementar o poder de voto e voz dos países em desenvolvimento. Também é importante que os Presidentes e Altos

Funcionários das instituições financeiras multilaterais sejam selecionados com base em mecanismos abertos e transparentes e sustentados no mérito.

II.4) Instar às autoridades monetárias a estabelecer mecanismos de comunicação e coordenação com instituições financeiras internacionais relevantes, de acordo com as diretrizes e princípios contidos na Declaração de Salvador.

II.5) Dar seguimento às discussões do grupo de trabalho financeiro de alto nível, que a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento instituiu na Costa do Sauípe, 16 e 17 de dezembro de 2008. Com base nos resultados da reunião realizada em Santiago do Chile, em 13 de junho de 2009, o grupo deverá sugerir iniciativas relativas à reforma e ao fortalecimento das instituições financeiras regionais, assim como outros mecanismos de cooperação financeira regional e explorar a criação de novas entidades e mecanismos, quando apropriado.

II.6) Instar os Ministros encarregados do comércio exterior a adotar medidas necessárias para preservar, em benefício dos países da região, os níveis de comércio e de acesso a mercados, com o propósito de estimular o comércio intra-regional em bens e serviços como uma importante ferramenta para compensar a queda da demanda global. Instá-los, também, para que implementem medidas para assegurar acesso à oferta exportadora dos países de menor desenvolvimento relativo, países sem litoral marítimo e insulares, com vistas a promover sua participação maior e mais equitativa nos benefícios do comércio intra-regional. Seria também essencial explorar a criação de mecanismos de financiamento para promover o comércio regional, quando necessário.

II.7) Instar os Ministros encarregados do comércio exterior a trabalhar em favor

da construção de um sistema multilateral de comércio mais justo e equitativo, capaz de atender às necessidades dos países em desenvolvimento, em especial às dos países de menor desenvolvimento relativo. Nesse sentido, é imprescindível exortá-los para que maximizem esforços, a fim de alcançar uma conclusão bem-sucedida da Rodada Doha do Desenvolvimento em 2010, respeitando os princípios do tratamento especial e diferenciado e da reciprocidade menos que plena em favor dos países em desenvolvimento, com base nas modalidades em agricultura e produtos industriais apresentadas em dezembro de 2008.

III) Energia

III.1) Acordar a celebração de reuniões regionais para avançar na implementação dos seguintes objetivos:

a) Promover a cooperação regional, a fim de otimizar a geração de energia e fortalecer a segurança energética.

b) Promover uma maior integração da infraestrutura no setor energético, impulsionando a complementaridade dos recursos energéticos disponíveis na região.

c) Promover a cooperação regional relativa à diversificação de recursos energéticos e um maior uso de recursos renováveis.

d) Promover o intercâmbio de experiências e das melhores práticas em matéria de eficiência e de conservação de energia.

e) Promover o intercâmbio de experiências e transferência de tecnologia de programas nacionais de biocombustíveis.

f) Promover a integração da conservação e da eficiência energética, nas políticas de racionalização do consumo, com ênfase em fontes de energia menos contaminantes, assim como procurar incrementar o uso de energia renovável, como percentual da energia total.

g) Estabelecer programas de trabalho específicos para avançar na cooperação e

prestação de assistência técnica entre países da região.

III.2) Intercâmbio América do Sul, América Central e o Caribe: coordenação das iniciativas regionais de integração em matéria energética, mediante o intercâmbio de experiências existentes, tais como o Conselho Energético Sul-Americano, PETROCARIBE e o Projeto Mesoamerica, assim como o intercâmbio de informação sobre financiamento de projetos na área energética.

IV. Infra-estrutura

IV.1) Promover a integração da infra-estrutura e acelerar o desenvolvimento da região nas seguintes áreas prioritárias:

a) Transporte e serviços aéreos: cooperação no treinamento e a transferência de tecnologia em habilidades críticas de aviação; gerenciamento de riscos na aviação civil; desenvolvimento de parcerias no campo da segurança operacional e mecanismos regionais de segurança; certificação de produtos aeronáuticos; promoção de operações em código compartilhado; e adoção dos Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA).

b) Transporte e serviços marítimos: cooperação entre empresas de navegação, com vistas a estabelecer linhas regulares de transporte; troca de informações e assistência mútua nos setores de segurança (“safety” e “security”) e prevenção da poluição em águas jurisdicionais; treinamento de recursos humanos nos campos da administração portuária e marítima com vistas a alcançar desempenho satisfatório em atividades de “Port State” e “Flag State Control” e contribuir para o estreitamento dos procedimentos de autoridades marítimas; e troca de informações sobre portos, com vistas ao possível desenvolvimento de uma base de dados.

c) Tecnologias da Informação e da Comunicação: cooperação e intercâmbio de experiências na área de apropriação social do conhecimento e transferência tecnológica, o uso de “software” livre e de padrões abertos, para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de soluções de tecnologias da informação em “software” livre, adaptadas às necessidades de nossos países, tomando em conta as legislações nacionais. Cooperação na área de “roaming” internacional, com vistas à redução dos preços nos serviços móveis de voz, mensagens e dados; troca de experiências sobre medidas de universalização do acesso em banda larga e de implantação de redes de próxima geração; interconexão de redes, incluindo a implantação de pontos de troca de tráfego em redes IP; certificação de equipamentos e verificação de conformidade a normas regionais; segurança da informação em favor da proteção dos usuários dos serviços e das redes de telecomunicações; regulação e treinamento de pessoal; desenvolvimento de telefonia rural; e inclusão digital com vistas à universalização do acesso em banda larga, apropriação do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para promoção da inclusão social; mediante um maior uso e apropriação das TICs, que permitirá colocar à disposição ferramentas úteis adaptadas às necessidades reais de nossas sociedades, assim como o incentivo e fortalecimento da pesquisa e desenvolvimento que oferecerá maiores capacidades tecnológicas em nossos países; tomar em consideração as iniciativas que se desenvolvem nos processos de integração atualmente existente.

d) América do Sul - América Central e o Caribe: coordenação de iniciativas regionais de integração nas áreas de infra-estrutura

para a integração física de transporte e telecomunicações, mediante intercâmbio de experiências no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e do Projeto Mesoamérica, ALBA-TCP e PETROCARIBE; intercâmbio de informação sobre financiamento de projetos de infra-estrutura, em diversas áreas.

e) Integração Fronteiriça: Cooperação e intercâmbio de experiência para sistematizar a informação sobre iniciativas e marcos de trabalho bilaterais e sub-regionais existentes em matéria de integração fronteiriça, especialmente em âmbito bilateral, com o apoio dos mecanismos regionais e sub-regionais de integração, tais como ALADI, SELA, CAN, MERCOSUL, UNASUL, ALBA, CARICOM, OECO, SICA, IIRSA e Projeto Mesoamérica.

IV.2) Aproveitando-se as reuniões previstas em matéria de transportes e serviços aéreos, à margem da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil - CLAC, em transporte e serviços marítimos e em telecomunicações, realizar encontros com o objetivo de elaborar agenda de trabalho para identificar e superar as dificuldades normativas e regulatórias no campo da infra-estrutura, assim como intercambiar informações e experiências sobre políticas e aspectos normativos e econômicos relativos à infra-estrutura física para a integração.

IV.3) Realizar uma reunião de representantes de mecanismos regionais vinculados com a integração da infra-estrutura física na América Latina e no Caribe, para sua retroalimentação; tal como foi estabelecido na Declaração de Salvador.

V. Desenvolvimento Social e Erradicação da Fome e da Pobreza

V.1) Realizar uma reunião técnica de autoridades responsáveis pelos programas de governo na área social, em 2010, com vistas a conhecer as experiências existentes, promover o monitoramento dos dados regionais sobre indicadores sociais e examinar a possibilidade de estabelecer matriz com as melhores práticas no âmbito dos programas de desenvolvimento social aplicados pelos países da América Latina e do Caribe.

V.2) Propiciar uma maior complementaridade e cooperação entre organizações internacionais e regionais para utilizar os recursos de forma eficiente e evitar duplicidade de trabalhos.

V.3) Trabalhar para lograr, nos países da região, as seguintes metas de aceleração dos programas de desenvolvimento social para procurar atingir e superar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relativos à erradicação da fome e da pobreza:

a) Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia;

b) Erradicar a fome até 2015;

c) Aumentar a participação dos 20% mais pobres da população na renda e no consumo nacional;

d) Diminuir a taxa de desemprego na faixa etária entre 16 e 24 anos, particularmente da população feminina;

e) Diminuir a proporção dos grupos populacionais mais excluídos entre os 10% mais pobres;

f) Melhorar a distribuição de renda;

g) Reduzir a desnutrição crônica entre crianças de 0 a 5 anos de idade;

h) Reduzir a taxa de internação por desnutrição especialmente de crianças com menos de 1 ano de idade;

- i) Erradicar o analfabetismo; e
- j) Estimular o combate ao vírus da AIDS.

Implementar as iniciativas previstas no Plano de Ação para a Sociedade da Informação na América Latina e o Caribe (eLAC 2010), em linha com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, com vistas a promover o uso das tecnologias da informação e comunicação.

VI. Segurança Alimentar e Nutricional

VI.1) Designar pontos focais, com vistas a promover a coordenação regional das iniciativas sobre segurança alimentar e nutricional, incluindo o intercâmbio de tecnologias sociais e sistemas de registro, com atenção para os aspectos emergenciais e estruturais relativos ao acesso, regulação, produção, comercialização e distribuição dos alimentos.

VI.2) Promover, no segundo semestre de 2010, seminário de autoridades encarregadas de programas de governo na área de segurança alimentar e nutricional, com o propósito de apresentar programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar; e os programas nacionais sobre alimentação e intercâmbio de informação sobre experiências nessa área pelos distintos mecanismos de integração, em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

VI.3) Contribuir para a implementação da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025.

VI.4) Ampliar os esforços para a melhoria da distribuição e comercialização de alimentos, principalmente por meio de políticas públicas que permitam, prioritariamente, o acesso aos alimentos por parte dos consumidores de baixa renda e a aquisição, por parte dos programas nacionais de segurança alimentar e nutricional,

da produção da agricultura familiar.

VI.5) Desenvolver um programa regional orientado a aumentar a produtividade do setor agropecuário, mediante, entre outras ações, da melhora da capacidade de acesso a insumos agropecuários para pequenos e médios agricultores da região, a incorporação das melhores práticas para o manejo do solo e dos recursos hídricos pelos produtores locais, com programas de capacitação sujeitos à utilização destas práticas; e a pesquisa e desenvolvimento, nos sistemas produtivos locais, por meio de programas nacionais e regionais específicos.

VII) Desenvolvimento Sustentável

Examinar os seguintes assuntos durante a reunião do Foro de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, que será realizada em janeiro de 2010, e incorporar as iniciativas abaixo:

a) Intercâmbio de informações e fortalecimento da cooperação no contexto dos mecanismos de integração regionais e sub-regionais.

b) Avaliar a cooperação no manejo sustentável de recursos naturais e de áreas protegidas e na conservação da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos hídricos.

c) Intercâmbio de informação sobre práticas de desenvolvimento sustentável, a fim de incorporar componente ambiental de forma transversal nas ações e nas políticas regionais, para lograr o desenvolvimento sustentável, assim como incrementar os contatos entre agências regionais e inter-governamentais relevantes que tratem do meio ambiente, tais como União de Coordenação Regional Caribenha (UNEP-RCU), e PNUMA - Escritório Regional da América Latina e do Caribe, no Panamá.

d) Promoção de ações de cooperação de desenvolvimento sustentável, incluídos cooperação sul-sul baseadas nos vários

acordos, declarações e instrumentos juridicamente vinculantes para cada um dos países da América Latina e do Caribe, inclusive a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, o Programa de Ação de Barbados sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e seus acordos de seguimento, e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

e) Promoção de iniciativas de para estimular a participação de todos os setores da sociedade em políticas públicas baseadas no objetivo de desenvolvimento sustentável.

f) Cooperação com as Nações Unidas e suas agências e as organizações regionais competentes a fim de dar cumprimento aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Objetivo 7) dos Objetivos do Milênio, particularmente no que se refere a serviços básicos de saneamento.

g) Intercâmbio de iniciativas práticas e bem sucedidas de apoio à participação das comunidades, na administração de áreas protegidas e ecoturismo que promovam a sustentabilidade ambiental.

h) Realizar uma avaliação exaustiva do cumprimento dos compromissos assumidos pela região, a fim de identificar projetos prioritários e que devem ser executados em conjunto pela América Latina e o Caribe, para desenvolvimento sustentável de seus povos.

i) Dar impulso político à Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC), que constitui importante estratégia regional para promover o desenvolvimento sustentável.

VIII) Desastres Naturais

De acordo com as iniciativas acordadas durante a “Primeira Reunião Regional sobre Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária”, celebrada na Cidade do México, em setembro de 2008, a “Segunda Reunião Regional sobre Mecanismos Internacionais

de Assistência Humanitária”, realizada em setembro de 2009, em Florianópolis, Brasil, na qual se adotou a Declaração de Florianópolis, acorda-se examinar durante a “Terceira Reunião Regional de Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária”, a ser realizada em 2010, em Buenos Aires, Argentina, o seguinte:

a) A gestão de risco relacionada com ações de monitoramento, prevenção, mitigação, reabilitação e reconstrução, de acordo com o Marco de Ação de Hyogo;

b) A coordenação e promoção regional de políticas, estratégias e planos de gestão de risco;

c) Incremento de exercícios de simulações e o fortalecimento de mecanismos de resposta rápida;

d) Intercâmbio de informação relevante, entre os países e grupos de países da região, facilitados pela CDERA, CEPREDENAC, CAPRADE, Reuniões de Defesa Civil e Assistência Humanitária Internacional do MERCOSUL e outras agências e organizações relevantes, para assegurar a prestação imediata e a adequada recepção de assistência humanitária;

e) Conhecimento e redução dos principais fatores de risco com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade econômica e social, inclusive as zonas rurais e a insegurança alimentar e nutricional; e a melhoria dos sistemas de prontidão; e dar prioridade a capacitação e a sensibilização para melhorar a antecipação a desastres; construir uma cultura de resiliência e incrementar a capacidade de oferecer uma resposta eficaz e sustentável, em todos os níveis, aos desastres naturais e antropogênicos.

IX) Mudanças Climáticas

Examinar, durante a reunião do Foro de Ministros do Meio Ambiente, o desenvolvimento de programas para a redução e adaptação aos efeitos e aos impactos das

mudanças climáticas, inclusive participação em projetos conjuntos para estudar o fenômeno, com o objetivo de consolidar regime internacional sobre mudança climática, que permita efetivamente a estabilização e a redução dos gases de efeito estufa.

Considerar, entre os pontos da agenda dessa reunião os seguintes assuntos:

a) Avaliação dos resultados da Décima Quinta Conferência das Partes da Convenção-Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Copenhague, dezembro 2009);

b) Estabelecimento e fortalecimento de redes que permitam o intercâmbio de informação em matéria de mudanças climática;

c) Intercâmbio de experiências e assistência técnica relacionadas com o fortalecimento da capacidade de adaptação à mudança climática;

d) Colaboração entre instituições e agências relevantes de pesquisas especializadas no fenômeno da mudança climática na América Latina e no Caribe;

e) Colaboração e intercâmbio de experiências entre países latino-americanos e caribenhos para o desenvolvimento de tecnologias que promovam a eficiência energética, assim como o desenvolvimento e o uso de energias renováveis, particularmente no intercâmbio de tecnologia e informação a respeito;

f) Identificação de tecnologias críticas na região que devem ser transferidas por países desenvolvidos para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas;

g) Identificação de fontes de financiamento para projetos de controle das mudanças climáticas na América Latina e no Caribe, inclusive entre estes a proposta mexicana para estabelecer um Fundo Verde sobre mudança climática;

h) Preparação de estratégia regional para captar cooperação internacional imediata

para a execução de projetos ambientais, especialmente para combater os efeitos da mudança climática.

VISITA AO BRASIL DA ALTA
COMISSÁRIA DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA OS DIREITOS HUMANOS,
NAVANETHEM PILLAY -
7 A 13 DE NOVEMBRO
06/11/2009

A Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navanethem Pillay, realizará visita ao Brasil de 7 a 13 de novembro. É a primeira visita da Senhora Pillay ao Brasil e a quarta visita de um Alto Comissário para os Direitos Humanos ao País.

Nascida na África do Sul, a Senhora Navanethem Pillay atuou como juíza no Tribunal Penal Internacional e no Tribunal Penal Internacional para Ruanda.

Em Salvador, no dia 9, a Alta Comissária será recebida por comitiva chefiada pelo Vice-Governador Edmundo Pereira Santos. O programa prevê visita à Comunidade Quilombola de Jatimane, em companhia do Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, e reunião com organizações da sociedade civil de proteção e promoção dos direitos humanos.

No Rio de Janeiro, no dia 10, a Alta Comissária será recebida pelo Governador Sérgio Cabral e por diversas autoridades estaduais. A Senhora Pillay visitará projetos sociais no Morro Dona Marta, em companhia do Ministro Edson Santos e do Secretário Estadual de Segurança Pública, José Beltrame. Também estão previstos encontros da Alta Comissária com membros da Assembleia

Legislativa e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e com representantes da sociedade civil.

Em Brasília, nos dias 11, 12 e 13, a Alta Comissária deverá encontrar-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o Ministro Celso Amorim, com a Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire e com o Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, além de outras autoridades.

No dia 11, a Alta Comissária abrirá o Seminário Nacional sobre Defensores de Direitos Humanos, no Palácio Itamaraty. Durante sua audiência com o Ministro Celso Amorim, no dia 12, será assinado Memorando de Intenções para a Promoção da Cooperação Sul-Sul no Campo dos Direitos Humanos. No dia 13, está prevista reunião da Sra. Pillay com representantes da sociedade civil.

IV REUNIÃO DO CONSELHO ÍTALO-
BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA, INDUSTRIAL,
FINANCEIRA E PARA O
DESENVOLVIMENTO
09/11/2009

Terá lugar hoje, 9 de novembro, em Brasília, a IV Reunião do Conselho Ítalo-Brasileiro de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento. Instituído em setembro de 2006, o Conselho Ítalo-Brasileiro é um mecanismo de fomento, avaliação e proposição de novas metas para as relações econômico-comerciais bilaterais.

Na reunião, da qual participarão empresários e representantes dos governos dos dois países, serão tratados, entre outros, os seguintes temas:

cooperação no setor de infra-estrutura, com foco na área de transportes; temas comerciais e econômicos, especialmente segurança sanitária e cooperação aduaneira; cooperação nos setores de turismo, energia e telecomunicações; cooperação em ciência e tecnologia, particularmente nos setores ambiental, espacial e de telecomunicações; cooperação em prevenção de incêndios na floresta amazônica e preservação da biodiversidade; e colaboração em benefício de terceiros países.

Por ocasião da IV Reunião, serão realizadas, igualmente, reuniões do Mecanismo de Consultas bilaterais em Alto Nível e do Mecanismo de Monitoramento do Comércio e dos Investimentos Bilaterais, co-presididas, do lado brasileiro, pela Embaixadora Vera Machado, Subsecretária de Assuntos Políticos-I do Itamaraty, e pelo Senhor Ivan Ramalho, Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, respectivamente.

As exportações brasileiras para a Itália somaram US\$ 4,7 bilhões em 2008, e as importações, US\$ 4,6 bilhões. Em 2009, até o mês de setembro, as exportações brasileiras atingiram US\$ 2,2 bilhões, e as importações, US\$ 2,6 bilhões. Segundo dados do Banco Central, a Itália é o 13º maior investidor direto no Brasil.

MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS PELO
FALECIMENTO DE ANSELMO DUARTE
09/11/2009

O Ministro Celso Amorim enviou mensagem de condolências aos filhos e familiares de Anselmo Duarte, falecido no último dia 7.

“Estimados Lúcia, Regina, Ricardo, Anselmo Jr. e familiares,

Foi com imensa tristeza que recebemos a notícia do falecimento do nosso querido Anselmo.

O ator, diretor e roteirista deixou legado indelével para o cinema e a cultura brasileiros. A premiação de “O Pagador de Promessas” com a Palma de Ouro no Festival de Cinema de Cannes de 1962 foi reconhecimento do talento do cineasta e de sua contribuição para a sétima arte. Trata-se de feito inédito e ainda não-repetido na cinematografia nacional.

Com a sua ausência, nossa cultura fica privada de um de seus mais admiráveis expoentes.

Aceitem, por favor, meus mais sinceros sentimentos neste momento de dor.

Ana e Celso Amorim.”

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE
ISRAEL, SHIMON PERES - 10 A 15 DE
NOVEMBRO DE 2009
09/11/2009

O Presidente do Estado de Israel, Shimon Peres, visitará o Brasil entre os dias 10 e 15 de novembro, cumprindo agenda em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. A visita do Presidente Peres, cujos esforços em prol do processo de paz israelo-palestino valeram-lhe o Prêmio Nobel da Paz em 1994, é a primeira de um Chefe de Estado israelense ao Brasil desde que o Presidente Zalman Shazar esteve no Brasil, em julho de 1966.

Em 10 de novembro, em Brasília, o Presidente Peres deverá proferir discurso em sessão conjunta do Congresso Nacional. Manterá, ainda, encontro com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim.

No dia seguinte, o Presidente Shimon Peres será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que oferecerá almoço em sua homenagem no Palácio Itamaraty. Na ocasião, está prevista a assinatura de acordos nas áreas de cooperação jurídica, de turismo, de cooperação técnica triangular e de co-produção cinematográfica. Os Presidentes deverão passar em revista a agenda bilateral e dialogar sobre a situação política no Oriente Médio, em especial sobre o processo de paz israelo-palestino.

Em São Paulo, no dia 12, o Presidente israelense deverá reunir-se com o Governador José Serra. No dia 13, no Rio de Janeiro, encontrar-se-á com a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, com o Governador Sérgio Cabral e com o Prefeito Eduardo Paes. O Presidente de Israel manterá, ainda, encontros com as comunidades judaicas em São Paulo e Rio de Janeiro. Na capital paulista, cumprirá também agenda empresarial organizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

A visita ocorre em momento de especial estreitamento das relações bilaterais, tradicionalmente alicerçada na presença de uma expressiva e atuante comunidade judaica no Brasil. O Ministro Celso Amorim realizou três visitas a Israel, em 2005, 2008 e janeiro de 2009, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Avigdor Lieberman esteve no Brasil em julho passado. Nos últimos anos, o relacionamento Brasil-Israel fortaleceu-se com o crescente intercâmbio comercial, que atingiu patamar histórico de US\$ 1,6 bilhão em 2008 - mais de três vezes superior ao que era em 2002 - , e com o desenvolvimento da cooperação bilateral nos campos cultural e

científico-tecnológico. Em 2007, foi firmado acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel, o primeiro do bloco com um parceiro extra-regional.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
DA COOPERAÇÃO REGIONAL DE
BURKINA FASO, ALAIN BÉDOUMA
YODA - 11 A 14 DE NOVEMBRO
10/11/2009

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Burkina Faso, Alain Bédouma Yoda, realizará visita ao Brasil entre os dias 11 e 14 de novembro de 2009.

O Chanceler burquinabé será recebido em 12 de novembro pelo Ministro Celso Amorim, com quem assinará acordos para criação de uma Comissão Mista; sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço; e de Cooperação Cultural.

O Ministro Yoda vem acompanhado de representantes dos Ministérios da Saúde, da Pecuária e da Agricultura, que cumprem ampla agenda paralela. Os contatos técnicos dão seguimento à visita de representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Uagadugu, na semana passada, quando foram concluídos projetos de cooperação técnica bilateral nas áreas de saúde e pecuária.

Por ocasião da visita, o Ministro Yoda irá inaugurar a Embaixada de Burkina Faso em Brasília, formalmente criada em outubro deste ano, cerca de um ano após a abertura de representação diplomática brasileira em Uagadugu.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
A GENEBRA - 13 A 16 DE NOVEMBRO
11/11/2009

O Ministro Celso Amorim visitará Genebra de 13 a 16 de novembro de 2009. A convite do Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Embaixador Juan Somavia, o Ministro Amorim será o orador principal (“key note speaker”) da reunião do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social da Globalização da OIT, no dia 16, no âmbito da 306ª Sessão do Conselho de Administração da entidade.

O referido Grupo de Trabalho, criado em 2000 para discutir as relações entre a economia globalizada e o mundo do trabalho, tornou-se, em 2008, o principal foro na OIT para debater a atual crise econômico-financeira, suas conseqüências sociais e seu impacto sobre o emprego. O Ministro Celso Amorim apresentará os esforços do Governo e da sociedade brasileira que permitiram ao País recuperar-se dos efeitos da crise com rapidez. Exporá, igualmente, a perspectiva do Brasil sobre a reforma da governança econômica global e sobre os debates mantidos a respeito do tema na cena internacional.

O Ministro Celso Amorim manterá, igualmente, encontro com a Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Dra. Margaret Chan, com quem discutirá, entre outros temas, a possibilidade de projetos de cooperação triangular Sul-Sul com a OMS, em benefício de países em desenvolvimento.

O Ministro Celso Amorim se encontrará, ainda, com o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, ocasião em que discutirão o estado das negociações da Rodada Doha e os preparativos e expectativas para a próxima reunião ministerial

da OMC, que ocorrerá em Genebra, de 30 de novembro a 2 de dezembro.

MEMORANDO DE INTENÇÕES
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O
ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSARIADO
DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS
DIREITOS HUMANOS PARA A
PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NO CAMPO DOS DIREITOS
HUMANOS - BRASÍLIA, 12-NOV-2009
12/11/2009

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH)

(doravante denominados “Partes”),

Reconhecendo a importância significativa de promover e proteger os direitos humanos como um dos três pilares das Nações Unidas, juntamente com a promoção da paz e segurança e do desenvolvimento econômico e social;

Reafirmando os propósitos e princípios contidos na Carta das Nações Unidas incluindo o desenvolvimento de relações amigáveis entre Nações, baseadas no respeito pelo princípio de direitos iguais e auto-determinação, bem como a consecução da cooperação internacional na promoção e proteção dos direitos humanos;

Reafirmando também a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração e Programa de Ação de Viena, particularmente a prioridade que deve ser dada a ações visando a promoção e proteção

dos direitos humanos;

Lembrando a Declaração do Milênio das Nações Unidas, aprovada pela Resolução A/55/2 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 18 de setembro de 2000, na qual os líderes mundiais expressaram seu compromisso com as Metas de Desenvolvimento do Milênio e particularmente em desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento;

Lembrando que na Declaração do Milênio os líderes mundiais resolveram fortalecer o EACDH para possibilitar que ele cumpra efetivamente a sua obrigação de responder à ampla gama de desafios aos direitos humanos enfrentados pela Comunidade Internacional, particularmente nas áreas de assistência técnica e capacitação;

Reconhecendo que a promoção e proteção dos direitos humanos devem ser baseadas nos princípios de cooperação e diálogo genuíno voltados ao fortalecimento da capacidade dos países membros cumprirem todas as suas obrigações de direitos humanos, de acordo com a Resolução A/RES/60/251 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 03 de abril de 2006, que estabeleceu o Conselho dos Direitos Humanos;

Considerando também que em sua Resolução 60/251 a Assembleia Geral determinou ao Conselho de Direitos Humanos a realização de uma revisão periódica universal (UPR), que é um mecanismo cooperativo baseado em um diálogo interativo com o envolvimento completo do país relacionado e com a devida consideração às suas necessidades de capacitação;

Lembrando que em sua Resolução 5/1, o Conselho de Direitos Humanos concordou que o resultado da Revisão Periódica Universal, como um mecanismo de cooperação, deve ser implantado pelo País relacionado e, como apropriado, pelos outros participantes relevantes. E considerando que

o Conselho de Direitos Humanos também concordou que a comunidade internacional auxiliará na implantação das recomendações e conclusões relacionadas à capacitação e assistência técnica, em consulta com e com o consentimento do país relacionado;

Reiterando o compromisso do Governo brasileiro e do EACDH de promover a cooperação multilateral como um meio de implantar as recomendações dos mecanismos de direitos humanos e para contribuir para o aperfeiçoamento das capacidades dos Países Membros cumprirem as suas obrigações internacionais de direitos humanos; e

Tendo em mente o Memorando de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos sobre o Acordo Mútuo de Cooperação no Desenvolvimento e Implementação de Programas Abrangentes para a Implantação e Proteção dos Direitos Humanos no Brasil, assinado em 16 de maio de 2000 em Brasília e o Acordo entre o Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa assinado em 09 de novembro de 2006 em Genebra,

Pactum o seguinte:

I. OBJETO

1. O objeto do presente Memorando de Intenções é configurar a base para o estabelecimento de parcerias tripartites entre o Governo do Brasil, o EACDH e outros países, com o fim de fornecer aos últimos cooperação técnica para a implantação de recomendações emanadas dos mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas, inclusive do Mecanismo de Revisão Periódica Universal.

2. Esta cooperação técnica deve ser guiada pelos princípios de igualdade entre as Partes, apoio mútuo, propriedade local e solidariedade entre as Nações.

II. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

1. O Governo do Brasil designa o Ministério das Relações Exteriores, através da Agência Brasileira para Cooperação, como ponto focal para as atividades de cooperação técnica a serem desenvolvidas na estrutura do presente Memorando de Intenções.

2. O Governo da República Federativa do Brasil irá:

a) indicar ao EACDH as áreas nas quais o Brasil está disposto a prover cooperação técnica;

b) desenvolver, em parceria com os países solicitantes da cooperação brasileira (países para os quais as recomendações são dirigidas) e em consulta com o EACDH, uma pauta de projetos de cooperação técnica;

c) identificar, em consulta com outros países e o EACDH, instituições e indivíduos brasileiros com experiência no desenvolvimento, monitoramento e implantação de políticas e atividades de direitos humanos no Brasil, para participar de cooperação internacional; e

d) assumir os custos da implantação dos projetos de cooperação técnica na extensão negociada com o EACDH e os países interessados, tais como aqueles relacionados à participação das instituições ou indivíduos brasileiros envolvidos, de conformidade com a legislação nacional e observados os recursos orçamentários disponíveis.

3. O EACDH designa a Divisão de Operações de Campo e Cooperação Técnica como ponto focal para o desenvolvimento, coordenação e implantação das atividades a serem realizadas na estrutura deste Memorando de Intenções.

4. O EACDH irá:

a) promover parcerias entre o Governo brasileiro, por intermédio de sua Missão Permanente em Genebra, terceiros países

que solicitarem cooperação técnica e outros parceiros conforme necessário, visando implantar recomendações que sejam emanadas de mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas;

b) identificar, juntamente com o Governo brasileiro, políticas e práticas no Brasil que mereçam consideração para atividades de cooperação internacional para promover e proteger os direitos humanos;

c) realizar uma sessão de treinamento para servidores públicos do Governo brasileiro, representantes da sociedade civil e instituições ou indivíduos relevantes nos mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas, visando aumentar a capacidade e o conhecimento dos envolvidos no desenvolvimento e implantação das atividades de cooperação técnica pactuadas. O EACDH cobrirá os custos de viagem associados à participação do pessoal do EACDH nas atividades de treinamento que serão realizadas no Brasil; e

d) fornecer especialização, em consulta com o Governo brasileiro e com os outros países solicitantes, relativa às modalidades de implantação dos projetos de cooperação técnica.

III. OPERAÇÃO

Os projetos a serem implantados dentro da estrutura estabelecida pelo presente Memorando de Intenções serão desenvolvidos em conjunto entre o Brasil, o EACDH e os outros países. A extensão do envolvimento de cada Parte na implantação destes projetos será o objeto de instrumentos de cooperação técnica tripartites separados. Em geral, as propostas de projetos conterão, inter alia, uma descrição do contexto e da demanda por cooperação técnica, referência à(s) recomendação(ões) específica(s) cuja implantação deva ser apoiada através de cooperação técnica,

descrição de objetivos específicos, entradas, saídas, cronogramas, requisitos técnicos e financeiros e as autoridades nacionais designadas, tanto no Brasil quanto nos países interessados, responsáveis pela implantação dos projetos.

IV. DURAÇÃO

O presente Memorando de Intenções entrará em vigor na data da sua assinatura e continuará vigente por 3 (três) anos, quando será automaticamente renovado por períodos sucessivos de 3 (três) anos, a menos que uma das Partes manifeste, através de canais diplomáticos, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sua intenção de desconstituí-lo. Esta decisão não afetará a implantação de qualquer projeto ou atividade em andamento, a menos que as Partes pactuem de outra forma.

Feito em Brasília, em 12 de novembro de 2009, em nos idiomas português e inglês, ambos os textos sendo igualmente válidos. Em caso de divergência de interpretação, a versão em inglês prevalecerá.

FORMAÇÃO DO NOVO GABINETE MINISTERIAL NO LÍBANO

12/11/2009

Formação do novo Gabinete Ministerial no Líbano

O Governo brasileiro saúda a formação de novo Gabinete Ministerial no Líbano, anunciada em 10 de novembro.

O Governo brasileiro confia que o novo Gabinete, liderado pelo Presidente do Conselho de Ministros, Senhor Saad Hariri, terá plenas condições de promover a união nacional e fortalecer a soberania, a independência e a unidade do Líbano, com o apoio de todas as forças políticas do país.

O Brasil manifesta a expectativa de que, sob o novo Gabinete, o Líbano possa continuar no caminho do desenvolvimento e do progresso, e que Brasil e Líbano possam aprofundar a profícua cooperação bilateral, em benefício dos povos brasileiro e libanês.

VIAGEM DO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA À FRANÇA
E À ITÁLIA - PARIS E ROMA,
14 A 16 DE OUTUBRO DE 2009
13/11/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita a Paris e a Roma, entre os dias 14 e 16 de novembro corrente.

Em 14 de novembro, o Presidente Lula manterá encontro, em Paris, com o Presidente Nicolas Sarkozy.

Nos dias 14 e 15, o Presidente cumprirá agenda em Roma, onde será acompanhado pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, pelo Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, pela Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

No dia 15, o Presidente Lula participará, na sede da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), de evento sobre transferência de conhecimento em desenvolvimento agrícola do cerrado brasileiro para a região da savana guineense e zonas adjacentes, que abarca cerca de 25 países da África Subsaariana. Participarão do evento o Diretor-Geral da FAO, Jacques Diouf, e Chefes de Estado africanos.

No dia 16, o Presidente participará da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar,

cujo principal objetivo será o lançamento de bases para nova forma de coordenação global para o combate à fome.

Segundo dados da FAO, o número de pessoas afetadas em todo o mundo pela fome já supera 1,2 bilhão. Nesse contexto, os participantes da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar deverão comprometer-se com uma nova parceria global para a agricultura, a segurança alimentar e a nutrição, baseada nos seguintes princípios: ações lideradas pelos governos; coordenação nos níveis internacional, regional e nacional; reforço do multilateralismo, e compromissos financeiros.

O novo consenso internacional coaduna-se com a estratégia do Governo brasileiro para o combate à fome. A transferência da experiência brasileira com o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras iniciativas, vem sendo cada vez mais requisitada no contexto da busca, por outros países, da segurança alimentar.

À margem da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, o Presidente da República manterá encontros com o Primeiro-Ministro da Itália, Silvio Berlusconi, e com o Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso.

POSIÇÃO COMUM DO GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E DO GOVERNO DA REPÚBLICA DA
FRANÇA SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
14/11/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da França, Nicholas Sarkozy,

divulgaram hoje, durante encontro mantido em Paris, o seguinte documento sobre a posição comum dos Governos brasileiro e francês acerca de Mudança do Clima:

Brasil e França reiteram sua convicção de que a mudança do clima é um dos desafios mais prementes que enfrentamos hoje e requer uma resposta global imediata guiada pela justiça e equidade. Os dois países destacam que o combate à mudança do clima é um imperativo que deve ser plenamente compatível com o crescimento econômico sustentável e a luta contra a pobreza. Endossam as conclusões científicas do Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e apoiam o objetivo de que o aumento da temperatura média global não deva ultrapassar 2 graus centígrados acima dos níveis pré-industriais, o que implica um pico nas emissões globais o mais cedo possível e a redução das emissões globais em pelo menos 50% até 2050, com relação a 1990.

Brasil e França estão engajados a trabalhar juntos antes da 15ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a ser realizada em Copenhague, em dezembro de 2009. Ressaltam a importância de estabelecer pontes entre os países e estão dispostos a continuar promovendo entendimentos entre o G-77/China e os países industrializados. Felicitam-se pelo fato de que dois países com circunstâncias nacionais e regionais distintas possam expressar pontos de vista comuns sobre questões importantes da agenda internacional de negociação sobre mudança do clima. Estão determinados a acelerar o andamento das negociações a fim de que se alcance, em Copenhague, no final do ano, um resultado positivo e ambicioso, com base no Mapa do Caminho de Bali.

Brasil e França se comprometem a cooperar para fortalecer o regime internacional

de mudança do clima, aprofundando a implementação da UNFCCC e do Protocolo de Quioto. A esse respeito, recordam que todas as Partes devem formular, implementar, publicar e atualizar periodicamente programas nacionais contendo medidas para mitigar a mudança do clima e facilitar a adaptação à mudança do clima. Tais planos devem servir de veículo para o crescimento de baixo carbono. Brasil e França enfatizam que todos os países do Anexo I devem adotar novas e ambiciosas metas de redução de emissões no médio prazo, de acordo com suas capacidades e responsabilidades históricas e atuais, em conformidade com o objetivo de 2° C e as recomendações do IPCC. Os países do Anexo I devem delinear trajetórias de emissões condizentes com a meta de redução das suas emissões em pelo menos 80% até 2050, em relação a 1990. Nesse contexto, Brasil e França concordam sobre a importância central da comparabilidade das metas de redução para o conjunto da economia de todos os países do Anexo I. Ao mesmo tempo, os países não-Anexo I devem visar ao crescimento de baixo carbono por meio da implementação de ações de mitigação nacionalmente adequadas (NAMAs), no contexto do desenvolvimento sustentável, facilitadas e apoiadas pelos países desenvolvidos mediante recursos financeiros novos e adicionais, cooperação tecnológica e capacitação. Os países em desenvolvimento também devem contribuir para o esforço global de combate à mudança do clima, reduzindo substantivamente o crescimento de suas emissões com respeito a um cenário de crescimento normal de emissões, de forma condizente com as recomendações do IPCC, a fim de reduzir a intensidade de carbono das suas economias e atingir um pico de emissões o mais cedo possível, levando em consideração que o desenvolvimento social e econômico e a erradicação da pobreza são as

prioridades primordiais e absolutas dos países em desenvolvimento.

Nossos dois países apoiarão o estabelecimento de um registro como parte da moldura geral para mensurar, informar e verificar (MRV) tanto as NAMAs promovidas pelos países em desenvolvimento quanto o apoio recebido dos países desenvolvidos. O registro canalizaria os meios de implementação das ações de mitigação de países em desenvolvimento, representando importante contribuição para o aprofundamento do esforço global de mitigação.

Brasil e França também ressaltam a importância da adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima e concordam que mitigação e adaptação devem receber igual atenção no âmbito da Convenção. Apesar da reduzida responsabilidade pela mudança do clima, os países em desenvolvimento já estão enfrentando seus efeitos adversos. O Brasil e a França enfatizam a necessidade de se estabelecer moldura justa, abrangente e robusta para ações de adaptação. Tal moldura deve incluir apoio financeiro novo e significativo para os países em desenvolvimento, em especial os países pobres e vulneráveis da África, os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (LDC) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDs), de forma que tais países possam enfrentar o ônus adicional que a mudança do clima impõe com relação ao desafio existente de desenvolvimento social e econômico e erradicação da pobreza.

Brasil e França recordam que o fornecimento de recursos financeiros é um dos pilares para a implementação abrangente, efetiva e sustentada da Convenção. Nesse contexto, ressaltam que o aumento do financiamento público internacional será fundamental para o resultado exitoso da COP-15. Destacam o papel dos instrumentos financeiros e de financiamento inovador, bem como o papel

do setor privado, para o apoio a ações de mitigação e adaptação e o desenvolvimento e transferência de tecnologias. Os investimentos devem apoiar o crescimento de baixo carbono e padrões sustentáveis de produção e consumo.

Brasil e França ressaltam a necessidade de aumentar a cooperação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento na área de pesquisa, desenvolvimento, aplicação, difusão e transferência de tecnologias ambientalmente adequadas. A cooperação tecnológica também pode ser ampliada por meio do estabelecimento de centros internacionais para capacitação e troca de conhecimentos e informações, bem como por meio de centros nacionais e regionais para tecnologias ambientalmente adequadas. Soluções inovadoras são necessárias para aumentar de forma significativa o acesso a tecnologias.

Os dois países enfatizam a importância de estimular ações voltadas para a redução das emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD) em países em desenvolvimento. Reconhecem que esse objetivo é parte importante dos esforços de mitigação de vários países em desenvolvimento e pode desempenhar um papel significativo no esforço global para enfrentar a mudança do clima. A redução das emissões por desmatamento e degradação florestal, por meio da conservação das florestas, manejo sustentável e aumento dos estoques de carbono nas florestas, pode e deve promover cobenefícios sociais e ambientais.

Nesse sentido, concordam que tais atividades devem receber apoio financeiro e tecnológico adequado, como parte das ações de mitigação nacionalmente adequadas (NAMAs) a serem implementadas pelos países em desenvolvimento. Ressaltam a necessidade de fortalecer a capacitação e a cooperação tecnológica − tanto

Norte-Sul quanto Sul-Sul − no setor florestal, inclusive no uso de ferramentas de sensoriamento remoto. Comprometem-se a assegurar a inclusão das REDD no resultado a ser acordado em Copenhague, com vistas ao estabelecimento de meios efetivos e confiáveis de apoio a tal objetivo no âmbito da Convenção.

Brasil e França destacam a necessidade de resultados ambiciosos na redução de emissões de gases de efeito estufa em escala global. Nesse sentido, salientam o papel da promoção da eficiência energética e de fontes renováveis de energia, inclusive de bioenergia sustentável do ponto de vista social e ambiental, como parte do esforço global para enfrentar a mudança do clima.

Brasil e França concordam com a necessidade de estabelecer uma organização internacional dedicada ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, que daria coerência aos esforços da comunidade internacional em tais áreas. Estão convencidos de que o impulso a essa iniciativa deve ser dado em Copenhague, em dezembro, de modo que a referida organização possa ser estabelecida durante a Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro, em 2012.

Paris, 14 de Novembro de 2009

VISITA DA PRESIDENTA DA
ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ
DE KIRCHNER, AO BRASIL - BRASÍLIA,
18 DE NOVEMBRO DE 2009
16/11/2009

A Presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, realizará visita oficial a Brasília, em 18 de novembro de 2009, no marco do Mecanismo de Integração e

Coordenação Brasil-Argentina (MICBA). Trata-se do quarto encontro presidencial do Mecanismo, que tem por objetivo assegurar o acompanhamento e a avaliação dos temas e projetos de cooperação estratégicos para os dois países.

Os Presidentes do Brasil e da Argentina revisarão o andamento dos projetos do MICBA, que abrangem as áreas de cooperação nuclear, espacial e em ciência e tecnologia, integração energética, integração da infra-estrutura física, temas migratórios e sistema de pagamentos em moeda local, entre outros. Os Chefes de Estado deverão, ainda, dar seguimento ao diálogo de alto nível sobre a necessidade de restabelecer a fluidez do comércio bilateral e tratarão de temas de interesse mútuo na agenda regional e mundial.

Deverão ser assinados os seguintes atos: 1) Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (ANMAT) sobre cooperação na área de farmacopéias; 2) Acordo de Facilitação Turística na fronteira Foz do Iguaçu - Puerto Iguazú; e 3) Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para implementação do projeto para fortalecimento do Programa de Controle da Dengue. No dia 18, haverá, igualmente, troca de Notas relativas ao Convênio de cooperação entre as empresas Empreendimentos Energéticos Binacionais (EBISA) e Eletrobrás para execução de estudo de viabilidade técnico-econômico e ambiental para um segundo aproveitamento hidrelétrico no rio Uruguai.

Em 2008, a corrente de comércio entre os dois países alcançou aproximadamente US\$ 31 bilhões, dos quais US\$ 17,6 bilhões corresponderam a exportações brasileiras.

VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA ARGENTINA, CRISTINA
FERNÁNDEZ DE KIRCHNER -
BRASÍLIA, 18 DE NOVEMBRO DE 2009
- DECLARAÇÃO CONJUNTA
18/11/2009

No dia 18 de novembro de 2009, a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, realizou visita de trabalho ao Brasil. Na ocasião, ambos os Chefes de Estado passaram em revista o amplo espectro da relação bilateral e avaliaram o estado de implementação dos projetos incluídos no Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidente Cristina Fernández de Kirchner:

1. Reafirmaram seu compromisso com o permanente aperfeiçoamento da democracia e das instituições do Estado de Direito em seus países e reiteraram que a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento são interdependentes e se reforçam mutuamente. Nesse contexto, expressaram seu firme engajamento na ampliação de políticas sociais inclusivas e no fortalecimento dos mecanismos de participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas e no monitoramento de seus resultados.

2. Ressaltaram a importância da promoção e proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para alcançar o progresso, a prosperidade e a justiça social e reiteraram o compromisso de seus Governos e povos com a defesa dos princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos,

incluindo tanto os direitos civis e políticos quanto os direitos econômicos, sociais e culturais.

3. Reiteraram a determinação de continuar trabalhando de maneira coordenada para combater a fome e a pobreza em seus países e em toda a região, assim como para garantir a consolidação de uma vigorosa agenda social e produtiva regional, com vistas a aprofundar a cooperação em matéria de políticas sociais, distribuição de renda, criação de empregos e empreendedorismo, incluindo as políticas de apoio a pequenas e médias empresas.

4. Concordaram com a necessidade de fortalecer o multilateralismo, o direito internacional e o respeito aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas como forma de garantir eficácia no tratamento dos temas internacionais e de assegurar a paz e a segurança internacionais. Destacaram, nesse contexto, a necessidade de seguir trabalhando pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de torná-lo mais eficiente, transparente, representativo, democrático e responsável por suas ações diante da comunidade internacional.

5. Ao reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, concordaram que a mudança do clima constitui um dos maiores desafios atuais e requer uma resposta global imediata, guiada pelo princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades. Concordaram, igualmente, com a importância de alcançar resultados concretos na 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP-15 (Copenhague, 7 a 18 de dezembro de 2009).

6. Ressaltaram que os países desenvolvidos, por serem os maiores responsáveis pela

mudança do clima, devem fazer mais para enfrentar o aquecimento global, tanto em termos de metas mais ambiciosas de redução de suas próprias emissões quanto na forma de apoio financeiro e transferência de tecnologia para alcançar padrões mais eficientes e sustentáveis de consumo e produção em todo o mundo. Países em desenvolvimento, por sua vez, também oferecerão importante contribuição para o esforço global de redução de emissões, por meio de ações de mitigação nacionalmente adequadas (NAMAS), implementadas no contexto do desenvolvimento sustentável e apoiadas por fluxos financeiros e tecnológicos internacionais.

7. Concordaram que o aumento da demanda por energia para permitir o desenvolvimento de nossos países torna urgentes os esforços bilaterais e regionais de integração dos sistemas energéticos. Concordaram, igualmente, que o desenvolvimento das fontes renováveis de energia, incluindo os biocombustíveis, a energia solar, a energia eólica, a biomassa, o hidrogênio, entre outras, constitui uma grande oportunidade para o desenvolvimento tecnológico, industrial, econômico e social, com efeitos positivos na redução das emissões de gases que contribuem para as mudanças climáticas.

8. Reiteraram seu apoio ao sistema multilateral de comércio e à rodada Doha, a fim de alcançar uma maior integração dos países em desenvolvimento na economia internacional. Com esse propósito, concordaram que é preciso assegurar que se avance na eliminação da discriminação sobre a agricultura, respeitando a centralidade da agricultura na negociação, e na aplicação de flexibilidades adequadas para que os países em desenvolvimento, especialmente os de nossa região, possam levar adiante o objetivo de diversificação de suas estruturas produtivas. Reiteraram seu apoio aos princípios que

norteiam as negociações, em particular a reciprocidade menos que plena, um nível de ambição comparavelmente elevado em acesso a mercados em agricultura e NAMA conforme estabelecido no parágrafo 24 da Declaração Ministerial de Hong Kong, e o tratamento especial e mais favorável para os países em desenvolvimento. Destacaram, ademais, a importância de que todos os países renovem o compromisso com as negociações para que se possa avançar rumo a um acordo equilibrado, que amplie o comércio mundial e seja fator de crescimento e prosperidade, em particular para os países em desenvolvimento.

9. Notaram os sinais positivos de recuperação econômica mundial após a crise financeira global, mas afirmaram que é prematuro o debate sobre a retirada de estímulos fiscais, sobretudo diante da deterioração dos indicadores de emprego e da falta de solução definitiva para a questão dos ativos podres das instituições financeiras nos países desenvolvidos. Ressaltaram, a propósito, que foi a atuação decidida dos Governos, e não a suposta autorregulação dos mercados, que evitou o colapso do sistema financeiro internacional, por meio de políticas monetárias, fiscais e de resgate emergencial e de coordenação internacional.

10. Concordaram que a eventual recuperação das principais economias mundiais não deve retirar ímpeto aos esforços de construção de uma nova arquitetura financeira global, capaz de evitar que a especulação desenfreada e a desregulamentação dos mercados financeiros gerem novas crises, com custos desproporcionais para os países em desenvolvimento. Nesse sentido, saudaram os resultados da Cúpula do G-20 de Pittsburgh (24 e 25 de setembro de 2009).

11. Saudaram, igualmente, o anúncio, em Pittsburgh, da transferência de quotas e poder de voto, dos países desenvolvidos para os

países em desenvolvimento, de no mínimo 5% no FMI e de no mínimo 3% no Banco Mundial. No entanto, manifestaram a intenção de aprofundar a reforma das duas instituições, que somente terão maior legitimidade quando o poder de voto e de voz dos países em desenvolvimento refletirem seu tamanho relativo na economia mundial.

12. Coincidiram na avaliação de que o G-20 deve ser o principal foro para a cooperação econômica internacional, refletindo a maior importância dos países em desenvolvimento na economia internacional e o reconhecimento de sua contribuição ativa para a reversão da crise financeira e para a busca de soluções duradouras para os problemas econômicos mundiais.

13. Manifestaram preocupação com o problema mundial das drogas e ressaltaram a firme decisão de seus Governos de incrementar a cooperação, tanto no plano bilateral quanto no seio dos organismos internacionais especializados, a fim de coibir o uso indevido e o tráfico ilícito de drogas, no marco dos princípios de responsabilidade compartilhada e de respeito aos direitos humanos.

14. Concordaram que o fortalecimento do MERCOSUL como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região é um objetivo fundamental dos países do bloco diante dos desafios que devem ser enfrentados no plano econômico internacional. Nesse sentido, reiteraram a importância de coordenar ações no plano regional e no marco da política comercial comum e de aprofundar a integração comercial.

15. Saudaram a continuidade do processo de negociações externas do MERCOSUL, especialmente o progresso das negociações Sul-Sul. Reiteraram, ademais, sua disposição em retomar as negociações do Acordo de Associação Birregional MERCOSUL -

União Européia, com o objetivo de alcançar um resultado equilibrado e mutuamente satisfatório.

16. Renovaram seu compromisso com o aprofundamento do MERCOSUL em sua dimensão política, social, educativa e cultural, em particular mediante a ativação do Instituto Social do MERCOSUL e da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL.

17. Destacaram, igualmente, seu compromisso com a pronta entrada em funcionamento do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL, que contribuirá para a consolidação dos Direitos Humanos como eixo fundamental da identidade e desenvolvimento do MERCOSUL.

18. Nesse sentido, reafirmaram sua disposição de impulsionar os trabalhos relativos ao Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL, assim como de adotar programas e medidas específicas no âmbito social que atenuem os efeitos da atual conjuntura de crise financeira internacional.

19. Reiteraram a importância da consolidação da UNASUL, que deve transformar-se em fator de unidade e de cooperação na América do Sul. Nesse sentido, saudaram a criação de novos Conselhos de nível ministerial da UNASUL para temas de desenvolvimento social; educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação; planejamento e infraestrutura; e combate ao narcotráfico. Manifestaram seu apoio aos esforços da Presidência Pro Tempore equatoriana no sentido de realizar os preparativos para a efetiva instalação nos novos Conselhos, bem como para reforçar os trabalhos dos Conselhos Sul-Americanos das áreas de energia, saúde e defesa.

20. Reiteraram o interesse de ambos os países em acelerar a execução dos

projetos prioritários para a integração física sul-americana, em especial nas áreas de infraestrutura, transportes e telecomunicações que integrem os países, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável e preservando o equilíbrio dos ecossistemas.

21. Renovaram o compromisso de avançar em direção da plena incorporação do âmbito de trabalho da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no marco do Conselho Sul-Americano de Infra-estrutura e Planejamento da UNASUL.

22. Expressaram a convicção de que os países sul-americanos têm condições de enfrentar por seus próprios meios os desafios que se apresentam nos campos da defesa e da segurança. Destacaram a importância de que a UNASUL adote um mecanismo de construção da confiança em matéria de defesa e segurança, de modo a fomentar a cooperação e prevenir tensões.

23. Ressaltaram a importância de que os acordos de cooperação militar firmados pelos países da região, em especial os que impliquem algum grau de presença militar de países extrarregionais na América do Sul, devem fazer-se acompanhar de garantias formais de que tais acordos não serão utilizados contra a soberania, a integridade territorial, a segurança e a estabilidade dos países sul-americanos.

24. Decidiram seguir estudando a proposta de avançar na direção de uma instância regional para a América Latina e o Caribe como espaço político de expressão da unidade regional com base na experiência de concertação política no âmbito do Grupo do Rio e nos temas que estão sendo propostos na Agenda de Integração, Desenvolvimento e Cooperação promovida no âmbito da CALC.

25. Reiteraram sua enérgica condenação do golpe de Estado em Honduras e reafirmaram

que a restituição do Presidente José Manuel Zelaya nas suas funções é indispensável para o restabelecimento da ordem constitucional, do Estado de Direito e da vida democrática em Honduras. Reiteraram que seus Governos não reconhecerão o resultado de eleições conduzidas pelo Governo de fato. Reiteraram também o chamado para que cessem de imediato as ações de hostilização à sede diplomática da República Federativa do Brasil em Tegucigalpa e de que seja garantida a sua inviolabilidade e a das pessoas sob sua proteção, assim como a liberdade de movimento de seu pessoal e de todo o corpo diplomático acreditado em Honduras.

26. O Presidente da República Federativa do Brasil reiterou o respaldo de seu país aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à Questão das Ilhas Malvinas. A Presidenta da República Argentina agradeceu o permanente apoio do Brasil nesta questão, da maior importância para seu país. Nesse sentido, ambos os Presidentes destacaram que a adoção de medidas unilaterais não é compatível com o que estabelecem as Nações Unidas, e recordaram o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, alcance quanto antes uma solução pacífica e definitiva, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e as declarações da Organização dos Estados Americanos, do MERCOSUL e de outros foros regionais e multilaterais. Reiteraram, ademais, que a pretensão de considerar as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul como países e territórios aos quais é aplicável a Quarta Parte do Tratado Constitutivo da Comunidade Européia, que se denominará no futuro Tratado sobre Funcionamento da União

Européia, e as Decisões de Associação de Ultramar da União Européia, é incompatível com a existência de uma disputa de soberania sobre tais arquipélagos.

27. Ambos os Presidentes expressaram sua preocupação com a presença na região de base militar de potência extrarregional, situação que é incompatível com os princípios de respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados da região.

28. Reafirmaram sua vontade de fortalecer a cooperação em matéria antártica e de realizar consultas com relação às reuniões de foros antárticos.

29. Reafirmaram a importância de que a parceria estratégica entre Brasil e Argentina continue produzindo resultados concretos e tangíveis, assim como benefícios mútuos, nas diversas áreas das relações bilaterais, a fim de que as altas aspirações de desenvolvimento e prosperidade de suas respectivas sociedades encontrem nessa parceria sua mais legítima expressão política e melhor tradução prática.

30. Determinaram o estabelecimento de um canal permanente de diálogo de alto nível com vistas a restabelecer a fluidez do comércio bilateral. Nesse sentido, determinaram que as Chancelarias e Ministérios encarregados dos temas de comércio, desenvolvimento e produção definam soluções mutuamente satisfatórias para dificuldades setoriais. Concordaram com a urgência de encarar os desafios estruturais da integração - que passam pelo fortalecimento da integração de cadeias produtivas, o aumento dos investimentos e a ampliação das associações e joint ventures entre empresas argentinas e brasileiras.

31. Destacaram a importância do entendimento entre as Empresas Aerolíneas Argentinas/Austral e EMBRAER para a compra de vinte aviões EMBRAER 190 AR, que contará com linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES).

32. Decidiram realizar reuniões presidenciais bilaterais a cada 90 dias, alternadamente em cada país.

33. Os Ministros das Relações Exteriores, Fazenda, Indústria e Comércio realizarão reuniões com seus homólogos a cada 45 dias, alternadamente em cada país, com o objetivo de examinar o comércio bilateral e coordenar ações com vistas a seu crescimento.

34. Acordaram realizar a Quinta Reunião Presidencial do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina no dia de de 2010, em Buenos Aires.

35. Com relação aos projetos que compõem o Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina e com o firme propósito de avançar com celeridade na integração, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner adotaram as seguintes decisões:

1.a. Coordenação Macroeconômica

Reafirmar o compromisso de trabalhar conjuntamente no acompanhamento das ações implementadas por ambos os países em seguimento à crise financeira internacional, bem como das medidas voltadas à promoção do crescimento econômico e social, com vistas a uma maior e melhor integração produtiva e financeira entre ambos os países.

Instruir que, no curto prazo, se aprofunde e aprimore o canal de diálogo regular, e que, no médio prazo, se avance firmemente no caminho da progressiva coordenação macroeconômica bilateral, fortalecendo os sistemas de informação mútua e o acompanhamento das políticas nacionais, envolvendo aspectos tais como questões tributárias, políticas fiscais, regime de investimento e financiamento.

1.b. Consultas sobre comércio bilateral e Integração

Instruir os setores responsáveis das respectivas Chancelarias a reunirem-se ao

menos duas vezes por ano para avaliar a situação do comércio bilateral, regional e o andamento de outras instâncias de discussão dos temas comerciais, incluindo aquelas que são realizadas entre os setores privados. Em todas as instâncias, deve-se buscar assegurar a coerência das diferentes ações com o objetivo de avançar na integração regional, com especial ênfase na integração produtiva.

1.c. Consultas sobre Temas da OMC

Aprofundar a coordenação das posições de ambos os países nas negociações comerciais multilaterais que se levam a cabo na Organização Mundial do Comércio.

2.a. Sistema de pagamentos em moedas locais

Expressar sua satisfação pelo primeiro ano de funcionamento do Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML) e ressaltar que, graças ao crescente número de usuários e de operações cursadas no sistema.

Instruir os órgãos competentes nos dois países a promover maior divulgação do sistema entre os operadores do comércio exterior.

Instruir igualmente os órgãos competentes de cada país a estabelecer mecanismos de crédito nas respectivas moedas locais para financiar as operações de comércio exterior entre os dois países.

2.b Sistema bilateral de pagamentos de Benefícios de Seguridade Social em Moedas Locais

Tomar nota com satisfação dos avanços realizados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social da República Federativa do Brasil (INSS) e a “Administración Nacional de la Seguridad Social” da República Argentina (ANSES) na criação de Mecanismo de Transferência de Fundos para o Pagamento das Prestações de Seguridade Social de Residentes no Exterior em Moedas Locais e instruir as duas administrações para que

estabeleçam o mencionado mecanismo no mais breve prazo possível.

3. Cooperação BNDES, Banco de la Nación Argentina e BICE

Destacar a necessidade de assegurar avanços concretos no marco do Convênio de Cooperação entre o BNDES, o Banco de La Nación Argentina e o Banco de Inversión y Comercio Exterior (BICE) no que diz respeito à identificação de projetos de integração e à efetiva implementação de políticas creditícias para o desenvolvimento e a consolidação de cadeias de produção integradas bilateralmente.

Nesse sentido, ressalta-se a realização, no último dia 16/11/2009, de reunião no BNDES com o BNA e a ABDI para apresentação preliminar do estudo “Complementariedade Produtiva entre Argentina e Brasil”, encomendado pela ABDI.

4. Cooperação espacial: Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos

Instruir as Chancelarias, as autoridades da área espacial e os Ministérios das áreas de economia e planejamento a identificar, até 30 de abril de 2010, as fontes de financiamento necessárias para a continuidade do projeto.

5. Centro Binacional de Nanotecnologia (CBAN)

Reconhecer os esforços do Centro Binacional de Nanotecnologia que possibilitaram a realização das oito escolas de nanotecnologia programadas para o ano de 2009.

Instruir os Ministérios de Ciência e Tecnologia do Brasil e da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina que aumentem o volume de recursos destinados ao Centro, em face do sucesso obtido pelo mesmo em cumprir com os seus objetivos de promover a formação de recursos humanos e de estimular o desenvolvimento integrado da Nanociência e da Nanotecnologia nos dois países.

Cronograma 2010

Realização de dez escolas binacionais, cinco na Argentina e cinco no Brasil, e de um workshop na Argentina.

Lançamento da segunda convocatória de projetos CNPq-ANPCyT (segundo os termos do convênio assinado entre as duas instituições).

Definição de pelo menos um Projeto Laboratório-Empresa 2+2 (uma empresa e um laboratório argentino, uma empresa e um laboratório brasileiro) em áreas previamente acordadas.

6. Programa de Energias Novas e Renováveis

Registrar a definição das seguintes áreas prioritárias para cooperação conjunta no âmbito do Programa Bilateral de Energias Novas e Renováveis: hidrogênio e células combustíveis; pequenas centrais hidrelétricas; biocombustíveis; energia eólica; energia solar térmica.

Destacar a decisão dos Coordenadores do Programa Bilateral de Energias Novas e Renováveis de dar ênfase, na elaboração do Plano de Trabalho Científico-Tecnológico, aos projetos de pesquisa que possam ter aplicação industrial no longo prazo. Nesse sentido, receberão atenção especial dos Coordenadores, projetos de células combustíveis, de produção de hidrogênio a partir de alcoóis e relacionados a biocombustíveis.

Cronograma 2010

Elaboração de Plano de Trabalho Científico-Tecnológico para o Programa Bilateral de Energias Novas e Renováveis.

Realização de Seminário Conjunto sobre Pequenas Centrais Hidrelétricas.

7. TV Digital

Expressar satisfação pela adoção de um padrão comum de televisão digital terrestre baseado na norma ISDB-T e pela assinatura, no dia 28 de agosto último, em Bariloche,

do Acordo Complementar entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministerio de Planejamento, Investimento e Serviços da República Argentina na Área de TV Digital Terrestre.

Congratular-se pelo frutífero intercâmbio de informações técnicas e institucionais realizado durante a Primeira Reunião Internacional sobre Implementação e Desenvolvimento da TV Digital na Argentina (Buenos Aires, 26 e 27 de outubro), dando início às atividades de cooperação para a adequada implementação da norma ISDB-T.

Instruir, ademais, que os responsáveis técnicos de ambos os países continuem o trabalho em conjunto com o objetivo de explorar oportunidades de uma associação mutuamente vantajosa no que diz respeito a investimentos, produção de equipamentos, fortalecimento da integração produtiva, desenvolvimento técnico, fomento de pesquisas e cooperação no campo do desenvolvimento de “software”, contemplando, ademais, aplicações para a inclusão digital, entre outras possibilidades associadas à área de televisão terrestre digital.

Reiterar o convite a que outros países da região adotem o ISDB-T e aproveitem, assim, a oportunidade de dar um grande passo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva na América Latina, através dos benefícios de escala e do potencial da norma nas áreas de inclusão digital, desenvolvimento tecnológico, promoção de empregos e produção industrial.

8. Indústria Naval

Orientar as delegações a explorar, em reuniões de comissões governamentais, possibilidades de entendimento em torno dos seguintes pontos:

- Complementaridade produtiva;
- Financiamento conjunto de projetos; e

- Tratamento fiscal e tributário compatível.
Cronograma

Novembro 2009: Intercambio de proposta conceitual básica para entendimento bilateral.

1º Semestre de 2010: Reuniões de comissões técnicas governamentais integradas pelos organismos designados pelos dois países para preparar os elementos básicos com vistas à elaboração de um projeto de acordo binacional.

9. Cooperação Nuclear

Tomar nota do relatório apresentado pela Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN) sobre o estado atual de implementação dos projetos prioritários e determinar que, após reavaliação do cronograma, a Comissão retorne os esforços para a concretização do mesmo.

Instruir à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e à Comisión Nacional de Energia Atómica (CNEA) que concluam, com a possível brevidade, os entendimentos necessários para o fornecimento regular ao Brasil, pela Argentina, de radiofármacos, como expresso na Carta de Intenções assinada na presente data, bem como que avancem na formulação de um projeto de desenvolvimento conjunto de um reator de pesquisa.

Tomar nota da consolidação das propostas existentes sobre a Empresa Binacional de Enriquecimento (EBEN) e determinar ao grupo executivo da EBEM que continue a considerar os diferentes aspectos da questão e apresente relatório até a próxima reunião do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina.

10. Hidroelétrica de Garabi e outros empreendimentos hidroelétricos

Destacar o acordo alcançado em 27 de agosto de 2009 na VI Reunião da CTM, realizada em Buenos Aires, de realizar simultaneamente os estudos de viabilidade da UEH Garabi e do segundo aproveitamento hidrelétrico, assim

como a assinatura do Segundo Convênio de Cooperação entre ELETROBRÁS e EBISA em 22 de outubro de 2009, para o estudo de viabilidade de um segundo aproveitamento no trecho.

Recomendar às autoridades de ambos os países que, sem reduzir as exigências requeridas, maximizem os esforços para obtenção das licenças e autorizações necessárias à viabilização desses projetos.

Instruir a ELETROBRÁS e a EBISA para que, uma vez consideradas as exigências das autoridades pertinentes, sejam implementados os processos de licitação dos estudos de viabilidade da UHE Garabi e do segundo aproveitamento.

Instruir, igualmente, a ELETROBRÁS e a EBISA que constituam um esquema associativo para a etapa de construção, operação e manutenção dos aproveitamentos hidrelétricos no marco do Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e do seu afluente, o Rio Peperi-Guaçu.

Determinar que a ELETROBRÁS e EBISA trabalhem de forma conjunta na identificação de possíveis fontes de financiamento para os estudos e obras desses aproveitamentos, considerando que os Governos do Brasil e da Argentina facilitarão direta ou indiretamente a obtenção de recursos e darão garantias para as operações de crédito necessárias.

Cronograma

Segundo trimestre de 2010: Início dos estudos de viabilidade da UHE Garabi e do segundo aproveitamento.

11. Interconexão Elétrica

Destacar a evolução satisfatória durante o ano de 2009 do Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Planejamento, Investimento

Público e Serviços da República Argentina sobre intercâmbio de Energia Elétrica. O intercâmbio compreendeu as modalidades “sem devolução” (paga-se ao fornecedor) e “com devolução” (restitui-se a energia utilizada ao fornecedor). Encontra-se em estudo a possibilidade de utilizar a modalidade “Energia de Acumulação” que, se utilizada, poderá regularizar a operação da Usina Termelétrica de Uruguaiana. Esta cooperação será fortalecida com a aprovação pelo Congresso Nacional do Brasil de instrumento que permitirá assegurar a transmissão de energia entre os dois países.

Destacar que os Ministérios de ambos os países encontram-se trabalhando em uma proposta de novo Memorando de Entendimento para o ano de 2010, que prevê as mesmas modalidades de intercâmbio de energia elétrica.

12. Novas Pontes sobre o Rio Uruguai

Tomar nota da realização do chamado a Licitação Pública Binacional do “Estudo de Viabilidade de um Programa de Investimentos para otimizar a Conectividade entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina”, de acordo ao instruído na Declaração Presidencial de 23 de abril de 2009.

Instruir a Comissão Binacional para as Novas Pontes sobre o Rio Uruguai a realizar um segundo chamando a Licitação até 15 de dezembro de 2009, e que se proceda com celeridade no processo de licitação a fim de que após oito meses de adjudicado se receba o informe final do estudo.

13. Grupo de Trabalho Ponte Paso de Los Libres - Uruguaiana

Instruir as autoridades responsáveis, de acordo com os compromissos assumidos no grupo de trabalho, que dêem início ao processo de licitação relativo ao Projeto e à posterior execução das Obras de Recuperação da ponte.

Tomar nota de que a finalização das obras do Controle Terminal de Cargas Paso de Los Libres (COTECAR) deverá ocorrer no final de 2010, em função de modificações arquitetônicas do projeto.

Cronograma

Segundo semestre de 2010: Conclusão do Projeto de Obras de Recuperação da ponte.

Primeiro semestre de 2011: Início das obras.

14. Ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu

Registrar com satisfação a conclusão da pavimentação da BR-282, no Estado de Santa Catarina, de Lages até Paraíso, na fronteira com a Argentina.

Destacar o projeto de construção de cerca de 40 km, na Ruta 14, Província de Misiones, para ligar a localidade de San Pedro até a ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu, resultado de Convênio entre a Dirección Nacional de Vialidad da Argentina e a Dirección de Vialidad Provincial da Província de Misiones.

Instruir as Chancelarias e as autoridades competentes de ambos os Governos a concluir a negociação, antes da próxima reunião do Mecanismo, de um acordo para a construção de uma nova ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, com vistas a habilitar o passo de fronteira ao tráfego internacional.

Cronograma

Primeiro semestre de 2010:

- Início da pavimentação da ligação entre San Pedro (Misiones) e a Fronteira Brasil/Argentina.

- Início dos estudos relativos à construção de uma nova ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu.

15. Integração Ferroviária

Saudar os avanços realizados na IV Reunião sobre Integração Ferroviária Bioceânica, realizada no Rio de Janeiro no dia 20 de agosto 2009, para o desenvolvimento do corredor ferroviário Atlântico - Pacífico através do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile.

Ressaltar a formalização entre as partes do traçado preliminar do Corredor, em bitola métrica, bem como a definição dos pontos focais de cada país para o desenvolvimento do projeto e a apresentação da situação da infraestrutura ferroviária existente.

Reconhecer a importância do financiamento, pelo BNDES, dos Estudos de Viabilidade do Corredor, que serão realizados por consórcio de empresas (Consórcio Corredor Bioceânico).

Reafirmar o compromisso de seguir realizando melhoria nas vias férreas existentes em ambos os países que farão parte do Corredor, onde necessário.

Cronograma

Novembro/Dezembro de 2009: Realização da V Reunião de Integração Ferroviária entre Paraguai, Argentina, Brasil e Chile, na qual deverá ser apresentado o estágio dos trabalhos do Consórcio. Estima-se que os estudos do Consórcio devam estar prontos no final do primeiro semestre de 2010.

16. Transporte Ferroviário de Passageiros entre Paso de los Libres e Uruguaiana

Registrar a visita, em 27 e 28 de agosto de 2009, de técnicos argentinos e brasileiros às localidades de Uruguaiana e Paso de los Libres para a coleta de informações sobre as condições de infraestrutura existente e sobre a atual demanda por serviços de transporte de passageiros entre as duas cidades.

Instruir a preparação de estudo conjunto sobre as necessidades de serviços de transporte transfronteiriço de passageiros entre as duas cidades, que permita melhorar a qualidade do transporte atualmente oferecido. O estudo deverá contemplar demanda potencial, infraestrutura existente e custos para implementação de serviço ferroviário, devendo estar pronto até a próxima reunião presidencial.

Cronograma

Reuniões técnicas bilaterais no primeiro trimestre de 2010.

17.a. Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa

Registrar que, desde a última Declaração dos Presidentes, as quatro Subcomissões (Naval, Terrestre, Aeronáutica e Conjunta de Defesa) se reuniram e analisaram as propostas, especificando os projetos e avaliando os respectivos interesses em cada assunto.

Dentre as ações concretas atingidas pelo GTC devem ser destacadas:

a) Projeto Veículo Gaúcho

O Exército Brasileiro está realizando uma avaliação técnica operacional no veículo protótipo e entregou à Subcomissão de Cooperação Terrestre (SCT) argentina os Protocolos de Ensaio utilizados na sua certificação. Esta informação simplificará as tarefas de desenho e desenvolvimento da engenharia do veículo por parte do Exército Argentino, acelerando os tempos e diminuindo os custos do projeto.

Em função das previsões adotadas e uma vez concluído o projeto de engenharia pela parte argentina e a homologação pela parte brasileira, prevista para julho de 2010, poderá ser iniciada a produção do lote piloto durante o segundo semestre do mesmo ano.

b) Projeto “Pool” Logístico para Aquisição de Sobressalentes

Tomar nota de que está sendo elaborado um Protocolo de Compensação, visando ao Protocolo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa, com respeito à troca de equipamentos e materiais de natureza aeronáutica.

A primeira etapa, por intermédio da troca de relações de material produzidas pela FAB e FAA, está concluída.

Foram instruídas as Subcomissões de Cooperação Aeronáutica (SCA) a realizar uma reunião, no 1º trimestre de 2010, para

concretizar a redação final do Protocolo de Compensação.

Este Protocolo será o primeiro instrumento a ser obtido como resultado concreto da instrução contida na Declaração Presidencial de 23 de abril de 2009: “(...) desenvolver mecanismo que possibilite a compensação mútua dos desembolsos efetuados para que os custos de pesquisa e desenvolvimento dos projetos sejam divididos.”

17.b. Cooperação Aeronáutica

Destacar que o cronograma de ações visando ao desenvolvimento da “Fábrica Argentina de Aviões Brig. San Martín S.A.” (FAdeA) como fornecedora da Embraer, sustentada em premissas de racionalidade técnica e econômica, prossegue conforme planejado. O sucesso das fases iniciais sustentará um incremento gradual e contínuo da cooperação.

Registrar que os próximos passos compreendem, em novembro de 2009, visita de representantes da Embraer à FAdeA com objetivo de avaliar seus processos e, após o recebimento da resposta à proposta comercial, prevista para até o final de dezembro de 2009, definir os passos requeridos com vistas a iniciar produção de peças para formalizar as primeiras entregas em março de 2010.

Instruir os representantes de ambos os Governos que assegurem o avanço das discussões e assinatura do Regime Comum de Importação de Bens Destinados à Indústria Aeronáutica no âmbito das reuniões do MERCOSUL, de fundamental importância para proporcionar nível de competitividade necessária à relação industrial entre FAdeA e Embraer.

18. Acordo sobre Igualdade de Direitos Cíveis e Políticos e Grupo de Alto Nível para Livre Circulação

a) Projeto de Acordo sobre Igualdade de Direitos Cíveis e Políticos

Tomar nota de que a legislação argentina outorga aos estrangeiros residentes no país a igualdade de direitos cíveis e o direito a votar e a ser eleito em várias jurisdições municipais e provinciais.

Tomar nota que, no Brasil, encontra-se em consideração no Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional que estenderá a igualdade de direitos cíveis e políticos aos cidadãos do MERCOSUL. A proposta já obteve parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

b) Controle Integrado Fronteiriço

Instruir que se reúnam antes do final do ano corrente as instâncias técnicas correspondentes de ambos os países para examinar as medidas necessárias à interconexão dos respectivos sistemas de controle migratório, como passo preliminar à assinatura do Acordo Operativo de Implementação dos Sistemas de Controle Migratório Integrado com Registros Compartilhados, a ser implementado, inicialmente, nos passos fronteiriços de Uruguaiana/Paso de Los Libres e Foz do Iguazu/Puerto Iguazú.

Tomar nota da promulgação, pela Argentina, do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas e, no Brasil, sua tramitação no Congresso Nacional.

c) Facilitação Turística

Saudar a assinatura do Acordo de Facilitação Turística, que simplifica a circulação de argentinos, brasileiros e estrangeiros residentes em ambos os países no corredor turístico que inclui as “Cataratas do Iguazu”, o que configura um avanço concreto na política de livre circulação de pessoas.

d) Mecanismo de Cooperação jurídica internacional em matéria penal

Avançar na análise do projeto de Acordo para a criação das Equipes Conjuntas de Investigação, apresentado oportunamente pela Argentina.

Aprofundar os estudos relativos à viabilidade de implementação de um Mandado de Captura Comum.

19. Avaliação de Tecnologias em Saúde

Reconhecer a importância da “Avaliação de Tecnologias em Saúde” (ATS) para a tomada de decisões nos processos de incorporação e retirada de tecnologias nos sistemas de saúde.

Instruir que as autoridades de Saúde avancem na proposta de ações específicas de cooperação em ATS, de modo a impactar positivamente os sistemas de saúde.

20. Fortalecimento das Farmacopéias brasileira e argentina

Ressaltar os avanços dos trabalhos da ANVISA, da ANMAT e das Farmacopéias brasileira e argentina, com destaque para os seguintes acordos:

1 - Reconhecimento formal recíproco das Farmacopéias de ambos os países;

2 - Reconhecimento das 15(quinze) Substâncias de Referência (SQRs) prioritárias por ambas as Farmacopéias listadas no Memorando de Entendimentos ANVISA / ANMAT;

3 - Inclusão das monografias específicas nas respectivas Farmacopéias em implementação;

4 - Desenvolvimento conjunto, incluindo o intercâmbio das substâncias para os estudos interlaboratoriais, e reconhecimento recíproco das seguintes Substâncias de Referência de interesse sanitário: didanosina, estavudina e cloridrato de metformina, por parte da ANVISA (Brasil); e tioconazol, losartana potássica e cloridrato de ondansetrona e heparina sódica, cálcica, por parte da ANMAT (Argentina).

5 - Criação de um Comitê Técnico da Farmacopéia Argentina /Brasileira;

6 - Harmonização de procedimentos e modelos de documentos técnicos e legais no processo de padronização entre as duas Farmacopéias.

Ressaltar que o trabalho da ANVISA e da ANMAT na área da Farmacopéia fomenta a produção nacional de insumos farmacêuticos ativos e, ao mesmo tempo, trabalha no desenvolvimento das Substâncias de Referência para ambos os países e para o MERCOSUL.

A Presidenta Cristina Fernández de Kirchner agradeceu, em seu nome próprio e no de sua comitiva, as atenções e manifestações de apreço e amizade recebidas do governo e do povo brasileiros durante sua visita à República Federativa do Brasil.

Firmada em Brasília, em 18 de novembro de 2009.

VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA ARGENTINA, CRISTINA
FERNÁNDEZ DE KIRCHNER -
BRASÍLIA, 18 DE NOVEMBRO DE 2009
- COMUNICADO CONJUNTO
18/11/2009

Os Presidentes Cristina Fernández de Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de encontrar solução para determinados aspectos das relações comerciais entre a Argentina e o Brasil, acordaram:

De forma imediata:

1. A partir do começo de 2010, ambos os países expedirão as Licenças Não-Automáticas em não mais de 60 dias. Será estabelecido um regime mais expedito para produtos perecíveis e sazonais. Será estabelecido um mecanismo de publicidade e transparência para tais Licenças Não-Automáticas, com suficiente antecedência, que evite a interrupção dos fluxos comerciais.

2. Ambos os países realizarão um monitoramento estrito para evitar eventuais desvios de comércio.

3. Ambos países não exigirão visto consular no comércio bilateral.

4. Ambos países apresentarão uma proposta concernente à Lista de Exceções à TEC. Nesse exercício, se valorizará a oferta exportável existente no MERCOSUL.

5. Ambos países atuarão conjuntamente para alcançar a entrada em vigência do Protocolo de Compras Governamentais do MERCOSUL.

Adicionalmente:

6. Os dois países fortalecerão as ações para garantir desenvolvimento produtivo integrado, de modo a permitir progressivamente maior equilíbrio nas relações econômicas e comerciais e levando em consideração os acordos setoriais existentes. Para esse fim, trabalhar-se-á sobre uma agenda ampla em função daqueles objetivos e a meta comum de aprofundar a integração bilateral, e assim, fortalecer o MERCOSUL.

Entre as questões a serem abordadas, se contemplará o aperfeiçoamento dos acordos entre setores privados para assegurar seu cumprimento e evitar impactos adversos de aumentos substanciais de importações em determinados setores.

Da mesma forma, serão incluídas na agenda de trabalho todas as questões que possam afetar o comércio bilateral, tais como as relativas a valores-critério, procedimentos de investigação, incentivos e outras.

7. Fica estabelecida uma Comissão Ministerial integrada pelos respectivos Chanceleres e Ministros responsáveis das áreas de Economia, Fazenda, Produção e Indústria e Comércio, que se reunirá a cada 45 dias para avaliar o conjunto da relação comercial entre os dois países, inclusive as questões mencionadas no parágrafo anterior.

8. Os Presidentes decidiram, finalmente, que em suas reuniões que doravante realizarão a cada 90 dias, se dará especial atenção ao

seguimento dessas questões e dos trabalhos da mencionada Comissão Ministerial, com o propósito de assegurar os objetivos de um espaço econômico integrado e dinâmico.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA AUTORIDADE NACIONAL
PALESTINA, MAHMOUD ABBAS

19/11/2009

O Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, visitará o Brasil de 19 a 21 de novembro. Hoje, dia 19, em Salvador, será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o homenageará com jantar. Na sexta-feira, os dois Presidentes manterão reunião de trabalho, quando será assinado Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica entre as duas chancelarias.

Em Salvador, ao longo dos dias 19 e 20, o Presidente Abbas manterá ainda encontros com Embaixadores de países árabes no Brasil, com representantes da comunidade palestina e com parlamentares brasileiros.

No dia 21, o Presidente palestino estará para Porto Alegre, onde deverá encontrar-se com a Governadora Yeda Crusius e com o Prefeito José Fogaça, além de cumprir agenda com a comunidade palestina no Rio Grande do Sul.

Esta é a segunda visita do Presidente Mahmoud Abbas ao Brasil, que aqui esteve por ocasião da I Cúpula América do Sul - Países Árabes, em 2005.

Ademais de contribuir para fortalecer os laços bilaterais, a visita servirá para renovar o diálogo a respeito do processo de paz israelo-palestino, bem como para reiterar a disposição brasileira de colaborar com os esforços da comunidade internacional em promover o entendimento e a paz na região.

EXPANSÃO DE ASSENTAMENTO NA
CISJORDÂNIA
19/11/2009

O Governo brasileiro recebeu com profunda preocupação a notícia de que o Governo israelense aprovou a construção de 900 novas casas no assentamento de Gilo, localizado em Jerusalém Oriental.

A decisão do Governo israelense de expandir assentamento situado em território palestino viola resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas a respeito do tema e contraria as obrigações assumidas por Israel no âmbito do “Mapa do Caminho”. Representa um duro golpe nos esforços internacionais que visam à retomada do processo de paz na região e constitui novo obstáculo à consecução do objetivo de um futuro Estado palestino geograficamente coeso e economicamente viável.

O Governo brasileiro conclama o Governo de Israel a rever a decisão anunciada, de modo a ampliar as condições políticas necessárias para que israelenses e palestinos voltem à mesa de negociações, com vistas a alcançar um acordo que viabilize a solução de dois Estados.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
IRÃ, MAHMOUD AHMADINEJAD -
23 DE NOVEMBRO DE 2009
20/11/2009

O Presidente da República Islâmica do Irã, Mahmaoud Ahmadinejad, realizará, no dia 23 de novembro, visita ao Brasil. Trata-se da primeira visita de um Presidente do Irã ao Brasil.

Durante sua estada em Brasília, o Presidente Ahmadinejad será recebido pelo Senhor Presidente da República e pelos Presidentes

da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, acompanhados de representantes do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Irã. Os dois mandatários participarão, ainda, da cerimônia de encerramento de evento empresarial, que contará com a presença de mais de 200 empresários dos dois países, representantes de diversos setores, como agricultura, mineração, energia e indústria de bens de capital.

Na reunião entre os dois mandatários, serão avaliadas as oportunidades de incremento e diversificação do intercâmbio econômico-comercial e dos investimentos, além de possibilidades de cooperação em biotecnologia e nanotecnologia, cooperação agrícola e energética e intercâmbio cultural. Os dois Presidentes discutirão, ainda, temas da agenda internacional e das respectivas regiões.

Deverão ser assinados atos nas áreas de cooperação cultural e em ciência e tecnologia e memorandos entre a Embrapa e sua congênere e entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o Ministério correspondente iraniano, além de um memorando entre a Confederação Nacional da Indústria e a Câmara de Comércio, Indústria e Minas do Irã.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA TCHECA,
VÁCLAV KLAUS -
MANAUS, BRASÍLIA,
SÃO PAULO E RECIFE,
22 A 26 DE NOVEMBRO DE 2009
22/11/2009

O Presidente da República Tcheca, Václav Klaus, realizará visita ao Brasil, no período de

22 a 26 de novembro de 2009, acompanhado do Ministro do Interior e dos Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Indústria e Comércio.

No dia 24 de novembro, em Brasília, o Presidente Klaus se reunirá com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lhe oferecerá almoço no Palácio Itamaraty. Na ocasião, os dois mandatários discutirão temas da agenda bilateral em suas vertentes política, econômico-comercial, cultural e científico-tecnológica, bem como questões globais de interesse comum. O Presidente da República Tcheca também manterá encontros com os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, além do Presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal.

O programa no Brasil do Presidente Klaus inclui ainda reuniões com o Governador do Amazonas, em Manaus, no dia 23 de novembro; com o Governador de São Paulo, na capital paulista, no dia 25; e com o Governador de Pernambuco, em Recife, no dia 26.

Cerca de trinta empresários tchecos acompanharão o Presidente Václav Klaus em sua visita ao Brasil, os quais participarão de Encontro Empresarial organizado pela Associação das Câmaras de Comércio de São Paulo, na capital paulista, no dia 25 de novembro. No evento, serão exploradas possibilidades de se incrementarem as relações econômico-comerciais bilaterais, em particular nos setores de autopeças, aeroespacial, máquinas e equipamentos, equipamento hospitalar, equipamento para distribuição de energia elétrica e tecnologia da informação.

O Brasil é o principal parceiro comercial da República Tcheca na América Latina. O intercâmbio comercial bilateral mais que triplicou desde 2003, tendo atingido a cifra recorde de US\$ 445,7 milhões em 2008.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DO IRÃ, MAHMOUD AHMADINEJAD -
BRASÍLIA, 23 DE NOVEMBRO DE 2009
- COMUNICADO CONJUNTO
23/11/2009

1. A convite de Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Mahmoud Ahmadinejad, Presidente da República Islâmica do Irã, realizou visita oficial ao Brasil no dia 23 de novembro de 2009.

2. Os dois dirigentes passaram em revista os principais temas da agenda bilateral e demais questões de interesse mútuo, com o objetivo de impulsionar a cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Irã em diversos campos. Os dois lados também trocaram pontos-de-vista sobre questões regionais e internacionais.

3. Os dois líderes reafirmaram seu compromisso com os esforços das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, que visa a aproximar Oriente e Ocidente, fortalecendo seus componentes culturais e reforçando a compreensão mútua. Ressaltaram a necessidade do respeito à diversidade cultural, às religiões e às civilizações com vistas a eliminar a segregação, a discriminação e o racismo. O Presidente Lula manifestou sua satisfação pelo apoio do Irã à realização do III Fórum da Aliança das Civilizações, no Brasil, em 2010.

4. Ambos os Presidentes reafirmaram seu empenho na defesa e no fortalecimento do multilateralismo e reconheceram o papel central da ONU para a manutenção da paz e da segurança internacional e para a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável. Enfatizaram a necessidade de reforma das Nações Unidas, especialmente

a reforma do Conselho de Segurança, e a expansão de sua composição para ampliar a participação dos países em desenvolvimento no órgão, bem como a reforma de seus métodos de trabalho. O Presidente Ahmadinejad manifestou apoio ao pleito brasileiro de ocupar assento permanente no Conselho de Segurança reformado.

5. Ao abordar o tema da atual crise mundial, os dois Chefes de Estado acordaram quanto à necessidade urgente de uma reforma profunda das instituições que compõem o sistema econômico-financeiro internacional, em especial o Fundo Monetário Internacional e as instituições que integram o Grupo do Banco Mundial. Tal reforma deverá contemplar uma maior atribuição de poder decisório aos países em desenvolvimento. Os presidentes manifestaram o desejo de pronta conclusão das negociações da Rodada Doha, com plena aplicação do princípio do tratamento especial e diferenciado em favor dos países em desenvolvimento, tendo em vista seu efeito positivo sobre a retomada do crescimento da economia mundial.

6. Os dois dirigentes expressaram seu inabalável repúdio às armas de destruição em massa, em particular às armas nucleares, cuja existência implica uma séria ameaça à paz e à segurança internacionais e à sobrevivência humana. Reafirmaram, nesse contexto, seu compromisso com o desarmamento e a não-proliferação nuclear e sublinharam a importância de que se tomem medidas práticas no campo do desarmamento, com vistas a uma conclusão exitosa da VII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (2010). Os dois presidentes manifestaram seu apoio a uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio.

7. Os presidentes concordaram em fortalecer os laços de cooperação entre a Ásia, o Oriente Médio e a América do Sul. Nesse

aspecto, acordaram analisar a possibilidade de implementar iniciativas de integração entre a Organização de Cooperação Econômica (OCE) e outros foros de integração regional da América do Sul, como o MERCOSUL e a UNASUL.

8. Os dois presidentes expressaram seu apoio à paz justa e duradoura no Oriente Médio. As duas partes condenaram o recurso sistemático ao uso da violência contra populações civis.

9. Os dois líderes expressaram sua satisfação com a intensificação do diálogo político bilateral, de que são exemplos não somente a vigência do mecanismo bilateral de consultas políticas, estabelecido em 2000 e que teve sua sétima reunião no segundo semestre deste ano em Teerã, como o recente intercâmbio de visitas de chanceleres entre os dois países (Teerã, 01 e 02 de novembro de 2008 e Brasília, 26 e 27 de março de 2009).

10. Os presidentes Lula e Ahmadinejad manifestaram interesse em intensificar o intercâmbio econômico-comercial entre seus países, dado o potencial de complementaridade das duas economias. Os Presidentes receberam com satisfação a notícia do avanço das tratativas para o estabelecimento de mecanismo financeiro bilateral para promover o comércio e o investimento entre os dois países. Registraram com satisfação a assinatura de protocolo de cooperação entre Bolsas de Valores na área de mercado financeiro.

11. Os dois líderes manifestaram sua determinação em implementar todas as medidas necessárias para abrir novos canais de cooperação técnica e propiciar os meios necessários para incentivar o setor privado com vistas a permitir o desenvolvimento de projetos conjuntos de investimentos. Para tanto, acordaram sobre a necessidade de reativação da comissão mista bilateral.

12. Os dois lados também saudaram a realização das duas edições do Fórum Comercial Brasil-Irã, que tiveram lugar em São Paulo, em maio de 2009 e na cidade de Brasília, à margem da visita presidencial. Este último reuniu cerca de 300 empresários de ambos os países e demonstrou o interesse do setor privado em aumentar a cooperação, os investimentos e as trocas bilaterais nos setores de petróleo, gás e petroquímica, aço e siderurgia, indústria automobilística, mineração e geologia, material elétrico, máquinas e equipamentos, indústria farmacêutica e química, Têxteis, Alimentação, software, serviços de engenharia e infraestrutura, entre outros.

13. Os dois países concordaram com o exame de projetos e mecanismos de cooperação nas áreas de Hidreletricidade e Termoeletricidade convencional.

14. Os dois Presidentes registraram com satisfação a assinatura de Memorando de Entendimento entre os respectivos Bancos Centrais, para favorecer o diálogo financeiro e a troca de experiências no setor.

15. Registraram com satisfação a decisão de instituir mecanismos de cooperação em Ciência e Tecnologia, com vistas a desenvolver projetos comuns em áreas já identificadas, tais como Biotecnologia e Nanotecnologia. Da mesma forma, congratularam-se com o estabelecimento de cooperação entre as instituições dos dois países na área de pesquisa agrícola.

16. Ao atribuírem especial ênfase ao plano cultural bilateral, enfatizaram o interesse dos dois países em desenvolver cooperação nas áreas acadêmica, educacional e cinematográfica, assim como o intercâmbio de delegações artísticas e culturais e em participar mutuamente em festivais internacionais, que tenham lugar nos dois países. Para esse fim, foi assinado durante a visita o Programa Executivo

de Acordo Cultural. Congratularam-se com a assinatura de Memorando de Entendimento entre universidades dos dois países.

17. O Presidente Ahmadinejad agradeceu a calorosa acolhida e a hospitalidade que lhe foram dispensadas pelo Governo e pelo povo da República Federativa do Brasil e convidou o Presidente Lula a visitar a República Islâmica do Irã numa primeira oportunidade em 2010. A data deverá ser mutuamente definida por meio dos canais diplomáticos.

ACIDENTE EM MINA DE CARVÃO NA CHINA 23/11/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do acidente ocorrido na mina de carvão de Xinxing, localizada na província de Heilongjiang, China, no último dia 21, que resultou na morte de mais de cem pessoas.

O Governo brasileiro transmite aos familiares das vítimas e ao povo chinês suas sentidas condolências.

PROMOÇÃO COMERCIAL DO BRASIL NA ÁFRICA: FEIRA INTERNACIONAL DE LOMÉ E FEIRA INTERNACIONAL DE BAMAKO 25/11/2009

Na sequência da visita do Ministro Celso Amorim à República do Togo e à República do Mali, o Itamaraty está organizando a participação do Brasil na Feira Internacional de Lomé no Togo, de 20 de novembro a 7 de dezembro, e na Feira Internacional de Bamako (FEBAK), no Mali, entre 27 de novembro e 13 de dezembro. A Feira Internacional de Lomé, em sua 6ª edição, em

2008, contou com 400 expositores e recebeu cerca de 150 mil visitantes. A FEBAK está em sua 9ª edição e reuniu, em 2008, 300 expositores, procedentes de 30 países.

O Brasil exibirá, nas referidas mostras, produtos e materiais relacionados aos setores de aviação, infraestrutura aeroportuária, construção civil, defesa e alimentos.

A participação brasileira tem como objetivo estimular o contato de empresas brasileiras com o mercado africano e promover o intercâmbio comercial com a África.

O comércio do Brasil com os dois países registra volumes anuais crescentes. De janeiro de 2003 a setembro de 2009, as trocas comerciais com o Togo alcançaram montante superior a US\$ 272 milhões. O intercâmbio bilateral com o Mali, por sua vez, superou os US\$ 80 milhões no mesmo período.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA POLÍTICO-CONSULTIVA DO POVO DA CHINA

26/11/2009

Dando sequência ao diálogo político de alto nível com a República Popular da China, visitará o Brasil, entre 25 e 28 de novembro de 2009, o Presidente da Conferência Político-Consultiva do Povo da China, Jia Qinglin, quarta autoridade em nível mais elevado na hierarquia do Estado chinês.

Jia Qinglin será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; pelo

Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, seu anfitrião oficial; pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes.

A Parceria Estratégica entre o Brasil e a China, estabelecida em 1993, vem-se fortalecendo de modo substancial. Os dois países revelaram notável capacidade de reação aos efeitos da crise financeira e estão prestando importante contribuição para a retomada do crescimento da economia mundial.

A programação do Senhor Jia Qinglin no Brasil se estenderá a Foz do Iguaçu e a Manaus.

MASSACRE NAS FILIPINAS

26/11/2009

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do massacre ocorrido em Mindanao, nas Filipinas, em 23 de novembro passado, que resultou na morte de mais de 50 pessoas.

O Governo brasileiro solidariza-se com o Povo e o Governo filipinos em razão desse lamentável episódio e reitera sua convicção de que o recurso à violência não é compatível com a natureza do debate político e com o fortalecimento da democracia.

II REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA DEFESA DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS

(UNASUL) - QUITO,

27 DE NOVEMBRO DE 2009

26/11/2009

Os Ministros Celso Amorim e Nelson Jobim participarão, em 27 de novembro, em Quito, da II Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

O encontro dará continuidade às discussões da I Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa (Quito, 15 de setembro de 2009), em cumprimento ao mandato emanado da Cúpula Extraordinária da UNASUL realizada em Bariloche em 28 de agosto, relativo ao desenvolvimento de medidas de fomento da confiança em matéria de defesa e segurança na região.

A reunião deverá tratar, entre outros temas, da transparência em questões relativas à defesa; da promoção de medidas de construção de confiança entre os países da região; e de garantias de que acordos de cooperação militar não comprometam a segurança, a soberania e a integridade territorial dos países sul-americanos. Os Ministros terão ainda a oportunidade de analisar os últimos desenvolvimentos em matéria de defesa e segurança na região.

DECLARAÇÃO DE MANAUS - REUNIÃO DE CÚPULA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS

SOBRE MUDANÇA DO CLIMA -

26 DE NOVEMBRO DE 2009

26/11/2009

Declaração de Manaus

A mudança do clima é um dos mais críticos e urgentes desafios da atualidade, e só pode ser enfrentada de modo efetivo por meio de um esforço global, para o qual cada país contribua segundo suas plenas capacidades, em cumprimento do princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas. Esse esforço tem como único âmbito legítimo o marco multilateral global. Uma vez que a mudança do clima afeta a todos nós, todos devemos participar dos processos em que se decide sobre como tratá-la.

Reafirmamos nosso compromisso com os princípios e disposições da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e seu Protocolo de Quioto, em particular o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas. O desafio diante de nós não requer redefinições no regime existente, que equilibra adequadamente direitos e deveres de diferentes nações; mas exige que se cumpram plenamente os compromissos em mitigação, adaptação e provisão de meios de implementação definidos no âmbito da CQNUMC desde 1992 e os distintos mandatos do Plano de Ação de Bali e do Protocolo de Quioto relativo a seus períodos de compromisso subseqüentes.

Fortaleceremos nosso diálogo regional com o objetivo de obter resultado ambicioso, efetivo e equitativo na 15ª Conferência das Partes da CQNUMC, assegurando que tal resultado reflita adequadamente os interesses da região e promova seu desenvolvimento sustentável.

Exortamos todos os países desenvolvidos a reduzir significativamente suas emissões, de acordo com suas responsabilidades históricas. A adoção de compromissos quantificados ambiciosos de redução, válidos para o conjunto da economia, por todos os países desenvolvidos é essencial para assegurar que seu esforço de mitigação esteja no nível, pelo menos, da recomendação de redução de 40% do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e compatível com a necessidade de proteger o sistema climático. Exortamos todos os países desenvolvidos, inclusive as Partes do Anexo I que não são integrantes do Protocolo de Quioto, a apresentar números claros, detalhados e não condicionados para seus compromissos na 15ª Conferência das Partes da CQNUMC, pois são elemento chave para que se possa chegar a um

resultado acordado. Nesse contexto, apoiamos fortemente a continuidade da eficácia legal do Protocolo de Quioto, de acordo com seu artigo 3.9.

Para fortalecer as ações dos países em desenvolvimento tanto em mitigação, quanto em adaptação, fluxos de apoio financeiro e tecnológico novo e adicional dos países desenvolvidos devem aumentar de modo significativo e suficiente no curto, médio e longo prazo. Os compromissos financeiros de países desenvolvidos estabelecidos no âmbito da CQNUMC devem ser cumpridos integralmente, sendo isso responsabilidade de Governos. Nesse contexto, o financiamento público internacional reforçado, adicional à Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), tem de desempenhar papel central. Reafirmamos a proposta do Grupo dos 77 e China referente a contribuição de 0,5% a 1,0% do PIB de países desenvolvidos para ações em clima por parte de países em desenvolvimento. Exortamos todos os países desenvolvidos a apresentarem, na 15ª Conferência das Partes à CQNUMC, seus compromissos quantificados de financiamento público em apoio a ações de adaptação e mitigação em países em desenvolvimento, fortalecimento de capacidades e transferência de tecnologia, conforme acordado no Plano de Ação de Bali. Nossos países enfatizam que esta é uma base necessária e crucial para lograr resultado acordado em Copenhague.

Países em desenvolvimento também deveriam contribuir para o enfrentamento global de mudança do clima por meio de ações de mitigação apropriadas às condições nacionais, viabilizadas e apoiadas por meio de recursos financeiros internacionais de países desenvolvidos e transferência de tecnologia adequada e tempestiva e no contexto de suas políticas de desenvolvimento econômico e

social. Um instrumento poderia ser criado para permitir a mensuração, comunicação e verificação de ação e apoio. Ações não apoiadas deveriam ser internacionalmente reconhecidas. Nossos países se esforçarão para garantir que crescimento econômico sustentável, inclusão social e sustentabilidade climática avancem de maneira convergente e harmoniosa.

A mudança do clima deve ser enfrentada no âmbito de um sistema econômico internacional favorável e aberto, como indicado na CQNUMC. Medidas apresentadas por países desenvolvidos como parte de um esforço de mitigação não devem gerar restrições comerciais unilaterais ou fortalecer o protecionismo comercial. Do mesmo modo, todos os potenciais impactos econômicos, sociais e ambientais em países em desenvolvimento de medidas de resposta implementadas por países desenvolvidos serão considerados e minimizados.

A adaptação tem de ser preocupação central no âmbito do regime de mudança do clima. Enfatizamos a responsabilidade histórica de países desenvolvidos pela mudança do clima. Nossos países, nossos povos e nosso desenvolvimento já estão sofrendo seus impactos e isso continuará no futuro. Esse peso adicional gerado pela mudança do clima é tema relevante para todos os países em desenvolvimento e sua superação exige apoio internacional suficiente e previsível, por questão de equidade.

A floresta amazônica, como uma das florestas mais intocadas do mundo, cumpre funções que apóiam a vida, abriga rica diversidade biológica e cultural, desempenha papel importante no sistema climático global e provê serviços ambientais fundamentais. Ademais, é base para a existência de numerosos grupos indígenas, incluindo

grupos auto-isolados, e comunidades locais. Também oferece oportunidades cruciais de desenvolvimento sustentável à grande população que vive na região e tem valor cultural e espiritual para os grupos indígenas e comunidades locais. A floresta amazônica representa patrimônio de nossos povos e nossos países. Estamos determinados a protegê-la e a utilizar seus recursos de maneira sustentável, com respeito aos direitos de grupos indígenas e comunidades locais, bem como aos habitats que eles ocupam desde tempos ancestrais, de acordo com legislação nacional.

A floresta amazônica é particularmente sensível e vulnerável aos efeitos da mudança do clima, o que aguça nossa determinação em enfrentar o tema. Ao mesmo tempo, atividades florestais sustentáveis oferecem opções efetivas tanto de mitigação da mudança do clima, quanto de adaptação urgente de povos e ecossistemas a seus impactos negativos. É crítico que se gere financiamento adequado e previsível para essas atividades. Apoiamos a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, o papel de conservação, manejo florestal sustentável e aumento do estoque de carbono florestal, no âmbito do regime de mudança do clima, com apoio financeiro e tecnológico internacional apropriado para cada uma delas e proteção da diversidade biológica. As florestas estão no cerne de nossas políticas de mitigação e acreditamos que devem constituir parte importante do resultado acordado de Copenhague.

Os países da região amazônica saúdam a iniciativa dos governos do Brasil e França na busca de soluções definitivas, que ultrapassem as negociações em curso, para o problema da mudança do clima.

DECLARAÇÃO DOS CHEFES DE
ESTADO SOBRE A ORGANIZAÇÃO
DO TRATADO DE
COOPERAÇÃO AMAZÔNICA -
26 DE NOVEMBRO DE 2009
27/11/2009

Declaração dos Chefes de Estado sobre a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Os Chefes de Estado dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), reunidos na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, em 26 de novembro de 2009, por ocasião da reunião prévia à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas:

Afirmando sua determinação de impulsionar a consolidação de áreas de interesse comum para a cooperação entre os Estados Membros da OTCA, como uma contribuição ao fortalecimento da unidade sul-americana, no exercício do pleno respeito à soberania.

Reconhecendo ser o desenvolvimento sustentável da Amazônia uma prioridade, por meio de uma administração integral, participativa, compartilhada e equitativa, como forma de dar uma resposta autônoma e soberana aos desafios ambientais atuais, levando em consideração os efeitos da crise financeira internacional.

Decidem:

1- Conferir à OTCA um papel renovado e moderno como fórum de cooperação, intercâmbio, conhecimento e projeção conjunta para fazer frente aos novos e complexos desafios internacionais que se apresentam.

2- Encarregar os Ministros de Relações Exteriores de preparar uma nova Agenda

Estratégica da OTCA para o curto, médio e longo prazo, com vistas a fortalecer o processo de cooperação, com ações de alcance regional que apoiem as iniciativas nacionais. A referida Agenda será apreciada e aprovada na X Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação amazônica, a ser realizada no Peru, no segundo trimestre de 2010.

3- Instruir que, na nova Agenda Estratégica de cooperação amazônica, guiada pelos princípios de redução das assimetrias regionais e de adoção de alternativas econômicas complementares e solidárias para o aproveitamento sustentável e racional da biodiversidade e outros recursos amazônicos, no intuito de melhorar a qualidade de vida da população local e promover o desenvolvimento global e o crescimento econômico, sejam incluídas, entre outras, disposições para:

A construção de uma visão integral de cooperação regional amazônica, que incorpore as dimensões econômica, ambiental, de saúde, dos povos indígenas e tribais, educacionais, científico-tecnológicas, de recursos hídricos, de infraestrutura, de navegação comercial e sua facilitação, de turismo e de comunicações, objetivando promover o desenvolvimento harmônico e sustentável dos respectivos espaços amazônicos.

A identificação de ações direcionadas à redução e ao monitoramento do desmatamento, ao favorecimento do aproveitamento dos recursos florestais de maneira sustentável e à implementação de medidas urgentes para assegurar a preservação e conservação da biodiversidade com um enfoque de aproveitamento econômico, racional e sustentável, que inclua a busca de mecanismos para apoiar e gerar financiamento para as ações de conservação

e proteção das florestas.

O fortalecimento dos mecanismos institucionais e políticos sobre povos indígenas e tribais da OTCA, para avançar no diagnóstico de sua situação por meio da formulação de indicadores ou outros instrumentos com o objetivo de identificar ações conjuntas, a ser desenvolvidas em harmonia com a natureza, protegendo e conservando os produtos do extrativismo tradicional.

A proteção, gestão e preservação dos recursos hídricos para garantir a integridade do ecossistema fluvial.

A geração de ações voltadas para a segurança alimentar e a erradicação da fome no prazo mais curto possível.

A coordenação da vigilância em saúde ambiental, a execução de ações em áreas de fronteira e a adoção de mecanismos de prevenção.

A promoção do ecoturismo.

O decidido impulso a uma agenda regional de ciência e tecnologia, que contemple o respeito aos conhecimentos tradicionais.

O acompanhamento pela Secretaria Permanente da OTCA das negociações internacionais sobre questões centrais para a cooperação amazônica, como mudanças climáticas e diversidade biológica e florestal. As ações que venham a ser empreendidas em decorrência desse acompanhamento deverão contar com a aprovação dos Países Membros.

A incorporação de Reuniões Ministeriais Setoriais como parte do processo de implementação da Agenda Estratégica.

4- Reafirmar a urgência e a importância do atual processo de relançamento da Organização, por meio do fortalecimento de sua Secretaria Permanente, dispondo para que os Ministros das Relações Exteriores adotem disposições que conduzam a ações concretas para seu fortalecimento institucional, a fim

de cumprir com os mandatos dos Países Membros, incluindo uma solução definitiva para a questão da sede permanente.

5- Instruir a Secretaria Permanente a conduzir um estudo, em coordenação com os Países Membros, para avaliar as possíveis fontes de financiamento provenientes dos próprios países, visando superar a dependência do financiamento externo para o desenvolvimento dos projetos estratégicos da Organização.

6- Reafirmar a importância de que os Países Membros estabeleçam ou reativem as Comissões Nacionais Permanentes, de acordo com o artigo 23 do Tratado de Cooperação Amazônica, como instâncias responsáveis pela execução das decisões emanadas das Reuniões de Ministros das Relações Exteriores.

7- Expressar seu mais firme apoio à nova gestão da Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Manaus, 26 de novembro de 2009

BRASIL-UE: III REUNIÃO DO COMITÊ
DIRETIVO DE COOPERAÇÃO
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E
ASSINATURA DE ACORDO NA ÁREA DE
PESQUISA SOBRE ENERGIA DE FUSÃO
27/11/2009

Realizou-se, nos dias 26 e 27 de novembro corrente, em Brasília, a III Reunião do Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia. O Comitê Diretivo, criado pelo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia, tem por objetivo acompanhar e coordenar as atividades de

pesquisa e desenvolvimento entre instituições de pesquisa brasileiras e europeias. Foram discutidas as iniciativas bilaterais em andamento, propostas de projetos conjuntos e modalidades de cooperação. Foi criado ainda um Grupo de Trabalho sobre Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs).

A delegação da Comissão Europeia foi chefiada pela Senhora Mary Minch, Diretora de Cooperação Internacional da Direção-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Comunidade Europeia, que veio ao Brasil acompanhada por especialistas europeus.

Durante a reunião, foi assinado acordo de cooperação entre o Governo brasileiro e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) na área de pesquisa sobre energia de fusão nuclear. O acordo tem como objetivo intensificar o intercâmbio de cientistas, informações e material, bem como realizar projetos conjuntos em matéria de fusão. Espera-se que o acordo possa ainda aumentar a participação de instituições e de pesquisadores brasileiros nos programas de cooperação científica e tecnológica da União Europeia.

Durante o encerramento da reunião, foi concedida entrevista coletiva, cuja íntegra se encontra disponível em vídeo em: <http://www.youtube.com/mrebrasil>.

VII REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC -
GENEBRA, 30 DE NOVEMBRO A 2 DE
DEZEMBRO DE 2009
27/11/2009

O Ministro Celso Amorim participa em Genebra, de 29/11 a 2/12, da VII Reunião Ministerial da OMC. O tema da VII Conferência é "A OMC, o Sistema Multilateral de Comércio e o Ambiente Econômico Atual". O Ministro

Amorim chefiará a delegação brasileira, que será integrada por representantes da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), bem como de entidades da sociedade civil.

O programa da VII Ministerial prevê realização de uma sessão plenária principal e duas sessões temáticas paralelas, intituladas “Revisão das Atividades da OMC, incluído o Programa de Trabalho de Doha” e “A Contribuição da OMC para a Recuperação, o Crescimento e o Desenvolvimento”.

Na manhã do dia 29/11, véspera da abertura da Ministerial, a delegação brasileira organizará café da manhã com representantes de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), seguido de Reunião Ministerial do G-20. Imediatamente após a reunião ministerial, os integrantes do G-20 realizarão reunião de trabalho com os Ministros coordenadores dos demais agrupamentos de países em desenvolvimento (G-33, Grupo Africano, ACP, NAMA-11, SVE e Caricom), seguida de conferência de imprensa.

À tarde, o Ministro participa de encontro promovido pela Federação Sindical Internacional na sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No dia 30/11, os dirigentes do G-110, maior articulação de países em desenvolvimento na OMC, promoverão reunião de trabalho, seguida de conferência aberta à imprensa, às 12h30. No mesmo contexto de articulação Sul-Sul, às 18h30, os países do MERCOSUL promovem reunião de trabalho com as delegações da Índia e da União Aduaneira da África Austral - SACU, integrada por África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

A sessão inaugural da VII Ministerial terá início na tarde do dia 30/11 e se estenderá até o dia 2/12.

O Ministro Celso Amorim também participará, no dia 2/12, na sede da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em Genebra (UNCTAD), da Sessão Especial do Comitê Negociador da Rodada São Paulo do SGPC em nível Ministerial. Na ocasião, os Ministros dos países participantes da Rodada São Paulo considerarão o projeto de modalidades preparado pelo Comitê Negociador.

Durante sua permanência em Genebra, o Ministro Celso Amorim manterá ainda diversos encontros bilaterais.

REUNIÃO MINISTERIAL TRILATERAL MERCOSUL-ÍNDIA-SACU 28/11/2009

Será realizada em Genebra, no próximo dia 30 de novembro, à margem da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), reunião ministerial trilateral Mercosul-Índia-SACU. Na ocasião, os Ministros dos países participantes (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai; Índia; África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia) tratarão, além das negociações da Rodada Doha, da possibilidade de lançar processo com vistas a entendimento comercial trilateral Mercosul-Índia-SACU, com base no acordo de comércio preferencial Mercosul-Índia (em vigor), no acordo de comércio preferencial Mercosul-SACU (assinado) e nas negociações comerciais Índia-SACU (em curso).

A iniciativa se insere no contexto do adensamento das relações comerciais Sul-Sul e tem por objetivo fomentar novas oportunidades comerciais entre os países participantes, contribuindo para o desenvolvimento das três regiões.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A PORTUGAL PARA A
XIX CIMEIRA IBERO-AMERICANA -
ESTORIL, 29 DE NOVEMBRO
A 1º DE DEZEMBRO DE 2009
29/11/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita ao Estoril, no período de 29 de novembro a 1º de dezembro, para participar da XIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

A XIX Cimeira Ibero-Americana, que se encontra sob a presidência pro tempore de Portugal, terá como tema central “Inovação e Conhecimento”. Durante a Cúpula, deverá ser lançado o Programa IberoAmérica Inova, orientado para a cooperação em investigação aplicada e inovação tecnológica entre empresas, com ênfase em micro, pequenas e médias empresas dos países ibero-americanos. A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia, assumirá a secretaria do Programa.

Além de debater inovação e conhecimento no espaço ibero-americano, os Chefes de Estado e de Governo terão oportunidade de discutir temas de interesse global, entre os quais a mudança do clima e as respostas à crise econômica e financeira internacional.

Os Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos deverão aprovar, ao final da XIX Cúpula, a Declaração de Portugal, com a recomendação de ações para a promoção da inovação e do conhecimento. Deverão adotar, também, o Programa de Ação de Lisboa, que dispõe sobre as atividades desenvolvidas em seguimento aos programas acordados em Cúpulas anteriores e apresenta propostas recomendadas na Cúpula do Estoril.

ATENTADO NA RÚSSIA
29/11/2009

O Governo brasileiro recebeu, com grande pesar, a notícia do atentado terrorista ocorrido na Rússia, em 27 de novembro, que vitimou grande número de pessoas.

Ao condenar de forma veemente os atos dessa natureza, quaisquer que sejam os motivos alegados, o Governo brasileiro manifesta as mais sinceras condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo da Rússia.

VII REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC -
GENEBRA, 30 DE NOVEMBRO A 2 DE
DEZEMBRO DE 2009 - DECLARAÇÃO
DOS MINISTROS DO G-20
29/11/2009

Genebra, 29 de Novembro de 2009

Por ocasião da VII Conferência Ministerial da OMC, os Ministros do G-20 se reuniram em 29 de novembro de 2009, em Genebra, para discutir o estado das negociações da Rodada Doha da OMC.

Reafirmaram a unidade do G-20 e o empenho do Grupo em continuar a ser uma força motriz nas negociações agrícolas da DDA.

Os Ministros do G-20 reiteraram a centralidade da Agricultura na Rodada Doha. A Agricultura determinará o nível de ambição da Rodada.

Observaram que o comércio internacional tem sido seriamente afetado pela crise econômica mundial. A crise mostrou os riscos de todas as formas de protecionismo, incluindo os substanciais subsídios distorcivos dos países desenvolvidos. Sem os meios necessários para permitir pacotes

de estímulo ou programas de resgate econômico, os países em desenvolvimento são afetados desproporcionalmente e arcam com as conseqüências de qualquer erosão da confiança na estabilidade do sistema multilateral de comércio. A crise também destacou a importância e o valor de um sistema de comércio multilateral baseado em regras e orientado para o desenvolvimento. Concluir a Rodada Doha poderia resultar em uma vitória tripla: (i) reforçar a confiança no sistema multilateral de comércio, (ii) proteger contra o aumento do protecionismo e (iii) impulsionar a economia global, reduzindo suas assimetrias.

Os Ministros do G-20 enfatizaram a necessidade de medidas urgentes sobre a Rodada Doha. Todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento devem estar prontos para negociar a conclusão da Rodada, respeitando o Mandato. Há uma necessidade urgente de traduzir as declarações políticas em engajamento concreto nas negociações em Genebra, a fim de conseguir o objetivo comum de concluir a Rodada em 2010. Na percepção dos Ministros, a única maneira de alcançar este objetivo é o de procurar uma convergência com base nos textos modalidades de Dezembro de 2008. Eles também partilharam a opinião de que, embora o diálogo direto entre os membros pode ser útil, a primazia do processo multilateral não deve ser prejudicada. Eles notaram ainda que quase todos os membros da OMC, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, estão em condições de acompanhar esta convergência. Eles instaram todos os países desenvolvidos da OMC a aderir a este consenso.

Os Ministros do G-20 também se reuniram com os Ministros Coordenadores de Grupos

de Países em Desenvolvimento: o Grupo Africano (Egito), os ACPs (Jamaica, Quênia e Ilhas Maurício), o CARICOM (Trinidad e Tobago), o Algodão-4 (Burkina Fasso), o G-33 (Indonésia), o NAMA-11 (África do Sul), os Países de Menor Desenvolvimento Relativo - PMDRs (Tanzânia), e as Economias Pequenas, Vulneráveis - SVEs (Barbados). Os Ministros avaliaram positivamente o exame conjunto entre os países em desenvolvimento sobre o estado da Rodada e destacaram a solidariedade demonstrada pelos Grupos ao longo das negociações. Os Grupos enfatizaram que a plena integração dos países em desenvolvimento no sistema multilateral de comércio só será alcançada se a OMC refletir suas preocupações e necessidades de desenvolvimento. Para tal efeito, salientaram a importância de concluir com sucesso a Rodada Doha em 2010, cujos resultados devem refletir, em sua essência, a questão do Desenvolvimento.

Os ministros acordaram que, para alcançar convergências, há necessidade de processo que reduza as diferenças sobre as questões pendentes da negociação dentro dos próximos meses. Os Ministros também concordaram que deve haver uma oportunidade multilateral, no início do próximo ano, para avaliar os progressos alcançados, identificar os obstáculos existentes e explorar maneiras de concluir com sucesso a Rodada Doha antes do final de 2010, de acordo com seu Mandato do Desenvolvimento.

Os Ministros de todos os grupos de países em desenvolvimento destacaram a importância de concluir a Rodada Doha e seu compromisso conjunto para alcançar um resultado ambicioso e equilibrado, que reflita os objetivos de Desenvolvimento da Rodada, em linha com o Mandato negociador.

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA E DO MINISTRO CELSO
AMORIM AO PRESIDENTE ELEITO DO
URUGUAI
30/11/2009

Mensagens do Presidente da República e do Ministro Celso Amorim ao Presidente eleito do Uruguai

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a seguinte mensagem ao Presidente eleito do Uruguai, José Mujica:

“Senhor Presidente, Caro Amigo,

Felicito-o, com grande alegria e muita emoção, pela vitória nas eleições presidenciais. Sob sua liderança, o Uruguai avançará ainda mais no processo de mudanças inaugurado em 2005. Esteja seguro do apoio do Governo brasileiro e de meu empenho pessoal para, juntos, darmos continuidade ao aprofundamento das tradicionais relações de amizade e cooperação entre nossos dois países. No seu governo, continuaremos a trabalhar, de forma solidária, pelo desenvolvimento mais justo de nossas sociedades.

Proseguiremos na construção de um Mercosul e de uma América do Sul que correspondam às expectativas de nossos povos e às condições de nossos países. Estaremos em melhores condições de responder, em conjunto, aos desafios e às oportunidades que surgirão para a América Latina e o Caribe.

Desejo-lhe pleno êxito e felicidade pessoal à frente da Presidência uruguaia.

Cordiais saudações,

Luiz Inácio Lula da Silva,

Presidente da República Federativa do Brasil”

O Ministro Celso Amorim enviou também mensagem de felicitações ao Presidente eleito do Uruguai, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente-eleito,

Ao transmitir-lhe os mais fraternos parabéns por sua eleição, reafirmo a disposição da Chancelaria brasileira e a minha própria para que o Uruguai e o Brasil sigam fortalecendo suas relações em prol do progresso e da justiça social para ambas as sociedades, bem como da consolidação do MERCOSUL e da UNASUL.

Desejo-lhe pleno êxito e felicidade pessoal na condução da Presidência do Uruguai.

Cordiais saudações,

Celso Amorim,

Ministro das Relações Exteriores”

REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL-
ESPANHA-PORTUGAL - ESTORIL, 30 DE
NOVEMBRO DE 2009 - COMUNICADO
DE IMPRENSA
30/11/2009

No contexto da XIX Cimeira Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo, ora sendo realizada em Estoril, teve lugar, no dia de hoje, reunião informal, em nível ministerial, dos países membros do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) com Espanha e Portugal, com o intuito de avaliar a situação atual das negociações destinadas a celebrar um Acordo de Associação Interregional entre a União Europeia e o MERCOSUL.

Ao término do referido encontro, manifestou-se o alto interesse político em um pronto reinício das negociações. Nesse contexto, reiterou-se a aspiração de alcançar-se um acordo equilibrado e ambicioso entre a UE e o MERCOSUL.

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO
CELSO AMORIM NA VII REUNIÃO
MINISTERIAL DA OMC - GENEVRA,
30 DE NOVEMBRO DE 2009
30/11/2009

Esta Conferência Ministerial, postergada por tanto tempo, proporciona a ocasião para uma reflexão coletiva sobre a Organização. A OMC é um ativo importante, mas pode perder a relevância caso os membros não estejam preparados para investir o capital político necessário para equipá-la para a agenda do século XXI, uma agenda que estará inevitavelmente ligada ao desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Os Ministros do G-20, no comunicado aprovado ontem, reiteraram que estão prontos a atuar. Hoje pela manhã, todos os países em desenvolvimento emitiram este mesmo sinal em uma declaração ministerial.

Ainda enfrentamos os efeitos de uma das mais severas contrações econômicas da história. A crise teve origem nos países ricos, mas os mais pobres estão pagando o maior preço. Apesar de as disciplinas da OMC ajudarem a prevenir a disseminação ampla do protecionismo, as ações defensivas que surgiram após a crise ainda podem transformar-se em consideráveis forças desagregadoras.

A Rodada Doha foi lançada com vistas a trazer a dimensão do desenvolvimento à OMC. Ao longo dos últimos oito anos, construímos um pacote negociador que contém potenciais benefícios para os países em desenvolvimento e para os Membros da Organização como um todo.

Estamos no meio de uma crise. Uma crise de paralisia. Quanto mais tempo levamos para sair dela, maior será o impacto em termos de estagnação econômica e de perdas de postos de trabalho. Em alguns dos países

mais pobres, isto significa que menos pessoas escaparão da pobreza absoluta e da fome.

Parar o relógio não é uma opção. As circunstâncias econômicas mudam, barganhas feitas no passado acabam sendo superadas por novos desdobramentos.

Temos de agir coletivamente e com urgência. Ao invés de concentrar-nos no que deu errado, temos de manter o foco no que é necessário para concluir as negociações. É preciso que essa avaliação aconteça nas próximas semanas e nos próximos meses se quisermos manter o compromisso de concluir a Rodada em 2010.

A alternativa será mais protecionismo, mais fragmentação do comércio internacional, mais desigualdade social e instabilidade política.

Enquanto tentamos superar este impasse, o Brasil tem buscado meios de atender algumas das expectativas de desenvolvimento em torno da Rodada. Como anunciei mais cedo hoje, e em linha com a Declaração de Hong Kong, até meados de 2010, o Brasil concederá tratamento “duty-free-quota-free”, com cobertura de 80% de todas as linhas tarifárias, aos Países de Menor Desenvolvimento Relativo. Esse percentual aumentará gradualmente pelos próximos quatro anos, até cobrir a totalidade das linhas tarifárias. A nossa esperança é que os países desenvolvidos façam o mesmo em breve.

INDIA-MERCOSUL-SACU - REUNIÃO
MINISTERIAL INFORMAL - GENEVRA,
30 DE NOVEMBRO DE 2009 -
COMUNICADO CONJUNTO
30/11/2009

Os Ministros da República da Índia e dos Estados Membros do MERCOSUL e da SACU reuniram-se em Genebra, no dia 30 de

novembro de 2009, para a primeira Reunião Ministerial Trilateral Índia-MERCOSUL-SACU. Nesse sentido, os Ministros:

1. Recordaram as reuniões trilaterais técnicas realizadas em Pretória, em outubro de 2007, e em Buenos Aires, em abril de 2008.

2. Salientaram que a crescente cooperação entre Índia, MERCOSUL e SACU contribuirá para incrementar as relações entre estas três importantes regiões do mundo em desenvolvimento.

3. Expressaram satisfação com a entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a Índia, assim como com a conclusão do Acordo de Comércio Preferencial entre MERCOSUL e SACU. Saudaram igualmente as negociações comerciais em curso entre Índia e SACU.

4. Observaram que estas três negociações poderão formar a base para o futuro progresso em direção ao Entendimento Comercial Trilateral Índia-MERCOSUL-SACU.

5. Instruíram seus negociadores a conduzir trabalhos técnicos, inclusive estudos, para explorar possíveis alternativas para o almejado Entendimento Comercial Trilateral, capazes de construir complementaridades entre os membros participantes, dando o devido reconhecimento, inter alia, às assimetrias nos níveis de desenvolvimento de todos os membros participantes e à presença de um país de menor desenvolvimento relativo entre os membros da SACU.

6. Expressaram a opinião de que um comércio internacional expandido e mutuamente benéfico é parte integral das soluções para a atual situação econômica mundial e assinalaram que a comunidade internacional deve perseguir a exitosa conclusão da Rodada Doha até 2010, de acordo com a dimensão de desenvolvimento do seu mandato, baseada no progresso já

alcançado, inclusive no que se refere a modalidades.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À UCRÂNIA - KIEV, 1º E
2 DE DEZEMBRO DE 2009
30/11/2009

A convite do Presidente Viktor Yushchenko, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita à Ucrânia, nos dias 1º e 2 de dezembro, acompanhado de missão empresarial. Integrarão a comitiva presidencial os Ministros Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Nelson Jobim, da Defesa; Sergio Rezende, da Ciência e Tecnologia; e o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Com o Presidente Viktor Yushchenko, o Presidente Lula manterá encontro privado no dia 1º de dezembro, e reunião de trabalho no dia 2, quando também se reunirá com a Primeira-Ministra Yulia Timoshenko. O Presidente Lula discutirá com as autoridades ucranianas temas da agenda bilateral, em particular a cooperação na área de usos pacíficos do espaço exterior, bem como assuntos de interesse comum da agenda internacional.

No dia 2 de dezembro, o Presidente Lula também participará do encontro empresarial “Brasil-Ucrânia: Novas Fronteiras de Negócios”, o qual contará com a presença de, aproximadamente, 50 empresários brasileiros e 150 ucranianos, para discussão de formas de ampliar e diversificar o comércio e os investimentos bilaterais.

No campo da cooperação espacial, deverá ser reafirmado o compromisso de ambos os países com a realização, em 2010, do primeiro voo de qualificação do veículo de lançamento de satélites “Cyclone-4”, a partir do Centro de

Lançamento de Alcântara.

Deverão ser assinados durante a visita presidencial à Ucrânia os seguintes atos bilaterais: Acordo de Cooperação Cultural; Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional; Memorando de Entendimento na Área de Saúde e Ciências Médicas; Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas; Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos; e Acordo de Serviços Aéreos.

De 2003 a 2008, o intercâmbio comercial entre Brasil e Ucrânia cresceu mais de 350%, tendo atingido a cifra recorde de US\$ 1,18 bilhão no final do ano passado.

VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
- BERLIM E HAMBURGO, 3 E 4 DE
DEZEMBRO DE 2009
01/12/2009

A convite do Presidente Horst Köhler, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de Estado à Alemanha, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009, acompanhado de missão empresarial. Integrarão a comitiva presidencial a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; os Ministros Guido Mantega, da Fazenda, Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sergio Rezende, da Ciência e Tecnologia; o Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito; o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; e o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, Secretário-Geral das Relações Exteriores. A visita ocorre quando se celebram 60 anos da fundação da República Federal da Alemanha e 20 anos da queda do muro de Berlim.

No dia 3 de dezembro, em Berlim, o Presidente Lula será recebido pelo Presidente Horst Köhler e manterá encontro de trabalho com a Chanceler Angela Merkel. Nas reuniões, será discutida a intensificação das relações bilaterais, no quadro do aprofundamento da Parceria Estratégica Brasil-Alemanha, com ênfase na cooperação econômico-comercial e tecnológica. Os encontros ensejarão também o aprofundamento do diálogo político bilateral, com avaliação dos respectivos cenários regionais e discussão de temas de interesse comum da agenda internacional, como cooperação em foros multilaterais e a mudança do clima.

No dia 4 de dezembro, em Hamburgo, o Presidente Lula será recebido pelo Governador daquela Cidade-Estado, Ole von Beust, e fará pronunciamento no Fórum Empresarial Brasil-Alemanha sobre Comércio e Investimentos, que contará com expressiva presença de empresários do Brasil e da Alemanha. Deverão ser discutidos projetos de infra-estrutura do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com vistas à realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016.

Deverão ser assinados durante a Visita de Estado à Alemanha os seguintes atos bilaterais: Memorando de Entendimento sobre o lançamento do Ano Brasil-Alemanha da Ciência, Tecnologia e Inovação (2010-2011); Memorando de Entendimento para Agenda Comum sobre Mudança do Clima; Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal; e Acordo de Previdência Social.

No período de 2003 a 2008, o intercâmbio comercial Brasil-Alemanha cresceu mais de 180%, tendo atingido a cifra recorde de US\$ 20,9 bilhões no final do ano passado. No primeiro quadrimestre de 2009, a Alemanha foi o maior investidor direto no Brasil, tendo investido valor próximo a US\$ 2 bilhões.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DO
PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, E DO PRESIDENTE DA
UCRÂNIA, VICTOR YUSHCHENKO -
KIEV, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2009
02/12/2009

1. A convite do Presidente da Ucrânia, Victor Yushchenko, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou visita de Estado à Ucrânia nos dias 1º e 2 de dezembro de 2009. A visita à Ucrânia do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil reflete a disposição dos dois países de aprofundar o diálogo e a cooperação bilateral nas mais diferentes esferas, com especial destaque para o projeto conjunto na área espacial.

2. Os dois mandatários reiteraram a importância das históricas relações de amizade ucraniano-brasileiras em cujo contexto se insere a importante contribuição da comunidade ucraniana para a sociedade brasileira. Reafirmaram o empenho de aprofundar o diálogo político e a cooperação, tanto ao nível bilateral como no âmbito de organismos internacionais, e destacaram seu compromisso com a promoção do progresso, da prosperidade e do bem-estar dos povos dos dois países. Nesse sentido, reafirmaram a disposição de trabalhar para a construção de uma sociedade global baseada na primazia do Direito e no respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais.

3. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Victor Yushchenko abordaram temas de comum interesse da agenda internacional, avaliaram os respectivos cenários regionais e passaram em revista os principais pontos do relacionamento Brasil-Ucrânia em suas variadas vertentes. Os dois Mandatários confirmaram a elevação do nível das relações

entre o Brasil e a Ucrânia ao patamar de parceria estratégica, levando em conta particularmente o projeto estratégico conjunto na área espacial “Alcântara-Cyclone-4” e outras iniciativas de caráter científico-tecnológico a serem desenvolvidas bilateralmente.

TEMAS INTERNACIONAIS

4. Ao reiterar o respeito do Brasil e da Ucrânia aos princípios da democracia e o compromisso com a promoção do desenvolvimento com justiça social, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Victor Yushchenko ressaltaram a disposição dos dois países de contribuir para a construção de uma ordem mundial mais estável, segura e justa.

5. Os dois Chefes de Estado sublinharam a necessidade de fortalecer os sistemas de governança global e prevenir ações unilaterais que estejam em desacordo com os princípios da cooperação internacional. Coincidiram quanto à importância de um sistema multilateral efetivo, centrado em uma forte Organização das Nações Unidas. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Victor Yushchenko coincidiram quanto à promoção de uma colaboração ativa, inclusive quanto à realização de consultas no âmbito das organizações internacionais, particularmente na ONU, com o objetivo de fortalecer o papel da Organização na manutenção da paz e da segurança internacionais. Concordaram também com a necessidade de intensificação do diálogo no tocante à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. O Presidente Victor Yushchenko confirmou o apoio da Ucrânia para que o Brasil integre, como membro permanente, um Conselho de Segurança ampliado. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou seu reconhecimento por esse importante apoio. Agradeceu, ainda, à parte ucraniana pelo apoio à candidatura

do Brasil a assento eletivo do CSNU, para o mandato 2010-2011, e assegurou à Parte Ucraniana o apoio do Brasil à candidatura da Ucrânia a membro não-permanente do CSNU no período de 2016-17.

6. Os dois Presidentes reafirmaram a importância do reconhecimento e do respeito ao direito soberano de cada país de conduzir uma política externa de maneira autônoma, baseada nos valores e interesses nacionais próprios, e de buscar a plena integração à comunidade das Nações.

7. Os Presidentes reafirmaram seu apoio à iniciativa “Aliança de Civilizações”. O Presidente Yushchenko cumprimentou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela realização do III Fórum da Aliança, no Brasil, em maio de 2010 - o primeiro fora da área euro-mediterrânea -, e confirmou a participação da Ucrânia no referido evento.

8. Os dois Mandatários manifestaram seu inequívoco repúdio ao terrorismo sob todas as suas formas e manifestações, bem como a atos de extremismo e intolerância, e reafirmaram a disposição de seus Governos de fazerem frente a essas e a outras ameaças e desafios contemporâneos, como o tráfico ilegal de entorpecentes, o crime organizado internacional e a pirataria marítima. As partes estão convencidas da necessidade de incluir a questão da luta contra a pirataria marítima no âmbito do sistema ONU.

9. Ao analisarem a presente crise financeira internacional e seus efeitos, os dois líderes saudaram os sinais de melhoria nas condições da economia mundial. Expressaram seu apoio ao fortalecimento do sistema multilateral de comércio, de modo a dinamizar e fortalecer os fluxos comerciais internacionais e a combater o protecionismo. Os Presidentes assinalaram a importância de os Estados-membros das Nações Unidas discutirem a criação de um Conselho de Segurança Econômica, o qual

teria papel central em uma ONU reformada.

10. Os Presidentes do Brasil e da Ucrânia concordaram em manter estreita colaboração com vistas a garantir um resultado exitoso para a Conferência de Revisão de 2010 do Tratado de Não-Proliferação e a dinamizar os trabalhos da Conferência do Desarmamento, levando em conta os resultados da Sessão de 2009.

11. Ao manifestar a expectativa de que a 15ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC COP15 - a realizar-se em Copenhague, em dezembro de 2009, produza resultados satisfatórios, os dois Mandatários concordaram em desenvolver a cooperação bilateral na área de proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

12. O Presidente Victor Yushchenko manifestou seu apoio à realização de nova Cúpula sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Brasil, em 2012, evento que deverá constituir oportunidade privilegiada para avaliar os progressos alcançados e traçar novas metas em matéria de governança internacional do meio ambiente.

TEMAS BILATERAIS

13. O Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da Ucrânia congratularam-se pela intensificação das relações bilaterais em diferentes áreas. No que diz respeito à área espacial, reafirmaram o compromisso com a parceria em curso para o lançamento do veículo Cyclone-4, pela empresa binacional “Alcântara Cyclone Space”, a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Estado do Maranhão, empreendimento considerado de importância estratégica para os dois países.

14. Os dois mandatários manifestaram seu apoio ao desenvolvimento conjunto de novas tecnologias e projetos na área espacial

e tomaram nota, com interesse, da proposta brasileira de Protocolo sobre cooperação espacial de longo prazo e da proposta ucraniana de Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Desenvolvimento do Sistema de Lançamento Espacial Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara.

15. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu ao Presidente Victor Yushchenko pela assistência humanitária prestada, em setembro de 2009, aos flagelados das fortes chuvas registradas no País.

16. Os dois Mandatários também manifestaram especial satisfação com os resultados das reuniões da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômico-Comercial, mecanismo de grande importância para o diálogo permanente e para o acompanhamento das iniciativas e projetos conjuntos nas áreas agrícola, industrial, de saúde, técnico-militar e espacial, entre outras. Coincidiram quanto à necessidade de ampliar e dinamizar as relações comerciais bilaterais de modo a refletir a dimensão das economias do Brasil e da Ucrânia. Para tanto, manifestaram seu apoio aos esforços das autoridades econômicas e do empresariado dos dois países para a identificação de novas oportunidades de comércio e investimento, bem como remoção das barreiras ao comércio bilateral de mercadorias e serviços.

17. Ao saudar a criação, por ocasião da terceira reunião da referida Comissão bilateral, em Kiev, em junho de 2008, do Grupo de Trabalho Especial sobre Comércio e Investimentos entre o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil e o Ministério da Economia da Ucrânia, os dois Presidentes sublinharam a importância desse mecanismo para a ampliação e diversificação dos fluxos de comércio e investimentos bilaterais. Os dois Presidentes saudaram a realização do

Fórum Empresarial Brasil-Ucrânia, realizado no mesmo dia 2 de dezembro, em Kiev, com expressiva participação de empresários dos dois países. Os dois Presidentes acordaram, ainda, realizar, no Brasil, durante o primeiro semestre de 2010, a quarta reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômico-Comercial.

18. Os dois Presidentes saudaram as negociações em curso para assinatura do Memorando de Entendimento para a criação do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-Ucrânia entre o Ministério da Política Agrária da Ucrânia e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil, durante a quarta reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômico-Comercial, planejada para o primeiro semestre de 2010, no Brasil, e destacaram o interesse comum no desenvolvimento de estreita cooperação na área de agricultura e agrobusiness no âmbito desse comitê. Os Presidentes concordaram em envidar esforços para a formação de “joint-ventures” para produção de fertilizantes, no Brasil, com tecnologia ucraniana.

19. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Victor Yushchenko saudaram a criação, no futuro próximo, do Grupo de Trabalho sobre Biocombustíveis, no marco do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-Ucrânia, baseando-se na experiência do Brasil nessa área e no interesse da Ucrânia em aumentar a produção e o uso de biocombustíveis em seu território, inclusive por meio de “joint-ventures”.

20. Os dois Presidentes concordaram em intensificar a cooperação na área de energia, em particular nos usos pacíficos da energia nuclear, na prospecção e exploração de hidrocarbonetos e no campo da energia hidrelétrica. Os dois Presidentes saudaram a assinatura do Protocolo de Intenções entre

o Comitê Estatal de Regulação Nuclear da Ucrânia e a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil sobre a Cooperação no Domínio da Segurança Nuclear e Proteção contra Radiações.

21. Ao recordar os termos do Protocolo de Intenções sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, firmado em 2003, os dois Mandatários reafirmaram o potencial de cooperação bilateral, em particular nas áreas espacial e de defesa. Nesse contexto, expressaram satisfação com a perspectiva de assinatura de um Acordo sobre cooperação na área de defesa que permitirá ampliar a cooperação em matéria de desenvolvimento e pesquisa de equipamentos e serviços de defesa, bem como a troca de experiências adquiridas no campo de operações e missões internacionais de manutenção da paz; o intercâmbio de conhecimento e experiências nas áreas científicas e de técnicas de defesa; e a promoção de treinamentos militares conjuntos, entre outros.

22. Os dois Mandatários manifestaram satisfação com a cooperação desenvolvida entre a Fundação Oswaldo Cruz e o instituto Indar para produção de insulina, no Brasil, com tecnologia ucraniana, visando à capacitação brasileira nesse domínio. Comprometeram-se a apoiar outros projetos conjuntos na área da saúde pública, em particular no combate ao HIV-Aids e assistência a soropositivos e na prevenção e tratamento da Influenza A (H1N1). Os dois Presidentes apoiaram as negociações em curso e concordaram com a oportunidade de assinatura futura do Acordo sobre Cooperação na Área de Saúde, que contempla a troca de experiências entre instituições de pesquisa e estabelecimentos de saúde dos dois países sobre prevenção e controle de epidemias e educação na área de saúde.

23. Os dois Mandatários saudaram

a assinatura do Acordo de Cooperação Cultural e salientaram a importância de intensificar a cooperação principalmente nas áreas de intercâmbio de expressões culturais, divulgação de obras literárias e cinematográficas e preservação do patrimônio cultural. Também sublinharam a importância de estimular o intercâmbio de estudantes e pesquisadores dos dois países, em particular nas áreas técnicas e científicas. Saudaram, nesse contexto, a assinatura do Memorando sobre Cooperação Educacional que abre novas oportunidades de intercâmbio entre cientistas, acadêmicos e estudantes.

24. Destacaram, ainda, sua disposição em promover uma mais estreita cooperação nas áreas da educação física e do esporte, atendendo aos objetivos do Memorando de Entendimento sobre Educação Física e Esportes em negociação entre os Ministérios do Esporte do Brasil e da Ucrânia.

25. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu ao Presidente Victor Yushchenko pelo apoio ucraniano à candidatura vencedora do Rio de Janeiro como cidade sede dos Jogos Olímpicos em 2016 e expressou votos de êxito na organização, pela Ucrânia, do Campeonato Europeu de Futebol de 2012.

26. Os Presidentes da Ucrânia e da República Federativa do Brasil concordaram quanto à importância de manter viva a memória das vítimas do Holodomor, ocorrido nos anos de 1932-33. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou seus sentimentos de solidariedade por todas as vítimas daquele trágico acontecimento.

27. Ao recordar o elo humano da imigração que une os dois países, os dois Presidentes expressaram seu apoio às atividades da comunidade ucraniana no Brasil e da comunidade brasileira na Ucrânia como importante forma de preservação e enriquecimento da cultura e das tradições de

ambos os países e do caráter multinacional das sociedades brasileira e ucraniana. Reafirmaram seu apoio às comemorações, em 2011, num e noutro país, dos 120 anos da imigração ucraniana para o Brasil.

28. Sublinharam a importância da assinatura de Acordo para Supressão Parcial de Vistos como forma de facilitar a aproximação dos dois povos, a promoção das relações de comércio e investimentos e o turismo entre os dois países.

29. Ao reconhecer a importância do turismo como fator de integração entre os países, os dois Presidentes saudaram a assinatura do Acordo sobre Serviços Aéreos que permitirá o estabelecimento de linha aérea direta entre os dois países.

30. Os dois Presidentes se comprometeram a apoiar as negociações em curso com vistas à assinatura, no prazo mais breve possível, de Acordo de Cooperação na Área de Previdência Social.

31. Os Presidentes da Ucrânia e da República Federativa do Brasil saudaram a assinatura do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas, o qual criará uma base legal necessária para a cooperação eficaz entre os órgãos competentes dos dois países.

32. O Presidente Lula da Silva recebeu com interesse a comunicação, pelo Presidente Viktor Yushchenko, da candidatura da Ucrânia ao status de Observador Associado junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que será examinada até a próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade (Luanda, 2010).

33. O Presidente Victor Yushchenko e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressaram grande satisfação com os resultados da visita e a intensificação do diálogo no mais alto nível entre Ucrânia e Brasil. Reafirmaram ainda o compromisso de continuar trabalhando pelo incremento

do relacionamento bilateral para o mútuo benefício dos povos dos dois países. Com esse espírito, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou o Presidente da Ucrânia a visitar o Brasil em 2010, em data a ser acordada pelos canais diplomáticos.

RODADA SÃO PAULO DO SGPC - GENEVA, 2 DE DEZEMBRO DE 2009

02/12/2009

O Governo brasileiro anuncia, com satisfação, a celebração hoje, em Genebra, de importante acordo entre 22 países no contexto da Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC). O acordo define as modalidades básicas de acesso a mercados para produtos agrícolas e industriais.

Participam das negociações os países do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), mais Argélia, Chile, Cuba, Egito, Índia, Irã, Indonésia, Malásia, México, Marrocos, Nigéria, Paquistão, República da Coreia, República Democrática Popular da Coreia, Sri Lanka, Tailândia, Vietnã e Zimbábue.

Juntos, esses países respondem por 13% do PIB mundial (cerca de US\$ 8 trilhões) e 15% do comércio internacional (US\$ 5 trilhões). Mais de 2,6 bilhões de pessoas vivem em seus territórios, o que corresponde a cerca de 38% da população mundial.

O acordo Sul-Sul hoje alcançado criará novas oportunidades de acesso a mercados para uma ampla gama de produtos exportados de países situados na África, Ásia e América Latina. Os elementos básicos do acordo incluem corte de pelo menos 20% nas tarifas aplicadas sobre, no mínimo, 70% dos produtos. As modalidades prevêem ainda que, em 2010, países participantes iniciarão

negociações bilaterais e/ou plurilaterais com vistas a avançar ainda mais na liberalização do comércio entre si.

As modalidades adotadas correspondem ao resultado mais ambicioso entre os alcançados em todas as Rodadas do SGPC. Os participantes acordaram também que, dois anos após a implementação do acordo final, buscarão ampliar as oportunidades de acesso a mercados no contexto de revisão de resultados da Rodada São Paulo.

O Governo brasileiro está convencido de que o acordo é um passo sem precedentes na cooperação Sul-Sul. O acordo inspirará iniciativas similares e complementares que contribuirão para impulsionar a prosperidade econômica e social dos países em desenvolvimento.

ANEXO

Informação de apoio

O SGPC

Criado em 1988, o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC), visa a promover o comércio internacional e a estimular a cooperação econômica entre os países em desenvolvimento.

O Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento foi constituído como marco geral para acordos de intercâmbio de preferências comerciais entre países em desenvolvimento com o objetivo de ampliar o comércio Sul-Sul.

O conceito de um marco global para preferências tarifárias teve sua primeira expressão política na Reunião Ministerial do Grupo dos 77 (G-77) realizada na Cidade do México em 1976, ao que seguiram as Reuniões Ministeriais do G-77 em Arusha (1979) e Caracas (1981).

Em 1982, os Ministros de Relações Exteriores do G-77, reunidos em Nova

Iorque, definiram os componentes básicos do Acordo e estipularam as regras gerais para a negociação.

Em 1984, o G-77 iniciou o trabalho preparatório em Genebra sobre vários aspectos do “acordo-quadro” que se pretendia negociar.

Em 1985, a Reunião Ministerial de Nova Delhi forneceu novo ímpeto negociado ao processo de Genebra.

Em 1986, a Reunião Ministerial de Brasília resultou no estabelecimento do marco provisório do acordo e lançou a primeira rodada de negociações de concessões tarifárias preferenciais.

Em 1988, o texto do Acordo foi adotado e a primeira rodada de negociações foi concluída, em Belgrado. O Acordo entrou em vigor em 19 de abril de 1989.

Rodadas de Negociação

A Primeira Rodada de Negociações do SGPC, concluída em Belgrado, em 1988, foi limitada no que diz respeito às preferências comerciais acordadas.

Durante a Segunda Rodada de Negociações do SGPC, lançada em Teerã, em 1992, e concluída em 1998, muito embora os países participantes tenham tentado aprofundar as preferências comerciais existentes, o resultado foi insatisfatório, uma vez que as negociações foram limitadas pelo processo de pedidos e ofertas.

Após revisão abrangente do Acordo do SGPC em 2001, os países participantes do SGPC lançaram a Terceira Rodada de Negociações em São Paulo (Brasil), em 2004, durante a XI UNCTAD. O lançamento da Rodada São Paulo decorreu do entendimento de que os países em desenvolvimento haviam se tornado uma força dinâmica para o crescimento da economia e comércio internacionais e serviu para revitalizar o Acordo do SGPC.

Os seguintes países participam da atual

Rodada: Argélia; Chile, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Egito, Índia, Irã, Indonésia, Malásia, México, MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), Marrocos, Nigéria, Paquistão, Sri Lanka, Tailândia, Vietnã e Zimbábue.

Os dados agregados para esses países são:

PIB: US\$ 7,7 trilhões (13% do PIB mundial)

População: 2,6 bilhões (38% da população mundial)

Exportações: US\$ 2,6 trilhões (15% das exportações mundiais)

Importações: US\$ 2,5 trilhões (15% das importações mundiais)

Agricultura: US\$ 780 bilhões (43% da produção mundial)

Indústria: US\$ 2,8 trilhões (16% da produção mundial)

Os elementos básicos das modalidades acordadas são os seguintes:

(i) Corte de pelo menos 20% nas tarifas aplicadas em base “nação mais favorecida” (NMF);

(ii) os cortes serão aplicados a pelo menos 70% das tarifas nacionais não-zeradas;

(iii) os países participantes submeterão listas preliminares de compromissos até maio de 2010;

(iv) de maio a setembro de 2010, os países participantes negociarão bilateralmente (“pedidos e ofertas”) e/ou plurilateralmente com o objetivo de aprimorar os resultados dos cortes mínimos de 20%;

(v) os países participantes apresentarão as listas finais de compromissos até setembro de 2010, de modo a preparar o Acordo Final da Rodada São Paulo;

(vi) as concessões negociadas entrarão em vigor após os processos domésticos de ratificação nos países que decidirem assinar o Acordo Final (os Participantes);

(vii) os Participantes revisarão os resultados

da Rodada em um período de dois anos a partir do início do período de implementação, de maneira a aprofundar as oportunidades de acesso a mercados geradas pelas concessões negociadas.

Partes do Acordo do SGPC

Até o momento, são 43 as partes do Acordo: Argélia, Argentina, Bangladesh, Benin, Bolívia, Brasil, Cameroun, Chile, Cingapura, Colômbia, Cuba, Equador, Egito, Filipinas, Gana, Guiana, Guiné, Índia, Indonésia, Líbia, Malásia, Marrocos, MERCOSUL, México, Moçambique, Mianmar, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Peru, República da Coréia, República Democrática Popular da Coréia, República Islâmica do Iran, República Unida da Tanzânia, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Trinidad e Tobago, Tunísia, Venezuela, Vietnam e Zimbábue.

- Qualquer agrupamento sub-regional, regional ou inter-regional entre países em desenvolvimento é elegível a participar do Acordo. O MERCOSUL é o primeiro desses agrupamentos regionais a aderir ao Acordo.

- Países de menor desenvolvimento relativo que são partes do Acordo beneficiam-se de tratamento especial e diferenciado. Existem atualmente 7 participantes nessa categoria - Bangladesh, Benin, Guiné, Moçambique, Mianmar, República Unida da Tanzânia e Sudão.

COMUNICADO DE IMPRENSA
CONJUNTO POR OCASIÃO DA VISITA
À ALEMANHA DO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA E DE SEU
ENCONTRO COM A CHANCELER DA
ALEMANHA, ANGELA MERKEL
03/12/2009

O Presidente do Brasil Lula da Silva

e a Chanceler Federal Merkel decidiram hoje continuar a fortalecer as estreitas e profundas relações nos campos político, cultural, econômico e social. Concordaram em intensificar o diálogo político entre Brasil e Alemanha com base no Plano de Ação da Parceria Estratégica nas seguintes áreas: Governança Global; Mudança do Clima e Diversidade Biológica; Desarmamento e Não-Proliferação; Defesa; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Sustentável e Energia e Cooperação Econômica e Empresarial.

Governança Global e Reforma das Nações Unidas

O Presidente e a Chanceler Federal continuarão a coordenar esforços a fim de contribuir para a reforma da governança global, com o objetivo de promover o crescimento sustentável e equilibrado da economia global, assim como a paz e a segurança internacionais. Reafirmaram seu entendimento de que a reforma das Nações Unidas e sobretudo do Conselho de Segurança é o elemento central de uma reforma da Governança Global. Concordaram que uma reforma do Conselho de Segurança deverá incluir uma expansão nas categorias de membros permanente e não-permanente, incluindo países em desenvolvimento e desenvolvidos, a fim de adaptar o Conselho às realidades atuais. O Presidente e a Chanceler Federal concordaram em dar continuidade à estreita cooperação em nível bilateral e no âmbito do G-4 sobre o assunto. Os dois países comprometeram-se a intensificar sua coordenação com outros membros da ONU para obter progresso substantivo na atual sessão da Assembléia Geral.

Saudaram o papel do G-20 no combate à crise econômica e financeira e mostraram-se convencidos de que a cooperação econômica no âmbito do G-20 continuará a

ser guiada pelo princípio da sustentabilidade. Ressaltaram a importância dos compromissos relativos à regulação dos mercados financeiros e à reforma das instituições financeiras internacionais.

O Presidente e a Chanceler Federal decidiram conjugar esforços na luta contra o protecionismo e trabalhar para a eliminação de todas as formas de distorção do comércio internacional, bem como para a conclusão bem-sucedida, ambiciosa e equilibrada da Rodada de Doha. Reiteraram, ainda, seu interesse em retomar as negociações para alcançar um Acordo de Integração Birregional Mercosul-União Européia ambicioso e equilibrado, o que contribuiria para a liberalização do comércio. Ambos os lados compartilharam a visão de que, no âmbito da Conferência Rio+20 no Rio de Janeiro, deveria ser tomada uma decisão sobre a criação de uma organização especial junto às Nações Unidas com vistas a melhor promover, em nível mundial, a execução de objetivos conjuntos nas áreas da Proteção do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Mudança do Clima e Diversidade Biológica

O Presidente e a Chanceler Federal reafirmaram sua disposição em contribuir para uma conclusão exitosa da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Copenhague. O objetivo comum seria um ajuste sobre todos os elementos centrais de um novo Acordo sobre o Clima, bem como sobre um cronograma para a integração dos ajustes de Copenhague num Acordo Internacional vinculante sobre o clima. Reafirmam, outrossim, os compromissos internacionais assumidos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto. A Conferência sobre Mudança do Clima em Copenhague deve apresentar

resultados robustos, equilibrados e justos, sobretudo um compromisso da comunidade internacional sobre o objetivo de limitar o aumento da temperatura global a dois graus. Decidiram, ainda, estabelecer uma Agenda Comum sobre Mudança do Clima que servirá para implementar as decisões multilaterais e iniciativas bilaterais, inclusive no que concerne à cooperação econômica, científica e tecnológica.

O Presidente e a Chanceler Federal reiteraram seu compromisso de trabalhar ativamente para o êxito da 10ª Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica, a realizar-se em Nagóia, em outubro de 2010, com o objetivo de adotar um regime internacional juridicamente vinculante sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios derivados do uso da diversidade biológica. Concordaram sobre a importância da proteção e do uso sustentável das florestas tropicais brasileiras e vão continuar a apoiar iniciativas conjuntas para o desenvolvimento sustentável.

Desarmamento e Não-Proliferação

O Presidente e a Chanceler Federal saudaram os esforços internacionais em prol do desarmamento e reafirmam seu apoio aos instrumentos multilaterais de promoção e manutenção da paz e da segurança internacionais. Reiteram, nesse contexto, o desejo de cooperar para o sucesso da Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 2010. Acolhem as iniciativas dos EUA e Rússia no sentido de reduzirem seus arsenais estratégicos de armas nucleares e sublinham a necessidade de que sejam tomadas medidas concretas com vistas à consecução do objetivo de um mundo livre de armas nucleares. Exortam todos os Estados a que cumpram suas obrigações em matéria de desarmamento e não-proliferação, em observância do TNP

e da Declaração Final da Conferência de Revisão de 2000.

Expressaram sua expectativa de que o Irã responderá afirmativamente à abertura de diálogo com a comunidade internacional que lhe foi proposta. Exortaram o Irã a que coopere plenamente com a AIEA e que observe os compromissos estabelecidos nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Defesa

O Presidente e a Chanceler Federal decidiram expandir a cooperação na área de defesa. Para tanto, foi renovado o convite do Ministro Federal da Defesa dirigido a seu homólogo brasileiro para a realização de visita à Alemanha.

Ciência e Tecnologia

O Presidente e a Chanceler Federal sublinharam a importância das novas tecnologias e da inovação nas agendas econômicas, científicas e tecnológicas de ambos os países. Concordaram em estabelecer iniciativas de ação conjunta para fortalecer a participação empresarial em iniciativas de pesquisa, bem como a aplicação de novas tecnologias pelo setor produtivo. A fim de aprofundar a cooperação, Brasil e Alemanha realizarão, entre abril de 2010 e abril de 2011, o Ano Brasil-Alemanha da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável

Decidiram ampliar a histórica cooperação técnica para o desenvolvimento nos setores de Desenvolvimento Sustentável e Energia. Para tal, foi firmado um projeto abrangente de cooperação financeira.

Cooperação Econômica e Empresarial

Tendo em vista o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), assim como a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, decidiram

dinamizar a cooperação econômica e em matéria de segurança, sobretudo nas áreas abaixo indicadas, e, para esse fim, deram pleno apoio à iniciativa empresarial “Projeto 2014”:

- Infraestrutura: ampliação e modernização dos portos e aeroportos, ampliação da rede de transportes públicos e portos fluviais, ferrovias, hidrovias, logística de exportação e importação, saneamento básico, processamento de lixo, tratamento e

distribuição de água e modernização da infraestrutura urbana;

- Energia: promoção de energias limpas, particularmente de fontes renováveis, incluindo biocombustíveis, e eficiência energética, assim como tecnologia e investimentos relativos à exploração e produção de hidrocarbonetos no Brasil;

- Segurança Pública: medidas conjuntas de prevenção e combate da violência e da criminalidade, no contexto do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), além da implementação de projetos técnicos e operacionais para a modernização das instituições brasileiras de segurança pública;

- Tecnologia e Inovação: desenvolvimento de plataformas tecnológicas conjuntas, assim como processos e produtos que induzam o desenvolvimento de tecnologias de ponta de aplicação industrial, em particular aquelas com menor emissão de CO₂; e

- Mudança do Clima e Diversidade Biológica: comércio, transferência de tecnologia e investimentos em produtos e equipamentos que promovam o desenvolvimento sustentável, combatam o desmatamento e criem alternativas de emprego e renda, reduzam as emissões de gases de efeito estufa, conservem a diversidade biológica, repartam de forma justa os benefícios, bem

como reduzam as emissões mediante a diminuição do desmatamento.

ATAQUE NA SOMÁLIA

04/12/2009

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia de que morreram, pelo menos, 19 pessoas, dentre elas, três ministros de Estado do Governo Federal de Transição somali, como resultado de atentado terrorista cometido em Mogadíscio, na Somália, em 3 de dezembro.

Ao condenar de forma veemente os atos dessa natureza, quaisquer que sejam os motivos alegados, o Governo brasileiro manifesta as mais sinceras condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo da Somália.

XXXVIII REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM (CMC) E CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS - MONTEVIDÉU, 7 E 8 DE DEZEMBRO DE 2009

06/12/2009

Serão realizadas, em Montevidéu, em 7 e 8 de dezembro, respectivamente, a XXXVIII Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) e a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados.

Entre os temas a serem tratados, encontram-se a execução de projetos no âmbito do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e a ampliação do Sistema de Pagamento em Moedas Locais

(SML), bem como a conclusão da VII Rodada de Liberalização do comércio de serviços entre os Estados Partes do bloco. Entre novas iniciativas, serão considerados os avanços na implementação do Fundo de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas do Mercosul, do Fundo de Agricultura Familiar e o início de funcionamento do Instituto Social do Mercosul.

Deverá ser debatida, igualmente, a adoção do critério de “representação cidadã” no Parlamento do Mercosul, segundo o qual será instituída a proporcionalidade nas bancadas de cada país, tendo em vista a futura eleição dos integrantes do Parlamento por meio de sufrágio direto, universal e secreto.

As reuniões em Montevideu constituirão oportunidade, ainda, para avaliação da retomada das economias do bloco, no atual contexto de superação da crise financeira internacional, e sobre as perspectivas para o ano de 2010.

Ao final da Cúpula, o Uruguai transmitirá a presidência de turno do Mercosul para a Argentina, que a ocupará até o final do primeiro semestre de 2010.

**INAUGURAÇÃO DE PÁGINA
ELETRÔNICA SOBRE A PARTICIPAÇÃO
DO BRASIL NA COP-15
07/12/2009**

A página eletrônica www.cop15brasil.gov.br, dedicada à 15ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP-15), e à participação brasileira no evento, já pode ser consultada a partir de hoje, 7/12.

Além de trazer notícias sobre as negociações em curso em Copenhague, o “website”, produzido pela Área Internacional

da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, fornecerá informações sobre a atuação do Brasil na Conferência, as principais iniciativas adotadas pelo País para mitigar os efeitos da mudança do clima, bem como entrevistas com especialistas da área e vídeos institucionais sobre ações do Governo Federal relacionadas ao meio ambiente.

**EVENTO PARALELO À COP-15:
BIOCOMBUSTÍVEIS E MUDANÇA
DO CLIMA
07/12/2009**

Será realizado em 8 de dezembro, em Copenhague, à margem da 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15), evento intitulado “A contribuição dos biocombustíveis para a mitigação da mudança do clima”.

O evento visa a esclarecer questões relacionadas aos biocombustíveis como fonte energética de baixa emissão de gases causadores do efeito estufa.

O encontro será presidido pelo Subsecretário-Geral de Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty, Embaixador André Amado. O Negociador-Chefe do Brasil, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, bem como altos funcionários das delegações dos Estados Unidos e da Suécia farão breves apresentações sobre as oportunidades de promoção dos biocombustíveis no contexto da mudança do clima, em nível nacional e internacional, com foco na contribuição dos biocombustíveis à diminuição das emissões de gases causadores do efeito estufa em países em desenvolvimento e na promoção do acesso à energia por parte de populações de baixa renda.

Em seguida, painel de especialistas composto por representantes do Ministério de Minas e Energia, do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) promoverá debate sobre o assunto, com a participação de representantes da academia, do setor privado, da sociedade civil e da imprensa.

ATENTADOS NO IRAQUE

08/12/2009

O Governo brasileiro recebeu, com profunda consternação, a notícia dos atentados terroristas ocorridos no Iraque nesta terça-feira, 8 de dezembro, que deixaram grande número de mortos e feridos.

Um dos ataques, perpetrado contra o Tribunal Civil de Karkh, atingiu as instalações onde funcionará, no futuro, a Embaixada do Brasil em Bagdá, provocando danos materiais.

Ao reiterar seu repúdio a todas as formas de terrorismo, o Governo brasileiro manifesta suas mais sinceras condolências e oferece sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo do Iraque.

ADESÃO DO BRASIL COMO MEMBRO ESPECIAL DA CORPORACÃO ANDINA DE FOMENTO (CAF)

08/12/2009

A Assembleia Extraordinária da Corporação Andina de Fomento (CAF) realizada hoje, em Caracas, confirmou o cumprimento de todas as etapas para que o Brasil eleve sua participação acionária na instituição, tornando-se Membro Especial. Em trinta dias, o Convênio Constitutivo entrará em vigor para o Brasil.

Com essa decisão, a participação acionária brasileira, atualmente de US\$ 185 milhões,

deverá alcançar US\$ 467 milhões até 2010.

A carteira atual de financiamentos da CAF no Brasil atinge US\$ 1,7 bilhão, o que corresponde a cerca de 16% do total financiado pela entidade. O Brasil é o país não-andino que mais recebeu financiamentos da CAF. É, ainda, o maior beneficiário em licitações para compra de bens e serviços: empresas brasileiras forneceram mais de US\$ 3 bilhões em bens e serviços a projetos financiados pela instituição.

Criada em 1970, a CAF é integrada pelos países membros andinos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) e os seguintes membros extrarregionais: Brasil, Argentina, Costa Rica, Chile, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai, além de quatorze bancos privados da região.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA VENEZUELA, NICOLÁS MADURO

MOROS - BRASÍLIA,

10 DE DEZEMBRO DE 2009

09/12/2009

O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, fará visita a Brasília em 10 de dezembro, a convite do Ministro Celso Amorim.

Na ocasião, os Chanceleres manterão reunião de trabalho com o objetivo de definir um plano de ações prioritárias para o próximo ano, conforme acordado no último encontro presidencial, realizado na Venezuela em 29 e 30 de outubro. Entre os temas a serem discutidos estão a cooperação nas áreas habitacional, de universalização de serviços bancários, de agricultura e segurança alimentar, energia e integração produtiva.

Em 2008, o intercâmbio comercial bilateral atingiu US\$ 5,7 bilhões, dos quais US\$ 5,1 bilhões corresponderam a exportações brasileiras. Até outubro de 2009, as trocas entre o Brasil e a Venezuela alcançaram US\$ 3,4 bilhões, dos quais US\$ 2,9 bilhões foram exportações brasileiras.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO PERU - LIMA, 10 E
11 DE DEZEMBRO DE 2009
10/12/2009

A convite do Presidente Alan García, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial a Lima nos dias 10 e 11 de dezembro, no contexto da Semana do Brasil no Peru.

Na oportunidade, os Presidentes manterão encontro de trabalho em que deverão examinar temas como integração fronteiriça, viária e energética, comércio e cooperação técnica e educacional, bem como assuntos de interesse regional.

Os Presidentes também participarão da inauguração do projeto de cooperação para a implementação do Liceu Brasileiro-Peruano, presenciarão a assinatura do Estatuto do Conselho Empresarial Brasil - Peru e encerrarão seminário empresarial, que contará com a presença de mais de 350 empresários dos dois países.

Está prevista a assinatura de acordos relativos à integração fronteiriça, além de projetos de cooperação técnica em áreas como ordenamento territorial na fronteira, produção de café e cacau na Amazônia peruana, combate ao crime organizado e meio ambiente.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Peru passou de US\$ 724 milhões, em 2003, para US\$ 3,3 bilhões em 2008.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A COPENHAGUE, POR
OCASIÃO DA 15ª CONFERÊNCIA DAS
PARTES DA CONVENÇÃO DA ONU
SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP-15)
- 16 A 18 DE DEZEMBRO DE 2009
15/12/2009

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega amanhã a Copenhague, para participar do segmento de alto nível da 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-15), no período de 16 a 18 de dezembro. Além do Ministro Celso Amorim, o Presidente Lula estará acompanhado da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, e do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, bem como de outras autoridades.

Em Copenhague, o Presidente Lula manterá encontros bilaterais com o Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e com o Primeiro-Ministro da China, Wen Jiabao, entre outros.

APROVAÇÃO DO PROTOCOLO
DE ADESÃO DA VENEZUELA AO
MERCOSUL PELO SENADO FEDERAL
16/12/2009

O Ministro Celso Amorim congratula-se com o Senado Federal pela aprovação, em 15 de dezembro, do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul.

Essa decisão, fruto de debate amplo e democrático no âmbito do Legislativo brasileiro, reforça o empenho do Brasil em avançar na integração da América do Sul. Com a participação da Venezuela, o Mercosul

passará a constituir um bloco com cerca de 270 milhões de habitantes e PIB superior a 2 trilhões de dólares.

Em 2009, a Venezuela, que já é o segundo maior comprador de mercadorias brasileiras na América do Sul, figura como o sexto destino das exportações brasileiras para o mundo e responde pelo segundo maior superávit nas trocas comerciais do Brasil com o exterior.

Com a decisão de hoje, o Brasil junta-se a Argentina, Uruguai e Venezuela, que já haviam aprovado o Protocolo de Adesão. Para a plena associação da Venezuela ao bloco, resta a ratificação do Protocolo pelo Paraguai.

PARCERIA BRASIL-ESTADOS UNIDOS EM BIOCOMBUSTÍVEIS

16/12/2009

O Comitê Gestor do Memorando Brasil-Estados Unidos para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis reuniu-se em 15 de dezembro, em Washington, D.C., a fim de avaliar o progresso de suas atividades até o presente momento, bem como discutir o futuro da parceria. Os Governos discutiram, na oportunidade, os projetos conjuntos em benefício de terceiros países, avaliaram a cooperação bilateral em pesquisa e desenvolvimento, e intercambiaram informações sobre as políticas públicas em vigor nos dois países.

Chefiou a delegação brasileira o Embaixador André Amado, Subsecretário-Geral de Energia e Alta Tecnologia do Ministério de Relações Exteriores. O Coordenador Internacional para Assuntos de Energia da Secretária de Estado,

David Goldwyn, esteve à frente do lado norte-americano. Além das delegações oficiais, participaram do encontro instituições parceiras - a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Fundação das Nações Unidas -, assim como consultores técnicos que vêm trabalhando para o desenvolvimento do potencial da indústria de biocombustíveis em terceiros países, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Internacionalmente, Brasil e Estados Unidos estão engajados na “Global Bioenergy Partnership” (GBEP) - iniciativa que tem o Brasil como co-presidente -, e foro em que colaboram em áreas como a contabilização de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) e sustentabilidade da bioenergia. Entre outras conquistas, os membros da GBEP viabilizaram a criação de arcabouço metodológico que facilita a comparação transparente de distintas análises de ciclo de vida de biocombustíveis. Brasil e Estados Unidos também avaliaram, em retrospecto, os trabalhos realizados pelo Fórum Internacional de Biocombustíveis (FIB) no sentido de harmonizar normas técnicas e padrões dos biocombustíveis em nível internacional, etapa fundamental para a sua transformação em “commodities”.

Finalmente, Brasil e Estados Unidos acordaram dar continuidade às pesquisas científicas conjuntas na área de biocombustíveis “celulósicos”, e decidiram trabalhar em apoio a iniciativas e eventos que sejam instrumentais ao incremento da participação do setor privado dos dois países.

ASSASSINATO DO GOVERNADOR DO

DEPARTAMENTO DE
CAQUETÁ, COLÔMBIA
23/12/2009

O Governo brasileiro recebeu, com profunda consternação, a notícia do sequestro seguido de assassinato do Governador do Departamento de Caquetá, República da Colômbia, Luis Francisco Cuéllar Carvajal, na noite de 21 de dezembro.

Ao reiterar seu repúdio a todas as formas de violência política, o Governo brasileiro manifesta suas mais sinceras condolências e oferece sua solidariedade aos familiares da vítima, ao povo e ao Governo da Colômbia.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO EGITO - CAIRO, NO DIA 27 DE
DEZEMBRO DE 2009
24/12/2009

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial ao Egito no dia 27 de dezembro.

Durante a visita, será recebido em audiência pelo Presidente Hosni Mubarak e manterá encontro de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Ahmed Aboul Gheit. Este será o quarto encontro entre os dois Chanceleres neste ano.

Além de assuntos bilaterais, a pauta do encontro inclui a situação no Oriente Médio, particularmente o conflito israelo-palestino, e o entorno africano. Por ocasião da visita, deverá ser assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico entre o Brasil e o Egito.

A intensificação das relações Brasil-Egito tem-se refletido também no comércio bilateral. O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Egito passou de 410 milhões, em 2002, para

US\$ 1,63 bilhão, em 2008, o que representou uma expansão das trocas bilaterais de 296% no período considerado.

Em paralelo à visita bilateral, o Ministro Celso Amorim se encontrará em 27 de dezembro com o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Amre Moussa.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES
UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM 2012
24/12/2009

A Assembléia-Geral das Nações Unidas aprovou hoje, 24 de dezembro de 2009, resolução pela qual decidiu realizar em 2012, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

O encontro, cuja realização foi proposta em setembro de 2007, pelo Presidente Lula, visa a renovar o engajamento dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do planeta, vinte anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). A Rio+20 insere-se, assim, na longa tradição de reuniões anteriores da ONU sobre o tema, entre as quais as Conferências de 1972 em Estocolmo, Suécia, e de 2002, em Johannesburgo.

A Rio+20 avaliará a implementação dos compromissos assumidos pela comunidade internacional em relação ao assunto. Debaterá, outrossim, a contribuição da “economia verde” para o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza e se debruçará sobre a questão da estrutura de governança internacional na área do desenvolvimento sustentável.

SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NO SURINAME

29/12/2009

A Embaixada do Brasil em Paramaribo vem prestando apoio às vítimas brasileiras dos ataques da madrugada de 24 de dezembro e continua a buscar informações. Até o momento, não há confirmação oficial de nenhum óbito.

Em sua grande maioria, os brasileiros que vivem na região de Albina trabalham em garimpos no interior do Suriname e da Guiana Francesa e costumam passar semanas na floresta, incomunicáveis. Por esse motivo, é necessário aguardar antes de considerar “desaparecido” qualquer desses cidadãos.

Dos 25 brasileiros feridos dos quais havia informações, 20 já receberam alta. Cinco ainda estão internados e deverão ser levados para Belém em voo da FAB nesta quarta-feira, dia 30.

Os brasileiros transferidos de Albina para Paramaribo estão instalados provisoriamente em hotéis na capital e poderão também ser transportados para o Brasil, caso expressem esse desejo.

Em reunião com o Embaixador do Brasil, a Chanceler do Suriname, Lygia Kraag, expressou, em nome do Presidente Ronald Venetiaan, a profunda desolação do Governo do Suriname em relação ao ocorrido. Manifestou a perplexidade do povo e do Governo do país com o fato de um desentendimento individual ter gerado convulsão desse porte. Declarou que o Governo tomará todas as providências necessárias para que fato similar não mais venha a se repetir. A Chanceler transmitiu a

mesma mensagem, por telefone, ao Ministro interino das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À TURQUIA - ANCARA, 3 A 5 DE JANEIRO DE 2010

31/12/2009

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, realizará visita oficial à Turquia no período de 3 a 5 de janeiro de 2010. O Ministro Amorim será acompanhado pelo Presidente do INPI e por representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Receita Federal, da SUFRAMA, da ANVISA, do INMETRO e da Petrobras.

Na ocasião, o Ministro Celso Amorim deverá manter encontros com o Presidente Abdullah Gül; com o Primeiro-Ministro, Recep Tayyip Erdogan; com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ahmet Davutoglu; e com o Ministro Zafer Çaglayan, responsável pela pasta de comércio exterior. Os encontros constituirão oportunidade de passar em revista os principais temas da agenda bilateral e multilateral.

No dia 4 de janeiro, o Chanceler Celso Amorim co-presidirá ao lado do Ministro Zafer Çaglayan a II Reunião da Comissão Conjunta Brasil-Turquia de Cooperação Econômica, Comercial e Industrial, cuja agenda prevê discussão de projetos de cooperação aduaneira, energética, farmacêutica e de comércio de serviços, entre outros. O encontro terá lugar em momento de crescente interação entre os setores empresariais dos dois países.

O Ministro Celso Amorim proferirá, em 5 de janeiro, palestra na Conferência Anual

dos Embaixadores Turcos, ocasião em que abordará temas de interesse bilateral e também tratará da reforma da governança global.

ARTIGOS

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, INTITULADO “O BRASIL E OS DIREITOS HUMANOS: EM BUSCA DE UMA AGENDA POSITIVA”, PUBLICADO NA REVISTA “POLÍTICA EXTERNA”, VOL. 18, Nº 2 - SET-OUT-NOV/2009. 01/09/2009

Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, intitulado “O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”, publicado na revista “Política Externa”, vol. 18, nº 2 - set-out-nov/2009. 01/09/2009

A adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, em uma conjuntura internacional caracterizada pelos constrangimentos do pós-guerra, é exemplo de como é possível transformar vontade política em significativos avanços normativos e humanitários. A inclusão dos direitos humanos entre os objetivos principais da ONU - juntamente com a manutenção da paz e da segurança internacionais e com a promoção do desenvolvimento - foi essencial para conscientizar Governos e sociedades da necessidade de definir e respeitar direitos fundamentais de todos os seres humanos.

A preocupação com os direitos humanos está hoje refletida nos mandatos de quase todas as Organizações Internacionais. O respeito a esses direitos é percebido como indispensável para a busca dos ideais da paz

e para a promoção do desenvolvimento. Os Estados são, assim, responsáveis por manter progressos na realização dos direitos humanos mesmo em condições políticas e econômicas adversas, como a atual crise econômica, e não podem ser indiferentes a crises humanitárias que envolvam violações graves e sistemáticas às normas internacionais sobre o tema.

O Brasil tem renovado seu compromisso internacional com os direitos humanos. Ratificou os principais instrumentos internacionais sobre a matéria. Reconheceu a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos e estendeu convite permanente aos relatores dos procedimentos especiais do Sistema ONU. Ao todo, o País já recebeu visita de onze relatores, que trouxeram contribuição positiva, com diagnósticos e recomendações úteis a respeito de alguns dos nossos principais desafios na área.

Nos fóruns multilaterais, o Brasil tem promovido iniciativas exitosas que visam à evolução do arcabouço conceitual e dos instrumentos à disposição da comunidade internacional. Defendemos uma abordagem

para o tema que privilegie a cooperação e a força do exemplo como métodos mais eficazes do que a mera condenação. Buscamos abrir os canais de diálogo para que as decisões gerem resultados práticos, com repercussão na vida das pessoas que sofrem as consequências diárias de violações. Em suma, no plano internacional, o Brasil tem pautado sua atuação pela defesa do diálogo e do exemplo e por uma visão abrangente - não hierarquizante nem seletiva - de que todos os países têm deficiências e que podem beneficiar-se da cooperação.

Essa postura do Brasil no plano internacional só é possível em razão da realidade política vivida no plano interno, resultado de processo de avanços progressivos alcançados desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. A consolidação do regime democrático assentou as bases para que o País avançasse na redução das desigualdades e na construção de formas inclusivas de participação social. A promoção dos direitos humanos e o combate à fome e à pobreza são hoje prioridades do Estado brasileiro, que o Governo do Presidente Lula tem respeitado e aprofundado.

Compromisso Renovado com o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos

O regime internacional de proteção dos direitos humanos foi estabelecido pela Carta da ONU e pela Declaração Universal de 1948, mas os avanços do ponto de vista do arcabouço normativo não pararam por aí. Grupos específicos - tais como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência - tiveram seus direitos humanos protegidos por tratados internacionais vinculantes. A maioria dos instrumentos de proteção incluem mecanismos de denúncia para a efetiva garantia de realização dos direitos consagrados.

Os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, criada em 1946,

foram fundamentais para a elaboração dos documentos internacionais e para a aceitação crescente do monitoramento internacional na área. As Conferências Mundiais de Direitos Humanos, em Teerã, em 1968, e em Viena, em 1993, consolidaram os princípios básicos do sistema de proteção: a universalidade, a indivisibilidade, a inter-relação e a interdependência dos direitos humanos; a legitimidade da preocupação internacional com a situação dos direitos humanos em qualquer parte do mundo; o reconhecimento do direito ao desenvolvimento; a inter-relação indissociável entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos. Há, ainda, a inter-relação entre paz e direitos humanos. Se é verdade que os direitos humanos são elementos fundamentais na busca pela paz duradoura, também é verdade que o exercício desses direitos só é possível na vigência da paz.

A Comissão de Direitos Humanos teve, no entanto, sua legitimidade minada pelas críticas à abordagem seletiva e politizada que caracterizava sua atuação. As resoluções sobre países adotadas pelo órgão eram frequentemente inspiradas antes na singularização do país violador por motivações políticas do que na necessidade de monitoramento efetivo da situação dos direitos humanos. Como outras instâncias multilaterais, a Comissão não era infensa às disputas de poder.

Em contexto internacional pautado pela agenda de combate ao terrorismo, a AGNU convocou Cúpula de Alto Nível, em 2005, com o intuito de avançar a aguardada reforma das Nações Unidas. Da Cúpula, que reuniu mais de 170 chefes de Estado e de Governo, resultou, entre outras medidas, a substituição da Comissão pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH), hoje o principal órgão de promoção dos direitos humanos do Sistema ONU.

Ao contrário da Comissão, o Conselho de Direitos Humanos é órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU, em patamar semelhante ao do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social (Ecosoc). O CDH conta com número inferior de membros em relação à Comissão: 47 contra 53. Seus membros se reúnem com maior regularidade: no mínimo 10 semanas por ano. Além disso, os países candidatos ao CDH devem assumir formalmente compromissos voluntários - medidas a serem adotadas ao longo de seu mandato para o progresso da realização dos direitos humanos em seus territórios. Essa nova configuração atendeu à demanda de dar ao tema um tratamento equivalente ao que é dispensado a questões relativas à paz e à segurança internacionais e à promoção do desenvolvimento no âmbito da ONU.

O Conselho de Direitos Humanos iniciou seus trabalhos em 19 de junho de 2006, com expectativas concentradas no processo de construção institucional. O Brasil, eleito para a primeira composição do CDH com a maior votação entre os países da América Latina e Caribe, manteve postura mediadora e construtiva. Esse papel foi, desde o início, reconhecido pelas demais delegações. Em 2008, o Brasil foi reconduzido ao órgão, novamente com votação expressiva.

Tivemos papel destacado na negociação do projeto de diretrizes sobre a atuação de relatores especiais do Conselho de Direitos Humanos, com o objetivo de conferir maior responsabilidade e transparência à missão desses relatores, sem comprometer sua independência. Mas, sobretudo, o Brasil teve participação ativa na criação da principal inovação institucional do Conselho de Direitos Humanos - o Mecanismo de Revisão Periódica Universal -, inspirado em proposta brasileira.

Ainda no âmbito da antiga Comissão, o

Brasil defendia que relatório global sobre a situação dos direitos humanos no mundo proporcionaria revisão transparente e não-seletiva dos desafios enfrentados pelos Estados membros da ONU e abriria possibilidades de maior cooperação na matéria. Estava claro que era preciso modificar o sistema então vigente, em que somente alguns países eram selecionados para exame, segundo critérios sujeitos à conveniência e à oportunidade política de outros poucos.

A ideia permeou os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, até que, em 2005, o então Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, lançou, em discurso à Comissão, a proposta de realização de revisão por pares da proteção dos direitos humanos em todos os países membros da ONU. O Mecanismo de Revisão Periódica Universal, hoje institucionalizado, consiste em um instrumento por meio do qual todos os 192 Estados membros da Organização são objeto de análise pelos CDH.

O Brasil foi o nono país a apresentar relatório ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal, em abril de 2008. A elaboração do Relatório brasileiro envolveu diversos órgãos do Executivo, o Congresso Nacional e ampla participação da sociedade civil. O documento foi considerado por diversos países como exemplar e deixou clara a solidez dos princípios e das políticas brasileiras ao apresentar compromisso voluntário de preparar informes anuais ao Conselho sobre a implementação das recomendações feitas ao Brasil. Em reconhecimento ao modo transparente e construtivo que orientou a participação brasileira no exercício, o Brasil tem sido chamado a participar de seminários organizados pelo Escritório do Alto Comissariado em países que ainda não se submeteram ao Mecanismo, de que são exemplos Angola e Haiti.

O Governo brasileiro tem encorajado a participação da sociedade civil no diálogo com os mecanismos internacionais de direitos humanos, o que se refletiu no processo de elaboração das regras do Mecanismo de Revisão Periódica Universal. Trabalhamos para garantir que as organizações não-governamentais possam pronunciar-se nas sessões do Grupo de Trabalho do Mecanismo a despeito de forte oposição de países e grupos regionais.

As preocupações da diplomacia brasileira com a proteção dos direitos humanos evidentemente não se esgotam no processo de construção institucional do CDH. O Brasil tem trabalhado para a evolução conceitual dos direitos humanos e para romper a clivagem temática que divide países em desenvolvimento - como defensores dos direitos econômicos, sociais e culturais - e países desenvolvidos - como promotores dos direitos civis e políticos. Um exemplo é o projeto de resolução que afirma a incompatibilidade entre a democracia e o racismo.

A iniciativa brasileira condena a existência de partidos políticos com plataformas racistas e alerta a comunidade internacional contra a possibilidade de que tais partidos venham a ser conduzidos para o poder em um contexto democrático. Com essa resolução, o Brasil contribuiu para a consolidação do conceito de democracia e de sua inter-relação com direitos humanos, preconizada pela Conferência Mundial de Viena de 1993. Foi, ainda, pioneiro, entre os países em desenvolvimento, em propor resolução sob a égide dos direitos civis e políticos, até então território exclusivo dos países ricos ocidentais.

O Brasil conferiu grande importância à Conferência de Revisão de Durban, realizada, em Genebra, de 20 a 24 de maio de 2009. A delegação brasileira procurou atuar de modo construtivo e flexível, buscando forjar

consensos e construir pontes entre opiniões conflitantes. Os trabalhos preparatórios tinham enfrentado sérias dificuldades. Assuntos polêmicos, tais como a difamação de religiões, a concessão de reparações pelo tráfico transatlântico de escravos e a situação dos direitos humanos na Palestina bloquearam os debates.

O Brasil procurou zelar para que a linguagem e os conceitos consolidados em Durban fossem mantidos, a fim de evitar retrocessos ou mesmo o fracasso do processo de Revisão. Ao final, foi possível aprovar documento positivo, equilibrado e que não singulariza nenhum país. Evitaram-se resultados indesejados, como a polarização e a seletividade. Além disso, a Declaração aborda temas de grande interesse para o Brasil, como proteção de afrodescendentes, indígenas, migrantes, mulheres e crianças.

Durante a celebração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 2008, o Brasil se engajou ativamente na Resolução sobre Metas Voluntárias em Direitos Humanos. Aprovada por consenso, esta iniciativa estabeleceu dez metas que a comunidade internacional se comprometeu a alcançar até o 70º Aniversário da Declaração. Os compromissos abarcam, entre outros, o combate à fome e à pobreza; a ratificação universal dos instrumentos internacionais; o fortalecimento dos marcos legais, institucionais e de políticas em direitos humanos; a criação de instituições nacionais e o direito ao desenvolvimento.

O histórico compromisso da diplomacia brasileira com o direito ao desenvolvimento, tanto em território nacional como em escala global, também vem sendo traduzido na promoção ou no apoio a ações inovadoras. Por ocasião da 58ª Assembleia Geral da ONU, Brasil, Índia e África do Sul criaram o Mecanismo IBAS de Alívio à Fome e à

Pobreza. Em janeiro de 2004, os Presidentes Lula, Chirac e Lagos e o então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, lançaram a “Ação Global contra a Fome e a Pobreza”, que teve como desdobramento a criação, em setembro de 2006, da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra o HIV/AIDS, a Malária e a Tuberculose - a Unitaid.

O acesso da população a medicamentos é um dos componentes essenciais no processo de inclusão social, de busca da equidade e de fortalecimento do sistema de saúde dos países. Melhorar o acesso aos medicamentos existentes poderia, segundo dados da OMS, salvar dez milhões de vidas a cada ano, quatro milhões delas na África e no sudeste asiático.

A Declaração de Doha sobre Trips e Saúde Pública, adotada em 2002, consagrou interpretação que coloca os objetivos das políticas públicas de saúde acima da proteção dos direitos privados de propriedade intelectual, ao reconhecer a possibilidade de recorrer à licença compulsória para produção de medicamentos. A Declaração representou avanço importante na garantia de acesso a medicamentos em países pobres. O Brasil tem atuado de forma articulada e assertiva em todos os foros envolvidos (OMS, OMC e OMPI), em questões vinculadas à saúde pública. No CDH, o Brasil é o principal patrocinador do mandato do Relator Especial sobre o Direito à saúde.

É fundamental que a comunidade internacional adote ações concretas para que a retração econômica não coloque em risco os valores dos direitos humanos, da democracia e da paz. Estudos demonstram que muitos dos ganhos conquistados nos últimos anos em termos de crescimento econômico, redução da pobreza, geração de emprego e desenvolvimento social foram comprometidos pela mais grave crise econômica de nossa geração. Em vários países, o cumprimento das

Metas do Milênio está seriamente ameaçado. O endurecimento de legislações sobre migrações por vários países traz retrocesso perigoso para a legislação internacional de proteção dos direitos humanos.

O Brasil promoveu, juntamente com China, Índia, Rússia e o Grupo Africano, a realização da X Sessão Especial do Conselho de Direitos Humanos sobre o impacto da crise econômica e financeira global sobre a efetiva realização dos direitos humanos. O fato de serem convocadas sessões especiais do CDH para avaliar o agravamento da realização de direitos econômicos e sociais - convencionalmente considerados como de realização progressiva - constitui avanço conceitual importante e um exemplo de mobilização que o Conselho de Direitos Humanos é capaz de suscitar quando amparado pela vontade comum de seus membros.

Na última reunião do G-20, em Londres, o Brasil demonstrou forte oposição às tentativas dos países desenvolvidos de flexibilizar as normas de direito do trabalho diante da nova conjuntura trazida pela crise. Temos defendido que a OIT seja chamada a participar das próximas reuniões do Grupo. Durante a 98ª Conferência Internacional do Trabalho, em junho, o Presidente Lula discursou a favor do “Pacto Global pelo Emprego”, pacote de opções de políticas para enfrentar a crise, que coloca o emprego no centro das preocupações e garante proteção social aos grupos mais vulneráveis da população.

Situação dos Direitos Humanos em Países Específicos

A possibilidade de criar relatorias especiais sobre a situação dos direitos humanos em países específicos permanece no âmbito do CDH, mas há uma tendência crescente de oposição a essa forma de monitoramento. Durante o processo de construção institucional do órgão, países ocidentais apoiavam a possibilidade

de o Conselho criar esse procedimento, sem mudanças em relação à sistemática adotada pela antiga Comissão. Já países que costumavam ser objeto desses mecanismos, e seus respectivos grupos regionais, desejavam eliminar essa possibilidade, salvo em hipóteses nas quais houvesse o consentimento do país implicado. Isso, no entanto, criaria virtual lacuna para a proteção de vítimas de violações graves e sistemáticas de direitos humanos em países que se recusassem a aceitar a presença de relatores em seu território.

O Brasil defendeu a validade do mecanismo, desde que fundamentado em informações objetivas sobre a situação dos direitos humanos no país avaliado. A posição brasileira certamente contribuiu para induzir atitude mais cooperativa das demais delegações, tanto no sentido de reconhecer a validade do instrumento das resoluções sobre países, quanto no sentido de evitar ou pelo menos limitar sua politização.

No caso de situações que demandem resposta urgente da comunidade internacional, há ainda a possibilidade de convocar Sessões Especiais do CDH. As onze sessões especiais convocadas para discutir o agravamento da situação dos direitos humanos decorrente da escalada de conflitos no Sudão, em Myanmar, na República Democrática do Congo, no sul do Líbano, no Sri Lanka e, em quatro ocasiões, nos Territórios Palestinos Ocupados, ilustram o impacto negativo de ameaças à paz e à segurança sobre os direitos humanos e o direito internacional humanitário. Ressaltam também a necessidade de que a proteção desses direitos se integre plenamente aos esforços de pacificação e de solução duradoura daqueles conflitos.

A posição do Brasil nas discussões sobre a situação dos direitos humanos no Sudão é exemplo da atuação construtiva e isenta

de alinhamentos automáticos do País no Conselho de Direitos Humanos. Durante a 2ª Sessão do órgão, em 2006, um impasse entre a União Europeia e o Grupo Africano poderia ter levado à suspensão do monitoramento da situação dos direitos humanos em Darfur. Enquanto os europeus consideravam o projeto de resolução africano pouco condenatório, os africanos consideravam as propostas europeias excessivas. A proposta européia previa, além do informe de Relator sobre a situação no Sudão, relatório especial da Alta Comissária sobre o assunto.

O Brasil votou a favor do projeto de resolução apresentado pelo Grupo Africano, que, ao fim, garantiu o mandato de relator especial para monitorar a crise humanitária na região. Alguns meses mais tarde, com o agravamento da situação em Darfur, o Brasil apoiou os esforços da União Europeia para a realização da Sessão Especial sobre a situação no Sudão e contribuiu para a aproximação das posições defendidas pelos dois Grupos. Essa atitude garantiu a aprovação, por consenso, de resolução que determinou o envio de missão de Grupo de Peritos a Darfur.

Em junho passado, o Brasil foi favorável à proposta de criação de mandato de um ano de especialista independente sobre a situação de direitos humanos no Sudão. A posição brasileira contrastou com a de vários países africanos e asiáticos e garantiu a continuidade do monitoramento da situação na região sob uma perspectiva mais construtiva, baseada na cooperação. Ao Brasil, antes que uma mera penalização ao Governo do Sudão, interessa a melhoria da situação de direitos humanos dos sudaneses.

O Brasil teve atitude análoga na Sessão Especial do CDH sobre a situação dos direitos humanos no Sri Lanka, convocada, em maio de 2009, em decorrência do agravamento

do conflito entre o governo cingalês e os Tigres Tâmeis. Em busca de aprovação de resolução equilibrada, que garantisse resultados tangíveis para as vítimas do conflito, o Brasil procurou dialogar com o governo do Sri Lanka, principal responsável pela implementação das medidas que viessem a ser adotadas pelo Conselho. Em negociação marcada por dificuldades, particularmente devido à ausência de consultas abertas de alguns países com a delegação do Sri Lanka, a persuasão era mais eficaz do que a adoção de uma resolução excessivamente condenatória. Tal linha de atuação permitiu ao Brasil, na condição de co-patrocinador do projeto de resolução, proceder a modificações no texto originalmente proposto com vistas a incluir pontos substantivos de particular interesse da comunidade internacional, como a proteção dos deslocados internos e refugiados do conflito.

Para promover uma agenda mais positiva nas discussões sobre a situação dos direitos humanos em países específicos, o Brasil propôs ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a formalização de Memorando de Entendimento para o desenvolvimento de projetos de cooperação Sul-Sul em países que se revelem interessados em receber cooperação. A conclusão desse Memorando - que se encontra em processo de tramitação - poderá, ao mesmo tempo, reforçar a capacidade da diplomacia brasileira de prestar cooperação e reforçar a atuação do Conselho de Direitos Humanos.

O mandato de promover atividades de cooperação internacional, conferido pela Assembleia Geral da ONU ao Conselho e ao Alto Comissariado, repousa, por um lado, na premissa de que cada Estado é soberano para decidir sobre a forma de cooperação a ser recebida e, por outro, no objetivo primário da

criação do CDH de oferecer foro de diálogo e de cooperação para o fortalecimento das capacidades dos Estados de cumprir com as obrigações.

O tratamento da situação de direitos humanos em países determinados tem ocorrido, no entanto, sem grandes contrapartidas em matéria de cooperação. Tal fato induz à percepção de que o CDH tem repetido os erros da antiga Comissão ao restringir-se à mera condenação dos países, sem realizar ações concomitantes voltadas à melhoria da situação de direitos humanos por meio da capacitação estatal e da troca de experiências.

Há, todavia, significativa demanda reprimida por cooperação técnica em matéria de direitos humanos. Desde o início das atividades do CDH, vários países - entre eles Burundi, Haiti, Libéria e República Democrática do Congo - apresentaram pedidos de auxílio ao CDH com base no reconhecimento das dificuldades encontradas por seus órgãos nacionais em implementar a normativa internacional de direitos humanos.

A experiência prática que o Brasil tem adquirido em países como Guiné Bissau, Moçambique e Timor Leste, entre outros, habilita-nos a suprir tal demanda, tanto em direitos econômicos, sociais e culturais quanto em direitos civis e políticos.

Em visita a Bissau, em 2005, o Presidente Lula prometeu ajudar o país no seu processo de consolidação da democracia e expressou sua expectativa de que a reconciliação interna promovesse a convivência democrática na diversidade. Temos buscado contribuir para a democracia na Guiné-Bissau em momentos de instabilidade política e institucional por meio de auxílio financeiro e envio de missões técnicas para a realização do processo eleitoral. Assinei, em 2007, juntamente com Condoleezza Rice, pelos Estados Unidos,

e António Isaac Monteiro, pela Guiné-Bissau, Memorando de Entendimento destinado a apoiar o Parlamento guineense na coordenação da assistência legislativa. Como coordenador da Configuração Específica da Comissão de Construção da Paz para a Guiné-Bissau, defendemos a adoção de medidas que conjuguem desenvolvimento econômico e inclusão social, essenciais para o equacionamento de outros problemas de longo prazo, por exemplo, na área de segurança.

No Haiti, o Brasil comanda, desde 2004, o componente militar da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (Minustah). Nestes cinco anos de presença em solo haitiano, o Brasil buscou transcender o aspecto meramente militar da liderança da missão e inovou ao integrar as dimensões da promoção do desenvolvimento e do fortalecimento do Estado de direito no país. A Minustah contribui para a proteção dos direitos humanos no Haiti em duas vertentes: primeiro, ao apoiar o restabelecimento da segurança, o que cria condições mínimas para a proteção dos direitos humanos no País; segundo, ao apoiar a consolidação das instituições judiciárias e a capacitação da Polícia Nacional Haitiana. O fortalecimento do Estado de Direito, no Haiti, é um grande desafio, que depende, em última análise, dos próprios haitianos. A comunidade internacional pode e deve ajudar os haitianos nesse processo.

Muitas outras situações mostram que o diálogo e a cooperação são mais eficazes do que a mera condenação ou o recurso a sanções. Estive no Zimbábue no final do ano passado, quando muitos países criticavam a possibilidade de uma aproximação entre o Governo de Robert Mugabe e a oposição liderada por Morgan Tsvangirai. Independentemente das razões que moviam os Governos críticos ao diálogo - interesses econômicos ameaçados, a culpa pelo

passado de coerção colonial - o fato é que não estimularam uma reconciliação interna e defenderam abertamente a imposição de sanções contra o Zimbábue.

De minha parte, conversei com Mugabe, com os líderes da oposição e com o principal mediador estrangeiro, o então Presidente sul-africano Thabo Mbeki. A todos expressei a posição do Governo brasileiro de que o diálogo e a aproximação entre as forças políticas era o melhor caminho para a estabilidade e o desenvolvimento do Zimbábue. Melhorar efetivamente as condições de vida da população, no terreno, era mais importante do que passar atestados de culpa de eficácia duvidosa por violações de direitos humanos, que pouco contribuiriam para a pacificação do país. Meses mais tarde, a formação de um Governo de coalizão revelou-se crucial para a normalização da vida política, econômica e social, com efetivos ganhos para a população do Zimbábue, como quase todos reconhecem hoje.

O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos

Destaco ainda a participação do Brasil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, cujos principais órgãos são a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. São reais os impactos que esses mecanismos de garantia podem provocar no cotidiano das pessoas dos países que reconhecem sua competência. Os principais temas levados ao sistema interamericano têm relevância direta na vida de grande número de pessoas, como segurança pública, condições carcerárias, racismo, direitos indígenas e proteção de defensores de direitos humanos.

Ao sistema interamericano podem ser atribuídas mudanças concretas em vários países da região, inclusive no Brasil. A política nacional de erradicação do trabalho escravo, a legislação de prevenção e sanção da violência

contra as mulheres, conhecida por Lei Maria da Penha, e a mudança do modelo assistencial em saúde mental são exemplos emblemáticos de políticas públicas que têm inspiração em acordos e decisões geradas no âmbito do sistema interamericano.

Conclusão

Os avanços na proteção dos direitos humanos no Brasil permitiram ao País consolidar posição de interlocutor coerente e equilibrado no sistema multilateral, com capacidade de influenciar o debate sobre direitos humanos e colaborar para melhorias efetivas no respeito a esses direitos em outros países. Temos priorizado o desenvolvimento de agenda positiva de proteção dos direitos humanos, que rompa com a tradição de debates estéreis sobre o assunto baseados mais na conveniência política dos países do que nas reais necessidades das pessoas que sofrem os efeitos de violações.

Uma militância construtiva em favor dos direitos humanos leva em conta as peculiaridades de cada situação e as verdadeiras necessidades das vítimas das violações. Em reação a crises humanitárias, a comunidade internacional deve buscar o difícil equilíbrio entre o fortalecimento dos esforços pela paz e a necessidade de resposta condenatória às violações dos direitos humanos. A mera condenação leva ao isolamento. O diálogo e a persuasão são muitas vezes mais eficazes para a melhoria da situação no terreno ao trazer à cooperação as partes responsáveis pelo cumprimento das decisões dos fóruns multilaterais.

Defendemos uma atitude de não-indiferença, sem descuidar dos princípios basilares da soberania estatal e da não-intervenção nas relações internacionais. Essa posição se reflete nas iniciativas do Brasil no Conselho de Direitos Humanos, no comando do componente militar da Minustah, na

coordenação da Configuração para a Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz, nos projetos de cooperação Sul-Sul e na ampliação da ajuda humanitária que enviamos ao exterior. Além disso, temos envidado esforços para a construção de uma ordem internacional mais justa e igualitária, que favoreça a defesa desses direitos, o que inclui a democratização das instâncias decisórias internacionais.

Esse engajamento internacional só é possível por nosso diálogo privilegiado com países de todas as regiões - posição desfrutada por poucos países no mundo. A criação do Fórum IBAS entre três grandes democracias multirraciais de países em desenvolvimento; a criação e coordenação do G-20 para defender os interesses comerciais dos países em desenvolvimento na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as Cúpulas América do Sul - Países Árabes (ASPA) e América do Sul - África (ASA) são exemplos de iniciativas que contribuem para essa nossa posição.

Como afirmei na Sessão Inaugural do Conselho de Direitos Humanos, em junho de 2006, é preciso que o nosso objetivo não seja só de condenação, mas também de promoção; de não correr atrás de vitórias políticas de um tipo ou de outro, mas de assegurar que cada indivíduo possa desfrutar a vida livre do medo, da fome e do desrespeito. A cooperação precisa prevalecer sobre a vitimização. E os ideais - precisamente aqueles que foram consagrados na Declaração Universal - precisam prevalecer sobre a conveniência política.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À OFFSHORE
MAGAZINE, DA NORUEGA - OSLO - NORUEGA, 01/10/2009

Jornalista: Baseado em países que utilizam o modelo de partilha de produção, o que se pode dizer aos críticos no Brasil, que dizem que mudar do modelo de concessão para partilha de produção poderia afugentar investimentos estrangeiros?

Presidente: Não acredito nesse cenário de fuga de investimentos. Acho que vai ocorrer o contrário, em vista do grande interesse no pré-sal. O modelo de partilha é utilizado em vários países importantes, detentores de grandes reservas, que apresentam baixo risco e elevada rentabilidade, sem que tenha havido fuga de investidores estrangeiros. Além disso, o interesse manifestado por várias empresas internacionais no pré-sal ao longo dos últimos meses também desmente essa crítica. A definição da proposta do marco regulatório dos campos do pré-sal pelo Governo brasileiro é resultado de um trabalho cuidadoso e paciente. Houve extensos estudos e debates internos que levaram em conta todos os fatores envolvidos na exploração econômica de uma descoberta dessa magnitude. Avaliou-se, por exemplo, os antecedentes históricos e o cenário internacional, bem como o desafio tecnológico a ser enfrentado e a necessidade

de investimentos compatíveis com a tarefa à frente.

Dentre as diretrizes que pautaram essa proposta de marco regulatório foi o entendimento de que essa riqueza pertence a todo o povo brasileiro. Sabemos que os recursos do pré-sal, desde que bem administrados, podem dar impulso a grandes transformações no Brasil. É uma oportunidade histórica, que, para ser bem aproveitada, demandava um marco regulatório adequado. Por esse motivo optou-se pelo modelo de partilha, que prevalece no mundo em áreas de baixo risco exploratório e de grande rentabilidade, como é o caso do pré-sal. Manter o modelo anterior de concessões, apropriado para blocos de grande risco exploratório, seria um erro imperdoável.

Além disso, é preciso lembrar que o Brasil respeitou e respeitará todos os compromissos assumidos no modelo anterior de concessões, inclusive no caso dos blocos já licitados na área do pré-sal. A segurança jurídica dos contratos já firmados foi respeitada. O novo modelo proposto aplica-se ao futuro, e isso significa que, na prática, existirá no Brasil um modelo misto, com as áreas já licitadas dentro

do regime de concessões e as novas áreas do pré-sal e estratégicas, para as quais estamos propondo ao Congresso Nacional o regime de partilha.

O Brasil desenvolveu nos últimos anos uma relação de respeito com os investidores. A definição de um marco regulatório apropriado, diante das novas e importantes descobertas, é um novo capítulo dessa relação. É um relacionamento baseado em regras claras e que serão debatidas e aprovadas democraticamente, em um país que consolidou suas instituições democráticas.

Jornalista: O Senhor tem reiterado que pretende usar os recursos oriundos da exploração de petróleo e gás da camada pré-sal para reduzir pobreza e investir em educação. Já afirmou também que a descoberta no pré-sal “nos dá mais uma chance para que o Brasil possa reparar dívidas históricas com os mais pobres”. Como pretende evitar que a riqueza do pré-sal beneficie apenas uma elite, nacional e internacional, como ocorreu no caso dos ciclos do ouro, da borracha e da cana-de-açúcar no Brasil?

Presidente: O Governo debateu intensamente e refletiu sobre o modelo mais apropriado de exploração do petróleo do pré-sal. O resultado desse esforço será discutido também com a sociedade brasileira a partir de agora, com o envio dos projetos de lei do novo marco regulatório ao Congresso. Vamos aproveitar a oportunidade apresentada pelo pré-sal da melhor maneira para o Brasil, e, sobretudo, para os brasileiros que mais precisam do apoio do Estado. Por isso tenho mencionado a dívida histórica do País com os mais pobres, e também a necessidade de reforçar investimentos em áreas capazes de dar condições para que as

pessoas saiam da pobreza, com prioridade para a educação. Com as políticas de redistribuição de renda e com o crescimento econômico do Brasil nos últimos anos, 30 milhões de brasileiros saíram da pobreza e passaram a integrar a classe média, que já representa mais da metade da população. É um resultado expressivo, mas muito mais precisa ser feito. A correta exploração de recursos naturais, como o petróleo do pré-sal, certamente ajudará o País nessa tarefa.

Como afirmei em meu discurso de apresentação do novo marco regulatório, no dia 31 de agosto em Brasília, o pré-sal é um passaporte para o futuro, e não temos o direito de errar, nem de desperdiçar recursos que são fundamentais para darmos um salto em matéria de desenvolvimento.

Quando falo em passaporte para o futuro, falo no aproveitamento competente de um recurso que é finito, como o petróleo, para investir em educação e no conhecimento científico e tecnológico, recursos duradouros e com efeito social multiplicador que se transmitem às atuais e às futuras gerações. Por isso a ênfase na educação, que é o alicerce de qualquer transformação importante em uma sociedade e uma ferramenta indispensável para qualquer projeto sério de desenvolvimento de um país.

Além de gerar recursos destinados à educação e ao combate à pobreza, o pré-sal apoiará iniciativas de preservação ambiental e também políticas de fomento a avanços no conhecimento científico e tecnológico. Nesse campo, vamos gerar empregos com a ampliação da nossa infra-estrutura produtiva na área de petróleo e gás, com o objetivo de agregar valor ao petróleo e de exportar derivados. E ainda daremos um passo

adiante com a estruturação de uma forte indústria fornecedora dos equipamentos e dos serviços necessários à extração no pré-sal. A experiência bem-sucedida do Brasil na exploração de petróleo em águas profundas reforça nosso otimismo quanto à superação desses desafios.

Jornalista: A extração de petróleo a 6.000 metros de profundidade que passou a ocorrer em Tupi, na Bacia de Santos, no dia 1º de maio, terá um grande significado para o futuro desenvolvimento do Brasil. Como esse desenvolvimento poderá se refletir na relação entre o Brasil e outros países na América Latina?

Presidente: O desenvolvimento do Brasil passa por uma integração cada vez maior com nossos vizinhos sulamericanos. Por esse motivo, as iniciativas de diálogo político e de integração econômica na América do Sul são prioritárias. Não é possível pensar em desenvolvimento do Brasil sem pensar também na prosperidade dos nossos vizinhos, e isso depende de alianças que respondam às necessidades e que desenvolvam, de modo equilibrado, as vocações econômicas de cada país.

A exploração do pré-sal pode oferecer importante contribuição para esse objetivo. Com as novas demandas geradas pela exploração dessas novas reservas, relacionadas à produção de plataformas e navios, é muito provável que novas sinergias entre o Brasil e a América do Sul sejam criadas. Nem tudo será produzido no Brasil. Muito do que necessitarmos poderá ser atendido por importações de nossos vizinhos sulamericanos. Já solicitei aos líderes de países da região que nos indiquem os setores

industriais em que estariam habilitados a atender parte dessa demanda futura.

Jornalista: O começo da produção em Tupi pode ser a largada para um salto na posição que o Brasil ocupa no ranking de países produtores de óleo e gás? A Petrobras tem dito que trabalha para que em 2020 a companhia seja a quinta maior companhia de energia integrada no mundo.

Presidente: As estimativas das novas descobertas sugerem que o Brasil passará a outro patamar como país produtor internacional de petróleo e gás, quanto a isso não há dúvidas. Ainda não é possível dizer quantos bilhões de barris serão acrescentados pelo pré-sal às atuais reservas brasileiras, mas certamente as descobertas farão do Brasil um dos países com maiores reservas do mundo. Mas entendo que no momento devemos concentrar-nos na superação dos desafios tecnológicos do pré-sal e no debate sobre o marco regulatório equilibrado para fazer com que essa nova realidade beneficie a todos os brasileiros. O Governo fez seu dever de casa e tem clareza de que a proposta encaminhada ao Congresso brasileiro é a que melhor contempla o desafio do pré-sal.

O fortalecimento da empresa, que as receitas do pré-sal garantirão, ajudará o país a vencer os desafios tecnológicos tanto da exploração do pré-sal, como também da diversificação de nossa matriz energética, sobretudo em favor dos combustíveis renováveis. Nosso compromisso com o etanol e o biodiesel, em particular, são fundamentais para transformar a Petrobras em uma companhia de energia integrada, capaz de atender às demandas energéticas e ambientais do século XXI.

Jornalista: Entendo que o Brasil só poderá aceitar ser membro da OPEP quando for um exportador líquido de petróleo. Mas gostaria de saber se, na sua opinião, o Brasil deveria ou não aceitar o convite para entrar na Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP)? Já foi anunciado que o convite foi rejeitado porque o Brasil não quer exportar óleo cru e porque vai exportar produtos nobres de valor agregado, como gasolina, etc. Em outras ocasiões altos funcionários do governo disseram que o convite está sendo avaliado. Favor esclarecer.

Presidente: Esta não é uma questão a ser considerada no momento, por uma razão clara e que a própria pergunta aponta: o Brasil não discute a entrada na OPEP porque não é exportador de petróleo e, além disso, não pretende ser exportador de petróleo cru. O Brasil apenas atingiu a autossuficiência e está se preparando agora para explorar as reservas do pré-sal. Por isso, considero precipitada qualquer discussão a respeito. Agora, eu trabalho com a idéia de que o Brasil não deva ser um exportador de óleo. O Brasil deve construir grandes refinarias no País e exportar derivados de petróleo com maior valor agregado. E no momento certo, se for necessário, o assunto pode voltar a ser discutido.

Já reiterei em diversas ocasiões que uma das formas de gerar desenvolvimento a partir do pré-sal é estar preparado para agregar valor ao petróleo. Esse é um dos motivos pelos quais há investimentos de grande volume na ampliação da rede de refinarias e no setor petroquímico no Brasil.

Jornalista: O então embaixador americano no Brasil, Clifford Sobel, disse que os EUA estão interessados em investir no pré-sal e

eventualmente importar petróleo do Brasil. Mais recentemente, durante visita ao Brasil, Thomas Shannon, secretário adjunto do Departamento de Estado Americano para a América Latina e sucessor de Sobel na Embaixada norte-americana em Brasília, afirmou que: “biofuels, óleo e gás estão no centro de atenções do governo Obama em sua relação com o Brasil, e os EUA estão dando grande atenção à descoberta de Tupi e outros mega campos” Sabendo que os EUA estão empenhados em diminuir sua dependência do petróleo do Oriente Médio, pergunto: Em que estágio estão as negociações formais ou informais com os EUA sobre as grandes descobertas brasileiras de petróleo no pré-sal?

Presidente: As questões relacionadas à energia são prioritárias na agenda bilateral e vêm sendo tratadas pelos dois Governos com grande empenho. Cabe lembrar que durante a visita do então presidente George W. Bush a São Paulo, em 2007, a programação incluiu uma visita a instalações da Transpetro para que o Presidente norte-americano pudesse conhecer a logística da distribuição de álcool e de biocombustíveis da Petrobras, e também a tecnologia dos carros “flex-fuel”. Com a posse do Presidente Obama, conhecido por seu interesse em energia, e, sobretudo, em fontes de energia renováveis, esse diálogo teve continuidade, até porque o Brasil tem uma experiência de êxito em matéria de fontes de energias renováveis e não-poluentes. Nossa matriz energética é a prova disso.

A proposta do Governo do novo marco regulatório para a exploração do petróleo no pré-sal é o ponto de partida de uma discussão que envolverá todos os interessados e, sobretudo e em primeiro lugar, a sociedade brasileira. Não houve, e nem caberia, negociações como a sugerida pela pergunta a

respeito do pré-sal, com os Estados Unidos ou com qualquer outro país. O que a Petrobras tem feito é buscar parcerias e fontes de financiamento, dentro e fora do Brasil, para fazer frente aos custos do desafio tecnológico e logístico de explorar o pré-sal.

Jornalista: Continua sendo viável explorar o petróleo no pré-sal com os preços do barril tão baixos? Quando a descoberta em Tupi foi anunciada o preço do barril e das commodities em geral estavam muito mais altos.

Presidente: Pelas informações que tenho, a resposta é um claro sim. As projeções de custos da exploração do pré-sal ainda estão sendo detalhadas, mas todas as informações disponíveis dão conta de que ela é comercialmente viável com os atuais preços do barril de petróleo no mercado internacional, e inclusive com preços menores. A verdade, no entanto, é que fazemos planos de investimento na exploração de energia com base em critérios estratégicos e projeções de longo prazo. Em vista do caráter não-renovável dessas reservas no mundo, é razoável supor, inclusive, que os atuais preços possam aumentar.

Jornalista: O Senhor concorda que as descobertas no pré-sal vão muito além de confirmar a capacidade de produção de petróleo e estão acrescentando peso geopolítico ao Brasil no cenário internacional?

Presidente: As questões relativas a peso geopolítico envolvem um conjunto de fatores, e o petróleo é um deles, mas acredito que, no caso brasileiro, há muitas outras conquistas que vêm sendo reconhecidas no cenário internacional. A democratização do País, a maturidade das nossas instituições, a estabilização da economia, a retomada do desenvolvimento e os avanços no combate

à desigualdade social são algumas delas, ao lado de uma atuação diplomática à altura da importância do Brasil como ator regional e global.

O crescimento da importância do petróleo para a economia brasileira, que é resultado de uma conquista e de um investimento de toda a sociedade brasileira a partir da criação da Petrobras, pode ser considerado um elemento a mais nesse processo de afirmação do País. Mas está longe, portanto, de ser o único fator de afirmação doméstica e internacional do Brasil. Felizmente, a riqueza e a diversidade do País oferecem um conjunto amplo de elementos e iniciativas positivas que têm marcado a atuação brasileira no plano internacional. Estou seguro de que o peso geopolítico maior que o petróleo agrega ao país ainda está por vir. Será no dia em que demonstrarmos nossa capacidade como nação de empregar essa riqueza com inteligência, como, por exemplo, para elevar o nível educacional e a capacitação tecnológica do país.

Por outro lado, não podemos esquecer a grande contribuição que o Brasil tem dado em matéria de energias renováveis, que é parte de um compromisso ambiental firme do País. A experiência brasileira nessa área aponta um caminho para combater problemas como o da mudança do clima, e continuaremos nesse caminho. O Brasil tem hoje uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Cerca de 85% da energia elétrica consumida no Brasil tem a geração hidrelétrica como fonte, e graças também à contribuição de programas bem-sucedidos como o Proálcool (etanol) e o de biocombustíveis, 46% de toda a energia consumida no País provém de fontes renováveis, enquanto a média internacional é de apenas 11%. As descobertas do pré-sal não mudam esse quadro. Dessa conquista

em matéria de energia renovável não abrimos mão, e vamos continuar a ampliá-la, em nome do nosso próprio interesse e das responsabilidades globais que temos em matéria ambiental.

Jornalista: Na sua opinião, com o fortalecimento da posição brasileira junto aos organismos multilaterais, quais serão as propostas que o Brasil, como nação, deverá implementar para marcar sua presença no cenário internacional?

Presidente: O Brasil mantém a fidelidade à sua atuação diplomática em favor da paz e do desenvolvimento, e no momento atua com grande empenho para que as instituições e as regras do jogo internacional sejam atualizadas e democratizadas. Sem esse esforço, não há como enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais integrado e interdependente, seja na economia, na política ou em questões ambientais.

As instituições políticas multilaterais não podem manter o desenho herdado da ordem pós-II Guerra Mundial. Por isso defendemos com tanta ênfase a necessidade de reformas das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança.

As instituições econômico-financeiras tampouco refletem as realidades do mundo atual, e por isso não conseguem oferecer respostas eficazes em momentos de crise, como a que vivemos atualmente. A criação e a consolidação do G20, com a participação de economias emergentes e de grande peso, como as do Brasil, da China e da Índia, já indicam um caminho a ser seguido, e os próprios líderes dos países desenvolvidos reconhecem essa nova realidade.

Já em matéria de comércio, não é possível admitir passivamente a continuidade de regras do jogo que perpetuam injustiças e que fecham as portas do desenvolvimento para países que não podem - por causa de tarifas e barreiras de todos os tipos - fazer valer suas vantagens comparativas e sua competitividade na agricultura, por exemplo. Por essa razão, atuamos vigorosamente na Organização Mundial de Comércio, em estreita cooperação com os países em desenvolvimento em defesa da conclusão da Rodada Doha de negociações comerciais multilaterais.

Jornalista: O Senhor considera que a reunião do G-20 resultou em abertura maior para a efetiva participação de países como Brasil, China e Índia nas decisões? Essa participação mais intensa também poderia se estender para outros organismos multilaterais? Quais?

Presidente: Não tenho dúvidas de que as reuniões do G-20 em Washington e em Londres representaram um marco e também o reconhecimento da importância de países como o Brasil, a China e a Índia no debate sobre a superação da crise econômico-financeira internacional e sobre a indispensável reforma nos mecanismos de governança das instituições internacionais. O encontro de julho do G8 e do G8 + G5, na Itália, da qual o Brasil participou, também foi um passo importante no mesmo sentido, e dele surgiu a idéia de ampliação do G8 para o G14. Mas esse debate está em andamento, e seus resultados efetivos em termos de reforma dependerão, em grande medida, da capacidade de articulação dos países emergentes.

Na primeira Cúpula dos chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), realizada recentemente em Ecaterimburgo, na Rússia,

foi discutida a crise global. As estatísticas mostram que os BRICs têm enfrentado a crise em melhores condições que a da maioria dos países, e analistas reconhecem que os quatro têm papel fundamental para a retomada do crescimento econômico mundial.

O peso crescente dos países emergentes precisa ser reconhecido no processo de tomada de decisões das instituições multilaterais. Por esse motivo cobramos, durante a recente reunião do G20, em Londres, que os países desenvolvidos comprometam-se com a reforma do sistema de votação e de cotas das instituições do sistema de Bretton Woods. Apenas assim, a voz dos países em desenvolvimento será ouvida.

Trata-se apenas do primeiro passo de uma revisão que gostaríamos de ver avançar na próxima reunião do G20, marcada para este mês de setembro em Pittsburgh, nos Estados Unidos. Também defendemos no G20 que, em resposta à crise, a Rodada de Desenvolvimento de Doha deve ser concluída de forma rápida e equilibrada.

Mas a necessidade de mudanças no cenário internacional vai muito além dos âmbitos econômico e financeiro. É igualmente urgente renovar as Nações Unidas, se queremos que as instituições multilaterais recuperem relevância. Postergar reformas, especialmente a do Conselho de Segurança, apenas servirá para erodir ainda mais a autoridade das instituições internacionais.

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO JORNAL VENEZUELANO
EL UNIVERSAL - CARACAS - VENEZUELA , 29/10/2009

Jornalista: Qual é a explicação, Sr. Presidente, para que em 10 anos o Brasil tenha alcançado esse desenvolvimento admirável? Estamos falando do milagre brasileiro ou do milagre de Lula? Qual é a fórmula para o que estamos vendo hoje?

Presidente: De fato, nos últimos anos temos colhido uma safra de boas notícias, mas isso nada tem a ver com milagres. É fruto de trabalho duro dos brasileiros ao longo das últimas décadas. Consolidamos a democracia, derrotamos a inflação, retomamos o crescimento e estamos construindo uma sociedade moderna e cada vez mais justa com todos os seus cidadãos. Do meu período na Presidência, iniciado em 2003, destaco como as maiores conquistas a retomada do desenvolvimento econômico e da capacidade do Governo de investir na educação e na infra-estrutura, além dos programas sociais voltados para as camadas mais pobres da população. O impacto desses programas foi muito positivo na redistribuição da renda. Como resultado, cerca de 30 milhões de brasileiros deixaram a pobreza, e 21 milhões deles hoje fazem parte da nova classe média, o que deu novo impulso ao crescimento econômico e ampliou ainda mais nosso mercado

interno. Adotamos uma política externa mais assertiva, que investiu na nossa relação com a América Latina, África e Ásia, sem ignorar nossos laços tradicionais com a Europa e os Estados Unidos. Esse conjunto de medidas nos permitiu enfrentar e superar a crise econômica mundial sem sobressaltos.

Jornalista: Como o Brasil vê suas relações com a América Latina? Como dar impulso a essas economias, levando em conta as diferenças que existem entre um Mercosul mais econômico, no qual a entrada da Venezuela ainda está em dúvida, uma CAN enfraquecida e uma ALBA que vê os EUA como seu grande inimigo?

Presidente: A América do Sul e a integração regional são uma das prioridades da política externa do meu Governo, e temos procurado aprofundar esses laços com a região em várias frentes. A integração física, por meio da construção de obras de interconexão viária e energética, por exemplo, é fundamental em qualquer esforço de aproximação, pois cria as condições práticas para que pessoas e empresas façam negócios e parcerias. Meus companheiros Presidentes da região entendem muito bem essa necessidade,

e temos trabalhado com vários deles em projetos conjuntos de rodovias, pontes, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão de energia. O segundo aspecto é o de aproximar empresários e investidores, e aí também a diplomacia presidencial tem contribuído muito, porque sempre que possível os encontros presidenciais são acompanhados de seminários e eventos empresariais.

Além disso, o diálogo político nunca foi tão estreito, como provam os avanços na relação bilateral e mecanismos como os encontros periódicos que mantenho com o Presidente Chávez. Ademais, contribuem para fortalecer nossos laços nosso empenho em consolidar a União de Nações Sulamericanas (UNASUL), em promover reuniões de alto nível com outras regiões e grupos de países do mundo - como a África e os países árabes - e também em realizar encontros como o do ano passado, na Bahia, com a participação dos Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe. Pela primeira vez na história, nos reunimos para discutir nossos temas com uma agenda definida pela região, sem ingerência externa.

Acho natural haver diferenças de opinião e de orientação, bem como a formação de blocos de países com base na coincidência de interesses. Quando essas diferenças vêm à tona o importante é discuti-las com serenidade. Na questão específica da entrada da Venezuela no Mercosul, sempre a defendemos e continuamos a defendê-la; nossa posição é conhecida. O assunto está sendo analisado no Senado brasileiro, onde também a base parlamentar de apoio ao Governo tem defendido a mesma posição,

razão pela qual acredito que possamos ter boas notícias em breve.

Jornalista: De que forma os governos latino-americanos devem conduzir suas relações com os Estados Unidos?

Presidente: Cada país da região tem sua agenda bilateral com Washington, com particularidades próprias, e não creio que exista uma fórmula comum. Além disso, posso responder apenas pelas relações bilaterais do Brasil com os Estados Unidos, e nelas vejo uma boa oportunidade com a chegada do Presidente Barack Obama à Casa Branca. Temos mantido um diálogo muito bom quanto aos temas de interesse comum, não só os bilaterais, mas também os regionais e os globais. Vejo no Presidente Obama uma grande disposição para o diálogo com a América Latina, ainda que os temas da agenda doméstica, a crise econômica e os conflitos no Afeganistão e no Iraque tenham ocupado boa parte do tempo dele nesse início de mandato. Não posso esquecer que também mantivemos um diálogo muito bom com o então Presidente George W. Bush, porém creio que com Obama as circunstâncias são mais favoráveis para uma aproximação com a região. Na primeira oportunidade que teve, neste ano durante a Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, o Presidente norte-americano se reuniu com os Presidentes dos países da UNASUL. Acho, no entanto, que esse passo foi apenas o começo. É preciso avançar mais e continuar atuando de forma coordenada diante de crises como a de Honduras, provocada por um golpe de Estado, que é algo que sempre devemos repudiar. Esses fantasmas do passado não podem voltar a fazer parte da história dos

países da América Latina, que ao longo das últimas décadas têm realizado um grande esforço para consolidar suas instituições democráticas, felizmente com êxito.

Jornalista: Qual é a diferença entre o socialismo que o Sr. promove e o que lidera o presidente Hugo Chávez? É sustentável o socialismo do Século XXI que ele oferece?

Presidente: Acredito muito que cada país tem seu próprio caminho, com base na sua própria história e nas instituições que construiu. Ao longo da minha vida, aprendi a não me prender muito aos rótulos. Lembro que, na década de 80, quando tentavam colar em mim algum desses rótulos, como o de marxista, costumava responder que não era marxista, e sim torneiro mecânico, função que aprendi como metalúrgico. O que posso dizer com segurança é que tanto Chávez como eu, ainda que em países com realidades diferentes, governamos com um grande compromisso para com os mais pobres, aqueles que realmente precisam do apoio do Estado para construir um futuro melhor. O que ocorre é que isso gera desconforto, até porque a apropriação do Estado pelos mais poderosos foi, até há muito pouco tempo, uma realidade na nossa região. Uma mudança de rumos como a que tivemos em nossos países sempre provoca resistências e ressentimentos dos que se consideram prejudicados.

Só tenho, no entanto, autoridade para falar do Brasil, onde conseguimos avançar muito. Também enfrentei e enfrento setores poderosos, que se mobilizaram para criticar o Governo e a mudança de orientação em favor dos mais pobres. Desde que assumi o mandato, procurei governar para todos,

mas especialmente para os mais pobres. Costumo comparar essa atitude com a de uma mãe, que cuida com carinho de todos os filhos, mas dedica mais atenção aos que mais precisam dela. Ao fazer isso, sofri muitos ataques, mas os fatos mostraram que os programas sociais tiveram um efeito multiplicador extraordinário, que vai muito além da estatística dos 30 milhões de brasileiros que superaram a linha da pobreza. O reforço desse enorme contingente de pessoas deu nova vitalidade e fez a roda da economia girar, gerando mais riqueza e novas oportunidades.

Os próprios empresários nunca ganharam tanto, graças a uma economia mais forte, por causa da inclusão social. O grande erro dos governos anteriores no Brasil foi o de tentar governar para apenas um quarto da população, queriam arrumar o País deixando de lado mais da metade da população, e justamente a parte da população que mais precisava e precisa do Estado. Procuramos incluir quem estava fora, queremos arrumar o País para todos, e os resultados dessa política servem como um bom exemplo, ao lado de outros que estão sendo construídos na América Latina. Só podemos ser organizados e fortes na região se houver uma política voltada para todos os cidadãos, e não somente para os mais privilegiados ou para aqueles com maior poder de “lobby”.

Jornalista: Apenas os processos eleitorais são a fórmula para legitimar um Governo como democrático? No caso da Venezuela há um canal de televisão fechado. Muitos jornalistas agredidos. Mais de cem rádios cujas concessões foram suspensas, e agora presos políticos...

Presidente: Não vou entrar nas questões internas da Venezuela. Mas sempre que ouço no Brasil críticas aos modelos de outros países sul-americanos, costumo repetir que, como presidente da República, não devo me intrometer nos assuntos internos de outros países. Os caminhos da consolidação democrática são escritos pelas forças políticas e sociais em cada país, e penso que os conflitos de idéias e a participação da sociedade são parte desse processo e ajudam no amadurecimento das instituições. Na semana passada estive com o Presidente Uribe em São Paulo, e uma repórter nos fez o mesmo tipo de questionamento sobre eventuais mudanças nas regras eleitorais na Colômbia. Também naquele momento lembrei que a América Latina tem um processo histórico de democratização ainda muito recente, que cada sociedade tem o direito de debater e encontrar seus próprios caminhos e que é preciso respeitar a soberania dessas sociedades em matéria de consolidação democrática.

Isso é muito diferente do que ocorreu em Honduras, por exemplo, onde um Presidente eleito foi deposto e mandado para fora de seu país na calada da noite, em um capítulo que não deveria jamais voltar a ser escrito na América Latina. A Venezuela chegou a viver por alguns dias um episódio semelhante, com a frustrada tentativa de golpe contra o Presidente Chávez, mas soube respeitar a soberania popular e deu solução apropriada à crise.

Em matéria de relações com os meios de comunicação, posso falar do Brasil, e em meu país, a imprensa goza de total liberdade. Sou duramente criticado no Brasil por boa parte da imprensa, muitas vezes de forma injusta

na minha opinião, mas isso não altera em nada a minha convicção de que a liberdade de imprensa é essencial. Além disso, quando um determinado veículo se desvia da sua função, o crítico mais implacável é o leitor, o ouvinte ou o telespectador, que nos nossos países está cada vez mais maduro e mais atento a tentativas de manipulação. Por isso mesmo, os órgãos de comunicação que não respeitam o público e distorcem os fatos, mais cedo ou mais tarde, perdem credibilidade.

Jornalista: Como acredita que acabará a crise política de Honduras, levando em conta que o Brasil viu-se envolvido diretamente nela?

Presidente: Desde o golpe contra o Presidente Zelaya, a posição brasileira foi clara, em sintonia com nossa tradição diplomática e com as manifestações da comunidade internacional: não há mais lugar para golpes de Estado na América Latina. Essa página da História ficou para trás e não deve mais voltar. O envolvimento direto ocorreu em razão da decisão do Presidente Zelaya de pedir proteção na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, e obviamente não poderíamos negar essa proteção a ele ou a quem considere estar com sua vida em risco por conta das posições políticas que defenda. Muitos integrantes do meu governo e da oposição no Brasil tiveram que se refugiar em Embaixadas estrangeiras durante o regime militar em nosso país nos anos 60 e 70.

Espero que um acordo político possa solucionar a crise em Honduras. Vejo que as forças políticas hondurenhas estão empenhadas nesse sentido, e, para isso, contam com o apoio da comunidade

internacional e de organismos como a OEA. O que não se pode perder de vista é que Manuel Zelaya é um Presidente eleito democraticamente, e esse fato deve ser respeitado nas negociações. O Brasil não reconhecerá um novo governo em Honduras que resulte de eleições conduzidas por um regime golpista.

Jornalista: Nesse contexto de crise financeira mundial, até onde devem chegar os ajustes feitos para que ela não se repita de novo?

Presidente: A crise financeira expôs, de forma clara, os equívocos da ortodoxia econômica neoliberal que se espalhou pelo mundo nas últimas décadas, segundo a qual o mercado resolveria tudo e o Estado deveria ser mínimo, para não atrapalhar a livre iniciativa. O resultado disso foi que uma espécie de cassino tomou conta da economia mundial, com uma especulação desenfreada que só poderia levar à catástrofe. Quando a mão invisível do mercado falhou, foi a mão visível do Estado que resgatou a economia mundial da beira do abismo.

Quando a crise chegou, o Brasil estava preparado. Fomos os últimos a entrar na crise e os primeiros a sair dela. Enfrentamos bem as turbulências da economia mundial porque não adotamos o receituário do chamado Consenso de Washington. O Estado brasileiro não abdicou de suas funções estratégicas de regulador e indutor do desenvolvimento econômico e social. Mantivemos uma robusta rede de bancos públicos que supriu o mercado interno quando o crédito externo escasseou. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem uma carteira de obras no valor de US\$ 240 bilhões, que não foi reduzida

por causa da crise. Além disso, lançamos um programa de habitação cuja meta é construir 1 milhão de novas moradias até o final de 2010, o que contribui para ampliar a geração de empregos na construção civil.

Nossa atuação no G20 tem sido coerente com o que estamos fazendo domesticamente, e, para nós, é fundamental uma regulação mais clara do sistema financeiro internacional, capaz de evitar os erros e o descontrole que levaram à crise atual. No período de um ano, no qual o G20 realizou três reuniões de Cúpula, o balanço é positivo: conseguimos evitar que a crise se aprofundasse e, em vários casos, aceleramos a retomada da atividade econômica. No entanto, acho que precisamos avançar mais em matéria de regulação e na reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Essas organizações precisam ser democratizadas e refletir o peso dos países em desenvolvimento na economia mundial. O Brasil não emprestou US\$ 10 bilhões ao fundo para as coisas fiquem como estavam. Queremos mudanças profundas nesses organismos.

Jornalista: Há um desequilíbrio favorável ao Brasil no intercâmbio comercial com a Venezuela. Que propostas o Sr. traz para o presidente Hugo Chávez nesta nova visita? Como estão as negociações em torno da refinaria Abreu e Lima?

Presidente: O grande desequilíbrio favorável ao Brasil no intercâmbio comercial com a Venezuela é preocupante. Precisamos corrigi-lo. O Brasil quer e deve importar mais da Venezuela. As negociações entre a PETROBRAS e a PDVSA vão muito bem. A importação de petróleo venezuelano para a refinaria Abreu

e Lima vai ajudar a equilibrar a balança comercial, mas podemos fazer mais.

Uma missão de 100 empresários brasileiros veio recentemente a Caracas para se reunir com mais de 350 sócios venezuelanos para identificar projetos que aumentarão e, sobretudo, equilibrarão nossas trocas. Vou participar no dia 30 de outubro, em El Tigre, no Estado Anzoátegui, da primeira colheita de soja resultante da cooperação do escritório da Embrapa. Ao construir sua soberania alimentar, a Venezuela não precisará importar grande quantidade de alimentos do Brasil.

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que também tem escritório em Caracas, está ajudando a Venezuela a projetar fábricas que concorrerão para o esforço de diversificar a economia venezuelana para além das atividades petrolíferas.

O Sul da Venezuela e o Norte do Brasil poderão beneficiar-se, de forma sustentada, de suas complementaridades, levando à melhoria das condições de vida das populações e do aumento do comércio. A Venezuela é, como o Brasil, um país muito bonito. Queremos incentivar o turismo de todos brasileiros - e em especial os que vivem nos Estados de Roraima e do Amazonas - às belíssimas praias da Venezuela.

Jornalista: Que lição pode ser tirada do debate regional suscitado pelo uso das bases colombianas por parte de militares norte-americanos?

Presidente: O debate tem sido positivo, e a principal lição é que essas questões

podem e devem ser resolvidas por meio do diálogo. Para isso, estamos criando e consolidando instituições regionais como o Conselho de Defesa da UNASUL, que está atuando bem nessa questão e deve ter seu papel fortalecido, e também o Conselho Sulamericano de Luta contra o Narcotráfico. Como resultado das conversas com todos os envolvidos na questão das bases, tenho a convicção de que eventuais desconfiças serão superadas e de que sairemos dessa discussão mais unidos. Esse episódio permitirá que a gente construa a confiança recíproca entre os países da América do Sul e abandone as ultrapassadas doutrinas de defesa. A principal ameaça à segurança dos países da região advém da instabilidade gerada pela pobreza e exclusão social.

Jornalista: O desenvolvimento militar do Brasil para os próximos anos também tem despertado desconfiça. Como administrarão essa situação no contexto de divergências que se criou?

Presidente: Além de contar a seu favor com uma tradição de convivência pacífica na região e no plano internacional, o Brasil é adepto da transparência e da cooperação em matéria de defesa. É preciso lembrar que foi o Brasil que propôs a criação do Conselho de Defesa na UNASUL. Não há nenhum motivo para desconfiças quanto ao Brasil nessa área ou em qualquer outra. Nossos programas de reaparelhamento das Forças Armadas são conhecidos e são para fins de dissuasão. Além disso, a descoberta de riquezas como o petróleo do pré-sal, na costa brasileira, demandam do Estado uma resposta adequada em defesa desses recursos, que são de todos os brasileiros, e é isso o que estamos fazendo.

Jornalista: O Sr. confia na sua ministra Dilma Rousseff para sucedê-lo em 2010, mas os brasileiros estariam preparados para ter uma mulher como Presidente?

Presidente: Dilma Rousseff conta com minha total confiança. A ela confiei o comando do principal programa de obras do Governo no segundo mandato, o Programa de Aceleração do Crescimento, e os resultados mostram sua grande capacidade como gestora e como líder. Sua experiência acumulada como parte de nossa equipe desde o início, em 2003, e sua identidade com nosso projeto para o País asseguram que continuaremos a crescer e a diminuir as desigualdades sociais e regionais ainda existentes.

Desde a redemocratização, nos anos 80, várias mulheres foram eleitas para cargos importantes no Brasil, como os de prefeitas de grandes cidades e os de governadoras, e nesses casos a questão de gênero não fez nenhuma diferença. É claro que seria uma grande conquista para as brasileiras fazer história com a eleição da Dilma, que espero venha a ser a primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil. O caráter simbólico dessa conquista é poderoso, e espero contribuir para que ela aconteça.

Jornalista: No dia 1º de janeiro de 2011 o Sr. deixará a presidência, depois de oito anos no poder. Como gostaria de ser lembrado?

Presidente: Sinceramente, ainda não parei para pensar nisso, mas um dia desses brinquei em uma entrevista, dizendo que vai ser estranho acordar no dia 2 de janeiro sem ter algum assessor para cobrar ou

repreender. O que posso dizer é que tenho feito o máximo que posso para realizar um bom Governo e corresponder à expectativa dos brasileiros, principalmente dos mais humildes, e que continuarei mantendo esse foco no comando do País até o dia 31 de dezembro de 2010. Depois, volto para minha casa em São Bernardo do Campo, com a satisfação do dever cumprido e o orgulho de poder andar de cabeça erguida. E com mais tempo para a família e para os amigos, que me apoiaram tanto ao longo de décadas de militância sindical e política, principalmente a partir da posse na Presidência em 2003. Quanto à forma como serei lembrado, cabe à História e aos brasileiros o julgamento.

Hoje, só posso dizer que deixarei o Palácio do Planalto com a certeza de que fiz o melhor que pude. E que meu maior orgulho será voltar para São Bernardo do Campo e continuar a ser chamado de companheiro pelos meus companheiros.

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO JORNAL ALEMÃO “DIE ZEIT” - ROMA - ITÁLIA, 15/11/2009

Obs: Entrevista publicada no dia 19 de novembro de 2009

Jornalista: O Brasil tem seu momento agora ao sol, como uma grande economia. Todo mundo está celebrando seu país. Por que agora? É só por causa dos Jogos Olímpicos, da Copa do Mundo e dos 5% de taxa de crescimento?

Presidente: Não, não, não é só agora. É que o Brasil, há muito tempo, ele merecia estar numa posição de maior destaque no cenário mundial, não só pela sua extensão territorial, pela sua população, pela posição estratégica que o Brasil assume no Planeta - maior país de um continente, maior população, maior industrialização, maior tecnologia. Então, o Brasil já poderia ter tido uma posição mais importante. Bem, é preciso considerar um pouco o histórico do Brasil. O Brasil já teve muitas e boas oportunidades e que nós as jogamos fora. Eu vou dar um exemplo: na Segunda Guerra Mundial, a Argentina tirou muito mais proveito da Segunda Guerra Mundial do que o Brasil. A Argentina se transformou numa grande economia e foi quando o Brasil começou a se industrializar. Depois nós tivemos outros períodos em que parecia que o Brasil ia dar um salto de qualidade

e, de repente, nós tropeçávamos nos próprios pés e as coisas não iam para frente. Ou seja, o resultado era desordem econômica, inflação muito alta, endividamento.

Bem, quando nós tomamos posse, nós tínhamos consciência de que o Brasil precisaria, no século XXI, ocupar um espaço que ele tinha o direito de conquistar e, para isso, precisava fazer as coisas corretas e brigar por isso. O presidente Fernando Henrique Cardoso, ele teve chance de fazer isso com o Plano Real. Entretanto, quando predominou a ideia da reeleição e, por conta da reeleição, não tiveram coragem de fazer uma política cambial mais justa, o que acontece? Nós já estávamos quebrando. E quando nós pegamos o país, o país tinha sinais muito fortes de volta da inflação, e o país tinha uma certa desordem na sua política fiscal. Bem, o que nós fizemos? Possivelmente, eu tenha feito o ajuste fiscal mais duro que já foi feito na história do País, em 2003. E, diga-se de passagem, eu conversava com dois alemães: um, o Caio, que é diretor do banco... e o outro, presidente do FMI, com quem nós tivemos uma boa relação e com quem nós pudemos dar sinais do que a gente queria fazer no Brasil. Bem, o que aconteceu é que eu troquei uma parte do capital político

que eu tinha pelo ajuste fiscal, que sempre leva a desgaste, em uma perspectiva de que a gente poderia, no médio prazo, recuperar a economia e, conseqüentemente, recuperar o capital político. É importante a gente voltar um pouquinho no tempo, isso foi feito em 2003. Em 2004, a economia brasileira cresceu 5,8%, um grande crescimento em função de todas as perspectivas no mundo. Depois veio a crise política de 2005, outra vez nós tivemos que ter muita paciência para não permitir que a crise política tivesse qualquer influência nas nossas decisões econômicas. Quase que construímos um muro para proteger o Banco Central e o Ministro da Fazenda, que estavam sendo muito atacados naquele momento. Ou seja, a crise acabou e a economia ficou salva.

Bem, nós sempre trabalhamos com a filosofia de que nós teríamos que fazer todo o sacrifício para evitar que a inflação voltasse, porque a inflação alta prejudica, sobretudo, a parte mais pobre da população que vive de salário. Eu nunca esqueci de que quando a inflação era de 80% ao mês, eu era dirigente sindical e, portanto, eu tinha na pele os efeitos da inflação. Então, para mim, era uma coisa sagrada fazermos a política econômica tendo como meta crescer o possível, sem que isso implicasse na volta da inflação. Porque não tinha cultura no Brasil de crescimento econômico com inflação baixa, e não tinha cultura no Brasil de crescimento do mercado externo com o crescimento do mercado interno. Havia uma espécie de barreira nos analistas brasileiros. Todas as vezes que a gente aumentava as exportações, asfixiava o mercado interno. Todas as vezes que nós crescíamos, a inflação voltava. Então, nós precisávamos provar que era possível fazer essa combinação, sem a volta da inflação, e nós conseguimos. Agora, por que é que nós perseguíamos isso? Porque eu também

tinha na minha cabeça que, como a minha eleição tinha sido um fato *sui generis* - ou seja, um metalúrgico ser eleito presidente do Brasil - eu tinha consciência de que eu não poderia fracassar, como Walesa fracassou na Polônia. Eu pensava: se eu fracassar, vai levar 200 anos para um trabalhador voltar à Presidência. Então, eu preciso fazer as coisas certas, obter resultados positivos, para que fique consagrado na sociedade brasileira que qualquer um, de qualquer origem social, que se preparar, pode ser Presidente da República do meu país.

Bem, os meus adversários diziam que eu tinha sorte. Bom, e eu acho que não posso conceber um governante sem sorte. Imagine um goleiro sem sorte. Então, eu rezo todo dia para ter sorte.

Quando veio a crise econômica no Brasil, os nossos adversários diziam: “Bom, agora é que nós vamos ver como o governo vai se comportar”. E alguns apostavam na quebra do Brasil, como quebramos na crise russa, como quebramos na crise asiática e como quebramos na crise do México. Então, os adversários torciam para que o Brasil quebrasse. Nós tínhamos clareza de que a crise não chegaria no Brasil com a força que chegou em outros países, e como a economia brasileira estava forte e a gente tinha disposição política de tomar as medidas corretas, que a crise iria terminar mais cedo no Brasil.

No auge da crise, em dezembro, eu fui para a televisão, porque a imprensa brasileira, ela dizia - no mundo inteiro, na Alemanha também, parecia que a crise era uma catástrofe, que não ia sobrar pedra sobre pedra - e, no Brasil, as manchetes eram de que o povo não estava fazendo compras com medo de perder o emprego. Então, no dia 22 de dezembro eu fui

para televisão, fiz um pronunciamento de oito minutos, dizendo para o povo que a economia era como se fosse uma roda-gigante e que ela não podia parar, e que era verdade que se ele comprasse, se endividasse, e perdesse o emprego, ele ia ficar em uma situação complicada; mas era verdade também que ele perderia o emprego com mais facilidade se ele não consumisse. Então, era preciso que ele, de forma responsável, consumisse, se endividando sem comprometer a sua saúde financeira, mas que ele tinha que consumir, que era a única chance de salvar a economia.

Bem, o que aconteceu? É que foi exatamente o consumo das famílias mais pobres brasileiras que sustentou a economia brasileira. Se eu der um dado para vocês, mais recente, no Norte e no Nordeste do Brasil, que são as duas regiões mais pobres, no mês de outubro os pobres consumiram 5% [a mais do que as classes A e B]. Ou seja, as classes D e E consumiram 5% a mais do que as classes A e B da região Sudeste do Brasil, com alimentos e com material de higiene.

Bem, então, a força do mercado interno brasileiro, mais as políticas anticíclicas que nós tomamos, e que conversávamos no G-20 para todos os países fazerem, salvaram a economia brasileira, e também por conta de que nós tínhamos três bancos públicos importantes. Nós temos um banco de financiamento, habitação e saneamento básico; um banco de fomento para a agricultura e o pequeno empresário; e o BNDES. Então, eu vou dar um número para você: em 2004, o BNDES contratou R\$ 40 bilhões. Este ano, nós vamos contratar R\$ 157 bilhões. Um outro número para marcar a economia brasileira: em 2003, o Brasil tinha R\$ 380 bilhões de crédito, o país inteiro. Este ano, só o Banco do Brasil tem igual todo o Brasil tinha em 2003. Bem, isso

explica por que o Brasil está numa situação de credibilidade no mundo. No auge da crise, a indústria automobilística brasileira estava mais sólida do que a alemã, do que a americana. Acho que pela primeira vez na história das nossas relações, as matrizes começaram a chamar as suas filiais, não para discutir um novo produto ou endividamento, mas para discutir qual o milagre que estava acontecendo no Brasil.

Eu vou terminar, falando da indústria automobilística. Vocês não precisam escrever tudo o que eu falei, porque eu falei demais. Mas, apenas para vocês compreenderem: a indústria automobilística brasileira foi covarde. Ela não precisava ter pisado no freio como ela pisou. Ela poderia ter moderado um pouco, porque ela representa 24,5% do PIB industrial brasileiro. Como ela estava com o estoque elevado, ela pisou no breque muito forte, e aí teve uma implicância no produto industrial brasileiro. Bem, aí não tinha crédito. Depois da quebra do Lehman Brothers o crédito desapareceu, os bancos das montadoras não tinham crédito. O que nós fizemos? Liberamos R\$ 100 bilhões para irrigar o sistema e, ao mesmo tempo, compramos bancos importantes, pelo Banco do Brasil. O maior banco de financiar carros usados, nós compramos metade dele. Por que nós compramos? Porque o Banco do Brasil não tinha expertise para financiar carros. Então, nós não tínhamos tempo para aprender. Então, nós fomos e compramos o banco para que a gente pudesse liberar o mercado de carros usados e, conseqüentemente, liberar o mercado de carros novos. E estamos batendo recordes, a cada mês, de produção e de vendas.

Jornalista: Muito obrigado, Presidente, pela sua apresentação. Parece-me que essa é uma situação excepcional historicamente, em termos de força econômica. Fale um

pouquinho sobre como é que o senhor traduz isso em um poder político, porque as pessoas às vezes falam da China, China, China, quando se trata de nova superpotência emergente, mas o Brasil certamente quer estar lá. O que o senhor está fazendo no G-20, nas relações Sul-Sul? Como o senhor está fortalecendo a posição do Brasil politicamente, usando a situação econômica do Brasil?

Presidente: Há um paradoxo na política mundial. Obviamente que a China tem 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, é 12 vezes a população brasileira e, portanto, a China será sempre um país muito importante. E quanto mais a China crescer e o seu mercado interno funcionar, mais a China será importante na economia mundial, e a Índia também. Ou seja, os dois países juntos são 2 bilhões e 300 milhões de habitantes. Valem mais do que toda a Europa, do que toda a América do Norte e do que toda a América Latina juntas. Portanto, nós temos que, todo dia de manhã, levantar as mãos para os céus e pedir a Deus que esses países não tenham crise, que eles possam consumir cada vez mais. Então, é normal que a China e que a Índia tenham sempre uma boa perspectiva no cenário mundial. Ademais, a China oferece condições que o Brasil não pode oferecer. Ou seja, nós somos um país com total liberdade de imprensa, com total liberdade sindical, com total liberdade política, em que o Congresso aprova ou não aprova as nossas coisas. Então, chegar aonde nós chegamos, exercendo a democracia na sua plenitude, é mais difícil do que em um país onde o governo central tem um poder muito grande.

O Congresso americano deveria olhar um pouco para a China, para não criar tanta dificuldade para o Obama, porque tudo isso tem um custo, ou seja, cada vez que nós

exercemos a democracia na sua plenitude - e é bom que a gente exerça - e ela implica em demorar seis, oito, um ano para aprovar uma coisa importante, as pessoas pensam que estão prejudicando quem está no governo, mas o prejuízo é na vida das pessoas. Então, eu espero que o Congresso americano pense nisso antes de criar tanto obstáculo para o presidente Obama, e que o brasileiro também. Bem, apesar, apesar de que eu não tenho queixa do Congresso Nacional, porque com todas as polêmicas e com todas as divergências, o Congresso tem aprovado tudo o que foi importante para o Brasil até agora.

Então, eu acho que a China sempre será um grande ator, e quanto mais crescer economicamente... eu diria mais do que crescer, não precisa crescer a 14% ao ano. Se ela fizer um pouco de distribuição de renda e aumentar o poder de consumo do chinês e do indiano, nós, alemães e brasileiros, já temos motivos de sobra para estarmos alegres, porque vamos ter mercado.

Jornalista: Quando olhamos a política externa do Brasil, vemos o Brasil se posicionando no G-20, querendo que o G-20 tenha um papel mais forte como organização. Ao mesmo tempo, o Brasil promove muitos diálogos no âmbito Sul-Sul, e com outros países que são mais pobres. O Brasil não é mais pobre, portanto, agora vai ter que fazer a transição da relação do diálogo Sul-Sul para o diálogo com os países ricos. É isso que está acontecendo?

Presidente: Veja, eu esqueci de dizer na primeira pergunta: parte do sucesso da economia brasileira se deve à diversificação das nossas relações comerciais no mundo. Ou seja, antes, você tinha mais de 60% da nossa balança comercial com os Estados Unidos e com a Europa. Nós diversificamos isso com

a América do Sul, com a América Latina, com a África, com os países árabes e com o mundo asiático. Então, hoje, nós temos uma diversificação que nos dá mais estabilidade. Por exemplo, quando sai a crise americana, há dez anos, nós exportávamos 30% para os Estados Unidos; agora, exportamos 13%, embora tenha crescido 20% ao ano. Ou seja, significa que o sofrimento é menor.

Bem, eu acho que o Brasil não precisa mais ser tratado como um país pobre. Onde está a nossa pobreza? É que durante o século houve falta de compromisso social. Então, você é um país de uma economia pujante, mas que tem um enorme exército de homens e mulheres que ficaram para trás, e nós agora estamos tentando recuperar esse exército imenso para que eles possam conquistar a cidadania. Aí, sim, o Brasil vai ser rico. E o Brasil também precisa compreender que não é mais um país receptor. O País precisa ser um país doador. Daí a necessidade do fortalecimento da nossa política Sul-Sul. Daí a nossa preferência de trabalharmos juntos com os países europeus, com os Estados Unidos e com o Japão, para fortalecer a África. Não fazendo doação de dinheiro, mas financiando projetos, que é do que está necessitando a África. Ou seja, você financia um projeto que vai gerar uma renda, vai gerar um poder de compra e, por conta disso, vai gerar a possibilidade de você ter um segundo projeto, um terceiro projeto, um quarto projeto. Não pode mais o mundo tratar a África de forma paternalista. A Alemanha quer ajudar a África, o Brasil quer ajudar a África, aí dá dinheiro para ONGs, porque não confia nos governos. Então, o que nós precisamos fazer? Nós temos que trabalhar com o governo. Não é dar dinheiro, é financiar projetos em que a gente possa mensurar o plantio e a colheita. Por isso que nós queremos fazer logo a Rodada de Doha, para que depois

da colheita a gente tenha mercado para os produtos africanos.

Então, eu penso que essa relação Sul-Sul tem que ser intensificada, porque ao longo do século XX ela foi totalmente esquecida. O Brasil está lá embaixo. Olhe o mapa do mundo que você vai ver o Brasil lá embaixo. Para a gente olhar para a Europa, nós teríamos que, obrigatoriamente, enxergar o continente africano. Mas a elite brasileira tinha uma deficiência visual, outra sentimental e outra ideológica, que ela olhava para a Europa e não via a África, olhava para os Estados Unidos e não via a América Latina, e nós temos que ver e saber que nós temos responsabilidade em construir políticas junto com eles, para melhorar a produtividade e acabar com a fome.

Jornalista: Isso tem um elemento estratégico também, porque a África tem muitos recursos para o futuro. Portanto, então, há uma importância estratégica em fortalecer essa relação por causa disso?

Presidente: Veja, há uma vontade política e uma decisão estratégica, mas nós não queremos uma relação de hegemonia e nem queremos uma relação predatória. Eu não quero ir para a África produzir para mim ou tirar matéria-prima deles para o Brasil. O que nós precisamos é ir para a África comprar matéria-prima, mas fazer o processo de transformação na própria África, para que a gente gere riquezas lá, para que a gente gere empregos lá.

A Rodada de Doha, o Brasil não precisaria estar brigando por ela se dependesse da agricultura brasileira, porque nós somos competitivos na soja, no café, na cana, na carne. Nós somos competitivos, nós não perdemos para

nenhum país. O que os países ricos ainda não entenderam é que a cada centavo que o povo africano tiver aumentado na sua renda, a possibilidade de comprar novos produtos e máquinas para o seu desenvolvimento vai beneficiar os países ricos. E as pessoas não se dão conta de que, neste momento, nós precisamos criar novos consumidores. Quanto mais chinês comer, indiano comer, latino-americano comer, africano comer, mais o mundo vai precisar de alimento, de fábrica, de comércio e, portanto, todo mundo ganha com isso. Se a gente vai deixando uma parte do mundo muito empobrecida, amanhã não teremos para quem vender.

Vamos ver o que aconteceu com a crise econômica: quanto de dinheiro que o Tesouro dos países ricos teve que disponibilizar para salvar os bancos? Imagine se isso fosse aplicado no desenvolvimento dos países pobres; imagine se os Estados Unidos estivessem ajudando a América Central e a América Latina; imagine se a Europa e o Japão estivessem ajudando a parte pobre asiática e a África, como não seria maravilhoso o mundo. E isso é motivo de muita discussão no G-20. E nós estamos superando uma fase em que os dirigentes não se sentiam dirigentes, porque eles exerceram o poder em um momento que o mercado parecia que resolvia tudo e o governante não tinha que fazer nada. A crise obrigou os políticos a virarem políticos e o chefe de Estado a exercer a política na sua plenitude. Um governante tem que ser forte, porque o Estado tem que ser o indutor e o fiscalizador para que a gente não repita mais essa loucura de paraísos fiscais, essa loucura do bônus, em que você estabelece uma meta e, em nome daquela meta, vale qualquer mentira. Você não tem que produzir uma peça, você vende papéis. Eu vendo um papel para

você, que repassa para ela, que repassa para ele, que repassa para aquele. Todo mundo ganha dinheiro com o mesmo papel sem gerar o emprego e sem gerar o produto. Ou seja, isso tem que acabar para que o mundo possa, sabe, ter o sistema financeiro totalmente voltado para a sua relação com o setor produtivo.

A crise de alimento, em maio de 2008, não tinha crise de alimento! Nós tínhamos tido uma diminuição de quase 100 milhões de toneladas, sabe, no mercado, no chamado estoque regulador dos países ricos. Qual é a explicação da soja ter subido? Qual é a explicação de o petróleo ter chegado a US\$ 150 o barril, se não a fuga do subprime para o mercado futuro de commodities?

Isso não pode continuar acontecendo, e eu falo de cátedra, porque no Brasil o sistema financeiro, embora, ganhe muito dinheiro, ele tem uma das melhores regulações do mundo e o mundo rico precisa aprender que o governo não é para ficar sentado vendo o trem passar, é para entrar no trem e ajudá-lo a governar.

Jornalista: O senhor acabou de mencionar as diferenças sociais muito grandes do seu país, e que é um dos maiores problemas para o desenvolvimento. E dado o histórico e a situação econômica e social, o senhor acha que esses problemas poderão ser resolvidos de uma maneira satisfatória? Eu sei que o seu governo já fez muito em termos de programas sociais, mas ainda continua sendo um grande problema.

Presidente: Olhe, nós temos muita consciência de que consertar uma casa fica mais caro do que fazer uma casa nova. Se você um dia for comprar uma casa velha para consertar, pode ficar sabendo que se você comprar uma nova,

que parece mais cara, quando você acabar de consertar a velha, ela vai estar muito mais cara do que a nova que você não quis comprar.

O que nós estamos fazendo no Brasil hoje? Nós estamos fazendo um processo de reparação nos desmandos dos últimos 40 anos. Quando você for ao Brasil agora, você vai visitar as favelas do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco, da Bahia e você vai perceber que nós estamos fazendo uma reparação nos desmandos da década de 50, da década de 60, da década de 70, derrubando barraco, fazendo rua, colocando luz, levando água, saneamento básico, cultura, escola, que era o que deveria ter sido feito. Porque quando você tem um barraco, é um problema habitacional; quando você tem mil barracos, é um problema social sério.

Então, nós estamos agora nessa fase de resolver isso e se você for ao Brasil, você vai perceber que tem mudanças substanciais. Nós sabemos que ainda temos muito o que trabalhar e que, possivelmente, a gente leve mais uma geração para a gente consertar o Brasil definitivamente. O dado concreto é que nós estamos no caminho certo. Eu vou lhe dar um dado que é muito sintomático. Para a Alemanha talvez não tenha muito sentido porque vocês fizeram isso no começo do século XX e nós estamos fazendo agora.

Nós criamos um programa chamado Luz para Todos: levar energia elétrica nos lugares mais distantes do País, totalmente de graça. Tem ligações que custam até US\$ 4 mil e nós fazemos de graça. As pessoas pobres não pagam nada. Pois bem, nós chegamos a 2 milhões e 200 mil casas em todo o interior do País, que nós levamos energia elétrica. Eu vou dar um número para mostrar para você

o que isso significa: isso significa 906 mil quilômetros de fios, daria para enrolar a Terra 21 vezes. Nós colocamos, utilizamos, para esse Programa, 7 milhões e 474 mil postes; nós utilizamos 790 mil transformadores. Isso, gerando emprego no local, produzindo as coisas lá no local. Por conta disso, o povo que recebeu a energia, eles compraram 1 milhão e 578 mil televisores; 1 milhão e 470 mil geladeiras; 998 mil aparelhos de som; fora liquidificador, fora ventilador, fora todos os eletrodomésticos. E a cidade e a indústria ganharam, além do aumento da capacidade da produção agrícola deles.

Então, quando os meus ministros da área econômica viajam o mundo falando da macroeconomia, eu falo para eles: falem da microeconomia, porque o milagre não está em dar 1 bilhão para um empresário. O milagre está em dividir esse 1 bilhão por 200, 300 mil pessoas e essa é a coisa importante que está acontecendo no nosso país.

Jornalista: Essa é uma tarefa de uma geração e o senhor diz isso com razão. Mas, enquanto isso, é claro, as grandes diferenças sociais criam tensões que são muito conhecidas, que podem afetar a democracia. Mas o Brasil é uma luz para o mundo, porque é uma forte democracia comparada com outros países, mas elas estão criando violência para o País, antes dos Jogos Olímpicos, da Copa do Mundo. Será que existe uma maneira de fazer essas coisas de longo prazo a que o senhor está se referindo e, ao mesmo tempo, conter a violência, conter os perigos que existem na democracia?

Presidente: Bom, é que a gente não poderia fazer uma ligação automática entre a violência e a pobreza. Tem outras coisas no meio.

Por exemplo, nas Olimpíadas de Munique, Olimpíadas em que o Rei da Suécia conheceu uma brasileira, que virou Rainha, nós tivemos atentado terrorista. Nós não temos isso no Brasil. O que nós temos no Brasil? O que nós chamamos de violência urbana, em razão de muitas coisas: droga, crime organizado e também problemas sociais. Por isso é que nós estamos fazendo uma grande intervenção urbana no Brasil. Jamais foi feito o que nós estamos fazendo, jamais. Noventa e nove por cento do povo brasileiro quer paz e tranquilidade. É considerado o povo mais alegre do mundo, e nós fizemos - ah, você tem experiência (risos) - nós fizemos os Jogos Pan-Americanos, e foram tidos, pelos organizadores, como os melhores Jogos Pan-Americanos da história, e não teve um gesto de violência. Nós colocamos dez mil jovens das favelas do Rio de Janeiro para trabalhar nos Jogos Pan-Americanos, e nós queremos fazer isso como um exemplo, nas Olimpíadas.

Eu sei que eu não vou estar mais na Presidência. Mas você é muito jovem, você é muito jovem... vocês dois, e vocês poderão ir cobrir as Olimpíadas do Brasil. E depois que terminar, vocês vão conversar com os atletas para saber se teve algum lugar do mundo em que eles foram tratados melhor do que serão tratados no Brasil. E nós estamos, agora, muito mais obrigados a fazer mais política social, porque nós temos a Copa do Mundo em 2014. A única possibilidade de ter uma convulsão no Brasil é o Brasil perder a Copa do Mundo outra vez, em 2014, como perdemos em 1950. É a única possibilidade de uma convulsão social. Então, nós estamos trabalhando.

Veja, por que eu propus criar na Unasul um Conselho de Defesa e, ao mesmo tempo, criar um Conselho de Combate ao

Narcotráfico? Por que eu fiz isso? Primeiro, para que os países da América do Sul assumam a responsabilidade de cuidar da sua casa. E todos nós, de forma solidária, juntos, temos que combater o narcotráfico. E aí vamos liberar os Estados Unidos, para em vez de ficarem colocando base na Colômbia, cuidem dos consumidores americanos e que a Europa cuide dos seus consumidores, que a gente vai ter um mundo mais tranquilo. Se não tiver para quem vender, não tem porque produzir. E nós queremos fazer a nossa parte. Por isso nós criamos um Conselho de Combate ao Narcotráfico, para que a gente possa mostrar ao mundo que nós não queremos ser tratados como se não soubéssemos tomar conta dos nossos. A primeira responsabilidade é nossa. Eu nunca aceitei ficar jogando a culpa nos países ricos, ficar jogando a culpa nos americanos, nos alemães. Na minha cabeça não funciona assim. A culpa é nossa, portanto, nós temos que fazer as coisas corretas, com muita seriedade e pegar a solidariedade dos países ricos, em vez de ficar culpando-os por alguma responsabilidade que é nossa.

Jornalista: Senhor Presidente, já chegou a hora, parece que nós não temos mais tempo. Eu apenas queria, se me permitir, perguntar, porque nós estamos próximos da Cúpula de Copenhague e o Brasil tem uma voz muito forte em termos dos arranjos sobre as mudanças climáticas. E o desmatamento da Amazônia é muito grande. Como combina essas duas coisas?

Presidente: Então, deixa eu lhe dizer uma coisa. No dia 23 de setembro, eu fiz um pronunciamento nas Nações Unidas, assumindo o compromisso de, até 2020, reduzir 80% do desmatamento da Amazônia.

Vocês acompanharam pela imprensa que, este ano nós caímos de 12 mil e 900 quilômetros de queimadas para 7 mil quilômetros. Ou seja, este ano nós atingimos a meta de 2014.

Então, o Brasil vai trabalhar com muita seriedade. Eu vou dizer para vocês o que nós aprovamos há dois dias no Brasil, e que vamos levar para Copenhague, para que os países ricos saibam que nós estamos discutindo de verdade a questão do desaquecimento global. Então, nós assumimos o compromisso de que nós vamos diminuir em 24,7%... Na questão da terra, nós vamos diminuir, utilizando o desmatamento da Amazônia, ações na agropecuária brasileira, na questão energética e na questão de começar a produzir. Então, você tem: desmatamento da Amazônia, agropecuária, agroenergia e bioenergia, e um outro item é uma coisa que nós estamos chamando de aço verde, ou seja, o carvão a ser utilizado pela siderúrgica tem que ser carvão vegetal e não carvão mineral.

Tudo isso está nos obrigando a assumir um compromisso de um corte previsto de emissão de CO₂ de 36 a 38,9%. É um compromisso muito arrojado e estamos fazendo isso para servir de lição aos países ricos, que falam muito e que fazem pouco. Você veja que só o desmatamento da Amazônia é equivalente à proposta que o Obama mandou para o Congresso americano. Ontem eu fiz uma crítica, de que tudo que não pode acontecer é os Estados Unidos e a China se juntarem - a China utilizando os Estados Unidos, os Estados Unidos utilizando a China - para não assumir compromissos. E, para minha tristeza, a reunião da Apec tomou uma decisão, ontem, vergonhosa, vergonhosa, porque eles não assumiram nenhum compromisso e eu acho isso grave.

Essas pessoas precisam compreender que o aquecimento global não tem diferença entre ricos e pobres, entre norte e sul. O mundo é redondo e está girando, e, portanto, a atmosfera poluída vai atingir todo mundo.

Então, ou nós assumimos de verdade esse compromisso ou nós estaremos deixando para os nossos netos um mundo degradado, com pior qualidade de vida do que nós temos hoje. Mas isso depois que eu for... Eu tenho que atender o primeiro-ministro D'Alema.

O nosso embaixador pode dar detalhe dos números do Brasil para vocês. Nós envolvemos a sociedade brasileira: empresários, ONGs, instituições especializadas, acadêmicos, o movimento sindical e elaboramos a nossa proposta. Portanto, eu vou a Copenhague para dizer: o Brasil está fazendo e assumindo compromisso. Eu quero saber da minha querida amiga Angela Merkel, sabe, do Gordon Brown, e dos meus amigos europeus, se eles vão fazer o mesmo e, se nós juntos estivermos fazendo, nós poderemos fazer pressão na China e nos Estados Unidos.

Ontem, eu assinei um acordo com o presidente Sarkozy e que nós vamos para Copenhague. Vá quem quiser, mas nós vamos, e vamos falar muito grosso, sabe, da responsabilidade que nós temos que assumir com a questão do clima. Não vamos querer repetir Quioto.

Jornalista: Muito obrigado pela sua entrevista, pelo tempo que o senhor ficou conosco.

Presidente: Agora, eles podem detalhar para vocês, você pode ajudar aqui na questão do clima. Eu acho importante, como eu sei que a Alemanha é um país preocupado, sabe, eu acho que ele pode dar detalhes para vocês.

E espero revê-los em Berlim, no dia três de dezembro. Está bem?

Jornalista: E nos Jogos Olímpicos também.

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, À REDE BRITÂNICA
INDEPENDENT TELEVISION NEWS (ITN) - MANAUS-AM , 26/11/2009

Jornalista: Senhor presidente, o Brasil anunciou que faria uma promessa de corte de emissões entre 36 e 38,9 até 2020. Mas é uma promessa. O senhor diria não a uma meta obrigatória?

Presidente: Veja, isso é mais do que uma promessa. Isso tudo começou com uma decisão voluntária do Brasil de poder mostrar ao mundo que se nós todos, líderes mundiais, trabalharmos com responsabilidade, a gente pode evitar o aquecimento global. O que nós propusemos como meta de 36,1[%] a 38,9[%], nós vamos aprovar em lei no Congresso Nacional e, portanto, passa a ser uma lei e deixa de ser vontade do governo Lula, e passa a ser uma obrigação de qualquer governante que vier depois de mim de trabalhar de forma intensa para que a gente possa atingir as metas até 2020. É mais do que uma promessa, é um compromisso de uma nação que quer mostrar ao mundo que é possível a gente reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Jornalista: Eu sei que o presidente Obama escreveu para o senhor recentemente. O senhor percebe algum otimismo, quero dizer, a proposta que os americanos estão fazendo é muito pequena, efetivamente, 6% de corte até

2020. Como eles podem ser pressionados, ou na verdade, ajudados a ir além nessa proposta?

Presidente: Olha, eu penso que cada líder - e não é diferente para o presidente Obama -, ele vai decidir em função das possibilidades e das circunstâncias políticas do seu país. Nós sabemos que os países ricos têm muita dificuldade porque, quando nós estivermos discutindo com muita seriedade essa questão do clima, nós vamos ter que discutir o padrão de consumo. E quando se discute o padrão de consumo, significa que alguns países vão ter que tomar a decisão de diminuir um pouco o que estão fazendo hoje, o consumo da sociedade. Portanto, nós vamos ter que arrumar outras formas de produção que sejam menos poluentes do que as que nós temos hoje. Eu acho que cada país vai trabalhando em função da pressão da sua sociedade, do seu Congresso, e obviamente que todo mundo espera muito dos Estados Unidos, porque é a maior economia do mundo, é o país que polui o Planeta há mais tempo do que os outros - por exemplo, há mais tempo do que o Brasil, há mais tempo do que a China -, a Revolução Industrial começou na Europa... Então, todos têm a sua responsabilidade. O que nós queremos? Nós queremos ir caminhando para

que cada país assuma a sua responsabilidade, mas que ela seja uma responsabilidade crescente. Ou seja, que as pessoas comecem a assumir os seus compromissos para 2020, para 2030, para 2040, para 2050, mas que a gente evite que o planeta Terra tenha um aquecimento capaz de obrigar o mar a subir e capaz de a gente mudar muitas cidades. Esse é um fato verídico. E aí, nós precisamos de um trabalho muito sério da sociedade e dos cientistas para que a gente vá provando aos líderes, porque tem líderes que ainda não acreditam que seja verdade e que seja catastrófica a questão do clima. E eu acho que é, eu acho que é. Eu acho que a cada dia está ficando mais sério. A cada dia nós estamos vendo chover muito onde não chovia, chover pouco onde chovia muito, ficando deserto onde não era previsível ficar deserto...

Jornalista: Bem, dê-me um exemplo no Brasil.

Presidente: Olha, no Brasil, nós estamos vendo mudanças climáticas a olhos vistos. Ou seja, nós poderíamos pegar um estado como o Rio Grande do Sul, como Santa Catarina, que há três anos têm sofrido mudanças de intempéries muito drásticas. Nós temos visto outros lugares em que não dava enchente muito forte... aqui no rio Amazonas mesmo, há quatro meses eu recebi o governador do Amazonas lá em Brasília para me mostrar a maior enchente da história do rio Amazonas, alagou tudo. E agora nós estamos vivendo uma grande seca, quatro meses depois. Obviamente que esses são fenômenos quase inexplicáveis, do ponto de vista científico, e isso obriga a que todos os governantes sejam mais responsáveis. Nós estamos vendo as geleiras do mundo derreterem a cada dia que passa. Então, eu penso que, aos poucos, nós vamos assumindo responsabilidade. O que me

preocupa é que não foi levado muito a sério o Protocolo de Quioto. O que me preocupa é que a Europa decidiu introduzir 10% de etanol na sua gasolina até 2020, o Japão também assumiu o compromisso de 3%, e até agora eu não estou vendo os países cumprirem aquilo que prometeram, e 2020 está chegando.

Jornalista: Quando o senhor for a Copenhague... seria somente uma divisão entre o Norte e o Sul, o senhor exigindo do Sul para conseguir mais dos países do Norte? O senhor tem aliados no Norte? .O senhor tem o presidente Sarkozy aqui. Tem outros aliados no Norte com os quais o senhor pensa que poderia contar para acompanhá-lo nesse processo?

Presidente: Eu acho que nós não deveríamos fazer uma discussão tão simplista entre Norte e Sul. Eu, toda vez que se apresenta a mim uma situação grave, em vez de ficar procurando quem é culpado, eu prefiro procurar quem é que está disposto a encontrar uma solução. Não adianta ficar xingando o Reino Unido porque é onde começou a Revolução Industrial e, portanto, ele tem mais responsabilidade. Ele tem mais responsabilidade, sim. Mas, o que é que...

Jornalista: O senhor quer que nós paguemos por isso?

Presidente: Veja, eu acho que todos nós precisamos pagar, de acordo com a nossa responsabilidade. Agora, ninguém vai poder pagar uma dívida acumulada de 200 anos. Então, eu prefiro ter o bom senso e começar a discutir o que cada país pode fazer a partir de agora, para que o conjunto dos países possa assumir responsabilidade pela preservação da qualidade de vida que nós vivemos, no planeta Terra. Nós só temos ele.

Jornalista: Vamos tomar apenas o desmatamento da floresta amazônica. Quanto em dinheiro o senhor necessita para salvar a floresta tropical na Amazônia? De que montante de recursos estamos falando?

Presidente: Veja, nós vamos precisar de muito dinheiro. Nós estamos quantificando o dinheiro que nós vamos precisar para a desapropriação de terras, para a construção de parques nacionais, de áreas de preservação. Agora, o que é importante é que a gente trabalhe com a ideia de que os países ricos têm duas responsabilidades: de um lado, eles têm que diminuir as emissões de gases de efeito estufa; de outro lado, é preciso que eles coloquem dinheiro para ajudar os países em desenvolvimento e os países pobres a manterem as suas florestas em pé. Todos nós queremos que o nosso Produto Interno Bruto cresça, todos nós queremos que as pessoas melhorem de qualidade de vida. O que o Brasil quer provar é que nós assumimos o compromisso de reduzir 80% de desmatamento na Amazônia até 2020, e é possível porque no ano passado nós conseguimos reduzir em 21%, o que foi uma coisa extraordinária. Foi a maior redução desde que nós começamos a medir as queimadas na Amazônia.

Nós queremos, na verdade, é garantir, garantir, com a proposta brasileira, que é possível cada um assumir um compromisso. Porque também não é possível a gente governar sem metas. Qualquer governante no mundo, ao tomar posse, ele tem que estabelecer uma meta do que ele quer fazer e do que o seu país quer nos próximos quatro, vinte, trinta anos. Então, nós estabelecemos as nossas metas e eu espero que os países ricos estabeleçam as suas metas.

Jornalista: O senhor conseguiu reduzir as emissões na floresta amazônica, mas ao

mesmo tempo o Brasil fez essa descoberta de petróleo no Atlântico e vai começar a extração. As emissões certamente aumentarão e voltarão ao patamar que o senhor tentou reduzir, então nada foi ganho?

Presidente: Olha, o Brasil assumiu alguns compromissos importantes, não é apenas a questão da Amazônia. Veja, o Brasil assumiu 80% da Amazônia, o Brasil assumiu 40% do cerrado, o Brasil fez o seu zoneamento agroecológico, para que a cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas não adentrem os biomas que nós queremos preservar; e, ao mesmo tempo, nós assumimos compromissos, inclusive, de mudar a nossa agricultura; assumimos o compromisso de mudar a matriz energética para o aço: em vez de utilizar carvão mineral, vamos utilizar carvão vegetal. Por isso que estamos chamando de óleo verde.

O que está acontecendo com o pré-sal? Nós estamos estudando, porque isso já está na nossa contabilidade, uma forma de você extrair o CO₂ e injetá-lo para tirar mais petróleo. Ou seja, em vez de jogar água, nós estamos estabelecendo uma tecnologia para devolver o CO₂ para dentro da terra, para podermos tirar mais petróleo. Esse é um compromisso de uma nação, não é um compromisso de um governo. É um compromisso da Petrobras e nós, certamente, queremos apresentar isso ao mundo com muito orgulho, porque se essa tecnologia da Petrobras der certo, significa que todas as empresas de petróleo no mundo irão contribuir com menos emissões de gases de efeito estufa.

Jornalista: Sobre Copenhague, senhor presidente. Se não houver nenhum acordo com compromisso legal, o senhor estaria feliz com um acordo político? Seria suficiente?

Presidente: Não, não. Mas também eu aprendi, aos 64 anos de idade, que na política, quando você não consegue fazer tudo o que você quer, você se contenta com o que é possível fazer. E eu estou convencido de que se nós conseguirmos aprovar, em Copenhague, senão os números todos que nós gostaríamos, mas uma matriz política que permita a gente estabelecer metas nos próximos anos, eu já acho que demos um passo importante. O que não pode acontecer em Copenhague é a gente ficar sem fazer absolutamente nada.

Quando os Estados Unidos foram à China e estabeleceram negociações com a China, eu fiquei muito preocupado, porque eu comecei a perceber que os Estados Unidos queriam utilizar a China para justificar a sua pouca diminuição de emissões de gases de efeito estufa. A China utilizaria os Estados Unidos para explicar também o seu pouco compromisso.

Eu penso que nós não podemos olhar apenas para o nosso próprio umbigo. É preciso olhar para o mundo, para as futuras gerações. Eu vou lhe dar um exemplo: é plenamente possível a gente crescer, controlando o meio ambiente, e é possível que você não cresça e aumente a poluição. No Brasil, nos anos 90, a gente teve momentos de crescimento zero e teve aumento na emissão de gases de efeito estufa. [Em] 2006, 2007, 2008 e 2009, em que a economia cresceu mais, diminuíram as emissões de gases de efeito estufa. Por quê? Porque nós cuidamos melhor do meio ambiente. Esse compromisso, ele está totalmente à disposição dos países.

Eu tenho conversado com o Gordon Brown, tenho conversado com o Obama, tenho conversado com o Sarkozy, com Angela

Merkel, [que] uma forma de contribuir para diminuir as emissões e aumentar o sequestro de carbono é nós construirmos projetos de desenvolvimento nos países pobres, sobretudo o de desenvolvimento sustentável, com uma agricultura bem planejada. Isso é plenamente possível.

Jornalista: O senhor mencionou Gordon Brown, Ele disse que se não houver nenhum acordo será uma catástrofe. Será?

Presidente: Olha, eu não sei se seria catástrofe, porque quando houver uma catástrofe, todo mundo vai cuidar disso. Pode ficar certo, que o ser humano é medroso. Na hora em que ele perceber que vai ter catástrofe, ele vai cuidar. O que é que acontece? Nós estamos vivendo uma crise econômica sem precedentes, sobretudo na história dos países ricos, e cada governante de país rico está com medo de fazer uma proposta que, aos olhos do povo daquele país, seja vista como uma proposta impeditiva do crescimento econômico. E o Reino Unido está precisando crescer, o PIB está precisando crescer, as pessoas querem emprego.

Então, eu acho que todo mundo está mais cuidadoso, está muito mais cuidadoso, eu compreendo isso. Agora, a verdade nua e crua é que se não houver um acordo em Copenhague, nós estaremos dando um sinal muito negativo para o mundo, de que os dirigentes estão agindo com irresponsabilidade diante do futuro do mundo.

Jornalista: Quando o senhor despertou pessoalmente para a mudança do clima? O senhor fala com muita paixão sobre isso agora. Quando foi que chegou realmente à conclusão de que isso era verdade?

Presidente: Veja, a questão ambiental, no mundo inteiro, é um processo evolutivo. Se a gente for analisar discussões ambientais...

Jornalista: Sim, mas quando o senhor trabalhava no setor metalúrgico, quando era torneiro mecânico, o senhor nunca olhou para as chaminés e pensou “Meu Deus, nós estamos destruindo o planeta!”

Presidente: Sim. Não, não. A verdade é que a gente não se preocupava com isso. Veja, cada um de nós reage politicamente. A nossa cabeça só pensa onde os nossos pés estão pisando, ela não pensa fora. Ora, quando é que você começa a se dar conta da questão ambiental? Quando você começa a pensar no todo, quando você começa a ver a irresponsabilidade da espécie humana, os rios sujos, os rios poluídos, os governantes não fazendo coleta de esgoto, não fazendo tratamento de água, o desmatamento. Ou seja, tudo isso vai levando você a perceber: “espera aí, o planeta Terra é finito”. Se nós quisermos estabelecer, para os países africanos, para a China, para o Brasil e para a América Latina o padrão de vida que tem os Estados Unidos ou o padrão de vida que tem a Alemanha, utilizando as mesmas matérias-primas na proporção que nós utilizamos hoje, seria necessário que o planeta Terra fosse três ou quatro vezes maior do que ele é. Como nós não podemos fazer crescer o planeta Terra, nós temos que fazer investimento em tecnologias novas, para que a gente possa produzir cada vez mais no menor espaço, sobretudo na área da agricultura.

Tudo isso me fez compreender que preservar o ambiente não é um desejo pessoal, tem que ser uma decisão governamental. Do mais pobre dos brasileiros ao mais rico dos

brasileiros, do mais pobre do mundo ao mais rico do mundo, nós temos que assumir a responsabilidade. O Planeta é redondo. Se a atmosfera está poluída, pode ser que um dia esteja mais poluída no Brasil, mas noutro dia está poluída nos Estados Unidos. Então, todo mundo vai ser vítima do aquecimento global, todo mundo. Vai começar com as pequenas ilhas, depois vai começar com as cidades que têm praia. Se o mar subir, todo mundo vai pagar um preço.

Então, eu penso que com a capacidade de informação que o ser humano tem no século XXI, nós precisamos ter a coragem de fazer o que os nossos governantes não fizeram no século XX. É uma obrigação nossa e de quem vier depois de nós.

Jornalista: Se o senhor conversasse com um indivíduo, por exemplo, na Inglaterra, ou em qualquer lugar da Europa, o senhor diria a ele “olha, você deve estar preparado para fazer sacrifício do seu bolso, talvez 10%, 5% de seus ganhos”, nós todos temos que fazer um compromisso individual”?

Presidente: Essa é a grande discussão. Quando eu falo que é preciso rediscutir o padrão de consumo da Humanidade é porque nós não temos como admitir que a África e a América Latina se contentem em continuar sendo pobres no século XXI, enquanto os países ricos mantêm o seu padrão de vida. Ou nós encontramos um jeito de fazer com que os países pobres tenham uma evolução no seu crescimento econômico, uma evolução na sua distribuição de renda, ou a discussão sobre ambiente vai ficando cada vez mais difícil, porque as pessoas querem sobreviver. Eu vou dar um exemplo no Haiti. No Haiti, pelo empobrecimento do país, as pessoas não

podem utilizar gás de cozinha para fazer a sua comida. Ou seja, o Haiti virou um país careca: não tem mais árvores, as pessoas cortaram tudo.

Então, o Brasil, a América do Sul e a África, que ainda têm florestas, e muitas florestas, é a contribuição que nós queremos dar ao mundo, é preservar as nossas florestas. Mas, para isso, o mundo desenvolvido tem que garantir os recursos para que os países pobres possam se desenvolver, explorar corretamente as suas florestas, mantê-las em pé e, ao mesmo tempo, as pessoas ganharem uma forma digna de sobrevivência.

Jornalista: Antes de terminar, poderíamos falar com o senhor sobre futebol? O Brasil terá a Copa do Mundo no Rio e também as Olimpíadas. Nós estamos nos candidatando à Copa do Mundo em 2018. O senhor gostaria que a Inglaterra sediasse a Copa do Mundo?

Presidente: Olha, eu penso que a última que Inglaterra... a primeira e única que ela promoveu foi em 1966. Portanto, já faz 44 anos que o Reino Unido promoveu, acho que está na hora de o Reino Unido promover uma Copa do Mundo. Eu acho que, pelo futebol apresentado pela Inglaterra, pela capacidade dos seus clubes, pela capacidade de financiamento e de investimento, eu acho que a Inglaterra sempre terá competência e sempre será um país com muita força para ganhar a indicação de uma Copa do Mundo.

Mas eu ainda queria voltar à questão ambiental, antes de terminar aqui o nosso programa aqui, querido. Eu gostaria que nessa discussão ambiental a gente discutisse, junto com o aquecimento global e junto com a preservação das florestas, que a gente discutisse um pouco

a questão da fome. Porque enquanto a gente está discutindo outros temas - e nós sabemos que a agricultura é imprescindível - nós temos 1 bilhão de seres humanos que não estão comendo as calorias e as proteínas necessárias por dia. Portanto, nós precisamos...

Jornalista: Alguns deles no Brasil...

Presidente: Veja, por isso nós precisamos aumentar a produção agrícola, por isso é que nós precisamos aumentar a produção agrícola. Eu, depois de oito anos de governo, vou poder chegar, no dia 23 de setembro de 2010, na ONU, e mostrar o que o Brasil fez, e nós estamos provando que é possível acabar com a fome e acabar com a miséria absoluta. Para isso, o que eu tenho proposto? Que os países ricos coloquem um pouco de recurso, não para dar dinheiro a nenhum país pobre, mas para construir projetos de desenvolvimento, que a gente vá lá e execute um projeto, que aquele projeto gere riqueza, gere emprego, gere salário. É isso o que vai desenvolver os países pobres.

Eu acho que a gente deveria aproveitar essa questão climática, essa questão ambiental para a gente colocar a questão de um tipo de animal que está morrendo de fome e, muitas vezes, inocentes, que são as crianças. Muitas vezes, essa reunião não é feita com o carinho e com a paixão que precisaria ser feita.

Jornalista: Presidente Lula, muito obrigado, sinceramente, pela entrevista. Obrigado, senhor.

Presidente: Obrigado a vocês.

Jornalista: Obrigado.

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AOS JORNAIS POLITIKEN
(DINAMARCA) E DAGBLADET (NORUEGA) - COPENHAGUE, 17/12/2009

Jornalista: Como o senhor vê o papel do Brasil como liderança no mundo em desenvolvimento? O senhor dá mais importância às alianças com outras potências emergentes como Índia, China e África do Sul, ou com o resto da América Latina?

Presidente: As parcerias que o Brasil faz não são excludentes, e por isso o País tem diálogo estreito não apenas com a América Latina e com os países em desenvolvimento, ou ainda com os chamados “emergentes”. Temos uma relação densa também com os países desenvolvidos e considero que essa é a linha correta a seguir. Ajudamos a construir e participamos de todos os foros latino-americanos e de países em desenvolvimento, atuamos em conjunto com eles na ONU e na OMC, estamos envolvidos em novos espaços de diálogo, como os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) e o Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), e atuamos no G-20 Financeiro e no diálogo dos países emergentes com o G-8, para citar apenas alguns exemplos. Assim, temos contribuído para começar a desenhar uma nova ordem mundial, sem a pretensão de liderar ninguém ou de recorrer a rótulos como o de líder, que pessoalmente não me agradam e geram incompreensões. Nosso interesse é o de contribuir para buscar soluções. Temos feito isso no esforço do G-20 para superar a crise

financeira mundial, e chego a Copenhague com o mesmo espírito para a COP- 15.

Jornalista: Entre o crescimento econômico e o combate à pobreza, de um lado, e a defesa do clima e do meio ambiente, do outro, o que é mais importante para o Brasil, segundo sua visão pessoal sobre o futuro do seu país?

Presidente: Não vejo qualquer razão para termos de escolher entre uma coisa ou outra, e a história recente do Brasil comprova o que acabo de dizer. Por exemplo, nos anos 90 tivemos desempenho econômico negativo e aumento de emissões. Nos últimos anos, foi possível avançar muito, tanto nas políticas de conservação ambiental quanto nas de promoção do desenvolvimento econômico e social, em que o combate à pobreza é prioridade para nós. Vamos continuar avançando nesses dois campos porque encontramos um caminho que concilia essas duas preocupações. Ambas são fundamentais para nós.

Jornalista: O Brasil promete cortar até 39% de suas emissões, enquanto países como China e Índia se recusam a prometer reduções absolutas. Por que o Brasil assumiu essa posição? O senhor se preocupa que a posição do Brasil pode causar divisões dentro do grupo de países em desenvolvimento?

Presidente: O Brasil assumiu essa posição porque o combate ao aquecimento global exige compromissos sérios e concretos por parte de todos os países. Não podemos desperdiçar a oportunidade que Copenhague nos oferece, e por isso tenho insistido há muito tempo na necessidade da presença dos líderes mundiais na Conferência. De nossa parte, quisemos dar uma contribuição clara para, assim, poder cobrar dos demais países medidas concretas para enfrentar o problema. É assim que se avança em uma negociação, e o Brasil está fazendo a sua parte, atuando de modo construtivo. Não acredito que isso cause qualquer problema entre os países em desenvolvimento, pelo contrário, as reações que temos recebido são positivas. Os países em desenvolvimento estão dispostos a contribuir e a ser parte da solução, mas esperam que os países desenvolvidos assumam responsabilidades à altura das suas possibilidades econômicas e materiais e, principalmente, proporcionais ao impacto que suas emissões tiveram e ainda têm para o agravamento do problema. O difícil nessa negociação, por incrível que pareça, é fazer valer, na prática, um princípio que na teoria já foi consagrado, das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Ninguém se atreve a defender, na teoria, que um país em desenvolvimento contribua o mesmo que um país desenvolvido para atenuar o problema. Mas, na prática, há grandes resistências dos países ricos, o que é claramente um obstáculo para qualquer acordo significativo. Esse obstáculo precisa ser vencido e os líderes mundiais estão diante de uma oportunidade histórica de avançar em Copenhague.

Jornalista: Grande parte da redução brasileira vai ser obtida por meio de políticas florestais. Se pode dizer que o Brasil pretende “vender” a Amazônia a projetos de redução de CO₂? E

se o mundo não pagar, o Brasil vai continuar desmatando?

Presidente: O Brasil nunca “vendeu” e nem pretende “vender” a Amazônia, simplesmente porque ela nunca esteve à venda. É claro, no entanto, que aceitamos dialogar com a comunidade internacional e cooperar com ela em projetos de conservação. Além disso, os países ricos devem mostrar, com ações concretas e não apenas com retórica, que estão dispostos a contribuir para enfrentar um problema no qual eles têm uma grande parcela de responsabilidade, pelo que já desmataram e emitiram de CO₂ ao longo da história.

Mas não posso deixar de dizer também que independentemente dessa cooperação, a meu ver ainda muito tímida, o Brasil tem enfrentado com determinação, e, sobretudo, com recursos próprios, o desafio de conter o desmatamento e de promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Além disso, também é pública nossa meta de redução do desmatamento da Amazônia em 80% até 2020, cujo resultado em termos de redução de emissões é superior ao que muitas potências do mundo desenvolvido estão oferecendo até o momento na COP-15. Para responder de forma direta à segunda pergunta, que mais parece uma crítica e que considero injusta, o mundo até hoje falou muito e não pagou, mas independentemente disso continuamos a enfrentar o problema do desmatamento e a obter resultados positivos.

Posso garantir que, se estivéssemos à espera de o mundo pagar, o quadro do desmatamento hoje na Amazônia seria muito pior do que é. Só este ano conseguimos uma redução de 41,6 % no desmatamento em relação a 2008, o que é extraordinário. Se compararmos com a média do período 1996-2005, a queda no desmatamento este ano é de 65%. Boa

parte desse resultado é responsabilidade do Plano Amazônia, que envolve cooperação internacional e um amplo conjunto de iniciativas e investimentos do governo federal e dos estados da região. Enquanto isso, nas mesas de negociação, continuamos tentando transformar em ações práticas a retórica dos que se dizem preocupados com o futuro do Planeta. Todos sabemos que falar é fácil, mas o que precisamos com urgência é fazer.

Jornalista: Qual é o seu critério pessoal de sucesso nesta COP-15?

Presidente: O primeiro desafio que temos é o de evitar uma polarização Norte-Sul. Em vez de ficarmos procurando culpados, temos que procurar e achar quem está disposto a encontrar soluções. Superada essa dificuldade, o que vai exigir compreensão e propostas sérias de ambas as partes, acho que poderemos avançar. Tenho consciência de que é uma negociação complexa e que nenhum dos participantes sairá dela com o acordo de seus sonhos. Mas o Planeta não espera, os efeitos do aquecimento global são cada vez mais evidentes e ninguém mais discute isso. A questão é a de buscar uma divisão realista dos custos e responsabilidades nessa tarefa enorme que temos que enfrentar com competência. E sem demora.

Jornalista: O pré-sal é uma grande reserva de petróleo, que o Brasil pretende explorar - aumentando assim o volume de energia fóssil, com consequentes emissões de CO₂. Não deveriam deixar o petróleo no fundo do mar, e desenvolver fontes alternativas de energia?

Presidente: O Brasil é um dos países no mundo que tem a matriz energética mais limpa, e isso não é por acaso, é resultado de investimentos muito grandes na geração de energia hidrelétrica e no desenvolvimento de

combustíveis renováveis, como o etanol, para citar dois exemplos. Para se ter uma ideia, 85% da energia elétrica produzida no Brasil é limpa e renovável e 47% de todo o combustível que utilizamos é limpo e renovável. Já estamos dando, há muitos anos, uma contribuição significativa em matéria de redução de emissões por conta dessa nossa matriz energética limpa. A descoberta do petróleo do pré-sal não vai alterar esse perfil energético do País. Vamos explorar esses recursos do pré-sal com critério e com responsabilidade, até porque eles serão importantes para gerar recursos que serão usados para construir um futuro melhor para os brasileiros, principalmente os mais pobres. Não há desenvolvimento sem energia, e em matéria do uso racional da energia, temos mais lições a dar que a receber. É claro também que não podemos nos dar ao luxo de deixar esse recurso no fundo do mar, como sugere a pergunta, até porque, ao longo da história, nenhum país fez isso, e não vejo ninguém propondo uma moratória na extração do petróleo como solução para o aquecimento global.

Jornalista: Na sua última visita a Copenhague, o senhor voltou com a grande vitória da conquista dos Jogos Olímpicos para o Rio de Janeiro. Poucos dias depois, num episódio violento, foi derrubado um helicóptero e vários policiais morreram. Como o Brasil vai acabar com a violência e as graves tensões sociais antes de 2016?

Presidente: Copenhague para mim é sinônimo de felicidade, porque foi aí que vivi um dos momentos mais emocionantes de toda a minha vida, com a escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Mas o momento de euforia já passou, e há várias semanas começamos o trabalho de preparação para receber os Jogos. A questão do combate ao

narcotráfico e ao crime organizado na cidade, que não é um problema exclusivo do Rio ou do Brasil, está entre os temas que merecem nossa atenção. Sempre reconhecemos a existência dele ao longo da campanha, e o Comitê Olímpico Internacional aprovou as formas inovadoras que o governo do Rio está adotando para enfrentar a violência. Essas formas, que têm o apoio do governo federal, não se limitam à repressão policial, e procuram levar cidadania e serviços públicos aos moradores das comunidades pobres ameaçadas pelo narcotráfico. As Olimpíadas darão outro impulso a esse esforço porque têm um apelo poderoso que motivará a juventude a buscar a inclusão social também por meio do esporte.

Jornalista: Os programas sociais do seu governo estão transformando o Brasil. Porém, críticos o acusam de “comprar” os votos de 11 milhões de beneficiários do Bolsa Família e seus parentes - no total, um grande número de votos cativos. Qual é sua resposta a essa crítica?

Presidente: Essas críticas partem dos mesmos que sempre subestimaram a inteligência do povo brasileiro e que governaram o País de costas para a grande maioria dos cidadãos, sem enfrentar de verdade a questão das desigualdades sociais e regionais. Os programas sociais que implementamos a partir de 2003 provaram que eles estavam errados, derrubaram preconceitos e abriram novos caminhos para dezenas de milhões de brasileiros abandonados pelo Estado até então. E esses são os brasileiros que mais precisam do Estado para sair da pobreza. O Bolsa Família é um estágio nesse processo, e o mais conhecido entre vários programas sociais criados a partir de 2003. Minha maior alegria como cidadão vai ser quando esses brasileiros

já não precisarem mais dos programas para sobreviver. Mas, por enquanto eles precisam, e o Programa fez a diferença na vida de milhões deles.

Essa crítica de “compra” de votos é ofensiva à inteligência dos brasileiros, que aprenderam muito nessas duas últimas décadas de democracia no País. Aprenderam, inclusive, que vários desses críticos são os mesmos que realmente tentavam comprar a consciência dos mais pobres, ao oferecer dinheiro, comida ou vantagens na véspera das eleições, em troca de votos. O programa Bolsa Família, que é do Estado brasileiro e é regido por critérios objetivos e impessoais, atacou com coragem um dos nossos problemas históricos. Graças ao dinheiro que circulou entre os mais pobres, a economia brasileira se fortaleceu, a ponto de enfrentar e superar a recente crise econômica sem traumas. O aumento do consumo dos mais pobres teve muito a ver com isso.

Jornalista: O senhor está concluindo seu segundo mandato, desfrutando de altos índices de popularidade. Porém, segundo as pesquisas, essa popularidade não se transfere diretamente nem ao seu partido, nem a sua candidata à sucessão, a ministra Dilma Rousseff. O que pensa sobre as perspectivas eleitorais e a possível vitória da oposição?

Presidente: O processo eleitoral ainda nem começou, e neste momento as pesquisas devem ser vistas com cautela, mas, como você mencionou a Dilma, o que posso garantir é que muita gente gostaria de estar, a essa altura, na posição que ela ocupa nas preferências dos eleitores. Acredito que venceremos as eleições porque temos uma candidata de grande qualidade. Ela conhece muito bem o governo, tem sensibilidade social, grande capacidade de liderança e de gestão da máquina pública,

contará com uma aliança de partidos forte em todos os estados, e na campanha vai demonstrar que é a mais preparada para governar o País. Por isso, vejo as perspectivas eleitorais com muito otimismo, e recebo com alegria, mas com os pés no chão, os índices de aprovação da população.

Na política, a questão de transferência de votos é sempre motivo de polêmica, não é ciência exata. Mas o fato é que este governo tem um conjunto de realizações que mudou para melhor a vida da maioria dos brasileiros, que tem credibilidade e um projeto claro capaz de ampliar ainda mais essas conquistas. Por isso, nas próximas eleições, estou convencido de que não será nada fácil a tarefa dos candidatos de oposição, até porque os partidos de alguns deles governaram o Brasil até 2002 e os resultados que têm para mostrar deixam muito a desejar.

Jornalista: Entre outros governantes importantes da América Latina nesses anos, se destaca o presidente venezuelano Hugo Chávez, que tem estado em constantes confrontações com o governo dos Estados Unidos. Como o senhor vê a diferença entre a linha política dele e a do Brasil? Existe uma rivalidade entre Venezuela e Brasil sobre o papel de líder da América Latina?

Presidente: Não há qualquer rivalidade. O que pode haver é uma diferença de estilos, que é preciso saber respeitar, porque estamos falando de dois países soberanos. Mas o fato é que tenho uma excelente relação pessoal e institucional com o Chávez e, como resultado, nossos países nunca viveram um momento tão positivo no campo diplomático.

Jornalista: Existe uma relação forte entre o Brasil e a Noruega para reduzir o desmatamento

da Amazônia. Que significa essa colaboração para as negociações sobre o clima e mesmo para o futuro da Amazônia?

Presidente: A cooperação entre os dois países tem como expressão maior a contribuição de US\$ 1 bilhão, ao longo de dez anos, que a Noruega vem fazendo para o Fundo Amazônia. Este fundo destina-se a financiar programas e projetos brasileiros de redução do desmatamento, fundamental para que o governo brasileiro possa cumprir seu compromisso de frear o desmatamento na região amazônica em até 80% até 2020 e reduzir as emissões brasileiras de CO₂ em até aproximadamente 40% no mesmo período.

A colaboração norueguesa é mais do que um gesto de generosidade. Constitui reconhecimento da eficácia dos mecanismos de supervisão e monitoramento sendo implementados pelo Brasil nesse campo. Como consequência, dá credibilidade aos compromissos que o Brasil vem assumindo no âmbito da Conferência de Copenhague em matéria de redução voluntária de emissões de CO₂. Serve, portanto, de modelo de cooperação eficaz e solidária entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento para proteger o meio ambiente global. Ao oferecer fórmula de cooperação que respeita a soberania nacional do país beneficiário, essa parceria poderá ajudar a superar uma das principais divergências que dominam as negociações na COP-15. O Brasil confia que esse exemplo poderá servir de inspiração para que as negociações cruciais em curso em Copenhague possam ser plenamente exitosas.

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO DA SILVA, AO JORNAL
EL MUNDO, DA ESPANHA - BRASÍLIA - DF, 29/12/2009

Jornalista: Os brasileiros costumavam dizer que o Brasil era o país do futuro, mas de um futuro distante. O senhor acredita que esse futuro chegou finalmente?

Presidente: Estou convencido de que o século XXI é o século do Brasil. Vivemos um momento excepcional. Apesar da crise, estamos criando, neste ano, mais de 1,4 milhão de novos empregos formais, enquanto milhões de postos de trabalho foram e estão sendo sacrificados nos países ricos. Nossa indústria automobilística, por exemplo, deve bater recorde de produção em 2009. O crédito já retornou aos níveis anteriores à crise e os juros apresentam as taxas mais baixas das últimas décadas. As vendas do comércio vão de forma extraordinária. Os investimentos também voltaram a crescer de forma vigorosa, e em todas as áreas da economia respira-se um clima de otimismo e de confiança.

Todos esses movimentos ocorreram com a inflação controlada, com a relação dívida interna/PIB estabilizada e com a nossa vulnerabilidade externa reduzida. Em poucos anos passamos da condição de devedores à condição de credores internacionais. Nossas reservas, já somam mais de US\$ 230 bilhões. Na contramão da tendência mundial, a economia brasileira encerrará o ano de 2009

com taxas positivas de crescimento. Em 2010, as estimativas indicam um aumento de 5% no PIB. Os mais recentes indicadores econômicos e sociais apontam para uma mudança profunda e abrangente no meu país. Conquistamos a estabilidade democrática, pela solidez das instituições e pelo respeito às liberdades civis, e estamos vencendo o maior de nossos desafios: reduzir a pobreza e as desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, garantimos forte presença no mundo e estabelecemos sólidas alianças, sobretudo, na América do Sul, mas também na África e com outros países emergentes. Em suma, o Brasil encontrou o rumo, fazendo com que nosso futuro comece hoje.

Jornalista: Quando o senhor tomou posse, disse que no final de seu governo não haveria mais brasileiros passando fome. Quais são os resultados?

Presidente: Durante meu governo, nós criamos o Fome Zero, que engloba 13 programas e 45 ações. O principal programa é o Bolsa Família, que beneficia 12,4 milhões de famílias e tem sido fundamental para o combate à fome e à pobreza em todo o Brasil. É preciso dizer que o Bolsa Família, além de garantir o consumo de alimentos para as famílias de menor renda, tem sido

um importante instrumento de aquecimento da economia local, estimulando a atividade do comércio e da produção em pequenas e médias cidades de todo o País. Os recursos do Bolsa Família são usados na aquisição de alimentos, mas também de material escolar, de medicamentos e de vestuário, além de utensílios domésticos. Programas como o Bolsa Família foram responsáveis por 17% da queda da desigualdade no período de 2001 a 2008. Hoje, depois de 6 anos de implantação, o Bolsa Família já investiu R\$ 54,9 bilhões, o que tem permitido que 15,5 milhões de crianças e 2 milhões de jovens tenham a frequência escolar acompanhada. Outros programas que integram o Fome Zero são o Programa de Alimentação Escolar, que atende 35 milhões de estudantes, e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que beneficia tanto os agricultores - pela compra de seus produtos - como 10 milhões de pessoas que recebem os alimentos. Há muito ainda por fazer, mas estou convencido de que no final de meu governo teremos cumprido a promessa de assegurar que todo brasileiro tenha três refeições ao dia.

Jornalista: O seu governo conseguiu reduzir a pobreza, este é um fato. Mas, recordando o velho provérbio chinês “Dê um peixe a um homem faminto e você o alimentará por um dia. Ensine-o a pescar, e você o estará alimentando pelo resto da vida”, o senhor acredita que fez assistencialismo ou que tirou da pobreza pessoas que poderão cuidar de si mesmas quando acabarem os programas de ajuda? O senhor deu peixes a essa gente ou varas de pescar?

Presidente: Este é um provérbio também muito popular no Brasil. Por isso, não estamos dando nada de presente. Estamos, sim, ajudando as pessoas a se ajudarem a si mesmas. Como?

A transferência de renda é condicional, isto é, as famílias só recebem o auxílio se todos os filhos tiverem bom rendimento escolar e a família receber atendimento médico. Com isto, se assegura que na próxima geração de brasileiros todos terão condições de contribuir produtivamente para a sociedade, deixando de ser reféns da pobreza ou do assistencialismo que só faz reproduzir a pobreza.

No entanto, o programa não pára aí. Quando investimos nos programas sociais, além de abrir as portas para a cidadania da parcela mais carente da população, ainda estimulamos a economia: os beneficiários do Bolsa Família, por exemplo, não guardam dinheiro, não aplicam na bolsa. Eles compram imediatamente, movimentando o pequeno comércio, que demanda o grande, que encomenda do setor industrial e do agropecuário. Fortalecendo o mercado interno, todos saem ganhando, o que ficou muito claro na reação robusta da economia brasileira à atual crise internacional.

Jornalista: Comparar as desigualdades entre os mais pobres e os mais ricos é outra forma de medir os resultados de seu governo. Nestes anos de crescimento econômico, reduziram-se as diferenças entre os que têm mais renda disponível e os de menor renda? Um dos dramas de alguns países latino-americanos, como a Argentina, é a diminuição de sua classe média. Aumentou a classe média no Brasil?

Presidente: As políticas sociais adotadas em meu Governo, que incluem o aumento real de 50% do salário mínimo e o programa Bolsa Família, produziram a inclusão de 20 milhões de pessoas na classe média. O Centro de Políticas Sociais da FGV, uma instituição independente, constatou uma expansão da classe média brasileira de 44%, em 2002, para

53,8%, em 2008. Hoje a classe média tornou-se maioria no País: 86 milhões de brasileiros. No mesmo período, a proporção de miseráveis encolheu de 35% para 25%. Trata-se de um avanço extraordinário no processo de redução das desigualdades sociais. O resultado é uma reversão constante da concentração de renda no país, mesmo no atual período de crise internacional. O fato de o Brasil continuar a reduzir os índices de concentração de renda mesmo em momento de recessão é sinal não só da solidez da economia brasileira, mas também das mudanças estruturais que sofreu.

Jornalista: Este ano vimos um helicóptero da polícia derrubado por delinquentes no Rio de Janeiro. Podemos dizer que a droga é o maior inimigo da democracia na América Latina? O que fez o seu governo? O senhor acha que este é um problema de cada país em particular ou faz falta uma ação política concertada entre vários países afetados pelo mesmo problema?

Presidente: No âmbito da UNASUL, está sendo criado um conselho dedicado a combater o narcotráfico. Essa iniciativa, assim como a recente constituição de um conselho de defesa da América do Sul, expressa a determinação de nossa região de assumir, cada vez mais, responsabilidades para encontrar respostas a seus problemas e desafios. Somente assim estará em condições de estabelecer uma parceria madura e equilibrada para solucionar as ameaças à paz e à segurança hemisféricas.

Os desafios domésticos não são menores. Nossa prioridade maior é garantir a presença do Estado brasileiro em áreas onde o crime organizado opera. Tenho ido pessoalmente a favelas e zonas menos favorecidas lançar programas de saúde, educação e infraestrutura. Estou certo de que temos que combater, ao

mesmo tempo, o crime e as causas do crime. Parte da solução para esse complexo problema é a redução da pobreza e das desigualdades. Outra parte é a criação de oportunidades de educação para todos. Já avançamos muito. Vinte milhões de brasileiros migraram das classes D e E para a classe C. A renda das famílias aumentou consideravelmente. Há mais pessoas com acesso à água, saúde e energia elétrica. Com o Programa Bolsa Família, criamos incentivos para manter as crianças e os jovens nas escolas. Construimos novas universidades e escolas técnicas. Estamos fortalecendo e aperfeiçoando as instituições que aplicam as leis, incluídos a polícia e o judiciário.

Jornalista: Além das declarações retóricas, as cúpulas que reúnem vários países da América Latina servem para alguma coisa? O senhor poderia citar um ganho concreto que tenha revertido em benefício dos cidadãos?

Presidente: As cúpulas regionais são oportunidade, sobretudo, para líderes construir o diálogo e confiança mútua. Seus resultados práticos estão visíveis na consolidação da integração regional com o Mercosul e no aumento do comércio regional. Mais recentemente, a UNASUL já demonstrou seu valor por meio de ação eficaz para conter a ameaça à estabilidade boliviana em momento de grande tensão política.

As sociedades sul-americanas estão convencidas de que somente com muita democracia e muita paz vamos nos transformar, no século XXI, em economias ricas, com que o povo sonha. E para isso é preciso ter muita paciência política, muita disposição de conversar, muitas reuniões, muitos acordos, até que um dia tudo isso esteja maturado e as coisas aconteçam.

Jornalista: A União Européia tem moeda única e oferece liberdade de ir e vir entre os países membros. O senhor acha que veremos algo parecido na América Latina? Quanto falta para uma União Americana?

Presidente: Entre a maioria dos países da América do Sul pode-se viajar apenas com a carteira de identidade. A criação de uma moeda única será o ponto culminante do processo de integração em curso. Já tomamos alguns passos preliminares, tais como o mecanismo de comércio em moeda local entre o Brasil e a Argentina, com planos de ampliar para outros países do continente. Em segundo lugar, a criação do Banco do Sul abre caminho para mecanismos integrados de financiamento. Por outro lado, o processo de integração regional inclui, no âmbito da UNASUL, a criação de conselhos regionais de defesa e de combate às drogas. Sua criação constitui reconhecimento de que sem enfrentar as fontes de insegurança na região, não será possível consolidar definitivamente a integração regional. Na medida em que a UNASUL antevê a hipótese de adesão futura de novos membros fora de América do Sul, esperamos ver este processo alargado para toda a América Latina.

Jornalista: O senhor e o presidente dos EUA compartilham algumas coisas como, por exemplo, terem sido eleitos por este jornal homens do ano, além de ganharem as eleições (o senhor em 2002 e Obama em 2008). Contudo, parece que Obama se esqueceu da América Latina. O senhor não está decepcionado?

Presidente: A eleição de Obama de fato gerou muitas expectativas positivas, que, infelizmente ainda não se concretizaram, em parte por conta de pesada herança do

governo anterior. Alguns desdobramentos recentes, como o episódio de Honduras e as bases colombianas, em particular geraram algumas discrepâncias que vamos buscar apalpar por meio do diálogo franco e aberto. Dessa forma, poderemos melhor identificar as oportunidades para cooperação estratégica, em áreas como biocombustíveis, cooperação triangular, reforma da governança global e proteção do meio ambiente. Até o momento, não foi possível assinar acordo comercial do Mercosul com os EUA, uma vez que os moldes propostos pelos EUA nas negociações do Acordo de Livre Comércio das Américas - ALCA, não nos parecem equilibradas e mutuamente vantajosas.

Jornalista: Causou estupor vê-lo receber o presidente do Irã, um ditador cuja vitória eleitoral foi contestada e que reprimiu a oposição de forma sangrenta.. Surpreende que alguém que lutou contra uma ditadura se renda a essa servidão. O que o senhor tem a dizer?

Presidente: O Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, concorreu às eleições, nas quais teve 62% dos votos. Apesar dos questionamentos da oposição, houve uma eleição dentro de uma regra em que não foi ferida a Constituição do país. Mantemos com o Irã uma relação comercial densa e não cremos que vamos trazer o Irã para boas causas encurralando-o na parede. É preciso criar espaço para o diálogo e a conversação sob pena de provocar uma reação contraproducente.

Jornalista: O Brasil se envolveu muito na crise de Honduras e pouco ou nada nas tensões entre Colômbia e Venezuela. Por quê? Passado algum tempo, o senhor não acha que foi um erro monumental dar asilo ao presidente Zelaya na Embaixada do Brasil?

Presidente: No caso Colômbia - Venezuela, o Brasil exerceu em diferentes níveis - inclusive no âmbito da UNASUL - uma atuação moderadora e chegou a propor um esquema de monitoramento da fronteira bilateral, inclusive com a participação da Espanha. O Brasil continua à disposição das partes para colaborar, sempre que corresponder ao interesse de ambos os lados.

Quanto ao golpe contra o Presidente Zelaya, a posição brasileira foi clara, em sintonia com nossa tradição diplomática e com as manifestações da comunidade internacional: não há mais lugar para golpes de Estado na América Latina. Essa página da História ficou para trás e não deve mais voltar. O envolvimento direto ocorreu em razão da decisão do Presidente Zelaya de pedir proteção na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, e obviamente não poderíamos negar essa proteção a quem considere estar em risco de ser detido por um governo ilegal, que não reconhecemos.

Jornalista: O senhor que lutou contra a ditadura durante anos e conseguiu viver na democracia, o que diria ao povo cubano, que está esperando a liberdade há tanto tempo?

Presidente: Como em todo país, cabe ao povo cubano determinar o seu futuro. Embora o Brasil tenha discrepâncias com aspectos da ação do Governo cubano, estamos convencidos de que a melhor maneira de realizar as aspirações do povo cubano não é isolando ou castigando. Os recentes avanços rumo à aproximação de Cuba com a OEA nos indicam que estamos no caminho certo.

Jornalista: Sua ministra e candidata Dilma Rousseff não tem o mesmo carisma que o

senhor. Isso poderá prejudicá-la nos comícios de outubro próximo?

Presidente: Vejo as perspectivas eleitorais com muito otimismo. Temos uma candidata de grande qualidade, que conhece muito bem o governo e tem sensibilidade social, grande capacidade de liderança e de gestão da máquina pública. Contará ainda com uma aliança de partidos fortes em todos os estados e, na campanha, vai demonstrar que é a mais preparada para governar o País. Creio que este governo também apresenta um conjunto de realizações que mudou para melhor a vida da maioria dos brasileiros. Com a experiência acumulada de Dilma, como parte de nossa equipe desde o início, em 2003, e sua identidade com nosso projeto, teremos a capacidade de ampliar ainda mais essas conquistas, por meio de maior crescimento e diminuição das desigualdades sociais e regionais ainda existentes. Acredito que será uma grande conquista histórica, rica de simbolismo, a eleição da Dilma como primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil.

Jornalista: O senhor não acredita que suas possibilidades estão comprometidas porque o Partido Verde vai apresentar também um candidato, a Marina Silva, que além de tudo é uma mulher de cor?

Presidente: A posição de liderança que o Brasil assumiu na COP 15 e os importantes avanços alcançados na redução do desmatamento indicam que o Governo brasileiro está fortemente comprometido com a agenda do desenvolvimento sustentável.

Jornalista: Agora que foram encontradas enormes quantidades de petróleo no litoral

brasileiro, o governo seguirá apostando no etanol como o combustível do futuro?

Presidente: Apesar da descoberta de vastas jazidas de petróleo em águas profundas, seguiremos defendendo a criação de um mercado mundial de biocombustíveis, que conte com grande número de produtores no mundo em desenvolvimento. Vejo os biocombustíveis como uma importante ferramenta para gerar empregos e renda no campo, aumentar a segurança energética e democratizar a estrutura produtiva de energia no mundo. Hoje a produção de petróleo está concentrada em 15 países. Os biocombustíveis poderiam ser produzidos em 120 países, muitos dos quais totalmente dependentes de importação de petróleo. Precisamos assinalar também o potencial desses combustíveis renováveis na luta contra as mudanças climáticas. Desde os anos 70, com o uso do etanol, o Brasil deixou de emitir 800 milhões de toneladas de CO₂.

Jornalista: Pode-se reduzir a emissão de CO₂ sem limitar o crescimento econômico?

Presidente: Prova que sim é o fato de que o Brasil assumiu o compromisso de reduzir em 2020 suas emissões de CO₂ ao nível de 2007. Isto é possível porque o Brasil está na vanguarda das fontes limpas e renováveis de energia. Isto explica por que 45% da matriz energética nacional seja renovável.

Jornalista: No ano que vem o senhor completará 65 anos e deixará de ser presidente. O que gostaria de fazer? Gostaria de ocupar algum cargo internacional como o de secretário geral das Nações Unidas? Ou um posto de relevância em um organismo Interamericano? Existe a tentação de voltar a concorrer em 2014?

Presidente: Ainda não decidi meu futuro, após deixar a Presidência. Certo é que quero continuar a trabalhar em prol dos mais necessitados, especialmente na América Latina e África.

Jornalista: Deixamos para o final uma pergunta comprometidora. No final da Copa do Mundo de Futebol na África do Sul, jogam Espanha e Brasil. Dê o seu prognóstico...

Presidente: Meu coração torce pelo Brasil, mas que ganhe o melhor.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África do Sul 41, 44, 128, 171, 180, 230, 238, 255, 285, 295, 329, 330, 343, 368, 402, 404, 430, 469, 480

Alemanha 51, 76, 94, 97, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 213, 234, 238, 294, 296, 333, 340, 408, 415, 416, 417, 454, 457, 459, 461, 467

Algodão 170, 223, 275, 298, 299, 300, 301, 302, 347, 404

Argentina 57, 58, 87, 171, 175, 176, 177, 201, 210, 233, 270, 294, 297, 329, 331, 367, 378, 379, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 402, 405, 413, 415, 419, 420, 422, 453, 476, 478

Armênia 317

B

Bélgica 115, 116, 117, 119, 121, 122, 230, 328, 329

Biocombustíveis 54, 74, 83, 86, 89, 104, 116, 124, 132, 164, 192, 199, 218, 229, 251, 270, 276, 282, 286, 312, 313, 315, 319, 337, 341, 342, 349, 363, 380, 385, 4113 419, 422, 440, 441, 478, 480

Bolívia 35, 39, 44, 57, 73, 136, 142, 151, 169, 227, 229, 270, 289, 290, 291, 292, 329, 415, 420

Burkina Faso 232, 347, 371, 404

Burundi 293, 294, 295, 330, 433

Butão 327

C

Cabo Verde 37, 224, 239, 242, 244, 246, 249, 272, 295, 344

CAF 133, 420

CALC 82, 255, 270, 284, 316, 360, 361, 362, 382

Chile 57, 73, 74, 75, 76, 135, 176, 224, 238, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 289, 291, 292, 329, 330, 363, 387, 388, 413, 415, 420

China 51, 94, 95, 126, 128, 161, 196, 197, 201, 238, 255, 284, 329, 333, 340, 346, 376, 395, 396, 398, 421, 431, 442, 456, 461, 463, 466, 467, 469

Cisjordânia 180

COI 113, 333

Colômbia 79, 133, 134, 135, 136, 137, 231, 232, 314, 348, 349, 350, 361, 415, 420, 423, 448, 460, 478, 479

Comissão Europeia 314, 326, 334, 335, 342, 375, 401

Condolências 239, 267, 273, 288, 289, 344, 352, 369, 395, 403, 418, 420, 423

Conselho do Mercado Comum 58, 209, 258, 418

Conselho de Segurança 41, 62, 70, 86, 90, 103, 105, 106, 111, 190, 216, 244, 256, 266, 267, 271, 281, 284, 285, 293, 294, 307, 316, 320, 323, 324, 325, 327, 333, 335, 339, 345, 346, 347, 350, 352, 379, 392, 394, 409, 410, 416, 417, 429, 442, 443

Cooperação Econômica 67, 116, 184, 199, 224, 230, 232, 234, 248, 296, 307, 338, 369, 381, 394, 414, 416, 417, 418, 424

COP-15 217, 219, 336, 377, 379, 419, 421, 469, 470, 471, 473

Coreia do Sul 238, 329, 415

CPLP 230, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 272

Cruz Vermelha 289

D

Democracia 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 51, 59, 70, 71, 75, 82, 83, 89, 95, 99, 103, 106, 110, 114, 131, 135, 145, 146, 150, 184, 190, 237, 238, 243, 244, 246, 248, 250, 255, 257, 271, 272, 280, 281, 324, 325, 339, 379, 396, 409,

428, 430, 431, 433, 435, 445, 456, 459, 472, 477, 479

Desenvolvimento Sustentável 83, 131, 192, 193, 210, 223, 228, 230, 260, 281, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 336, 337, 338, 341, 342, 349, 354, 366, 367, 376, 378, 379, 380, 397, 399, 406, 410, 416, 417, 418, 423, 424, 466, 470, 479

Dinamarca 113, 217, 219, 238, 332, 469

Direitos Humanos 33, 34, 41, 42, 44, 45, 71, 83, 103, 106, 146, 169, 172, 184, 232, 243, 250, 259, 281, 285, 286, 287, 289, 291, 292, 311, 318, 331, 335, 339, 340, 346, 362, 368, 372, 373, 374, 379, 381, 409, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435

E

Egito 62, 65, 224, 235, 238, 264, 329, 330, 404, 413, 415, 423

Emirados Árabes Unidos 223, 347

Energia 39, 54, 70, 73, 81, 83, 86, 89, 103, 104, 110, 132, 133, 134, 164, 183, 184, 187, 196, 200, 201, 204, 205, 210, 215, 218, 223, 224, 225, 228, 233, 234, 238, 239, 246, 251, 260, 261, 264, 266, 269, 270, 274, 275, 279, 282, 288, 296, 302, 305, 307, 308, 313, 315, 319, 320, 321, 322, 324, 334, 336, 337, 340, 341, 342, 346, 348, 349, 350, 357, 363, 368, 369, 378, 380, 381, 385, 386, 387, 392, 393, 401, 411, 412, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 439, 440, 441, 442, 446, 459, 471, 477, 480

Equador 79, 109, 169, 274, 290, 361, 415, 420

Espanha 34, 201, 224, 265, 266, 267, 273, 274, 405, 420, 475, 479, 480

EUA 93, 170, 287, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 317, 329, 339, 417, 440, 445, 478

F

Filipinas 273, 329, 330, 332, 396, 415

Foro IBAS 295

França 51, 94, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 237, 238, 294, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 326, 333, 340, 346, 356, 358, 375, 376, 377, 378, 399, 421

G

Genebra 71, 164, 167, 210, 249, 256, 275, 287, 289, 329, 333, 340, 371, 372, 373, 401, 402, 403, 404, 406, 413, 414, 430

Guiana 229, 310, 311, 312, 318, 321, 322, 323, 324, 329, 415, 424

Guiné-Bissau 39, 70, 86, 171, 234, 239, 242, 244, 245, 248, 272, 295, 330, 346, 351, 352, 433, 434, 435

Guiné-Conacri 331

Guiné-Equatorial 171, 231, 242, 246, 347

H

Haiti 39, 44, 86, 103, 169, 255, 271, 283, 295, 305, 311, 326, 329, 330, 341, 344, 345, 346, 347, 429, 433, 434, 467, 468

Honduras 39, 44, 59, 70, 82, 99, 103, 105, 106, 107, 110, 135, 191, 249, 255, 265,

271, 272, 274, 276, 280, 284, 290, 291, 304, 313, 316, 329, 330, 339, 348, 353, 360, 382, 446, 448, 449, 478

I

Indonésia 47, 230, 238, 239, 329, 330, 332, 346, 351, 404, 413, 415

Índia 41, 44, 51, 58, 128, 210, 221, 238, 255, 284, 295, 296, 303, 329, 344, 350, 402, 406, 407, 413, 415, 430, 431, 442, 456, 458, 469

Investimentos 45, 47, 48, 54, 62, 73, 74, 82, 90, 98, 115, 117, 120, 123, 124, 127, 128, 132, 134, 154, 176, 177, 180, 183, 191, 192, 200, 214, 215, 251, 263, 265, 266, 268, 274, 278, 279, 282, 290, 294, 296, 305, 307, 312, 321, 324, 326, 329, 331, 334, 335, 341, 342, 343, 348, 349, 354, 369, 377, 383, 385, 387, 392, 394, 395, 407, 408, 411, 413, 418, 437, 438, 440, 471, 475

Irã 63, 66, 183, 184, 185, 187, 188, 233, 333, 340, 350, 392, 393, 395, 413, 415, 417, 478

Iraque 96, 286, 289, 352, 420, 446

Israel 40, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 103, 157, 180, 181, 184, 232, 240, 273, 339, 370, 371, 392

Itália 34, 35, 151, 163, 238, 369, 375, 442, 453

J

Jamaica 329, 330, 360, 404, 420

Jogos olímpicos 113, 114, 124, 135, 210, 234, 332, 333, 412, 417, 453, 459, 462, 471

L

Líbano 61, 121, 346, 374, 375, 432

M

Malawi 89, 90, 91, 321, 324, 325

Mali 170, 171, 227, 231, 238, 275, 330, 347, 395, 396

Marrocos 304, 330, 413, 415

Mercado Comum 58, 184, 209, 258, 418

Mercosul 44, 57, 58, 59, 60, 62, 73, 76, 82, 121, 134, 136, 150, 176, 180, 184, 201, 209, 210, 211, 240, 258, 263, 265, 271, 274, 280, 289, 313, 316, 323, 331, 339, 343, 346, 360, 362, 365, 367, 371, 381, 382, 389, 390, 391, 394, 402, 405, 406, 407, 413, 415, 416, 418, 419, 421, 422, 445, 446, 477, 478

México 81, 82, 83, 84, 98, 225, 226, 238, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 303, 304, 316, 329, 346, 360, 367, 413, 414, 415, 420, 454

Moçambique 53, 54, 55, 90, 169, 223, 224, 239, 240, 242, 245, 248, 311, 329, 330, 415, 433

Mudança do Clima 41, 86, 103, 106, 111, 172, 177, 217, 218, 219, 234, 238, 266, 273, 281, 294, 306, 307, 308, 323, 327, 334, 336, 337, 341, 342, 376, 377, 378, 379, 380, 397, 398, 399, 403, 408, 410, 416, 417, 418, 419, 421, 441, 466

N

Nações Unidas 39, 44, 61, 64, 86, 90, 101, 103, 105, 106, 111, 157, 165, 168, 169, 170, 190, 217, 219, 230, 232, 234, 235, 237, 238,

241, 243, 244, 248, 255, 256, 257, 259, 266, 267, 271, 281, 284, 285, 286, 293, 294, 295, 297, 304, 307, 316, 320, 323, 325, 326, 327, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 344, 345, 346, 347, 350, 352, 353, 366, 367, 368, 372, 373, 374, 375, 376, 379, 382, 392, 393, 397, 399, 402, 409, 410, 417, 419, 421, 422, 423, 427, 428, 429, 433, 434, 442, 443, 460, 480

Negócios Estrangeiros 53, 63, 85, 115, 224, 229, 233, 240, 241, 242, 249, 264, 273, 275, 286, 288, 294, 295, 303, 304, 305, 313, 320, 326, 347, 348, 351, 370, 371, 393, 423, 424

Nigéria 69, 70, 71, 111, 224, 264, 266, 320, 329, 330, 331, 346, 413, 415

Noruega 437, 469, 473

O

OIT 167, 247, 317, 371, 402

OMC 70, 96, 111, 112, 171, 177, 190, 193, 197, 238, 271, 287, 298, 299, 303, 329, 333, 338, 371, 372, 384, 401, 402, 403, 404, 406, 431, 435, 469

P

Palestina 62, 63, 64, 65, 66, 67, 179, 180, 181, 184, 233, 295, 339, 391, 430

Paquistão 237, 329, 334, 352, 413, 415

Paraguai 35, 57, 58, 100, 142, 169, 210, 224, 231, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 270, 302, 303, 329, 330, 387, 388, 402, 405, 413, 415, 420, 422

Paz 37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 55, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 79, 81, 82, 85, 86, 89, 103, 106, 109, 110, 111, 131, 133, 135, 146, 157, 158, 165, 179, 180, 181, 184, 185, 190,

216, 237, 240, 243, 250, 255, 266, 271, 272, 273, 280, 281, 286, 288, 292, 297, 306, 327, 331, 334, 339, 343, 344, 346, 347, 352, 353, 370, 372, 379, 391, 392, 460, 477

Peru 136, 142, 169, 179, 213, 214, 215, 216, 226, 227, 234, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 329, 400, 415, 420, 421

Portugal 34, 37, 237, 242, 244, 247, 403, 405

Programa Mundial de Alimentos 237, 334, 366

Programa Nuclear 63, 184, 333, 340

Propriedade Intelectual 247, 298, 301, 333, 431

R

República Tcheca 189, 190, 238, 392, 393

S

Segurança Alimentar 70, 85, 89, 104, 124, 134, 163, 164, 165, 170, 184, 192, 238, 243, 244, 247, 307, 313, 324, 357, 366, 367, 375, 400, 421

Serra Leoa 85, 86, 227, 286, 288, 330

Sociedade da informação 314, 341, 366

Somália 352, 418

Sri Lanka 259, 329, 413, 415, 432, 433

Suécia 123, 124, 125, 127, 131, 132, 230, 238, 334, 335, 419, 423, 460

Suriname 228, 229, 317, 318, 319, 320, 329, 330, 424

T

Timor-Leste 169, 224, 227, 228, 239, 242,

245, 248, 341, 351, 433

Togo 171, 231, 330, 347, 348, 395, 396

Tunísia 303, 330, 415

Turquia 65, 317, 329, 346, 424

TV Digital 87, 88, 176, 269, 353, 360, 385

U

Ucrânia 195, 196, 197, 233, 234, 407, 408, 409, 410, 412, 413

Unasul 39, 44, 73, 75, 76, 79, 80, 88, 99, 103, 109, 110, 135, 149, 176, 216, 241, 265, 270, 274, 280, 290, 293, 294, 295, 296, 297, 320, 321, 323, 330, 348, 350, 365, 381, 382, 394, 396, 397, 405, 446, 450, 460, 477, 478, 479

União Europeia 84, 123, 124, 127, 129, 131, 132, 154, 190, 200, 201, 210, 241, 314, 326, 334, 335, 339, 340, 381, 383, 401, 405, 416, 432, 478

V

Venezuela 58, 70, 90, 109, 111, 136, 149, 150, 151, 176, 210, 216, 231, 329, 330, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 415, 420, 421, 422, 445, 446, 447, 448, 450, 473, 479

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Mariana Rausch Chuquer

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

488

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação-Geral de Documentação
Diplomática (CDO)

Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1ºsubsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 3411-9279 / 9037

Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação